



MEDIEVALISTA

JULHO - DEZEMBRO 2021 - N.º 30

ISSN 1646-740X



Director | Chief Editor

Luís Filipe Oliveira – UAlg e IEM / NOVA FCSH

Subdirector | Co-Editor in Chief

João Luís Inglês Fontes – IEM / NOVA FCSH e CEHR-UCP

Redacção | Associate Editors

Adelaide Millán da Costa – UAb e IEM / NOVA FCSH

Adelaide Miranda – IEM / NOVA FCSH

Bernardo de Vasconcelos e Sousa – IEM / NOVA FCSH

Isabel Cristina Fernandes – IEM / NOVA FCSH e GEsOS / C. M. Palmela

Isabel Barros Dias – UAb, IELT | IEM / NOVA FCSH

Maria Coutinho – CITAR-EA / UCP Porto

Pedro Chambel – IEM / NOVA FCSH

Consultora técnica / Technical advisor

Paula Ochôa – CHAM / NOVA FCSH

Assistente Editorial | Editorial Assistant

Ana Celeste Glória – Infraestrutura ROSSIO e IHA / NOVA FCSH

Publicação | Publisher

IEM / NOVA FCSH - Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

Concepção gráfica e paginação / Graphic design and layout

Ana Celeste Glória – Infraestrutura ROSSIO e IHA / NOVA FCSH

Carlos Moreira – IEM / NOVA FCSH

A propriedade intelectual dos conteúdos pertence aos respectivos autores e os direitos de edição e publicação à *Medievalista*. Os conteúdos dos artigos são da inteira responsabilidade científica e ética dos seus autores, bem como os critérios ortográficos adoptados.

Avaliação por *double blind peer review*.

The intellectual property of the journal's contents belongs to the authors and the editing and publishing rights belongs to the *Medievalista*. The contents of the articles are those of the scientific and ethical responsibility of their authors, as well as the spelling criteria adopted.

Evaluation by double blind peer review.



Esta revista é financiada por fundos nacionais através dos Financiamentos Base, com a referência UIDB/00749/2020 e Programático, com a referência UIDP/00749/2020, do Instituto de Estudos Medievais.

This journal is funded by national funds: Base funding, with reference UIDB/00749/2020, and Programmatic funding, UIDP/00749/2020, from the Institute for Medieval Studies.



ÍNDICE

Contents

Editorial: Entre a tempestade e a bonança 7

DESTAQUE | HIGHLIGHT

In memoriam: José Marques (1937-2021), Maria Filomena Barros (1958-2021), Helena Avelar (1964-2021)

Maria Cristina Cunha; Maria de Jesus Viguera; Maria de Lurdes Rosa; Ana Duarte Rodrigues; Charles Burnett; Cristina Pinto Basto; Henrique Leitão; Maria Adelaide Miranda; Maria João Branco; Luís Ribeiro 13

THEMATIC DOSSIER | DOSSIER TEMÁTICO

“From the East to the West: The Military Orders”

“Do Oriente ao Ocidente: As Ordens Militares”

From the East to the West: The Military Orders – A Foreword

Do Oriente ao Ocidente: As Ordens Militares – Uma Apresentação

Luís Filipe Oliveira, Gregory Leighton 43

Early Templar Administration in Provence and North-Eastern Spain

Inícios da Administração dos Templários na Provença e no Nordeste da Espanha

Alan Forey 51

The beginnings of the Order of Saint John in Jerusalem, or: Muristan revisited

A fundação da Ordem de S. João em Jerusalém, ou o Muristan revisitado

Dorothee Heinzemann, Jürgen Krüger 67

Le Temple, le Portugal et l'Orient latin: un nouveau document pour un vieux débat

The Templar Order, Portugal, and the Latin East: A New Document for an Old Debate

Philippe Josserand 91

El linaje catalán Queralt-Timor y su relación con la Orden del Temple (siglos XII-XIV)

The catalan Queralt-Timor lineage and its relationship with the Order of the Temple (12th-14th centuries)

Joan Fuguet Sans, Carme Plaza Arqué 119

Mujeres y liturgia parroquial. Religiosidad femenina laica en el señorío de la Orden Militar de Calatrava en la Castilla rural (siglos XV-XVI)

Women and parish liturgy. Lay women's religion in the lordship of the Military Order of Calatrava in rural Castile (15th-16th centuries)

Raquel Torres Jiménez 163

National Rivalry among Hospitallers? The Case of Bohemia and Austria, 1392-1555

Rivalidades nacionais entre Hospitalários? O Caso da Áustria e da Boémia, 1392-1555

Karl Borchartdt 203

ARTIGOS | ARTICLES

Fonti e contesti dei miracoli eucaristici delle *Cantigas de Santa María* 128 e 208

Sources and context of the eucharistic miracles of the Cantigas de Santa María 128 and 208

Manuel Negri 249

Cerâmica de tradição islâmica em contexto português. Séculos XII-XIV

Islamic tradition pottery in Portuguese contexts. 12th-14th centuries

Marco Liberato; Isabel Inácio; Gonçalo Lopes; Constança dos Santos; Jacinta Bugalhão; Helena Catarino; Sandra Cavaco; Jaquelina Covaneiro; Isabel Cristina Fernandes; Ana Sofia Gomes; Susana Gómez; Maria José Gonçalves

275

RECENSÕES | BOOK REVIEWS

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de; FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira; PALACIOS ONTALVA, Santiago (coords.) – *La Reconquista. Ideología y justificación de la Guerra Santa Peninsular*. Madrid: La Ergastula, 2019 (534 pp.)

Cláudio Neto 317

DIAS, João Carvalho (ed.) – *Manuscritos Iluminados Europeus na Coleção Calouste Gulbenkian*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2020 (342 pp.)

Delmira Espada Custódio; Maria Adelaide Miranda 333

RUIZ PILARES, Enrique José – *La sociedad política en Jerez de la Frontera a finales de la Edad Media*. Cádiz: Editorial UCA, 2020 (274 pp.)

Filipa Roldão 343

APRESENTAÇÕES DE TESES | DISSEMINATION OF ACADEMIC THESIS

***A guardiã dos mortos: um estudo do simbolismo religioso da serpente em monumentos da Era Viking (sécs. VIII-XI)*. Tese de Doutoramento em Ciências das Religiões, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões (PPGCR), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil, em Junho de 2020. Orientação do Prof. Dr. Johnni Langer Leandro Vilar**

351

***The door of the caliph in the Umayyad al-Andalus: from the conceptualization to the articulation of ceremonial (10th-11th centuries)*. Doctoral thesis in History presented at the University of Lisbon in 15th July, 2020. Supervised by Professor Hermenegildo Fernandes and Professor Hugh Kennedy**

Elsa Fernandes Cardoso 365

***Geografía e imaginario bíblico medieval. Estudio y edición de La fazienda de Ultramar*. Tese de Doutoramento em Literatura, apresentada à Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires (Argentina), em Abril de 2019. Orientação da Professora Doutora Carina Zubillaga**

Melisa Marti 387

La imagen escultórica del Crucificado en la Galicia del siglo XIV. Tipos usos y significados. Tese de Doutoramento em Estudos Medievais apresentada à Universidade de Santiago de Compostela em Março de 2020. Orientação das Professoras Marta Cendón Fernández e María Luz Ríos Rodríguez

Sara Careño

403

VARIA

Using the Past. The Middle Ages in the Spotlight. Conferência Internacional

Using the Past. The Middle Ages in the Spotlight. International Conference

Alicia Miguélez

423

Nos 800 anos das Inquirições régias de 1220: o texto e os contextos em debate

On the 800th anniversary of the Royal Enquiries of 1220: text and contexts under discussion

Filipa Roldão

429

Jornadas - “Las monarquías peninsulares y las órdenes jerónima y cartuja: poder y espiritualidad en la Baja Edad Media”

Conference - “The peninsular monarchies and the Hieronymite and Carthusian orders: power and spirituality in the late middle ages”

Juan A. Prieto Sayagués

435

III Congresso Internacional de Jovens Investigadores em Idade Média - Um olhar sobre o evento

III International Congress for Young Researchers in Middle Ages - an overview

André Filipe Oliveira da Silva, André Madruga Coelho, Filomena Caetano, José Simões, Leonor Ribeiro, Silvana R. Vieira de Sousa

439

GUERREIROS E MÁRTIRES. A Cristandade e o Islão na formação de Portugal

WARRIORS AND MARTYRS. Christianity and Islam in the Birth of Portuguese Nationhood

Joaquim Oliveira Caetano, Santiago Macias

445



Editorial:

Entre a tempestade e a bonança

Vem esta *Medievalista* a público numa fase de aparente recuperação do atribulado período de pandemia, e, embora com incertezas, de lento regresso a algumas das rotinas e hábitos do quotidiano. Tempo de reabertura, mesmo condicionada, das instituições culturais e dos espaços de lazer e de uma esperada, mas lenta, retoma da vida económica e do ultrapassar dos níveis complicados de desemprego e dos difíceis problemas sociais daí decorrentes. O rastro deixado pela experiência de uma enfermidade que rapidamente atingiu uma escala global e que pôs a nu o melhor e o pior deste mundo na sua capacidade de humanidade, mas também nas suas idiossincrasias e desigualdades, tem que ser aprofundado e compreendido em todo o seu alcance. No âmbito da investigação científica e do ensino, exigiram-se profundas alterações, a procura de novas soluções, a criatividade para prosseguir projectos iniciados, sustentar os percursos de aprendizagem e alimentar a partilha e a discussão de ideias.

O presente número expressa todas estas dimensões. Começa ele, na verdade, por testemunhar os efeitos mais dolorosos desta conjuntura, ao evocar o desaparecimento precoce de três medievalistas. Três perdas em diferentes estádios de vida, que sinalizam entre nós a vitalidade e a diversidade dos estudos medievais, mas também vidas e memórias preñes de humanidade e afectos. José Marques, Filomena Barros e Helena Avelar: três nomes que deixam um legado muito significativo em âmbitos diversos, da história da Igreja e das instituições eclesiásticas às minorias étnico-religiosas e ao estudo complexo das suas relações

com a maioria cristã, ou ainda à astrologia e ao seu papel importante no quadro da mundivisão e do saber científico medievais.

Segue-se um dossier temático, coordenado por Luís Filipe Oliveira e Gregory Leighton, sobre o mundo das ordens militares. O carácter internacional de parte significativa das ordens estudadas, do Templo ao Hospital, passando pela sua congénere de Calatrava, permite também uma grande diversidade de contributos e perspectivas. Assim se sublinharam os estreitos e multifacetados laços que uniam o Oriente aos diversos reinos da Hispânia, mas também a outras regiões, como a Provença, a Boémia e a Áustria. Revisitaram-se aí as origens e os mecanismos de implantação destas ordens, estudou-se a mobilidade dos seus membros, assim como as redes de influência e de poder que em torno deles se construíram. Através do mundo da assistência religiosa e da paroquialidade que lhes está associada, abordaram-se ainda as práticas religiosas e devocionais dos públicos femininos em tempos medievais, um universo que tem sido menos trabalhado.

Para além do dossier temático, publicamos outros dois artigos, que espelham a vocação multidisciplinar da *Medievalista*, sempre aberta à diversidade dos saberes que se interessam pelos temas medievais. Um deles é o estudo de Manuel Negri sobre os milagres eucarísticos nas *Cantigas de Santa Maria*, o outro a síntese proposta pelo Grupo CIGA sobre a cerâmica de tradição islâmica em contexto português (século XII-XIV). No primeiro, propõem-se novas hipóteses para as fontes subjacentes a duas cantigas do cancionero afonsino (n.º 128 e 208), revelando uma circulação literária mais complexa de textos e motivos de cariz hagiográfico e religioso, ligados ao florescimento e ao fortalecimento da devoção eucarística e à apologia deste sacramento perante as contestações oriundas de ambientes heréticos, ou dissidentes. Por seu lado, o estudo da cerâmica de tradição islâmica em Portugal ao longo dos séculos XII a XIV, mesmo se ainda preliminar, constitui um contributo inegável para a problematização das lógicas de ruptura e de continuidade, entre os tempos da ocupação islâmica do território, sobretudo a Sul, e a fase posterior de ocupação cristã. Por acréscimo, traz dados importantes sobre a manutenção de poderosas relações culturais entre aqueles dois mundos, bem patentes no universo da cultura material aqui tratado.

As restantes secções dão continuidade a esta pluralidade e diversidade de temas e disciplinas, acolhendo textos das mais diversificadas proveniências. Assim, Leandro Vilar, da Universidade Federal de Paraíba, leva-nos ao mundo do simbolismo religioso presente em monumentos da era Viking, a partir do motivo concreto da serpente e das suas múltiplas significações, enquanto Elsa Cardoso apresenta o seu estudo sobre o cerimonial do Califado Omíada no al-Andalus dos séculos X-XI, defendido em 2020 na Universidade de Lisboa. Melisa Marti, da Universidade de Buenos Aires, dá a conhecer a sua edição de *La fazienda de Ultramar*, um dos primeiros textos em castelhano não notarial, que integra a tradução de uma quantidade significativa de livros bíblicos, que lhe servem de pretexto para questionar também o modo como se constrói por meio desta obra uma geografia e um imaginário bíblicos por meados do século XIII. Por último, Sara Carreño, da Universidade de Santiago de Compostela, conduz-nos na sua tese sobre os tipos, usos e significados da imagem escultórica do Crucificado na Galiza do século XIV.

Nas recensões, comenta-se a recente edição do catálogo da Coleção de Manuscritos Iluminados Europeus que integra a Coleção Calouste Gulbenkian e apresentam-se duas obras agora vindas a lume. Uma dedicada às estratégias de justificação ideológica da Reconquista, num conjunto de textos resultantes de um colóquio internacional realizado em Palmela, em 2018, a outra consagrada à construção da sociedade política de Jerez de la Frontera em finais da Idade Média. Esta última corresponde à investigação doutoral levada a cabo por Enrique José Ruiz Pillares.

Por fim, na *Varia*, sinaliza-se a realização de três colóquios internacionais e de duas exposições, patenteando a resiliência de instituições e de investigadores perante os constrangimentos impostos pelo contexto pandémico e pelas renovadas fases de confinamento. Aí se dá conta do III Congresso Internacional de Jovens Investigadores em Idade Média, numa edição dedicada ao tema da morte; doutro colóquio remoto que ligou investigadores portugueses e espanhóis em torno das relações entre as monarquias ibéricas e as ordens Jerónima e da Cartuxa; e, por fim, da iniciativa *Using the Past. The Middle Ages in the Spotlight*, sobre os novos usos do passado medieval e das distintas apreensões a que ele é sujeito nos mais diversos

domínios e linguagens. Fecham o número as notícias sobre a exposição “Guerreiros e Mártires: a Cristandade e o Islão na formação de Portugal”, patente no Museu Nacional de Arte Antiga, e que propôs novos olhares sobre a relação entre os dois mundos culturais e religiosos no contexto das comemorações do 8º centenário sobre o martírio dos primeiros frades franciscanos em Marrocos. Um conjunto doutros eventos assinalou a passagem dos 800 anos sobre as primeiras Inquirições Gerais promovidas pelos monarcas portugueses, e que incluiu um colóquio internacional, uma exposição documental na Torre do Tombo e uma emissão filatélica comemorativa.

Em suma, textos e iniciativas que, em circunstâncias mais tempestuosas, significam a capacidade de resistir e reinventar, de continuar a promover o debate e o encontro, a partilha de percursos de investigação e de interrogações. Mesmo as perdas que nos tornaram a todos mais pobres são testemunhos de paixão pela vida. Fazer memória delas, aqui e agora, é um dever pleno de justiça e um voltar a dizer que vale a pena...

A Medievalista

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

REDACÇÃO – “Editorial: Entre a tempestade e a bonança”. *Medievalista* 30 (Julho – Dezembro 2021), pp. 7-10. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.

DESTAQUE

HIGHLIGHT



In memoriam:
José Marques (1937-2021),
Maria Filomena Barros (1958-2021),
Helena Avelar (1964-2021)

(a) ***Cristina Cunha***, (b) ***María Jesús Viguera Molins***, (c) ***Ana Duarte Rodrigues***,
(c) ***Henrique Leitão***, (e) ***Luís Ribeiro***, (f) ***Charles Burnett***, (g) ***Cristina Pinto Basto***,
(h) ***Maria Adelaide Miranda***, (i) ***Maria João Branco***, (i) ***Maria de Lurdes Rosa***

(a) Universidade do Porto, Faculdade de Letras,
Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»
4150-564 Porto, Portugal

mariacristinacunh@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0002-9613-6433>

(b) Universidad Complutense de Madrid

viguera@filol.ucm.es
<https://orcid.org/0000-0001-5542-0705>

(c) (d) (e) Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências,
Departamento de História e Filosofia das Ciências
1749-016 Lisboa, Portugal

(c) amnrodrigues@fc.ul.pt
<http://orcid.org/0000-0002-9786-7465>

(d) hjleitao@fc.ul.pt
<https://orcid.org/0000-0001-8355-9288>

(e) luisribeiro@me.com
<https://orcid.org/0000-0001-8079-8072>

(f) The Warburg Institute
Woburn Square, London WC1H 0AB

charles.burnett@sas.ac.uk
<https://orcid.org/0000-0002-7595-0049>

(g) Biblioteca da Ajuda, Palácio Nacional da Ajuda
1349-021 Lisboa, Portugal

cbasto@pnajuda.dgpc.pt

(h) (i) (j) Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Instituto de Estudos Medievais
1099-032 Lisboa, Portugal

(h) adelaide@fcsh.unl.pt
<http://orcid.org/0000-0002-7581-3888>

(i) mjbranco@fcsh.unl.pt
<https://orcid.org/0000-0002-7165-5958>

(j) mlrosa@fcsh.unl.pt
<https://orcid.org/0000-0002-2027-4485>

Data recepção do artigo / Received for publication: 4 de Maio de 2021



Houve demasiadas mortes em dias assim. No último ano, em dois números sucessivos da *Medievalista*, demos notícia do desaparecimento de três historiadores europeus: Francis Rapp e Michel Parisse, em Julho de 2020, Peter Linehan, já em Janeiro deste ano, todos com obra notável e que marcaram, por razões diversas, diferentes gerações de investigadores. As perdas, infelizmente, não ficaram por aí. Nos últimos meses, a lista de falecimentos parecia não ter fim, levando historiadores em diferentes fases das suas vidas, uns mais conhecidos e consagrados, outros em plena maturidade intelectual. Dia após dia, como se em todos fosse preciso recordar que o historiador morreu, desapareceram muitos dos que dedicaram a vida a esclarecer os assuntos do passado. Nomes em demasia, como os de Francesco Espósito, de Luís Espinha da Silveira, de António Silva Pereira, de José Marques, de Maria Filomena Barros, de Francisco Contente Domingues e de Helena Avelar, ou de Pierre Guichard e de Pedro Laíns, estes dois já bem mais perto de nós.

Se todos são aqui lembrados e homenageados de forma singela, faz-se memória neste número da *Medievalista* de três desses investigadores recentemente falecidos. Dos que se formaram no país e se especializaram no estudo das realidades medievais portuguesas, deixando um legado importante que dá conta da crescente diversidade dos estudos sobre a Idade Média. Os nomes destes três historiadores – José Marques, Maria Filomena Barros e Helena Avelar – estão associados a algumas das áreas mais dinâmicas da pesquisa histórica, do estudo da Igreja e das instituições eclesásticas, ao das minorias étnico-religiosas e da complexa relação destas com a maioria cristã e ao esclarecimento do papel das técnicas e do saber astrológico dentro da visão do mundo e da ciência medievais. Os seus trabalhos tiveram, de resto, o devido reconhecimento dentro e fora do país. De tudo isso dão testemunho os autores dos textos aqui publicados, que lhes prestam uma justa e sentida homenagem.



José Marques (1937-2021)



Corria o segundo semestre do ano letivo de 1981-82 quando, enquanto estudante da licenciatura em História da FLUP, conheci o Professor José Marques. Com ele os alunos do 2º ano iriam “fazer a cadeira” basilar de História de Portugal na Época Medieval, iniciada no semestre anterior pelo Professor Baquero Moreno, coadjuvado então pela Dra. Fernanda Santos. A matéria estava atrasadíssima, e o Professor deveria, num tempo record, e perante uma turma enorme numa sala pequena, completar o Programa inicialmente previsto. Não era possível; não foi possível, claro: chegámos apenas ao reinado de D. Fernando e à “crise de 1383-85”, já em cima dos exames, numa maratona de 4 horas de aula, que, creio, nenhum dos presentes na sala terá esquecido. Pensando nisso hoje, acho que o Professor fez um notável exercício de síntese histórica. No ano seguinte, foi a vez de ser sua aluna em Paleografia e Diplomática, e foi no âmbito desta disciplina que para sempre fiquei ligada ao Mestre. Apesar de estar nessa altura a presidir ao Conselho Diretivo da Faculdade, não dispensou continuar a ensinar, embora frequentemente deixasse os estudantes em sala de aula, com um documento em riste, quando da Direção o vinham chamar para atender um telefonema premente ou atender um caso urgente. Essas aulas de Paleografia e Diplomática eram, a todos os níveis, fascinantes, porque iam muito além do “ensino das letras”: instituições, personagens, pesos e medidas, costumes, tudo era abordado a propósito dos atos que se liam. E quando regressado

de um Encontro da Comissão Internacional de Diplomática ou do Comité de Paleografia (dos quais viria a ser membro em 1986 e em 1989, respetivamente) o Professor mostrava-nos com entusiasmo os livros adquiridos no estrangeiro relativos a essas ciências e que então dificilmente chegavam a Portugal, indicando-nos as tendências de investigação nessas áreas. Para além das aulas, a faceta de docente emergia claramente aquando das visitas ao Arquivo. Cada peça era descrita simultaneamente com erudição e simplicidade, proporcionando a observação de pormenores que de outro modo passariam despercebidos. Creio que o fascínio com que olhei para esses monumentos do passado seria semelhante ao que vislumbro em alguns estudantes actuais, quando os acompanho em visitas de estudo. E é exatamente por essa razão que até 2019 (em 2020 já não foi possível pelas razões sanitárias de todos conhecidas) sempre pedi ao Mestre, já aposentado, naturalmente, para orientar as visitas do Mestrado em Estudos Medievais da FLUP, sempre que estas tinham lugar no “seu” Arquivo – o Arquivo Distrital de Braga que, entre todos os outros onde também investigou, era o seu local preferido e que conhecia como mais nenhum investigador. O entusiasmo com que falava, e o modo como explicava a importância dos diversos códices e documentos previamente seleccionados (o *Liber Fidei*, o Missal de Mateus, um livro da coleção dos “Livros Findos”, o “Livro das Cadeias”, para além dos pergaminhos avulsos...) e dos arcebispos e outras figuras fundamentais para a compreensão dos espécimes que gentilmente eram disponibilizados para observação, continuaram a atrair a atenção dos grupos de estudantes que, nessas ocasiões, se tornavam também seus alunos, mostrando à saciedade que a aposentação não era mais do que uma formalidade, e que o espírito de Professor continuava bem presente.

Já há bastantes anos, e exatamente a propósito do historiador e medievalista José Marques¹, escrevia o professor Luís Adão da Fonseca que “na Universidade – na sua docência e investigação –, a dimensão da convivência é muito importante”. Sendo certo que a investigação, seja no escritório pessoal ou no Arquivo, é sobretudo uma atividade individual, o resultado desse labor destina-se aos outros. Encarnando este gosto pela partilha da descoberta e dos conhecimentos, muitas vezes o vimos chegar

¹ FONSECA, Luís Adão – “José Marques, historiador e medievalista”. in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol. 1. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 15.

à Faculdade com mais um trabalho que oferecia com um brilho de satisfação nos olhos, resultado de documentos que “encontrava” no ADB. A generosidade da partilha constante do saber era, aliás, uma das características mais marcantes do “nosso” Padre Marques, como carinhosamente todos os estudantes e a maioria dos Colegas na FLUP o tratavam, respeitando a sua condição de sacerdote, mas quase transformando esse “adjectivo” em nome próprio. Generosidade patente também na constante disponibilidade para quem o procurava, sempre interessado pelos trabalhos que os jovens investigadores estavam a desenvolver, e a quem sempre dava palavras de alento e sugestões de estudos ou documentos para ver. Mas a convivência ultrapassava as paredes da faculdade: recordo os momentos de descontração em que participava com alegria, acompanhando os Colegas (portugueses e estrangeiros) à volta de uma mesa, depois de dias de intenso trabalho em Congressos. Como sua Assistente de Paleografia e Diplomática, rapidamente aprendi que tão importante como a reunião realizada em Coimbra (com os restantes membros portugueses da CID) para levar a cabo a tradução dos termos do *Vocabulaire Internationale de la Diplomatie*², era a paragem obrigatória na Bairrada. Essa refeição (o leitão...) foi a primeira de muitas outras, incontáveis. Acompanhados por um bom vinho verde, esses eram os momentos mais oportunos para debatermos ideias de trabalho, dúvidas, projetos, esperanças, enfim. E ainda recentemente, sentados numa mesa de um conhecido café em Braga, falámos dos caminhos da Diplomática em Portugal, dos documentos transcritos e a transcrever, das publicações que tinha em mente fazer. Assim ao longo de 34 anos, pelo menos, se cimentou uma amizade e confiança recíprocas, que, se se manifestavam na minha vida académica, foram certamente muito para além desta.

Apesar de aposentado em 2003, o Professor José Marques continuou a acompanhar o que se passava na Universidade. Com palavras de alento, sempre me encorajou a continuar a trabalhar (entenda-se, a investigar e a estudar), apesar da crescente carga burocrática que via cair sobre cada um de nós. Recusou-se a alinhar com algumas exigências recentes da produção científica, que considerava

² Volume que viria a sair uns anos mais tarde: CARCEL ORTÍ, M^a Milagros (ed.) – *Vocabulaire international de la diplomatie/ Commission Internationale de la Diplomatie*. Valencia: Universitat, 1994.

desnecessárias, pois defendia que competia à própria comunidade académica e científica aceitar ou não os trabalhos publicados. Mas aderiu com entusiasmo a ideias novas, proporcionadas pela aplicação das chamadas Humanidades Digitais, nomeadamente no que respeitava à ciência dos Diplomas. Não gostava de vários aspetos do caminho que lhe parecia que a Universidade estava a trilhar, mas nem por isso deixava de participar nas efemérides para as quais era convidado, regressando à sua “casa” sempre que a ocasião propiciava (quanto mais não fosse para deixar o seu último “trabalhito” na Biblioteca) e a direção da Faculdade o convidava.

Antes de chegar à Faculdade de Letras, o Professor José Marques tinha já percurso feito. Formado nos Seminários Arquidiocesanos de Braga, aí concluíra o Curso Teológico em 1961, tendo logo de seguida, e já como presbítero ordenado, começado a lecionar História, Ciências Naturais e Religião e Moral no curso de Humanidades. Foi esta experiência docente, ou melhor, a necessidade de mais completamente se formar para poder ensinar bem, que o levou a inscrever-se na Faculdade de Letras do Porto. Iniciou assim em 1969 os estudos conducentes à licenciatura em História, que viria a terminar em 1974, especializando-se depois (1976) na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, como bibliotecário-arquivista. Entretanto, havia sido contratado como monitor (em 1973), pelo que viveu já como membro da Faculdade os anos politicamente conturbados pós-revolução do 25 de Abril. Não admira, por isso, a sua participação nos debates acesos decorridos nas RGA's da FLUP onde, com a firmeza que lhe era reconhecida, sempre defendeu os seus pontos de vista. Muitas vezes lhe ouvimos relatos desses momentos, que marcaram durante anos as relações na Faculdade. Esta participação ativa, e a luta por valores em que acreditava, acompanharam-no ao longo da sua vida. Muitas vezes o vimos tomar atitudes contra aquilo que considerava injustiças, combatendo adversários e defendendo os direitos, seus e dos outros. Escrevendo cartas, enfrentando diretamente os seus opositores: a frontalidade era uma característica que todos sempre lhe reconheceram.

Como era comum na época, já como assistente foi assegurando a docência de várias disciplinas, ao mesmo tempo que preparava o seu Doutoramento, que veio a

terminar em 1982, com a apresentação da tese "A Arquidiocese de Braga no século XV"³ e do estudo "A Administração Municipal de Vila do Conde em 1466"⁴ como trabalho complementar. Eleito para Presidente do Conselho Diretivo da FLUP nesse mesmo ano de 1982, veio a tomar posse no início do ano seguinte, tendo desempenhado essas funções com total dedicação. Entre todas as realizações, merece destaque, pela sua importância (na época, mas também atualmente) o retomar da publicação da *Revista da Faculdade de Letras*, nas séries de História, Filosofia e Línguas e Literaturas Modernas, que estava suspensa desde 1974. Neste contexto, não admira que, tendo terminado as suas funções na Direção, o Professor tivesse ficado encarregado da coordenação da série de História, tarefa que desempenhou até ao último número da 2ª série, em 1998. Uma outra iniciativa fica também associada à passagem pelo Conselho Diretivo da FLUP: falamos do desencadear do processo conducente à criação do Curso de Ciências Documentais, que veio mais tarde a coordenar. De facto, a frequência do Curso de Bibliotecário-Arquivista na Faculdade de Letras de Coimbra a que nos referimos, tinha determinado a sua ligação às ciências dos Arquivos, e justificava plenamente a participação do Professor José Marques na transformação da referida pós-graduação em licenciatura de Ciência da Informação, de cujo corpo docente também fez parte até à sua aposentação.

Com uma vida académica recheada de Congressos e publicação de investigações realizadas, facilmente se compreende que José Marques tenha sido convidado para participar nas mais variadas instituições científicas e culturais: basta lembrar que foi membro de Academias (Academia Portuguesa de História e Real Academia de la Historia de Madrid), de Institutos (Instituto Cultural Galaico-Minhoto e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), de Sociedades (Sociedade Científica da Universidade Católica, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, Sociedade Martins Sarmiento), da *Comission Internationale de Diplomatie* e do *Comité International de Paléographie Latine*. Em eventos promovidos por todas, o Professor José Marques apresentou comunicações originais feitas de propósito para a ocasião,

³ MARQUES, José – *A Arquidiocese de Braga no Século XV*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.

⁴ MARQUES, José – "A Administração Municipal de Vila do Conde em 1466". *Bracara Augusta* 37/ 83-84 (1983), pp. 5-116.

participando de forma ativa nos debates e nas conversas que as sessões proporcionavam. Além destes, esteve presente em incontáveis Congressos e Colóquios, em Portugal e no estrangeiro. Numa época em que as viagens, sobretudo além-fronteiras, não eram tão “fáceis” como nos nossos dias, e em que faltavam apoios para as realizar, deve ser salientado o esforço pessoal que cada uma das participações fora do nosso país implicava. Mas a compensação era enorme: para lá dos aspetos científicos, muitos momentos inesquecíveis, alguns deles hilariantes mesmo, tornavam leves os dias cansativos e punham à vista o sentido de humor do Professor.

A obra historiográfica do Professor José Marques inclui mais de 300 títulos, entre os quais se encontram pelo menos 27 monografias (de dimensão variada), artigos, notícias de eventos e recensões ou notas de leitura de obras de tipologia diversa. Não se incluem neste cômputo os mais de 100 artigos publicados nos jornais *Diário do Minho* e *A Voz de Melgaço*. Com uma vida académica preenchida, para já não falar dos outros compromissos que, como se viu, foi assumindo ao longo dos anos, não admira que o ritmo da produção historiográfica tenha conhecido flutuações. De facto, a direção da faculdade, a que já me referi, bem como a organização de congressos (de que são exemplos o Congresso sobre “Bartolomeu Dias e a sua época” e o *Colloque Technique* da C.I.D. sobre “Typologie des Actes Royaux à la fin des XIIIe et XIVe siècles”, bem como a colaboração na organização do Congresso Comemorativo do IX Centenário da Sé de Braga) e, sobretudo as tarefas inerentes à publicação das respetivas Atas justificam que nesses anos o número de trabalhos dados à estampa tivesse conhecido uma diminuição sensível.

Não era apenas a Idade Média que interessava o Professor. De facto, abordou cronologias amplas (de épocas bem remotas até à atualidade), à medida das solicitações que lhe iam sendo feitas, mas sempre baseado em documentos que, nas suas incursões no ADB ou em outros locais, vira, registara, copiara. Geograficamente, foi essencialmente à “sua” diocese de Braga que se dedicou. É sobre este território e as suas instituições que assenta a maioria da obra historiográfica. Muito cedo se apercebeu da importância da interpretação cartográfica, recorrendo aos serviços de infografia da FLUP (logo após a sua

criação), incluindo nos seus estudos, sempre que considerou pertinente, mapas elaborados a partir de fontes históricas. Se cartografássemos agora os lugares sobre os quais os seus trabalhos incidem, ficariam evidentes outros espaços (que não a diocese bracarense), embora pontualmente: as Beiras (Trancoso e Coimbra), a Estremadura (Setúbal), o Alentejo (aqui incluindo Olivença, para além de Figueira) e o Algarve (Silves). No estrangeiro, a Galiza, a Andaluzia, os reinos de Leão e Castela surgem como territórios que importava conhecer porque de algum modo, em determinado momento, foram o palco onde clérigos bracarense se movimentaram. Mas os seus interesses iam muito para além da história das instituições eclesiais em geral, e da diocese de Braga em particular, alargando-se ao estudo do povoamento, dos concelhos e municipalismo, das questões de fronteira, que o interessavam de sobremaneira, talvez por ser ele próprio um homem da raia.

Sempre, em todos os trabalhos, transparece a importância do documento. Muitos estudos apresentam no final um apêndice documental, com atos de diferentes tipologias e cronologias, imputados como fundamentais para a investigação realizada e para que o leitor pudesse ele próprio ler o que os testemunhos da época transmitem. Mas para além destas, transcreveu o *Roteiro da Viagem de Vasco da Gama*, já nos anos 90 do século passado, bem como vários livros de foral e outra documentação relativa a diversas localidades, para não falar do imenso conjunto de atas de vereação do século XVI (Braga) ou do século XVIII e XIX (Melgaço). Todas somadas, se compiladas num único volume, as suas transcrições dariam certamente centenas e centenas de páginas. A morosidade da edição documental explica que dois dos volumes mais importantes, nos quais trabalhou muitos anos, tenham surgido apenas após a sua aposentação: o cartulário de Fiães e as Confirmações de Tui. No que respeita ao primeiro códice, durante muitos anos dedicou-se à sua transcrição e análise, consciente de que a sua publicação exigia uma revisão cuidada e um estudo aprofundado. As confirmações de Tui correspondem igualmente a um projeto antigo que só recentemente pôde ser retomado. Também a revisão da publicação do *Liber Fidei*, cumprindo a promessa feita ao Professor Avelino de Jesus da Costa, a que acrescentou os tão necessários índices, foi concluída durante a aposentação.

Maioritariamente, o Professor José Marques publicou trabalhos individuais. Contudo, quando as circunstâncias assim o exigiam (como acontece com frequência nos Colóquios e Congressos da CID, dada a exiguidade de tempo para participação dos membros dos vários países), partilhava a autoria dos estudos com os Colegas. Eu própria tive a honra de com ele subscrever vários estudos, o último dos quais apresentado na Alemanha em 2018, e talvez o primeiro do seu repertório escrito em língua inglesa, e que já não chegou a ver publicado.

Consciente de que muitos dos seus trabalhos não eram de fácil acesso à comunidade científica portuguesa, ou mesmo a um público mais vasto a que procurava igualmente chegar, vários dos seus estudos foram dados à estampa por duas (ou mais) vezes. Sabendo que os textos que apresentara em Congressos e Colóquios no estrangeiro seriam publicados em Atas de que poucos Colegas teriam conhecimento, o Professor José Marques procurava difundi-los em português, nomeadamente na *Revista da Faculdade de Letras – História*, ou mesmo na *Bracara Augusta*, pois a maioria desses trabalhos tinham como pano de fundo a documentação de Braga (catedral, cidade e/ou diocese). Potenciava-se assim o alcance das investigações realizadas: os textos escritos em francês, conhecidos pelos especialistas estrangeiros a quem os apresentara em primeira mão (ex: “La Chancellerie et la Diplomatique Archiepiscopales de Braga à la fin du Moyen Âge”⁵ e “L’influence des bulles papales sur les actes portugais au Moyen Âge”⁶), chegavam assim ao “mundo” português, a quem igualmente interessavam. Nos últimos anos, e correspondendo a vários pedidos, decidi voltar a publicar alguns estudos que, não obstante terem passado alguns anos sobre a sua edição primeira, conservavam o mesmo interesse que tinham na época em que foram elaborados.

A preocupação de divulgação do conhecimento histórico não se confinava à faculdade ou, mais latamente, ao mundo académico. Prova disso são mais de 100

⁵ MARQUES, José – “La chancellerie et la diplomatie archiepiscopales de Braga à la fin du moyen âge”. in HAIDACHER, Christoph; KÖFLER, Werner (eds.) – *Die Diplomatie der Bischofsurkunde vor 1250. Referate zum VIII. Internationalen Kongress für Diplomatie, Innsbruck, 27. September – 3. Oktober 1993*. Innsbruck: Tiroler Landesarchiv, 1995, pp. 511-528.

⁶ MARQUES, José – “L’influence des bulles papales sur les actes portugais au Moyen Âge”. in HERDE, Peter; JAKOBS, Hermann (eds.) – *Papsturkunde und europäisches Urkundenwesen: Studien zu ihrer formalen und rechtlichen Kohärenz vom 11. bis 15. Jahrhundert*. Köln - Weimar – Wien: Böhlau Verlag, 1999, pp. 271-289.

artigos publicados nos jornais a que acima fiz referência, versando sobre assuntos tão diversos como a celebração de centenários de figuras ímpares (ex.: “D. Frei Bartolomeu dos Mártires. No IV Centenário da sua morte”, de 1991) ou mesmo documentos (ex.: “V centenário do ‘Missal Bracarense’ de 1498” de 1998), a evocação de vultos da cultura local, regional ou mesmo nacional, mas igualmente chamando a atenção para curiosidades históricas e imprecisões que a tradição cristalizara (ex.: “Fiães: a filha do senhor abade?”, de 1990 ou “A rua da Cónega”, de 1991), para a necessidade de renovação ou restauro de património construído (ex.: “Salvemos a Capela do Santo Cristo, em Melgaço”, de 1979), ou mesmo para a importância dos arquivos, nomeadamente os paroquiais (ex.: “Atenção aos Arquivos paroquiais”, de 1986). Sobretudo nos últimos anos, a sua colaboração tornou-se mais assídua, e talvez por isso mesmo, dedicada a temáticas e cronologias muito mais diversificadas.

Por tudo o que acabámos de dizer, e também pelo muito que não conseguimos agora transmitir, José Marques é uma figura incontornável da historiografia portuguesa da segunda metade do século XX e inícios do milénio. Qualquer “aprendiz de historiador”, mal inicia o seu caminho de investigação, se apercebe que é impossível estudar o final da Idade Média sem ter em conta o grosso volume “A Arquidiocese de Braga no século XV”. Essa foi a obra magna, sem dúvida. Mas em muitos outros aspetos fica uma marca indelével. Qualquer que seja o campo de investigação, e sabendo que a história da Igreja e das Instituições Eclesiásticas se entrecruza com a política, com a sociedade, com a cultura, é impossível ao estudioso da Idade Média portuguesa não atentar nos estudos de José Marques. Para os que não tiveram o privilégio de com ele conviver, a sua obra científica é, sem dúvida, uma forma de conhecer o homem, o sacerdote, o especialista. Para mim, é uma das formas de o manter vivo.

Cristina Cunha



Maria Filomena Barros (1958-2021)



Las reacciones ante su pérdida testimonian su valía, pues han sido inmediatas, dolientes, expresivas: *na segunda-feira*, 8 de marzo de 2021, falleció Maria Filomena Lopes de Barros, historiadora admirable y extraordinaria persona. El próximo 23 de mayo habría cumplido 63 años, en plenitud vital y profesional.

La inesperada noticia de su muerte también me afligió profundamente, por todo cuanto con ella perdemos los círculos académicos, investigadores, familiares y tantos amigos, entre los cuales me encuentro desde hace años, incluso desde antes de ser convocada a formar parte de la Comisión que, el 22 de octubre de 2004, examinó en la Universidade de Évora su Tesis Doctoral: *Tempos e espaços de Mouros. A minoria muçulmana no Reino Português (séculos XII a XV)*, dirigida por António Henrique de Oliveira Marques y Adel Sidarus.

El texto de la Tesis puede ahora leerse en el ejemplar electrónico que la Universidad de Évora ha subido a la red⁷, como también a través del texto impreso en 2007 por la Fundação Calouste Gulbenkian, institución de destacadísima referencia que puso el broche de oro en aquellos inicios de una muy prometedora estudiosa. Pasé aquel verano del 2004 leyendo las casi 800 páginas de la Tesis, y diciendo a todos aquellos

⁷ Disponible en <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/11493>.

con quienes hablaba: “*es una investigación espléndida, nueva, profunda; me enseña mucho*”, y en esta estimación, incluso asombrada: ¿cómo ha surgido?, coincidimos todos los que intervinimos en el acto de su examen público, donde, además del fervor de sus numerosísimos amigos y colegas presentes, recuerdo la extraordinaria capacidad pensante y expositiva de la doctoranda, no sólo en la argumentación escrita de su trabajo sino, precisamente, en la directa oralidad de sus respuestas. Creo que esta virtud comunicativa fue siempre una de sus características, que aparecía en relación con la profunda sinceridad de sus convicciones, palabras y actos, comprobada también por la vivacidad de su risa.

Debo recalcar las dos vertientes, medievalismo y arabismo, coincidentes en la Dra. Barros ya desde su Tesis hasta ahora, ambas vertientes estuvieron asimismo representadas por cada uno de sus dos directores, y por los miembros de Tribunal. Yo no conocía personalmente, hasta ese día, al magistral Oliveira Marques, que en su admirativa tasación de la doctoranda y de su obra, supo captar, y con clarividencia prever, cuanto aquella Tesis significaba y abría como adecuada y sólida vía indagatoria sobre la historia política, social, económica y cultural de Portugal, desde la perspectiva importantísima de lo que englobaba su entidad, a través de la comprobación y recursos de tales contenidos, puestos de manifiesto, precisamente, en sus referencias y estrategias identitarias en relación con aquel Otro, denominados “Mouros” o “minoría musulmana”, con unos espacios y tiempos “*dos mouros que se contrapõe a um tempo alternativo dos Godos e a uma construção da memória escrita da Reconquista*”, como indicaba Filomena Barros desde el título y la introducción de su Tesis.

En varias ocasiones (en eventos estudiosos que registra mi CV: 2001, 2004, 2008, 2009, 2010, 2011, 2014, 2017), nos hemos encontrado, en Lisboa, Évora, y Madrid, y siempre he apreciado su carácter afable y generoso, su humanidad incluyente, su capacidad para suscitar concordias, que fructificaban también en el plano profesional, propiciando acciones compartidas, algunas de tan gran calado y heroica dedicación como *Hamsa - Revista de Estudos Judaicos e Islâmicos*, que Maria Filomena Lopes de Barros coeditaba con José Alberto Rodrigues da Silva

Tavim, cuyo volumen nº 6⁸ apareció hace un año, y cuyo planteamiento tiene el mérito de la correlación al tratar sobre judíos y musulmanes. Es para mí un honor que me incluyera en su amplio e internacional Conselho Científico, desde su primer número en 2014, que lleva una Nota Editorial⁹ por ambos editores, en que marcan, con su característica precisión y novedad expresiva, hasta qué punto la investigación requiere otras hechuras y otras ambiciones de mayor plasticidad: “The evolution of the Social Sciences and scientific dynamics in general means however that another format and other ambitions of greater plasticity are required, such as this project of studying two social groups and two minorities that populated the same spaces and which also both followed Diaspora paths that are still visible today”.

Su progresismo estaba también en su léxico, no sólo en los conceptos y métodos. Existen manifestaciones positivas sobre su dedicación docente, como profesora en el Departamento de Historia de la Universidad de Évora, durante una veintena de años, y desde luego es reconocida la calidad e intensidad de su actividad investigadora, poniendo también su siempre animoso esfuerzo en empresas colectivas, como el Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS), y el sobresaliente proyecto de investigación internacional *RESISTANCE. Rebellion and Resistance in the Iberian Empires, 16th-19th Centuries*, coordinado por la Universidad de Évora, con financiación europeo, y cuyo objetivo final es “to produce a reinterpretation of the universe of ‘the dominated’”, lo cual encaja perfectamente con los conocimientos, los intereses analíticos y claro criterio social que Filomena Barros ha mostrado desde sus inicios, con varias aportaciones al ámbito de tal proyecto de investigación, como su reciente publicación (de 2020): “Cumprir Marrocos em Portugal: a comunidade mourisca de Setúbal no século XVI”¹⁰.

Como ella, estudiosa y persona, valía de verdad, sabía valorar a los demás, y creaba en su ambiente un compañerismo del que disfruté en varias ocasiones, como en un retorno a Lisboa desde Évora en un gran ‘todo terreno’, en que nos comprimíamos

⁸ Disponible en http://www.hamsa.cidehus.uevora.pt/index_pt.htm.

⁹ Disponible en http://www.hamsa.cidehus.uevora.pt/hamsa_n1/publications_n1/0editorial.pdf.

¹⁰ In Francisco Javier Martínez (ed.) – *Entangled peripheries. New contributions to the history of Portugal and Morocco Essays in homage to Eva Maria von Kemnitz*. Évora: CIDEHUS, 2020. Versión electrónica disponible en: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/27910>.

más de las plazas permitidas. Aquello era compartir hermandad y ciencia. Creo que esto fue durante un trimestre del año 2009, en una estancia investigadora mía en la Universidad de Évora, que la Profesora Barros supervisó, ayudándome tanto a consultar manuscritos árabes en Lisboa y en la interesante colección de Frei João de Sousa, en Évora¹¹, e informando luego puntualmente sobre la obligada Memoria que yo debía presentar en Madrid.

El paso de gigante que dio Maria *Filomena* Lopes de *Barros* sobre el estudio de las minorías musulmanas y algo las judías, y en general implicando al resurgir de “los estudios árabes en Portugal” es significativo, pues los plantó de lleno en los espacios de las Ciencias Sociales y de la Antropología; ella era consciente de esto, pues trazó el meollo de este arabismo en su artículo: “From the history of Muslims to Muslims in History: Some critical notes on “Arab-Islamic Studies” in Portugal”¹², situando en 1974 los inicios de la “mudança de paradigma ainda não totalmente conseguida”, decía la autora en 2014, sabiendo cuanto se había avanzado y consciente de cuanto su propio impulso estaba aportando. Espero tener próxima ocasión de ampliar todo esto, con la atención que sus publicaciones merecen.

Triste primavera ésta de 2021, en la que hemos perdido a Maria *Filomena* Lopes de *Barros* (1958-7 marzo 2021) y un mes después a otro renovador, Pierre Guichard (1939-6 abril 2021). Nos quedan sus recuerdos luminosos y sus respectivos magisterios, que seguiremos queriendo y seguirán iluminándonos.

María Jesús Viguera Molins

¹¹ Tras los pasos de SIDARUS, Adel – “Manuscritos árabes em Portugal”. *Estudos Orientais. II. O legado cultural de judeus e mouros*. Lisboa: Instituto Oriental, Universidade Nova de Lisboa, 1991, pp. 117-126; BRAGA, Isabel Drumond – “Do Árabe e do Aljamiado em Portugal”. in MARTÍNEZ DE CASTILLA, N.; et. al. (coords.) – *Anaquel de Estudos Árabes, Actas: Jornadas sobre Manuscritos Árabes*. Madrid: Universidad Complutense, 2008, pp. 111-128.

¹² *Hamsa. Journal of Judaic and Islamic Studies* 1 [En línea] (2014), pp. 29-40. Disponible en http://www.hamsa.cidehus.uevora.pt/hamsa_n1/publications_n1/3FilomenaBarros.pdf.



Helena Avelar (1964-2021)



A Helena Avelar de Carvalho¹³, insigne investigadora, que desbravou de forma pioneira caminhos menos conhecidos da História medieval, deixou-nos a 9 de Março de 2021. Reunimos aqui, organizando-os por ordem alfabética, depoimentos de colegas e amigos, que a acompanharam desde que se juntou à FCSH para retomar os estudos, em 2004, no que foi o início de uma brilhante carreira¹⁴. Agradecemos a todos os que quiseram evocar a memória da Helena e deixar aqui um testemunho do que foi conhecê-la e com ela trabalhar, aprender e... rir, sorrir. O sorriso da Helena não se apagará das nossas memórias e a sua obra de historiadora continuará a produzir frutos de conhecimento.

Maria de Lurdes Rosa

O tanto que ficou por fazer e viver com a Helena

Não deixo de me surpreender com a fragilidade da vida humana. Lembro-me da Helena num dia de sol há poucos meses atrás, em setembro de 2020, num pátio de Ciências a fazer-me uma entrevista, radiante, cheia de vida e de ideias. Lembro-me de outro encontro à porta da Biblioteca Nacional de Portugal com o Luís em que tinha de ir para casa porque lhe doía a cabeça. O que geralmente não é sinal de nada.

¹³ A sua produção científica encontra-se disponível na secção “Recursos” da página web do IEM: https://iem.fcs.unl.pt/imagens/files/Bibliografia_Helena%20Avelar.pdf.

¹⁴ Outros depoimentos em <https://ciuhct.org/noticias/helena-avelar-carvalho-1964-2021>.

E de um minuto para o outro a luz apaga-se. É verdadeiramente assustador como cessa definitiva e irreversivelmente a vida de um ser humano. Gera, porque é real, um enorme sentimento de impotência.

O que podemos fazer é não deixar apagar a sua memória, é inscrevê-la na história. A Helena tinha tido um percurso individual fora do habitual e a sua história só há relativamente pouco tempo tinha-se cruzado com a minha. Uniu-nos uma empatia imediata, mas também a vontade e energia de delinear e concretizar projetos. Partilhávamos algo mais: a paixão pelo Warburg. Eu tinha sido *PhD occasional student* em 2006 e a Helena acabou por ter sido a primeira portuguesa a doutorar-se no Warburg Institute/School of Advanced Studies/University of London, em 2018. E só quem teve a experiência de estudar no Warburg pode antever o universo cultural e científico em que as suas ideias germinavam. Para além disso, na Helena destacava-se um espírito empreendedor. Recém-chegada do estrangeiro, num curto espaço de tempo, estabeleceu de imediato dois protocolos de colaboração entre o Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia (CIUHCT) e institutos de universidades estrangeiras, um da Universidade de Erlangen-Nuremberg, e outro, o Warburg Institute. Não só por isto, mas também, o CIUHCT deve-lhe imenso. Neste âmbito, tínhamos grandes planos de organizar um mega congresso numa parceria entre o CIUHCT e o Warburg para o qual já tínhamos título – *Art and Science in Portuguese Renaissance* – e lista de convidados. A pandemia estava a retardar os preparativos por não se saber quando este poderia ser organizado presencialmente. Agora, cumpre-nos concretizá-lo em sua honra e homenagem.

Ana Duarte Rodrigues

Memoir for Helena Avelar

Helena Avelar was expecting the first proofs of her book, *An Astrologer at Work in Late Medieval France: The Notebooks of S. Belle*, when she died. She had already seen and approved of the cover. This book, of nearly 450 pages, represents the product of the research in astrology in history in which she had been engaged for her MA dissertation (*Vir Sapiens Dominabitur Astris. Astrological Knowledge and Practices in*

the Portuguese Medieval Court: king João I to King Afonso V) and her PhD thesis (*The Making of an Astrologer in Fifteenth-century France. The Notebooks of S. Belle: Lisbon, MS 1711 and Paris, NAL 398*). But the book also shows how much more she could have done, had she lived longer. By examining the manuscripts in which S. Belle collected horoscopes (both his predecessors' and those that he had drawn up himself), important passages from astrological writings (especially those of the early ninth-century Persian-Arabic astrologer, Māshā'allah), and wrote an almanac detailing the movements of the planets between 1468 and 1480, she was able to get inside the mind of a professional astrologer, and work out what conclusions he drew from the evidence of the movements of the heavens. Belle was deeply concerned about his clients, their marriages and careers, their illnesses, and their life expectancy, as well as their states of happiness or sadness. Helena clearly identified with her astrology in her concern about people – and also animals. Her love and caring attitude towards any of God's creatures was heart-warming. Her academic work and her personal life went hand in hand. She sought to understand the attitudes of people who used the framework of astrology to counsel and give advice in the past, just as she was intent on encouraging and promoting the well-being of her friends and colleagues in the present.

Charles Burnett

À memória da excelência humana e profissional da Helena

É com profunda tristeza que deixo estas palavras, em jeito de homenagem, à Helena Avelar com a qual tive a sorte e o privilégio de me cruzar.

Trabalho há mais de 30 anos na Biblioteca da Ajuda e, ao longo destes anos, foram muitos os investigadores com os quais me cruzei mas só com um punhado desenvolvi uma espécie de amizade profissional. Foi esse o caso da Helena e daí a dificuldade, se assim se pode chamar, de como iniciar estas palavras..., pela alegria, simpatia, sensibilidade, generosidade, despreensão, profissionalismo?

Fico, agora, com a terrível e ingrata sensação de nunca lhe ter agradecido o suficiente mas espero que tenha sido claro para a Helena a dívida de gratidão que mantenho para com ela a nível profissional, pela forma dedicada e rigorosa com que, através das suas investigações, sempre divulgou o acervo da BA, sem nunca esquecer não só a instituição, como as pessoas que dela fazem parte e, a nível pessoal, pelo muito de seu que deu, pela generosidade, partilha e a amabilidade invulgar com que, a todos sem excepção, mimou nesta Biblioteca.

É uma perda grande pelo muito que ainda haveria a fazer, e que a Helena queria fazer. No entanto, uma vez que eu não consigo desassociar a Helena do Luís, o seu trabalho vai, certamente, continuar a refletir-se no trabalho deste. Fisicamente, e só aí, não teremos a Helena que, para sempre, perdurará na memória e reviverá pelo trabalho que nos deixou.

Cristina Pinto Basto

A minha lembrança da Helena Avelar

Quem conhecia a Helena Avelar pela primeira vez ficava de imediato impressionado com três coisas: a sua elegância, a sua inteligência, e a sua bondade. Só mais tarde é que a convivência com ela tornava visível um outro traço do seu carácter, mais difícil de descortinar por detrás de uma amabilidade desconcertante: a Helena tinha uma vontade fortíssima e uma determinação que não vacilava diante de nenhum obstáculo – para a Helena nada era impossível.

A Helena entrou de rompante no mundo da história da ciência devido não apenas à sua formação em história medieval, mas sobretudo aos seus excepcionais conhecimentos de história da astrologia. Chegou como uma mulher madura, que não tinha tempo a perder nem paciência para salamaleques académicos. Sabia o que queria, e tinha pressa. A Helena era muito consciente de que chegava como a pessoa certa no momento certo. Depois de décadas de silêncio, incompreensão, ou até mesmo desprezo, o estudo da astrologia como um fenómeno de enorme incidência cultural e científica nas sociedades europeias atravessava um momento de grande

transformação. Trabalhando a partir do conhecimento detalhado e enciclopédico das técnicas e tradições da astrologia antiga, um pequeno grupo de especialistas internacionais renovara esses estudos, e em muito pouco tempo a Helena, com os seus conhecimentos incomparáveis, havia ganho o respeito de todos. Muitos artigos e comunicações, mas acima de tudo o seu livro *An Astrologer at Work in Late Medieval France*, que vai sair muito em breve na prestigiada série «Time, Astronomy, and Calendars: Texts and Studies», da editora Brill, são a confirmação da importância do seu contributo.

A Helena adorava pessoas. O entusiasmo e as ajudas concretas com que incentivou tantos estudantes e tantos colegas são impossíveis de contabilizar. Foi através dela que conheci muita gente – mas sobretudo que conheci o Luís, seu parceiro de investigações e parceiro da vida.

A morte da Helena é uma perda irreparável para os estudos em que se distinguiu. Eu perdi uma colega que muito admirei e uma amiga que espalhava alegria e entusiasmo, de quem recebi sempre, com enorme delicadeza, conselhos acertados e palavras sábias. Vai fazer-me muita falta; vai fazer-nos muita falta a todos.

Henrique Leitão

Para a Helena

Conheci a Helena Avelar em contexto académico, no Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa, investigadora entusiasta, colega sempre pronta a ajudar e sobretudo a estimular o trabalho científico e divulgação do saber através de encontros e seminários de que destaco “Imagens Medievais: Natureza, Espiritualidade, Arte e Ciência” (Escola de Verão FCSH 2012) sessão: Representações do Cosmos e da Natureza. Na Biblioteca do Palácio da Ajuda onde, com o apoio da Doutora Cristina Pinto Basto e juntamente com o Luís Ribeiro, companheiro de vida e de trabalho da Helena, pudemos com outro olhar observar, entre outros manuscritos, o *Régime du corps* de Aldobrandino de Siena e a *Fisionomia* de Rolando de Lisboa à luz dos novos interesses que os dois trouxeram aos Estudos Medievais. Foram estes preciosos manuscritos pelos dois

investigadores redescobertos e valorizados entre a comunidade científica nacional e internacional. O contributo da Helena Avelar do ponto de vista teórico e metodológico foi, pois, inovador, chamando a atenção para a importância da interdisciplinaridade entre a História, a História da Arte e a Ciência e trazendo para o âmbito dos Estudos Medievais a Astrologia, uma disciplina muitas vezes esquecida entre os medievalistas. Um dos encontros que organizou denominado “Harmonia” (Harmonia na Idade Média: História da Ciência, Arte, Cultura e Sociedade) ajuda a definir a Helena Avelar, foi essa harmonia que orientou a sua vida com uma coerência que muitos poucos conseguem. Conjugou Arte e Ciência e Homem e Natureza sempre com os astros como pano de fundo. Uma vida plena de generosidade que levou a que rapidamente se ultrapassassem as relações académicas para uma amizade que se ia construindo à medida que se partilhavam interesses, particularmente o amor pelos animais e pela natureza.

Maria Adelaide Miranda

Uma aluna singular

Conheci-a em 2009, quando comecei a dar aulas no Mestrado da NOVA FCSH. A Helena era o tipo de pessoa que não passava despercebida numa sala, pois a sua forma de estar era de tal forma comprometida com o que estava a fazer que era impossível não notar a sua presença. Não suportava com facilidade quem estava ali por tédio ou à falta de melhores coisas para fazer e “comprava” brigas com colegas menos empenhados com alguma frequência, o que apenas acrescentava a “piada” que ela tinha.

Sempre com a cabeça a trabalhar, o ouvido atento e a argumentação fácil, era inteligente, curiosa e atrevida nos seus interesses de investigação, sabia porque estudava e o que queria do estudo. Adorava aprender e fazia-o com a paixão e aparente leveza com que fazia todas as coisas que amava. Entusiasta por natureza, emanava aquela boa vibração das pessoas que fazem o seu caminho sem querer saber de mesquinhezes que se possam atravessar no seu caminho. A Helena estava sempre, toda, em todas as causas em que se envolvia, quer fosse a aprendizagem de

uma língua nova, a astrologia, a tese de doutoramento, a sua relação com o Luís, o resgate de um burro escanzelado, o realojamento de um pássaro ferido ou o auxílio ao seu semelhante. Nos primeiros tempos em que eu fui secretária do IEM, nos anos 2011-2013, co-liderou um grupo de jovens investigadores que dinamizaram reuniões periódicas e colaborou de perto comigo na tarefa de fazermos os primeiros materiais de divulgação para um renovado IEM. Estava sempre a procurar reinventar novas formas de trabalhar em conjunto, mas desiludia-a o facto de nem sempre se conseguir implementar as mudanças à velocidade que ela entendia como ideal. Tínhamos, entretanto, desenvolvido uma relação de amizade que só se aprofundou, no respeito mútuo que tínhamos uma pela outra e no cuidado que ela dedicava a todas as criaturas que respeitava. Pude acompanhar a sua ida para Inglaterra e vê-la crescer e abrir as asas sob o ponto de vista académico, uma evolução que se reflete nos trabalhos que infelizmente terão de ser publicados postumamente. Jovem de espírito e de aparência, partiu cedo demais, deixando em todos nós uma sensação de orfandade que será muito difícil de apagar.

Gosto de a imaginar no meio das suas estrelas, a organizar as nuvens e tentar persuadir os elementos a serem mais clementes e gentis para com aqueles a quem ela tanto amou, ao mesmo tempo que vai descobrindo segredos que a sua dimensão humana lhe ocultava e confirmando intuições que o seu estudo lhe desvendava. Aquele café pós-pandémico que tínhamos combinado, terá de esperar um pouco mais, agora...

Maria João Branco

As estrelas deram-nos uma estrela

Ter a Helena como aluna e, depois, amiga e colega, foi uma alegria e uma aprendizagem – de História, e de vida. Conhecia-a em Setembro de 2004, enquanto docente de Metodologia da História, a primeira disciplina em que foi minha aluna. A Helena estava a iniciar a licenciatura, com grande entusiasmo por retomar os estudos. Penso que a considerei, de início, “mais uma” daqueles alunos “mais velhos”, que no meu caso têm sido sempre um acréscimo de valor à sala de aula, pela importância que dão à aprendizagem e à partilha de conhecimento. Mas a Helena

não era “mais uma”, nunca foi... distinguiu-se desde o início pela sua personalidade viva e interrogativa, sempre gentil mas também crítica; era de uma tocante ingenuidade, por vezes, mas também experiente e ponderada. Fizemos logo “clique”, embora ela me intimidasse um pouco, com a sua espontaneidade – e com os ralhetes (risonhos) que pregava a colegas mais faladores e irrequietos. Estes, até lhe agradecia, afinal, e ela dizia-me que eu tinha que me impor mais! Ficámos amigas, afinal erámos quase da mesma idade, e partilhávamos a mesma paixão pela Idade Média, mesmo enquanto território largamente imaginado (mais tarde descobri que isso não tinha grande mal, pois partilhávamos uma outra paixão: pelo poder da imaginação...).

Foi minha aluna ainda por mais dois semestres, na licenciatura, e tal possibilitou cimentar conhecimentos e amizade. Quando, um ano e meio depois, me disse que queria ir para o Mestrado de Medieval, fiquei muito contente. Nem sempre acho boa ideia que os alunos escolham tal área, pois é difícil e exige muita disciplina, contrária aos impulsos líricos que motivam boa parte dos que se inscrevem. Mas tinha toda a certeza que para a Helena seria “um passeio”! Estávamos na segunda edição do Mestrado “pós Bolonha”, e eu ensaiava tipos e temas de lecionação novos, que exigiam bastante de mim e dos alunos. Nem todos reagiam bem ... A Helena aderiu desde o princípio e, com o seu militantismo de “boas causas”, defendia a importância de ler textos teóricos, discutir a razão de ser da “História medieval”, colocar em causa “as narrativas”. E ralhava com quem não gostava de novidades ... Guardo ainda trabalhos dela, que me trazem imediatamente à memória discussões acesas e profícuas.

Tive uma grande alegria quando me veio dizer que queria que eu fosse sua orientadora de tese; logo transformada em pânico (controlado, penso) quando me informou sobre o tema: a astrologia no Portugal medieval! Na altura era eu quase totalmente ignorante sobre o assunto, e disse-lhe, mas ela insistiu ... fiz uma cara séria, tipo “medievalista encartada”, e perguntei-lhe: “mas há fontes?!” Ela até se riu! Foi o começo de um caminho a duas, em que quem aprendeu mais fui eu. A partir de certa altura, com a presença gentil e calma do Luís, um perfeito cavalheiro e outro grande investigador.

A Helena, como de costume, tinha o plano todo gizado na sua cabecinha ... conhecia bem as fontes, reuniu bibliografia, disse-me que ia escrever em Inglês (pioneiro, na altura), e propôs um coorientador especialista na matéria. Era tudo a “100 à hora” com ela, mas sempre no bom sentido, e com uma alegria e convicção tão profundas, que era impossível não aderir... E correu da melhor maneira: tese feita no prazo, com enorme qualidade, bem escrita, interessante. E para mim, foi uma constante aprendizagem, a par da simpatia pessoal, tomando por vezes conta da minha filha pequena, enquanto eu lia os seus trabalhos ... mais tarde, haveria de aconselhar-me a ter paciência com uma pré-adolescente com todas as características da idade. Este era um dos traços principais do feitio da Helena, que aplicava tanto às relações humanas quanto à investigação: preocupar-se, empenhar-se, procurar soluções positivas.

Nos anos seguintes, assisti ao desenvolvimento do que se esperava – uma cada vez maior autonomia de investigação, em temas, ambientes, orientadores e colegas. Sempre com toda a qualidade, convicção e capacidade de trabalho. O doutoramento no Warburg foi mais um exemplo de tal, assim como o restante percurso académico, que outros textos deste *in memoriam* evocam de forma muito clara.

Não tenho qualquer dúvida em afirmar que a Helena foi uma historiadora e uma investigadora de primeira apanha, uma pioneira em áreas pouco e mal estudadas na historiografia portuguesa, uma intrépida desbravadora de caminhos. Trouxe a astrologia medieval “para cima da mesa” da ciência histórica, deu a conhecer documentos novos, difundiu-os dentro e fora da academia. Era alguém que construía o seu próprio destino. Para mim, o que fica, é o sorriso, a luz que irradiava da Helena ... nos momentos em que, na Torre do Tombo, me mostrava manuscritos de astrologia e tentava que eu percebesse – e, vendo bem que eu percebia pouco, explicando-me com a maior paciência o que ali estava; nas risadas que dava quando me dizia que sabia que eu sempre a tinha achado a “maluquinha da Astronomia”; nos momentos menos felizes que partilhámos, face a situações académicas que nos entristeceram a ambas – mas que nunca nos desviaram dos nossos caminhos e de uma intenção de

agir bem, conforme as nossas consciências. Nessas ocasiões, mais uma vez admirei a sua coragem e retidão, que me consolaram e serviram de exemplo.

Sinto uma grande nostalgia ao escrever estes parágrafos, porque me vem constantemente à memória uma das alunas mais marcantes que tive, e uma amiga de quem gostava muito, e muito admirava. Consolo-me, lembrando-me que as pessoas nunca morrem, se tiverem deixado no mundo um rasto como o da Helena – cheio de generosidade, criatividade, bondade e audácia.

Maria de Lurdes Rosa

Luís Ribeiro, a fechar...

A Helena foi marcante na vida de muitos e mudou a minha para sempre. Foi a minha companheira de vida, com quem partilhei visões do mundo, estudos e muitas aventuras. Tal como uma supernova, a sua clareza e dinamismo iluminavam o seu caminho; o seu entusiasmo era contagiante, o seu movimento imparável e suavemente implacável. Tornou-se a primeira Historiadora da Astrologia em Portugal e deixou uma marca inesquecível e inspiradora. Será recordada pelos que tocou directamente e pelos que tocará com o seu legado.

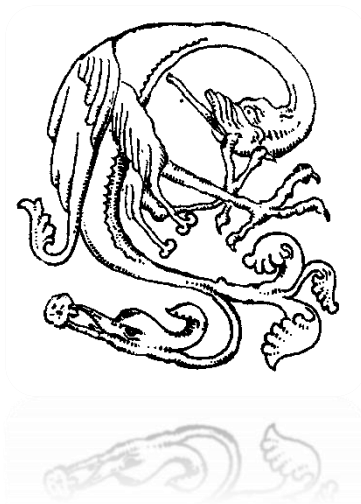
Luís Ribeiro

Para ser grande, sê inteiro: nada
Teu exagera ou exclui.
Sê todo em cada coisa. Põe quanto és
No mínimo que fazes.
Assim em cada lago a lua toda
Brilha, porque alta vive

Ricardo Reis, "Odes".

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

CUNHA, Cristina; et. al. – “*In Memoriam: José Marques (1937-2021), Maria Filomena Barros (1958-2021), Helena Avelar (1964-2021)*”. *Medievalista* 30 (Julho – Dezembro 2021), pp. 13-39. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

THEMATIC DOSSIER

*“FROM THE EAST TO THE WEST:
THE MILITARY ORDERS”*

DOSSIER TEMÁTICO

*“DO ORIENTE AO OCIDENTE:
AS ORDENS MILITARES”*



FROM THE EAST TO THE WEST: THE MILITARY ORDERS – A FOREWORD

Do Oriente ao Ocidente: As Ordens Militares – Uma Apresentação

(a) *Luís Filipe Oliveira*, (b) *Gregory Leighton*

(a) Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Campus de Gambelas 8005-139 Faro, Portugal

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Instituto de Estudos Medievais
1070-312 Lisboa, Portugal

lfolivei@ualg.pt

<https://orcid.org/0000-0001-7861-9311>

(b) Nicholas Copernicus University
Jurija Gagarina 11, 87-100 Toruń, Polónia

gregleighton@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4203-2313>



Following an intense, emotional, and extremely challenging year, it is with great pleasure that we introduce this thematic dossier of *Medievalista* on the history of the military religious orders. The inspiration for this volume comes from previous talks between Luís Filipe Oliveira and Helen Nicholson, in the summer of 2019, when a series of papers were delivered at the International Medieval Congress in Leeds, England, on the history of the military orders. The four sessions there organized, by Helen Nicholson included several researchers and a variety of topics on the origins of the religious-military orders. From their beginnings in the Eastern Mediterranean and in Europe, to their patrons and growth and to their refoundation and recreation in later times, the scope of the four sessions was wide and comprehensive, presenting new data and information on the continued avenues of ongoing research in the field.

Having accepted the challenge to publish these texts in *Medievalista*, Helen Nicholson handed the task to one of her former students, Gregory Leighton, now a post-doctoral researcher at the Nicholas Copernicus University, in Toruń, and member of the editorial board of its well-known publication series, the *Ordines Militares Colloquia Turonensia Historica*. For various reasons, to which the current pandemic was not unrelated, it was not possible to gather all those texts. Of the ten papers presented, only two are included in this dossier, that of Alan Forey and that of Dorothee Heinzemann and Jürgen Krüger. Therefore, there was a need to reformulate the initial objective and to make new invitations to other researchers. Almost all of these more recent calls for collaboration were met with positive responses, and it has been possible to draw on the assistance of other specialists in the study of military orders. The remaining texts published here, by Karl Borchardt, Joan Fuguet Sans and Carme Plaza Arqué, Philippe Josserand, and Raquel Torres Jiménez, were in response to these calls. In fact, they all fit into the framework of the problems that had been set out for the Leeds sessions, bringing new contributions to the history of military orders and their role in the relationship between the Holy Land and the Medieval West.

Oftentimes, when one hears the name ‘Templars’ or ‘Hospitallers’, perhaps even ‘Teutonic Knights’, they are immediately taken to images of the Holy Land, the Temple Mount, and the city of Jerusalem, the places in which the military orders first called ‘home’. However, this dossier adds to the ever-increasing body of scholarship on the international history and legacy of the orders throughout Europe, addressing a wide variety of questions and topics and demonstrating the considerable avenues for future research, in addition to providing summaries of ongoing projects. That is surely true with the paper of Alan Forey, a preeminent expert on the history of the military orders on the Iberian Peninsula. In his analysis of the origins of the Templar administration of Provence, Dr. Forey provides a detailed yet accessible survey of a variety of issues to determine precisely when the Order of the Temple began to develop its administrative structure in Iberia. Based in an extensive body of documentary evidence and charters, Forey’s paper delves into the importance of linguistics and analysis of the vocabulary of charters to trace the origins of administrations and institutions. A prime example of this can be seen in his examination of key terms in the administrative body of the Templars, namely the offices of *prior* and *claviger* (keeper of the keys) to demonstrate that the Temple had created an efficient administrative structure to the north of the Pyrennes by 1150. Tracing the presence of such terms available in published and unpublished sources to analyse the early provincial history of Templar administrations in the region of Provence, Alan Forey offers us a fascinating and detailed approach that will surely be of interest to those who study the internal administration and functioning of branches of the military orders in the twelfth century.

The role of the military orders closer to ‘home’ and through the lens of material culture is also addressed in this dossier. Dorothee Heinzelmann and Jürgen Krüger offer a contribution on understanding and reconstructing the Hospitallers’ headquarters in Jerusalem, the so-called ‘Muristan.’ This complex has been the subject of scholarly interest for over two centuries. However, little of it has remained for some time, and so we are forced to delve into the written, archaeological, and photographic evidence as a means to gain further insight into its functions. Prof. Heinzelmann and Prof. Krüger’s contribution allows us to do this. The piece provides the most recent summaries of a project to reconstruct this central building of the

Hospitaller order in Jerusalem, drawing on a wide variety of materials, including archival photographs and plans drawn during the excavation of the site in early twentieth century. As with all project reports, there still remain some areas for future development, but the contribution will surely draw the interests of historians of the Hospitallers specifically, and specialists in the history of the military orders and material culture as a whole.

The articulation of the Holy Land with the West, in which resided the very institutional originality of the military orders, from the Templars, to the Hospitallers and the Teutonic Knights, is the theme that Philippe Josserand addresses from the Templar province in Portugal. Reacting against a very common prejudice, present even in the most recent works, which sees the Templars in Portugal as an autonomous province, if not as a Portuguese institution, the author emphasizes the regularity and normality of the brothers' contacts with the Orient. Along with other data that is mentioned, he uses an unprinted charter, published in an appendix, about the journey that Lourenço Martins, lieutenant of the provincial master, made to the Holy Land, which was issued in Barcelona in April 1282. The charter reveals not only the amount of resources sent to the East – 45 to 50 horses, or mules, with their respective burdens – but also the regularity of these dispatches, with well-established routines. The entire operation was negotiated at a distance, perhaps from Portugal, but it had the intermediation of the commander of Palau-solità, on which the Templar house in Barcelona depended. Given the findings of this article, a significant and urgent revision of the perspectives that ignore, or minimize, the relations of the Portuguese brethren with the Holy Land, their subordination to the master, and to the central structures of the Temple order arises.

The remaining papers deal mainly with the establishment and presence of the military orders in the West, in addition to the reinvention of their missions in later times. Joan Fuguet and Carme Plaza's contribution studies how networks of influence and power were built around Templar commanderies in Catalonia, analyzing the trajectory of a lineage of the warrior aristocracy, the Queralt-Timor, a family associated since the late 12th century with the commendary of Barberà, in Tarragona. If the relationship had advantages for both sides, the sponsorship of the

members of this family was a decisive factor in consolidating Templar holdings. It also gave rise to other ties, with the admission of some of them, as *donatos*, to the confraternity of the militia, or even with the profession of some others, although these are usually late professions, made after forming a family and passing its heritage to the next generation. Along with their spiritual motivations, careers in the Order of Temple had an instrumental value for them, serving to strengthen their status and heritage in the region. Among the Queralt-Timor parents, such as the Anglesola, the Castellnou or the Rocaberti, the pattern was not very different, although there seems to be a predominance in the recruitment of brethren among the second-born children of these lineages. Their careers seem to be limited to the administration of commendaries and other offices within the Templar province, although Damau de Timor was Turcopolier in Cyprus at the beginning of the 14th century.

The paper presented by Raquel Torres Jiménez provides important data for the study of military orders as religious institutions, especially at the level of parish structures and religious assistance. Based on the 85 visitations made to the Campo de Calatrava, in Castile, between 1491 and 1539, the religiosity of lay women is studied from a male perspective, a theme that has been less explored. In addition to the contrast and conflict between educated religiosity, that of visitors, and the religious practices of rural areas, she documents the familiarity of women with the realities of local liturgical life, such as masses, hourly prayers and divine services. Above all, the paper highlights their devotion to the ornamentation of temples and sacred images, along with their special care for the office of the family deceased. On the other hand, the centrality of the convent of Calatrava in local religious life is also discussed, with the habitual presence of women in conventual spaces, such as the cloister and the dormitory, whether for devotional reasons, or to gain indulgences, or even, to attend the new masses of the convent clerics. Although prohibited by the abbot William II of Morimond in 1468, these practices continued until the beginning of the 16th century, when women were not allowed to stay in the convent at night.

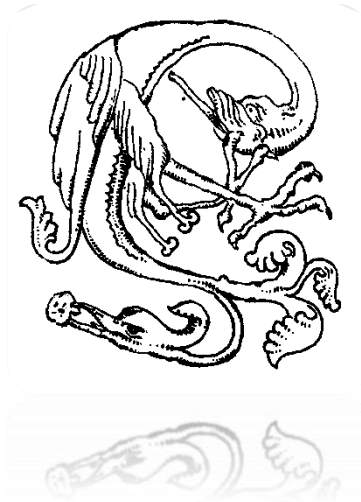
Moving away from the Iberian Peninsula, Karl Borchardt's contribution examines the history of the Hospitaller Order in Central Europe from the fourteenth to the

sixteenth centuries. Based around a document issued in 1392, Prof. Borchardt's paper examines the question of 'national' identities in the Middle Ages. Moreover, through this document, namely a land dispute between the Hospitallers of Austria and Styria, the paper suggests that it is the tension between the Hospitaller houses in the Middle Ages that can actually be seen as responsible for Austrian independence from Bohemia. Karl Borchardt's paper is a testament to the potential avenues for research into the history of the military orders in Europe during the Later Middle Ages, evidenced in the source edition and English translation that accompanies his paper. A bigger question also emerges in this contribution, too. Given the present-day uses and misuses of the military orders in popular culture, this paper is a thorough examination of the connections to and perceptions of national identities within the military orders in the Middle Ages. As Karl Borchardt states, ethnic and linguistic conflicts were of more importance in the minds of contemporaries, as opposed to any sort of 'proto-national' identity. The contribution thus serves as a rebuttal of the typical abuses of the history of the military orders (in this case, the Hospitallers in Austria) as belonging to any one 'nationality'. A simple, but well advised remark, still useful up to the present day in terms of how scholars approach the history of these institutions.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

OLIVEIRA, Luís Filipe; LEIGHTON, Gregory – “From the East to the West: The Military Orders – A Foreword”. *Medievalista* 30 (Julho – Dezembro 2021), pp. 43-49.

Disponível em <https://medievalista.iem.fcs.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.



MEDIEVALISTA

N.º 30 | Julho – Dezembro 2021

ISSN 1646-740X

Early Templar Administration in Provence and North-Eastern Spain

Inícios da Administração dos Templários na Provença e no Nordeste da Espanha

Alan Forey

Emeritus, University of Durham
The Bell House, Church Lane, Kirtlington, Oxon, OX5 3HJ
Oxford, United Kingdom

alan.forey@mybroadbandmail.com

Data recepção do artigo / Received for publication: 29 de Setembro de 2020

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 18 de Março de 2021

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.4484>

ABSTRACT

Information about the creation of Templar convents and a province in Provence, north-eastern Spain and neighbouring territories before 1150 is limited. Some types of evidence, however, suggest the establishment of convents. These include references to the construction of buildings to house Templars; the introduction of the term *magister* to describe some local officials; lists of brothers resident in a particular place; the appearance of the offices of *claviger* (“keeper of the keys”) and chaplain; and the close links formed between some laymen and Templar communities. It is clear that some convents were also setting up dependencies or granges by the middle of the 12th century. From very early on, there was a Templar official with authority on both sides of the Pyrenees, and he came to be given the title of *magister*, although the first reference to the province of “Provence and a certain part of Spain” does not occur until 1143. It is possible, though not certain, that provincial chapters began to be convened before 1150.

Keywords: Templars; Convents; Province; Dependencies; Chapters.

RESUMO

A informação sobre a criação dos conventos dos templários e da própria província da Provença, que incluía o nordeste de Espanha e territórios vizinhos antes de 1150, é limitada. Todavia, algumas provas sugerem a criação de conventos. Estas incluem referências à construção de edifícios para a habitação dos templários; a introdução do termo *magister* para descrever alguns oficiais locais; listas de freires residentes em determinado local; o aparecimento dos postos de *claviger* (claveiro, ou celeireiro) e de capelão; e os laços estreitos formados entre alguns leigos e as comunidades templárias. É claro que alguns conventos estavam também a estabelecer dependências ou granjas em meados do século XII. Havia desde muito cedo um oficial templário com autoridade em ambos os lados dos Pirenéus, a quem veio a ser dado o título de *magister*, embora a primeira referência à província de “Provença e uma certa parte de Espanha” não ocorra até 1143. É possível, embora não certo, que os capítulos provinciais tenham começado a ser organizados antes de 1150.

Palavras-chave: Templários; Conventos; Província; Dependências; Capítulos.



A very considerable proportion of the documents published by the Marquis d'Albon in his *Cartulaire général de l'ordre du Temple* concerns rights and properties in north-eastern Spain, Provence and neighbouring regions, such as Roussillon, which did not come under Aragonese control until 1172¹. It is, however, not easy to trace the early development of Templar administration in these districts in the years up to the middle of the 12th century, as charters sought to define what was passing into the Order's hands and not to describe Templar organisation. Terminology presents a further obstacle. The military orders were a new form of religious institution that was dominated by lay brothers, and the terms currently used in monastic foundations were not always applicable to them. To facilitate the dispatch of men and supplies to the Holy Land, the Templars and Hospitallers were also creating new forms of organisation to group together their establishments in a region. The Hospital did adopt the terms 'prior' and 'priory', but in many instances these orders were developing their own terminology. This happened, however, only slowly, and in the early years of the Temple and Hospital the words used to describe officials or establishments lacked precision and consistency. Furthermore, even when brothers were given a title before 1150, it was frequently not linked to a particular place or district. Some documents were, moreover, not precisely dated. The creation of houses and a province cannot therefore be examined very fully or precisely from a simple reading of this document base alone, but some tentative conclusions can be reached.

Early grants in the West to the Temple were mostly made not for the purpose of founding houses in western Europe, but to provide resources for the Holy Land. A donation of property in the district of Carcassonne in 1133 was made to the

¹ The following abbreviations are used: *CD* = *Cartulaires des Templiers de Douzens*. Ed. Pierre Gérard and Elisabeth Magnou. Paris: Bibliothèque Nationale, 1965; *CHTD* = *Cartulaires des Hospitaliers et des Templiers en Dauphiné*. Ed. C.-U.-J. Chevalier. Vienne: E. J. Savigné, 1875; *CR* = *Cartulaire de la commanderie de Richerenches de l'ordre du Temple (1136-1214)*. Ed. Marquis de Ripert-Monclar. Avignon-Paris: Seguin/Champion, 1907; *CT* = *Cartulaire général de l'ordre du Temple, 1119?-1150*. Ed. Marquis d'Albon. Paris: Champion, 1913; *DM* = *Diplomatari del Masdú*. Ed. Rodrigue Tréton. 5 vols. Barcelona: Fundació Noguera, 2010.

Templars “ad tutelam et defensionem sancte civitatis Iherusalem et sancte Xpistianitatis Deo militantibus”, and in the following year the count of Toulouse gave a privilege to the brothers who “civitatem sanctam cum habitatoribus custodiunt”². The situation was, however, different in Catalonia, where attempts were quickly made to bring the Templars into the *reconquista* and to establish them in frontier castles. Raymond Berenguer III gave the stronghold of Granyena, which was described as “in mea marchia contra Sarracenos”, and similar wording was used in grants of the castle of Barberà by the count of Urgel in 1132 and by Raymond Berenguer IV three years later³. Yet the Templars were not prepared at that time to assume military responsibilities in the Peninsula. In the charters recording the grants of Barberà the future perfect tense was used: the donations were made to the Templars “qui venerint et steterint cum armis in Graniana vel nostra marchia”; and Raymond Berenguer IV, probably in 1134, undertook to serve with the Templars for the first year of their service⁴, indicating that they had not then taken up arms in Spain.

The property that the Order rapidly gained did, however, have to be administered. The task could have been delegated to secular officials, but these would have needed close supervision, whereas the creation of Templar convents not only provided for the administration of property but also helped to attract further donations and recruits. The Hospital had already set a precedent by founding houses in western Europe⁵. In fact, the Temple quickly began to create an administrative structure by establishing bases in various locations. The word *domus* was most commonly used to describe these, but it is not always easy to distinguish Templar communities which can be termed convents from smaller establishments which housed merely

² *CT*, pp. 45-47, 66 docs. 63, 87.

³ *CT*, pp. 25, 36-37, 53 docs. 33, 47, 70; *Collecció diplomàtica de la casa del Temple de Barberà (945-1212)*. Ed. Josep M. Sans i Travé. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1997, pp. 102-104, docs. 27-28; *Els pergamins de l'Arxiu Comtal de Barcelona, de Ramon Berenguer II a Ramon Berenguer IV*. Ed. Ignasi J. Baiges, Gaspar Feliu, Josep M. Salrach *et al.* 4 vols. Barcelona: Fundació Noguera, 2010, 3, pp. 1091-1093, 1096-1097, docs. 652, 655.

⁴ *CT*, p. 55 doc. 72; *Pergamins de l'Arxiu Comtal...*, 3, pp. 1120-1123, doc. 671; *Collecció diplomàtica de la casa del Temple de Gardeny (1070-1200)*. Ed. Ramon Sarobe i Huesca. 2 vols. Barcelona: Fundació Noguera, 1998, 1, pp. 84-87, doc. 6.

⁵ RILEY-SMITH, Jonathan – “The Origins of the Commandery in the Temple and the Hospital”. in LUTTRELL, Anthony; PRESSOUYRE, Léon (Ed.) – *La commanderie. Institution des ordres militaires dans l'Occident médiéval*. Paris: Comité des travaux historiques et scientifiques, 2002, p. 10.

one or two Templars. The word *conventus* was hardly ever used before 1150: a reference in 1147 to the convent of Novillas, near the border between Aragon and Navarre, was a rare exception⁶. A bequest in 1150 to the *cavalleria* of Corbins in Catalonia could also be interpreted to imply that a convent had been established there by that date, but this is an isolated use of the term⁷; and although the holding of a chapter at Arles in 1142 would suggest the existence of a Templar community there⁸, similar references elsewhere are lacking. Some documents do, however, allude to the construction of buildings, and this was more likely to happen when a convent was being created, as opposed to when a provision was being made for the accommodation of merely a single Templar administrator. A document of December 1138 mentions the place “in quo est jam edificatus et constructus mansus supradicte militie Iherosolimitane, qui appellatur a multis Mansio Dei” – that is, Masdèu in Roussillon⁹. Reference was similarly made to the time “quando domus Richarenarum (...) cepit edificari” in a charter drawn up in June of the following year, and a document dating probably from 1141 mentions this Provençal house of Richerenches, “que edificatur pro illis [Templariis]”¹⁰. Architectural studies have, in fact, shown that the early buildings at Richerenches were of considerable size¹¹.

⁶ *CT*, p. 279, doc. 447.

⁷ *Collecció diplomàtica de la casa de Gardeny ...*, 1, pp. 115-116, doc. 26. A document dated in the 26th year of Louis which refers to the “milicia de Garden” has been assigned to the year 1134: *CT*, p. 63, doc. 82; *Pergamins de l'Arxiu Comtal ...*, 3, pp. 1129-1131, doc. 677. But as the nearby city of Lleida was not captured by Raymond Berenguer IV until 1149, the document must be referring to Louis VII: in *Collecció diplomàtica de la casa de Gardeny ...*, 1, pp. 230-231, doc. 119, it is more properly assigned to the year 1163. Albon also published a document recording a grant in 1134 by Ramiro of Aragon to the *cavaleatores* of Zaragoza, but there is no reason to assume that these were Templars: *CT*, p. 68, doc. 91; “Documentos para el estudio de la reconquista y repoblación del valle del Ebro”. Ed. José M. Lacarra. *Estudios de edad media de la Corona de Aragón* 5 (1952), pp. 556-557, doc. 334; “Colección diplomática de Grisén (siglos XII y XIII)”. Ed. María L. Ledesma Rubio. *Estudios de edad media de la Corona de Aragón* 10 (1975), p. 700, doc. 1.

⁸ *CT*, pp. 183-186, doc. 281.

⁹ *CT*, p. 119, doc. 171; *DM*, 2, pp. 376-378, doc. 19.

¹⁰ *CT*, pp. 131-132, pp. 155-156, docs. 190, 230; *CR*, pp. 17, pp. 88-91, docs. 13, 89; see also *CT*, p. 194, doc. 297, and *CR*, pp. 22-23, doc. 19, for a later document which refers to the house of Richerenches “que edificatur, ad edificacionem et sustentationem milicie que est in Templo Ierosolimitani constituta”; cf. *CT*, p. 80, doc. 113; DEMURGER, Alain - “L’implantation des Templiers en France au milieu du XII^e siècle”. in SANS I TRAVÉ, Josep M.; SERRANO DAURA, Josep (Ed.) - *Actes de les jornades internacionals d’estudi sobre els orígens i l’expansió de l’orde del Temple a la Corona d’Aragó (1120-1200)*. Tarragona: Diputació de Tarragona, 2010, p. 160.

¹¹ MIGNON, Jean-Marc; CARRAZ, Damien - “La maison templière de Richerenches (Vaucluse). Premiers résultats de l’étude archéologique et architecturale”. *Archéologie du Midi médiéval*, 26 (2008), pp. 131-143.

The titles given to Templars with administrative responsibilities are of only limited assistance. The terms “commander” or “preceptor”, which later became the norm for describing the heads of convents, are almost entirely lacking in the opening decades of the Order’s history: a reference to a *preceptor* at Arles in 1146 is possibly the sole example before 1150¹². The only titles found in very early documents are *bajulus* and *minister*, without any territorial qualification. The term *magister* did, however, begin to come into use in the later 1130s and this may in some instances have been used to indicate the head of a convent. In a document which may belong to the year 1139, Rigald, master in Novillas, was named¹³. In the following year, the Templar Peter of Rovira was called master of Palau, to the north of Barcelona: in fact, he had wider authority, but the use of the term in relation to Palau may be of significance¹⁴. A charter drawn up between 1138 and 1147 mentions the master of Richerenches, and the term *magister* was used in documents relating to Douzens, not far from Carcassonne, in 1146-1147¹⁵.

Some documents also allude to groups of brothers who received a donation or purchase, suggesting that a house was inhabited by more than just one or two Templars. In some instances, no precise number is given: a charter about a property in Novillas, drawn up probably in 1135, mentions two named Templars “et alios fratres qui ibidem erant”, and the phrase “fratres de Novillas” occurs in another agreement made in 1143/1145¹⁶. But some documents do provide lists of brothers. Six were named in two charters, dated 1139 and 1141, which were copied into the Richerenches cartulary, and twelve brothers were listed in a document of the year 1142 which is also found in that volume¹⁷. It could, of course, be argued that some of the Templars mentioned in these sources were not necessarily resident in the

¹² CARRAZ, Damien – *L’ordre du Temple dans la basse vallée du Rhône (1124-1312). Ordres militaires, croisades et sociétés méridionales*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2005, p. 92.

¹³ *CT*, p. 122, doc. 177; “Documentos para el estudio...”, pp. 564-565, doc. 342 (where the date is discussed).

¹⁴ *CT*, pp. 140-141, doc. 202; *Pergamins de l’Arxiu Comtal...*, 3, pp. 1257-1258, doc. 763.

¹⁵ *CT*, pp. 120-121, pp. 271-272, p. 289, docs 174, 435, 464; *CR*, pp. 49-50, doc. 48; *CD*, pp. 45, pp. 180-181, docs. A 34, 207.

¹⁶ *CT*, pp. 78, 235, docs. 109, 367. The second document is dated 1145, but it was said to have been issued in the year when Raymond Berenguer IV gave Monzón to the Templars (1143).

¹⁷ *CT*, pp. 129-130, p. 159, p. 182, docs. 189, 235, 278; *CR*, pp. 5-7, p. 40, pp. 161-162, docs. 3, 37, 185. A document dated July 1147 in a Douzens cartulary similarly names ten brothers: *CT*, pp. 287-288, doc. 462; *CD*, pp. 275-277, doc. D 4.

places where the charters were drawn up. Yet the donation recorded in the document of 1142 was made to the house of Richerenches, to brother Hugh of Panaz and to “fratribus in ea nunc et semper degentibus”, and almost all the Templars mentioned in these charters were named only in documents relating to the house of Richerenches. As later evidence indicates that the number of brothers in a convent was often small, those listed in these Richerenches charters were certainly numerous enough to constitute a convent.

Before 1150 some of these brothers held posts which became characteristic of Templar convents. A *claviger* is recorded in the documents of Richerenches from 1141 onwards, although this is the only house where this official is mentioned before the middle of the century¹⁸. Nicholas, described as “noster cappellanus”, was named in a document listing donations to Douzens between 1134 and 1139¹⁹, and the earliest references to brother chaplains at Richereches occur in charters dated between 1136 and 1139, while a chaplain at Arles was mentioned in 1146²⁰. Earlier, in 1136, the bishop of Vich had agreed that the chapel in the castle of Granyena should have a priest “eiusdem religionis sine proprio viventem (...) ad servicium Dei et ecclesie et sancte fratrum congregationis”²¹. This concession was prompted by a Templar petition, but it is not known whether a chaplain was in fact appointed at this time. The term *congregatio* has been taken to imply that a Templar community already existed there²², but the word could have been referring to the Order in general, and it is clear from later negotiations between the Templars and the count of Barcelona that in 1136 they still had no military role in Catalonia, while the first reference to a commander at Granyena is not found until 1181²³. The number of brother chaplains in the Temple was, however, at all times small, and they were

¹⁸ *CT*, pp. 155-156, p. 159, pp. 182-183, p. 260, p. 350, p. 367, docs. 230, 235, 278-279, 413, 565, 596; *CR*, p. 17, pp. 30-31, p. 40, p. 51, pp. 54-55, pp. 68-69, p. 141, p. 161-162, docs. 13, 29, 37, 50, 53, 66, 157, 185.

¹⁹ *CD*, pp. 9-12, doc. A 4.

²⁰ *CT*, pp. 87, pp. 106-107, pp. 112-113, docs. 125, 152, 161; *CR*, pp. 4-5, pp. 29-30, pp. 36-37, docs. 2, 28, 33; CARRAZ, Damien - *L'ordre du Temple ...*, p. 92. A chaplain mentioned in 1140 may have then been residing at Palau: *CT*, pp. 140-141, doc. 202.

²¹ FREEDMAN, Paul H. - “Els Templers al castell de Granyena segons un document de l'Arxipiscopal de Vic”. *Ausa* 11 (1983), p. 4.

²² FREEDMAN, Paul H. - “Els Templers al castell de Granyena (...)”, p. 3.

²³ FOREY, Alan J. - *The Templars in the Corona de Aragón*. London: Oxford University Press, 1973, p. 431.

usually found in convents, rather than in lesser establishments, although there are a few exceptions²⁴.

Links between laymen and the Order in some cases also suggest the existence of convents. A document in a Douzens cartulary states that in 1129, a couple gave the Temple all their property “sine ulla retinentia preter victum et vestitum.” This has been taken to refer to a corrody, but it may mean that they merely retained enough land to provide for their livelihood: there is no specific reference to a maintenance grant by the Order²⁵. In 1136, however, it was recorded that a Catalan benefactor was promised food and clothing, possibly at Palau²⁶, and as early as 1132 a woman called Açalaidis gave herself “ad servicium Dei faciendum subtus obedientiam de ipso magistro [Templi] (...) sine ulla proprietate”, and she later added that she was acting “propter quod Dominus meus fuit dignatus esse pauper per me, sicuti ille fuit pauper per me, sic volo esse pauperula per illum”²⁷. She was apparently attaching herself to a Templar community which by then existed at Masdéu. Four years later Ermengol of So requested in his will that if he died in the West before going to Jerusalem “corpus suum deferri ad ipsum Mansum Dei, quem [sic] de ipsa cavalleria est, ut est factum”²⁸. Burial at Masdéu seems by then to have become an accepted practice²⁹. Two confraternity lists copied into the Novillas cartulary also suggest that burial at that Aragonese house was already common before the middle of the

²⁴ *DM*, 5, p. 2904; *Procès des Templiers*. Ed. Jules Michelet. 2 vols. Paris: Imprimerie Royale, 1841-1851, 2, p. 454; see also below, note 38. The right to have brother chaplains granted by Innocent II in 1139 was clearly confirming an existing practice: *Papsturkunden für Templer und Johanniter*. Ed. Rudolf Hiestand. Göttingen: Vandenhoeck and Ruprecht, 1972, pp. 204-210, doc. 3.

²⁵ *CT*, p. 12, doc. 18; *CD*, p. 269, doc. C 11; SELWOOD, Dominic – *The Knights of the Cloister. Templars and Hospitallers in Central-Southern Occitania 1100-1300*. Woodbridge: Boydell Press, 1999, pp. 61-62, 64.

²⁶ *CT*, p. 88, doc. 127; *Pergamins de l'Arxiu Comtal...*, 3, pp. 1176-1177, doc. 711.

²⁷ *CT*, pp. 51-52, doc. 68; *DM*, 2, pp. 363-365, doc. 10.

²⁸ *CT*, p. 97, doc. 139; *DM*, 2, pp. 368-370, doc. 14; see also *Pergamins de l'Arxiu Comtal...*, 3, pp. 1422-1423, doc. 881.

²⁹ LUTTRELL, Anthony – “Los orígenes de la encomienda templaria en el Occidente latino” ..., p. 57, argues that the obligation to bury *confratres* did not necessarily imply burial at a Templar house: it might take place at a parochial church which did not belong to the Order. But the document quoted in support merely states that in 1133/1134 the bishop of Soissons promised free burial of Templars at a time when they were only beginning to establish bases in the West: *CT*, pp. 42-43, doc. 59; and it is difficult to understand why, if burial were to be at a parish church, an obligation should be placed on the Templars.

century, for these were both drawn up before 1150³⁰. The compiling of such lists is itself a further indication of the development of Templar administration at Novillas. Thus, although it is not possible to discern exactly when convents were established, it is clear that the process had begun already in the 1130s.

It became the norm for Templar convents to have dependencies or granges subject to them in various places within the boundaries of a commandery, and these were administered often only by a single Templar, who was answerable to the head of the convent. The beginnings of this arrangement can be discerned in the years up to 1150. Most Templar properties in Aragon and Navarre were under the authority of the head of Novillas, but subordinate officials became responsible for particular districts. In 1148 Rigald Viger, the master of Novillas, and “frater Gitardus qui tenebat Hambel”³¹ were involved in a boundary dispute, and in the following year a sale was made to Rigald Viger and the Templar Dominic “qui tenebat Boquiennic”, farther down the Ebro from Novillas³². A house in Barcelona was mentioned in 1150³³, but this was subordinate to the convent at Palau until the later 13th century. A late Latin version of the *Gesta comitum Barchinonensium* admittedly claims that nearly twenty years earlier, Raymond Berenguer III, “in fine se ipsum Deo et Hierosolymitanae militiae offerens, apud Barchinonam in domo pauperum (...) vitam finivit”³⁴, but this is not included in earlier versions of the chronicle³⁵, and when his will was published it was stated that the count had made it “iacens apud

³⁰ Madrid, Archivo Histórico Nacional, Códice 595B/691, fols. 166-182, docs. 421-422; published in UBIETO ARTETA, Agustín – “Cofrades aragoneses y navarros de la milicia del Temple (siglo XII)”. *Aragón en la edad media* 3 (1980), pp. 53-64; the dating is discussed on pp. 33-34. The dating is also examined by LAPEÑA, Ana I. – “La encomienda de la orden del Temple en Novillas (siglo XII)”. *Cuadernos de estudios borjanos* 3 (1979), p. 117. For further discussion of these confraternities see LEMA PUEYO, José A. – “Las cofradías y la introducción del Temple en los reinos de Aragón y Pamplona: guerra, intereses y piedad religiosa”. *Anuario de estudios medievales* 28 (1998), pp. 311-331. The lists record only the donations made by *confratres*, and do not mention burial, but the interment of *confratres* by the Temple became the normal practice.

³¹ Ambel lies to the south of Novillas.

³² *Cartas de población del reino de Aragón en los siglos medievales*. Ed. María L. Ledesma Rubio. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 1991, pp. 94-95, doc. 70; *CT*, p. 333, doc. 543.

³³ *CT*, p. 368, doc. 597; *Pergamins de l'Arxiu Comtal...*, 3, pp. 1462-1463, doc. 908.

³⁴ *Gesta Comitum Barcinonensium*. Ed. Louis Barrau y Dihigo and Jaime Massó Torrents. Barcelona: Casa de caritat, 1925, p. 38.

³⁵ *Gesta comitum Barcinonensium*, p. 8; *Les Gesta Comitum Barchinonensium (versió primitiva), la Brevis Historia i altres textos de Ripoll*. Ed. Stefano M. Cingolani. Valencia: Universitat de Valencia, 2012, p. 133.

Barchinonam in palacio suo detentus ab egritudine qua obiit”³⁶. These subordinate houses may have housed only a single Templar and donations were made to the head of the mother house.

The situation at Roaix, a few miles south-east of Richerenches, was, however, somewhat different. On the one hand, several gifts before 1150 were made to the house of Roaix³⁷, and in 1148 not only was reference made to Riambald, “qui ejusdem domus curam habebat de Roaix”, but also apparently to a Templar chaplain there³⁸. Yet in 1148 and 1150 when rights there were acquired by the Templars, a payment to the patrons was made by the head of Richerenches, and the first of these transactions took place in the house of Richerenches³⁹; and most of the brothers mentioned in documents relating to Roaix were usually resident at Richerenches. Roaix seems therefore to have still been dependent on Richerenches, although it was clearly different from some other dependencies and was at a rather later stage of development.

The function of Templar houses in the West was partly to provide resources and recruits for the Holy Land, and as the Order expanded it became necessary to have an intermediate authority between houses in western Europe and the Order’s headquarters in the East in order to co-ordinate the supplying of the Holy Land as well as to provide supervision over Templar foundations. The Hospital had already begun to establish priories – that of St Gilles was in existence by 1123 – ⁴⁰, and the Temple followed suit by creating provinces. The first indication of the grouping of

³⁶ *Liber Feudorum Maior*. Ed. Francisco Miquel Rosell. 2 vols. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1945-1947, 1, pp. 527-532, doc. 493; *Els testaments dels comtes de Barcelona i dels reis de la Corona d’Aragó. De Guifré a Joan II*. Ed. Antoni Udina i Abelló. Barcelona: Fundació Noguera, 2001, pp. 97-103; *Pergamins de l’Arxiu Comtal...*, 3, pp. 1058-1065, doc. 633.

³⁷ *CT*, pp. 160-161, p. 324, p. 360, docs. 238, 527, 586; *CHTD*, pp. 68, pp. 71-73, docs. 110, 115.

³⁸ *CT*, p. 324, doc. 527; *CHTD*, p. 68, doc. 110. In 1138/1139 the bishop of Vaison had granted the Templars the right to build a church “ubicumque eis placuerit in predicto territorio de Roaisso”, and the gift included the right to have a cemetery and oblations and all other ecclesiastical rights: the wording does not suggest that he was referring to a Templar chapel: *CT*, pp. 125-126, doc. 182; *CHTD*, pp. 62-64, doc. 104. A document drawn up in 1150 which mentions tithes of the church of St. Mary in Roaix was also not referring to a Templar chapel: *CT*, p. 324, doc. 527; *CHTD*, p. 68, doc. 110. In 1141 the bishop of Vaison had further referred to the house of Roaix “que in nostro episcopatu gratia Dei est et hedificatur”; yet the wording is not as explicit as that in the documents relating to the construction of houses at Masdéu and Richerenches: *CT*, pp. 160-161, doc. 238; *CHTD*, pp. 71-73, doc. 115.

³⁹ *CT*, p. 324, p. 360, docs. 527, 586; *CHTD*, p. 68, doc. 110.

⁴⁰ RILEY-SMITH, Jonathan – *The Knights Hospitaller in the Levant, c. 1070-1309*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012, p. 188 and p. 194.

Templar possessions in Catalonia and districts to the north of the Pyrenees is provided by the career of Hugh Rigaud, who between 1128 and 1136 was mentioned in documents drawn up in Catalonia and in some districts to the north of the Pyrenees: when the Templars first came to these areas Raymond Berenguer III was, of course, both ruler of Catalonia and count of Provence. Hugh Rigaud was called *procurator* on one occasion, but he was usually given no other title⁴¹. He was succeeded by the Catalan Arnold of Bedós. He has sometimes been identified as the head of the house of Richerenches⁴², but he had wider responsibilities. In a Catalan document of 1136 he was described as “nostre terre prior”⁴³, and in the period up to 1139 he was frequently named in documents copied into the cartularies of Douzens, Masdéu and Richerenches as well as in Catalan sources: he was occasionally given the title of *magister*⁴⁴, though without any territorial qualification. Neither of these Templars was named in documents relating to Aragon and Navarre, but Peter of Rovira, who succeeded Arnold of Bedós, was active in these kingdoms. Raymond Berenguer IV had acquired lordship over Aragon in 1137, while Navarre had been under Aragonese rule until 1134⁴⁵. Peter of Rovira also exercised authority in some adjacent territories under Castilian rule. In 1146 he was given property near Soria by Alfonso VII, and a number of documents relating to districts under Castilian rule were copied into the 12th century cartulary of the Aragonese house of Novillas⁴⁶. Peter of Rovira was not only called *magister* in a number of documents⁴⁷: in 1143, he was said to be master in Provence and a certain

⁴¹ *CT*, p. 45, doc. 62. A brother Hugh is mentioned as *magister* in 1136 in a Catalan document, and this has been taken to refer to Hugh Rigaud: FREEDMAN, Paul H. – “Els Templers al castell de Granyena (...)” ..., pp. 3-4; but it seems more likely that the Templar in question was the master of the Order, Hugh of Payns.

⁴² *CR*, p. cliv; LÉONARD, Émile G. – *Introduction au cartulaire manuscrit du Temple (1150-1317) constitué par le Marquis d’Albon*. Paris: Champion, 1930, p. 40; CARRAZ, Damien - *L’ordre du Temple...*, p. 91.

⁴³ FREEDMAN, Paul H. – “Els Templers al castell de Granyena (...)” ..., p. 4.

⁴⁴ *CT*, pp. 84-85, p. 101, docs. 121, 144; *CR*, pp. 48-49, doc. 47; *Pergamins de l’Arxiu Comtal...*, 3, pp. 1197-1199, doc. 727.

⁴⁵ On Peter of Rovira’s background, see VILAGINÉS I SEGURA, Jaume – “Pere de Rovira, un templer del Vallès”. *Notes (Centre d’estudis molletans)* 20 (2005), pp. 43-61.

⁴⁶ *CT*, pp. 257-258, doc. 410; Archivo Histórico Nacional, Códice 595B/691, fols. 153, 154v-157v, 159, docs. 390, 392-397, 402; *Colección diplomática medieval de la Rioja*. Ed. Ildefonso Rodríguez de Lama. 4 vols. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 1976-1989, 2, pp. 218-219, pp. 242-243, pp. 257-258, p. 260, pp. 262-263, pp. 268-269, p.278, docs. 146, 169, 183, 185, 187, 192, 200; “Documentos para el estudio (...)” ..., pp. 582-583, pp. 593-595, docs. 363, 377-379.

⁴⁷ See, for example, *CT*, pp. 140-141, p. 158, p. 163, p. 166, docs. 202, 233, 242, 246; *DM*, 2, pp. 381-382, pp. 385-386, docs. 22, 25; *CD*, pp. 23-24, doc. A 11. No provincial master in Castile or León is

part of Spain⁴⁸ – a title which became the norm until Provence became a separate province in the 13th century.

At no time was Templar administration at the provincial level very elaborate. It became the accepted practice, however, to hold an annual provincial chapter. The Hospital was holding prioral chapters as early as 1123⁴⁹, but it is not clear when the Templars' first provincial assembly was held. A chapter at Arles was mentioned in a document of 1142. Peter of Rovira was named, as were three other Templars who were apparently from Catalonia and Douzens, while many others were said to be present⁵⁰. This assembly could have been a provincial chapter, but the evidence is insufficient to be certain. An agreement reached with the bishop of Roda during the siege of Lleida in 1149 was apparently also confirmed in a Templar chapter, but the wording of the surviving document is lacking precision⁵¹. Nevertheless, although the surviving sources are not always very helpful, it is clear that by 1150 a number of convents had been established in north-eastern Spain and in lands beyond the Pyrenees, and that a province of the Order had been created which straddled the Pyrenees.

known until the later 1170s: MARTÍNEZ DIEZ, Gonzalo – *Los Templarios en la Corona de Castilla*. Burgos: La Olmeda, 1993, p. 63 and p. 66.

⁴⁸ *CT*, pp. 204-205, doc. 314; *Pergamins de l'Arxiu Comtal ...*, 3, pp. 1334-1339, doc. 822; *Collecció diplomàtica la casa de Barberà...*, pp. 110-114, doc. 35; *Collecció diplomàtica de la casa de Gardeny ...*, 1, pp. 89-93, doc. 9.

⁴⁹ RILEY-SMITH, Jonathan – *Knights Hospitaller ...*, p. 194.

⁵⁰ *CT*, pp. 183-186, doc. 281.

⁵¹ *CT*, pp. 345-346, doc. 557.

Primary Sources

Manuscripts

Madrid, Archivo Histórico Nacional, Códice 595B/691.

Printed Sources

Cartas de población del reino de Aragón en los siglos medievales. Ed. María L. Ledesma Rubio. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 1991.

Cartulaire de la commanderie de Richerenches de l'ordre du Temple (1136-1214). Ed. Marquis de Ripert-Monclar. Avignon-Paris: Seguin/Champion, 1907.

Cartulaire général de l'ordre du Temple, 1119?-1150. Ed. Marquis d'Albon. Paris: Champion, 1913.

Cartulaires des Hospitaliers et des Templiers en Dauphiné. Ed. C.-U.-J. Chevalier. Vienne: E. J. Savigné, 1875.

Cartulaires des Templiers de Douzens. Ed. Pierre Gérard and Elisabeth Magnou. Paris: Bibliothèque Nationale, 1965.

Collecció diplomàtica de la casa del Temple de Barberà (945-1212). Ed. Josep M. Sans i Travé. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1997.

Collecció diplomàtica de la casa del Temple de Gardeny (1070-1200). Ed. Ramon Sarobe i Huesca. 2 vols. Barcelona: Fundació Noguera, 1998.

"Colección diplomática de Grisén (siglos XII y XIII)". Ed. María L. Ledesma Rubio. *Estudios de edad media de la Corona de Aragón* 10 (1975), pp. 691-820.

Colección diplomática medieval de la Rioja. Ed. Ildefonso Rodríguez de Lama. 4 vols. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 1976-1989.

Diplomatari del Masdeú. Ed. Rodrigue Tréton. 5 vols. Barcelona: Fundació Noguera, 2010.

"Documentos para el estudio de la reconquista y repoblación del valle del Ebro". Ed. José M. Lacarra. *Estudios de edad media de la Corona de Aragón* 5 (1952), pp. 511-668.

Les Gesta Comitum Barchinonensium (versió primitiva), la Brevis Historia i altres textos de Ripoll. Ed. Stefano M. Cingolani. Valencia: Universitat de Valencia, 2012.

Gesta Comitum Barcinonensium. Ed. Louis Barrau y Dihigo and Jaime Massó Torrents. Barcelona: Casa de caritat, 1925.

Liber Feudorum Maior. Ed. Francisco Miquel Rosell. 2 vols. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1945-1947.

Papsturkunden für Templer und Johanniter. Ed. Rudolf Hiestand. Göttingen: Vandenhoeck and Ruprecht, 1972.

Els pergamins de l'Arxiu Comtal de Barcelona, de Ramon Berenguer II a Ramon Berenguer IV. Ed. Ignasi J. Baiges, Gaspar Feliu, Josep M. Salrach *et al.* 4 vols. Barcelona: Fundació Noguera, 2010.

Procès des Templiers. Ed. Jules Michelet. 2 vols. Paris: Imprimerie Royale, 1841-1851.

Els testaments dels comtes de Barcelona i dels reis de la Corona d'Aragó. De Guifré a Joan II. Ed. Antoni Udina i Abelló. Barcelona: Fundació Noguera, 2001.

Studies

CARRAZ, Damien – *L'ordre du Temple dans la basse vallée du Rhône (1124-1312). Ordres militaires, croisades et sociétés méridionales*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2005.

DEMURGER, Alain – “L’implantation des Templiers en France au milieu du XII^e siècle”. in SANS I TRAVÉ, Josep M.; SERRANO DAURA, Josep (ed.) – *Actes de les jornades internacionals d'estudi sobre els orígens i l'expansió de l'orde del Temple a la Corona d'Aragó (1120-1200)*. Tarragona: Diputació de Tarragona, 2010, pp. 151-164.

FREEDMAN, Paul H. – “Els Templers al castell de Granyena segons un document de l'Arxiu Episcopal de Vic”. *Ausa* 11 (1983), pp. 1-5.

LAPEÑA, Ana I. – “La encomienda de la orden del Temple en Novillas (siglo XII)”. *Cuadernos de estudios borjanos* 3 (1979), pp. 95-172.

LEMA PUEYO, José A. – “Las cofradías y la introducción del Temple en los reinos de Aragón y Pamplona: guerra, intereses y piedad religiosa”. *Anuario de estudios medievales* 28 (1998), pp. 311-331.

LÉONARD, Émile G. – *Introduction au cartulaire manuscrit du Temple (1150-1317) constitué par le Marquis d'Albon*. Paris: Champion, 1930.

LUTTRELL, Anthony – “Los orígenes de la encomienda templaria en el Occidente latino”. in SANS I TRAVÉ, Josep M.; SERRANO DAURA, Josep (ed.) – *Actes de les jornades internacionals d'estudi sobre els orígens i l'expansió de l'orde del Temple a la Corona d'Aragó (1120-1200)*. Tarragona: Diputació de Tarragona, 2010, pp. 55-68.

MARTÍNEZ DIEZ, Gonzalo – *Los Templarios en la Corona de Castilla*. Burgos: La Olmeda, 1993.

MIGNON, Jean-Marc; CARRAZ, Damien – “La maison templière de Richerenches (Vaucluse). Premiers résultats de l'étude archéologique et architecturale”. *Archéologie du Midi médiéval* 26 (2008), pp. 131-143.

RILEY-SMITH, Jonathan – “The Origins of the Commandery in the Temple and the Hospital”. in LUTTRELL, Anthony; PRESSOUYRE, Léon (ed.) - *La commanderie. Institution des ordres militaires dans l'Occident médiéval*. Paris: Comité des travaux historiques et scientifiques, 2002, pp. 9-18.

RILEY-SMITH, Jonathan – *The Knights Hospitaller in the Levant, c. 1070-1309*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012.

SELWOOD, Dominic – *The Knights of the Cloister. Templars and Hospitallers in Central-Southern Occitania 1100-1300*. Woodbridge: Boydell Press, 1999.

UBIETO ARTETA, Agustín – “Cofrades aragoneses y navarros de la milicia del Temple (siglo XII)”. *Aragón en la edad media* 3 (1980), pp. 29-93.

VILAGINÉS I SEGURA, Jaume – “Pere de Rovira, un templer del Vallès”. *Notes* (Centre d'estudis molletans) 20 (2005), pp. 43-61.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

FOREY, Alan – “Early Templar Administration in Provence and North-Eastern Spain”. *Medievalista* 30 (Julho - Dezembro 2021), pp. 51-65. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



**The beginnings of the Order of Saint John in Jerusalem,
or: Muristan revisited**

**A fundação da Ordem de S. João em Jerusalém, ou
o Muristan revisitado**

(a) *Dorothee Heinzelmann*, (b) *Jürgen Krüger*

(a) Monument conservator at LVR-Amt für Denkmalpflege im Rheinland; Lecturer at
University of Cologne
51107 Köln, Germany

dorothee.heinzelmann@lvr.de

<https://orcid.org/0000-0001-5806-9658>

(b) Independent researcher
76228 Karlsruhe, Germany

krueger-kunstgeschichte@t-online.de

<https://orcid.org/0000-0002-3293-8971>

Data recepção do artigo / Received for publication: 15 de Junho de 2020

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 18 de Março de 2021

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.4494>

ABSTRACT

The order of Saint John was founded during the 12th century south of the Church of the Holy Sepulchre in Jerusalem in an area known today as Muristan. The heart of the order's residence was the once famous hospital, which was the origin of numerous pilgrim hostels and hospitals throughout Europe. Given its historical significance, it is surprising how little is known about this building complex. Through pilgrims' reports and statutes of the order, the functioning of the hospital is relatively well known. But as a result of later changes and destruction only a few remnants of the medieval building stock have survived and are largely unexplored until today.

In an interdisciplinary research project the development of the Muristan from antiquity to modern times is being investigated. Archival records are being re-evaluated, preserved and accessible architectural remains are documented and analysed by methods of building archaeology. This article presents some results of the project on the medieval development of the Muristan and the seat and hospital of the Order of St. John.

Keywords: Jerusalem; Muristan; Hospitallers; Hospital; Conrad Schick.

RESUMO

A ordem de São João foi fundada durante o século XII, a sul da Igreja do Santo Sepulcro em Jerusalém, numa área hoje conhecida como Muristan. O centro do convento da ordem era o outrora famoso hospital, que deu origem a vários albergues e hospitais para peregrinos em toda a Europa. Dado o seu significado histórico, é surpreendente que pouco se saiba sobre este complexo de edifícios. Através dos relatos de peregrinos e dos estatutos da ordem, conhece-se o funcionamento do hospital com alguma segurança. Mas, em consequência de mudanças e de destruições posteriores, só sobreviveram alguns vestígios dessa construção medieval, os quais foram pouco explorados até aos dias de hoje.

O desenvolvimento do Muristan desde a antiguidade até os tempos modernos é o objecto de um projecto de investigação interdisciplinar em curso. No âmbito desse projecto, os registos de arquivo, as plantas e as fotografias foram reavaliados, enquanto os vestígios arquitectónicos preservados e acessíveis estão a ser analisados segundo os métodos da arqueologia da arquitectura. O presente artigo apresenta alguns dos resultados desse projeto sobre o desenvolvimento medieval do Muristan, sede e hospital da Ordem de São João.

Palavras-chave: Jerusalém; Muristan; Hospitalários; Hospital; Conrad Schick.



1. Muristan research project

For several years now, an interdisciplinary research project has been investigating the Muristan in Jerusalem. The present article aims to give an insight into the work with a few examples and to present results in brief. It deals with the early phase of the Order of St. John, whose origins in Jerusalem date back to the time before 1099 and which, during the period of the Kingdom of Jerusalem (1099-1187), developed into one of the great military religious orders and became the Order of Hospitallers. The beginnings of the order can be traced to an area south of the Church of the Holy Sepulchre. Numerous pilgrims' reports and medieval sources clearly describe the famous hospital, which formed the core of the Order's seat, at this location. Most of these sources have a long scholarly tradition, and the functioning of the hospital is well known through the statutes of the Grand Masters and reports from patients admitted there. All the more striking, however, is the fact that the still existing building remains are hardly known today. As a result, there are still central questions which cannot yet be answered: Which buildings actually belonged to the Order of Saint John? What was the relationship to the two Benedictine monasteries, which were located on the same site as a male and female institution? How were the functions of the Order's headquarters and the hospital distributed among the individual buildings?

Compared to historical research on the origin of the Order of St. John¹, field research has always lagged behind in terms of archaeology, building archaeology, and art

¹ Historical research on the history of the Order has a long tradition and is now extremely extensive. An important recent overview is provided by Jonathan RILEY-SMITH (*The Knights Hospitallers in the Levant, c. 1170-1309*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012) based on the author's lifelong study of the Order of Saint John. Among Anthony Luttrell's many writings on the history of the Order, his article on the early period in Jerusalem is particularly important: LUTTRELL, Anthony – "The Amalfitan Hospices in Jerusalem". in FARRUGIA, Edward G. (ed.) – *Amalfi and Byzantium. Acts of the International Symposium on the Eighth Centenary of the Translation of the Relics of St Andrew the Apostle from Constantinople to Amalfi (1208-2008)* (Orientalia christiana analecta, 287). Rome: Pontificio Istituto Orientale, 2010, pp. 105-122. Furthermore, fundamental to a study of the history of the Order in Jerusalem is HIESTAND, Rudolf – "Die Anfänge der Johanniter". in FLECKENSTEIN, Josef; HELLMANN, Josef (ed.) – *Die geistlichen Ritterorden Europas*. Sigmaringen: Thorbecke, 1980, pp. 31-80, as well as for the organisational form of the Order, BURGTORF, Jochen – *The Central Convent of Hospitallers and Templars. History, Organization, and Personnel (1099/1120-1310)*. Leiden – Boston: Brill: 2008, esp. pp. 27-81.

history, even though there is already a considerable amount of foundational research². The aim of our project is, therefore, less oriented towards the history of the Order, and more towards the history, architecture and development of a central area in the heart of the holy city. With this in mind, the project seeks to answer the following questions: What did the site look like before the establishment of the Order of Saint John? In ancient times, it is generally assumed that the forum of the Roman-Byzantine city Aelia Capitolina was located here. What happened here in the 11th and 12th centuries, and how were the buildings used, abandoned or modified after 1187? Numerous questions follow here.

Some years ago, a team was formed to deal with these questions and to examine the area of the Muristan in its development from antiquity to the 19th century from an archaeological and architectural point of view³. The focus of the project is on the re-evaluation of previous excavations and the investigation of the existing building remains, developing a catalogue of the building sculpture to be assigned to the Muristan, and the compilation and re-evaluation of all archival, historical, drawing and photographic sources⁴. New excavations are not possible within the framework of the project, but building surveys of the medieval building remains will be carried

² The state of research on the medieval building stock is presented monographically in PRINGLE, Denys – *The Churches of the Crusader Kingdom of Jerusalem. A Corpus; vol. III: Jerusalem*. Cambridge: Cambridge University Press 2007, pp. 192-208 and pp. 236-261, departing from the three known churches in the Muristan area. A different approach, coming from archaeological research of the Knight's Order settlements, was chosen by Adrian Boas for his important work BOAS, Adrian J. – *Archaeology of the Military Orders. A survey of the urban centres, rural settlement and castles of the Military Orders in the Latin East (c. 1120-1291)*. London – New York: Routledge, 2006, especially pp. 43-49. As an important earlier standard work is still valuable VINCENT, Louis-Hugues; ABEL, Félix Marie – *Jérusalem. Recherches de Topographie, d'Archéologie et d'histoire*. 2. *Jérusalem nouvelle*. 4 fasc. Paris: J. Gabalda, 1914-1926 pp. 642-668, pp. 953-965. The current state of research is presented in the conference proceedings VIEWEGGER, Dieter; GIBSON, Shimon (ed.) – *The Archaeology and History of the Church of the Redeemer and the Muristan in Jerusalem. Workshop September 2014*. Oxford: Archaeopress Archaeology, 2016.

³ The core team of the project consists of Dorothee HEINZELMANN (Building archaeology – LVR-Amt für Denkmalpflege im Rheinland and University of Cologne), Michael HEINZELMANN (Archaeology – University of Cologne) and Jürgen KRÜGER (History and Archives – Karlsruhe Institute of Technology/KIT). In addition, among others Markus WACKER and staff members (3D Modelling – HTW Dresden) and Alfons ZETTLER (History – University of Dortmund). We also owe helpful information to the Israel Antiquities Authority (Amit RE'EM and colleagues).

⁴ The most recent excavations in the Muristan have been published: RE'EM, Amit, *el. al.* – "Crusader Remains in the Muristan, Old City of Jerusalem. A Decade of Archaeological Gleanings". *Atiqot* 66 (2011), pp. 137-154; HUMBERT, Jean-Baptiste – "Excavations at Saint John Prodromos, Jerusalem". *New studies in the archaeology of Jerusalem and its region, collected papers* 5 (2011), pp. 24-47; RE'EM, Amit; FORESTANI, Renee – "Jerusalem, Old City, The Muristan, Final Report". *Hadashot Arkheologiyot. Excavations and Surveys in Israel* [online] 129 (2017) [Accessed 4 June 2020]. Available at http://www.hadashot-esi.org.il/report_detail_eng.aspx?id=25216&mag_id=125.

out as far as possible⁵. Based on the existing plans, a computer-aided 3D model of various time periods was also created⁶. The aim of the project is to compile and reassess all available materials, also as a basis for further research. The work is largely completed, and the first interim results have been published⁷. The final publication of the project is in preparation. In this article, some selected observations on the medieval building remains are being presented, regarding the reliability of Conrad Schick's plans, some results of our recent investigations of the preserved architecture and the identification of buildings and functions within the area.

2. Conrad Schick and his General Plan of the Muristan

The most important sources for the investigation of the building remains are plan drawings made in the last third of the 19th and at the beginning of the 20th century. Until then, the inner area of the quarter was completely covered with rubble and earth. (**Fig. 1**) On the periphery there were shops and workshops along David Street, the Suq Streets and the Christian Quarter Road. The monastery of Santa Maria Latina was in ruins, the vaults had largely collapsed, and it had not been inhabited for a long time. The church of Santa Maria Maior, whose existence was known from archival sources, had completely disappeared. Only the church of St. John remained in function as a church over all centuries⁸.

⁵ Building investigations are made extremely difficult by the different ownership and religious affiliations of the buildings, which is why in some cases it is not even possible (or only by chance) to examine and research the preserved building remains. At the cloister of the Church of S. Maria Latina (today's Church of the Redeemer), restoration work is being carried out at present, which allows current building investigation on site.

⁶ BRUSCHKE, Jonas; CAMIN, Johannes; HEINZELMANN, Michael – “3D-Rekonstruktion des mittelalterlichen Johanniterhospizes in Jerusalem”. *Kölner und Bonner Archaeologica. KuBA 2* (2012), pp. 281-287.

⁷ HEINZELMANN, Dorothee, et. al.– “Der Muristan in Jerusalem: Vom hadrianischen Forum zum Hospital des Johanniterordens”. *Kölner und Bonner Archaeologica. KuBA 4* (2014), pp. 157-177. HEINZELMANN, Dorothee, et. al. – “The Hospital of St. John in Jerusalem – from the Architectural Remains to a 3D Reconstruction”. in VIEWEGGER, Dieter; GIBSON, Shimon (ed.) – *The Archaeology and History of the Church of the Redeemer and the Muristan in Jerusalem. Workshop September 2014*. Oxford: Archaeopress Archaeology, 2016, pp. 307-321. KRÜGER, Jürgen – “Der Muristan von 1187 bis zum Ersten Weltkrieg”. in VIEWEGGER, Dieter; GIBSON, Shimon (ed.) – *The Archaeology and History of the Church of the Redeemer and the Muristan in Jerusalem. Workshop September 2014*. Oxford: Archaeopress Archaeology, 2016, pp. 255-279.

⁸ KRÜGER, Jürgen – “Der Muristan von 1187 bis zum Ersten Weltkrieg” ...

From the middle of the 19th century, interest in the holy places of Christianity grew, and the young discipline of archaeology made its way to Jerusalem. European powers secured pieces of the Holy City, among them the King of Prussia, who in 1869 acquired the eastern part of the site identified as St. John's Hospital or Muristan, while the rest of the area was in the hands of the Greek Orthodox Patriarchate. The initial sondages and excavations brought to light a huge field of ruins, which could be excavated with relative leisure in the eastern part; the remaining western part, however, was largely covered by a bazaar and commercial area during the years between 1898 and 1904 without investigation.

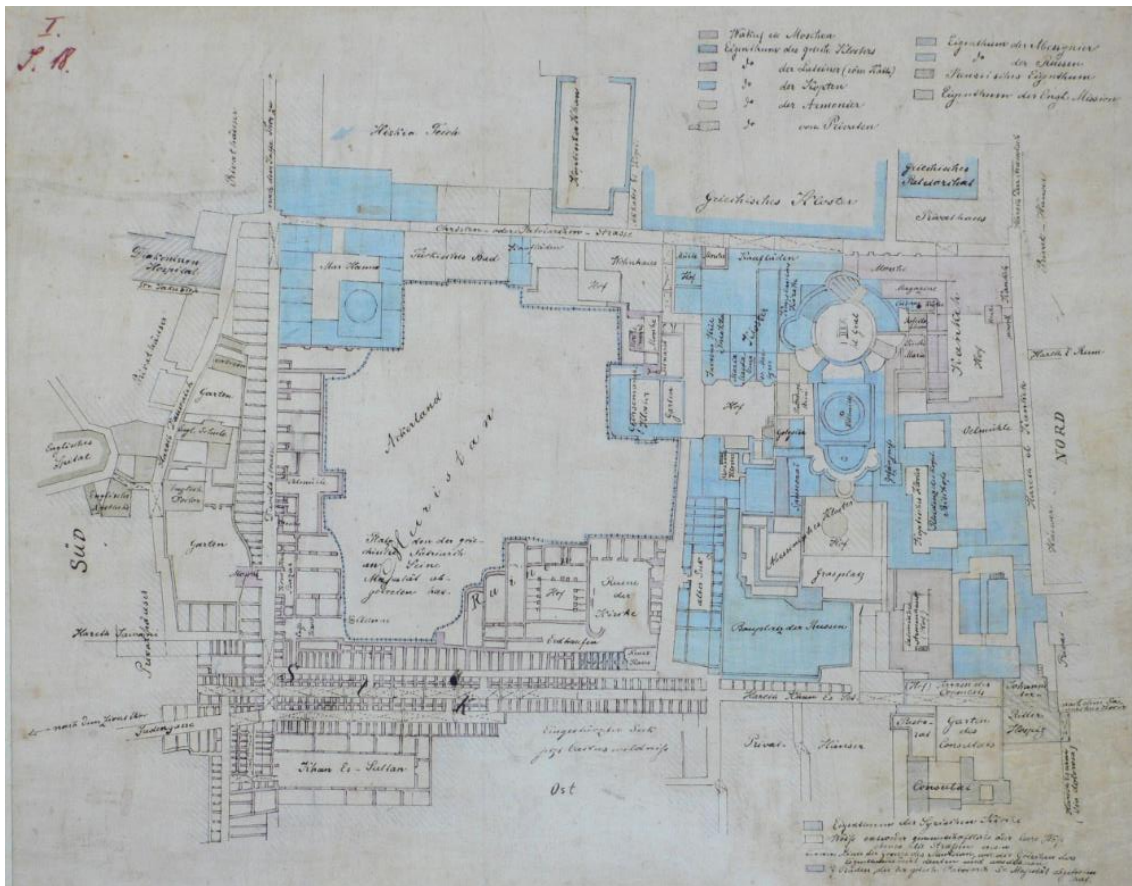


Fig. 1 – Plan of the Muristan and the adjoining Church of the Holy Sepulchre, drawn ca. 1869/70 to mark the properties of the Greek Orthodox Patriarchate and the Prussian Crown (north is on the right); drawing by Conrad Schick, from the files of Friedrich Adler (Source: Berlin, Evangelisches Zentralarchiv EZA 56/501; approved for publication on 09.06.2020).

Conrad Schick (1822-1901), a German missionary trained as a precision mechanic who had come to Jerusalem in 1846 and remained here until his death, worked as an architect, archaeologist and draftsman. He observed the building activity in the Muristan, was responsible for the documentation and excavation in the Prussian part, and made numerous plans of the building remains in the Muristan. As valuable as his drawings are for us today, they are unfortunately not completely reliable in all areas. But until today, his drawings could only be verified by a few small-scale investigations.

In 1900, following the clearing and rebuilding of the Prussian and Greek parts of the Muristan, Schick prepared a general plan of the entire area on the basis of his observations collected up to that time. It consists of floor plans in two heights and ten section drawings and is now kept in the archive of the Palestine Exploration Fund. (**Figs. 2, 3**) Of this series of plans, only one - greatly simplified - ground plan was published in 1902⁹.

⁹ SCHICK, Conrad – “The Muristan, or the Site of the Hospital of St. John at Jerusalem”. *Palestine Exploration Fund Quarterly Statement* 34 (1902), pp. 42-56.

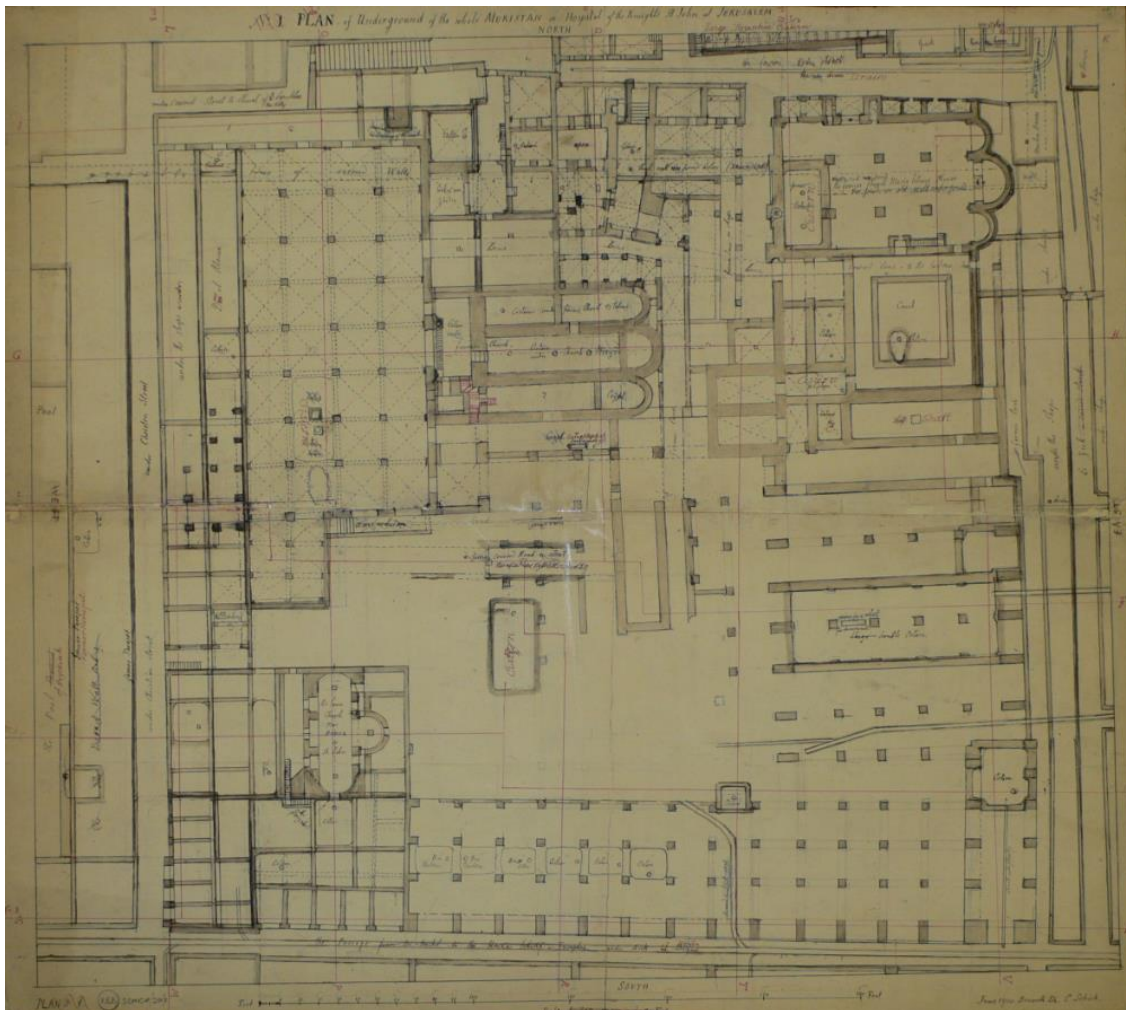


Fig. 2 – Plan of the Muristan: ground plan on lower level; Conrad Schick 1900 (London, Palestine Exploration Fund, Schick 201/01. Courtesy of the Palestine Exploration Fund; approved for publication on 04.06.2020).

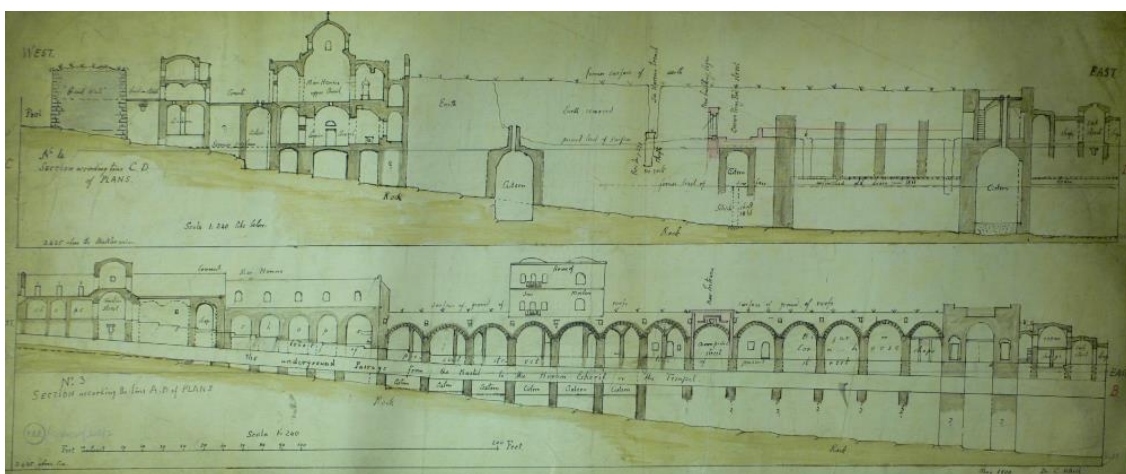


Fig. 3 – Cross section through the Muristan; Conrad Schick 1900 (London, Palestine Exploration Fund, Schick 202/02. Courtesy of the Palestine Exploration Fund; approved for publication on 04.06.2020).

However, an analysis of this set of plans, which appears so consistent, shows that its presentations are based on very different levels of knowledge and are of varying quality. This can be seen in places where Schick himself was able to carry out investigations over many years and drew up several plans, some of which differ considerably from one another, for example in the area west of the abbey church of Santa Maria Latina (today the Protestant Church of the Redeemer). However, because the building remains today are no longer preserved or only survive in small remnants, an assessment of how the structures actually looked can only be made by taking into account other contexts.

Although the plan published in 1902, i.e. the simplified general plan, is not exact in various areas, it has nevertheless repeatedly served as a source for further research and as a basis for mapping for over 100 years. This plan has been used to mark halls that are said to have served as hospital, in addition to marking paths mentioned in documents of the 12th century¹⁰. To what extent this is compatible with the actual findings has not always been sufficiently taken into account.

A better documentation of the remaining architecture is essential. It is important to note here that by no means have all medieval buildings on the site disappeared, but that there are still considerable remnants of original building fabric. An important goal of the Muristan research project is, therefore, the documentation of these building remains as far as possible today.

3. Results of building archaeology in the Muristan area

A detailed examination of the building fabric allows important observations to be made, even if only a rather small part of the medieval buildings in the Muristan are still preserved today. On the basis of observations on building techniques and architectural forms, it can be concluded that the entire building complex did not

¹⁰ Cf. for example: PRINGLE, Denys – *The Churches of the Crusader Kingdom of Jerusalem. A Corpus*. Vol. III, p. 196 with indication of properties and paths within the area. PIANA, Mathias (ed.) – *Burgen und Städte der Kreuzzugszeit*. Petersberg: Michael Imhof Verlag, 2008, p. 63 with indication of the hospital. BERKOVICH, Ilya; RE'EM, Amit – "The Location of the Crusader Hospital in the Muristan – a reassessment". in VIEWEGGER, Dieter; GIBSON, Shimon (ed.) – *The Archaeology and History of the Church of the Redeemer and the Muristan in Jerusalem. Workshop September 2014*. Oxford: Archaeopress Archaeology, 2016, pp. 193-221 with a totally different localization of the hospital.

develop in one building campaign, but successively and in different construction techniques. Furthermore, individual components can be combined to identify buildings and functional units. Decisive factors here are, in particular, the type of masonry, the size and working quality of the stones used, the respective stone and mortar materials, the type of surface treatment of the blocks and the presence and nature of stonemasonry marks. Characteristic also is the respective construction method, such as how vaults and arches are made, and whether or not there are piers and buttresses. Essential are ground and elevation forms, axes and alignments, differentiation of exterior and interior walls, design and construction of doors, windows, stylistic elements such as capitals, building sculpture etc.

Based on a variety of features such as the kind of masonry, stone material and working, stylistic elements, building sculpture as well as mason's marks it can be determined, for example, that the rebuilding of the Church of St. John or the construction of the Church of Santa Maria Latina with the convent buildings adjoining to the south belonged to an earlier period within the crusader architecture (**Fig. 4-6**), while the halls located in the southeast of the area, the Church of Santa Maria Maior and the adjoining buildings to the north represented a more recent development within the quarter (**Fig. 7**).

Characteristic for the large hall buildings in Muristan, specifically, is a modular design consisting of piers and vault architecture above transverse arches, into which internal walls could be inserted flexibly and as required. Nevertheless, original partition walls usually integrate into piers and outer walls. Deep wall piers, e.g. in the range of the facades along David Street, are particularly characteristic on the outside of buildings, forming an abutment in the form of buttresses. Inside the courtyard, e.g. on the inner façade of the south-eastern hall, such deep wall piers probably served as supports for flights of stairs and galleries on the upper floor, similar to what is preserved in the area of the Hospitallers in Acre and other crusader castles¹¹.

¹¹ The archaeological investigations in Acre and their publication have not yet been completed. Cf. for the moment STERN, Eliezer – “La commanderie de l'Ordre des Hospitaliers à Acre”. *Bulletin monumental* 164 (2006), pp. 53-60.



Fig. 4 – Cloister of S. Maria Latina (today Church of the Redeemer), ground floor of the north wing (photo: Dorothee Heinzelmänn, 2018).



Fig. 5 – Cloister of S. Maria Latina (today Church of the Redeemer), capital, ground floor of the east wing (photo: Dorothee Heinzelmänn, 2019).



Fig. 6 – Cloister of S. Maria Latina (today Church of the Redeemer), example of surface treatment of stone blocks (photo: Dorothee Heinzelmann, 2019).



Fig. 7 – Example of stonemasons' marks and surface treatment, north of the Church of S. Maria Maior (photo: Dorothee Heinzelmann, 2011).

4. The central Convent and the hospital: spatial distribution of functions

Within the Muristan, according to the historical sources, there were two different and very specific units, namely the headquarters of the order and the hospice or hospital area.

The Order's headquarters, comparable to that of the Knights Templar on the Temple Mount, took over an increasing number of central functions of the young Order, although these were not always precisely named in the sources. Conclusions can be drawn from the statutes of the Order,¹² which, however, always record a state of affairs that had often developed many years earlier¹³. The individual court officials are named very early on in the documents. They allow us to estimate the size and importance of the central Convent. With Senechal (since 1141), Constable (since 1126), Marshal (since 1165), Butler (since 1141), Chamberlain or Treasurer (since 1135) and Chancellor (since 1126), the Knights of St John had the same court officials as the Templars, but also as the Patriarch or the King of Jerusalem¹⁴. Even though the other courts are not known architecturally or archaeologically, the mere fact that the central convent was on a par with the royal or patriarchal palace as far as the court offices are concerned suggests a prominent architecture. It is possible that the expansion of the convent took place roughly parallel to the increase of the court offices, i.e. in the middle of the 12th century.

A similar process can be observed in the field of the hospital, which developed from a pilgrims' hospice at the beginning of the 12th century to a modern hospital for medical care. This function can be seen at the latest around 1170/80; it required a large number of different facilities. In the written sources, numerous functions of the hospital are listed, and the daily routine is described in a very detailed manner¹⁵. We read about infirmaries, a clothing store, a church and an altar, a kitchen area, toilets, storerooms and stables. So far, none of these functions could be located with

¹² Cfr. LUTTRELL, Anthony – “The Hospitallers early Statutes”. *Revue Mabillon* 14 (2003), pp. 9-22.

¹³ BURGTORF, Jochen – *The Central Convent of Hospitallers and Templars ...*, pp. 50-61.

¹⁴ BURGTORF, Jochen – *The Central Convent of Hospitallers and Templars ...*, pp. 50-61, 59.

¹⁵ The most important text on the hospital regulations, which was previously considered to be younger and can now safely be dated to the 12th century, was published a few years ago by KLEMENT, Katja – *Gottes Gastgeber. Die Ritter des Hospitals von Jerusalem. Die vatikanische Handschrift Vat. Lat. 4852, mit Transkription, Übersetzung und Faksimile. Editio Princeps*. Norderstedt: Books on Demand GmbH, 2010. Conclusions can be drawn from this text regarding personnel and spatial situations.

certainty in a specific building or area within the Muristan¹⁶. A re-evaluation of the archival documents and the pilgrim's reports in relation to the building remains leads to the following picture: The main access to the hospital was in the north, opposite the Church of the Holy Sepulchre. A side entrance led into the quarter from the west, from the Patriarchs' Street. The original hospital wing, which housed the hospital rooms, is supposed to have been located to the west. However, since there were a large number of units within the hospital, it is possible that the wards were expanded over time and the hospital function extended to various buildings.

To the west there was a building with piers and vaults in several aisles and at least two storeys high, but it was obviously different from what Conrad Schick presented in his general plan. In total, it consisted of five aisles in the northern part and probably extended to the Christian Quarter Road in the west. This could only recently be found out after the Omar Mosque was enlarged and further medieval vaults became visible, which had previously been filled with earth and were not accessible. This finding, however, shows in an exemplary way that Conrad Schick here, as in some other areas, represented buildings as they seemed likely to him, but which he did not (or only partially) know from his own observation and could not have surveyed himself¹⁷ (**Fig. 8, 9**). This north-western building, shown in the plan as a continuous hall, was divided into several smaller compartments, at least in the northern part.

¹⁶ The most convincing attempt so far to identify the hospital on the basis of written sources in the area was made by Benny Kedar: KEDAR, Benjamin Z. – “A Twelfth-century description of the Jerusalem Hospital”. in NICHOLSON, Helen (ed.) – *The Military Orders, Vol. 2: Welfare and Warfare*. Aldershot: Routledge, 1998, pp. 3-26.

¹⁷ HEINZELMANN, Dorothee, *et. al.* – “The Hospital of St. John in Jerusalem (...)” ..., pp. 170-174.



Fig. 8 – Section of the hall in the northwest, today part of the Omar Mosque (photo: Jürgen Krüger, 2011).

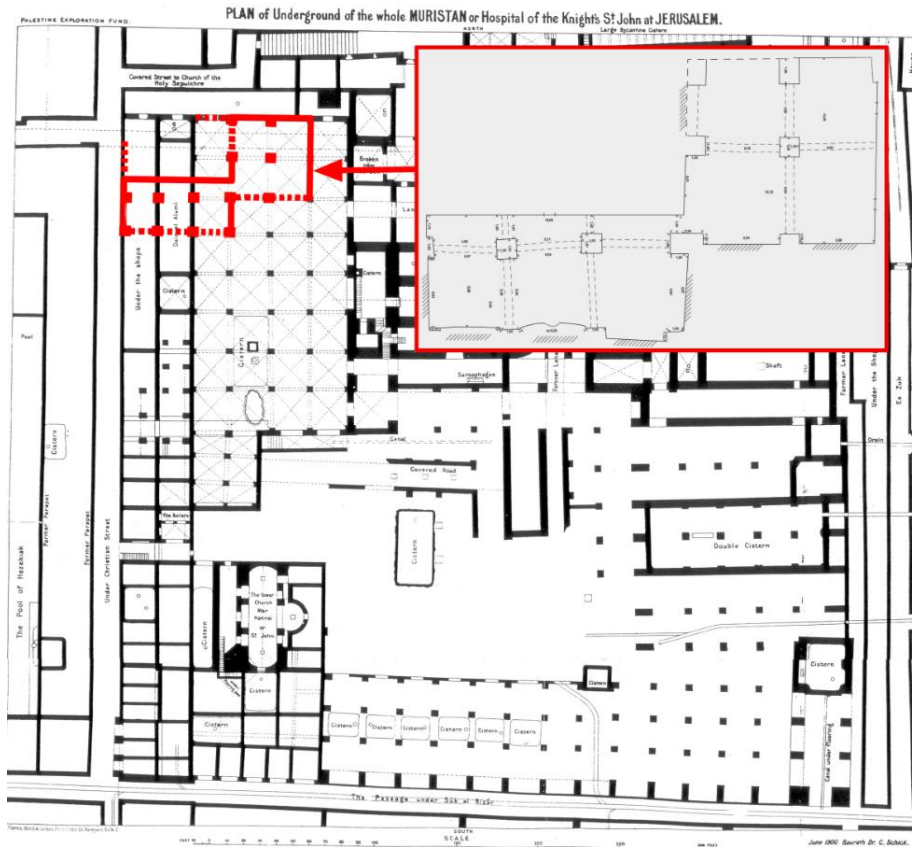


Fig. 9 – Correction of Conrad Schick's plan in the area of the north-west hall, as required by new findings (ground plan by Conrad Schick, 1900, as published; building survey Dorothee Heinzelmann, 2011; combined projection of the two drawings; Dorothee Heinzelmann 2020).

Further south, the Patriarch's Bath was located in the west on the Patriarch Road (today Christian Quarter Road). It is uncertain whether the bath could also have been used for hospital services. However, it can be assumed that washing and toilet facilities were probably located in its vicinity, even if no such findings are known in this area.

In the east of the Muristan area, within another spacious hall, there is a large two-aisled cistern in addition to former oven installations. Here probably were located a kitchen and service rooms. Different heights of floors and vaults indicate that the building was not a uniformly continuous spatial unit. Latrines in the northeast corner of this wing suggest a latrine tower similar to the latrines of the Hospitallers complex in Akko¹⁸. Another large latrine and basin complex to the west of it probably belonged to bath houses.

In the southern part of the area, along David Street, an extended, three-aisled hall has been preserved, which opened in big arches towards the street. Even though the arches and the rooms behind them were later provided with different installations and modified for use as shops, the whole basic features of the architecture with piers made of large sized stone blocks and accurately-built groin vaults are almost completely preserved from the time of the crusaders. A building survey of the entire façade along David Street could have been produced on the basis of photogrammetry¹⁹ (**Fig. 10, 11**).

¹⁸ PRINGLE, Denys – “The Investigation of a Medieval Pit in the Muristan, Jerusalem, by Fr Charles Coüasnon OP, Mr Leonidas J. Collas and Mrs Crysta-M. Bennett in May 1963”. *Levant* 29 (1997), pp. 201-215. Latrine in Akko, see STERN, Eliezer – “La commanderie de l'Ordre des Hospitaliers à Acre”, Plan p. 54, No. 4.

¹⁹ Photogrammetric surveying was carried out in 2007 by Alexander Grünig and Matthias Zuckschwerdt, Bern; architectural drawing by Dorothee Heinzelmänn.

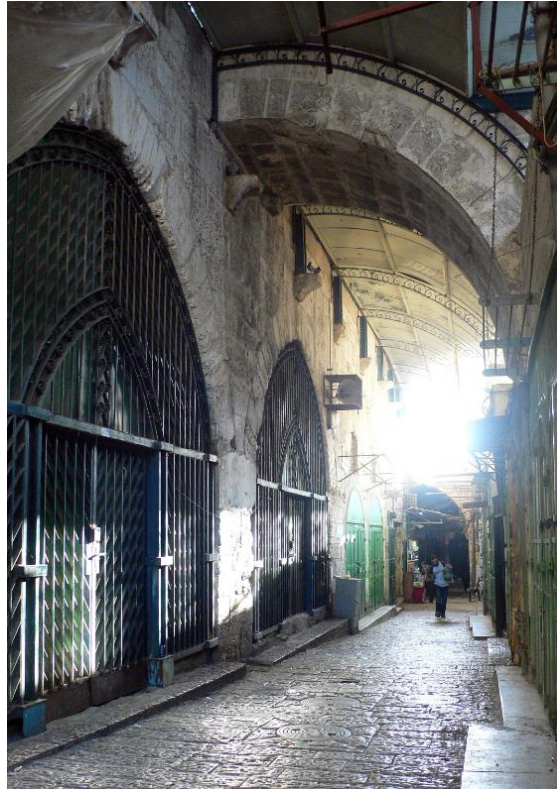


Fig. 10 – Series of arches in David Street (photo: Jürgen Krüger, 2007).

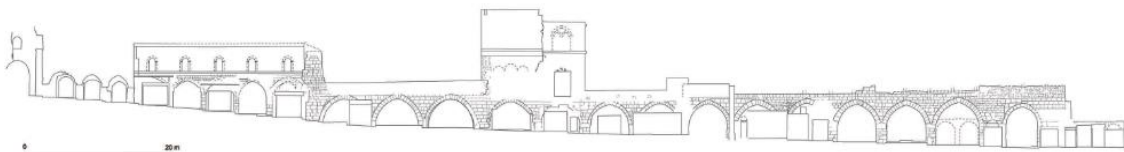


Fig. 11 – Architectural survey of the north side of David Street, partly obscured by later additions (photogrammetry: Alexander Grünig, Matthias Zuckschwerdt; drawing: Dorothee Heinzelmänn, 2007).

The wide arches could likely have been closed by inserted wooden walls and gates. Nevertheless, the open and flexible form of the street-side façade more likely indicates that this was the site of warehouses, stables and utility rooms, not of hospital rooms²⁰. Due to the proximity to St. John's Church, to which there may have been a direct access, we assume the dormitories of the brothers of the Order on the upper floor of the south wing, which in case of necessity could also have been converted into rooms of hospital purpose, as reported in sources.

²⁰ So the assumption of BERKOVICH, Ilya; RE'EM, Amit – “The Location of the Crusader Hospital in the Muristan - a reassessment”... .

To the southwest is St. John's Church, which, together with the surrounding buildings, now forms a closed district within the Muristan. Investigations by the École Biblique in recent years have shown that the original building of St. John's Church, an irregular triconch structure with a corridor to the west, probably goes back to a pagan building of Late Antiquity, which was erected on the edge of the Roman forum²¹. It is not yet possible to determine the period from which this building was used as a church. But probably it had been in use as such from the time before the arrival of the crusaders at the latest, since citizens from Amalfi had already operated a facility for accommodating pilgrims at this site under the patronage of St. John. At that time, or very shortly after the arrival of the crusaders, the building was renovated and an upper floor was added, so that the building had two-storeys. Both floors were only accessible separately, there was no internal communication. The upper floor is accessible from the west via a forecourt from the Christian Quarter Road. In the basement there was a pre-existing entrance from the south, which was later blocked from the outside by a cistern, but may have still been in use during the Crusader period. At that time, an entrance from the northeast was newly built, leading down from the area inside the Hospitaller buildings, which probably formed a courtyard. This opening thus provided a direct access for the Knights of St. John. We assume that St. John's Church was the church from which the Order took its name (**Fig. 12**).

²¹ HUMBERT, Jean-Baptiste – “Excavations at Saint John Prodromos, Jerusalem”. *New studies in the archaeology of Jerusalem and its region, collected papers* 5 (2011), pp. 24-47.

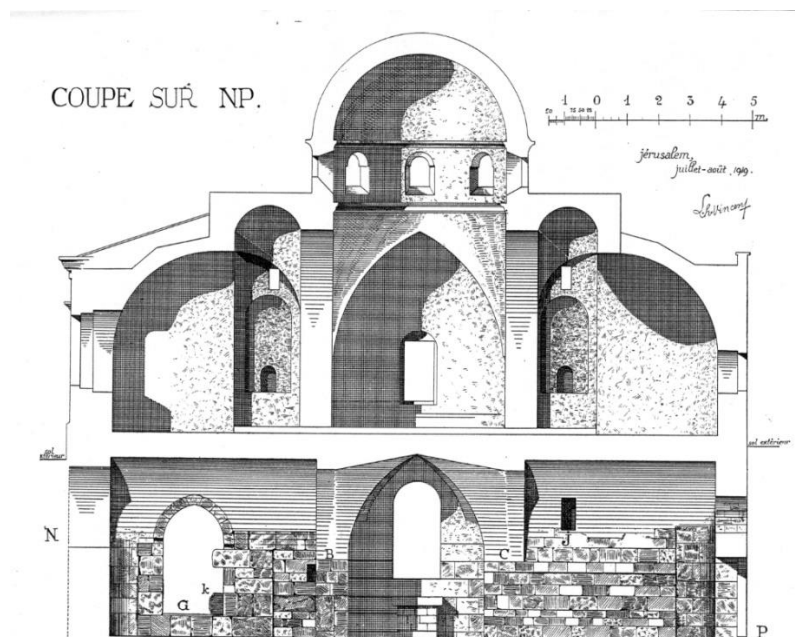


Fig. 12 – St. John's Church, cross section through upper and lower church (reproduction of VINCENT, Louis-Hugues; ABEL, Félix Marie – *Jérusalem nouvelle ...*, p. 644).

5. Résumé

Even if many questions still cannot be answered satisfactorily, the observations made so far give an increasingly better picture of the structure of the Muristan during the time of the presence of the Order of Saint John. The following sketch shows an attempt to map the distribution of functions and building units, as it currently appears likely for us. Conrad Schick had given room to the idea of a large hospital with his overall plan. This was right and important 120 years ago in order to understand the building remains to a certain degree. Today, research shows that we have to distance ourselves from the “grand ideal plan” and consider it in a much more differentiated way. Reality was more complex. Therefore, despite some progress, important questions remain unanswered, which may be better understood in the future on the basis of a broad collection of material and further research, and with better conditions of accessibility and examination possibilities of all preserved buildings. There is reason for hope as the various investigations of recent times in the area of the Greek bazaar have shown repeatedly. There are still areas that have not yet been explored. And there is the real hope to find or to identify further manuscripts or sources, as has been the case several times in recent years, which can provide further insight into the Muristan and its functioning (**Fig. 13**).

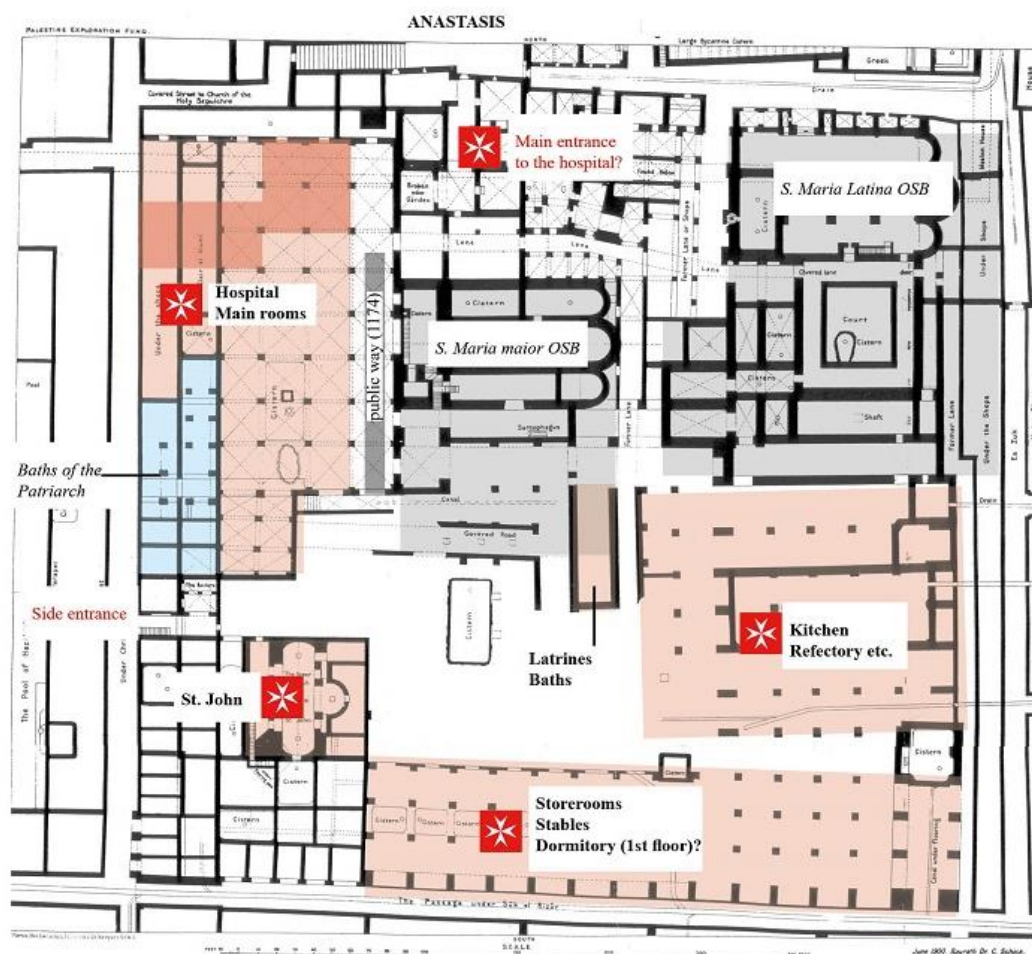


Fig. 13 – The distribution of functions in the Muristan according to the authors' research, as of May 2020 (based on Conrad Schick's plan as fig. 9, with markings by Jürgen Krüger, 2020).

Bibliographical references

BERKOVICH, Ilya; RE'EM, Amit – “The Location of the Crusader Hospital in the Muristan - a reassessment”. in VIEWEGER, Dieter; GIBSON, Shimon (ed.) – *The Archaeology and History of the Church of the Redeemer and the Muristan in Jerusalem; Workshop September 2014*. Oxford: Archaeopress Archaeology, 2016, pp. 193-221.

BOAS, Adrian J. – *Archaeology of the Military Orders. A survey of the urban centres, rural settlement and castles of the Military Orders in the Latin East (c. 1120-1291)*, London – New York: Routledge, 2006.

BRUSCHKE, Jonas; CAMIN, Johannes; HEINZELMANN, Michael – “3D-Rekonstruktion des mittelalterlichen Johanniterhospizes in Jerusalem”. *Kölner und Bonner Archaeologica. KuBA 2* (2012), pp. 281-287.

BURGTORF, Jochen – *The Central Convent of Hospitallers and Templars. History, Organization, and Personnel (1099/1120-1310)*. Leiden – Boston: Brill, 2008.

HEINZELMANN, Dorothee; *et. al.* – “Der Muristan in Jerusalem: Vom hadrianischen Forum zum Hospital des Johanniterordens”. *Kölner und Bonner Archaeologica. KuBA* 4 (2014), pp. 157-177.

HEINZELMANN, Dorothee; *et. al.* – “The Hospital of St. John in Jerusalem – from the Architectural Remains to a 3D Reconstruction”. in VIEWEGER, Dieter; GIBSON, Shimon (ed.) – *The Archaeology and History of the Church of the Redeemer and the Muristan in Jerusalem. Workshop September 2014*. Oxford: Archaeopress Archaeology, 2016, pp. 307-321.

HIESTAND, Rudolf – “Die Anfänge der Johanniter”. in FLECKENSTEIN, Josef; HELLMANN, Josef (ed.) – *Die geistlichen Ritterorden Europas*. Sigmaringen: Thorbecke, 1980, pp. 31-80.

HUMBERT, Jean-Baptiste – “Excavations at Saint John Prodromos, Jerusalem”. *New studies in the archaeology of Jerusalem and its region, collected papers* 5 (2011), pp. 24-47.

KEDAR, Benjamin Z. – “A Twelfth-century description of the Jerusalem Hospital”. in NICHOLSON, Helen (ed.) – *The Military Orders, Vol. 2: Welfare and Warfare*. Aldershot: Routledge, 1998, pp. 3-26.

KLEMENT, Katja – *Gottes Gastgeber. Die Ritter des Hospitals von Jerusalem. Die vatikanische Handschrift Vat. Lat. 4852, mit Transkription, Übersetzung und Faksimile. Editio Princeps*. Norderstedt: Books on Demand GmbH, 2010.

KRÜGER, Jürgen – “Der Muristan von 1187 bis zum Ersten Weltkrieg”. in VIEWEGER, Dieter; GIBSON, Shimon (ed.) – *The Archaeology and History of the Church of the Redeemer and the Muristan in Jerusalem. Workshop September 2014*. Oxford: Archaeopress Archaeology, 2016, pp. 255-279.

LUTTRELL, Anthony – “The Hospitallers early Statutes”. *Revue Mabillon* 14 (2003), pp. 9-22.

LUTTRELL, Anthony – “The Amalfitan Hospices in Jerusalem”. in FARRUGIA, Edward G. (ed.) – *Amalfi and Byzantium. Acts of the International Symposium on the Eighth Centenary of the Translation of the Relics of St Andrew the Apostle from Constantinople to Amalfi (1208-2008)* (Orientalia christiana analecta, 287). Rome: Pontificio Istituto Orientale, 2010, pp. 105-122.

PIANA, Mathias (ed.) – *Burgen und Städte der Kreuzzugszeit*. Petersberg: Michael Imhof Verlag, 2008.

PIEROTTI, Ermete P. – *Jerusalem explored, being a Description of the Ancient and Modern City*. 2 vol. London: Bell and Daldy, 1864.

PRINGLE, Denys – “The Investigation of a Medieval Pit in the Muristan, Jerusalem, by Fr Charles Couâsnon OP, Mr Leonidas J. Collas and Mrs Crysta-M. Bennett in May 1963”. *Levant* 29 (1997), pp. 201-215.

PRINGLE, Denys – *The Churches of the Crusader Kingdom of Jerusalem. A Corpus; vol. III: Jerusalem*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

RE'EM, Amit, *el. al.* – “Crusader Remains in the Muristan, Old City of Jerusalem. A Decade of Archaeological Gleanings”. *Atiqot* 66 (2011), pp. 137-154.

RE'EM, Amit; FORESTANI, Renee – “Jerusalem, Old City, The Muristan, Final Report”. *Hadashot Arkheologiyot. Excavations and Surveys in Israel* [online] 129 (2017) [Accessed 4 June 2020]. Available at http://www.hadashot-esi.org.il/report_detail_eng.aspx?id=25216&mag_id=125.

RILEY-SMITH, Jonathan – *The Knights Hospitallers in the Levant, c. 1170-1309*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012.

SCHICK, Conrad – “The Muristan, or the Site of the Hospital of St. John at Jerusalem”. *Palestine Exploration Fund Quarterly Statement* 34 (1902), pp. 42-56.

STERN, Eliezer – “La commanderie de l'Ordre des Hospitaliers à Acre”. *Bulletin monumental* 164 (2006), pp. 53-60.

VIEWEGGER, Dieter; GIBSON, Shimon (ed.) – *The Archaeology and History of the Church of the Redeemer and the Muristan in Jerusalem*. Workshop September 2014. Oxford: Archaeopress Archaeology, 2016.

VINCENT, Louis-Hugues; ABEL, Félix Marie – *Jérusalem. Recherches de Topographie, d'Archéologie et d'histoire. 2. Jérusalem nouvelle*; 4 fasc. Paris: J. Gabalda, 1914-1926.

WARREN, Charles – *Plans, elevations, sections etc. shewing the results of the Excavations at Jerusalem 1867-70 executed for the Committee of the Palestine Exploration Fund*. London: Vincent, Brock, Day & Son, 1884.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

HEINZELMANN, Dorothee; KRÜGER, Jürgen – “The beginnings of the Order of Saint John in Jerusalem, or: Muristan revisited”. *Medievalista* 30 (Julho-Dezembro 2021), pp. 67-89. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



MEDIEVALISTA

N.º 30 | Julho – Dezembro 2021

ISSN 1646-740X

**Le Temple, le Portugal et l’Orient latin: un nouveau
document pour un vieux débat**

**The Templar Order, Portugal, and the Latin East:
A New Document for an Old Debate**

Philippe Josserand

Université de Nantes, Département d’Histoire
Chemin la Censive du Tertre, B.P. 81227
44312 Nantes Cedex 3, France

ph.josserand@wanadoo.fr

Data recepção do artigo / Received for publication: 29 de Setembro de 2020

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 18 de Março de 2021

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.4509>

RESUMÉ

Au Portugal, le Temple a longtemps été pensé en dehors de l'Orient latin et il le reste encore sauf exceptions comptées. L'idée prévaut, même chez les spécialistes, que la province portugaise de l'ordre, bénéficiant d'une autonomisation graduelle, aurait connu, à la fin du XIII^e siècle, un éloignement définitif de la Terre sainte. Pour battre en brèche ce préjugé, l'étude s'appuie sur un document inédit conservé à l'Archivo de la Corona de Aragón qui, en 1282, implique Lourenço Martins, lieutenant du maître provincial de Portugal, dans un transport méditerranéen de Barcelone à Acre. Celui-ci s'est opéré avec quatre frères, quarante-cinq à cinquante bêtes, accompagné des écuyers et des victuailles leur correspondant. À l'époque, il n'avait rien de singulier et il s'inscrit dans une tradition de relations entre le Portugal et l'Orient latin qui reste très méconnue. Les Templiers n'en étaient pas les seuls acteurs, mais ils y ont joué un rôle crucial, qui infirme le caractère national si volontiers prêté à leur ordre au pays de Fernando Pessoa et d'un templarisme toujours vif.

Mots-clés: Ordre du Temple; Portugal; Orient latin; transferts; responsions.

ABSTRACT

In Portugal, the Temple has long been thought as having no connections with the Latin East and it still remains so with few exceptions. Even among specialists, it is still admitted that the Portuguese province of the order, by benefiting from a gradual autonomy, would have known a definitive estrangement from the Holy Land at the end of the thirteenth century. To challenge this preconceived idea, it is used in this paper an unpublished document kept in the Archivo de la Corona de Aragón which, in 1282, implicates Lourenço Martins, lieutenant of the provincial master of Portugal, in a Mediterranean transport from Barcelona to Acre. He would travel with four brothers, forty-five to fifty animals, accompanied by the squires and their corresponding bales and supplies. At the time, such shipments were not uncommon. They formed part of a tradition of contacts between Portugal and the East which remains largely unknown. The Templars were certainly not the only agents of this relationship, but they played a crucial role, which undermines the national character so readily lent to their order in the land of Fernando Pessoa and of an ever-lively Templarism.

Keywords: Templar Order; Portugal; Latin East; *transferts*; responsions.



Par jeu tout à la fois et par admiration pour un écrivain majeur, singulier et lui-même excessivement joueur, j'ai commencé en 2019 mon étude sur Jacques de Molay par les mots de Fernando Pessoa: "Ne jamais oublier le martyr Jacques de Molay, grand-maître des Templiers, et combattre, toujours et partout, ses trois assassins: l'Ignorance, le Fanatisme et la Tyrannie"¹. Quatre ans plus tôt, j'avais déjà recouru à cette phrase où le poète, le 30 mars 1935, dans l'un de ses derniers textes, résumait la notice biographique qu'il laissait pour on ne sait quel usage²: je l'avais fait, dans la langue originale, pour introduire ma communication du *VII Encontro sobre ordens militares* qui ouvrait la section intitulée "Em Portugal como lá fora: a Ordem do Templo em tempos de mudança (1274-1314)"³. Le tour des images lusitaniennes viendrait, écrivis-je⁴; il attendra encore, mais, touché de l'invitation de *Medievalista*, j'ai grande joie à me transporter mentalement sur les bords du Tage et à présenter ici, fût-ce de manière brève, le Temple et le Portugal dans leurs liens avec l'Orient latin à la faveur d'un document récemment mis au jour à l'Archivo de la Corona de Aragón, à Barcelone, qui en souligne et – plus rare encore – en illustre, pour partie au moins, le caractère vital et concret. Invoquer de telles relations à l'échelle de la Méditerranée étonnera sans doute plus d'un lecteur. Au Portugal, en effet, l'histoire de l'ordre du Temple est encore souvent perçue selon un prisme national. Nombre d'écrits templaristes, débiteurs de Pessoa, mais dépourvus de son génie, en sont même arrivés à identifier le pays et l'institution. En 1977, le philosophe spiritualiste António Telmo soutenait ainsi que "Portugal é a Ordem do Templo até D. Manuel I e

¹ JOSSEERAND, Philippe – *Jacques de Molay. Le dernier grand-maître des Templiers*. Paris: Les Belles Lettres, 2019, p. 7.

² PESSOA, Fernando – *Escritos íntimos. Cartas e páginas autobiográficas*. Éd. António Quadros. Mem Martins: Pub. Europa América, 1986, p. 252: "Ter sempre na memória o mártir Jacques de Molay, grão-mestre dos Templários, e combater, sempre e em toda a parte, os seus três assassinos – a Ignorância, o Fanatismo e a Tirania".

³ JOSSEERAND, Philippe – "Jacques de Molay en terres ibériques: avatars d'une représentation". in FERNANDES, Isabel Cristina F. (ed.) – *Entre Deus e o rei. O mundo das ordens militares*. Palmela: Município de Palmela-GEsOS, 2018, t. II, pp. 573-583.

⁴ JOSSEERAND, Philippe – "Jacques de Molay en terres ibériques (...)" ..., p. 575.

desde a origem”⁵. Cette tradition, restée vive⁶, a alimenté un substrat culturel qui a influencé, Portugais ou étrangers, bien des médiévistes, spécialistes du Temple et parfois remarquables connaisseurs de sa documentation. À sa façon, l'ouvrage le plus récent sur le sujet, *Templários em Portugal. Homens de religião e de guerra*, l'illustre: en conclusion, son auteure, Paula Pinto Costa, s'est interrogée pour savoir si l'ordre “em Portugal interpretava-se mais como uma instituição nacional ou como um ramo de uma organização internacional”⁷. Transposée hors de la péninsule Ibérique, cette alternative ne ferait pas sens. En France, en Angleterre ou en Italie, chacun est convaincu que le Temple, pour prêter écho à ma collègue de l'Universidade do Porto, “proporcionou-nos uma das mais antigas experiências de pendur global, de expressão internacional, em que a mobilidade de pessoas e a organização institucional superavam fronteiras”⁸. Au Portugal, la question n'est pas si simple ou, du moins, pour continuer avec l'auteure, “a resposta depende de muitas variáveis”⁹. Le Temple y aurait-il été différent, moins lié à la Terre sainte que dans le reste de l'Occident des XII^e et XIII^e siècles ? Si Paula Pinto Costa a relevé que, par son intermédiaire, “a Europa descobria formas de ampliar horizontes e de manter articulações, cada vez mais consolidadas, com espaços distantes”¹⁰, elle n'a rien dit de la façon dont cela s'opérait et, hormis dans le cas bien connu de Gualdim Pais¹¹, les références de son livre aux voyages des frères¹², à des envois de chevaux ou de responsions¹³, restent purement génériques et appuyées sur l'unique texte de la règle de l'ordre¹⁴. La province templière de Portugal, du fait “da sua gradual autonomização”¹⁵, aurait connu, à la fin du XIII^e siècle, un “afastamento definitivo da Terra Santa”¹⁶. L'idée, ici, est des plus traditionnelles et, contre ce préjugé, une fois

⁵ TELMO, António – *História secreta de Portugal*. Lisboa: Vega, 1977, p. 59.

⁶ PARASCHI, André J. – *História dos Templários em Portugal: a Fundação e os Mestres*. Lisboa: Sol Invictus, 1990; ADRIÃO, Vítor Manuel – *Portugal templário: Vida e obra da Ordem do Templo*, Lisboa: Via Occidentalis, 2007.

⁷ COSTA, Paula Pinto – *Templários em Portugal. Homens de religião e de guerra*. Barcarena: Manuscrito, 2019, p. 258.

⁸ COSTA, Paula Pinto – *Templários em Portugal. Homens de religião e de guerra ...*, p. 257.

⁹ COSTA, Paula Pinto – *Templários em Portugal. Homens de religião e de guerra ...*, p. 258.

¹⁰ COSTA, Paula Pinto – *Templários em Portugal. Homens de religião e de guerra ...*, p. 126.

¹¹ GOMES, Saul António – “D. Gualdim Pais (c. 1118/20-1195)”. *População e Sociedade* 23 (2015), pp. 11-23.

¹² COSTA, Paula Pinto – *Templários em Portugal. Homens de religião e de guerra ...*, p. 140 et 215.

¹³ COSTA, Paula Pinto – *Templários em Portugal. Homens de religião e de guerra ...*, p. 113 et 186-187.

¹⁴ CURZON, Henri de – *La Règle du Temple*. Paris: Société de l'Histoire de France, 1886.

¹⁵ COSTA, Paula Pinto – *Templários em Portugal. Homens de religião e de guerra ...*, p. 146.

¹⁶ COSTA, Paula Pinto – *Templários em Portugal. Homens de religião e de guerra ...*, p. 235.

de plus revivifié, j'aimerais attirer l'attention sur un document riche et singulier, impliquant en 1282 Lourenço Martins, lieutenant du maître provincial du Temple au Portugal, dans un transport méditerranéen entre Barcelone et Acre, de façon à revenir ensuite et – peut-être – à mieux poser le vieux débat autour du caractère national si volontiers prêté à l'ordre au pays de Fernando Pessoa.



Dans l'Occident hispanique, l'histoire institutionnelle du Temple reste en bonne partie à écrire, mais au Portugal, théâtre en la matière d'un intéressant renouveau historiographique depuis le début du XXI^e siècle, le travail est plus avancé que pour le León et la Castille¹⁷. Au sein de l'ordre, ces trois espaces formèrent le plus souvent un seul ensemble, articulé cependant en fonction de la division des royaumes et confié à deux ou trois responsables dont les titulatures, jusqu'à l'aube du XIV^e siècle, ont varié¹⁸. Des deux côtés de la *raia*, la liste des maîtres provinciaux – pour leur garder ici une seule appellation – est loin d'être établie et, conscient de ce manque, j'avais convié Saul António Gomes en 2015, lors du *VII Encontro sobre ordens militares*, à étudier “os últimos mestres do Templo em Portugal”. Lourenço Martins est l'un d'eux et, dans l'attente que mon collègue de l'Universidade de Coimbra, excellent connaisseur de la documentation de l'ordre et habile dans l'utilisation de la prosopographie, publie la réflexion qu'il n'avait pu alors finaliser¹⁹, il convient d'opérer à partir d'une information fragmentaire. Paula Pinto Costa, qui a travaillé à la synthétiser, a bien rappelé que le dignitaire, par deux fois, avait été placé à la tête des Templiers portugais, d'abord au début des années 1280, puis, quelque dix plus tard, à l'aube de la décennie suivante²⁰, mais jamais elle n'a indiqué qu'il voyagea outre-mer. À l'exemple de Gualdim Pais, engagé cinq ans en Orient au milieu du XII^e

¹⁷ JOSSEAND, Philippe – “Editing Templar Charters in the Iberian Peninsula at the Beginning of the Twenty-First Century”. in BORCHARDT, Karl, *et. al.* (ed.) – *The Templars and their Sources*. Oxon–New York: Routledge, 2017, pp. 97-98.

¹⁸ COSTA, Paula Pinto – *Templários em Portugal. Homens de religião e de guerra ...*, pp 146-147; JOSSEAND, Philippe – “Troubles and Tensions before the Trial: the Last Years of the Castilian Templar Province”. in EDBURY, Peter (ed.) – *The Military Orders*, vol. 5: *Politics and Power*. Farnham: Ashgate, 2012, p. 375.

¹⁹ Une première avancée, encore embryonnaire, avait été procurée par: GOMES, Saul António – “A Extinção da Ordem do Templo em Portugal”. *Revista da História da Sociedade e da Cultura* 11 (2011), p. 85.

²⁰ COSTA, Paula Pinto – *Templários em Portugal. Homens de religião e de guerra ...*, p. 146 (tabela 2), 148 (tabela 3) et p. 150.

siècle²¹, des frères du royaume avaient pourtant l'habitude de traverser la Méditerranée²². Lourenço Martins, en 1282, fut de ceux-là: avant lui, Afonso Gomes, appelé aussi à devenir maître provincial²³, avait été le compagnon du grand-maître Thomas Bérard, à Acre en 1258²⁴, et, à leur suite, plusieurs compatriotes étaient partis combattre en Orient, à l'instar d'André Gonçalves de Pombal, témoin de la chute d'Acre en 1291²⁵, ou des trois chevaliers interrogés à Chypre en mai 1310, Estêvão, João et Lourenço, entrés au Temple, le premier, au début de la décennie 1290, et, pour les deux autres, en 1300²⁶, tandis que Jacques de Molay projetait en Syrie une action militaire à laquelle Vasco Fernandes, le dernier supérieur de l'ordre au Portugal, s'était associé²⁷.

À l'été 1282, le transport de Lourenço Martins outre-mer ne doit donc pas étonner: il s'inscrivait dans une pratique relativement fréquente des Templiers portugais. Pourtant, jusqu'à mon étude récente sur Jacques de Molay, nul ne l'avait jamais mentionné et l'acte qui en porte trace, à l'Archivo de la Corona de Aragón, était demeuré inédit²⁸. Le document, par ses aspects contractuels, avait bien éveillé l'attention d'historiens intéressés par l'insertion des marchands dans la logistique

²¹ BARROCA, Mário Jorge – “A Ordem do Templo e a arquitectura militar portuguesa do século XII”. *Portugalia* 17-18 (1996-1997), p. 194, sur la base de deux inscriptions lapidaires des châteaux de Tomar et d'Almourol qu'il a publiées peu après (BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, t. I, pp. 348-367, n° 136 et 137), où il convient de conserver la lecture de *Coine*, au lieu de *Cione*, proposée par REFICE, Paola – “Le epigrafi di Tomar e di Almourol: elementi per lo studio delle fondazioni templari portoghesi”. in VITI, Goffredo; CADEI, Antonio; ASCANI, Valerio (ed.) – *Monaci in armi. L'architettura sacra dei Templari attraverso il Mediterraneo*. Florence: Casa Editrice Certosa Cultura, 1995, pp. 175-186.

²² CLAVERIE, Pierre-Vincent – “*Contra soldanum de Coine* ou la contribution des Templiers portugais à la défense de la Syrie franque”. in FERNANDES, Isabel Cristina F. (ed.) – *As ordens militares e as ordens de cavalaria entre o Ocidente e o Oriente. Actas do V Encontro sobre ordens militares*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela-GEOS, 2009, pp. 399-412; JOSSERAND, Philippe – “Entre dos frentes: aproximación a las empresas militares de los Templarios del Occidente peninsular (siglos XII-XIV)”. in RODRÍGUEZ DE LA PEÑA, Alejandro (ed.) – *Hacedores de frontera. Estudios sobre el contexto social de la frontera en la España medieval*. Madrid: CEU Ediciones, 2009, pp. 196-200.

²³ COSTA, Paula Pinto – *Templários em Portugal. Homens de religião e de guerra ...*, p. 148.

²⁴ DELAVILLE LE ROULX, Joseph – *Documents concernant les Templiers extraits des archives de Malte*. Paris: Plon, 1882, p. 354.

²⁵ GOMES, Saul António – “A Extinção da Ordem do Templo em Portugal” ..., p. 97 et p. 105.

²⁶ SCHOTTMÜLLER, Konrad – *Der Untergang des Templer-Ordens mit urkundlichen und kritischen Beiträgen*. Berlin: Mittler und Sohn, 1887, t. II, pp. 170-171, pp. 173-174 et pp. 204-205.

²⁷ JOSSERAND, Philippe – *Jacques de Molay. Le dernier grand-maître des Templiers ...*, pp. 126-127 et p. 173.

²⁸ JOSSERAND, Philippe – *Jacques de Molay. Le dernier grand-maître des Templiers ...*, p. 165, p. 374, n. 97, et pp. 451-453, doc. 3.

du Temple, Alan Forey d'abord²⁹, puis Damien Carraz³⁰, mais ni l'un ni l'autre, quoi qu'excellents connaisseurs de l'ordre, n'avaient identifié ou même cité Lourenço Martins. Présenté comme le "lieutenant du maître provincial de Portugal" (*tenens locum magistri milicie Templi in regno Portugalie*), c'est pourtant lui qui est à l'origine de l'accord passé entre Ramon Marquet, citoyen de Barcelone, et Romeu Burguet, commandeur templier de Palau-solità³¹. Le 1^{er} avril 1282, les deux hommes se sont entendus en vue d'organiser le futur voyage (*viaticum*) du dignitaire lusitanien et de sa suite entre Barcelone et Acre. Celle-ci était composée de quatre frères du Temple, accompagnés de quarante-cinq à cinquante bêtes – entre chevaux et mules – ainsi que des écuyers et des victuailles leur correspondant. Ramon Marquet s'obligeait à tenir prête sa nef (*navis*) au 1^{er} août et le départ, "*salvo impedimenti Dei*", aurait lieu avant le 15 du mois, au-delà duquel les Templiers portugais seraient fondés à réclamer le remboursement des frais encourus à Barcelone. Pour le voyage, le marchand s'engageait à réserver au dignitaire un emplacement sur le pont (*platea de ponte*) et à fournir des places adaptées (*platee congruentes*) aux autres frères, aux écuyers et aux animaux, en leur assurant toute l'eau nécessaire. Le prix du passage était fixé à un marc d'argent fin pour chaque Templier, soit quelque 233 grammes, et à 2,5 pour chaque bête et son écuyer, une somme représentant alors le huitième de la valeur d'un cheval en Aragon³². Des écuyers en plus grand nombre pourraient être embarqués, si Lourenço Martins le désirait, mais leur transport se ferait – sans que le contrat en donne le montant – au tarif prévu par la coutume maritime (*nauleum consuetum*).

Bien avant d'arriver à Barcelone, d'où il escomptait appareiller, Lourenço Martins s'est ainsi préoccupé de son passage outre-mer. Il l'a probablement fait du Portugal, s'inscrivant dans une pratique dont j'aimerais souligner combien elle apparaît

²⁹ FOREY, Alan – *The Templars in the Corona de Aragón*. Oxford: Oxford University Press, 1973, p. 325; FOREY, Alan – "Aragonese Templars in the Holy Land and in Cyprus in the Late Thirteenth and Early Fourteenth Centuries". in FERNANDES, Isabel Cristina F. (ed.) – *As ordens militares e as ordens de cavalaria entre o Ocidente e o Oriente. Actas do V Encontro sobre ordens militares*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela–GESOS, 2009, p. 461.

³⁰ CARRAZ, Damien – "Templiers et négociants méditerranéens: des intérêts convergents". *Histoire et images médiévales* 46 (2012), p. 32.

³¹ Aragón, Archivo de la Corona de Aragón, *Cancellaria, Pergamins Pere II*, 292 (voir l'annexe documentaire).

³² FOREY, Alan – *The Templars in the Corona de Aragón ...*, p. 325 et p. 340, n. 145.

rodée. Les deux acteurs du contrat souscrit en son nom étaient l'un et l'autre dûment qualifiés. À Barcelone, ils étaient même, dans la première moitié des années 1280, des hommes en vue. Depuis le printemps 1281 au moins³³, Romeu Burguet était à la tête de la commanderie de Palau-solità, dans le Vallès, dont dépendait à l'origine la maison templière de Barcelone³⁴: il y avait remplacé Ramon de Barberà³⁵, appelé onze ans plus tard à faire partie du couvent de Jacques de Molay³⁶, et, en 1282, c'est lui qui en transféra le siège dans le grand port catalan³⁷, où il demeura en charge des affaires de l'ordre jusqu'en 1285, officiant même, en raison de sa compétence juridique, comme procureur de ses frères, à l'image du commandeur de Barberà, qu'il a représenté dans un litige avec la couronne portant sur le château d'Ollers³⁸. Ramon Marquet, quant à lui, avait plus de notoriété encore et, issu d'une famille engagée depuis la décennie 1240 dans le grand commerce³⁹, il a commandé plusieurs vaisseaux lors de voyages au Levant, servant à l'occasion d'ambassadeur, notamment en Égypte⁴⁰: la confiance du roi Pierre III lui était acquise, qui l'amena à prendre part en 1282 à l'expédition contre Tunis et à remplir aux années suivantes des missions délicates, à Pise, où des marins catalans s'étaient révoltés, et à Majorque⁴¹, en association avec Berenguer Mallol, à qui Pere Mallol, cité dans l'acte du 1^{er} avril 1282⁴², était certainement apparenté. Ensemble, Romeu Burguet et Ramon Marquet avaient déjà travaillé en 1281: au service du Temple, le marchand, sur sa nef, avait pris en charge du blé dont le grand-maître Guillaume de Beaujeu, à Acre, s'était déclaré satisfait du transport⁴³. Lourenço Martins, dans son entreprise,

³³ CINGOLANI, Stefano – *Diplomatari de Pere el Gran*. Barcelona: Fundació Noguera, 2011-2015, t. I: *Cartes i Pergamins (1258-1285)*, pp. 453-454, doc. 252.

³⁴ SANS I TRAVÉ, Josep Maria – *Els Templers catalans. De la rosa a la creu*. Lleida: Pagès, 1996, pp. 271-275; FUGUET SANS, Joan – “La casa del Palau del Temple de Barcelona”. *Locus amœnus* 7 (2004), pp. 99-109.

³⁵ CINGOLANI, Stefano – *Diplomatari de Pere el Gran ...*, t. I: *Cartes i Pergamins (1258-1285)*, p. 453, doc. 252.

³⁶ JOSSERAND, Philippe – *Jacques de Molay. Le dernier grand-maître des Templiers ...*, p. 112.

³⁷ FOREY, Alan – *The Templars in the Corona de Aragón ...*, p. 102.

³⁸ CINGOLANI, Stefano – *Diplomatari de Pere el Gran ...*, t. I: *Cartes i Pergamins (1258-1285)*, pp. 759-760, doc. 430.

³⁹ BENSCH, Stephen – *Barcelona and its Rulers, 1096-1291*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 330.

⁴⁰ SOLDEVILA, Ferran – *L'almiral Ramon Marquet*. Barcelone. Barcino, 1953.

⁴¹ CINGOLANI, Stefano – *Diplomatari de Pere el Gran ...*, t. II: *Relacions internacionals i política exterior (1260-1285)*, pp. 662-663 et 739, doc. 654 et 770.

⁴² Aragón, Archivo de la Corona de Aragón, *Cancelleria, Pergamins Pere II*, 292.

⁴³ CINGOLANI, Stefano – *Diplomatari de Pere el Gran ...*, t. II: *Relacions internacionals i política exterior (1260-1285)*, t. I: *Cartes i Pergamins (1258-1285)*, pp. 460-461, doc. 258.

ne pouvait donc choisir de meilleurs associés et, parce qu'il l'avait préparé au mieux, le voyage se fit apparemment sans encombre⁴⁴; le 12 janvier 1283, le dignitaire portugais était de retour à Marseille, d'où il a prié Pierre III de lui adresser un sauf-conduit (*guidaticum et conductus*) pour les marins d'une nef du Temple, La Rose, avec laquelle il était sans doute revenu d'Acre⁴⁵.



Tout un imaginaire, depuis le XIX^e siècle, unit les Templiers à l'Orient⁴⁶, mais c'est de la relation entre les deux extrémités de la Méditerranée que les frères, à l'instar des Hospitaliers et des Teutoniques, tiraient la force et l'originalité de leur projet⁴⁷. Le fait régional, dans l'analyse, est donc crucial à considérer⁴⁸, mais il ne prend sens que rapporté au tout et, pour user des mots d'Alain Demurger, "c'est moins en termes d'implantation locale qu'en termes de mission qu'il faut étudier ces ordres ou – pour le dire autrement et plus justement – c'est en fonction de leur mission qu'il faut étudier leur implantation locale et leurs activités à "l'arrière"⁴⁹. Au Temple, cela vaut jusqu'à la fin de son histoire⁵⁰, même si bien des polygraphes, à l'exemple de Laurent Dailliez, ont imaginé que l'ordre se serait progressivement scindé en deux⁵¹. Les historiens, trop souvent, ont épousé un tel préjugé dont au Portugal aujourd'hui,

⁴⁴ JOSSERAND, Philippe – *Jacques de Molay. Le dernier grand-maître des Templiers ...*, p. 165 et p. 374, n. 98.

⁴⁵ GUZZO, Cristian – "Milites Templi Hierosolimitani in Regno Siciliae. Vecchi documenti, nuove acquisizioni". in GUZZO, Cristian (ed.) – *I Templari nell'Italia centro-meridionale. Storia ed architettura*. Tuscania: Penne e Papiri, 2008, pp. 75 et 114, n. 106.

⁴⁶ STAHLJAK, Zrinka – *Pornographic Archaeology: Medicine, Medievalism, and the Invention of the French Nation*. Philadelphie: University of Pennsylvania Press, 2013. Trad. fr. de Laurent Bury – *L'Archéologie pornographique. Médecine, Moyen Âge et histoire de France*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2018, p. 125.

⁴⁷ ELM, Kaspar – "Gli ordini militari: un ceto di vita religiosa fra universalismo e particolarismo". in MARCO, Maria de; TOMMASI, Francesco (eds.) – *Militia Sacra. Gli ordini militari tra Europa e Terrasanta*. Pérouse: Società Editrice San Bevignate, 1994, pp. 9-28; ELM, Kaspar – "Die Ordines militares. Ein Ordenszötus zwischen Einheit und Vielfalt". in HUNYADI, Zsolt; LASZLOVSKY, József (eds.) – *The Crusades and the Military Orders. Expanding the Frontiers of Medieval Latin Christianity*. Budapest: Central European University, 2001, p. 351-377.

⁴⁸ SARNOWSKY, Jürgen – "Mendicants, Military Orders, and Regionalism". in SARNOWSKY, Jürgen (ed.) – *Mendicants, Military Orders, and Regionalism in Medieval Europe*. Aldershot: Ashgate, 1999, p. 285.

⁴⁹ DEMURGER, Alain – "L'étude des ordres religieux-militaires en France: la fin de la marginalité ? Introduction au dossier". *Cahiers de recherche médiévale. A Journal of Medieval Studies* 15 (2008), p. 171.

⁵⁰ JOSSERAND, Philippe – *Jacques de Molay. Le dernier grand-maître des Templiers ...*, pp. 157-176 et 367-388.

⁵¹ DAILLIEZ, Laurent – *Jacques de Molay, dernier maître du Temple*. Paris: Dumas, 1974, p. 176.

plus que nulle part ailleurs, on peut observer la prégnance. Luís Filipe Oliveira, dans un remarquable travail historiographique, joliment intitulé “une histoire à rebours”, achève cependant de déconstruire pareil *topos* et, grâce à son érudition sûre, il en a révélé la genèse⁵². Kristjan Toomaspoeg, en 2012, avait certes signalé que le Temple, de longue date, était tenu au Portugal pour la préfiguration de l'ordre du Christ et, pour cette raison, lié intrinsèquement aux rois et au royaume⁵³, mais il revient à mon collègue de l'Universidade do Algarve d'avoir mis au jour la formation historique de ce préjugé, créé juste après l'affaire, devenu au XVII^e siècle “une espèce de vérité officielle et définitive” et transformé désormais en un acquis relevant “pratiquement du sens commun (*quase ao nível do senso comum*)”⁵⁴. Les trois thèses de doctorat, partiellement redondantes⁵⁵, consacrées au Temple dans la première décennie du XXI^e siècle ont chacune donné dans le panneau⁵⁶, que bien des spécialistes portugais, de Mário Farelo à Paula Pinto Costa⁵⁷, en passant par Saul António Gomes – pourtant probablement le plus sûr –, n'ont pas su éviter⁵⁸, faisant invariablement état d'un

⁵² OLIVEIRA, Luís Filipe – “Uma História às Avestas. A Historiografia do Templo em Portugal”. in FERNANDES, Isabel Cristina F. (ed.) – *Entre Deus e o rei. O mundo das ordens militares*. Palmela: Município de Palmela–GEsOS, 2018, t. II, pp. 671-684.

⁵³ TOOMASPOEG, Kristjan – “Historiographie de l'ordre du Temple au Portugal: *status quæstionis*”. in CARREIRAS, José Albuquerque; VAIRO, Giulia Rossio (ed.) – *I Colóquio internacional. Cister, os Templários e a ordem de Cristo*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 2012, pp. 171-183.

⁵⁴ OLIVEIRA, Luís Filipe – “Uma História às Avestas. A Historiografia do Templo em Portugal” ..., t. II, p. 676 et p. 678.

⁵⁵ OLIVEIRA, Luís Filipe – “The Military Orders in the Twelfth-Fourteenth Centuries”. in MATTOSO, José (ed.) – *The Historiography of Medieval Portugal, c. 1950-2010*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011, p. 432; JOSSEERAND, Philippe – “Jacques de Molay acteur hispanique? Au carrefour des représentations, de la mémoire et de l'histoire”. in AYALA MARTÍNEZ, Carlos; PALACIOS ONTALVA, Santiago; RÍOS SALOMA, Martin – *Guerra santa y cruzada en el estrecho: el Occidente peninsular en la primera mitad del siglo XIV*. Madrid: Sílex, 2016, p. 444.

⁵⁶ VALENTE, José – “Soldiers and Settlers. The Knights Templar in Portugal, 1128-1319”. Santa Barbara: University of California, 2002. Thèse de doctorat, pp. 116-117 et pp. 121-122; SILVA, Luiz Ademir da – “Da cruzada à demanda. A tradição épica da ordem dos Templários na Baixa Idade Média portuguesa (séculos XII-XIV)”. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2008. Thèse de doctorat, 2008, pp. 28-43; FERNANDES, Maria Cristina – *A Ordem do Templo em Portugal das origens à extinção*. Porto: Universidade do Porto, 2009. Thèse de doctorat, pp. 170-172, p. 214 et p. 229.

⁵⁷ FARELO, Mário – “Pro defensione iuris regis. Les relations entre la Couronne portugaise et le pape Clément V à la lumière du procès des Templiers”. in CARREIRAS, José Albuquerque (ed.) – *A Extinção da Ordem do Templo*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 2012, pp. 63-109, p. 73; COSTA, Paula Pinto – “Templários no condado portucalense antes do reconhecimento formal da ordem: o caso de Braga no início do século XII”. *Revista da Faculdade de Letras do Porto. Ciências e Técnicas do Património* 12 (2013), p. 241; COSTA, Paula Pinto – *Templários em Portugal. Homens de religião e de guerra ...*, p. 235.

⁵⁸ GOMES, Saul António – “Observações em torno das Chancelarias das Ordens Militares em Portugal na Idade Média”. in FERNANDES, Isabel Cristina F. (ed.) – *As ordens militares e as ordens de cavalaria na construção do mundo ocidental. Actas do IV Encontro sobre ordens militares*. Palmela: Município de Palmela–GEsOS, 2009, p. 128; GOMES, Saul António – “A Extinção da Ordem do Templo em Portugal”, pp. 82-83, 86-88 et 97-98.

ordre qui, au bord du Tage, se serait précocement nationalisé, en se détournant de l'Orient pour se concentrer sur la Reconquête et le service du roi.

En dehors même des milieux templaristes, qui – je l'ai signalé – ne renâclent pas devant l'exagération, la lecture nationale de l'histoire de l'ordre est largement partagée à l'échelle du Portugal. Elle a toutefois été sévèrement critiquée depuis une quinzaine d'années par Luís Filipe Oliveira⁵⁹; Kristjan Toomaspoeg, qui l'a rejoint, y a même perçu “un problème conceptuel”⁶⁰, dénonçant “un obstacle de nature idéologique”⁶¹. Les sources, en effet, ne permettent pas de valider la déconnexion de la province portugaise du Temple avec l'Orient. Celles qui insistent sur le lien, certes, sont rares et nulle part ou presque, dans la documentation conservée, il n'est fait état des responsions, ces envois à destination de la Terre sainte représentant plutôt le dixième que le tiers des rentes de chaque maison⁶². Opérés en espèces comme en nature – vivres, armes, montures ou vêtements⁶³ –, ces transferts étaient pourtant au cœur de la logistique templière⁶⁴. Qu'inférer de l'absence de traces qui est la leur au Portugal? Est-ce qu'ils n'y auraient pas existé, contrairement au reste de l'Occident? Partout, en réalité, les responsions filtrent difficilement des sources⁶⁵: le constat que, vingt ans en arrière, j'avais réalisé pour la Castille⁶⁶, qui pourrait à tort être tenue pour éloignée de l'Orient, vaut aussi pour la Provence ou l'Italie du Nord-Ouest, aux connexions indubitables⁶⁷. La situation documentaire du Temple

⁵⁹ OLIVEIRA, Luís Filipe – “Ordem militar do Templo”. in VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo (ed.) – *Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento. Guia Histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005, p. 463; OLIVEIRA, Luís Filipe – “The Military Orders in the Twelfth-Fourteenth Centuries” ..., p. 431-433. TOOMASPOEG, Kristjan – “Historiographie de l'ordre du Temple au Portugal: *status quæstionis*” ..., p. 187.

⁶¹ TOOMASPOEG, Kristjan – “L'ordre du Temple en Occident et au Portugal”. in CARREIRAS, José Albuquerque (ed.) – *A Extinção da Ordem do Templo*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 2012, p. 20.

⁶² FOREY, Alan – *The Templars in the Corona de Aragón* ..., p. 323.

⁶³ DEMURGER, Alain – *Les Templiers. Une chevalerie chrétienne au Moyen Âge*. Paris: Seuil, 2005, p. 334.

⁶⁴ JOSSERAND, Philippe – “De l'arrière au front: regards sur la logistique des ordres militaires au Moyen Âge”. in FERNANDES, Isabel Cristina F. (ed.) – *As ordens militares. Freires, guerreiros, cavaleiros. Actas do VI Encontro sobre ordens militares*. Palmela: Município de Palmela-GEOS, 2012, t. II, pp. 686-690; JOSSERAND, Philippe – *Jacques de Molay. Le dernier grand-maître des Templiers* ..., pp. 166-168 et pp. 374-377.

⁶⁵ FOREY, Alan – “Notes on Templar Personnel and Government at the Turn of the Thirteenth and Fourteenth Centuries”. *Journal of Medieval History* 35 (2009), p. 160.

⁶⁶ JOSSERAND, Philippe – “Entre Orient et Occident: l'ordre du Temple dans le contexte castillan du règne d'Alphonse X”. *Alcanate. Revista de Estudios Alfonsíes* 2 (2000-2001), p. 136; JOSSERAND, Philippe – *Église et pouvoir dans la péninsule Ibérique. Les ordres militaires dans le royaume de Castille (1252-1369)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2004, p. 596.

⁶⁷ CARRAZ, Damien – *L'Ordre du Temple dans la basse vallée du Rhône (1124-1312). Ordres militaires, croisades et sociétés méridionales*. Lyon: Presses universitaires de Lyon, 2005, pp. 260 et 457-458;

au Portugal n'a donc rien de spécifique et le nombre minime des références tient sans doute à ce que la lecture nationale de l'ordre, très tôt, a conditionné les pratiques de conservation archivistique⁶⁸. Gualdim Pais, le célèbre maître provincial de la seconde moitié du XII^e siècle, n'est donc pas l'unique trait d'union entre les deux extrémités du monde méditerranéen. Dès les années 1120, à Soure et, peut-être, près de Braga⁶⁹, les premières donations au Temple avaient été faites pour le service de la Terre sainte⁷⁰. Les autorités centrales de l'institution ne se sont jamais détournées du Portugal et, si le voyage prévu par le grand-maître Arnau de Torroja⁷¹, à l'automne 1184, a été interrompu par la mort⁷², elles ont été sollicitées par les frères locaux en 1231, puis en 1272⁷³, l'année où Francon de Bort, décrit comme "*geeral visitador*", ramena de mission cinq cents marcs d'argent⁷⁴. Dix ans plus tard, à l'été 1282, Lourenço Martins, lieutenant du maître provincial, quittait Barcelone avec quatre frères et un nombre important d'écuyers et de bêtes, démontrant que les Templiers portugais, loin de se cantonner au royaume, avaient Acre au cœur.

BELLOMO, Elena – *The Templar Order in the North-West Italy (1142-c. 1330)*. Leyde–Boston: Brill, 2008, p. 44; BELLOMO, Elena – “Templari, Oriente, crociata: percorsi di ricerca in Italia settentrionale”. in FERNANDES, Isabel Cristina F. (ed.) – *As ordens militares. Freires, guerreiros, cavaleiros. Actas do VI Encontro sobre ordens militares*. Palmela: Município de Palmela–GEOS, 2012, t. II, p. 801.

⁶⁸ OLIVEIRA, Luís Filipe – “Uma História às Avestas. A Historiografia do Templo em Portugal” ..., t. II, p. 679.

⁶⁹ “*Vita Martini Sauriensis*”. in NASCIMENTO, Aires A. – *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra*. Lisboa: Colibri, 1998, p. 241; COSTA, Paula Pinto – “Templários no condado portugalense antes do reconhecimento formal da ordem: O caso de Braga no início do século XII” ..., pp. 233-234. Appuyée sur des copies du XVI^e siècle, la datation de l'auteure est incertaine et elle-même a récemment concédé que, même si à ses yeux un doute demeure, les actes du Minho pourraient en réalité être de trente ans postérieurs (COSTA, Paula Pinto – *Templários em Portugal. Homens de religião e de guerra* ..., pp. 73-76).

⁷⁰ OLIVEIRA, Luís Filipe – “Ordem militar do Templo” ..., p. 462; TOOMASPOEG, Kristjan – “L'ordre du Temple en Occident et au Portugal” ..., p. 27.

⁷¹ GOMES, Saul António – *Pombal medieval e quinzentista. Documentos para a sua história*. Leiria: Centro do Património de Estremadura, 2010, p. 81, doc. 1.

⁷² SANS I TRAVÉ, Josep Maria – *Arnau de Torroja: un Català mestre major de l'orde del Temple (1118/1120 ?-1184)*. Barcelone: Reial Acadèmia de Bones Lletres de Barcelona, 2006, p. 128. À Vérone, en 2016, une tombe qui pourrait être celle du dignitaire a été découverte fortuitement dans la cour de San Fermo Maggiore (BAGNI, Giampiero – “The Sarcophagus of Templar Master Arnau de Torroja in Verona? Sources and Scientific Analysis”. *Crusades*, 17 (2018), pp. 31-38).

⁷³ GOMES, Saul António – “Observações em torno das Chancelarias das Ordens Militares em Portugal na Idade Média”, p. 159, doc. 4; VENTURA, Leontina; RESENDE DE OLIVEIRA, António – *Chancelaria de D. Afonso III. Livro I*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, t. II, p. 116, doc. 526.

⁷⁴ GOMES, Saul António – “A presença das ordens militares na região de Leiria (séculos XII-XIV)”. in FERNANDES, Isabel Cristina F.; PACHECO, Paulo (ed.) – *As ordens militares em Portugal e no Sul da Europa*. Lisboa–Palmela: Colibri–Câmara Municipal de Palmela, 1997, p. 179, doc. 11.

Eu égard à de tels liens, trop souvent tus par l'historiographie, la requête adressée le 23 mai 1307 par le Templier catalan Pere de Santjust, alors commandeur d'Alfambra, à Jacques de Molay afin qu'il franchisse les Pyrénées et vienne jusqu'en Castille et au Portugal prend tout son sens⁷⁵. Pourtant, que je sache, cette lettre, publiée au début du XX^e siècle par Heinrich Finke sur la base d'un original conservé là encore à l'Archivo de la Corona de Aragón⁷⁶, dont il a contribué à réorganiser les fonds intéressant le Temple⁷⁷, n'a jamais été étudiée par les chercheurs issus de l'Occident hispanique. Exceptionnellement bien connu du fait que subsiste une cinquantaine de missives qu'il a écrites ou reçues⁷⁸, Pere de Santjust avait avec Jacques de Molay une relation étroite dont l'origine remontait probablement au siège d'Acre⁷⁹, où le frère catalan fut blessé⁸⁰. Tenus à distance par la mer Méditerranée, même s'ils se sont vus en Catalogne et à Chypre⁸¹, les deux hommes avaient l'habitude d'échanger sur l'état du Temple: le grand-maître se fiait à son ami, dont en 1306, avant d'embarquer pour l'Occident, il a recherché le conseil sur la croisade et, peut-être, l'union des ordres militaires⁸². Rentré de Chypre, Pere de Santjust a activé ses réseaux dans la péninsule Ibérique et, au printemps 1307, des frères de Castille et de Portugal lui ont fait savoir, par leurs courriers, que la venue de Jacques de Molay jusqu'à eux, comme en Catalogne, "*seria molt profitosa*"⁸³. Le Temple était alors confronté à une situation difficile. Depuis 1305 au moins, Denis

⁷⁵ JOSSERAND, Philippe – *Jacques de Molay. Le dernier grand-maître des Templiers ...*, p. 175.

⁷⁶ FINKE, Heinrich – *Papsttum und Untergang des Templerordens*. Münster: Aschendorff, 1907, t. II: *Quellen*, p. 37, doc. 24.

⁷⁷ CONDE Y DELGADO DE MOLINA, Rafael; PUJADES I BATALLER, Ramón José – "Epistolario de Jacques de Molay y cartas manuscritas de los Templarios". in ALVAR EZQUERRA, Carlos *et. al.* (eds.) – *Secretum Templi*. Valencia: Grial, 2005, t. III, pp. 108-109.

⁷⁸ FOREY, Alan – "The Career of a Templar: Peter of St Just". in HOUSLEY, Norman – *Knighthoods of Christ. Essays on the History of the Crusades and the Knights Templar, Presented to Malcolm Barber*. Aldershot: Ashgate, 2007, p. 183.

⁷⁹ JOSSERAND, Philippe – *Jacques de Molay. Le dernier grand-maître des Templiers ...*, p. 195 et pp. 409-410.

⁸⁰ FOREY, Alan – "Letters of the Last Two Templar Masters". *Nottingham Medieval Studies* 45 (2001), p. 160, doc. 1.

⁸¹ PAGAROLAS I SABATÉ, Laureà – *Els Templers de les terres de l'Ebre (Tortosa). De Jaume I fins a l'abolició de l'orde (1213-1312)*. Tarragona: Diputació de Tarragona, 1999, t. II, pp. 197-198, doc. 171; FOREY, Alan – "Letters of the Last Two Templar Masters" ..., p. 166, doc. 13.

⁸² JOSSERAND, Philippe – *Jacques de Molay. Le dernier grand-maître des Templiers ...*, p. 195.

⁸³ FINKE, Heinrich – *Papsttum und Untergang des Templerordens ...*, t. II: *Quellen*, p. 37, doc. 24. De Miravet, sur l'Èbre, Pere de Santjust a écrit: "Senyor, con vostra [ven]guda sia molt profitosa et molt honorable a nos et al Temple, nomenadament nos sera molt profitosa et honorable de venir en esta terra et melorar senhia molt lestantament del Temple, et axi seria molt profitosa la vostra entrada de Castela et de Portugal, segons quens ha fet saber a letres alguns frares daqueles partides".

1^{er} œuvrait à retrouver les droits de la couronne portugaise⁸⁴, et, le 6 août 1306, l'ordre fut contraint à un échange où il céda un bien-fonds à Santarém, des droits de péage à Coïmbre et de patronage à Trancoso pour Vila de Rei et Ferreira do Zêzere⁸⁵. La pression royale, étudiée par Mário Farelo⁸⁶, est à mon sens la raison de l'appel lancé à Jacques de Molay que le maître provincial, Vasco Fernandes, réitéra le 18 août 1307, quand des possessions vitales pour l'institution, Soure, Pombal, Ega et Redinha, d'un côté, Idanha-a-Velha et Salvaterra, de l'autre, furent revendiquées par le pouvoir monarchique⁸⁷. À la veille du déclenchement de l'affaire, les frères portugais espéraient que le grand-maître intervînt directement, informés sans doute que dans la Castille voisine – où, malgré le sentiment dominant⁸⁸, la lecture nationale de l'histoire du Temple est à mon avis tout aussi irrecevable⁸⁹ – des échanges avaient été récemment consentis depuis le couvent de Chypre⁹⁰, avec lequel le lien restait essentiel.



⁸⁴ PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *D. Dinis*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 172.

⁸⁵ SÁ NOGUEIRA, Bernardo de – *O Livro das Lezírias d'el-rei Dom Dinis*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003, pp. 162-165, doc. 50.

⁸⁶ FARELO, Mário – “*Pro defensione iuris regis*. Les relations entre la Couronne portugaise et le pape Clément V à la lumière du procès des Templiers” ..., pp. 63-109, 2012, p. 71 et pp. 103-105.

⁸⁷ SÁ NOGUEIRA, Bernardo de – *O Livro das Lezírias d'el-rei Dom Dinis* ..., p. 234-236, doc. 73, et p. 240-242, doc. 74: “E entom o dicto maestre e freyres disserom consentindo na dicta sentença que lhis dessemos tempo pera mandarem a alem mar faze-lo saber a seu mayor e que queriam auer conselho con ele e que queriam ala mandar por cartas e por priuilegios que diziam que tijnham con que diziam que poderiam deffender o seu direito”.

⁸⁸ MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo – *Los Templarios en la Corona de Castilla*. Burgos: La Olmeda, 1993, p. 44 et 53; AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – “Las órdenes militares y los procesos de afirmación monárquica en Castilla y Portugal (1250-1350)”. in FONSECA, Luís Adão da (ed.) – *As relações de fronteira no século de Alcanices. Actas das IV Jornadas luso-espanholas de história medieval*. Porto: Imprensa da Universidade do Porto, 1998, t. II, pp. 1279-1312; AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – “Frontera castellano-leonesa y órdenes militares. Problemas de jurisdicción (siglos XII-XIII)”. in ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente – *Jornadas de cultura hispano-portuguesa*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1999, p. 69; AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – “Fernando III y las órdenes militares”. in PEÑA SOLAR, Juan Ignacio de la – *Fernando III y su tiempo (1201-1252). Congreso de estudios medievales*. Ávila: Fundación Sánchez-Albornoz, 2003, p. 83.

⁸⁹ JOSSERAND, Philippe – “*Et succurere Terre sancte pro posse*: les Templiers castillans et la défense de l'Orient latin au tournant des XIII^e et XIV^e siècles”. *Cahiers de recherches médiévales. A Journal of Medieval Studies*, 15 (2008), p. 218.

⁹⁰ FERNANDEZ RUIZ, Raquel del Carmen – *Colección diplomática del monasterio de Santo Domingo de Benavente (1228-1390)*. Benavente: Centro de Estudios Benaventanos Ledo del Pozo, 2000, p. 65, doc. 27.

Le Temple, au Portugal, n'a jamais été une institution nationale. En affirmant l'inverse, toute une tradition littéraire et philosophique, illustrée par des auteurs majeurs, a méconnu le fait que, dans l'histoire, les héritiers d'Hugues de Payns, directs ou non, ont créé, pour reprendre les mots de Karl Borchardt, "les premiers ordres religieux véritablement centralisés"⁹¹. Certes, ni Fernando Pessoa, ni ses précurseurs ou ses suiveurs n'avaient à entrer dans une telle analyse, mais l'innovation eut une portée considérable et, adoptée dès le XII^e siècle par les Prémontrés et développée ensuite par les Mendiants⁹², elle a joué un rôle crucial dans la naissance du principe territorial d'administration dont notre monde participe encore largement⁹³. Bien des historiens, le cas échéant remarquables, n'en disent rien⁹⁴. Le Portugal n'échappe pas à la règle et, jusqu'au début du XXI^e siècle, les spécialistes, lorsqu'ils abordaient le Temple, en procuraient, à l'intérieur des limites du royaume, une lecture nationale, influencée – consciemment ou non – par cette si particulière tradition locale de pensée. Grâce aux travaux de Luís Filipe Oliveira notamment, la situation, aujourd'hui, s'est quelque peu infléchie. Le Temple est sans doute moins envisagé en termes strictement lusitaniens qu'il y a quinze ans, mais – hormis dans ses origines – il reste trop peu lié à la Terre sainte. La province portugaise de l'ordre passe en effet pour s'être détachée de l'Orient latin à la faveur d'une "*gradual autonomização*" que Paula Pinto Costa, dans le dernier livre de référence sur le sujet, vient encore de mettre en exergue. L'idée, pour une bonne part, tient à mon sens du mythe. L'ordre, jusqu'à la fin, est demeuré un. Au Portugal, comme ailleurs en Occident, les monarques, soucieux d'affirmer leur souveraineté, ont à partir du milieu du XIII^e siècle suscité davantage d'obstacles aux Templiers

⁹¹ BORCHARDT, Karl – "The Military-Religious Orders: A Medieval "School for Administrators"?. in EDBURY, Peter (ed.) – *The Military Orders*. Vol. 5. *Politics and Power*. Farnham: Ashgate, 2012, p. 7.

⁹² JOSSEAND, Philippe – "De l'arrière au front: regards sur la logistique des ordres militaires au Moyen Âge", t. II, pp. 694-695.

⁹³ RILEY-SMITH, Jonathan – "Towards a History of Military-Religious Orders". in BORCHARDT, Karl; JASPERT, Nikolas; NICHOLSON, Helen (ed.) – *The Hospitallers, the Mediterranean and Europe. Festschrift for Anthony Luttrell*. Aldershot: Ashgate, 2007, pp. 276-277; BORCHARDT, Karl – "The Military-Religious Orders: A Medieval "School for Administrators"?" ..., p. 12; JOSSEAND, Philippe – *Jacques de Molay. Le dernier grand-maître des Templiers* ..., p. 170.

⁹⁴ Pour l'essentiel, les travaux du Sonderforschungsbereich de Dresde, opératif entre 1996 et 2008 – dont on peut avoir un parfait aperçu des principes rédigé par celui qui les a inspirés [MELVILLE, Gert – "La recherche sur les ordres religieux en Allemagne. Chemins parcourus et nouveaux horizons". *Cahiers de civilisation médiévale* 49 (2006), pp. 163-174, p. 163-174] – et prolongé depuis par la Forschungsstelle für Vergleichende Ordensgeschichte, ont laissé le Temple et ses émules de côté, tout comme l'a fait, dans son très bel essai, DALARUN, Jacques – *Gouverner c'est servir. Essai de démocratie médiévale*. Paris: Alma, 2012.

dans leurs circulations méditerranéennes. Si Alan Forey, qui a étudié ces interférences royales, ne les a pas jugées dirimantes, estimant, de façon exagérée, que l'impécuniosité des frères était plus gênante⁹⁵, Helen Nicholson a souligné, dans le cas de l'Angleterre, la force qu'elles ont pu avoir⁹⁶. À la charnière des XIII^e et XIV^e siècles, Denis I^{er} a parfois agi vigoureusement contre le Temple, mais les autorités de ce dernier, Jacques de Molay en tête, ont résisté aux atteintes juridictionnelles du roi avec résolution. Périphériques par rapport à l'Italie méridionale ou à la Provence, la province portugaise de l'ordre n'a pas été dissociée du centre, représenté par le couvent de Chypre, et sans doute lui fut-elle même mieux liée – au moins dans l'intention⁹⁷ –, comme l'ont été les régions lointaines du Saint-Empire, où, jusqu'à l'est de l'Elbe, les structures templières furent organisées avec toujours plus de précision de manière à ce que, malgré d'éventuels conflits⁹⁸, elles soient plus complètement associées au front et à l'effort commun engagé pour recouvrer la Terre sainte⁹⁹. Au service de l'Orient latin, le Temple a donc mobilisé hommes et ressources jusqu'au bout, jusqu'à cette fin, imprévue et imprévisible, précipitée en 1307 par l'affaire, et il l'a fait au Portugal comme ailleurs. L'Aragon, certes, est aujourd'hui l'unique province pour laquelle on puisse, tant soit peu, quantifier l'effort accompli¹⁰⁰, mais les espaces en apparence plus périphériques, souvent éloignés du regard des historiens, ne sont pas forcément en reste et d'Angleterre¹⁰¹,

⁹⁵ FOREY, Alan – “Royal and Papal Interference in Dispatch of Supplies to the East by the Military Orders in the Later Thirteenth Century”. in EDBURY, Peter (ed.) – *The Military Orders*. Vol. 5: *Politics and Power*. Farnham: Ashgate, 2012, p. 102.

⁹⁶ NICHOLSON, Helen – “International Mobility versus the Needs of the Realm: the Templars and Hospitallers in the British Isles in the Thirteenth and Fourteenth Centuries”. in BURGTORF, Jochen; NICHOLSON, Helen (ed.) – *International Mobility in the Military Orders (Twelfth to Fifteenth Centuries)*. Cardiff: University of Wales Press, 2006, p. 91.

⁹⁷ JOSSERAND, Philippe – *Jacques de Molay. Le dernier grand-maître des Templiers ...*, p. 175-176.

⁹⁸ VOGEL, Christian – “Die Templer in Mitteleuropa und ihre Organisationsstrukturen”. in BORCHARDT, Karl; JAN, Libor (ed.) – *Die geistlichen Ritterorden in Mitteleuropa Mittelalter*. Brno: Matice moravská, 2011, p. 166; Karl BORCHARDT, Karl – “The Templars and the Thirteenth-Century Colonisation in Eastern Central Europe”. In BAUDIN, Arnaud; BRUNEL, Ghislain; DOHRMANN, Nicolas (eds.) – *L'Économie templière en Occident. Patrimoines, commerce, finances*. Langres: Guéniot, 2013, pp. 438-441.

⁹⁹ BERTHEL, Alex – “Die Templer im Gebiet östlich der Elbe zur Aufhebung des Ordens (1312)”. *Sacra Militia. Rivista di storia degli ordini militari* 1 (2000), pp. 13-54; BORCHARDT, Karl – “The Templars in Central Europe”. in HUNYADI, Zsolt; LASZLOVSKY, József (eds.) – *The Crusades and the Military Orders. Expanding the Frontiers of Medieval Latin Christianity*. Budapest: Central European University, 2001, pp. 237-238.

¹⁰⁰ FOREY, Alan – *The Templars in the Corona de Aragón ...*, p. 324.

¹⁰¹ NICHOLSON, Helen – “How Secret was the Templar Admission Ceremony? Evidence from the Proceedings in Britain and Ireland”. in SAMMARCO, Sergio – *Conmiliones Christi. Miscellanea di studi per il Centro Italiano di Documentazione sull'Ordine del Tempio*. Rome: Lisanti, 2016, p. 89.

sur la base de la documentation du procès¹⁰², comme de Castille ou du Portugal¹⁰³, on a trace de transferts opérés à destination du Levant. Les mieux connaître est un défi pour la recherche qui suppose d'abord de ne pas les nier *a priori*; au Portugal, cela exige de ne plus traiter du Temple dans une optique strictement lusitanienne et de le lier – malgré les difficultés des sources – à l'Orient latin. Connecter mieux et davantage est un projet toujours à entreprendre, dans lequel j'ai tâché de m'inscrire de longue date¹⁰⁴, en sollicitant des fonds d'archives et, plus largement, une documentation qu'on ne peut réduire à une dimension nationale, quelle qu'elle soit¹⁰⁵; le mettre et le remettre sur le chantier est une nécessité, à laquelle aidera, en termes épistémologiques, *l'História global de Portugal*¹⁰⁶, conçue sur le modèle d'*Histoire mondiale de la France*¹⁰⁷, dont la publication, à l'automne 2020, est attendue à l'heure où je reprends une dernière fois ces lignes qui, à leur échelle, s'avèreront, je l'espère, utiles elles aussi.

¹⁰² NICHOLSON, Helen – *The Proceedings against the Templars in the British Isles*. Farnham: Ashgate, 2011, t. I, p. 192, et t. II, p. 204.

¹⁰³ JOSSERAND, Philippe – “Entre dos frentes: aproximación a las empresas militares de los Templarios del Occidente peninsular (siglos XII-XIV)” ..., pp. 179-201.

¹⁰⁴ JOSSERAND, Philippe; BERIOU, Nicole (ed.) – *Prier et combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*. Paris: Fayard, 2009.

¹⁰⁵ JOSSERAND, Philippe – *Église et pouvoir dans la péninsule Ibérique. Les ordres militaires dans le royaume de Castille (1252-1369)* ..., p. 24-25.

¹⁰⁶ FIOLHAIS, Carlos; FRANCO, José Eduardo; PAIVA, José Pedro (ed.) – *História global de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2020.

¹⁰⁷ BOUCHERON, Patrick (ed.) – *Histoire mondiale de la France*. Paris: Seuil, 2017.

Annexe documentaire

1282, 1^{er} avril

Ramon Marquet, citoyen de Barcelone, et Romeu Burguet, commandeur templier de Palau-solità, passent un accord en vue du transport de Lourenço Martins, lieutenant du maître provincial de Portugal, de Barcelone à Acre. Ce dernier, avec quatre frères et quarante-cinq à cinquante bêtes, accompagnées des écuyers et des victuailles leur correspondant, promet d'embarquer le premier jour d'août sur le navire qui, dûment préparé, attendra au port. La traversée lui coûtera un marc d'argent pour chaque frère et deux marcs et demi pour chaque bête et son écuyer, sachant que des écuyers en plus grand nombre pourront être acheminés au tarif ordinairement prévu par la coutume maritime.

A – Aragón, Archivo de la Corona de Aragón, *Cancellaria, Pergamins Pere II**, 292.

Éd. : JOSSERAND, Philippe – *Jacques de Molay. Le dernier grand-maître des Templiers ...*, 2019, p. 451-453, doc. 3.

In Dei nomine. Sit omnibus notum quod ego Raimundus Marcheti, civis Barchinone, convenio et promito per firmam stipulacionem vobis fratri Romeo Burgeti, comendatori domus de Palacio ordinis milicie Templi, presenti et stipulanti nomine fratris Laurencii Martiniz, tenentis locum magistri milicie Templi in regno Portugalie, quod defferam in navi mea quam de presenti facio de Barchinona apud Acon predictum fratrem Laurencium cum quatuor fratribus et de quadraginta quinque ad quinquaginta bestias sive equitaturas, inter equos et bestias mulares, cum suis scutiferis et victualibus, prout consuetum est. Promito eciam vobis nomine dicti fratris Laurencii quod predicta navis fuerit expedita, facta et bene preparata de marinariis et omnibus suis exarsiis et apparatibus in Dom(...) introuitu primi uenturi mensis augusti, ita quod tunc dicta navis faciet velum, Domino concedente, pro dicto viatico faciendo. Ita etiam quod dictus frater Laurencius cum quatuor fratribus et bestiis predictis, cum suis scutiferis et victualibus, sint tunc in

* La cote utilisée aujourd'hui ne doit pas tromper, car, second roi du nom de Pierre en Catalogne, le souverain est plus généralement connu et cité – ainsi que je l'ai fait dans l'article – comme Pierre III d'Aragon.

Barchinona preparati pro dicto viatico faciendo. Et si forte, quod absit, dicta navis non fuerit tunc preparata et expedita pro dicto viatico faciendo et non recesserit de Barchinona usque ad primum venturum festu sancte Marie augusti per culpa mea, aportet (...) dictos fratres et bestias cum scutiferis suis in Barchinona a dicto festo in antea, convenio et promito per firmam stipulacionem vobis nomine dicti fratris Laurencii quod restituam dicto fratri Laurencio incontinenti cum ab eo vel suis fuero requisitus omnes expensas et missiones quas oporteret ipsum facere in Barchinona in victualibus sui et familie sue et predictarum bestiarum a dicto festo sancte Marie augusti in antea, salvo impedimenti Dei. Et si forte etiam dictus frater Laurencius voluerit tunc mittere in dicta navi alios scutiferos ultra illos qui servient predictis bestiis, promito ipsos portare ad nauleum consuetum. Promito etiam vobis nomine dicti fratris Laurencii quod dabo ipsi fratre Laurencio plateam de ponte et aliis fratribus et scutiferis atque bestiis sive equitaturiis plateas congruentes et aquam in toto dicto viatico. Et obligo eidem fratri Laurencio, absentem, et vobis dicto comendatori, presenti et stipulanti nomine ipsius, propter hoc omnia bona mea, mobilia et immobilia, habita et habenda, renunciando quantum ad hec ex certa sciencia omni juri, rationi et consuetudini contra hec repugnantibus. Intelligatur tamen quod dictus frater Laurencius teneatur michi dare intus Barchinonam pro nauleo cuiuslibet fratribus unam marcham argenti fini et ponderis recti et pro nauleo etiam cuiuslibet bestie sive equitature cum suo scutifero duas marchas et mediam argenti eiusdem ponderis et valoris. Ad hec ego dictus frater Romeus, comendator domus de Palacio, de assensu et voluntate atque mandato domini fratris Petri de Montecatheno, magistri milicie Templi in Aragonia et Cathalonia, promito nomine ac vice predicti fratris Laurencii sub obligatione bonorum Templi quod predictus frater Laurencius dabit et solvet vobis pro nauleo cuiuslibet fratris unam marcham argenti fini et ponderis recti et pro nauleo cuiuslibet bestie cum suo scutifero duas marchas et mediam argenti et pro nauleo etiam aliorum scutiferorum, si quos plures in dicta navi mittere voluerit, prout consuetum est. Promito etiam vobis quod predicti fratres et bestie cum suis scutiferis et victualibus fuerint in Barchinona in dicto termino preparati de recuyer pro dicto viatico faciendo. Actum est hoc kalendas aprilis anno Domini millesimo ducentesimo octuagesimo secundo. Signum Raimundi Marcheti, qui hoc laudo et firmo. Signum fratris Romei Burgeti, comendatoris predicti, qui hoc firmo. Testes huius rei sunt: Petrus Mayol, Huguetus

de Cambrils, Arnaldus de Sactis, Jacobus de Canovis et Stephanus de Querchu, presbiter.

Références bibliographiques

Sources

BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, 3 vol.

CINGOLANI, Stefano – *Diplomatari de Pere el Gran*. Barcelona: Fundació Noguera, 2011-2015, 2 vol.

CONDE Y DELGADO DE MOLINA, Rafael; PUJADES I BATALLER, Ramón José – “Epistolario de Jacques de Molay y cartas manuscritas de los Templarios”. in ALVAR EZQUERRA, Carlos *et al.* (eds.) – *Secretum Templi*. Valencia: Grial, 2005, t. III, pp. 103-165.

CURZON, Henri de – *La Règle du Temple*. Paris: Société de l'Histoire de France, 1886.

DELAVILLE LE ROULX, Joseph – *Documents concernant les Templiers extraits des archives de Malte*. Paris: Plon, 1882.

FERNANDEZ RUIZ, Raquel del Carmen – *Colección diplomática del monasterio de Santo Domingo de Benavente (1228-1390)*. Benavente: Centro de Estudios Benaventanos Ledo del Pozo, 2000.

FOREY, Alan – “Letters of the Last Two Templar Masters”. *Nottingham Medieval Studies* 45 (2001), pp. 145-171.

GOMES, Saul António – *Pombal medieval e quinhentista. Documentos para a sua história*. Leiria: Centro do Património de Estremadura, 2010.

NICHOLSON, Helen – *The Proceedings against the Templars in the British Isles*. Farnham: Ashgate, 2011, 2 vol.

PESSOA, Fernando – *Escritos íntimos. Cartas e páginas autobiográficas*. Éd. António Quadros. Mem Martins: Pub. Europa América, 1986.

SÁ NOGUEIRA, Bernardo de – *O Livro das Lezírias d'el-rei Dom Dinis*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003.

VENTURA, Leontina; RESENDE DE OLIVEIRA, António – *Chancelaria de D. Afonso III. Livro I*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, 2 vol.

“Vita Martini Sauriensis”. in NASCIMENTO, Aires A. – *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra*. Lisboa: Colibri, 1998, pp. 223-240.

Études

ADRIÃO, Vítor Manuel – *Portugal templário: Vida e obra da Ordem do Templo*. Lisboa: Via Occidentalis, 2007.

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – “Las órdenes militares y los procesos de afirmación monárquica en Castilla y Portugal (1250-1350)”. in FONSECA, Luís Adão da (ed.) – *As relações de fronteira no século de Alcanices. Actas das IV Jornadas luso-espanholas de história medieval*. Porto: Imprensa da Universidade do Porto, 1998, t. II, pp. 1279-1312.

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – “Frontera castellano-leonesa y órdenes militares. Problemas de jurisdicción (siglos XII-XIII)”. in ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente – *Jornadas de cultura hispano-portuguesa*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1999, pp. 51-92.

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – “Fernando III y las órdenes militares”. in PEÑA SOLAR, Juan Ignacio de la – *Fernando III y su tiempo (1201-1252). Congreso de estudios medievales*. Ávila: Fundación Sánchez-Albornoz, 2003, pp. 67-101.

BAGNI, Giampiero – “The Sarcophagus of Templar Master Arnau de Torroja in Verona? Sources and Scientific Analysis”. *Crusades* 17 (2018), pp. 31-38.

BARROCA, Mário Jorge – “A Ordem do Templo e a arquitectura militar portuguesa do século XII”. *Portugalia* 17-18 (1996-1997), pp. 171-209.

BELLOMO, Elena – *The Templar Order in the North-West Italy (1142-c. 1330)*, Leyde-Boston, Brill, 2008.

BELLOMO, Elena – “Templari, Oriente, crociata: percorsi di ricerca in Italia settentrionale”. in FERNANDES, Isabel Cristina F. (ed.) – *As ordens militares. Freires, guerreiros, cavaleiros. Actas do VI Encontro sobre ordens militares*. Palmela: Município de Palmela–Gesos, 2012, t. II, pp. 799-822.

BENSCH, Stephen – *Barcelona and its Rulers, 1096-1291*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

BERTHEL, Alex – “Die Templer im Gebiet östlich der Elbe zur Aufhebung des Ordens (1312)”. *Sacra Militia. Rivista di storia degli ordini militari* 1 (2000), pp. 13-54.

BORCHARDT, Karl – “The Templars in Central Europe”. in HUNYADI, Zsolt; LASZLOVSKY, József (eds.) – *The Crusades and the Military Orders. Expanding the Frontiers of Medieval Latin Christianity*. Budapest: Central European University, 2001, pp. 233-244.

BORCHARDT, Karl – “The Military-Religious Orders: A Medieval “School for Administrators”?”. in EDBURY, Peter (ed.) – *The Military Orders. Vol. 5. Politics and Power*. Farnham: Ashgate, 2012, pp. 3-20.

BORCHARDT, Karl – “The Templars and the Thirteenth-Century Colonisation in Eastern Central Europe”. in BAUDIN, Arnaud; BRUNEL, Ghislain; DOHRMANN,

Nicolas (eds.) – *L'Économie templière en Occident. Patrimoines, commerce, finances*. Langres: Guéniot, 2013, pp. 415-452.

BOUCHERON, Patrick (ed.) – *Histoire mondiale de la France*. Paris: Seuil, 2017.

CARRAZ, Damien – *L'Ordre du Temple dans la basse vallée du Rhône (1124-1312). Ordres militaires, croisades et sociétés méridionales*. Lyon: Presses universitaires de Lyon, 2005 (rééd. 2020).

CARRAZ, Damien – “Templiers et négociants méditerranéens: des intérêts convergents”. *Histoire et images médiévales* 46 (2012), pp. 25-32.

CLAVERIE, Pierre-Vincent – “*Contra soldanum de Coine* ou la contribution des Templiers portugais à la défense de la Syrie franque”. in FERNANDES, Isabel Cristina F. (ed.) – *As ordens militares e as ordens de cavalaria entre o Ocidente e o Oriente. Actas do V Encontro sobre ordens militares*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela-GEsOS, 2009, pp. 399-412.

COSTA, Paula Pinto – “Templários no condado portugalense antes do reconhecimento formal da ordem: O caso de Braga no início do século XII”. *Revista da Faculdade de Letras do Porto. Ciências e Técnicas do Património* 12 (2013), pp. 231-243.

COSTA, Paula Pinto – *Templários em Portugal. Homens de religião e de guerra*. Barcarena: Manuscrito, 2019.

DAILLIEZ, Laurent – *Jacques de Molay, dernier maître du Temple*. Paris: Dumas, 1974.

DALARUN, Jacques – *Gouverner c'est servir. Essai de démocratie médiévale*. Paris: Alma, 2012.

DEMURGER, Alain – *Les Templiers. Une chevalerie chrétienne au Moyen Âge*. Paris: Seuil, 2005.

DEMURGER, Alain – “L'étude des ordres religieux-militaires en France: la fin de la marginalité ? Introduction au dossier”. *Cahiers de recherche médiévale. A Journal of Medieval Studies* 15 (2008), pp. 169-173.

ELM, Kaspar – “Gli ordini militari: un ceto di vita religiosa fra universalismo e particolarismo”. in MARCO, Maria de; TOMMASI, Francesco (eds.) – *Militia Sacra. Gli ordini militari tra Europa e Terrasanta*. Pérouse: Società Editrice San Bevignate, 1994, pp. 9-28.

ELM, Kaspar – “Die *Ordines militares*. Ein Ordenszötus zwischen Einheit und Vielfalt”. in HUNYADI, Zsolt; LASZLOVSKY, József (eds.) – *The Crusades and the Military Orders. Expanding the Frontiers of Medieval Latin Christianity*. Budapest: Central European University, 2001, pp. 351-377.

FARELO, Mário – “*Pro defensione iuris regis*. Les relations entre la Couronne portugaise et le pape Clément V à la lumière du procès des Templiers”. in

CARREIRAS, José Albuquerque (ed.) – *A Extinção da Ordem do Templo*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 2012, pp. 63-109.

FERNANDES, Maria Cristina – *A Ordem do Templo em Portugal das origens à extinção*. Porto: Universidade do Porto, 2009. Thèse de doctorat.

FINKE, Heinrich – *Papsttum und Untergang des Templerordens*. Münster: Aschendorff, 1907, 2 vol.

FIOLHAIS, Carlos; FRANCO, José Eduardo; PAIVA, José Pedro (ed.) – *História global de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2020.

FOREY, Alan – *The Templars in the Corona de Aragón*. Oxford: Oxford University Press, 1973.

FOREY, Alan – “The Career of a Templar: Peter of St Just”. in HOUSLEY, Norman (ed.) – *Knighthoods of Christ. Essays on the History of the Crusades and the Knights Templar, Presented to Malcolm Barber*. Aldershot: Ashgate, 2007, pp. 183-194.

FOREY, Alan – “Aragonese Templars in the Holy Land and in Cyprus in the Late Thirteenth and Early Fourteenth Centuries”. in FERNANDES, Isabel Cristina F. (ed.) – *As ordens militares e as ordens de cavalaria entre o Ocidente e o Oriente. Actas do V Encontro sobre ordens militares*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela–GESOS, 2009, pp. 451-461.

FOREY, Alan – “Notes on Templar Personnel and Government at the Turn of the Thirteenth and Fourteenth Centuries”. *Journal of Medieval History* 35 (2009), pp. 150-170.

FOREY, Alan – “Royal and Papal Interference in Dispatch of Supplies to the East by the Military Orders in the Later Thirteenth Century”. in EDBURY, Peter (ed.) – *The Military Orders*. Vol. 5: *Politics and Power*. Farnham: Ashgate, 2012, pp. 95-102.

FUGUET SANS, Joan – “La casa del Palau del Temple de Barcelona”. *Locus amoenus* 7 (2004), pp. 99-109.

GOMES, Saul António – “A presença das ordens militares na região de Leiria (séculos XII-XIV)”. in FERNANDES, Isabel Cristina F.; PACHECO, Paulo (ed.) – *As ordens militares em Portugal e no Sul da Europa*. Lisboa–Palmela: Colibri–Câmara Municipal de Palmela, 1997, pp. 143-204.

GOMES, Saul António – “Observações em torno das Chancelarias das Ordens Militares em Portugal na Idade Média”. in FERNANDES, Isabel Cristina F. (ed.) – *As ordens militares e as ordens de cavalaria na construção do mundo ocidental. Actas do IV Encontro sobre ordens militares*. Palmela: Município de Palmela–GESOS, 2009, pp. 111-167.

GOMES, Saul António – “A Extinção da Ordem do Templo em Portugal”. *Revista da História da Sociedade e da Cultura* 11 (2011), pp. 75-116.

GOMES, Saul António – “D. Gualdim Pais (c. 1118/20-1195)”. *População e Sociedade* 23 (2015), pp. 11-23.

GUZZO, Cristian – “*Milites Templi Hierosolimitani in Regno Siciliae*. Vecchi documenti, nuove acquisizioni”. in GUZZO, Cristian (ed.) – *I Templari nell'Italia centro-meridionale. Storia ed architettura*. Tuscania: Penne e Papiri, 2008, pp. 57-132.

JOSSERAND, Philippe – “Entre Orient et Occident: l'ordre du Temple dans le contexte castillan du règne d'Alphonse X”. *Alcanate. Revista de Estudios Alfonsíes* 2 (2000-2001), pp. 131-150.

JOSSERAND, Philippe – *Église et pouvoir dans la péninsule Ibérique. Les ordres militaires dans le royaume de Castille (1252-1369)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2004.

JOSSERAND, Philippe – “*Et succurere Terre sancte pro posse*: les Templiers castillans et la défense de l'Orient latin au tournant des XIII^e et XIV^e siècles”. *Cahiers de recherches médiévales. A Journal of Medieval Studies*, 15 (2008), pp. 217-235.

JOSSERAND, Philippe – “Entre dos frentes: aproximación a las empresas militares de los Templarios del Occidente peninsular (siglos XII-XIV)”. in RODRÍGUEZ DE LA PEÑA, Alejandro (ed.) – *Hacedores de frontera. Estudios sobre el contexto social de la frontera en la España medieval*. Madrid: CEU Ediciones, 2009, pp. 179-201.

JOSSERAND, Philippe – “De l'arrière au front: regards sur la logistique des ordres militaires au Moyen Âge”. in FERNANDES, Isabel Cristina F. (ed.) – *As ordens militares. Freires, guerreiros, cavaleiros. Actas do VI Encontro sobre ordens militares*. Palmela: Município de Palmela–GESOS, 2012, t. II, pp. 683-703.

JOSSERAND, Philippe – “Troubles and Tensions before the Trial: the Last Years of the Castilian Templar Province”. in EDBURY, Peter (ed.) – *The Military Orders*, vol. 5: *Politics and Power*. Farnham: Ashgate, 2012, pp. 363-375.

JOSSERAND, Philippe – “Jacques de Molay acteur hispanique? Au carrefour des représentations, de la mémoire et de l'histoire”. in AYALA MARTÍNEZ, Carlos; PALACIOS ONTALVA, Santiago; RÍOS SALOMA, Martin – *Guerra santa y cruzada en el estrecho: el Occidente peninsular en la primera mitad del siglo XIV*. Madrid: Sílex, 2016, pp. 443-459.

JOSSERAND, Philippe – “Editing Templar Charters in the Iberian Peninsula at the Beginning of the Twenty-First Century”. in BORCHARDT, Karl, *et. al.* (ed.) – *The Templars and their Sources*. Oxon–New York: Routledge, 2017, pp. 96-105.

JOSSERAND, Philippe – “Jacques de Molay en terres ibériques: avatars d'une représentation”. in FERNANDES, Isabel Cristina F. (ed.) – *Entre Deus e o rei. O mundo das ordens militares*. Palmela: Município de Palmela–GESOS, 2018, t. II, pp. 573-583.

JOSSERAND, Philippe – *Jacques de Molay. Le dernier grand-maître des Templiers*. Paris: Les Belles Lettres, 2019.

JOSSERAND, Philippe; BERIOU, Nicole (ed.) – *Prier et combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*. Paris: Fayard, 2009.

MARTÍNEZ DíEZ, Gonzalo – *Los Templarios en la Corona de Castilla*. Burgos: La Olmeda, 1993.

MELVILLE, Gert – “La recherche sur les ordres religieux en Allemagne. Chemins parcourus et nouveaux horizons”. *Cahiers de civilisation médiévale* 49 (2006), pp. 163-174.

NICHOLSON, Helen – “International Mobility versus the Needs of the Realm: the Templars and Hospitallers in the British Isles in the Thirteenth and Fourteenth Centuries”. in BURGTORF, Jochen; NICHOLSON, Helen (ed.) – *International Mobility in the Military Orders (Twelfth to Fifteenth Centuries)*. Cardiff: University of Wales Press, 2006, pp. 87-101.

NICHOLSON, Helen – “How Secret was the Templar Admission Ceremony? Evidence from the Proceedings in Britain and Ireland”. in SAMMARCO, Sergio – *Conmiliones Christi. Miscellanea di studi per il Centro Italiano di Documentazione sull'Ordine del Tempio*. Rome: Lisanti, 2016, pp. 85-98.

OLIVEIRA, Luís Filipe – “Ordem militar do Templo”. in VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo (ed.) – *Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento. Guia Histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005, pp. 461-465.

OLIVEIRA, Luís Filipe – “The Military Orders in the Twelfth-Fourteenth Centuries”. in MATTOSO, José (ed.) – *The Historiography of Medieval Portugal, c. 1950-2010*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011, pp. 425-439.

OLIVEIRA, Luís Filipe – “Uma História às Avestas. A Historiografia do Templo em Portugal”. in FERNANDES, Isabel Cristina F. (ed.) – *Entre Deus e o rei. O mundo das ordens militares*. Palmela: Município de Palmela–GESOS, 2018, t. II, pp. 671-684.

PAGAROLAS I SABATÉ, Laureà – *Els Templers de les terres de l'Ebre (Tortosa). De Jaume I fins a l'abolició de l'orde (1213-1312)*. Tarragona: Diputació de Tarragona, 1999, 2 vol.

PARASCHI, André J. – *História dos Templários em Portugal: a Fundação e os Mestres*. Lisboa: Sol Invictus, 1990.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *D. Dinis*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

REFICE, Paola – “Le epigrafi di Tomar e di Almourol: elementi per lo studio delle fondazioni templari portoghesi”. in VITI, Goffredo; CADEI, Antonio; ASCANI, Valerio (ed.) – *Monaci in armi. L'architettura sacra dei Templari attraverso il Mediterraneo*. Florence: Casa Editrice Certosa Cultura, 1995, pp. 175-186.

RICHARD, Jean – “Le comté de Tripoli dans les chartes du fonds des Porcellet”. *Bibliothèque de l'École des chartes* 130 (1972), pp. 339-382.

RILEY-SMITH, Jonathan – “Towards a History of Military-Religious Orders”. in BORCHARDT, Karl, et. al. (ed.) – *The Hospitallers, the Mediterranean and Europe. Festschrift for Anthony Luttrell*. Aldershot: Ashgate, 2007, pp. 269-284.

SANS I TRAVÉ, Josep Maria – *Els Templers catalans. De la rosa a la creu*. Lleida: Pagès, 1996.

SANS I TRAVÉ, Josep Maria – *Arnau de Torroja: un Català mestre major de l'orde del Temple (1118/1120 ?-1184)*. Barcelone: Reial Acadèmia de Bones Lletres de Barcelona, 2006.

SARNOWSKY, Jürgen – “Mendicants, Military Orders, and Regionalism”. in SARNOWSKY, Jürgen (ed.) – *Mendicants, Military Orders, and Regionalism in Medieval Europe*. Aldershot: Ashgate, 1999, pp. 283-288.

SCHOTTMÜLLER, Konrad – *Der Untergang des Templer-Ordens mit urkundlichen und kritischen Beiträgen*. Berlin: Mittler und Sohn, 1887, 2 vol.

SILVA, Luiz Ademir da – “Da cruzada à demanda. A tradição épica da ordem dos Templários na Baixa Idade Média portuguesa (séculos XII-XIV)”. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2008. Thèse de doctorat.

SOLDEVILA, Ferran – *L'almiral Ramon Marquet*. Barcelone: Barcino, 1953.

STAHULJAK, Zrinka – *Pornographic Archaeology: Medicine, Medievalism, and the Invention of the French Nation*. Philadelphie: University of Pennsylvania Press, 2013. Trad. fr. de Laurent Bury – *L'Archéologie pornographique. Médecine, Moyen Âge et histoire de France*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2018.

TELMO, António – *História secreta de Portugal*. Lisboa: Vega, 1977.

TOOMASPOEG, Kristjan – “Historiographie de l'ordre du Temple au Portugal: *status quæstionis*”. in CARREIRAS, José Albuquerque; VAIRO, Giulia Rossio (ed.) – *I Colóquio internacional. Cister, os Templários e a ordem de Cristo*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 2012, pp. 171-191.

TOOMASPOEG, Kristjan – “L'ordre du Temple en Occident et au Portugal”. in CARREIRAS, José Albuquerque (ed.) – *A Extinção da Ordem do Templo*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 2012, pp. 17-61.

VALENTE, José – “Soldiers and Settlers. The Knights Templar in Portugal, 1128-1319”. Santa Barbara: University of California, 2002. Thèse de doctorat.

VOGEL, Christian – “Die Templer in Mitteleuropa und ihre Organisationsstrukturen”. in BORCHARDT, Karl; JAN, Libor (ed.) – *Die geistlichen Ritterorden in Mitteleuropa Mittelalter*. Brno: Matice moravská, 2011, pp. 157-170.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

JOSSERAND, Philippe – “Le Temple, le Portugal et l'Orient latin: un nouveau document pour un vieux débat”. *Medievalista* 30 (Julho – Dezembro 2021), pp. 91-117. Disponível em <https://medievalista.iem.fcs.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



El linaje catalán Queralt-Timor y su relación con la Orden del Temple (siglos XII-XIV)

The catalan Queralt-Timor lineage and its relationship with the Order of the Temple (12th-14th centuries)

(a) *Joan Fuguet Sans*, (b) *Carme Plaza Arqué*

Universidad de Barcelona, Facultad de Filosofía y Letras,
Departamento de Historia del Arte
08007 Barcelona, España

(a) joan@fuguet.org

<https://orcid.org/0000-0002-5153-4390>

(b) carmeplaza@fuguet.org

Data recepção do artigo / Received for publication: 1 de Dezembro de 2020

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 18 de Março de 2021

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.4514>

RESUMEN

La encomienda del Temple de Barberà (Tarragona) fue una de las principales de la Corona de Aragón, gracias en parte a la colaboración de una de las “familias templarias” más notables de Catalunya: los Queralt-Timor de Santa Coloma. Desde el origen de la encomienda, últimas décadas del siglo s. XII, fueron sus principales benefactores y, más adelante, dieron a la Milicia caballeros de primer rango (Pere II de Queralt, Jaume de Timor, Arnau de Timor, Dalmau de Timor... Todos guerreros de vocación participaron activamente en las conquistas que llevó a cabo la monarquía en el siglo XIII. Pero además, la familia Queralt desarrolló una política matrimonial constante que la emparentaría con diferentes linajes principales del país, así mismo relacionados con el Temple: los Castellnou, los Anglesola, los Rocabertí... Este artículo se interesa particularmente por la vida y las actividades de estos personajes con intención reivindicativa y deseo de situarlos en el lugar que merecen en la historia del Temple.

Palavras clave: Temple; Linajes nobiliarios; Cataluña.

ABSTRACT

The commandery of the Temple of Barbera (Tarragona) was one of the leading ones of the Crown of Aragon, thanks in part to the collaboration of one of the most notable ‘Templar families’: Queralt-Timor of Santa Coloma. From the beginning of this commandery in the last decades of the twelfth century, they had been its main benefactors and, later on, provided the Militia with knights of the first rank (Pere II de Queralt, Jaume de Timor, Arnau de Timor, Dalmau de Timor...). They were all professional warriors and took an active part in the conquests which the monarchy carried out in the thirteenth century. But in addition, the Queralt family developed a continuous matrimonial policy which linked it by marriage to the different main lineages of the country, also connected to the Temple: Castellnou, Anglesola, Rocaberti... This article is particularly interested in the life and activities of these individuals with the intention of re-evaluating their contribution and giving them the place they deserve in the history of the Temple.

Keywords: Temple; noble families; Catalonia.



El objetivo de este artículo es presentar una familia noble catalana del siglo XIII que proporcionó importantes personajes a la orden del Temple, al tiempo que recorrer los parentescos que ella estableció con otras familias también nobles, entre cuyos miembros se cuentan importantes dignatarios de la Orden. La familia Queralt-Timor y su relación con el Temple será el tema principal de este trabajo.

Muchos estudios han tratado de la relación de los linajes nobles con el Temple¹. Sin embargo, resulta difícil generalizar, ya que las valoraciones pueden variar según el territorio y la época² (**Fig. 1**).

Por lo que respecta a la corona catalano-aragonesa, Forey constata que el cargo de Maestre Provincial estuvo casi siempre ocupado por miembros de familias de la alta nobleza: Torroja, Cardona, Castellnou, Rovira, hecho que muestra hasta qué punto el linaje y la posición social eran determinantes en los cargos³. Sin embargo, otras familias nobles cuyos miembros desempeñaron importantes carreras en la orden resultan prácticamente desconocidas. Un ejemplo paradigmático lo constituye la familia Queralt⁴ y sus diferentes ramas – Timor, Oluja.

Hemos tratado el linaje de los Queralt desde tres enfoques: por un lado, como benefactores en la creación de las encomiendas, en segundo lugar como miembros de la familia templaria, ya sea como donados o frailes, y, en tercer lugar, y no menos importante, como una aristocracia guerrera al servicio de la Orden y de la Corona.

¹ Véase, entre otros, FOREY, Alan J. – “Recruitment to the Military Order (twelfth to mid-fourteenth centuries)”. *Viator* XVII (1986), pp. 139-171; SCHENK, Jochen G. – *Templar families*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015; SELWOOD, Dominic – *Knights of the Cloister*. Woodbridge: The Boydell Press, 1999, pp. 100-141; BURGTORF, Jochen – *The Central Convent of Hospitallers and Templars: History, Organization, and Personnel (1099/1120-1310)*. Leiden: Brill, 2008.

² Sobre las relaciones entre la nobleza y las órdenes hispanas, véase JOSSERAND, Philippe – *Église et pouvoir dans la Péninsule Ibérique. Les ordres militaires dans le Royaume de Castille (1252-1369)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2004, pp. 373-455.

³ FOREY, Alan J. – *The Templars in the 'Corona de Aragón'*. Londres: Oxford University Press, 1973, p. 312; FOREY, Alan J. – “The Careers of Templar and Hospitaller Office-Holders in Western Europe during the Twelfth and Thirteenth Centuries”. in JOSSERAND, Philippe; OLIVEIRA, Luís F.; CARRAZ, Damien – *Élites et ordres militaires au Moyen Âge*. Madrid: Casa de Velázquez, 2015, p. 205.

⁴ El linaje Queralt no aparece tampoco en la obra de SOBREQUÉS VIDAL, Santiago – *Els barons de Catalunya*. 3ª ed. Barcelona: Editorial Vicens Vives, 1970.



Fig. 1 – Encomiendas de la orden del Temple en Catalunya.
Dibujo, Joan Fuguet.

Las encomiendas del Temple en la primera Marca

Es de sobras conocido que la primera donación al Temple en territorio catalán es la donación del castillo de Granyena realizada el 1130 o 1131⁵ por Ramon Berenguer III, conde de Barcelona, quien también profesó en la Orden. Siguiendo su ejemplo, el conde de Urgell, Ermengol IV, un año después donaba al Temple el castillo de Barberà (de la Conca). Esta donación se vería completada cuando en 1133 el joven Ramon Berenguer IV les cedió su parte de dominio sobre Barberà⁶. La donación

⁵ MIRET I SANS, Joaquim – *Les cases de templers y hospitalers en Catalunya*. Barcelona: Casa Provincial de Caritat, 1910, pp. 23-24; y ALBON, Marquis d’ – *Cartulaire Général de l’Orde du Temple 1119?-1150*. París: Librairie Ancienne, Honoré Champion Éditeur, 1913, doc. n. XXXIII, p. 25, datan este documento en 1130; sin embargo, FOREY, Alan J. – *The Templars...* cree más probable que fuera redactado en 1131, el día antes de la muerte del conde Ramon Berenguer que es cuando pidió el ingreso en la Orden.

⁶ Posteriormente amplió el tema SANS I TRAVÉ, Josep M. – “Alguns aspectes de l’establiment dels templers a Catalunya: Barberà”. *Quaderns d’Història Tarraconense* 1 (1977), pp. 9-59.

temprana de estas tierras por parte de los condes de Barcelona y Urgell muestra la inequívoca decisión de involucrar al Temple en la conquista. Por lo tanto, a pesar de ser donaciones tempranas, las encomiendas catalanas (excepto la del Masdéu⁷, en el Rosselló) no se constituyeron como tales hasta la conquista y consolidación de las principales plazas y castillos de frontera: Tortosa - Miravet (1148-1153) en el Ebro, y Lleida - Gardeny (1149), en el Segre⁸ (Fig. 2).



Fig. 2 - Encomienda de Barberà y sus dependencias.
Dibujo, Joan Fuguet.

⁷ TRETON, Rodrigue - *Diplomatari del Masdéu*. Vol. I. Barcelona: Fundació Noguera, pp. 25-27.

⁸ FUGUET SANS, Joan - "Historia y patrimonio artístico de los templarios en Cataluña". *Cuadernos del Centro de Estudios de Monzón y Cinca Medio* 41 (2015), p. 180.

La Conca de Barberà constituía un territorio de gran valor estratégico en la retaguardia de la frontera. Es esperable que la encomienda que se asentó en el castillo de Barberà fuera una de las más importantes del Temple del Principado. Los preceptores y benefactores de la encomienda de Barberà y sus sub-encomiendas – Vallfogona, el Rourell y la Espluga de Francolí – pertenecieron a la nobleza de la zona, principalmente con los Queralt-Timor, los Su, los Oluja y los Cervera-Torroja. Por otra parte, es obligado relacionar la consolidación de este territorio templario con la figura del Maestre Provincial y después Gran Maestre, Arnau de Torroja⁹, emparentado, además, con estos linajes.

De los Gurb¹⁰ a los Queralt

Los orígenes del linaje Queralt¹¹ se remontan a los Gurb, una familia cuyos antecedentes se encuentran en la conquista de la zona de Santa Coloma (Baixa Segarra y Conca de Barberà, en la Catalunya Nova). Los Gurb tenían importantes propiedades territoriales en la plana de Vic (Osona, Barcelona, Catalunya Nova) y se expandieron en tiempos de los condes catalanes por las tierras de la Marca. Una vez ampliado el patrimonio en el territorio de Gurb, emprendieron tareas de repoblación y *aprisio* por los condes catalanes en las nuevas tierras fronterizas: en los términos de Queralt, Figuerola, Rauric, Montargull (en las comarcas del Anoia, la Segarra y la Conca de Barberà).

⁹ Arnau de Torroja aparece en muchos de los documentos de SANS I TRAVÉ, Joseph M. (ed.) – *Collecció Diplomàtica de la casa del Temple de Barberà*. Barcelona: Departament de Justícia-Generalitat de Catalunya, 1997.

¹⁰ La familia Gurb-Queralt fue estudiada de manera definitiva y ejemplar por Benet (cuyo trabajo seguimos aquí) BENET I CLARÀ, Albert – *La família Gurb-Queralt (956-1276): senyors de Sallent, Oló, Avinyó, Gurb, Manlleu, Voltregà, Queralt i Santa Coloma de Queralt*. Sallent: Institut d'Arqueologia, Història i Ciències Naturals, 1993.

¹¹ La mayor parte de documentación sobre la familia Queralt se encuentra en el Arxiu de la Corona d'Aragó de Barcelona, *Patrimoniales*, Fons Queralt; en el Arxiu Comarcal de la Conca de Barberà, Montblanc, *Fons Notarial de Santa Coloma de Queralt*; en Biblioteca de Catalunya, Barcelona, *Reserva, Fons Queralt*.

Los Queralt-Timor tuvieron la suerte de ser conocidos gracias a la importante aportación histórica de SEGURA VALLS, Joan – *Historia de la villa de Santa Coloma de Queralt*. Barcelona: Imprenta Vicente Magriñá, 1879; SEGURA VALLS, Joan – *Història de Santa Coloma de Queralt. Refosa i ordenada en la seva ampliació per Joaquim Segura Lamich*. 2ª ed., Santa Coloma de Queralt, 1971; los trabajos de COSTA I PARETAS, M. Mercè – “La família Queralt i Santes Creus”. in *I Colloqui d'Història del Monaquisme Català*. Santes Creus: Publicacions de l'Arxiu Bibliogràfic de Santes Creus, v. I, 1966, pp. 93-109; y FORT I COGUL, Eufemí – “Pere de Queralt, insigne collaborador de Pere el Gran i egregi amic de Santes Creus”. *Boletín Arqueológico de Tarragona*, 93-96, (1966), pp. 129-139, proporcionan también informaciones sobre algunos aspectos de éste linaje.

Sendred de Gurb (fines del siglo X) fue un personaje muy vinculado a los condes de Barcelona y probablemente el primero de la familia que poseyó el castillo de Queralt (en Bellprat, Anoia), no sabemos si por compra o por usurpación, pero no fue hasta la cuarta generación, con su nieto Guillem Bernat, que los Gurb adoptaron el nombre Queralt¹². Uno de sus hijos segundones fue Berenguer Guillem de Queralt, quien recibió de su padre los castillos de Santa Coloma y Figuerola en alodio, es decir, en plena propiedad¹³.

Con Berenguer Guillem comienza una rama secundaria de los Gurb-Queralt que poseyó un importante patrimonio en la zona de Santa Coloma. La rama principal empezó a decaer a causa de deudas, que originaron ventas y alienaciones, al tiempo que desmembraba sus posesiones en la zona de la Catalunya Nova y centraba su poder en la zona de Vic.

Berenguer Guillem figura entre los nobles de la *Assemblea de Pau i Treva* (Paz y Tregua de Dios) de 1134 en la que Ramon Berenguer IV, junto con el arzobispo Oleguer de Tarragona y otros magnates, concedía protección a la orden del Temple y acordaban las condiciones de su establecimiento en el país¹⁴.

Su hijo, Pere I de Queralt, fue un personaje notable¹⁵ que ayudó al conde-príncipe Ramon Berenguer IV en la conquista del Camp de Tarragona y las montañas de Prades¹⁶. Pere I poseía muchos castillos y territorios en la zona e intervino en

¹² Era un procedimiento frecuente que una familia noble adoptara como patronímico el nombre del castillo en lugar del de su linaje. Ocurrió con los Queralt, los Torroja, los Cervera...

¹³ El castillo de Queralt lo tenía en feudo de su hermano Bernat Guillem, continuador de la rama principal de los Gurb-Queralt.

¹⁴ MIRET I SANS, Joaquim – *Les cases ...*, p. 38; BOFARULL I MASCARÓ, Pròsper de – *Colección de documentos inéditos del Archivo de la Corona de Aragón*. Vol. IV. Barcelona: José Eusebio Monfort, 1849, doc. n. XI, pp. 29-32; GONZALVO I BOU, Gener – *Les constitucions de Pau i Treva de Catalunya (segles XI i XIII)*. Barcelona: Departament de Justícia-Generalitat de Catalunya, 1994, doc. n. 11, pp. 49-51.

¹⁵ Algunos historiadores han confundido este personaje con un miembro de la familia Timor y lo han considerado padre de Pere II de Queralt-Timor, que no pertenecía a los Timor sino a una rama colateral de los Gurb-Queralt (FUGUET SANS, Joan; PLAZA ARQUÉ, Carme; HOFBAUEROVÁ, Vera – *Els Queralt a Santa Coloma, arquitectura, art i vida*. Santa Coloma: Ajuntament de Santa Coloma, 2010, p. 16).

¹⁶ Sobre Pere I de Queralt, veáse SANS I TRAVÉ, Josep M. – “Pere de Queralt, primer feudatari de l'Espluga de Francolí (1150-1166)”. *Universitas Tarraconensis. Revista de Geografia, Història i Filosofia* 2 (1977-1978), pp. 25-52; FORT I COGUL, Eufemià – “Pere de Queralt (...)” ..., pp. 129-139;

muchos hechos importantes junto a los condes catalanes. En 1157 peregrinó a Jerusalén¹⁷ y diez años más tarde hizo testamento y se retiró al monasterio de Poblet donde profesó como monje y seguramente allí murió poco después. La figura de este personaje marca una constante en los nobles de su familia: la profesión de las armas, el servicio a los condes / reyes y la vocación religiosa.

El testamento de Pere I de Queralt dictado antes de profesar dejó como herederos a sus cuatro *nepoti*, Gombau de Oluja, Guillem de Timor, Ramon de Timor y Pere de Banyeres. El más favorecido fue Gombau de Oluja, a quien además de otros territorios le correspondieron los castillos de Queralt y Santa Coloma (este en alodio) y los de Rauric y Montclar, entre otros¹⁸. También heredó ciertos derechos que Pere I tenía en Conesa y en la Espluga de Francolí.

Gombau y Ermengarda de Oluja y las sub-encomiendas de Vallfogona y la Mesó del Rourell

El personaje de Gombau de Oluja y su esposa Ermengarda resultan interesantes para la historia del Temple de la encomienda de Barberà, así como la familia Su (también apelados Mont o Montargull), emparentados con ellos.

Ambas familias se habían establecido desde el siglo XII en la Conca de Barberà y la baja Segarra (en la Catalunya Nova), y controlaban la mayor parte de los castillos: los primeros eran señores de Vallfogona y los segundos tenían diversos derechos en Montargull y Albió, algunos compartidos con los Oluja. Desde el inicio de la conquista de la Conca de Barberà, en el siglo XII, Gombau de Oluja aparece como uno de los magnates de la zona¹⁹.

ALTISENT, Agustí - "Un poble de la Catalunya Nova els segles XI i XII: l'Espluga de Francolí de 1079 a 1200". *Anuario de Estudios Medievales* 3 (1966), pp. 142-143.

¹⁷ Fueron varios los señores de la Conca de Barberà y tierras vecinas que peregrinaron a la Ciudad Santa. El viaje les proporcionaba además un prestigio social (ALTISENT, Agustí - "Un poble de la Catalunya Nova els segles XI i XII (...) ...", pp. 150-167).

¹⁸ SANS I TRAVÉ, Josep M. - "La comanda de Vallfogona de Riucorb. Primera part: la creació i formació del patrimoni (segles XII i XIII)". *Quaderns d'Història Tarraconense* 2 (1980), pp. 7-54.

¹⁹ MORERA I LLAURADÓ, Emili - *Tarragona cristiana*. Vol I. Tarragona: Establecimiento tipográfico de F. Arís e Hijo, 1897, p. 474.

En virtud del testamento de Pere I de Queralt (1167), Gombau se convertía en uno de los nobles más poderosos de la Conca de Barberà. Sin embargo, el testamento conllevaba aceptar la herencia de las deudas del Queralt, unas deudas importantes reclamadas por los acreedores, quienes inmediatamente movieron causas contra Poblet, que tuvo que zanjar el rey Alfonso el Trovador. Esta situación llevó a Gombau en 1196 a empeñar al Temple el castillo y villa de Santa Coloma, junto con Savallà, Llorac (Conca de Barberà) y les Oluges (la Segarra), de modo que los citados lugares fueron propiedad de la Orden desde 1196 hasta 1213. El Temple ayudó a Gombau a sostener sus necesidades económicas y, a cambio, éste se convirtió en uno de los principales benefactores de la encomienda de Barberà (**Fig. 3**).



**Fig. 3 – Castillo de Queralt en 1918 (Bellprat, Anoia -Barcelona-)
Fotografía Català Pic.**

Gombau se libró al Temple en 1191 en cuerpo y alma juntamente con su esposa Ermengarda y cedió a la orden el castillo de Vallfogona (Conca de Barberà) con sus habitantes, casas tierras y todas sus pertenencias²⁰. Las donaciones al Temple de Gombau deben entenderse dentro de la práctica habitual de donaciones retribuidas entre la Orden y los donantes²¹. Además de ayuda material, el Temple le proporcionó probablemente también salvaguarda personal dada la situación creada por la acusación que pesaba sobre él de incitar al asesinato del arzobispo de Tarragona²². Es significativo que después de los sucesos de Tarragona la actividad de Gombau se documente exclusivamente en la Conca de Barberà. A partir de la donación de los Oluja – Gombau y Ermengarda –, la casa de Barberà estableció una sub-encomienda en Vallfogona²³.

Gombau desaparece de la documentación a finales del siglo XII y su esposa, Ermengarda, que le sobrevivió, residió en la casa del Rourell, una sub-encomienda de Barberà, en tierras del Camp de Tarragona²⁴, que se formó a partir de la donación que el 1160 realizó Berenguer de Molnells del antiguo más de Bellestar al ingresar en el Temple. Aunque tradicionalmente se ha hablado de la encomienda del Rourell, las afrontaciones de dicho mas no corresponden a esta localidad sino al cercano pueblo de la Masó²⁵; por lo tanto resulta más exacto hablar de la sub-encomienda de “la Mesó del Rourell”²⁶.

La casa de la *Mesó* del Rourell estuvo regentada entre 1162 y 1180 / 1181 desde Barberà. Entre 1181 y 1187 se organizó la sub-encomienda bajo las directrices de la

²⁰ SANS I TRAVÉ (ed.) – *Collecció diplomàtica ...*, doc. n. 156.

²¹ Sobre las diferentes casuísticas de las donaciones, véase CARRAZ, Damien – “Donation”. in BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe (eds.) – *Prier et combatre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*. Paris: Fayard, 2009.

²² Se trata de una posible intervención de Gombau de Oluja y Guillem de Timor en los sucesos acaecidos en Tarragona entre los Aguiló y el arzobispo Guillem de Cervelló. Véase MARCA, Petrus de – *Marca Hispanica sive limes Hispanicus*. París: 1688, doc. n. 456, col. 1353-1354. Citado por MORERA I LLAURADÓ, Emili – *Tarragona cristiana ...*, pp. 471-474.

²³ SANS I TRAVÉ, Josep M. – “La comanda de Vallfogona de Riucorb (...)” ...; FUGUET SANS, Joan – *L'arquitectura dels templers a Catalunya*. Barcelona: Rafael Dalmau Ed., 1995, pp. 218-237.

²⁴ MIRET I SANS, Joaquim – *Les cases ...*, p. 346; SANS I TRAVÉ, Josep M. – “El Rourell, una preceptoria del Temple al Camp de Tarragona (1162?-248)”. *Butlletí Arqueològic* 133-140 (1977), pp. 133-201.

²⁵ FUGUET SANS, Joan – *L'arquitectura ...*, pp. 237-242.

²⁶ El topónimo *Mesó* (en la toponimia catalana “Masó”) remite a un establecimiento del Temple (PLAZA ARQUÉ, Carme – “El Promasó (Masó)”. *Butlletí Interior. Societat d'Onomàstica* 37 (1988), pp. 3-6: véase también PLAZA ARQUÉ, Carme – “La Masó, un topònim de luxe”. *Sis Focs* 29 (1989).

casa madre y es entonces cuando se documenta el primer preceptor. En el periodo de 1187 a 1197 hay noticia de otros dos comendadores, Guillem de Paratge y Pere de Aguda; fue durante el gobierno de este último cuando se produjeron las donaciones al Temple de Gombau y Ermengarda de Oluja (diciembre de 1196), de Titborga de Santa Coloma (enero 1197) y de Berenguer Duran (diciembre 1197). Pere de Aguda cesó como comendador de Barberà en mayo de 1198²⁷. En agosto del mismo año, se repite la donación de 1197 a la casa del Rourell de Berenguer Duran, ahora en manos de Ermengarda de Oluja, quien la recibe como *preceptorix* de dicha casa.

El hecho de que en el documento aparezca una mujer²⁸ como *preceptorix*²⁹ regentando una casa del Temple supone una peculiaridad bastante insólita en la organización templaria que induce Sans³⁰ a afirmar que en el Rourell existió una encomienda templaria mixta, aunque más tarde, sin justificación alguna, cambió la expresión "preceptoria mixta" por "encomienda mixta de donados"³¹.

Ermengarda y su esposo Gombau habían sido admitidos en el Temple como *frater et soror*. Aunque la admisión conjunta ya supone que se trata de *fratri coniugati*, es decir, donados³², la terminología utilizada en los instrumentos de donación es ambigua puesto que, *soror*, *donata* e incluso *consoror* son utilizados indistintamente en una

²⁷ SANS I TRAVÉ, Josep M. – "El Rourell, una preceptoria del Temple al Camp de Tarragona (1162?-248)" ..., p. 188.

²⁸ Ya MIRET I SANS, Joaquim – *Les cases ...*, p. 248, observó que se trataba de una encomienda especial. Véase FOREY, Alan J. – "Women and the Military Orders in the twelfth and thirteenth centuries". *Studia Monastica*, XXIX (1987), pp. 63-92; NICHOLSON, Helen – "Women in Templar and Hospitaller Commanderies". in LUTTRELL, Anthony; PRESSOUYRE, Léon (dirs.) – *La Commanderie, institution des ordres militaires dans l'Occident médiéval*. Paris: Comité des travaux historiques et scientifiques, 2002, pp. 125-134; DEMURGER, Alain – *Les Templiers. Une chevalerie chrétienne au Moyen Âge*. Paris: Seuil, 2005, pp. 130-132.

²⁹ Véase el documento en TOMMASI, Francesco – "Uomini e donne negli ordini militari di Terrasanta. Per il problema delle case doppie e miste negli ordini giovanita, templare e teutonico (secc. XII-XIV)". in ELM, Kaspar; PARISSE, Michel (eds.) – *Doppelklöster und andere Formen der Symbiose männlicher und weiblicher Religiosen im Mittelalter*. Berlin: Duncker et Humblot, 1992. (Berliner Historische Studien, Band 18, Ordensstudien VIII), pp. 177-202.

³⁰ SANS I TRAVÉ, Josep M. – "El Rourell, una preceptoria del Temple al Camp de Tarragona (1162?-248)" ..., pp. 182-185.

³¹ SANS I TRAVÉ, Josep M. – "La introducció de l'orde del Temple a Catalunya i la seva organització". in *Actes de les Primeres Jornades sobre els Ordes Religioso-Militars als Països Catalans (segles XII-XIX)*. Tarragona: Diputació de Tarragona, 1994, p. 34.

³² TOMMASI, Francesco – "Uomini e donne negli ordini militari di Terrasanta (...)" ..., p. 200, interpreta que Ermengarda fue primero donada y al cabo de un tiempo, ya viuda de Gombau, fue plenamente *soror* profesada.

misma persona³³. Hay que tener también en cuenta que la donación de 1198 de Berenguer Duran a la casa del Rourell viene precedida por una de diciembre de 1197³⁴ en la que se dona en cuerpo y alma en manos del comendador fra Pere de Aguda y de otros *fratres* de la casa del Rourell y pide que hagan con él lo mismo que con otros donados que viven en la misma casa³⁵.

Aunque resulta casi imposible saber el grado de afiliación al Temple de los donados o *fratres* y *sorores* de la casa del Rourell, quizá pueda resultar indicativo observar que la donación de Gombau y Ermessenda de Oluja, la de Titborgis, hija de Berenguer de Santa Coloma (pariente de los Queralt-Timor) y la primera de 1196 de Berenguer Duran estuvieron presididas por el comendador de Barberà, mientras que en la segunda de Berenguer Duran, de 1198, solamente aparece Ermengarda y otros *fratres*. Que la *preceptorix* que regía la casa del Rourell fuera Ermengarda puede ser debido a que Gombau ya había muerto en aquella fecha (diciembre de 1198) y su viuda era la persona de más categoría social de la comunidad³⁶. En el momento de la donación, la casa madre de Barberà era sede vacante de comendador, de manera que otra persona había de asumir la representación a efectos notariales (**Fig. 4**).

Resulta difícil establecer el estatus de los miembros de la comunidad de la Mesó del Rourell ya que podría tratarse o bien como una comunidad mixta de *fratres* y *sorores* con votos, o bien como una comunidad de frailes con donados que vivían en la misma casa o bien como una comunidad de donados; los diferentes tipos de afiliación a la Orden y la confusa terminología que ello conlleva³⁷ no permite saber exactamente la

³³ Remarcan esta ambigüedad NICHOLSON, Helen - "Women in Templar and Hospitaller Commanderies" ..., pp. 126-127 y TOMMASI, Francesco - "Uomini e done negli ordini militari di Terrasanta (...)" ..., p. 200.

³⁴ SANS I TRAVÉ (ed.) - *Collecció Diplomàtica* ..., doc. n. 191.

³⁵ "quod vobis faciatis michi Berenguer secundum alios donatos qui abitant ibi", SANS I TRAVÉ (ed.) - *Collecció Diplomàtica* ..., doc. n. 179r.

³⁶ Un caso parecido podría ser el de las hospitalarias de Isot: "... la participación de algunas hermanas se concretó en determinadas acciones, como, por ejemplo, en la recepción de los donados y donadas" (BONET DONATO, María - "Identidad de las hospitalarias en la Corona de Aragón". *Memoria y Civilización. Anuario de Historia* 17 (2014), p. 67. Véase también FUGUET SANS, Joan; PLAZA ARQUÉ, Carme - "L'ordre de l'Hôpital de Saint-Jean de Jérusalem dans les territoires pyrénéens du nord de la Catalogne et de l'Aragon". in CHEVALIER, Marie-Anna (dir.) - *Ordres militaires et territorialité au Moyen Âge entre Orient et Occident*. París: Geuthner, 2020, pp. 277-278.

³⁷ Véase MAGNOU, Élisabeth - "Oblature, classe chevaleresque et servage dans les maisons méridionales du Temple au XII^e siècle". *Annales du Midi* 73 (1961), pp. 377-397; MIRAMON, Charles de - *Les "donnés" au Moyen Âge: une forme de vie religieuse laïque, v. 1180 - v. 1500*. Paris: Les éditions

posición de la *preceptorix* del Rourell. El comendador de Barberà, Pere de Aguda volvió a regir conjuntamente esta casa en 1199; por lo tanto, la dirección de Ermengarda no debió durar más de dos años. Más tarde, en 1204, fue comendador del Rourell Guillem de Mont, emparentado con los Oluja, que había sido anteriormente comendador de Barberà³⁸.



**Fig. 4 - Barberà, puerta principal del castillo (Barberà de la Conca, Conca de Barberà - Tarragona-).
Fotografía Joan Fuguet.**

du Serf, 1999; SCHENK, Jochen G. - "Forms of lay association with the Order of the Temple". *Journal of Medieval History* 34 (2008), pp. 79-103; CARRAZ, Damien - "L'affiliation des laics aux commanderies templières et hospitalières de la basse vallée du Rhône (XIIe-XIIIe siècles)". in LUTTRELL, Anthony; TOMMASI, Francesco (eds.) - *Religiones militares: contributi alla storia degli Ordini Religioso-militari nel medioevo*, Città di Castello: Selecta, 2008, pp. 171-190; BONET DONATO, María - "Identidad de las hospitalarias en la Corona de Aragón" ..., p. 67.

³⁸ Es probable que este personaje iniciara su carrera en Barberà. Tuvo cargos de responsabilidad en la Orden: en 1227 fue comendador de Horta; en 1231-1233, de Gardeny; en 1234 y 1236, de Villel; en 1240, de Cantavieja; y entre 1243-1245 otra vez en Villel (FOREY, Alan J. - *The templars ...*, pp. 427-444). Aportó tierras importantes en los dominios que el Temple ya poseía en Vallfogona, SANS I TRAVÉ, Josep M. - "La comanda de Vallfogona de Riucorb (...)" ..., p. 30.

La encomienda del Rourell fue siempre de poca importancia. Era de carácter rural y sus tierras las cultivaban directamente los frailes, ayudados por esclavos, una situación bastante atípica en las encomiendas del Temple³⁹. Las dificultades de la Orden por conservar sus dominios en el Camp de Tarragona los llevó a alienar la encomienda el año 1248. Aparentemente no se conserva nada de su sede, tal vez la tipología urbana y de la pequeña población es heredera de ella. Sólo conocemos por los documentos que tenía una pequeña iglesia y un cementerio⁴⁰. Los edificios de la sub-encomienda constituían un pequeño núcleo, eminentemente agrícola, que debió conservarse con pocas variaciones hasta fines del siglo XVIII. Ello se deduce a partir del escaso número de habitantes “*sis focs*” que el pueblo de la Masó mantenía en el siglo XVI⁴¹.

La categoría social de Ermengarda y Titborga —desconocemos la del resto de la comunidad— parece avenirse mal con un convento humilde de este tipo cuyos miembros se dedicaban al cultivo de las tierras. Por este motivo, Fuguet⁴² avanzó la hipótesis de que podía existir una comunidad mixta de donados de la casa del Rourell que habitasen el santuario de Paret delgada. Paret delgada es un santuario dedicado a la Virgen, situado a 5 Km de la encomienda, en término de la Selva del Camp y no existe ninguna documentación⁴³ que permita probar esta hipótesis. Sin embargo, la literatura sobre el lugar recoge la tradición⁴⁴ de la existencia allí de un establecimiento dependiente de la casa del Temple de Barberà. El historiador local mosén Pié⁴⁵, afirma que el santuario fue habitado y cuidado por donados desde su fundación, a fines del siglo XII; el problema radica en saber la identidad y función de esta comunidad, pero

³⁹ SANS I TRAVÉ, Josep M. – “El Rourell, una preceptoria del Temple al Camp de Tarragona (1162?-248)” ..., p. 160.

⁴⁰ FUGUET SANS, Joan – *L'arquitectura...*, pp. 141-142.

⁴¹ FUGUET SANS, Joan – “L'arquitectura dels templers al Camp de Tarragona i la seva aportació als orígens del “gòtic català”. *XXXV Assemblea Intercomarcal d'Estudiosos de Catalunya. Valls 24, 25 i 26 de novembre de 1989, Estudis Vallencs*, 28. Catalunya: Institut d'Estudis Vallencs, 1989, p. 382; IGLESIES FORT, Josep – *El fogatge de 1553. El fogatge de 1553. Estudi i transcripció*. 2 vols. Barcelona: Fundació Vives Casajuana, 1979-1980, p. 269.

⁴² FUGUET SANS, Joan – *L'arquitectura...*, pp. 243-244.

⁴³ Los pergaminos copiados en el “*Cartulari AB de l'arquebisbe Rocabertí*” del Arxiu Arxidiocesà de Tarragona, (publicados por SANS I TRAVÉ, Josep M. – *Collecció Diplomàtica...*), tan sólo representan una parte mínima de la documentación.

⁴⁴ “Del féu de Rourell formaren los Templers una preceptoria que depenjava de la encomanda de Barbarà, montant algun establiment en l'eremitori de la Mare de Déu de Paret Delgada, en lo terme de la Selva”, in MORERA I LLAURADÓ, Emili – *Provincia de Tarragona*. Barcelona: *Geografia de Catalunya*. Dir. F. Carreras y Candi, s. d., p. 348.

⁴⁵ PIÉ FAIDELLA, Joan – *Relación histórica del santuario de Paret Delgada*. Tarragona: Tip. de F. Arís e Hijo, 1896, pp. 17-26.

dada la situación del santuario en el camino de Tarragona a Lleida bien podía ser la del culto del templo y la de acoger a peregrinos y viajeros.

El conjunto de Paret delgada comprende una iglesia y una construcción dedicada a hospicio. La cronología y la arquitectura del templo coincide en el tiempo —fines del siglo XII—⁴⁶ con la de la supuesta comunidad de donados, y su arquitectura es la misma que la de muchas iglesias con arcos diafragma de territorios templarios⁴⁷. Otro elemento a tener en cuenta para justificar esta hipótesis es el hecho de que el Pavorde de la seo tarraconense fuera el señor de la Selva del Camp, ya que la catedral de Tarragona acabó adueñándose de las antiguas propiedades de la Mesó del Rourell.

Pere II de Queralt-Timor, templario y señor de Santa Coloma de Queralt

Las posesiones de Gombau de Oluja pasaron a la familia Timor, a los también sobrinos de Pere I de Queralt. Arnau de Timor, hijo de Guillem de Timor, en 1213 recuperó los bienes que Gombau de Oluja había empeñado al Temple y se convirtió en señor eminente de Santa Coloma. En 1221, antes de partir en peregrinación a Compostela, hizo testamento en el que dejó el castillo de Queralt, Santa Coloma y Figuerola a su hijo Pere, y 1000 sueldos al santuario de Bell-lloc de Santa Coloma⁴⁸. Este señorío constituyó la baronía de Queralt, nombre que Arnau adoptó i simultaneó con el de Timor. Sus descendientes alternaron los dos nombres, aunque la rama principal se llamó Queralt.

Así pues, el primogénito de Arnau, Pere (¿-1275), tomó el nombre de Pere II de Queralt. Fue señor de Queralt y de Santa Coloma y se casó con Berenguera de

⁴⁶ Véase LAVEDAN, Pierre - *L'architecture gothique religieuse en Catalogne, Valence et Baléares*. París: Henri Laurens (ed.), 1935, p. 72.

⁴⁷ FUGUET SANS, Joan - *L'arquitectura...*, pp. 386-395; FUGUET SANS, Joan - "Contribució a l'estudi dels orígens del gòtic meridional: influència de l'arquitectura popular en les construccions templeres i cistercenques catalanes". in *Miscellània en homenatge a Joan Ainaud de Lasarte*. vol. I., Barcelona: Museu Nacional d'Art de Catalunya. Institut d'Estudis Catalans, Publicacions de l'Abadia de Montserrat, 1998, pp. 225-236; FUGUET SANS, Joan - "Les esglésies amb arcs de diafragma de la Catalunya Nova". in BRACONS, Josep; FREIXAS, Pere (coords.) - *L'Art Gòtic a Catalunya. Arquitectura I. Catedrals, monestirs i altres edificis religiosos*. Vol. 1. Barcelona: Enciclopèdia Catalana, 2002, pp. 152-159.

⁴⁸ ACA, *Fons Queralt*, perg. n. 11. (citado por FUGUET SANS, Joan - *L'arquitectura ...*, p. 231). Este documento contiene la primera noticia sobre el santuario de Bell-lloc que se convertiría en mausoleo de los Queralt. En 1230, Arnau testó por segunda vez y murió en 1236 (MARTINELL BRUNET, Cèsar - *El monestir de Poblet*. Barcelona: Ed. Barcino, 1927, p. 142).

Cervelló, hija de Ramon Alemany de Cervelló, otro noble catalán con el que había coincidido en la conquista de Mallorca (1229) junto a Jaume I. Pere II Intervino también en la conquista de Valencia y fue uno de los caballeros que firmaron los pactos de rendición de la ciudad el 1238⁴⁹ (**Fig. 5**).



**Fig. 5 – Santa Coloma de Queralt. Castillo, fachada lateral (Santa Coloma de Queralt, Conca de Barberà -Tarragona-).
Fotografía Joan Fuguet.**

Dispuso, como señor de Santa Coloma, numerosas ordenanzas de la villa, antes y después de su profesión en el Temple. En 1256 hizo testamento y legó el lugar del Codony al monasterio de Poblet, confirmó la donación de Montargull que anteriormente había hecho a los templarios y cedió a su hijo Pere III, el continuador de la estirpe y de la baronía de Queralt el resto de sus posesiones, haciendo constar que si éste moría sin descendencia lo habrían de sustituir sus hermanos. Sin embargo, los castillos de Santa Coloma, Rauric y Figuerola debían regresar al Temple, si estos no tenían descendencia⁵⁰.

⁴⁹ SEGURA VALLS, Joan – *Historia de la villa ...*, pp. 39-42.

⁵⁰ SEGURA VALLS, Joan – *Història de Santa Coloma de Queralt. Refosa ...*, p. 75.

Cuando realizó el testamento, Pere II ya era viudo⁵¹ e ingresó en la orden del Temple probablemente en 1257. No sabemos qué otras donaciones además de Montargull acompañaron su profesión. Documentación referida a transacciones y negocios de Pere II lo citan como *fra* a partir de 1260, indicio de su ingreso en la orden el Temple⁵². Sin embargo, continua en los documentos como señor temporal de Santa Coloma de Queralt y sus posesiones⁵³.

No se conserva el documento de la profesión de Pere II de Queralt en la Orden, pero está documentado que a partir de 1260 desempeñó en ella cargos de gran importancia: en 1260-1262 fue comendador de Monzón; entre 1262-1264 comendador de Miravet, entre 1265-1267, de Gardeny, y Lugarteniente⁵⁴ del Maestre Provincial en 1261, 1262 y 1266. Acudió a la campaña de Murcia (1265-1266) junto a Jaime I como representante del Maestre Provincial⁵⁵.

Sorprende la carrera meteórica de Pere II⁵⁶: apenas ingresado en el Temple, y ya probablemente de mediana edad, rigió las encomiendas más importantes de la provincia catalano-aragonesa y fue Lugarteniente del Maestre. Es posible que su carrera en la Orden fuera originada por su anterior carrera militar en las conquistas de la Corona y su buena relación con Jaime I. Pere II de Queralt fue un noble militar catalán que aportó al Temple su experiencia en la lucha contra los musulmanes, una característica que compartida con otros nobles templarios catalanes, como

⁵¹ En su testamento manda que sean restituidas las deudas de su mujer Berenguera “*quondam*” (SEGURA VALLS, Joan – *Història de Santa Coloma de Queralt. Refosa ...*, p. 75).

⁵² PALOU I MIQUEL, Hug (ed.) – *Els libri notularum de Santa Coloma de Queralt (1240-1262)*. Vol. II. Barcelona: Fundació Noguera, 2009, doc. n. 567, p. 724.

⁵³ Aunque quizá no era tan frecuente en la Orden del Temple como en otras órdenes hispanas, el hecho de mantener y transmitir el patrimonio no debía de ser un caso excepcional. Véase JOSSERAND, Philippe – *Église et pouvoir ...*, pp. 430-433.

⁵⁴ MIRET I SANS, Joaquim – *Les cases...*, pp. 528-533; FOREY, Alan J. – *The Templars ...*, pp. 421-437. Los lugartenientes en la Corona de Aragón solían ser comendadores de las encomiendas más importantes: Monzón, Gardeny y Miravet (FOREY, Alan J. – *The Templars ...*, p. 314). Así ocurrió con Pere II de Queralt y sus hermanos Jaume y Arnau de Timor.

⁵⁵ “[446] E, nos tornat a la albergada, vengren a nós (...) el maestre d’Uclés e el bisbe de Barcelona e En Pere de Queralt (qui tenia loch del maestre del Temple)”, in BRUGUERA, Jordi (ed.) – *Llibre dels Fets del rei En Jaume*. Barcelona: Editorial Barcino, 1991, vol. II, p. 325.

⁵⁶ Pagarolas habla de Pere II como uno de los templarios con una de las carreras en el Temple más notables de la Corona de Aragón (PAGAROLAS SABATER, Laureà – *Els templers de les Terres de l’Ebre (Tortosa). De Jaume I fins a l’abolició de l’Orde (1213-1312)*. Tarragona: Diputació de Tarragona I, 1998, p. 68, nota 122.

anteriormente Arnau de Torroja⁵⁷, Guillem de Mont-redon⁵⁸ y sus contemporáneos los Anglesola, los Castellnou, los Rocabertí⁵⁹, con los que la familia Queralt estableció relaciones de parentesco. El ingreso en la Orden les proporcionaba beneficios materiales y espirituales.

Como señor de Santa Coloma, Pere II intervino también en obras arquitectónicas importantes en la villa: la remodelación del castillo-palacio y la construcción de la portada del santuario de Santa Maria de Bell-lloc (**Fig. 6**).

El castillo es un edificio⁶⁰ que tiene su origen probablemente en una torre del siglo XI, que un siglo más tarde fue sustituida por la actual. Una remodelación importante se debe al siglo XIII, en tiempos de Pere III, cuando se construyó una gran sala gótica rectangular con arcos diafragma de perfil apuntado que arrancaban de semi-columnas adosadas a los muros laterales. Las remodelaciones posteriores de que ha sido objeto han desfigurado parcialmente su apariencia primitiva, pero afortunadamente se ha conservado el primer tramo de la gran sala rectangular. Las semi-columnas que soportan los arcos de la sala gótica del castillo de Santa Coloma son de la misma factura que las que soportan las bóvedas de la iglesia de Santa Maria de Bell-lloc y también de las de la sala del castillo del Temple de Vallfogona⁶¹; las tres obras son contemporáneas y corresponden a la segunda mitad del siglo XIII (**Fig. 7**).

⁵⁷ Aunque no se ha podido documentar, es probable que Arnau hubiera intervenido en las luchas contra los musulmanes, BULST-THIELE, M. Louise – *Sacrae domus militiae Templi Hierosolymitani magistris, Untersuchungen zur Geschichte des Templerordens, 1118-1314*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1974, p. 100; Véase también SANS I TRAVÉ, Josep M. – *Fra Arnau de Torroja, mestre del Temple a Catalunya (1166.1181) i mestre major de l'Orde (1181-30 de setembre de 1184)*. Barcelona: Reial Acadèmia de Bones Lletres de Barcelona, 2006, pp. 12-130; JASPERT, Nikolas – “The election of Arnau de Torroja as ninth Master of the Knights Templar (1180): an enigmatic decision reconsidered”. in FERNANDES, Isabel Cristina (coord.) – *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria. Entre o Occidente e o Oriente. Actas do V Encontro sobre Ordens Militares, 15 a 18 de Fevereiro de 2006*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela / GESOS, 2009, pp. 371-398.

⁵⁸ Sobre Guillem de Mont-redon, PLADEVALL I FONT, Antoni – “Mont-rodon, Guillem de”. in *Gran Enciclopèdia Catalana* 10. Barcelona: Enciclopèdia Catalana, S. A. 1977, p. 269.

⁵⁹ SOBREQÜÉS VIDAL, Santiago – *Els barons ...*, pp. 120-123.

⁶⁰ FUGUET SANS, Joan; PLAZA ARQUÉ, Carme; HOFBAUEROVÁ, Vera – *Els Queralt...*, pp. 33-67.

⁶¹ FUGUET SANS, Joan – *L'arquitectura...*, pp. 220-222.



**Fig. 6 - Santa Coloma de Queralt. Castillo, detalle heráldico en la sala principal (Santa Coloma de Queralt, Conca de Barberà - Tarragona).
Fotografía Joan Fuguet.**



**Fig. 7 - Santa Coloma de Queralt. Santuario de Bell-lloc. Portal principal (Santa Coloma de Queralt, Conca de Barberà -Tarragona-).
Fotografía Joan Fuguet.**

Un detalle interesante de la gran sala de Santa Coloma es el elemento decorativo que aparece en una de las ventanas triforas de la galería: una cruz potenziada inscrita en un círculo y otra cruz patente también inscrita en un círculo. Sin embargo, no parece ser solo un elemento puramente decorativo, ya que una cruz patente de las mismas características decora el exterior de la portezuela del lado norte de la iglesia de Bell-lloc⁶², un edificio también relacionado con Pere II de Queralt, y es el mismo motivo que aparece en uno de los capiteles de la galería del castillo templario de Corbera d'Ebre⁶³.

El santuario de Santa María de Bell-lloc, situado a un km de la villa de Santa Coloma ha sido objeto de diferentes estudios desde el punto de vista histórico y artístico⁶⁴. Los documentos más antiguos datan de 1260 y 1270 y se refieren a una comunidad de donados que cuidaban el santuario⁶⁵. Esta comunidad tenía su propio estatuto y era regida por un *mayoral* elegido por la comunidad con el consentimiento del señor de Queralt. Había hombres y mujeres donados y frailes, que recibían el hábito. En 1170 los donados decidieron transferir parte de sus privilegios al párroco de Santa Coloma, hecho que refleja una decadencia de la institución que se vio aumentada cuando en 1307 cedieron el santuario a la Orden de la Merced⁶⁶. Anteriormente, los Queralt se habían enterrado en los cercanos monasterios cistercienses de Poblet y Santes Creus⁶⁷ mientras que Bell-lloc se convirtió en mausoleo de la familia,

⁶² FUGUET SANS, Joan; PLAZA ARQUÉ, Carme; HOFBAUEROVÁ, Vera – *Els Queralt...*, p. 49.

⁶³ FUGUET SANS, Joan – *L'arquitectura...*, p. 91; FUGUET SANS, Joan; ARTIGAU MIRALLES, Montserrat; FRABCH PAGÈS, Silvia – “La galeria del castell templar de Corbera d'Ebre”. *Unicum* 2 (2003), pp. 4-15.

⁶⁴ TORMO y MONZÓ, Elias – “Dictamen de Santa María de Bell-lloch en Santa Coloma de Queralt (Tarragona)”. *Boletín Arqueológico* 44 (1944), pp. 58-66; CID PRIEGO, Carlos – *La iglesia de Santa María de Belloc en Santa Coloma de Queralt*. Santa Coloma de Queralt: Ayuntamiento de Santa Coloma de Queralt, 1954; MARTINELL BRUNET, Cèsar – “Arquitectura mercedaria”. *Cuadernos de Arqueología e Historia de la Ciudad* VIII (1965), pp. 59-71; LIAÑO MARTÍNEZ, Emma – “Las iglesias góticas de Santa Coloma de Queralt”. *Aplec de Treballs* 2 (1980), pp. 21-50; FUGUET SANS, Joan – “Santuaris marians de l'Orde del Temple a Catalunya”. *Afers, fulls de recerca i pensament* 10 (1990), pp. 419-433; y ESPAÑOL BERTRAN, Francesca – *L'arquitectura religiosa romànica a la Conca de Barberà i Segarra tarragonina*. Montblanc: Centre d'Estudis de la Conca de Barberà, 1991, pp. 273-289.

⁶⁵ SEGURA I VALLS, Joan – *Historia de la villa ...*, pp. 42-55; SEGURA I VALLS, Joan – “Repàs d'un Manual notarial del temps del rey En Jaume I”. in *Congrés [ler] d'Història de la Corona d'Aragó, dedicat al Rey en Jaume I y a la seua època*. Barcelona: Stampa d'en Francisco Altés, 1909, vol. I, pp. 300-326.

⁶⁶ SEGURA I VALLS, Joan – *Historia de la villa...*, pp. 46-49, 93.

⁶⁷ COSTA I PARETAS, Maria Mercè – “La família Queralt i Santes Creus” ..., pp. 93-109; FORT I COGUL, Eufemià – “Pere de Queralt (...)” ..., pp. 129-139. En Poblet hay un sarcófago de los Queralt (FUGUET SANS, Joan; PLAZA ARQUÉ, Carme; HOFBAUEROVÁ, Vera – *Els Queralt ...*, pp. 119-121).

probablemente a partir de Pere II⁶⁸ y desde fines del siglo XIII los señores de Queralt eligieron sepultura de manera permanente en Bell-lloc.

La gran puerta monumental del santuario se ha datado a mediados del siglo XIII⁶⁹, en tiempos de Pere II, y constituye un importante conjunto artístico cargado de simbología. En primer lugar, muestra elementos heráldicos: la cruz⁷⁰, el escudo de los Queralt – un león rampante coronado –; un ciervo, posiblemente el de la esposa de Pere II, Berenguera de Cervelló y unas fajas vibradas del linaje Anglesola. En el lado izquierdo del friso hay una escena en la que aparece un personaje arrodillado frente a un fraile la cual se ha interpretado como la obligación de orar y proteger los peregrinos propia de las órdenes militares⁷¹; sin embargo, es más plausible que aluda a la ceremonia de la imposición del hábito a los donados de la casa, puesto que la representación escultórica coincide con el hábito descrito por Segura⁷² (**Fig. 8**).

⁶⁸ Sin embargo, su hijo Pere III decidió ser enterrado en Santes Creus, igual que su soberano, Pere el Gran, del que fue uno de los principales colaboradores.

⁶⁹ El estudio más completo sobre la puerta se debe a CID PRIEGO, Carlos – “La escultura de la portada de la iglesia de Santa María de Belloc de Santa Coloma de Queralt”. *Boletín Arqueológico* 52 (1952), pp. 137-176.

⁷⁰ La cruz tiene a su vez valor religioso y heráldico, de pertenencia a la Orden (FUGUET SANS, Joan – “Consideracions sobre l’ús de la creu en l’Orde del Temple”. in *El temps sota control, Homenatge a F. Xavier Ricomà Vendrell*. Tarragona: Diputació de Tarragona, 1997, pp. 295-308). Las cruces del castillo de Santa Coloma y de Bell-lloc pertenecen al siglo XIII cuando el Temple empieza a usarlas en territorio de la Corona (en Corbera y Peníscola: FUGUET SANS, Joan – *Templers i hospitalers, II. Guia de les terres de l’Ebre i dels castells templers del Baix Maestrat*. Barcelona: Rafael Dalmau Ed., 1998, pp. 94-98 y pp. 53-55; en Mallorca: FUGUET SANS, Joan – *Templers i Hospitalers, IV. Guia de la Catalunya Vella, el Penedès, els comtats del Rosselló i Mallorca*. Barcelona: Rafael Dalmau Ed., 2005, pp. 76-77).

⁷¹ CID PRIEGO, Carlos – *La iglesia de Santa María ...*, p. 43.

⁷² “... túnica quasi fins als talons, ab mànegues estretes com ajustat, falda poch folgada, cenyida la cintura ab una corretja; y al cap cucurulla” (SEGURA VALLS, Joan – “Aplech de documents curiosos e inèdits fahents per la Història de las costums de Catalunya”. in *Jochs Florals de Barcelona*. Barcelona: Estampa de la Renaixensa, 1883, p. 139).



**Fig. 8 – Santa Coloma de Queralt. Santuario de Bell-lloc. Friso de la arquivolta en que se representa la imposición del hábito a los donados (Santa Coloma de Queralt, Conca de Barberà -Tarragona).
Fotografía Joan Fuguet.**

Además del león rampante, símbolo heráldico de los Queralt, aparece en otros relieves un caballero luchando con este animal. Esta escena, que se muestra en la puerta y en la clave de la bóveda de la capilla del panteón de Pere IV y Francesca de Castellnou (siglo XIV), se ha relacionado con una hazaña de Pere II de Queralt, según la cual, el caballero, luchando valientemente, fue hecho prisionero en una batalla; cuando sus enemigos conocieron su identidad, quisieron poner a prueba su valor y le prometieron la libertad si luchaba contra un terrible león, al que, naturalmente, venció. La hazaña le valió el sobrenombre “Cor de Roure” (Corazón de Roble) (**Fig. 9**).



**Fig. 9 – Santa Coloma de Queralt. Santuario de Bell-lloc. Capitel de la arquivolta en que se representa la leyenda del “Cor de Roure” (Santa Coloma de Queralt, Conca de Barberà - Tarragona).
Fotografía Joan Fuguet.**

Desconocemos la antigüedad de esta leyenda, fue recogida en el siglo XVIII⁷³, pero que debía de haberse transmitido oralmente; prueba de ello es que dio lugar a una obra de teatro romántico en el siglo XIX⁷⁴. El significado de la escena parece aludir a

⁷³ CONILL, Miquel – *Heroica vida y ejemplares virtudes del Venerable Doctor D. Francisco de Queralt*. Cervera: Impremta de la Universitat, 1736, p. 7. También podría tratarse de una ficción construida *a posteriori*, ya que la obra es un panegírico dirigido a los Queralt.

⁷⁴ En 1869 Ramon Picó i Campanar estrenó en Barcelona una obra de teatro en catalán con el título *Cor de Roure*. La obra contiene elementos históricos y legendarios y nunca se menciona la relación de Pere II con la Orden del Temple. Véase MAS I VIVES, Joan – *El teatre a Mallorca a l'època romàntica*. Barcelona: Publicacions de l'Abadia de Montserrat, 1986, pp. 325-326; FERRÉS I ARDERIU, Pere – “Un jove romàntic Ramon Picó i Campanar”. *Anuari Verdaguer* 12 (2004), pp. 11-80.

la lucha entre el bien y el mal⁷⁵, que, en el contexto guerrero de Pere de Queralt, puede tener el significado añadido de la lucha de los cristianos cruzados contra el Islam⁷⁶.

No existen motivos para afirmar que Bell-lloc fuera un establecimiento templario, pero su historia y su arquitectura muestran que existió una relación directa entre el santuario y el señor de Queralt, Pere II, y, por extensión, con la Orden. Por otra parte, las características comunes entre Bell-lloc, el castillo de Santa Coloma y otros edificios contemporáneos de establecimientos del Temple – Corbera [de Ebro], Vallfogona – permiten situarlo dentro de la categoría de obras realizadas bajo los auspicios de un personaje directamente relacionado con la Orden. El “dictamen” previo a declarar el santuario monumento histórico-artístico lo consideraba una construcción templaria⁷⁷.

El linaje Timor y el Temple

Pere II y sus hermanos alternaron los nombres Queralt y Timor. A partir de aquí, Pere II y sus herederos, la rama principal del linaje, adoptaron el nombre Queralt mientras que sus hermanos, Jaume y Arnau, adoptaron el de Timor. Ambos desempeñaron también cargos importantes en la Orden del Temple: Jaume fue comendador de Gardeny y Barberà y Lugarteniente del Maestre Provincial, y Arnau lo fue de Monzón, Gardeny y Huesca y también Lugarteniente del Maestre⁷⁸ (**Fig. 10**).

⁷⁵ CURZI, Gaetano – *La pittura dei Templari*. Milán: Silvana Editoriale, 2002, p. 46.

⁷⁶ FUGUET, Joan y PLAZA, Carme – “Culto a los santos y lucha contra el Islam en las Órdenes Militares de la Corona catalano-aragonesa”. in CARRAZ, Damien; DEHOUX, Esther (dirs.) – *Images et ornements autour des Ordres Militaires au Moyen Âge*. Toulouse: Presses universitaires du Midi, 2016, pp. 36-38.

⁷⁷ TORMO y MONZÓ, Elías – *Dictamen...*, pp. 58-66.

⁷⁸ FOREY, Alan J. – *The templars...*, pp. 421-437.



**Fig. 10 – Santa Coloma de Queralt. Santuario de Bell-lloc. Tapa de sepulcro de un caballero de Queralt, presuntamente Pere II “Cor de Roure”. (Adquirido a un anticuario, desde 1918 se encuentra en el monasterio cisterciense de Fontfreda, Rosselló -Francia).
Fotografía Joan Fuguet.**

En la historia del Temple catalán hay otros personajes con el apellido Timor. Aunque no podemos establecer el parentesco entre ellos y los Queralt, sí que podemos afirmar que pertenecen a una rama lateral del mismo linaje originario. Establecer el parentesco de los Queralt resulta relativamente fácil puesto que, como barones, siguieron una línea patrilínea clara. No ocurre lo mismo con los Timor cuyas relaciones de parentesco no hemos podido establecer; solamente conocemos que los descendientes de esta familia señorearon territorios en la zona, a veces compartidos con los Queralt y que su personaje más conocido – Dalmau de Timor – está relacionado con la encomienda de Barberà.

Dalmau de Timor fue en 1300 jefe de los turcoples⁷⁹ en Chipre donde alcanzó un gran prestigio. Fue luego comendador de Barberà de 1305 a 1307⁸⁰. Cuando los templarios de la corona catalano-aragonesa, asediados por las tropas de Jaime II se

⁷⁹ FOREY, Alan J. – *The templars ...*, p. 414, Doc. XLIV ... *Et frater Dalmatius de Timor torcuplerius*. Los turcoples formaban un cuerpo de caballería ligera que estaba al servicio sobretodo de las órdenes militares establecidas en Chipre, Jerusalén, Rodas, etc., durante las Cruzadas.

⁸⁰ MIRET I SANS, Joaquim – *Les cases ...*, p. 517; FOREY, Alan J. – *The Templars ...*, p. 426.

replegaron en sus castillos, Dalmau marchó de Barberà a Monzón, una fortaleza más segura. Allí tuvo enfrentamientos con el comendador, Berenguer de Bellvís, y organizó algaradas en los pueblos vecinos⁸¹. Era personaje muy apreciado por Jaime II⁸² quien escribió al Gran Maestre, Jacques de Molay proponiendo que lo nombrara Maestre Provincial⁸³, cargo que finalmente Molay adjudicó a Ximen de Lenda. Después del proceso Dalmau no se retiró a ningún convento sino que continuó con una activa vida militar dentro de la *familiaritas* del Rey y participó en la conquista de Cerdeña⁸⁴.

Las relaciones de parentesco de los Queralt con los linajes Anglesola, Castellnou y Rocabertí

Ningún descendiente del templario Pere II de Queralt profesó en la Orden aunque continuaron manteniendo buenas relaciones con el Temple y la Corona. Sus miembros continuaron luchando en las guerras de los reyes: en la frustrada cruzada de Jaime I a Tierra Santa, en la conquista de Cerdeña, en las campañas de Almería y del norte de África...

Los Queralt establecieron lazos de parentesco con linajes de la nobleza catalana, principalmente por vía matrimonial, con las que compartió la participación en las campañas de los reyes. Seguir todas las relaciones tejidas con estas familias resultaría excesivo y no exento de gran dificultad. Aquí nos hemos limitado a señalar los parentescos más directos algunos de cuyos miembros también profesaron en el Temple.

⁸¹ FOREY Alan J. – *The fall of the Templars in the crown of Aragon*. Aldershot: Ashgate, 2001, p. 40.

⁸² “*naturalem nostrum*” (FOREY, Alan J. – “Letters of the last Two Templars Masters”. *Nottingham Medieval Studies* 45 (2001), pp. 166-167) y quizá hijo ilegítimo de Jaime II (FINKE, Heinrich – *Acta Aragonensia, II Nächtrage*, reprint 621 (citado por BURGTORF, Jochen – *The Central Convent ...*, p. 427).

⁸³ FOREY, Alan J. – “Letters of the last Two Templars Masters” ..., p. 148.

⁸⁴ FOREY Alan J. – *The fall of the Templars ...*, pp. 222-227.

Pere III de Queralt y de Cervelló, hijo de Pere II participó como caballero principal en las campañas del rey Pere II. Intervino en las *Vísperas Sicilianas*⁸⁵. Se casó con Margelina de Anglesola.

La familia Anglesola era una de las principales familias nobles asentada en las tierras de Lleida que favorecieron las encomiendas templarias del Segre, – Barbens, Corbins y Gardeny⁸⁶. El padre de Margelina era Guillem III de Anglesola, templario, que profesó en el Temple con consentimiento de su mujer. Según Miret⁸⁷ fue comendador de Gardeny en 1247 y de Horta en 1255. Es probable que sea el mismo que, según Forey⁸⁸, fue comendador de Barberà en 1246 y 1258-1260; de Gardeny, en 1247; y de Corbins 1261. Tenemos noticias de Guillem por una denuncia al Maestre del Temple, entonces Arnau de Castellnou, sobre una agresión que había realizado un hijo del templario Guillem de Anglesola, con el consentimiento de su padre, contra Huguet de Cervelló⁸⁹.

Guillem III fue el hermano de GERALDA de Anglesola, esposa de Simó de Palau⁹⁰, quien, sin descendencia masculina, dejó el castillo de la Espluga de Francolí al Temple y este estableció allí una sub-encomienda que dependía de la casa de Barberà. El testamento llevó a Gueralda y después a su hija Sibila a pleitear con el Temple⁹¹.

⁸⁵ RUNCIMAN, Steven – *Vísperas sicilianas: una historia del mundo mediterráneo a finales del siglo XIII*. Madrid: Alianza Ed., 1979; CINGOLANI, Stefano Maria – *Pere el Gran. Vida, actes, paraula*. Barcelona: Editorial Base, 2010.

⁸⁶ MIRET I SANS, Joaquim – *Les cases ...*, pp. 154-155 y pp. 347-348. BUSQUETA I RIU, Joan – “Notícia sobre els Anglesola a la ciutat de Lleida”. XXXIX *Jornada de Treball*. Anglesola: Grup de Recerques de les Terres de Ponent, 2010, pp. 366 -368; TORRES, Miquel; SANFELIU, Guiu – “Entre el Corb i l’Ondara. Relacions entre nobles i templers: els Anglesola, els Cervera i els Timor-Queralt”. *Actes de la XXXVII Jornada de Treball*. Barbens: Grup de Recerques de les Terres de Ponent, 2008, pp. 98-100.

⁸⁷ MIRET I SANS, Joaquim – *Les cases ...*, pp. 516 y 314.

⁸⁸ FOREY, Alan J., – *The templars ...*, pp. 421-437.

⁸⁹ MIRET I SANS, Joaquim – *Les cases ...*, p. 444. Hay una cierta confusión entre Guillem II y Guillem III de Anglesola. Teniendo en cuenta la fecha de la muerte de Guillem II, 1236, creemos que el templario era Guillem III ya que es comendador de varias encomiendas hasta 1261.

⁹⁰ Simó era hijo de Ramon de Palau y Eliarda de Torroja. Los Torroja dominaron la Espluga de Francolí por el matrimonio de Ramon II de Torroja con Gaia de Cervera (ALTISENT, Agustí – “Un poble de la Catalunya Nova els segles XI i XII (...)” ..., p. 153). Ramon era del linaje del Gran Maestre Arnau de Torroja. Véase también SOBREQUÉS VIDAL, Santiago – *Els barons ...*, pp. 100-101.

⁹¹ MIRET I SANS, Joaquim – *Les cases ...*, pp. 313-316. Sibila fue la esposa del vizconde de Ampurias y madre del templario Hug de Ampurias, que fue hecho prisionero en la toma de Trípoli el 1289 (CLAVERIE, Pierre-Vincent – “La contribution des templiers de Catalogne à la defense de la Syrie franque (1290-1310)”. in VERMEULEN, U.; VAN STEENBERGEN, J. (eds.) – *Egipt and Syria in the Fatimid, Ayyubid and Mamluk Eras III*. Leuven: Peeters, 2001, p. 174 (*Proceedings of the 6th, 7th and 8th International Colloquium organized at the Katholieke Universiteit Leuven in May 1997, 1998 and 1999*).

Guillem III de Anglesola, se casó en primeras nupcias con Constanza de Alagón, hija de Blasco de Alagón, gran colaborador de las campañas de Jaime I en el reino de Valencia, señor de Culla. Su hijo vendió Culla a los templarios para ampliar la encomienda de Peníscola⁹².

En 1307 ingresó en el Temple Ramon de Anglesola⁹³ (que pertenecía a otra rama⁹⁴ de los Anglesola) en la encomienda de Barberà, pero con la particularidad que la profesión se realizó en el convento de los franciscanos de Montblanc, al tiempo que se realizaba una asamblea de la Orden⁹⁵. La pertenencia de Ramon a un linaje importante fue probablemente el motivo por el cual después del proceso recibió una pensión de 4000 sueldos barceloneses, como Dalmau de Timor o Berenguer de Bellvís, sin haber estado al frente de ninguna encomienda y de haber profesado en la Orden poco antes del proceso⁹⁶.

Pere IV, hijo de Pere III de Queralt y de Margelina de Anglesola, participó en la campaña de Cerdeña. Intervino en las negociaciones con los templarios en el sitio de Miravet en 1308 y fue uno de los enviados por Jaume II al concilio de Viena del que realizó un exhaustivo resumen⁹⁷. Se casó con Francesca de Castellnou⁹⁸ que pertenecía a una familia noble del Rosselló que se mantuvo fiel a Pere II en la lucha con Jaume de Mallorca⁹⁹. Su padre era Jaspert de Castellnou, que se distinguió en la

⁹² FOREY, Alan J. – “A Templar Lordship in Northern Valencia”. in CZAJA, Roman; SARNOWSKY, Jürgen – *Selbstbild und Selbstverständnis der Geistlichen Ritterorden*. Torun: Wydawnictwo Uniwersytetu Mikolaja Kopernika, 2007, pp. 59-68; pp. 59-68; DÍAZ MANTECA, Eugeni – “La venda del castell de Culla al Temple: un procés llarg i dificultós (1303-1388)”. in *Estudis recollits en el 750è aniversari de la carta de població (1244-1994)*. Culla: Comissió de Cultura per al 750è aniversari de la carta de població, vol. 2, 1994, pp. 451-481.

⁹³ FUGUET SANS, Joan – “Any 1307, un capítol provincial dels templers catalanoaragonesos a Sant Francesc de Montblanc”. *Foradot* 52 (2009), pp. 20-22.

⁹⁴ Probablemente, a la rama Anglesola - Utxafava. Véase FELIU I MONTFORT, Gaspar – “La baronia d'Utxafava (1283-1422)”. *Acta Mediaevalia* 25 (2003-2004), pp. 262. Guillem III, el templario, pertenecía a la rama de los Anglesola - Bellpuig.

⁹⁵ FUGUET SANS, Joan – “Any 1307, un capítol provincial dels templers (...)” ..., pp. 20-22. Ramon de Anglesola era hijo de Galceran de Anglesola, quien, gracias a su rango, intercedió por él durante el sitio de Miravet (FOREY, Alan J. – *The fall of the Templars...*, p. 91).

⁹⁶ FOREY, Alan J. – *The fall of the Templars...*, p. 214.

⁹⁷ FINKE, Heinrich – *Papsttum und Untergang des Templerordens*, II Band: Quellen, Münster, 1907, p. 249.

⁹⁸ Yace junto a su esposo, Pere IV de Queralt, en el magnífico mausoleo gótico (siglo XIV) de la capilla norte de la iglesia de Bell-lloc.

⁹⁹ CLAVERIE, Pierre-Vincent – “Un moment clé de l'histoire du Royaume de Majorque: la fin de la vicomté de Castellnou (1321-1369)”. *e-Spania* [En línea] 29 (Consultado en 5 Noviembre 2020). Disponible en <https://doi.org/10.4000/e-spania.27099>, p. 3.

campana de Granada y conquistó Ceuta¹⁰⁰. Su tío abuelo, Arnau de Castellnou fue Maestre Provincial del Temple de 1267 a 1277¹⁰¹.

Según la genealogía establecida por P. Ponsic y seguida por P-V. Claverie, Francesca era hija de Jaspert V de Castellnou y su segunda esposa, Galceranda de Narbona¹⁰². Sin embargo, según A. de Fluvià¹⁰³ Francesca era hija de un primer matrimonio de Jaspert con Alamanda de Rocabertí. Alamanda era hija del vizconde de Rocabertí y su primera esposa Ermesenda Desfar. Por lo tanto, sería hermanastra de Guillem y Dalmau de Rocabertí fruto del matrimonio de Dalmau con Guillema de Cervelló. Mas tarde los Queralt emparentaron con los Rocabertí mediante el matrimonio de Pere V de Queralt y Castellnou con otra Alamanda de Rocabertí, sobrina de la primera (**Fig. 11**).

Guillem de Rocabertí fue arzobispo de Tarragona y presidió el Concilio de Tarragona (1312) en que se absolvió a los templarios de la Corona de Aragón. Dalmau de Rocabertí estuvo al mando de la guarnición del Temple en la isla de Arwad, fue capturado y llevado prisionero a Egipto, donde permaneció hasta 1315. Una vez hubo regresado a Cataluña, se retiró al convento de Sant Martí en Girona¹⁰⁴. La importancia del personaje se aprecia en el interés que desplegó el rey Jaume II hasta conseguir su liberación¹⁰⁵ y en el hecho de ser el miembro del Temple de la corona catalano-aragonesa que obtuvo la mayor pensión después de la abolición del Temple (8.000).

¹⁰⁰ MASÍÁ, DE ROS, Ángeles – *Relación castellano-aragonesa desde Jaime II a Pedro el Ceremonioso*. Madrid: CSIC, vol. 1, 1994, pp. 162-163.

¹⁰¹ MIRET I SANS, Joaquim – *Les cases ...* p. 515; FOREY Alan J. – *The templars ...*, p. 420.

¹⁰² PONSIC, Pere – “Castellnou”. in *Catalunya Romànica, XXV. El Vallespir, El Capcir, El Donasà, La Fenolleda, El Perapertusès*. Barcelona, 1996, pp. 186; CLAVERIE, Pierre-Vincent – “Un moment clé de l’histoire du Royaume de Majorque (...)” ..., p. 4.

¹⁰³ FLUVIÀ I ESCORÇA, Armand de – “Rocabertí”. in *Gran Enciclopèdia Catalana*. Vol. 12. Barcelona: [s.e.], 1978, pp. 653-658. Agradecemos a Pere Martell sus comentarios sobre Francesca de Castellnou.

¹⁰⁴ FOREY Alan J. – *The fall of the Templars ...*, pp. 228-229.

¹⁰⁵ Sobre las negociaciones dirigidas por el rey Jaume II para liberar a Dalmau de Rocabertí, véase CLAVERIE, Pierre-Vincent – “La contribution des templiers de Catalogne à la defense de la Syrie franque (1290-1310)”. in VERMEULEN, U.; VAN STEENBERGEN, J. (eds.) – *Egipt and Syria in the Fatimid, Ayyubid and Mamluk Eras. III*. Leuven: Peeters, 2001 (Proceedings of the 6th, 7th and 8th International Colloquium organized at the Katholieke Universiteit Leuven in May 1997, 1998 and 1999), pp. 185-188.



**Fig. 11 – Santa Coloma de Queralt. Santuario de Bell-lloc. Sepulcro doble de Pere IV de Queralt y Francesca de Castellnou. Lado correspondiente a Francesca donde se aprecia la heráldica de ambas casas. (Santa Coloma de Queralt, Conca de Barberà -Tarragona).
Fotografía Joan Fuguet.**

A manera de conclusión

La trayectoria de la familia Queralt-Timor ejemplifica una relación de la nobleza medieval catalana con la orden del Temple, que, en parte, es compartida por otros linajes principales.

El templario Pere II de Queralt entró en la Milicia después de haber luchado en las campañas de la conquista cristiana. Esta situación es parecida a la de otros templarios catalanes, que alcanzaron grandes puestos en la Orden. Pere II de Queralt era ya de mediana edad y viudo cuando entró en la Orden; hay que recordar que el

Temple no impedía que profesaran personajes casados si sus esposas daban el consentimiento, como el ya citado Guillem de Anglesola¹⁰⁶.

La profesión – o donación – al Temple de los Oluja, parientes de los Queralt proporcionó a la Orden un señorío en el que instalaron una subencomienda. Sin embargo, no se registran donaciones de Pere a la casa de Barberà. Y así como algunos importantes templarios¹⁰⁷ donaron todo su patrimonio a la Orden, el señor de Queralt así como el de Anglesola dejaron la mayor parte del patrimonio a sus hijos, que continuaron el linaje. Así, los Queralt mantuvieron su patrimonio e incluso recuperaron lugares que habían sido empeñados a la Orden; también Guillem III de Anglesola dejó el señorío de Culla a su hijo Guillem IV, quien lo vendió al Temple¹⁰⁸. Es importante remarcar que si bien en muchos casos los miembros de la nobleza que profesaron en el Temple no eran los herederos del patrimonio, Pere II de Queralt y Guillem III d'Anglesola rompen el esquema, ya que son los que conservan el señorío, que transmiten a sus hijos.

La profesión tardía de Pere II de Queralt puede responder a varios motivos que no son excluyentes entre sí. Por una parte, un sentimiento religioso de cruzada y, por otra, la vocación guerrera de una aristocracia militar ocupada en la conquista de la Península.

El sentimiento religioso había conducido a algunos miembros de la nobleza a peregrinar a Jerusalén, pero más adelante, en pleno avance de la conquista cristiana,

¹⁰⁶ Para tomar el hábito del Temple un casado era necesario el consentimiento de la esposa, que debía firmar la escritura del compromiso con la Orden [MIRET I SANS, Joaquim – *Les cases...*, p 335. Véase también FOREY, Alan J. – “Recrutement”. in BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe (eds.) – *Prier et combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*. Paris: Fayard, 2009].

¹⁰⁷ Es el caso del Maestre Provincial Pere de Rovira [VILAGINÉS SEGURA, Jaume – “Pere de Rovira, un templer de Vallès”. *Notes* 20 (2005), p. 50], quien también en 1145 influyó en la donación a la Orden de Nicolás, hijo de Hugo de Bourbouton (ALBON, Marquis d' – *Cartulaire Général*, doc. n. XXXLXXI, p. 237). Sobre los Bourbouton y la encomienda de Richerenches, véase CARRAZ, Damien – “Memoire lignagère et archives monastiques: les Bourbouton et la commanderie de Richerenches”. in AURELL, Martin (ed.) – *Convaincre et persuader: communication et propagande au XII^e et XIII^e siècles*. Poitiers: Université de Poitiers, 2007, pp. 465-502.

¹⁰⁸ DÍAZ MANTECA, Eugeni – “La venda del castell de Culla al Temple: un procés llarg i difícil (1303-1388)”. in *Estudis recollits en el 750^e aniversari de la carta de població (1244-1994)*. Culla: Comissió de Cultura per al 75è aniversari de la carta de població, vol. 2, 1994, pp. 451-481; FOREY, Alan J. – “A Templar Lordship in Northern Valencia”. in CZAJA, Roman; SARNOWSKY, Jürgen (eds.) – *Selbstbild und Selbstverständnis der Geistlichen Ritterorden*. Torun: Wydawnictwo Uniwersytetu Mikolaja Kopernika, 2007, pp. 59-68.

las elites guerreras encontrarán un cauce para sus aspiraciones religiosas y militares en la profesión en las ordenes militares, en este caso en el Temple. Una vez reconocida como cruzada la lucha en la conquista, principalmente a partir de las campañas de Tortosa (1148)¹⁰⁹ y Lleida (1149), el Temple les proporcionaba una actividad militar igual a la que hasta entonces habían realizado dentro de una idónea organización, al tiempo que procuraba por su salvación en el más allá¹¹⁰. El Temple aprovechaba también la experiencia en el arte de la guerra de la nobleza combatiente; no es casual que muchas veces sin una carrera anterior en la Orden, alcanzasen puestos de responsabilidad, como en el ejemplo de Pere II de Queralt. Hay que tener en cuenta también que muchos miembros de las familias nobles – Queralt, Anglesola, Castellnou¹¹¹ – participaron en las empresas de los reyes de la Corona catalano-aragonesa y que esta había asociado a los templarios en sus campañas. Las relaciones de parentesco que tejieron entre ellos, principalmente por vía matrimonial, reforzaron las características comunes: participación en las campañas militares de sus soberanos y protección al Temple.

La carrera de los Timor, principalmente la de Dalmau, es un ejemplo de carrera militar entre Oriente y Occidente: jefe de los turcoples en Chipre y comendador de Barberà. Su vocación guerrera se hace patente cuando después del proceso, no elige retirarse a una institución religiosa, sino que continúa en el entorno del rey Jaume I y participa en sus campañas militares.

No conocemos ningún miembro de la familia Queralt que fuese obispo o abad. En cambio, los cargos eclesiásticos abundan en los linajes de los Rocabertí o los Torroja. Muchos preladados intervinieron en la conquista aportando hombres y recursos a las batallas, como Berenguer de Torroja¹¹², hermano del Gran Maestre. Otros ejercieron

¹⁰⁹ Véase JASPERT, Nikolas – “*Capta est Dertosa, clavis cristianorum: Tortosa and the Crusades*”. in PHILLIPS, Jonathan (ed.) – *The second crusade - scope and consequences*. Manchester: Manchester University Press, 2001, pp. 90-110.

¹¹⁰ DEMURGER, Alain – “L'aristocrazia laica e gli ordini militari in Francia nel Duecento: l'esempio della Bassa Borgogna”. in COLI, Enzo; DE MARCO, Maria; TOMMASI, Francesco (eds.) – *Militia Sacra. Gli ordini militari tra Europa e Terrasanta*. Perugia: Società Editrice S. Bevignate, 1994, p. 66.

¹¹¹ CINGOLANI, Stefano Maria – *Pere el Gran ...*, pp. 178-179.

¹¹² El ejemplo paradigmático sería el obispo de Barcelona Berenguer de Palou (ALVIRA, Martín – “*Destruir aquells qui reneguen lo nom de Jhesucrist*. El obispo de Barcelona Berenguer de Palou (1212-1241)”. in AYALA MARTÍNEZ, Carlos de; PALACIOS ONTALVA, J. Santiago (eds.) – *Hombres de religión y guerra*. Madrid: Sílex ediciones, 2018, pp. 373-388.)

misiones diplomáticas e intervinieron en los asuntos eclesiásticos, como el arzobispo de Tarragona, Guillem de Rocabertí, que presidió el Concilio de Tarragona en el que se absolvió a los templarios catalanes¹¹³.

El ejemplo de los Queralt muestra una familia, que en sus dos ramas principales – Queralt y Timor – proporcionó personajes importantes a la Orden mientras los miembros que no profesaron mantuvieron buenas relaciones con ella.

Finalmente, la trayectoria de los Queralt-Timor podría considerarse un caso aislado o bien puede ser una ventana abierta para reconsiderar la vocación guerrera y laical de los freires¹¹⁴ (**Fig. 12 y 13**).

¹¹³ FOREY, Alan J. – *The fall of the Templars ...*, p. 215.

¹¹⁴ “es necesario desterrar de manera definitiva la equívoca etiqueta de “monjes soldados”, que enturbia más que aclara” (AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – “Guerra y Órdenes Militares en la Edad Media: Balance y perspectivas de estudio”. in FERNANDES, Isabel Cristina F. (ed.) – *Entre Deus e o Rei. O mundo das ordens militares*. Palmela: Município de Palmela; GEsOS, 2018, I, p. 186).

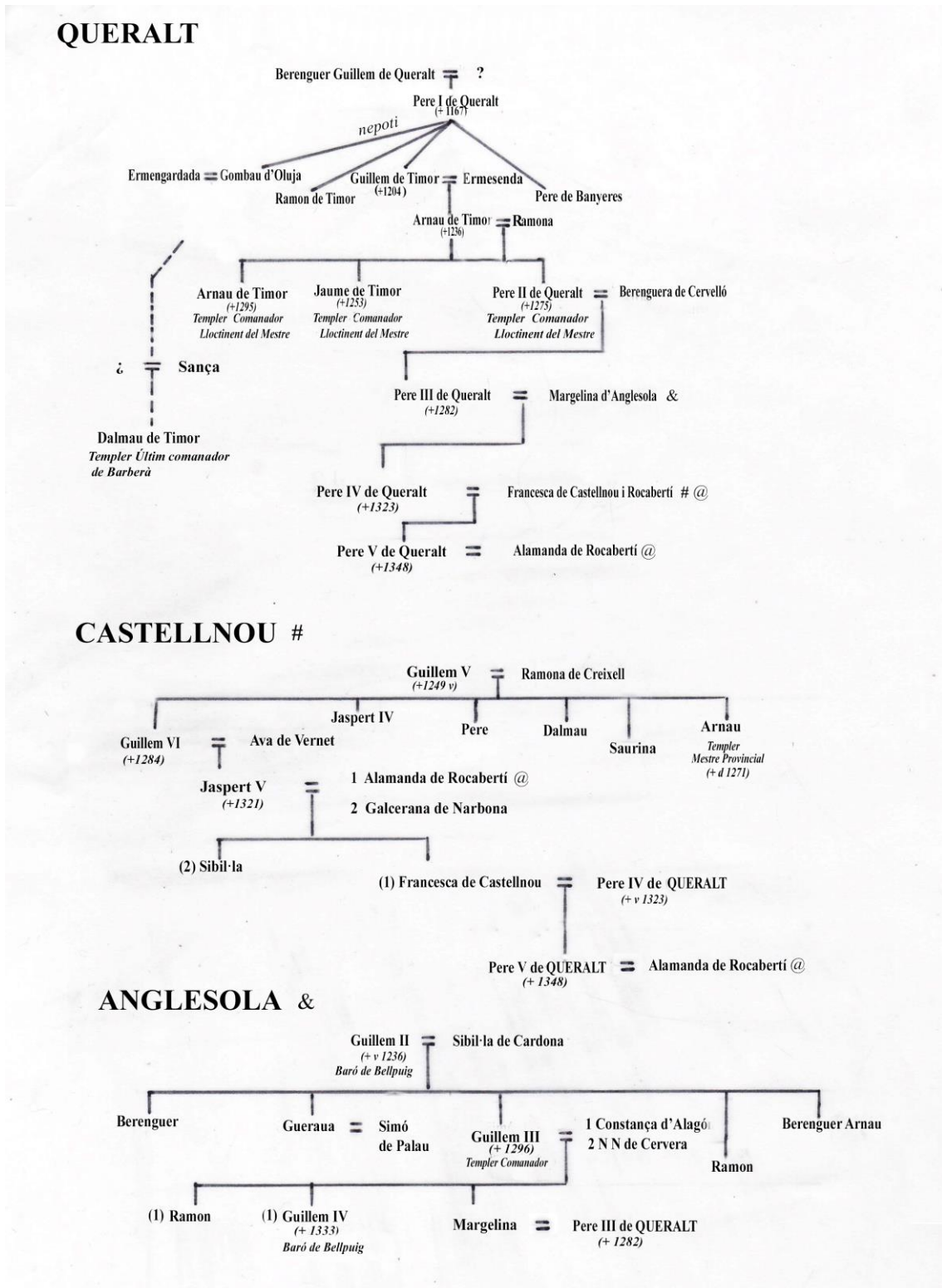
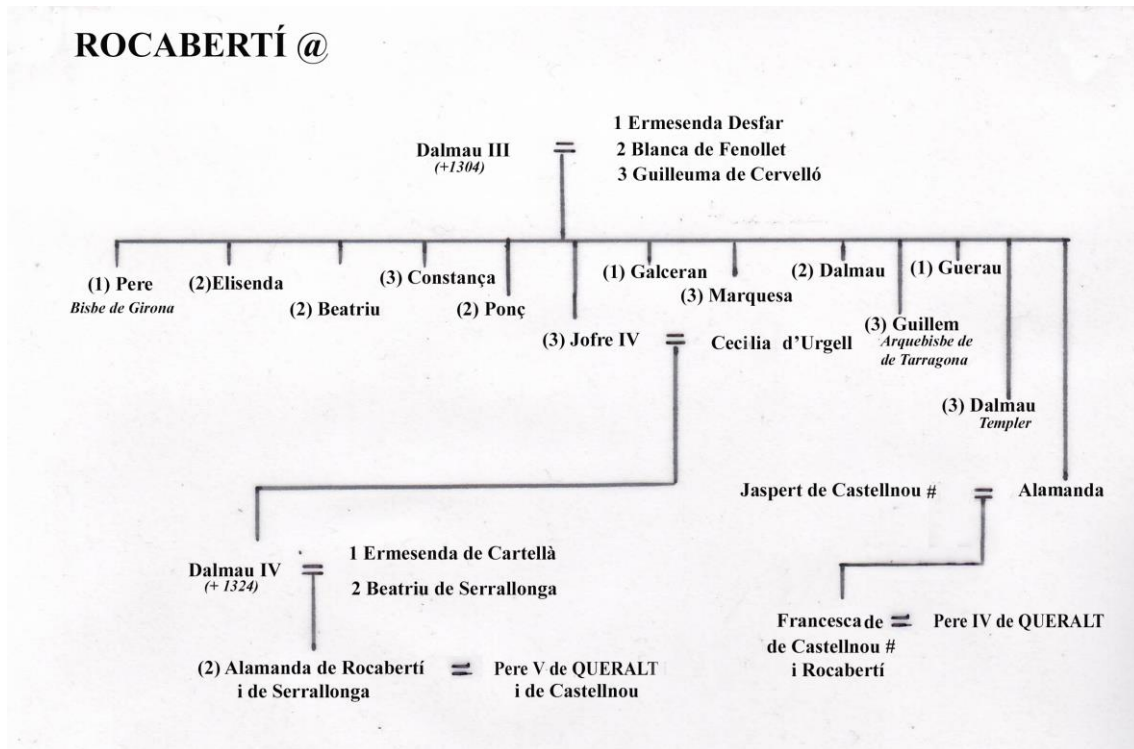


Fig. 12 - Árbol genealógico de los linajes Queralt-Timor, Castellnou y Anglesola (relaciones familiares).
Dibujo Joan Fuguet.



BIBLIOGRAFIA

Fuentes impresas

ALBON, Marquis d' – *Cartulaire Général de l'Orde du Temple 1119?-1150*. París: Librairie Ancienne, Honoré Champion, Éditeur, 1913.

ALTISENT, Agustí – *Diplomatari de Santa Maria de Poblet, vol I, anys 960-1177*. Barcelona: Abadia de Poblet; Departament de Cultura de la Generalitat de Catalunya, 1993.

BOFARULL I MASCARÓ, Pròsper de – *Colección de documentos inéditos del Archivo General de la Corona de Aragón*. 41 vols., Barcelona: L. Benaiges - José Eusebio Monfort, 1847-1910.

BRUGUERA, Jordi (ed.) – *Llibre dels Fets del rei En Jaume*. 2 vols. Barcelona: Editorial Barcino, 1991.

FINKE, Heinrich – *Papsttum und Untergang des Templerordens, II Band: Quellen*, Münster, 1907.

FINKE, Heinrich – *Acta Aragonensia: quellen zur Deutschen, Italienischen, Französischen, Spanischen, zur Kirchenund Kulturgeschichte aus der Diplomatischen Korrespondenz Jaymes II: 1291-1327*. Berlin, Leipzig: W. Rothschild, 1908.

GONZALVO I BOU, Gener – *Les constitucions de Pau i Treva de Catalunya (segles XI i XIII)*. Barcelona: Departament de Justícia, Generalitat de Catalunya, 1994.

PALOU I MIQUEL, Hug – *Els libri notularum de Santa Coloma de Queralt (1240-1262)*. 2 vols. Barcelona: Fundació Noguera, 2009.

SANS I TRAVÉ, Josep M. – *Col·lecció Diplomàtica de la casa del Temple de Barberà*. Barcelona: Departament de Justícia, Generalitat de Catalunya, 1997.

TRETÓN, Rodrigue – *Diplomatari del Masdeú, I-V*, Barcelona: Fundació Noguera, Barcelona, 2010.

Estudios

ALTISENT, Agustí – “Un poble de la Catalunya Nova els segles XI i XII. L'Espluga de Francolí de 1079 a 1200”. *Anuario de Estudios Medievales* 3 (1966), pp. 131-213.

ALVIRA, Martín – “Destruir aquells qui reneguen lo nom de Jhesucrist. El obispo de Barcelona Berenguer de Palou (1212-1241)”. in AYALA MARTÍNEZ, Carlos de; PALACIOS ONTALVA, J. Santiago (eds.) – *Hombres de religión y guerra*. Madrid: Sílex ediciones, 2018, pp. 373-388.

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – “Guerra y Órdenes Militares en la Edad Media: Balance y perspectivas de estudio”. in FERNANDES, Isabel Cristina (coord.) - *Entre Deus e o Rei. O mundo das ordens militares*. Palmela: Município de Palmela- GESOS, 2018, vol. I, pp. 179-188.

BENET I CLARÀ, Albert – *La família Gurb-Queralt (956-1276): senyors de Sallent, Oló, Avinyó, Gurb, Manlleu, Voltregà, Queralt i Santa Coloma de Queralt*. Sallent: Institut d'Arqueologia, Història i Ciències Naturals, 1993.

BONET DONATO, María – “Identidad de las hospitalarias en la Corona de Aragón”. *Memoria y Civilización. Anuario de Historia* 17 (2014), pp. 43-87.

BULST-THIELE, M. Louise – *Sacrae domus militiae Templi Hierosolymitani magistri, Untersuchungen zur Geschichte des Templerordens, 1118-1314*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1974.

BURGTORF, Jochen – *The Central Convent of Hospitallers and Templars: History, Organization, and Personnel (1099/1120-1310)*. Leiden: Brill, 2008.

BUSQUETA I RIU, Joan – “Notícia sobre els Anglesola a la ciutat de Lleida”. *XXXIX Jornada de Treball*. Anglesola: Grup de Recerques de les Terres de Ponent, 2010, pp. 358-368.

CARRAZ, Damien – “Memoire lignagère et archives monastiques: les Bourbouton et la commanderie de Richerenches”. in AURELL, Martin (ed.) – *Convaincre et persuader: communication et propagande au XII^e et XIII^e siècles*. Poitiers: Université de Poitiers, 2007, pp. 465-502.

CARRAZ, Damien – “L’affiliation des laics aux commanderies templières et hospitalières de la basse vallée du Rhône (XIIe-XIIIe siècles)”. in LUTTRELL, Anthony; TOMMASI, Francesco (eds.) – *Religiones militares: contributi alla storia degli Ordini Religioso-militari nel medioevo*. Città di Castello: Selecta, 2008, pp. 171-190.

CARRAZ, Damien – “Donation”. in BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe (eds.) - *Prier et combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*. Paris: Fayard, 2009.

CHEVALIER, Marie-Anna (dir.) – *Ordres militaires et territorialité au Moyen Âge entre Orient et Occident*. París: Geuthner, 2020, pp. 271-310.

CINGOLANI, Stefano Maria – *Pere el Gran. Vida, actes, paraula*. Barcelona: Editorial Base, 2010.

CID PRIEGO, Carlos – “La escultura de la portada de la iglesia de Santa María de Belloc de Santa Coloma de Queralt”. *Boletín Arqueológico* 52 (1952), pp. 137-176.

CID PRIEGO, Carlos – *La iglesia de Santa María de Belloc en Santa Coloma de Queralt*. Santa Coloma de Queralt: Ayuntamiento de Santa Coloma de Queralt, 1954.

CLAVERIE, Pierre-Vincent – “La contribution des templiers de Catalogne à la defense de la Syrie franque (1290-1310)”. in VERMEULEN, U.; VAN STEENBERGEN, J. (eds.) – *Egypt and Syria in the Fatimid, Ayyubid and Mamluk Eras III*. Leuven: Peeters, 2001, pp. 171-192. (*Proceedings of the 6th, 7th and 8th International Colloquium organized at the Katholieke Universiteit Leuven in May 1997, 1998 and 1999*).

CLAVERIE, Pierre-Vincent – “Un moment clé de l’histoire du Royaume de Majorque: la fin de la vicomté de Castelnou (1321-1369)”. *e-Spania* [En línea] 29 (Consultado en 5 Noviembre 2020). Disponible en <https://doi.org/10.4000/e-spania.27099>.

CONILL, Miquel – *Heroica vida y exemplares virtudes del Venerable Doctor D. Francisco de Queralt*. Cervera: Impremta de la Universitat, 1736.

CORTADA, Juan – *El templario y la villana. Crónica del siglo XIV*. Barcelona: Imprenta de Brusi, 1840.

COSTA I PARETAS, M. Mercè – “La família Queralt i Santes Creus”. in *I Col·loqui d’Història del Monaquisme Català*. Santes Creus: Publicacions de l’Arxiu Bibliogràfic de Santes Creus, Vol. I, 1966, pp. 92-109.

CURZI, Gaetano – *La pittura dei Templari*. Milán: Silvana Editoriale, 2002.

DEMURGER, Alain – “L’aristocrazia laica e gli ordini militari in Francia nel Duecento: l’esempio della Bassa Borgogna”. in COLI, Enzo; DE MARCO, Maria; TOMMASI,

Francesco (eds.) – *Militia Sacra. Gli ordini militari tra Europa e Terrasanta*. Perugia: Società Editrice S. Bevignate, 1994, pp. 55-84.

DEMURGER, Alain – *Les Templiers. Une chevalerie chrétienne au Moyen Âge*. Paris: Seuil, 2005.

DÍAZ MANTECA, Eugeni – “La venda del castell de Culla al Temple: un procés llarg i difícil (1303-1388)”. in *Estudis recollits en el 750^e aniversari de la carta de població (1244-1994)*. Culla: Comissió de Cultura per al 75^e aniversari de la carta de població, vol. 2, 1994, pp. 451-481.

DURAN I SANPERE, Agustí – *Els retaules de pedra*. Vol. I. *Monumenta Cataloniae*. Barcelona: Ed. Alpha, 1932.

ESPAÑOL BERTRAN, Francesca – *L'arquitectura religiosa romànica a la Conca de Barberà i Segarra tarragonina*. Montblanc: Centre d'Estudis de la Conca de Barberà, 1991.

FELIU I MONTFORT, Gaspar – “La baronia d'Utxafava (1283-1422)”. *Acta Mediaevalia* 25 (2003-2004), pp. 257-276.

FERRÉS I ARDERIU, Pere – “Un jove romàntic Ramon Picó i Campanar”. *Anuari Verdguer* 12 (2004), pp. 11-80.

FLUVIÀ I ESCORÇA, Armand de – “Rocabertí”. in *Gran Enciclopèdia Catalana*, 12, Barcelona, 1978, pp. 653-658.

FOREY, Alan J. – *The Templars in the 'Corona de Aragón'*. Londres: Oxford University Press, 1973.

FOREY, Alan J. – “Recruitment to the Military Order (twelfth to mid-fourteenth centuries)”. *Viator* 17 (1986), pp. 139-171.

FOREY, Alan J. – “Women and the Military Orders in the twelfth and thirteenth centuries”. *Studia Monastica* 29 (1987), pp. 63-92.

FOREY, Alan J. – “Letters of the last Two Templars Masters”. *Nottingham Medieval Studies* 45 (2001), pp. 166-167.

FOREY, Alan J. – *The fall of the Templars in the crown of Aragon*. Ashgate: Aldershot, 2001.

FOREY, Alan J. – “A Templar Lordship in Northern Valencia”. in CZAJA, Roman; SARNOWSKY, Jürgen – *Selbstbild und Selbstverständnis der Geistlichen Ritterorden*. Torun: Wydawnictwo Uniwersytetu Mikołaja Kopernika, 2007, pp. 59-68.

FOREY, Alan J. – “Aragonese templars in the Holy Land and Cyprus in the late thirteenth and early fourteenth centuries”. in FERNANDES, Isabel Cristina F. – *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria. Entre o Occidente e o Oriente. Actas do V Encontro sobre Ordens Militares, 15 a 18 de Fevereiro de 2006*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela-GEOS, 2009, pp. 451- 461.

FOREY, Alan J. – “The Careers of Templar and Hospitaller Office-Holders in Western Europe during the Twelfth and Thirteenth Centuries”. in JOSSERAND, Philippe; OLIVEIRA, Luís F.; CARRAZ, Damien – *Élites et ordres militaires au Moyen Âge*, Madrid: Casa de Velásquez, 2015, pp. 201-214.

FORT I COGUL, Eufemià – “Pere de Queralt, insigne colaborador de Pere el Gran i egregi amic de Santes Creus”. *Boletín Arqueológico* 93-96 (1966), pp. 129-139.

FUGUET SANS, Joan – “L'arquitectura dels templers al Camp de Tarragona i la seva aportació als orígens del “gòtic català”. *XXXV Assemblea Intercomarcal d'Estudiosos de Catalunya. Valls 24, 25 i 26 de novembre de 1989. Estudis Vallencs* 28. Catalunya: Institut d'Estudis Vallencs, 1989, pp. 369-401.

FUGUET SANS, Joan – “Santuaris marians de l'Orde del Temple a Catalunya”. *Afers, fulls de recerca i pensament* 10 (1990), pp. 419-433.

FUGUET SANS, Joan – *L'arquitectura dels templers a Catalunya*. Barcelona: Rafael Dalmau Ed., 1995.

FUGUET SANS, Joan – “Consideracions sobre l'ús de la creu en l'Orde del Temple”. in *El temps sota control, Homenatge a F. Xavier Ricomà Vendrell*. Tarragona: Diputació de Tarragona, 1997, pp. 295-308.

FUGUET SANS, Joan – “Contribució a l'estudi dels orígens del gòtic meridional: influència de l'arquitectura popular en les construccions templeres i cistercenques catalanes”. in *Miscel·lània en homenatge a Joan Ainaud de Lasarte*. Barcelona: Museu Nacional d'Art de Catalunya-Institut d'Estudis Catalans- Publicacions de l'Abadia de Montserrat, 1998, vol. I, pp. 225-236.

FUGUET SANS, Joan – *Templers i hospitalers, II. Guia de les terres de l'Ebre i dels castells templers del Baix Maestrat*. Barcelona: Rafael Dalmau Ed., 1998.

FUGUET SANS, Joan – “Les esglésies amb arcs de diafragma de la Catalunya Nova”. in BRACONS, Josep; FREIXAS, Pere (coords.) – *L'Art Gòtic a Catalunya. Arquitectura I. Catedrals, monestirs i altres edificis religiosos*. Barcelona: Enciclopèdia Catalana, 2002, vol. I, pp. 152-159.

FUGUET SANS, Joan – *Templers i Hospitalers, IV. Guia de la Catalunya Vella, el Penedès, els comtats del Rosselló i Mallorca*. Barcelona: Rafael Dalmau Ed., 2005.

FUGUET SANS, Joan – “Any 1307, un capítol provincial dels templers catalano aragonesos a Sant Francesc de Montblanc”. *Foradot* 52 (2009), pp. 20-22.

FUGUET SANS, Joan – “Historia y patrimonio artístico de los templarios en Cataluña”. *Cuadernos del Centro de Estudios de Monzón y Cinca Medio* 41 (2015), pp. 139-181.

FUGUET SANS, Joan; ARTIGAU MIRALLES, Montserrat; FRANCH PAGÈS, Silvia – “La galeria del castell templer de Corbera d'Ebre”. *Unicum* 2 (2003), pp. 4-15.

FUGUET SANS, Joan; PLAZA ARQUÉ, Carme – “L'ordre de l'Hôpital de Saint-Jean de Jérusalem dans les territoires pyrénéens du nord de la Catalogne et de l'Aragon”. in

FUGUET SANS, Joan; PLAZA ARQUÉ, Carme; HOFBAUEROVÁ, Vera – *Els Queralt a Santa Coloma, arquitectura, art i vida*. Santa Coloma: Ajuntament de Santa Coloma, 2010.

FUGUET SANS, Joan; PLAZA ARQUÉ, Carme – “Culto a los santos y lucha contra el Islam en las Órdenes Militares de la Corona catalano-aragonesa”. in CARRAZ, Damien; DEHOUX, Esther (dirs.) – *Images et ornements autour des Ordres Militaires au Moyen Âge*. Toulouse: Presses universitaires du Midi, 2016, pp. 36-38.

IGLESIES FORT, Josep – *El fogatge de 1553. Estudi i transcripció*. Barcelona: Fundació Vives Casajuana, 1979-1980.

JASPERT, Nikolas – “*Capta est Dertosa, clavis cristianorum: Tortosa and the Crusades*”. in PHILLIPS, Jonathan (ed.) – *The second crusade - scope and consequences*. Manchester: Manchester University Press, 2001, pp. 90-110.

JASPERT, Nikolas – “The election of Arnau de Torroja as ninth Master of the Knights Templar (1180): an enigmatic decision reconsidered”. in FERNANDES, Isabel Cristina (coord.) – *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria. Entre o Ocidente e o Oriente. Actas do V Encontro sobre Ordens Militares, 15 a 18 de Fevereiro de 2006*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela-GESOS, 2009, pp. 371-398.

JOSSERAND, Philippe – *Église et pouvoir dans la Péninsule Ibérique. Les Ordres Militaires dans le Royaume de Castille (1252-1369)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2004.

LAVEDAN, Pierre – *L'architecture gothique religieuse en Catalogne, Valence et Baléares*. París: Henri Laurens ed., 1935.

LIAÑO MARTÍNEZ, Emma – “Las iglesias góticas de Santa Coloma de Queralt”. *Aplec de Treballs* 2 (1980), pp. 21-50.

MAGNOU, Élisabeth – “Oblature, classe chevaleresque et servage dans les maisons méridionales du Temple au XII^e siècle”. *Annales du Midi* 73 (1961), pp. 377-397.

MARCA, Petrus de – *Marca Hispanica sive limes Hispanicus*. París: 1688.

MARTINELL BRUNET, Cèsar – *El monestir de Poblet*. Barcelona: Ed. Barcino, 1927.

MARTINELL BRUNET, Cèsar – “Arquitectura mercedaria”. *Cuadernos de Arqueología e Historia de la Ciudad* 8 (1965), pp. 59-71.

MAS I VIVES, Joan – *El teatre a Mallorca a l'època romàntica*. Barcelona: Publicacions de l'Abadia de Montserrat, 1986.

MASIÁ DE ROS, Ángeles – *Relación castellano-aragonesa desde Jaime II a Pedro el Ceremonioso*. Madrid: CSIC, 1994, 2 vols.

MIRAMON, Charles de – *Les “donnés” au Moyen Âge: une forme de vie religieuse laïque, v. 1180 - v. 1500*. Paris: Les Editions du Cerf, 1999.

MIRET I SANS, Joaquim – *Les cases de templers y hospitalers en Catalunya*. Barcelona: Casa Provincial de Caritat, 1910.

MORERA I LLAURADÓ, Emili – *Tarragona cristiana*, I. Tarragona: Establecimiento tipográfico de F. Arís e Hijo, 1897.

MORERA I LLAURADÓ, Emili – “Provincia de Tarragona”. in CARRERAS CANDI, Francesc (dir) - *Geografia General de Catalunya*. Barcelona: Establiment Editorial de Albert Martín, s. d. [1909?].

NICHOLSON, Helen – “Women in Templar and Hospitaller Commanderies”. in LUTTRELL, Anthony; PRESSOUYRE, Léon (dirs.) – *La Commanderie, institution des ordres militaires dans l'Occident médiéval*. París: Comité des travaux historiques et scientifiques, 2002, pp. 125-134.

PAGAROLAS SABATER, Laureà – *Els templers de les Terres de l'Ebre (Tortosa). De Jaume I fins a l'abolició de l'Orde (1213-1312)*. 2 vols. Tarragona: Diputació de Tarragona, 1998.

PIÉ FAIDELLA, Joan – *Relación histórica del santuario de Paret Delgada*. Tarragona: Tip. de F. Arís e Hijo, 1896.

PLAZA ARQUÉ, Carme – “El Promasó (Masó)”. *Butlletí Interior. Societat d'Onomàstica* 37 (1988), pp. 3-6.

PLAZA ARQUÉ, Carme – “La Masó, un topònim de luxe”. *Sis Focs* 29 (1989), pp. 3-6.

PONSIC, Pere – “Castellnou”. in *Catalunya Romànica, XXV. El Vallespir, El Capcir, El Donasà, La Fenolleda, El Perapertusès*. Barcelona, 1996.

RUNCIMAN, Steven – *Vísperas sicilianas: una historia del mundo mediterráneo a finales del siglo XIII*. Madrid: Alianza Ed., 1979.

SANS I TRAVÉ, Josep M. – “Alguns aspectes de l'establiment dels templers a Catalunya: Barberà”. *Quaderns d'Història Tarraconense* 1 (1977), pp. 9-59.

SANS I TRAVÉ, Josep M. – “El Rourell, una preceptoria del Temple al Camp de Tarragona (1162?-1248)”. *Butlletí Arqueològic* 133-140 (1977), pp. 133-201.

SANS I TRAVÉ, Josep M. – “Pere de Queralt, primer feudatari de l'Espluga de Francolí (1150-1166)”. in *Universitas Tarraconensis. Revista de Geografia, Història i Filosofia* 2 (1977-1978), pp. 25-52.

SANS I TRAVÉ, Josep M. – “La comanda de Vallfogona de Riucorb. Primera part: la creació i formació del patrimoni (segles XII i XIII)”. *Quaderns d'Història Tarraconense* 2 (1980), pp. 7-54.

SANS I TRAVÉ, Josep M. – “La introducció de l'orde del Temple a Catalunya i la seva organització”. in *Actes de les Primeres Jornades sobre els Ordes Religioso-Militars als Països Catalans (segles XII-XIX)*. Tarragona: Diputació de Tarragona, 1994, pp. 17-42.

SANS I TRAVÉ, Josep M. – *Fra Arnau de Torroja, Mestre del Temple a Catalunya (1166-1181) i Mestre Major de l'Orde (1181-30 de setembre de 1184)*. Barcelona: Reial Acadèmia de Bones Lletres de Barcelona, 2006, pp. 12-130.

SCHENK, Jochen G. – “Forms of lay association with the Order of the Temple”. *Journal of Medieval History* 34 (2008), pp. 79-103.

SCHENK, Jochen G. – *Templar families*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

SEGURA VALLS, Joan – *Historia de la villa de Santa Coloma de Queralt*. Barcelona: Imprenta Vicente Magriñá, 1879.

SEGURA VALLS, Joan – “Aplech de documents curiosos e inèdits fahents per la Història de las costums de Catalunya”. in *Jochs Florals de Barcelona*. Barcelona: Estampa de la Renaixensa, 1883.

SEGURA I VALLS, Joan – “Repàs d'un Manual notarial del temps del rey En Jaume I”. in *Congrés [Ier] d'Història de la Corona d'Aragó, dedicat al Rey en Jaume I y a la seua època*. I, Barcelona: Stampa d'en Francisco Altés, 1909, pp. 300-326.

SEGURA VALLS, Joan – *Història de Santa Coloma de Queralt. Refosa i ordenada en la seva ampliació per Joaquim Segura Lamich*. 2^a ed. Santa Coloma de Queralt, 1971.

SELWOOD, Dominic – *Knights of the Cloister*. Woodbridge: The Boydell Press, 1999.

SOBREQUÉS VIDAL, Santiago – *Els barons de Catalunya*. 3^a ed., Barcelona: Editorial Vicens Vives, 1970.

TOMMASI, Francesco – “Uomini e done negli ordini militari di Terrasanta. Per il problema delle case doppie e miste negli ordini giovanita, templare e teutonico (secc. XII-XIV)”. in ELM, Kaspar; PARISSE, Michel (eds.) – *Doppelklöster und andere Formen der Symbiose männlicher und weiblicher Religiosen im Mittelalter*. Berlin: Duncker et Humblot, 1992. (Berliner Historische Studien, Band 18, Ordensstudien VIII), pp. 177-202.

TORMO y MONZÓ, Elias – “Dictamen de Santa María de Bell-lloch en Santa Coloma de Queralt (Tarragona)”. *Boletín Arqueológico* año XLIV, época IV, fasc. 3-4 (1944), pp. 58-66.

TORRES, Miquel y SANFELIU, Guiu – “Entre el Corb i l'Ondara. Relacions entre nobles i templers: els Anglesola, els Cervera i els Timor-Queralt”. *Actes de la XXXVII Jornada de Treball*. Barbens: Grup de Recerques de les Terres de Ponent, 2008, pp. 90-108.

VILAGINÉS SEGURA, Jaume – “Pere de Rovira, un templer del Vallès”. *Notes* 20 (2005), pp. 43-60.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

FUGUET SANS, Joan; PLAZA ARQUÉ, Carme – “El linaje catalán Queralt-Timor y su relación con la Orden del Temple (siglos XII-XIV)”. *Medievalista* 30 (Julho – Dezembro 2021), pp. 119-161. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



MEDIEVALISTA

N.º 30 | Julho – Dezembro 2021

ISSN 1646-740X

**Mujeres y liturgia parroquial. Religiosidad femenina laica
en el señorío de la Orden Militar de Calatrava en la
Castilla rural (siglos XV-XVI)**

**Women and parish liturgy. Lay women's religion in the lordship of
the Military Order of Calatrava in rural Castile (15th-16th
centuries)**

Raquel Torres Jiménez

Universidad de Castilla-La Mancha
Facultad de Letras
Avda. Camilo José Cela
13071 Ciudad Real, Espanha

Raquel.Torres@uclm.es
<https://orcid.org/0000-0003-1305-7316>

Data recepção do artigo / Received for publication: 15 de Janeiro de 2021

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 18 de Março de 2021

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.4528>

RESUMEN

Este artículo analiza algunos aspectos de la vida religiosa de mujeres seculares comunes, ni religiosas ni pudientes -un tema poco tratado en la historiografía-, habitantes de poblaciones rurales del señorío calatravo en Castilla durante los siglos XV y XVI. Además, estudia las actitudes de las jerarquías de la Orden de Calatrava hacia ciertas prácticas que estas mujeres protagonizaban. Seleccionamos seis puntos de atención en torno a la vivencia femenina de la liturgia parroquial: la propia asistencia de las mujeres al culto litúrgico, su participación en la configuración del espacio sagrado de los templos, las mujeres como objeto de segregación y a la vez sujeto de socialización durante las celebraciones religiosas, la iniciativa femenina en el marco funerario, ciertos indicios de devoción eucarística y una peculiar forma de caridad ejercida por un *comendador mayor* de la Orden de Calatrava hacia ciertas niñas huérfanas. A lo largo de este estudio, emergen aspectos tan variados como el gusto femenino por vestir imágenes o la presencia de mujeres en el Convento masculino de Calatrava.

Palabras Clave: Religiosidad femenina; Orden Militar de Calatrava; Castilla; siglo XV; siglo XVI.

ABSTRACT

This paper analyses some aspects of the religious life of common secular women, neither religious nor wealthy—a topic rarely addressed in historiography—, living in rural villages of the Calatrava lordship in Castile in the 15th and 16th centuries. Additionally, it studies the attitudes of the hierarchy of the Order of Calatrava towards certain practices in which they were involved. We have selected six points of attention regarding the feminine experience of the parish liturgy: women's very attendance at liturgical ceremonies, their participation in the configuration of the sacred space of the temples, women as objects of segregation and at the same time subjects of socialisation during religious celebrations, women's initiative in the funerary setting, certain signs of Eucharistic devotion and a peculiar form of charity for certain orphan girls exercised by a *comendador mayor* (major commander) of the Order of Calatrava. Throughout this study, aspects as varied as the feminine taste for dressing statues or the presence of women in the male Monastery of Calatrava emerge.

Keywords: Women's religion; Military Order of Calatrava; Castile; 15th century; 16th century.



1. Introducción: objetivos, fuentes y metodología¹

Este estudio se propone indagar en la religiosidad de mujeres seglares comunes, ni religiosas ni pudientes (un enfoque historiográfico poco habitual), habitantes de villas del señorío calatravo castellano, y en el ámbito de los cultos parroquiales. Se adentra en la vida religiosa en el medio rural y semi rural, que suele resultar difícil de conocer. Paralelamente, busca observar las actitudes de las jerarquías calatravas hacia ciertos usos que implicaban a las mujeres o que ellas protagonizaban; asistimos, así, a la actuación de la orden militar como supervisora de la vida religiosa y moral desarrollada en su señorío. Esta actuación fue consecuencia de los privilegios pontificios de exención de la jurisdicción episcopal de los que gozaba esta orden militar, no sin conflictos con los obispos, en este caso el arzobispo de Toledo. Una exención que también disfrutaban otras órdenes militares, pero que en Calatrava se reforzaba a causa de su afiliación al Císter. Como consecuencia de estas concesiones papales, la Orden de Calatrava ejercía ampliamente su autoridad religiosa sobre el clero, las iglesias parroquiales y los fieles cristianos en estas tierras que la milicia había repoblado y defendido desde el siglo XII².

Por tanto, este artículo se sitúa, metodológicamente, en la conjunción de dos campos de estudio: el de las órdenes militares y el de la historia de las mujeres, concretamente la religiosidad femenina medieval.

¹ Este estudio se ha realizado en el marco del Proyecto *Órdenes militares y religiosidad en el Occidente medieval y el Oriente latino (siglos XII-1/2 XVI). Ideología, memoria y cultura material* (referencia PGC2018-096531-B-I00), financiado por el Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades (MCIU), la Agencia Estatal de Investigación (AEI) y el Fondo Europeo de Desarrollo Regional (FEDER).

² Para comprender los conflictos jurisdiccionales entre la Orden de Calatrava y los arzobispos toledanos se puede consultar GRASSOTTI, Hilda – “En torno a las primeras tensiones entre las Órdenes Militares y la sede toledana”. *Anales de Historia Antigua y Medieval* 17/2 (1972), pp. 155-169 y O’CALLAGHAN, Joseph – “The Order of Calatrava and the archbishops of Toledo, 1147-1245”. in *Studies in Medieval Cistercian History presented to Jeremiah F. O’Sullivan*. Spencer-Massachusetts, 1971, pp. 63-87. Y también: TORRES JIMÉNEZ, Raquel – “Modalidades de jurisdicción eclesiástica en los dominios calatravos castellanos (siglos XII-XIII)”. in IZQUIERDO BENITO, Ricardo y RUIZ GÓMEZ, Francisco (coords.) – *Alarcos 1195. Actas del Congreso Internacional Conmemorativo del VIII Centenario de la batalla de Alarcos*. Cuenca: Universidad de Castilla-La Mancha, 1996, pp. 433-458. TORRES JIMÉNEZ, Raquel – “La Iglesia y el territorio (II). Las Órdenes Militares y su proyección eclesiástica y religiosa”. in LÓPEZ VILLAVERDE, Ángel Luis (coord.) – *Historia de la Iglesia en Castilla-La Mancha*. Ciudad Real: Almad, Biblioteca Añil, 2010, pp. 35-49.

En primer lugar, los avances en la investigación sobre las órdenes militares se han multiplicado en las últimas décadas³. Actualmente, se está intensificando el estudio de su vida religiosa: sus reglas y obligaciones, sus cultos hagiográficos⁴. Sin embargo, todavía requiere más atención su proyección eclesiástica, disciplinar, moral y devocional en sus señoríos, una línea seguida en estas páginas. En segundo lugar, el estudio de la religiosidad femenina medieval acompañó desde sus comienzos la eclosión de la historia de las mujeres en España en la década de 1980⁵, y hoy es un tema muy atendido, como muestran, entre otras, las obras de Ángela Muñoz, María del Mar Graña, Blanca Garí, Silvia María Pérez González, M^a del Carmen García Herrero o José María Miura. Pero casi siempre se estudian mujeres consagradas en órdenes religiosas estructuradas⁶, o bien llevando una vida de piedad no regular bajo fórmulas como las beguinas y beatas, emparedadas y otras (*mulieres religiosae*)⁷. Por el contrario, el estudio del mundo laico femenino se ha reducido, habitualmente, a las reinas o mujeres de la alta nobleza⁸. Aquí queremos

³ Son exponentes de la actualidad de estos estudios las numerosas convocatorias periódicas como los encuentros internacionales sobre órdenes militares en Palmela (Portugal). El último *Encontro* (VIII), en junio de 2019, se tituló *Ordens Militares, Identidade e Mudança*. El mismo vigor del tema lo acreditan las *International Conferences* cuatrienales organizadas por el *London Centre for the Study of the Crusades, the Military Religious Orders and the Latin East*. La última hasta ahora, MORTON, Nicholas (ed.) – *The Military Orders Volume VII: Piety, Pugnacity and Property*. London-New York: Routledge, 2019.

⁴ A modo de ejemplos recientes: CARRAZ, Damien; DEHOUX, Esther (eds.) – *Images et ornements autour des ordres militaires au Moyen Âge. Culture visuelle et culte des saints (France, Espagne du Nord, Italie)*. Toulouse: Presses Universitaires du Midi, 2016. COSTA, Paula Pinto; TORRES JIMÉNEZ, Raquel; LENCART, Joana – “The Patron Saints and Devotions of the Benedictine Military Orders (Portugal and Castile, 15-16th Centuries)”. *e-Journal of Portuguese History* [En línea] 17/ 2 (2019), pp. 1-26. [consultado el 30 diciembre 2020]. Disponible en https://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue34/html/v17n2a02.html.

⁵ LORENZO ARRIBAS, Josemi, MUÑOZ FERNÁNDEZ, Ángela y SEGURA GRAÍÑO, Cristina – “Sobre el discurso de incorporación de la historia de las mujeres”. in CARRERA SUÁREZ, Isabel (ed.) – *Cambiando el conocimiento: universidad, sociedad y feminismo*. Oviedo: KRK ediciones, 1999, pp. 171-176.

⁶ Por ejemplo, *vide* el dossier sobre las mujeres en el franciscanismo en el número de 2020 de la revista *Hispania Sacra* [En línea] 72/145. [consultado el 30 diciembre 2020]. Disponible en <http://hispaniasacra.revistas.csic.es/index.php/hispaniasacra/issue/view/82>.

⁷ Muy importantes las obras de MUÑOZ FERNÁNDEZ, Ángela – “Mujeres y religión en las sociedades ibéricas: voces y espacios, ecos y confines (siglos XIII-XVI)”. in MORANT, Isabel (dir.) – *Historia de las mujeres en España y América Latina, I, De la Prehistoria a la Edad Media*. Madrid: Cátedra, 2005, pp. 713-743, con una actualizada bibliografía sobre la religiosidad femenina. De la misma autora, *Santas y Beatas neocastellanas. Ambivalencias de la religión y políticas correctoras del poder (ss. XIV-XVI)*. Madrid: Universidad Complutense, 1994.

⁸ Por ejemplo: GRAÑA CID, María del Mar – “Eucaristía y feminismo. Doña Teresa Enríquez 'la loca del sacramento'”. *XX Siglos* 11/43 (2000), pp. 58-65. GRAÑA CID, María del Mar – “Isabel I de Castilla y los monasterios de clarisas: el cuerpo político de la reina”. *Hispania Sacra* 72/145 (2020), pp. 9-23. MUÑOZ FERNÁNDEZ, Ángela – “Reinas y círculos femeninos de la corte en los conventos toledanos.

aproximarnos a ciertas formas de piedad laicas propias de mujeres del mundo rural, dependientes de una orden militar. Una perspectiva más en la que se enmarca este trabajo es la polisémica relación entre mujeres y órdenes militares⁹, que, a falta de obras de conjunto, cuenta con trabajos recientes bajo enfoques amplios¹⁰ y otros sobre las ramas femeninas de órdenes como la templaria y la sanjuanista¹¹. Sobre las órdenes hispánicas existe un estudio panorámico¹² y algunos tratan de monasterios concretos¹³, particularmente de la Orden de Santiago¹⁴, también estudiado el monasterio femenino de Santos, de la misma orden, en Portugal, tanto por Joel Silva Ferreira Mata¹⁵ como por Luís Filipe Oliveira en cuanto a sus orígenes y sus vínculos con familias nobiliarias¹⁶. La temática de “mujeres y órdenes militares” despierta tanto que será el eje del próximo congreso bienal de Torún

Santo Domingo el Real y Catalina de Lancaster”. in TORRES JIMÉNEZ, Raquel; RUIZ GÓMEZ, Francisco (coords.) — *Órdenes militares y construcción de la sociedad occidental: (siglos XII-XV)*. Madrid: Sílex, 2016, pp. 649-680.

⁹ Un somero repaso historiográfico en TORRES JIMÉNEZ, Raquel — “Mujeres de órdenes militares, siglos XII-XVI. La realidad cotidiana en el monasterio calatravo de la Asunción de Almagro según la visita de 1546”. *Revista de las Órdenes Militares* 11 (2020), pp. 69-102.

¹⁰ NICHOLSON, Helen — “The Military Orders and their Relations with Women”. in HUNYADI, Zsolt; LASZLOVSKY, József (eds.) — *The Crusades and the Military Orders. Expanding the Frontiers of Medieval Latin Christianity*. Budapest: Department of Medieval Studies, Central European University, 2001, pp. 407-414.

¹¹ NICHOLSON, Helen — “Templar attitudes towards women”. *Medieval History* 1/3 (1991), pp. 74-80; TOMMASI, Francesco — “Uomini e donne negli ordini militari di Terrasanta: Per il problema delle case doppie e miste negli ordini giovannita, templare e teutónico (secc. XII-XIV)”. in ELM, Kaspar; PARISSÉ, Michel — *Doppelkloster und andere Formen der symbiose männlicher und weiblicher Religiosen in Mittelalter*. Berlin: Duncker & Humblot, 1992, pp. 177-202.

¹² Incluido en AYALA MARTÍNEZ, Carlos — *Las órdenes militares hispánicas en la Edad Media (siglos XII-XV)*. Madrid: Marcial Pons, 2003.

¹³ AYALA MARTÍNEZ, Carlos — “San Felices de Amaya, monasterio medieval de la Orden de Calatrava”. in *Medievo hispano. Estudios in memoriam del Prof. W. Derek Lomax*. Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales, 1995, pp. 17-34. TORRES JIMÉNEZ, Raquel — “Mujeres de órdenes militares (...)”, ...

¹⁴ Fue pionero sobre el tema el estudio de ECHÁINZ SANS, María — “El monasterio de Sancti Spíritus de Salamanca. Un espacio monástico de mujeres de la Orden Militar de Santiago (siglos XV)”. *Studia Histórica* IX (1991), pp. 43-66, completado en su tesis doctoral publicada como *Las mujeres de la Orden Militar de Santiago en la Edad Media*. Salamanca: Junta de Castilla y León, 1992. Otra investigadora de referencia al respecto es M^ª Soledad Ferrer-Vidal Díaz del Reguero. Junto a otros estudios publicados, destaca su reciente tesis doctoral, *Santa Eufemia de Cozuelos: el primer monasterio femenino de la Orden Militar de Santiago*, presentada el 6 de octubre de 2020 en la Universidad de Castilla-La Mancha.

¹⁵ MATA, Joel Silva Ferreira — *A comunidade feminina da Ordem de Santiago: a comenda de Santos em finais do século XV e no século XVI. Um estudo religioso, económico e social*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2007. MATA, Joel Silva Ferreira — *A comunidade feminina da Ordem de Santiago: a comenda de Santos na Idade Média*. Porto: Universidade do Porto, 1991. Dissertação de mestrado.

¹⁶ OLIVEIRA, Luís Filipe — “O mosteiro de Santos, as freiras de Santiago e o culto dos Mártires”. in KRUS, Luís; BARATA, Maria Themudo (eds.) — *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009, pp. 429-436. OLIVEIRA, Luís Filipe — “Uma barregã régia, um mercador de Lisboa e as freiras de Santos”. in KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís Inglês (eds.) — *Lisboa Medieval. Os rostos da cidade*. Lisboa: Horizonte, 2007, pp. 182-196.

(Polonia) sobre órdenes militares, previsto para septiembre de 2021¹⁷.

El espacio predominante de nuestro análisis es el llamado Campo de Calatrava, el señorío más compacto de la milicia homónima en Castilla, de unos 11.500 Km², articulado progresivamente por ella desde el siglo XIII entre los Montes de Toledo y Sierra Morena, identificado con casi toda la actual provincia de Ciudad Real. En él nació la propia orden militar en 1158, y en él se encontraban sus centros de gobierno religioso y político: el Convento de Calatrava, (*Calatrava La Nueva*) y los palacios maestrales de la villa de Almagro. A finales del siglo XV, documentamos aquí 39 iglesias parroquiales, (“iglesias mayores”) para 33 villas rurales y semi rurales, cada una con una población de entre 150-1000 habitantes. Subsidiariamente, vamos a considerar ciertos datos procedentes de otro señorío calatravo más reducido, el Partido de Zorita, expandido por la Alcarria Baja (provincia actual de Guadalajara)¹⁸.

Nuestra observación empírica extiende la encuesta sobre las fuentes entre mediados del siglo XV y mediados del XVI. Por lo tanto, en un momento de transición para la Orden de Calatrava, cuyo maestrazgo quedó anexionado por los Reyes Católicos en 1489. Este hecho consolidó un proceso abierto mucho antes, el de la aristocratización de la orden, y reafirmaba la intensificación de sus aspectos religiosos, algo que se dejó notar en cierta proyección *reformista* de la Orden de Calatrava sobre su señorío. Pero el grueso de nuestra información se concentra entre 1491 y 1539, las fechas extremas de las visitas estudiadas. Estas, las 85 visitas de la Orden de Calatrava a su señorío durante ese periodo, custodiadas en la sección de Órdenes Militares del Archivo Histórico Nacional de Madrid, constituyen nuestra fuente esencial: consisten en inspecciones periódicas de los señoríos realizadas por altas jerarquías de la milicia, los visitantes calatravos nombrados en los capítulos generales, al igual que ocurría en otras órdenes. La tarea de indagación, control, mandatos e imposición de penas desarrollada por estos visitantes generales (que, habitualmente, actuaban de dos en dos) afectaba a iglesias, ermitas, cofradías y

¹⁷ Se trata de la 21th Conference of the “Ordines Militares. Colloquia Torunensia Historica”, que se celebrará en Toruń los días 22-25 de septiembre de 2021. La convocatoria anuncia el tema del congreso como sigue: *The Military Orders and Women: Donators – Affiliates – Sisters – Saints*.

¹⁸ La documentación se encuentra en el Archivo Histórico Nacional de Madrid, en su Sección de Órdenes Militares.

hospitales. Por ello, las visitas son una fuente seriada muy rica para estudiar la vida religiosa del señorío. La creciente minuciosidad de los visitantes incluye valiosos inventarios de bienes y objetos litúrgicos; en este sentido, nuestro análisis entronca metodológicamente con la cultura material como vía de indagación para la historia de las mujeres, una perspectiva de gran interés¹⁹. Además, las visitas reflejan el punto de vista de los visitantes, sus condenas o bien su estímulo de ciertas prácticas devotas. Esto permite plantear el diálogo entre prescripciones de la jerarquía eclesiástico-señorial calatrava y religiosidad local; o, de un modo hipotético y más amplio, entre religiosidad culta y piedad del pueblo. Complementariamente a las visitas, hemos recurrido a ciertos diplomas de la Orden de Calatrava (conservados en el mismo Archivo Histórico Nacional) y a textos normativos calatravos.

Acotamos seis puntos de atención sobre la vida religiosa femenina, todos ellos convergentes en las celebraciones litúrgicas, que concitaban la concurrencia periódica del pueblo y actuaban como un marco a la vez religioso y socializador. A lo largo del estudio emergerán aspectos tan variados como el gusto por vestir imágenes o la presencia de mujeres en el Convento de Calatrava. Intentamos trascender las conductas para penetrar en lo posible en aspectos de espiritualidad y sentimiento religioso.

Será precioso el dato que nos hable de unas prácticas femeninas singularizadas respecto a las masculinas. Otras veces, nos contentamos con alusiones expresas a mujeres, pero situadas en paridad con los varones (“muchos hombres e mugeres”, “tanto onbres como mugeres”), una equiparación que también interesa. Por último, téngase en cuenta que el panorama de actitudes femeninas hacia lo sagrado (devociones, ritos, sentimientos) es mucho más amplio de lo que mostraremos aquí, por dos motivos: a veces, las prácticas religiosas son difíciles de constatar porque no emergen en las fuentes si no había una intervención de la jerarquía eclesiástica para alentarlas, reprobarlas o limitarlas; y además, cabría añadir al análisis otros cauces

¹⁹ Muy reciente: MUÑOZ FERNÁNDEZ, Ángela; MORAL VARGAS, Marta del (eds.) – *Cultura material e historia de las mujeres*. Granada: Comares, 2020. Destacamos en ese volumen la aportación de GÓMEZ NAVARRO, Soledad – “Entre tocas y devocionarios: cultura material en el monacato femenino (del Antiguo al Nuevo Régimen)”, pp. 93-122, basada en libros de cuentas monásticos.

de religiosidad más allá del parroquial (cofradías, cultos en las ermitas, caridad), que han de quedar para ulteriores estudios.

2. La asistencia a las celebraciones litúrgicas festivas

Tratamos aquí la propia asistencia femenina al culto en las fiestas, incluyendo la liturgia de las horas tan profesionalizada clericalmente.

Aparecen equiparados hombres y mujeres cuando los visitantes recriminan continuamente la costumbre de no guardar como es debido domingos y fiestas absteniéndose de trabajar y acudiendo a la iglesia para oír los oficios divinos, misa y horas canónicas. En el Partido del Campo de Calatrava, era notoria la costumbre de mantenerse fuera del templo durante la misa y entrar después de la consagración, algo que refleja una concepción de la misa identificada con el “ver a Dios”²⁰. Es elocuente el texto de una visita realizada a otro Partido, el de Zorita, que alude explícitamente a hombres y mujeres, casados, viudos y viudas. El mandato que sigue aparece en las visitas de 1518 realizadas a seis villas: El Pozo, Albares, Almoguera, Albalate, Illana y Borox:

“Otrosy fuymos ynformados que en el dicho lugar se guardan muy mal las fiestas que la madre santa Yglesia manda guardar e çelebrar, lo qual es en mucho desacato e deservijio de Dios Nuestro Señor, e demás de ser cosa de muy mal enxemplo no se guarda el mandamiento de Dios Nuestro Señor. Mandamos de parte de su alteza e horden a todos los vecinos deste dicho lugar, ansy onbres como mugeres de qualquier condiçion que sean, que todos guarden las fiestas e no sean osados de yr a sus lavores e haziendas ni hazer cosa de trabajo ni ofiçio servil, e que los casados e biudos e biudas que no tuvieren justo ynpedimento sean obligados a yr a misa e bisperas desde el prinçipio que se començare a çelebrar el oficio divyno, e los que no fueren casados, de catorze años arriba, vayan a misa todos los domingos e fiestas a lo menos antes que se comiençe el santo evangelio, so pena de un real de plata, la mitad para la cámara e fisco de su alteza e la otra mitad para la persona que lo denunçiare o para el juez que lo esecutare. E demas de la dicha pena, que qualquier persona que syn tener cabsa justa no guardare todo lo susodicho este todo aquel dia en la carçel publica”²¹.

²⁰ TORRES JIMÉNEZ, Raquel – “Devoción eucarística en el Campo de Calatrava al final de la Edad Media. Consagración y elevación”. in HEVIA BALLINA, Agustín (ed.) – *Religiosidad popular y Archivos de la Iglesia*. Oviedo: Asociación de Archiveros de la Iglesia en España, 2001, I, pp. 293-328. Vide también mi trabajo “Liturgia y espiritualidad en las parroquias calatravas (siglos XV-XVI)”. in IZQUIERDO BENITO, Ricardo; RUIZ GÓMEZ, Francisco (coords.) – *Las Órdenes Militares en la Península Ibérica, I, Edad Media*. Cuenca: Universidad de Castilla-La Mancha, 2000, pp. 1087-1116.

²¹ Por ejemplo: 1518, mayo 29, El Pozo. Madrid, Archivo Histórico Nacional (AHN), *Órdenes Militares (OOMM)*, Consejo (Cjo.), Legajo (Leg.) 6108, n. 4, fols. 366r-366v.

Así, según los visitantes, hombres y mujeres quedan igualmente obligados a guardar las fiestas: casadas y casados, viudos y viudas deben acudir a la misa y las vísperas de los domingos y días de fiesta desde el inicio de la celebración; mientras, los jóvenes mayores de 14 años no casados deberán asistir al menos desde la proclamación del Evangelio. Igualmente, tanto hombres como mujeres de cualquier condición han de abstenerse de trabajar. Esta insistencia explícita en los dos sexos podría indicar que unos y otras eran culpables de la transgresión al mandato dominical-festivo en un grado similar.

Por otra parte, la familiaridad laica – incluidas las mujeres – con las horas canónicas queda documentada. Pudiera pensarse que los seglares estaban ajenos al rezo o canto de las horas, un oficio canónico tan eminentemente clerical y tan complejo, cuya columna vertebral era el recitado o canto de los salmos del Salterio. Pero como se ha visto en el texto precedente, la observancia dominical-festiva incluía no solo la misa sino al menos alguna parte del oficio (misa y vísperas) en el Partido calatravo de Zorita. Y es que, en general, el canto del oficio divino funcionaba como complemento litúrgico de la misa mayor. El rezo canónico de tercia desembocaba en el culto eucarístico²². Las sinodales de la archidiócesis de Toledo ordenaban a los párrocos amonestar a sus feligreses a acudir al canto de las horas los días de fiesta solemne²³. Y lo mismo reflejan los concilios y sínodos andaluces de finales del siglo XV y comienzos del XVI²⁴. En el Campo de Calatrava, se constata que los fieles asistían a menudo a su celebración (hay referencias expresas a las mujeres), aunque los visitantes no lo prescribían, y estaban familiarizados con sus elementos. Contamos con testimonios como los siguientes: en Granátula, “muchos vezinos desta villa los domingos e fiestas se suben a la tribuna (...) y estorvan las oras”²⁵; en Fuencaliente, “las mugeres, de que van a la dicha yglesya a oyr misa e a los otros divinos ofiçios...”²⁶; y en Almagro, al reprobar cómo se conducían “muchas personas estando en la yglesya oyendo las oras e ofiçios divinos”, se ordena que “ninguno sea osado de aqui

²² RIGHETTI, Mario – *Historia de la liturgia*. Madrid: Editorial Católica, 1955, vol. I, p. 1277.

²³ Sínodo diocesano de Alcalá de 1336, 3, y Sínodo diocesano de Toledo de 1356, 15. Publ. SÁNCHEZ HERRERO, José – *Concilios provinciales y sínodos toledanos de los siglos XIV y XV: La religiosidad cristiana del clero y pueblo*. La Laguna: Universidad de La Laguna, 1976, pp. 199 y 230.

²⁴ SÁNCHEZ HERRERO, José – “La religiosidad popular en la baja Edad Media andaluza”. in *Homenaje a Alfonso Trujillo*, II. Santa Cruz de Tenerife, Cabildo Insular de Tenerife, 1982, p. 304.

²⁵ Granátula. Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6079, n. 19, 1510, fol. 352r.

²⁶ Fuencaliente. Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6079, n. 1, 1537, fols. 22v-23r.

adelante, estando en la yglesya en la mysa e otros divinos ofiços de estar fablando ...”²⁷. En términos similares se expresa la visita de 1537 a Corral de Caracuel²⁸. A veces, la asistencia era bastante masiva. Por ejemplo, al templo de San Bartolomé de Almagro concurría tanta gente a las horas que fue necesario añadir bancos, “porque es cosa justa que los aya, y de cabsa dello no pierdan de oyr las oras”²⁹.

Por tanto, las mujeres no están excluidas de la costumbre de asistir al rezo de las horas, aunque no sabemos si llegaban a subirse a la tribuna junto con los clérigos, como consta que la gente hacía en Granátula. Y se puede afirmar que estaban familiarizadas con esta liturgia³⁰. En efecto, sus mandas *pro anima* muestran que conocían su estructura al menos a grandes rasgos, marcada por el número de lecciones (que conlleva un número de salmos) y por la inclusión de otro elemento, la letanía (preces litánicas). El oficio vigilar de difuntos formaba parte de las exequias, y los testamentos procuraban asegurarlo, especificando además el número de lecciones o lecturas; si el importe de la manda no alcanzaba para las nueve lecciones, entonces la vigilia se reducía a tres³¹, caso del testamento de Francisca Rodríguez, y también se abreviaba por consiguiente el número de responsorios y el de los salmos con sus antífonas³².

3.- Mujeres y configuración devocional del espacio sagrado

3.1. El “templo vestido” y las mujeres

La configuración de los espacios sagrados de los templos para el culto debía mucho a una ornamentación textil que da lugar a lo que hemos llamado “el templo vestido”.

²⁷ Almagro. Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6078, n. 1, 1524, fols. 39r-39v.

²⁸ Corral de Caracuel. Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6079, n. 1, 1537, fols. 267r-267v.

²⁹ Almagro. Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6078, n. 1, 1534, fol. 35v.

³⁰ Los salmos, pieza fundamental del oficio, muy probablemente eran más conocidos por los fieles de lo que se suele pensar, o al menos algunos de ellos, y quizás especialmente los siete penitenciales. Sin embargo, estaba mal visto que los laicos participaran en las horas recitando o cantando, según el Catecismo del siglo XIV del obispo segoviano Pedro de Cuéllar, aunque reconoce que podían hacerlo las monjas. MARTÍN, José Luis; LINAGE CONDE, Antonio – *Religión y sociedad medieval: el catecismo de Pedro de Cuellar (1325)*. Valladolid: Junta de Castilla y León, 1987, p. 234, fol. 44r.

³¹ La misa y la vigilia de tres lecciones las encarga para el día del entierro y para el cabo del año. 1446, mayo 23, Almagro. Testamento de Francisca Rodríguez, viuda de Bartolomé Rodríguez y vecina de Almagro. AHN, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6252, n. 9, s.f.

³² El hecho de que los salmos eran muy conocidos a nivel popular queda patente cuando, hacia 1530, el maestro Pedro Ciruelo denunciaba varias veces cómo ciertas prácticas supersticiosas incluían el recitado de salmos. CIRUELO, Pedro — *Reproucion de las supersticiones y hechizarias* [c. Salamanca, 1530]. Ed. Alva V. Ebersole. Valencia: Albatros, 1978, parte III, cap. 11, pp. 60, 99, 129.

El revestimiento del altar y de su entorno con manteles, frontales, tapicería, cortinajes, alfombras, paños, paliás, velos, *vela templi* para Cuaresma³³, “cielos”, paños negros para tapar el sagrario y las imágenes en Viernes Santo, entre otros, lograban recubrir con un aire suntuoso estos templos parroquiales habitualmente pobres y necesitados de obras³⁴. Estas piezas, a menudo intercambiables, de todos los colores, presentan una gran variedad de mensajes iconográficos y de tejidos, habitualmente ricos, como el damasco, el tafetán o el brocado, aunque también el lienzo. Deben añadirse los “paños de elevación” oscuros, que se alzaban por delante de los retablos durante la elevación de las sagradas especies para facilitar su visibilidad por parte de los fieles³⁵.

Todo lo anterior, junto con las luces, incensaciones, toques de campanillas, música y gestualidad de los celebrantes, sin olvidar su voz proclamando oraciones o la Palabra o los avisos para las gentes, propiciaba un despliegue litúrgico envolvente para clérigos y fieles, que les introducía en un espacio religioso dinámico y, ciertamente, performativo. Este tema tiene un interés más allá del descriptivo porque remite a la vivencia laica de la liturgia. Pero aquí nos interesa subrayar que esta “escenografía sagrada” no *le era dada* al pueblo sin su intervención, sino que, al contrario, aquel contribuía a configurarla a través de sus donaciones piadosas.

En efecto, en 18 iglesias estudiadas en el Campo de Calatrava, hemos documentado una buena serie de donaciones de tales elementos ornamentales para el altar y el presbiterio. Y entre ellas, la mayoría de las donaciones femeninas es abrumadora. Las visitas analizadas corresponden a los años 1491, 1493, 1495, 1502, 1537, 1538, 1549 y 1550. Los resultados que arroja esta encuesta son los siguientes:

³³ El *velum templi* era un paño de Cuaresma, cortinaje o velo, que se colocaba tapando el altar mayor durante este tiempo litúrgico. Se seguía con ello una costumbre monástica iniciada en Occidente en torno al año 1000 y extendida en el bajo Medievo a las iglesias parroquiales; ignoramos si en las iglesias calatravas se seguía la costumbre de dejarlo caer durante los días de Pascua al escucharse la frase de la Pasión “y el velo del templo se rasgó en dos, de arriba abajo” (Mt. 27, 51). RIGHETTI, Mario – *Historia de la liturgia ...*, I, pp. 481-482. Nuestros inventarios citan profusamente estos cortinajes.

³⁴ TORRES JIMÉNEZ, Raquel – “El ‘templo vestido’. Espacios, liturgia y ornamentación textil en las iglesias del Campo de Calatrava (1471-1539)”. in ARAUS BALLESTEROS, Luis; PRIETO SAYAGUÉS, Juan Antonio (coords.) – *Las tres religiones en la Baja Edad Media peninsular. Espacios, percepciones y manifestaciones*. Madrid: La Ergástula, 2018, pp. 145-160.

³⁵ Estudiados en TORRES JIMÉNEZ, Raquel – “Devoción eucarística en el Campo de Calatrava (...)”,

Donaciones femeninas de ornamentación textil para el altar mayor y su entorno en templos parroquiales calatravos (1491-1550)		
Iglesias parroquiales con donaciones de este tipo	18 ³⁶	
Número total de donaciones	63	Porcentaje
Donaciones masculinas	15	23,80 %
Donaciones femeninas	44	69,84 %
Donaciones de matrimonios	4	6,34 %

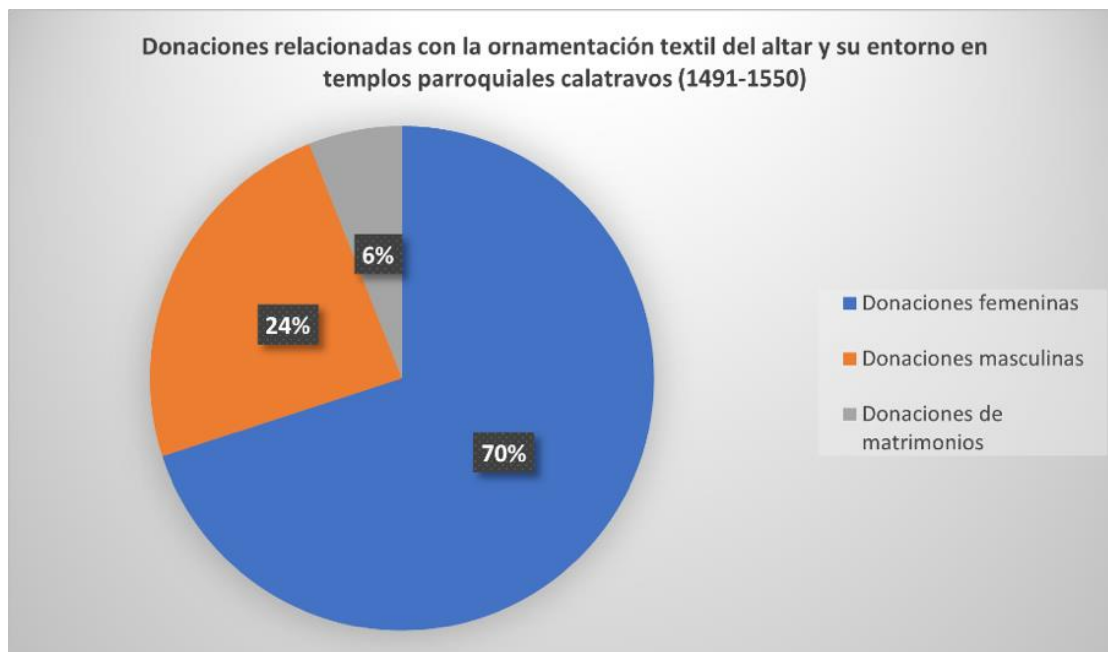


Fig. 1 - Donaciones de objetos textiles para el altar y su entorno (1491-1550)
(Fuente: elaboración propia a partir de las visitas, Madrid, Archivo Histórico Nacional, OOMM, Cjo.)

Seleccionamos algunas de estas donaciones relativas a 10 iglesias parroquiales:

Lugar e iglesia mayor	Año	Objeto	Donante
Almagro, iglesia S. Bartolomé	1491	Un retablo	Juan Ruiz, el cura
		Un frontal de damasco blanco y brocado de colores	El mayordomo
		Una tabla con Ecce Homo	Juan de Pisa
Argamasilla, iglesia Sta María	1537	Un par de manteles	La de Pedro Sánchez Artego
		Un par de manteles	La de Tornero
		Una sarga toledana	La de Hernán Sánchez
Cabazarados, iglesia S. Juan	1537	Un paño bordado de negro	Mari García, hija de Juan Hidalgo
		Una sobremesa	La de Ordoño Ramírez
		Una sobremesa	Mari Alonso
		Un par de manteles de lino buenos	La de Alonso Rodríguez
		Dos ciriales nuevos, uno	Juan Hidalgo y su mujer

³⁶ Son las iglesias mayores o parroquiales de las villas de Aldea del Rey, Almagro, Argamasilla, Cabazarados, Calzada, Corral de Caracuel, Daimiel, Malagón, Miguelturra, El Moral, Piedrabuena, Pozuelo, Puertollano, Santa Cruz de Mudela, Valdepeñas, Valenzuela, Villarrubia y El Viso.

		verde y otro rojo	
		Una palia ³⁷	La de Juan Hidalgo
		Una campanilla	Gonzalo López
Calzada, iglesia Sta. María La Mayor	1502	Una sábana nueva de lienzo redondo de tres piernas	La mujer de Antón García de la Calle ³⁸
		Un frontal de lienzo pintado con la Salutación de Nra. Sra.	El Sacristán del Convento, frey Juan de Almagro ³⁹
		Una manta obrada, puesta en las gradas del altar mayor	La de Juan de la Calle
		Un paño de lienzo pintado, viejo	Leonor la Gallega
		Una manga para la cruz, pequeña	Una dueña
		Una manga para la cruz, de Holanda, labrada con seda de grana y cordones negros	Una dueña
		Otra manga nueva de terciopelo para la cruz grande, con cordones y flocaduras de colores	El alcaide y su dueña
		Una vara de terciopelo negro	La de Juan Caballero
		Una cortina	La de Juan Caballero
		Una cortina de naval con listas de colores para “velum templi”	De limosnas
		Corral de Caracuel, iglesia Sta. M^a de la Paz	1493
Daimiel, iglesia Sta. María La Mayor	1495	Cuatro varas de paño negro para la Semana Santa	La de Ferrand Sánchez Caravantes
Miguelturra, iglesia Sta. María La Mayor	1502	Un par de alfamares para las gradas del altar, uno grande y otro pequeño	La del verdugo
Piedrabuena, iglesia Sta. María La Mayor	1502	Un velo para delante del altar en Cuaresma	El comendador ⁴⁰
		Un par de manteles	La de Juan Nieto
		Un paño de Bretaña	La de Francisco Cabrera
Puertollano, iglesia Sta. María La Mayor	1502	Un almaizar de seda blanco y rojo para la cruz grande de plata	La mujer de Antón Martínez Tierno
		Un almaizar de seda cárdeno	La de Fernán Sánchez la morena
Villarrubia, iglesia	1539	Un frontal de damasco	Don Rodrigo Manrique ⁴¹

³⁷ Debe de tratarse de un paño grande para el altar, y no de la pequeña palia que cubre el cáliz, pues se cita entre los aparejos del altar mayor (un cielo, un velo para el retablo, un *velum templi*...), y no junto a los corporales o los paños ricos del sagrario, como sucede cuando las *palias* sirven a los cálices.

³⁸ Esta mujer dio a la misma iglesia una camisa de lienzo que tiene puesta la imagen de Santa Ana. Su marido también mandó un par de ampollas de plata (presumiblemente, para los óleos).

³⁹ Donó también a la misma iglesia una casulla con estola, manípulo, alba y todo su aderezo.

⁴⁰ Creemos que puede ser frey Perseval Méndez, también comendador en 1502 y beneficiado de la iglesia de Piedrabuena. Piedrabuena. Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6110, n. 16, 1502, abril 14, fol. 196r.

⁴¹ Es señalado por Frey Francisco de Rades y Andrada en su Crónica como comendador de Montanchuelos bajo la administración del maestrazgo de Calatrava por los Reyes Católicos. RADES Y ANDRADA, Frey Francisco de – *Chronica de las tres Ordenes y Cavallerias de Santiago, Calatrava y Alcántara* [Toledo, 1572]. Ed. facsímil. Estudio de Derek W. Lomax. Barcelona: El Albr, 1980, fol. 84r.

Sta. María		blanco con guarnición de terciopelo carmesí colorado y con goteras del mismo terciopelo, con sus armas	
VALDEPEÑAS, iglesia Sta. María	1537	Un paño de grana	Elvira Ruiz
		Un paño de damasco rojo	La de Martín Martínez
		Una delantera de seda de grana	La de Martín Martínez
		Un frontal	La de Miguel Hernández
		Una delantera de seda negra	La de Juan Vasco
		Una delantera	La de Francisco Sánchez Cejudo ⁴²
		Una manga de la cruz de terciopelo negro	Diego Hernández
		Un paño y una delantera	La hija de Andrés Gómez

Con estas mandas, las mujeres sin duda querrían contribuir al esplendor de la propia iglesia parroquial, con un sentido religioso (“para la honrra y servicio de Dios”, dicen los visitantes a menudo), reforzado por el deseo de ganar méritos para la vida eterna; algo no reñido con el afán de prestigio y ostentación. Todo ello, en unas iglesias que tales mujeres sin duda estimaban como un ámbito vital propio. En este sentido, es pertinente recordar el rol habitual de las mujeres vinculado al hilado y tejido y al adorno de la propia casa que se transpone aquí a la Casa del Señor (que también es la casa donde quieren descansar después de la muerte). Por otra parte, no debe olvidarse el papel identitario y configurador de comunidad que los templos parroquiales ejercían en estas villas rurales y semi rurales⁴³.

3.2. Mujeres e imágenes vestidas⁴⁴

Es bien conocida la devoción existente en el Medievo a las imágenes de la Virgen y los santos. Pero en lo tocante a la piedad popular hacia ellas, el auténtico éxito lo tenían aquellas tallas que se podían vestir y disfrutar, en particular las de la Virgen

Después es documentado como comendador de Manzanares en 1523. CORCHADO SORIANO, Manuel – *Estudio histórico-económico-jurídico del Campo de Calatrava*, II. *Las jerarquías de la Orden con rentas en el Campo de Calatrava*. Ciudad Real: Instituto de Estudios Manchegos, 1983, p. 325.

⁴² También donó esta mujer una camisa y una saya bordadas, con seda y terciopelo, para la imagen de la Virgen de la misma iglesia de Santa María de Valdepeñas.

⁴³ Estos aspectos son tratados ampliamente en TORRES JIMÉNEZ, Raquel – “Parroquias rurales e identidad en Castilla al final de la Edad Media. El caso del Campo de Calatrava”. in HIERGEIST, Teresa; OLMO, Ismael del (eds.) – *Christian discourses of the Holy and the Sacred from the 15th to the 17th Century*. Berlín: Peter Lang, 2020, pp. 299-323.

⁴⁴ Sobre las imágenes religiosas y las mujeres: RIGAUX, Dominique – “Dire la foi avec les images, un affaire de femmes?”. in DELUMEAU, Jean (dir.) – *La Religion de ma mère. Les femmes et la transmission de la foi*. Paris: Editions du Cerf, 1992, pp. 71-90.

María. Las imágenes de bulto de las iglesias calatravas estaban a menudo muy rica y variadamente vestidas y eran objeto de gran devoción como lo demuestran las donaciones de ropas para ellas. Estas donaciones procedían casi siempre de mujeres, con lo cual estamos en presencia de un signo inequívoco de devoción femenina.

Por otra parte, esta tendencia de espiritualidad se integra en una corriente piadosa de enorme potencia como es el culto a la Virgen María que eclosiona particularmente desde el siglo XIII en Occidente⁴⁵, y que cristaliza perfectamente en el señorío de la Orden de Calatrava⁴⁶ y, en definitiva, en todo el Occidente medieval. Son frecuentes los testimonios de la devoción específica de mujeres del territorio a ermitas, imágenes o cofradías colocadas bajo el patrocinio de la Virgen María. Por ejemplo, Francisca Rodríguez ordenaba en su testamento de 1446 que los cofrades de Santa María la Mayor se hicieran cargo de decir una misa anual por su alma a cambio de media viña⁴⁷, y tenía hecha una promesa a la Virgen de Santa María del Monte que quiso cumplir: dejó a la ermita una manda sin cargo de misas consistente en “çinco quartos de çera, a rrason de veynte e dos onças el quarto, *que yo ove prometido*”⁴⁸. He aquí una práctica religiosa popular, la de las promesas dirigidas a la Virgen o a los santos por sus favores. Y la vecina de Torralba Catalina Gomes, en su testamento de 1496, hacía constar su devoción hacia dos ermitas marianas cercanas pero externas a su propia villa: Santa María de las Cruces, de Daimiel, y Santa María del Monte, de Almagro⁴⁹.

⁴⁵ Una síntesis en TORRES JIMÉNEZ, Raquel – “La devoción mariana en el marco de la religiosidad del siglo XIII”. *Alcanate* 10 (2016-2017), pp. 23-59. Además de la bibliografía citada en este artículo, *vid.* la obra clásica de DUBY, Georges – *Damas del siglo XII. 3. Eva y los sacerdotes* (versión española de Cristian Vila Riquelme). Madrid: Alianza Editorial, 1998.

⁴⁶ COSTA, Paula Pinto, TORRES JIMÉNEZ, Raquel; LENCART, Joana – “The patron saints of Military Orders’ churches in Castile and Portugal, 1462-1539”. in MORTON, Nicholas (ed.) – *The Military Orders Volume VII: Piety, Pugnacity and Property*. London-New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2019, pp. 267-281; TORRES JIMÉNEZ, Raquel – “Cofradías bajo advocaciones marianas en el Campo de Calatrava a partir de Libros de Visitas (1491-1510)”. in *Devoción mariana y sociedad medieval. Actas del Simposio*. Ciudad Real: Instituto de Estudios Manchegos, 1990, pp. 109-133.

⁴⁷ Almagro. Testamento de Francisca Rodríguez. Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Ctva., Leg. 6.252, n. 9, 23 mayo 1446, s.f.

⁴⁸ Almagro. Testamento de Francisca Rodríguez ...

⁴⁹ Torralba. Testamento de Catalina Gomes. Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Calatrava*, Sección Diplomática, Carp. 469, n. 372 bis, 19 julio, 1496.

Las imágenes de bulto de la Virgen y del Niño Jesús (también a veces las de santos y santas) tenían cabelleras, monjiles, roquetes, tabardos, briales de distintos colores para intercambiarlos, sayas y sayos, camisas, faldillas, ceñidores, velos, sobrerropas, mantos, mantillas, gorgueras, caperuzas, cofias, bonetes, guantes, etc., a menudo bordados con hilo de oro; y también joyas, como pequeñas cruces de plata, coronas tanto de plata como de madera, collares de coral y collares de cuentas de oro, objeto de robos a veces. Se les cambiaba el ropaje y se les vestía de fiesta o de diario (“para de continuo”⁵⁰).

La costumbre de ataviar y adornar las imágenes, en especial las marianas, era una arraigada expresión de devoción popular. Pues bien, a partir de los años iniciales del siglo XVI, el criterio de los enviados calatravos chocó con ese gusto tan marcadamente femenino, aunque al parecer era compartido por los responsables locales de las iglesias: cura, mayordomo y oficiales concejiles. Los visitantes lucharon por erradicar la imagen vestida, pues consideraban más decoroso, honesto y provechoso que no lo estuviese y se convirtieran las prendas útiles en ornamentos litúrgicos⁵¹. Pero numerosos testimonios acreditan que en las iglesias se oponía resistencia y proseguía la corriente de donaciones⁵².

3.3. Una “cruz en que besan las mugeres”

Contamos con un interesante testimonio, que resulta precioso por su carácter aislado. A pesar de la excepcionalidad del dato, pudiera ser representativo de un fenómeno extendido. Aparece registrado en el inventario del templo de un pequeño lugar, Picón, y es el siguiente: su templo de San Salvador disponía de “una cruz en que besan las mugeres”⁵³.

¿Se trata de la expresión de una devoción específicamente femenina? El contexto de este gesto devoto, ¿era el de alguna celebración litúrgica, por ejemplo la adoración de la Cruz el Viernes Santo, o alguna otra festividad en honor de la Cruz? ¿O bien era

⁵⁰ Una imagen de la Virgen tiene “unas sayas viejas para de continuo”. El Moral, igl. San Andrés. Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6080, n. 10, 1539, fol. 3v.

⁵¹ Valenzuela. Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6075, n. 31, 22 marzo 1502, fol. 318v.

⁵² Malagón. Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6079, n. 18, 1538, fols. 20r-20v y 28v.

⁵³ Picón. Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6.079, n. 19, 13 noviembre, 1538, fol. 103v.

una cruz dispuesta para que espontánea e individualmente la besaran las mujeres? Desconocemos también si tenía un crucifijo al que quizás besaban los pies. No es posible responder a estos interrogantes, pero, en todo caso, parece un uso revelador de una piedad emotiva, afectiva, que requiere del contacto sensorial con lo venerado, y que enlaza con el tema de la compasión con Cristo que parece netamente femenino. En otro ámbito y otro periodo, es significativo el conmovedor relato de Pedro el Venerable, abad de Cluny (1122-1156), sobre la muerte de su madre, quien, tras recibir la unción, pidió una cruz; besaba el crucifijo, le lamía los pies, le rogaba con lágrimas⁵⁴. En el siglo XIII y principios del XIV, las figuras de santidad mendicante femenina descritas por A. Vauchez y analizadas comparativamente por J. Sánchez Herrero, tienen en común la meditación en los sufrimientos de la Pasión de Cristo y, es más, su identificación íntima con la agonía del “Varón de Dolores”⁵⁵. Y la santidad de las mujeres laicas canonizadas entre 1198 y 1431 integra también la devoción a la Humanidad de Cristo, especialmente a su Pasión⁵⁶.

4. Segregación femenina y sociabilidad durante el culto

En las celebraciones litúrgicas parroquiales, las mujeres aparecen como objeto de segregación y, como reverso transgresor de ello, como sujeto de una intensa socialización.

4.1. Misa y sociabilidad

Es posible conocer en parte cómo se desenvolvía la presencia femenina en los templos durante las celebraciones litúrgicas del Campo de Calatrava. Han llegado hasta nosotros abundantes testimonios sobre actitudes reprobables de las mujeres en ese contexto. A veces, ellas quienes tenían la iniciativa; otras veces la llevaban los

⁵⁴ “Elle porte à ses lèvres l’image de son Seigneur, de sa langue elle lui lèche les pieds, et elle l’étreint sur son visage de toute la force de son corps. Elle adore la Passion du Sauveur, et par sa mort et ses blessures, elle l’adjure de lui donner le salut. Devant tous les assistants, elle confesse que ... nulle espérance de salut ne subsiste en elle, hors de la croix de son Seigneur”. Quisieron retirarle la cruz y protestó: “... Pourquoi voulez-vous m’enlever mon Seigneur? Laissez-moi donc, aussi longtemps que je vis, celui vers qui je vais m’en aller en mourant” y él explicaba “Ce n’est pas l’image du Christ, c’est le Christ lui-même qu’elle croyait voir sur cette croix, et ne pouvait se résoudre à desserrer son étreinte”. El texto en PALAZZO, Éric – *Liturgie et société au Moyen Âge*. Paris: Aubier, 2000, p. 174.

⁵⁵ Esto era muy notorio en Clara de Montefalco. SÁNCHEZ HERRERO, José – “¿Una religiosidad femenina en la Edad Media hispana?”. in MUÑOZ FERNÁNDEZ, Ángela (ed.) – *Las mujeres en el cristianismo medieval. Imágenes teóricas y cauces de actuación religiosa*. Madrid: Al-Mudayna, 1989, pp. 161-162. También es útil la consulta de WALKER BYNUM, Caroline — *Holy Feast and Holy Fast: The religious significance of Food to Medieval Women*. Berkeley: University of California Press, 1988.

⁵⁶ SÁNCHEZ HERRERO, José – “¿Una religiosidad femenina (...)” ..., p. 164.

hombres que buscaban su cercanía. En todo caso, el binomio *misa y sociabilidad* es innegable: el culto reunía a la mayor parte de los habitantes de unas poblaciones que eran uniparroquiales casi en su totalidad y esto promovía una intensa interacción social, compatible con la jerarquización que se trasladaba también a la misa mayor. Y en este reparto espacial de la sociedad local, era obligada la separación entre hombres y mujeres en espacios distintos: los varones, delante, y ellas detrás. Los datos de las visitas sobre la ruptura de esta norma adquieren una especial fiabilidad porque se trata de descripciones particularizadas y no estereotipadas, como en otros casos.

En Fuencaliente, los visitantes denunciaban que algunas mujeres “subían” a sentarse entre los hombres, en los primeros asientos, algo “muy desonesto” y que causa “murmuraciones y escandalos”⁵⁷. Los visitantes calatravos mandaron al prior y a los sacristanes vigilar qué mujeres quebrantaban la prohibición y comunicarlo a los alcaldes para que les aplicaran la pena pecuniaria impuesta⁵⁸. En Villarrubia reprobaron la práctica femenina de entrar “a sentar dentro de los escannos entre los onbres” durante la misa mayor festiva, de lo cual “algunos vezinos desta villa se nos quexaron”⁵⁹; es decir, hubo delación. Hacían lo propio las mujeres en Almagro⁶⁰, aunque aquí también se recoge la costumbre de algunos hombres de sentarse entre ellas⁶¹ o de lado en bancos colocados transversalmente, mirando hacia ellas, de lo que “se cabsan algunas diçiones”⁶². En Villamayor, la práctica calificada como “cosa vergonçosa” no llega a ser la de mezclarse unas y otros; consiste en estar en misa mayor las mujeres sentadas delante de los hombres en la capilla principal, cuando es sabido que “en los pueblos de buen regymiento” se hace al contrario⁶³. En este último caso (con fecha de 1502) la pena es muy dura: se debe expulsar del templo y cobrar un real a la mujer que se resista a permanecer en su sitio. Años más tarde se habrá suavizado el castigo, lo cual indica que resultaba difícil erradicar la costumbre de salir del espacio asignado para el propio sexo y de que las penas seguramente no se ejecutaban.

⁵⁷ Fuencaliente. Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6079, n. 1, 1537, fols. 22v-23r.

⁵⁸ Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6079, n. 1, fols. 23r-23v.

⁵⁹ La referencia es más tardía. 1549, Madrid, AHN, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6080, n. 3, fols. 59v-60r.

⁶⁰ Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6078, n. 1, 1534, fol. 40v.

⁶¹ Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6078, n. 1, 1534, fol. 36r.

⁶² Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6078, n. 1, 1534, fol. 35v.

⁶³ Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6110, n. 12, 1502, fol. 101v.

Otra ocasión de mezclarse hombres con mujeres era la toma de agua bendita de la pila, y así sucedía en la iglesia de Malagón⁶⁴. Y en Almagro, los visitantes condenaban la costumbre de la gente de “meter syllas a la yglesia en que se asyentan, ansy en car las mugeres como en otras partes feas desonestas”⁶⁵.

Una transgresión añadida era el desacato al Santo Sacramento cuando los hombres se sentaban de espaldas o de modo transversal respecto al altar, de cara a las mujeres⁶⁶. Posiblemente las gentes no eran conscientes del sacrilegio en que incurrían según confesionales del final del siglo XV (el “menosprecio del precioso cuerpo de Jesucristo si ende esta encerrado”)⁶⁷. También sínodos andaluces reprueban el mismo uso⁶⁸.

Las prácticas anteriores suscitaban murmuraciones, escándalos, “diçiones” y quejas de los vecinos. Esto parece mostrar una censura social hacia la promiscuidad: la separación de hombres y mujeres estaba interiorizada socialmente como signo de honestidad. Incluso en cierta ocasión los visitantes recurrieron a fomentar las denuncias entre los mismos feligreses⁶⁹. Y nótese que la deshonestidad y el escándalo son los argumentos de los visitantes para prohibir los usos citados, mientras que tratadistas como Fray Hernando de Talavera aducen, de forma más afinada, la debida atención al culto⁷⁰.

⁶⁴ “Muchas perzonas, estando en misa e en los otros ofiçios divinos, se detenían en la dicha pila e se echavan de pechos en ella, estando mezclados entre las mugeres (...) lo qual todo es feo e muy deshonesto”. Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6079, n. 18, 1538, fol. 26v.

⁶⁵ Almagro, Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6078, n. 1, 14 agosto 1534, fol. 36r.

⁶⁶ Almagro. Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6078, n. 1, 14 agosto 1534, fol. 36r.

⁶⁷ “En este pecado [de sacrilegio] pecan los que con poco temor de Dios Nuestro Señor, é sin ningún conocimiento de lo que el santo altar representa, y de las santas reliquias que comúnmente en los altares se ponen, se asientan de espaldas a ellos, y mucho más pecan cuando esto facen en menosprecio del precioso cuerpo de Jesucristo, si ende está encerrado”. TALAVERA, Fray Hernando de – *Breve forma de confesar reduciendo todos los pecados mortales y veniales a los diez mandamientos*. En MENÉNDEZ Y PELAYO, Marcelino (dir.) – *Nueva Biblioteca de Autores Españoles, XVI* (Escritores Místicos Españoles, 1). Estudio preliminar Miguel Mir. Madrid: Bailly-Ballière, 1911, pp. 19-20.

⁶⁸ Los sínodos de Jaén de 1492, y de Córdoba de 1520, coinciden en prohibir que la gente se sienta en las gradas del altar durante la celebración de la misa, de espaldas al Santísimo Sacramento. SÁNCHEZ HERRERO, José – “La religiosidad popular (...)” ..., p. 313.

⁶⁹ Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6080, n. 3, 1534, fol. 60r.

⁷⁰ “Item, [pecan] los que a tal tiempo más tienen los ojos a los aullidos de los cantores (...) y, lo que peor es, a las mujeres, o ellas a los varones, que no a las ceremonias dignas de toda consideración que se tratan y hacen en la misa” (entre los pecados contra el primer mandamiento). TALAVERA, Fray Hernando de – *Breve forma de confesar* ..., p. 14.

Más allá de la mezcla indebida de hombres y mujeres durante las celebraciones litúrgicas, otras actitudes indevotas de los feligreses (*muchas personas*, sin alusión expresa a mujeres) consistían en dedicarse a hablar unos con otros, incluso deambulando por el templo, algo que se condenó por sistema⁷¹. Pero sí mencionan las visitas a las mujeres y a los hombres que no solo hablaban entre sí, sino que, además, lo hacían mientras se cantaba el *Gloria* y el *Credo*, con el agravante de que permanecían todos sentados en lugar de estar de pie. Se repite la acusación para múltiples lugares y se denuncia que estorbaban la devoción de los demás y aún de los propios clérigos⁷². Por el contrario, debían estar levantados y “rezando e con mucha atencion e contemplacion”⁷³.

4.2. Cuando los clérigos se mezclaban con las mujeres

En ocasiones, incluso los mismos clérigos terminaban mezclándose con los asistentes, sin excluir las mujeres, algo que generaba la condena tajante de los visitantes y también el escándalo de los fieles. Se insistía en la celebración del oficio en la tribuna “porque alli estays en quietud e no murmurando en cal los seglares”⁷⁴. Pero se adentraban en el lugar de las mujeres cuando iban rociando con el agua bendita al pueblo y, en una denuncia muy repetida en las visitas, cuando iban a recoger las ofrendas de los feligreses durante la misa “*en car las mugeres*, lo qual es muy desonesto e cabsa algunas diçiones escandalosas”⁷⁵. Los visitantes les conminaban a quedarse en la grada más baja del altar esperando las ofrendas, o bien “vayan donde esten las primeras mugeres e ally esperen que vayan a ofreçer e no anden entre ellas”. Pero los clérigos no cumplían esta prescripción calatrava, que se tenía que reiterar de unas visitas a otras⁷⁶.

⁷¹ Corral de Caracuel. Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6079, n. 1, 1537, fols. 267r-267v; Valdepeñas. Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6079, n. 9, 1537, fol. 241v. Lo mismo en Malagón, Miguelturra, Valenzuela, Torralba, Granátula, Daimiel, Villarrubia y Almagro, entre otros lugares.

⁷² En 1537 para Santa Cruz de Mudela, Aldea del Rey y Valdepeñas; en 1538 a propósito de las iglesias de Malagón y Miguelturra; y en 1539 para Valenzuela, Torralba, Granátula, Daimiel y Villarrubia.

⁷³ Corral de Caracuel. Madrid, AHN, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6079, n. 1, 1537, fol. 267v.

⁷⁴ Almagro. Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6078, n. 1, 1534, fol. 34v.

⁷⁵ Almagro. Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6078, n. 1, 1534, fol. 40r.

⁷⁶ Santa Cruz de Mudela, igl. Santa María. Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6079, n. 7, 1537, fols. 70r-70v.

4.3. Otras manifestaciones de la socialización aneja a los espacios sagrados. El Convento de Calatrava

Estamos tratando sobre la sociabilidad durante el culto en los templos parroquiales más allá de la obligada segregación femenina, y en este mismo orden de cosas se puede recordar ciertos usos que las fuentes no atribuyen específicamente a un perfil femenino, pero que hipotéticamente cabe adjudicar también a las mujeres. A todas luces, debían de aludir los visitantes calatravos también a ellas cuando reprobaban la costumbre de comer, beber y bailar con motivo de las celebraciones de bodas en un contexto que permite situar estas prácticas en los templos o en sus alrededores⁷⁷. En general, las reiteradas quejas de los visitantes sobre la excesiva y profana familiaridad de los fieles con el espacio de los templos, su entorno y sus cementerios, ha de ser extensiva a ambos sexos⁷⁸; la sociedad local en estas poblaciones rurales o semi rurales no parecía distinguir con nitidez lo sagrado de lo profano; el templo era un lugar familiar y propio. En esta misma línea se sitúa la costumbre de las gentes de pasar la noche entera velando a un santo o a una Virgen en la iglesia parroquial o, más a menudo, en su ermita, en la vigilia previa a la fiesta del santo⁷⁹, algo visto con mucho recelo por las sinodales.

Por otra parte, la presencia de las mujeres en el Convento de Calatrava, incluso en los lugares regulares (refectorio, dormitorio, claustro) se producía, al parecer, con bastante frecuencia. Los trastornos que ello generaba a los freires clérigos llevaron al abad Guillermo II de Morimond a prohibir tajantemente este acceso femenino en sus definiciones de 1468⁸⁰. Pero a principios del siglo XVI, constatado el hecho de

⁷⁷ Almadén. Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6110, n. 15, 6 abril 1502, fol. 159r.

⁷⁸ El mandamiento dirigido a los oficiales concejiles de Piedrabuena en 1491 es uno de tantos que contienen la prescripción de cercar los cementerios por los motivos indicados: Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6075, n. 2, fol. 163r. Se incluye en el mismo año para Calzada, Aldea del Rey, Almagro, Granátula, Daimiel, Malagón, Valdepeñas, Valenzuela, Torralba y Villarrubia (Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6075, ns. 3, 5, 6, 7, 8, 10, y 11). En 1493 se repite para Abenójar, Puebla de Don Rodrigo, Saceruela, Argamasilla, Carrión (Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6075, ns. 14, 19, 21) y hay que reiterar el mandato del año anterior en muchos lugares que no lo habían cumplido, como Aldea del Rey, Malagón, Mestanza, Granátula, Valdepeñas (Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6075, ns. 12, 15, 17, 20). En 1495 los visitantes continúan recordando la prescripción de visitas anteriores, no ejecutada o no del todo, a los concejos de Bolaños, Daimiel, Pozuelo, Puebla de Don Rodrigo, Saceruela y Valenzuela (Madrid, AHN, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6109, n. 35, 37, 38, 39 y 40).

⁷⁹ Torralba. Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6.076, n. 14, febrero 1510, fol. 203r.

⁸⁰ Definiciones de 1468, cap. 1. O'CALLAGHAN, Joseph F. – “‘Definiciones’ of the Order of Calatrava enacted by Abbot William II of Morimond, april 2, 1468”. *Traditio* XIV (1958), pp. 238-239. Art.

que las mujeres acostumbraban a concurrir a la casa central calatrava a ganar indulgencias, a ejercitar “sus devociones” y con ocasión de las misas nuevas, el Capítulo General de Sevilla de 1511 se mostró más flexible y optó por no prohibir, sino limitar la presencia femenina al tiempo diurno, velando el nocturno, aunque se les permitió pernoctar en un lugar acotado siempre que no entraran en los espacios citados ni en las celdas ni en la enfermería; además, fijaba restricciones a la comunicación entre mujeres y freires, que solo se haría con permiso del propio prior o del subprior, y en presencia de otro freire anciano⁸¹.

Al parecer, las gentes de la zona subían al Convento con músicos e instrumentos, cantaban y bailaban. Y las mujeres también lo hacían. Y un motivo de especial jolgorio lo constituían las misas nuevas de religiosos profesos; incluso la disposición del Capítulo sevillano deja entrever la general tolerancia que existía respecto a estas fiestas de primera misa, pero prohíbe esas expansiones en el Convento:

“Otrosi fue acordado que, por quanto se permitía la entrada a las dichas mugeres y otras personas seglares, encargaron al dicho Prior y Soprior que no consintiesen que en ningund tiempo, *aunque fuese por misas nuevas*, anduviesen truhanes ni atanbores diziendo chançonetas, ni canten ni baylen, sino que tengan todo silencio”⁸².

5. Mujeres y misas *pro anima*

Veamos ciertas iniciativas femeninas en torno a las misas *pro anima* en la esfera funeraria.

5.1. La misa mayor adaptada como oficio funerario por las mujeres

Cierta conducta reprobada afecta solo a ciertas mujeres de Villarrubia, aunque aquella podría estar más generalizada. Se trata del hábito femenino de permanecer

recopilado en O'CALLAGHAN, Joseph F. – *The Spanish Order of Calatrava and its Affiliates*. London: Variorum Reprints, 1975. La fuente utilizada por Joseph F. O'Callaghan para su edición es la latina contenida en el Códice 807, Tombo de Calatrava, del Archivo Histórico Nacional. Emma Solano utiliza el Mss. 1.270C del Archivo Histórico Nacional. Cita el fragmento (romanceado) como procedente del capít. II de las Definiciones. SOLANO, Emma – *La Orden de Calatrava en el siglo XV. Los señoríos castellanos de la Orden al fin de la Edad Media*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1978, pp. 153-154, nota 142.

⁸¹ Sevilla. Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Libros Manuscritos de la Orden de Calatrava*, Cód. 813 B, 8 marzo 1511, fol. 12r.

⁸² Sevilla. Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Libros Manuscritos de la Orden de Calatrava*, Cód. 813 B, 8 marzo 1511, fol. 12r.

durante los divinos oficios junto a las sepulturas de sus difuntos e incluso encima de ellas, especialmente en los días de fiesta y mientras dura la misa mayor, con toda la instalación propia de los cumplimientos por los difuntos. Esto lo hacían durante todo un año, probablemente a partir de la muerte del familiar. Pensamos que pretendían convertir a su manera la misa festiva común en misa de difuntos. Se las reprendía por el estorbo que generaban y por su costumbre de ejercer esa devoción en el espacio de los varones, junto a las sepulturas “dentro de los escaños entre los onbres”, lo que causaba “algunas diçiones” y otros inconvenientes:

“Otrosy fuymos ynformados que (...) algunas [mujeres] tienen por costunbre de estar un año o mas e menos dentro de los dichos escaños [de los hombres] sobre sepulturas de sus difuntos, y lo que peor es que tienen tumbas y mesas y velas de çera con que ocupan mucha parte de la dicha yglesia, de lo qual algunos vecinos desta villa se nos quexaron. Y proveydo de Remedio çerca dello como conviene, de parte de su magestad e orden mandamos que muger alguna sea osada de se entrar a sentar de aqui adelante dentro de los escaños entre los onbres, so pena de medio Real por cada vez que lo quebrantare (...) asy mismo mandamos que ninguna muger tenga puesta tunba ni mesa alguna sobre ninguna sepultura dentro de los dichos escaños, syno solamente en tanto que se dixere el novenario o se hiziere cunplimiento por el difunto o los ofiçios”⁸³.

Parece evidente que estas mujeres, en lugar de hacer el encargo específico de treintanarios, responsos o aniversarios, trataban de alargar en el tiempo, hasta un año, la eficacia de aquellas celebraciones *pro defunctis* que se hicieron al morir el allegado. En suma, aplicaban la misa por el alma de sus difuntos, y para ello recreaban las condiciones externas colocando “tumbas”, mesas y velas sobre las lápidas de sus muertos. No hay margen al error de interpretación del texto, porque las celebraciones por los difuntos siempre tendían a efectuarse en torno a la sepultura del finado⁸⁴, colocando cruces encima durante treintanarios y novenarios⁸⁵.

Interesa subrayar cómo la práctica de tales mujeres revela una interpretación individualista de la celebración eucarística solemne de las fiestas y supone un modo libre de integrarse en la oración comunitaria. Así mismo, expresa una forma de

⁸³ 1549, Villarrubia, igl. Santa María. Ibid., Leg. 6080, n. 3, fols. 59v-60v.

⁸⁴ Teresa García encargó “desyr cada lunes un responso sobre su sepultura”. Tirteafuera, iglesia Santa Catalina, 1502; Sevilla. Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6110, n. 10, 8 marzo, 1511, fol. 66r.

⁸⁵ En 1510 los visitadores recriminaban tanto al concejo de Miguelturra como al mayordomo de la iglesia que sacaran la cruz buena de plata para ponerla sobre las sepulturas; no debían hacerlo sin cobrar ciertas tasas, distintas en treintanarios y en novenarios. Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6076, n. 15, fol. 242r.

personalización peculiar de la misa mayor al servicio de las intenciones devocionales propias.

5.2. Misas y encargos femeninos *post mortem*

Es bien conocido que, en el Medievo y durante mucho tiempo después, todo cristiano debía dejar mandas al morir para garantizar sufragios por su alma y sus familiares y dejar dispuestas limosnas a los pobres, fuera en dinero, comida o vestido en el día del entierro⁸⁶. Las mandas podían adoptar la forma de capellanías instituidas para garantizar los sufragios permanentes a cambio de una dotación en dinero, o en bienes y rentas, para el clérigo capellán. No insistiremos en este punto, porque las prácticas femeninas no difieren de las masculinas, pero traemos a colación un ejemplo, el suministrado por el testamento de una mujer común ya mencionada, no pudiente, pero a la que no faltaban bienes que repartir, viuda, vecina de Almagro, a mediados del siglo XV. De este testamento extraemos las referencias a las misas *pro anima* cuyo análisis, combinado con datos de otros testamentos femeninos, puede ser elocuente:

“... mando que si de esta dolencia finare, lo que Dios no quiera, que mi cuerpo sea enterrado en la seboltura donde yase el dicho Bartolome Rodrigues mi marido. E que el dia de mi enterramiento digan por mi anima misa e vegilia de tres liçiones con su letania, e que en fin de anno que digan otra misa e vegilla con su letania, e que den de comer a los leydos e a cinco pobres (...) E mando que digan por mi anima tres misas que tengo en cargo de penitencia (...) E mando que digan por mi anima un treyntanario revelado, e que lo digan el capellan e el cura desta villa, e que les den por su salario ochoçientos maravedis (...) E mando que digan por mi anima e por el anima de mi madre dies misas, e que las digan los dichos capellan e el cura (...) E mando que digan por el anima de mi marido dies e nueve misas, las quales digan en esta guisa: en el Convento de Calatrava las nueve misas e que las diga frey Iohan Galindo, e el capellan e el cura cada çinco misas...”⁸⁷.

Además de los sufragios de *corpore insepulto*, encarga misas de cabo de año, treintanarios (el popular ciclo de 30 misas o *misas de San Gregorio*), misas ofrecidas conjuntamente por ella y por su madre, y, en número mayor, otras por el alma de su marido, repartidas entre el Convento de Calatrava y la iglesia parroquial, todo ello en sintonía con la muy vigente “matemática de la salvación” o la “contabilidad del

⁸⁶ Sobre el tema de la muerte son imprescindibles las obras de autores como Julia Pavón y, especialmente, Emilio Mitre. Su más reciente aportación hasta ahora: MITRE FERNÁNDEZ, Emilio – *Morir en la Edad Media. Los hechos y los sentimientos*. Madrid: Cátedra, 2019.

⁸⁷ 1446, mayo 23, Almagro. Testamento de Francisca Rodríguez. Madrid, Archivo Histórico Nacional, OOMM, Cjo., Leg. 6.252, n. 9, s.f.

más allá”, según Chiffolleau, que regía las mandas piadosas⁸⁸. Además, el testamento revela otros aspectos de su religiosidad. Primero, vincula el culto con la atención a los pobres como méritos por excelencia, ambos, para ganar el cielo: el binomio misa y limosna es recurrente⁸⁹; por otra parte, se aprecia que frecuenta el sacramento de la confesión, pues tiene pendientes algunas misas “en cargo de penitencia”; está muy familiarizada con su parroquia, a cuyo cura conoce y confía el cumplimiento del testamento en lo espiritual, y conoce también al sacristán y al capellán. Otras cláusulas del testamento indican que se encuentra integrada en los cauces de religiosidad locales y comarcales (nótese la referencia al Convento de Calatrava y a freires calatravos). Y valora, desde luego, la necesidad de la intercesión de los méritos de Jesucristo (la Pasión, representada en la misa) para su salvación eterna. No insiste, sin embargo, en el rito del enterramiento en sí, aunque conoce bien las costumbres al respecto, o le han sido recordadas, incluida la ofrenda de pan, vino y cera a la parroquia, por su alma y los sufragios que tendrán lugar.

Cuestión aparte es la relación de esta mujer con el Convento de Calatrava, algo que remite al tema más amplio de la proyección devocional de la casa principal de la orden militar sobre los fieles del señorío⁹⁰. En su testamento, el Convento recibe solo un simbólico maravedí, pero esta mujer quería expresamente que la iglesia del Convento calatravo fuera una de las sedes donde se dijeran misas por el alma de su marido, aunque en Almagro había entonces muchas ermitas, además de la iglesia parroquial, y, además, designaba para ello a un freire concreto.

Un nuevo testamento de otra mujer de Almagro, también viuda, evidencia también una vinculación piadosa con el Convento de Calatrava: incluyó en su testamento de 1430 la fundación de una capellanía perpetua a favor del Convento por el alma de su marido, sus hijos y todos sus difuntos, pero con la condición de que los freires

⁸⁸ CHIFFOLEAU, Jean – *La comptabilité de l'au delà. Les hommes, la mort et la religion dans la région d'Avignon à la fin du Moyen Âge (vers 1320-vers 1480)*. Roma: École Française de Rome, 1981.

⁸⁹ También en el testamento de Catalina Gómez: al final del novenario por su alma, se daría caridad a doce pobres. Torralba. Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Calatrava, Sección Diplomática*, Carpeta 469, n. 372, 19 julio 1496. Una mujer de Almodóvar dejaba bienes a un capellán para que rogara a Dios por su alma; pero cuando el clérigo muriera, los bienes pasarían a los pobres y al hospital. Almodóvar. Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6.076, n. 25, mayo 1510, fol. 39r. *Cfr.* EQUIP BROIDA – “Actitudes religiosas de las mujeres medievales ante la muerte”. in MUÑOZ FERNÁNDEZ, Ángela – *Las mujeres en el cristianismo medieval...* pp. 470-472.

⁹⁰ TORRES JIMÉNEZ, Raquel – “La influencia devocional de la Orden de Calatrava en la religiosidad de su señorío durante la Baja Edad Media”. *Revista de las Órdenes Militares* 3 (2005), pp. 37-74.

conventuales se desplazaran a celebrar los oficios religiosos en la propia villa de Almagro⁹¹.

Estos testimonios manifiestan que existían contactos entre los religiosos del Convento de Calatrava y las gentes del señorío – a pesar de que los freires solo debían salir con licencia del prior y se les vedaba el trato con mujeres –, y que la vida regular de estos conventuales gozaba de prestigio entre los laicos.

6. Un indicio de devoción eucarística femenina en el contexto de la misa

La devoción femenina hacia la eucaristía ha de ser objeto de un estudio más amplio a partir de diferentes indicadores de cultura material presentes en los inventarios. Por ejemplo, entre 1471 y 1510, para 34 iglesias del Campo de Calatrava conocemos 9 donaciones de cálices (son pocas por su alto coste), y 6 de ellas las realizaron mujeres, aunque una procedía de un matrimonio. También son mayoritarias las donaciones femeninas de paños ricos para servicio del altar, tan relacionados con las especies consagradas. Ahora bien: aquí nos ceñimos a las relaciones entre mujeres y liturgia, así que dejamos al margen la devoción eucarística que a menudo excede el espacio parroquial y la propia celebración litúrgica. Baste con reseñar ahora la implicación de mujeres en una costumbre detectada para el Campo de Calatrava: la provisión del pan y el vino para ser consagrados en la misa como devoción individual y colectiva. Efectivamente, una práctica piadosa generalizada en testamentos de la Baja Edad Media, en muchos lugares, consiste en hacer un donativo *pro anima* de pan y vino (y a veces también de cera) a la propia parroquia o a la iglesia donde se enterraría el difunto, a menudo para todo un año. En nuestra zona, así lo hacía a mediados del siglo XV Francisca Rodríguez, que mandaba por su alma la *ofrenda* de pan, vino y cera “un anno bien e conplidamente” a la iglesia parroquial de San Bartolomé⁹². Y Catalina Gomes mandaba a la iglesia donde se hiciera su treintanario “un anno de pan e vino” por su alma⁹³. Es evidente que este donativo se vincula con la liturgia de la misa; y no hay que confundirlo con la “carydad de pan e vino” repartida a los pobres el día del entierro o del aniversario. El uso conecta con

⁹¹ Almagro. Madrid, Archivo Historico Nacional, *OOMM, Calatrava, Sección Diplomática, Carpeta 467*, n. 312, 25 febrero 1430.

⁹² Testamento de Francisca Rodríguez. Almagro. Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo., Leg. 6252*, n. 9, 23 mayo 1446, s.f.

⁹³ Torralba. Madrid, AHN, *OOMM, Calatrava, Sección Diplomática, Carpeta 469*, n. 372, 19 julio 1496.

la práctica, habitual en la misma zona, por la cual los ingredientes fundamentales para las sagradas especies, el vino y la harina para el pan, eran sufragados por el conjunto de la población por la vía de la limosna⁹⁴.

Queden estas noticias como someras muestras de los indicios, que tendrán que ser explorados más ampliamente, de una (posible) especial sensibilidad femenina relativa a la eucaristía. Esto sería importante como revelador de la devoción eucarística en mujeres seglares de a pie, e interesante si se recuerda que los laicos no recibían la comunión normalmente salvo en Pascua⁹⁵, aunque durante todo el Medievo hubo recomendaciones piadosas de hacerlo más a menudo⁹⁶. Por el contrario, sí es conocida la piedad hacia la eucaristía de mujeres nobles en los ámbito monástico o seglar: es el caso de Sor Constanza de Castilla en el siglo XV (nieta del rey Pedro I, priora del monasterio de Santo Domingo en Madrid entre 1416 y 1465), autora de encendidas palabras de adoración íntima al Santo Sacramento tras la consagración⁹⁷. La devoción eucarística entre mujeres consagradas en la Baja Edad Media no es, ni mucho menos, excepcional⁹⁸. Y también está presente entre las mujeres nobles laicas como Doña Teresa Enríquez, antigua dama de Isabel I, generadora de un amplio movimiento eucarístico desde la localidad toledana de Torrijos en las primeras décadas del siglo XVI⁹⁹.

7. Un comendador mayor calatravo, unas niñas huérfanas y una misa mariana

Terminamos con una noticia sobre una peculiar forma de caridad ejercida por Don García de Padilla, comendador mayor de la Orden de Calatrava entre 1523 y 1542¹⁰⁰,

⁹⁴ Por ejemplo: Argamasilla. Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6079, n. 1, 6 noviembre 1537, fol. 105r; Daimiel. Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6079, n. 26, 6 febrero 1539, fols. 416r-416v.

⁹⁵ Es bien conocido que, desde la Alta Edad Media, decrece la comunión de los laicos por diversos motivos (temor, obligación de la confesión previa, exigencia de continencia para los casados...), y también el dato de que es el Concilio IV de Letrán de 1215 el que establece para los seglares la obligación de comulgar al menos en Pascua, una vez al año, por lo tanto.

⁹⁶ Fray Hernando de Talavera animaba a comulgar en las tres Pascuas, el día del Corpus y otras fiestas. El no hacerlo, si se pudiese, sería pecado venial. *Breve forma de confesar...*, pp. 12-13.

⁹⁷ Publicado por WILKINS, Constance L. (ed.) – *Constanza de Castilla: Book of devotions. Libro de devociones y oficios*. Exeter: University of Exeter Press, 1998, pp. 99-100 (fols. 92v-93r del ms.).

⁹⁸ Un ejemplo paradigmático estudiado por VAUCHEZ, André – *Catalina de Siena: vida y pasiones*. Barcelona: Herder, 2017.

⁹⁹ CASTRO Y CASTRO, OFM, Manuel de – *Teresa Enríquez, la "Loca del Sacramento", y Gutierre de Cárdenas*. Toledo: Instituto Provincial de Investigaciones y Estudios Toledanos, 1992.

¹⁰⁰ CORCHADO SORIANO, Manuel – *Estudio histórico-económico-jurídico ...*, II, p. 63.

hacia niñas huérfanas. Fue un gran bienhechor del Campo de Calatrava, sensible ante la necesidad femenina¹⁰¹, que, entre otros sustanciosos legados¹⁰², dio al concejo de Malagón una cantidad de trigo y dinero para ayuda de casar huérfanas. El concejo administraría para ellas ese capital bajo ciertas condiciones que implicaban la moralidad de las adolescentes y la piedad del concejo hacia la Virgen en su advocación de su Asunción. Se trataba de 600 fanegas de trigo y de 120 ducados para el vestuario de las niñas, que debían ser naturales de la villa y de edad de ocho años, o menos, para garantizar su virginidad. Elegida cada una un año por el concejo, acudiría el día de la Asunción de la Virgen a la iglesia en la misa y en las vísperas, vestida de un modo determinado y portando una candela en las manos; la huérfana sería presentada a la Virgen “puniendola en el lugar que a ellos [*los alcaldes y regidores*] les parecerá, çerca del altar de Nuestra Sennora”. Si alguna huérfana muriera o se dedicara a vivir deshonestamente, el concejo distribuiría su dotación entre las otras jóvenes presentadas o la daría a pobres naturales del pueblo. Por supuesto, el concejo de Malagón aceptó todas estas extensas “capitulaciones”, haciendo firmes promesas de tener siempre a la Virgen gloriosa Santa María como Señora¹⁰³.

Esta dotación para las niñas huérfanas es ejemplificadora no solo de las caridades de maestros y comendadores en su señorío, sino también de otros interesantes aspectos: la situación de extrema vulnerabilidad de las niñas huérfanas, la importancia del matrimonio como destino femenino, la presencia de concepciones morales muy definidas en torno a la virginidad (una virginidad sostenida ligada a la protección de la Virgen ejercida sobre estas huérfanas), la relación entre jerarquías calatravas y fieles del señorío, y el vínculo entre todo ello y una piedad mariana que cristaliza en una escenografía cívico-religiosa desarrollada en las vísperas y misa de

¹⁰¹ Además de impulsar un monasterio de freiras calatravas (vid. la nota siguiente), mantenía a una mujer pobre gratuitamente en una casa de su propiedad en Agudo. Agudo y Abenójar (visita a la encomienda mayor). Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6.079, n. 16, noviembre 1538, fol. 351r.

¹⁰² Sobre todo, la edificación del monasterio de freiras calatravas de la Asunción en Almagro. *Vide* TORRES JIMÉNEZ, Raquel – “La fundación del Monasterio calatravo de la Asunción de Almagro (1523-1542) y el hospital de la Misericordia”. in ALÍA MIRANDA, Francisco; ANAYA FLORES, Jerónimo (dirs.) – *I Congreso Nacional Ciudad Real y su provincia*. Ciudad Real: Instituto de Estudios Manchegos, 2015, I, pp. 227-244.

¹⁰³ Malagón. Traslado de las capitulaciones establecidas entre el comendador mayor y el concejo. Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6.079, n. 18, 28 octubre 1538, fols. 59r-65v.

la más solemne y más popular fiesta de la Virgen, la Asunción celebrada el 15 de agosto. Así en este proyecto caritativo-cultural se manifiestan el prestigio del propio comendador mayor y la concurrencia de las autoridades locales, con la presencia de estas afortunadas chicas pobres con sus velas.

8. Conclusiones

Sin duda, la presencia, iniciativa y protagonismo de las mujeres en la vida religiosa de estas pequeñas localidades bajo dominio de la Orden Militar de Calatrava era mayor de lo que las fuentes dejan entrever.

Las transgresiones a la obligación de guardar el precepto dominical-festivo no excluían a las mujeres, al parecer, fueran solteras, casadas o viudas. Ahora bien, al mismo tiempo, la nutrida presencia femenina en las iglesias queda bien acreditada, con las consiguientes tentaciones que “las mujeres”, vistas como grupo al cual acercarse, generaban en los varones, incluidos los clérigos; igualmente está bien documentada la iniciativa de algunas mujeres que rompían intencionadamente la segregación espacial que se les imponía. Pero los visitantes no criminalizaron a las mujeres en mayor grado que a los hombres. Acusaban a los varones, acusaban a los clérigos. Los confesionales evocaban al peligro de pecar que suponía que las mujeres se prestaran a que los hombres las mirasen; era un pecado de lujuria sin obra¹⁰⁴; pero aquí, eran los varones los que incurrían en falta cuando se situaban de lado o de espaldas al altar mirando a las mujeres. Con todo, la segregación entre los sexos puede vincularse a la “debilidad, inconsistencia, vanidad, coquetería femenina” que las pueden inclinar más a pecar¹⁰⁵. En suma, todo indica que las mujeres participaban, igual que los hombres, en la intensa interacción social que se producía dentro de los templos, a pesar de las prohibiciones. En cuanto a la asistencia femenina al rezo de las horas, como la de los varones, indica que el pueblo deseaba participar de algún modo de esta plegaria que tuvo tan alto prestigio desde la Alta Edad Media, como todo el modo monacal de vivir la religión, aunque pudiera convertirse en ocasión de convivencia profana entre ellos e incluso con los clérigos. Y

¹⁰⁴ Según el *Confesional* de El Tostado a mediados del siglo XV. SÁNCHEZ HERRERO, José – “¿Una religiosidad femenina (...)” ..., p. 153.

¹⁰⁵ SÁNCHEZ HERRERO, José – “¿Una religiosidad femenina (...)” ..., p. 158.

su familiaridad con el oficio canónico queda patente en los testamentos.

Por otra parte, la cultura material evidenciada en los inventarios de las iglesias parroquiales, en concreto los listados de objetos litúrgicos con indicación de los donantes, revela con elocuencia la implicación femenina en la ornamentación de los templos en su parte más sensible, el altar y su entorno; es decir, ellas contribuían más que los hombres, comparativamente, a esa configuración de las iglesias como espacios sagrados (a despecho del mal estado de muchas de ellas), algo que se complementa con la devoción femenina a las imágenes y su participación muy activa en la costumbre de vestir las imágenes, un uso popular compartido o tolerado por el clero local y los concejos, pero reprobado por los visitantes. Otro signo de piedad femenina hacia la pasión de Cristo, materializado de un modo tan expresivo en el beso de las mujeres a la cruz exclusivamente dedicada a ello, revela una devoción afectiva, sensorial y emotiva¹⁰⁶. Con toda probabilidad, estos y otros aspectos de la piedad femenina aquí constatados no son tanto el resultado de formas específicas de interferencia parroquial de Calatrava, sino exponentes de tendencias amplias existentes en la religión y la devoción populares. Pero sin duda, las visitas generadas por la actuación supervisora de la orden militar en su señorío nos suministran datos preciosos sobre la vida religiosa laica de mujeres seculares de a pie que es difícil de constatar en otro tipo de fuentes.

En cuanto a la vivencia de la misa, emerge de las fuentes una práctica expresamente femenina en el Campo de Calatrava: la transposición del sentido ordinario e pleno de las misas en un oficio funerario por los difuntos, sus difuntos; he aquí otra vía de indagación que sería interesante seguir explorando, la relación entre las mujeres y el mundo funerario. Hemos documentado también algún indicio de la especial sensibilidad femenina relativa a la eucaristía, al menos manifestada en los elementos materiales que la contienen, que también deberá confirmarse con otras indagaciones. Nótese que hay aquí una muestra de la diversidad de las actitudes

¹⁰⁶ Un rasgo propio de la santidad femenina desde el siglo XII al XV fue la devoción a la humanidad y la Pasión de Cristo, junto con el abandono a la voluntad de Dios, las visiones y revelaciones, la penitencia y la caridad. SÁNCHEZ HERRERO, José - “¿Una religiosidad femenina (...)” ..., pp. 160-165. Por desdichado, no hemos documentado estos extremos ejemplos de santidad entre las mujeres comunes del Campo de Calatrava, pero sí los ecos de su devoción pasionista.

religiosas: la sensibilidad hacia la eucaristía como núcleo central de la liturgia de la misa contrasta – o es compatible – con la socialización, las distracciones, y las murmuraciones en que algunas mujeres se veían envueltas durante el culto litúrgico como resultado de la cercanía con varones, laicos o clérigos. En efecto, es obvio que las mujeres no manifestaban actitudes homogéneas en su religiosidad y sus pautas morales. Algunas faltaban a las celebraciones, otras se implicaban con intensidad. Y probablemente un sector de ellas se escandalizaba de la mezcla femenina con los varones, sintonizando con las prescripciones calatravas avaladas por la costumbre; y mientras, otro grupo incurría en las transgresiones (¿quizás el sector más joven?). En todo caso, la involucración de las mujeres en la dinámica parroquial iba más allá de la actitud de recepción pasiva de unos servicios litúrgicos.

Hay datos fehacientes sobre los contactos entre los religiosos del Convento de Calatrava y las mujeres del señorío: aquellos eran identificados individualmente por ellas, y se acredita la concurrencia de mujeres al Convento por motivos devocionales y lúdicos; al parecer, de modo especial con ocasión de las misas nuevas y sus festejos. La orden militar fomentaba la proyección piadosa de la casa central calatrava, pero impuso restricciones a la presencia femenina, sin prohibirla. Estas prácticas enlazan con la mezcla de los clérigos con las mujeres en los templos; un uso condenado que venía a agravar otra práctica más amplia, la convivencia de clérigos con laicos. Es evidente que las prohibiciones calatravas no se deben solo a un afán misógino de salvaguarda de la honestidad del clero, sino que se sitúan en el marco de la pretensión tardomedieval de las jerarquías eclesiásticas de separar lo sagrado de lo profano y de separar al clero del laicado, evitando la mundanización del primero¹⁰⁷. Sin embargo, los clérigos perseveraban en los usos censurados por los visitantes. Todo lo anterior muestra que los esfuerzos de la autoridad calatrava por dotar de una mayor solemnidad al culto, y de una mayor dignidad a los clérigos celebrantes, no concordaba con la realidad. Pero eran los mismos clérigos quienes participaban de esas prácticas indecorosas. En este sentido, en el diálogo entre visitantes y práctica

¹⁰⁷ Esta pretensión fue constante en las corrientes reformadoras. Las prescripciones “De vita et honestate clericorum”, recurrentes en las sinodales durante la Baja Edad Media, evidencian el afán de singularizar a los clérigos y elevar la dignidad del sacerdocio: ello incluye las prohibiciones sobre su apariencia (cabello, vestidos) y sobre determinados oficios y ocupaciones similares a las del laicado. Todo ello hunde sus raíces en la reforma gregoriana. De hecho, ya el Concilio leonés de Coyanza de 1055 contenía preceptos similares.

local esta última incluye a los clérigos parroquiales.

El código moral para las mujeres en el terreno de la sexualidad queda patente no solo en las prohibiciones calatravas sobre la cercanía con los varones durante el culto; también es llamativa la cláusula que exige que las huérfanas de Malagón tengan ocho años, o menos, para garantizar su virginidad, como requisito imprescindible para aquella ayuda de casar huérfanas que instituyó el comendador mayor Don García de Padilla. La flagrante vulnerabilidad de niñas y jóvenes huérfanas se vincula con la escenografía de la fiesta cívico-religiosa de la Asunción, que cuenta con la presencia anual ante la Virgen de estas doncellas pobres socorridas por un personaje relevante de la orden militar.

Hemos sugerido que la actitud de los visitantes hacia las mujeres que se mezclaban con varones no era más condenatoria con ellas que con hombres laicos y con clérigos. Traemos a colación un dato, valioso por su carácter excepcional, que excede el campo del culto parroquial: la cofradía de la Caridad de Valenzuela se dedicaba a dar limosna y enterrar a pobres difuntos; pues bien, “para esta santa limosna solían andar dos mugeres a la pedir de casa en casa en esta villa”. Alguna censura social mereció este uso, porque se informó de ello a los visitantes. Pero ellos no lo reprobaron; al contrario, estimaron que, “pues se convierte lo que así allegan en obras santas e buenas, no es razón de que lo proveyer, salvo se lo agradecer a las que toman tan sancto trabajo” y les dieron licencia para seguir limosneando por las casas.¹⁰⁸ Es decir: no siempre los calatravos actuaban con intransigencia o recelo frente a las costumbres que afectaban a las mujeres, sino que también participaban de la más que probable aceptación social de una actividad devota femenina independiente de los varones, aquí en el campo de la caridad.

¹⁰⁸ Valenzuela. Madrid, Archivo Histórico Nacional, *OOMM, Cjo.*, Leg. 6080, n. 4, 30 noviembre 1549, fols. 9v y 10r.

Referencias bibliográficas

Fuentes manuscritas

Madrid, Archivo Histórico Nacional, Sección Órdenes Militares, Consejo de Órdenes, Calatrava. Legajos 6075, 6076, 6078, 6079, 6080, 6108, 6109, 6110 y 6252.

Madrid, Archivo Histórico Nacional, Sección Órdenes Militares, Calatrava, Sección Diplomática. Carpetas 467 y 469.

Madrid, Archivo Histórico Nacional, Sección Órdenes Militares, Calatrava, Libros Manuscritos de la Orden de Calatrava. Códice 813 B.

Fuentes impresas

CIRUELO, Pedro – *Reprouacion de las supersticiones y hechizarias* [Salamanca, c. 1530]. Ed. Alva V. Ebersole. Valencia: Albatros, 1978.

MARTÍN, José Luis y LINAGE CONDE, Antonio – *Religión y sociedad medieval: el catecismo de Pedro de Cuellar (1325)*. Valladolid: Junta de Castilla y León, 1987.

O'CALLAGHAN, Joseph F. – “‘Difiniciones’ of the Order of Calatrava enacted by Abbot William II of Morimond, april 2, 1468”. *Traditio* XIV (1958), pp. 231-268.

RADES Y ANDRADA, Frey Francisco de – *Chronica de las tres Ordenes y Cavallerias de Santiago, Calatrava y Alcántara* [Toledo, 1572]. Ed. facsímil. Estudio de Derek W. Lomax. Barcelona: El Albir, 1980.

TALAVERA, Fray Hernando de – *Breve forma de confesar reduciendo todos los pecados mortales y veniales a los diez mandamientos*. In MENÉNDEZ Y PELAYO, M. (dir.) – *Nueva Biblioteca de Autores Españoles, XVI (Escritores Místicos Españoles, 1)*. Estudio preliminar Miguel Mir. Madrid: Bailly-Ballière, 1911.

Estudios

ALÍA MIRANDA, Francisco; ANAYA FLORES, Jerónimo (dirs.) – *I Congreso Nacional Ciudad Real y su provincia*. Ciudad Real, Instituto de Estudios Manchegos, 2015.

ARAUS BALLESTEROS, Luis; PRIETO SAYAGUÉS, Juan Antonio (coords.) – *Las tres religiones en la Baja Edad Media peninsular. Espacios, percepciones y manifestaciones*. Madrid: La Ergástula, 2018.

AYALA MARTÍNEZ, Carlos – “San Felices de Amaya, monasterio medieval de la Orden de Calatrava”. in *Medievo hispano. Estudios in memoriam del Prof. W. Derek Lomax*. Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales, 1995, pp. 17-34.

AYALA MARTÍNEZ, Carlos – *Las órdenes militares hispánicas en la Edad Media (siglos XII-XV)*. Madrid: Marcial Pons, 2003.

CARRAZ, Damien; DEHOUX, Esther (eds.) – *Images et ornements autour des ordres militaires au Moyen Âge. Culture visuelle et culte des saints (France, Espagne du Nord, Italie)*. Toulouse: Presses Universitaires du Midi, 2016.

CARRERA SUÁREZ, Isabel (ed.) – *Cambiando el conocimiento: universidad, sociedad y feminismo*. Oviedo: KRK ediciones, 1999.

CHIFFOLEAU, Jean – *La comptabilité de l'au delà. Les hommes, la mort et la religion dans la région d'Avignon à la fin du Moyen Âge (vers 1320-vers 1480)*. Roma: École Française de Rome, 1981.

CORCHADO SORIANO, Manuel – *Estudio histórico-económico-jurídico del Campo de Calatrava, II. Las jerarquías de la Orden con rentas en el Campo de Calatrava*. Ciudad Real: Instituto de Estudios Manchegos, 1983.

COSTA, Paula Pinto; TORRES JIMÉNEZ, Raquel; LENCART, Joana – “The Patron Saints and Devotions of the Benedictine Military Orders (Portugal and Castile, 15-16th Centuries)”. *e-Journal of Portuguese History* [En línea] 17/ 2 (2019), pp. 1-26. [consultado el 30 diciembre 2020]. Disponible en [https://www.brown.edu/Departments/Portuguese Brazilian Studies/ejph/html/i ssue34/html/v17n2a02.html](https://www.brown.edu/Departments/Portuguese%20Brazilian%20Studies/ejph/html/i%20ssue34/html/v17n2a02.html).

COSTA, Paula Pinto; TORRES JIMÉNEZ, Raquel; LENCART, Joana – “The patron saints of Military Orders’ churches in Castile and Portugal, 1462–1539”. in MORTON, Nicholas (ed.) – *The Military Orders Volume VII: Piety, Pugnacity and Property*. London-New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2019, pp. 267-281.

DELUMEAU, Jean (dir.) – *La Réligion de ma mère. Les femmes et la transmission de la foi*. Paris : Editions du Cerf, 1992.

Devoción mariana y sociedad medieval. Actas del Simposio. Ciudad Real: Instituto de Estudios Manchegos, 1990.

DUBY, Georges – *Damas del siglo XII. 3. Eva y los sacerdotes* (versión española de Cristian Vila Riquelme). Madrid: Alianza Editorial, 1998.

ECHÁINZ SANS, María – “El monasterio de Sancti Spíritus de Salamanca. Un espacio monástico de mujeres de la Orden Militar de Santiago (siglos XV)”. *Studia Histórica* IX (1991), pp. 43-66.

ECHÁINZ SANS, María – *Las mujeres de la Orden Militar de Santiago en la Edad Media*. Salamanca: Junta de Castilla y León, 1992.

ELM, Kaspar; PARISSÉ, Michel – *Doppelkloster und andere Formen der symbiose männlicher und weiblicher Religiosen in Mittelalter*. Berlin: Duncker & Humblot, 1992.

EQUIP BROIDA - “Actitudes religiosas de las mujeres medievales ante la muerte”. in MUÑOZ FERNÁNDEZ, Ángela (ed.) - *Las mujeres en el cristianismo medieval. Imágenes teóricas y cauces de actuación religiosa*. Madrid: Al-Mudayna, 1989, pp. 463-475.

FERRER-VIDAL DÍAZ DEL REGUERO, M^a Soledade - *Santa Eufemia de Cozuelos: el primer monasterio femenino de la Orden Militar de Santiago*. Ciudad Real: Universidad de Castilla-La Mancha, 2020. Tesis doctoral.

GÓMEZ NAVARRO, M^a Soledad - “Entre tocas y devocionarios: cultura material en el monacato femenino (del Antiguo al Nuevo Régimen)”. in MUÑOZ FERNÁNDEZ, Ángela y MORAL VARGAS, Marta del (eds.) - *Cultura material e historia de las mujeres*. Granada: Comares, 2020, pp. 93-122.

GRAÑA CID, María del Mar - “Eucaristía y feminismo. Doña Teresa Enríquez 'la loca del sacramento'”. *XX Siglos* 11/43 (2000), pp. 58-65.

GRAÑA CID, María del Mar - “Isabel I de Castilla y los monasterios de clarisas: el cuerpo político de la reina”. *Hispania Sacra* 72/145 (2020), pp. 9-23.

GRASSOTTI, Hilda - “En torno a las primeras tensiones entre las Órdenes Militares y la sede toledana”. *Anales de Historia Antigua y Medieval* 17/2 (1972), pp. 155-169.

HEVIA BALLINA, A. (ed.) - *Religiosidad popular y Archivos de la Iglesia*. Oviedo: Asociación de Archiveros de la Iglesia en España, 2001.

HIERGEIST, Teresa; OLMO, Ismael del (eds.) - *Christian discourses of the Holy and the Sacred from the 15th to the 17th Century*. Berlín: Peter Lang, 2020.

Homenaje a Alfonso Trujillo, II. Santa Cruz de Tenerife, Cabildo Insular de Tenerife, 1982.

HUNYADI, Zsolt; LASZLOVSKY, József (eds.) - *The Crusades and the Military Orders. Expanding the Frontiers of Medieval Latin Christianity*. Budapest: Department of Medieval Studies, Central European University, 2001.

IZQUIERDO BENITO, Ricardo; RUIZ GÓMEZ, Francisco (coords.) - *Las Órdenes Militares en la Península Ibérica. I. Edad Media*, Cuenca: Universidad de Castilla-La Mancha, 2000.

KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís Inglês (eds.) - *Lisboa Medieval. Os rostos da cidade*. Lisboa: Horizonte, 2007.

KRUS, Luís; BARATA, Maria Themudo (eds.) - *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópico, 2009.

LORENZO ARRIBAS, Josemi; MUÑOZ FERNÁNDEZ, Ángela; SEGURA GRAÍÑO, Cristina - “Sobre el discurso de incorporación de la historia de las mujeres”. in CARRERA SUÁREZ, Isabel (ed.) - *Cambiando el conocimiento: universidad, sociedad y feminismo*. Oviedo: KRK ediciones, 1999, pp. 171-176.

MATA, Joel Silva Ferreira – *A comunidade feminina da Ordem de Santiago: a comenda de Santos na Idade Média*. Porto: Universidade do Porto, 1991. Dissertação de mestrado.

MATA, Joel Silva Ferreira – *A comunidade feminina da Ordem de Santiago: a comenda de Santos em finais do século XV e no século XVI. Um estudo religioso, económico e social*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2007.

MITRE FERNÁNDEZ, Emilio – *Morir en la Edad Media. Los hechos y los sentimientos*. Madrid: Cátedra, 2019.

MORANT, Isabel (dir.) – *Historia de las mujeres en España y América Latina, I, De la Prehistoria a la Edad Media*. Madrid: Cátedra, 2005.

MORTON, Nicholas (ed.) – *The Military Orders Volume VII: Piety, Pugnacity and Property*. London-New York: Routledge, 2019.

MUÑOZ FERNÁNDEZ, Ángela (ed.) – *Las mujeres en el cristianismo medieval. Imágenes teóricas y cauces de actuación religiosa*. Madrid: Al-Mudayna, 1989.

MUÑOZ FERNÁNDEZ, Ángela – *Santas y Beatas neocastellanas. Ambivalencias de la religión y políticas correctoras del poder (ss. XIV-XVI)*. Madrid: Universidad Complutense, 1994.

MUÑOZ FERNÁNDEZ, Ángela – “Mujeres y religión en las sociedades ibéricas: voces y espacios, ecos y confines (siglos XIII-XVI)”. in MORANT, Isabel (dir.) – *Historia de las mujeres en España y América Latina, I, De la Prehistoria a la Edad Media*. Madrid: Cátedra, 2005, pp. 713-743.

MUÑOZ FERNÁNDEZ, Ángela – “Reinas y círculos femeninos de la corte en los conventos toledanos. Santo Domingo el Real y Catalina de Lancaster”. in TORRES JIMÉNEZ, Raquel; RUIZ GÓMEZ, Francisco (coords.) – *Órdenes militares y construcción de la sociedad occidental: (siglos XII-XV)*. Madrid: Sílex, 2016, pp. 649-680.

MUÑOZ FERNÁNDEZ, Ángela; MORAL VARGAS, Marta del (eds.) – *Cultura material e historia de las mujeres*. Granada: Comares, 2020.

NICHOLSON, Helen – “Templar attitudes towards women”. *Medieval History* 1/3 (1991), pp. 74-80.

NICHOLSON, Helen – “The Military Orders and their Relations with Women”. in HUNYADI, Zsolt; LASZLOVSKY, József (eds.) – *The Crusades and the Military Orders. Expanding the Frontiers of Medieval Latin Christianity*. Budapest: Department of Medieval Studies, Central European University, 2001, pp. 407-414.

O'CALLAGHAN, Joseph – “The Order of Calatrava and the archbishops of Toledo, 1147-1245”. in *Studies in Medieval Cistercian History presented to Jeremiah F. O'Sullivan*. Spencer-Massachusetts, 1971, pp. 63-87.

O'CALLAGHAN, Joseph F. – *The Spanish Order of Calatrava and its Affiliates*. London: Variorum Reprints, 1975.

OLIVEIRA, Luís Filipe – "Uma barregã régia, um mercador de Lisboa e as freiras de Santos". in KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís Inglês (eds.) – *Lisboa Medieval. Os rostos da cidade*. Lisboa: Horizonte, 2007, pp. 182-196.

OLIVEIRA, Luís Filipe – "O mosteiro de Santos, as freiras de Santiago e o culto dos Mártires". in KRUS, Luís; BARATA, Maria Themudo (eds.) – *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009, pp. 429-436.

PALAZZO, Éric – *Liturgie et société au Moyen Âge*. Paris: Aubier, 2000.

RIGAUX, Dominique – "Dire la foi avec les images, une affaire de femmes?". in DELUMEAU, Jean (dir.) – *La Religion de ma mère. Les femmes et la transmission de la foi*. Paris : Editions du Cerf, 1992, pp. 71-90.

RIGHETTI, Mario – *Historia de la liturgia*. Vol. I. Madrid: Editorial Católica, 1955.

SÁNCHEZ HERRERO, José – *Concilios provinciales y sínodos toledanos de los siglos XIV y XV: La religiosidad cristiana del clero y pueblo*. La Laguna: Universidad de La Laguna, 1976.

SÁNCHEZ HERRERO, José – "La religiosidad popular en la baja Edad Media andaluza". in *Homenaje a Alfonso Trujillo*, II. Santa Cruz de Tenerife: Cabildo Insular de Tenerife, 1982, pp. 279-331.

SÁNCHEZ HERRERO, José – "¿Una religiosidad femenina en la Edad Media hispana?". in MUÑOZ FERNÁNDEZ, Ángela (ed.) – *Las mujeres en el cristianismo medieval. Imágenes teóricas y cauces de actuación religiosa*. Madrid: Al-Mudayna, 1989, pp. 151-166.

SOLANO, Emma – *La Orden de Calatrava en el siglo XV. Los señoríos castellanos de la Orden al fin de la Edad Media*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1978.

TOMMASI, Francesco – "Uomini e donne negli ordini militari di Terrasanta: Per il problema delle case doppie e miste negli ordini giovanita, templare e teutónico (secc. XII-XIV)". in ELM, Kaspar; PARISSE, Michel – *Doppelkloster und andere Formen der symbiose männlicher und weiblicher Religiosen in Mittelalter*. Berlin: Duncker & Humblot, 1992, pp. 177-202.

TORRES JIMÉNEZ, Raquel – "Cofradías bajo advocaciones marianas en el Campo de Calatrava a partir de Libros de Visitas (1491-1510)". in *Devoción mariana y sociedad medieval. Actas del Simposio*. Ciudad Real: Instituto de Estudios Manchegos, 1990, pp. 109-133.

TORRES JIMÉNEZ, Raquel – "Modalidades de jurisdicción eclesiástica en los dominios calatravos castellanos (siglos XII-XIII)". in IZQUIERDO BENITO, Ricardo; RUIZ GÓMEZ, Francisco (coords.) – *Alarcos 1195. Actas del Congreso Internacional Conmemorativo del VIII Centenario de la batalla de Alarcos*. Cuenca: Universidad de Castilla-La Mancha, 1996, pp. 433-458.

TORRES JIMÉNEZ, Raquel - “Devoción eucarística en el Campo de Calatrava al final de la Edad Media. Consagración y elevación”. in HEVIA BALLINA, A. (ed.) - *Religiosidad popular y Archivos de la Iglesia*. Oviedo: Asociación de Archiveros de la Iglesia en España, 2001, Vol. I, pp. 293-328.

TORRES JIMÉNEZ, Raquel - “La Iglesia y el territorio (II). Las Órdenes Militares y su proyección eclesiástica y religiosa”. in LÓPEZ VILLAVARDE, Ángel Luis (coord.) - *Historia de la Iglesia en Castilla-La Mancha*. Ciudad Real: Almad, Biblioteca Añil, 2010, pp. 35-49.

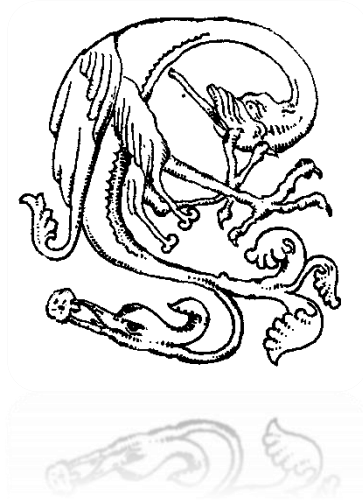
TORRES JIMÉNEZ, Raquel - “El ‘templo vestido’. Espacios, liturgia y ornamentación textil en las iglesias del Campo de Calatrava (1471-1539)”. in ARAUS BALLESTEROS, Luis; PRIETO SAYAGUÉS, Juan Antonio (coords.) - *Las tres religiones en la Baja Edad Media peninsular. Espacios, percepciones y manifestaciones*. Madrid: La Ergástula, 2018, pp. 145-160.

VAUCHEZ, André - *Catalina de Siena: vida y pasiones*. Barcelona: Herder, 2017.

WALKER BYNUM, Caroline - *Holy Feast and Holy Fast: The religious significance of Food to Medieval Women*. Berkeley: University of California Press, 1988.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

TORRES JIMÉNEZ, Raquel – “Mujeres y liturgia parroquial. Religiosidad femenina laica en el señorío de la Orden Militar de Calatrava en la Castilla rural (siglos XV-XVI)”. *Medievalista* 30 (Julho – Dezembro 2021), pp. 163-201. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.



MEDIEVALISTA

N.º 30 | Julho – Dezembro 2021

ISSN 1646-740X

National Rivalry among Hospitallers? The Case of Bohemia and Austria, 1392-1555

Rivalidades nacionais entre Hospitalários? O Caso da Áustria e da Boémia, 1392-1555

Karl Borchardt

Monumenta Germaniae Historica, Munich

karl.borchardt@mgh.de

Data recepção do artigo / Received for publication: 1 de Dezembro de 2020

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 18 de Março de 2021

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.4535>

ABSTRACT

The medieval Hospitaller priory of Bohemia was riven by ethnic divisions and mutually unintelligible languages. The prior's lieutenant for Austria, Styria, Carinthia and Carniola, who often resided at the important commandery of Mailberg, could have been a nucleus for Austrian independence from Bohemia. The paper edits and discusses a document from 1392 where the prioral chapter deals with a quarrel between Hospitallers in Austria and Styria; their fellow-Hospitallers from the lands of the Bohemian crown (Bohemia proper, Moravia, Silesia) carefully avoided to be offend Duke Albert III of Austria. In the following decades tensions between two rival Habsburg lines in Austria and Styria weakened the position of the Hospitaller lieutenants for the Habsburg lands, especially during the Hussite wars. After the reunification of the Habsburg lands in the early 1460s the commandery of Mailberg was given by Emperor Frederick III and his son Maximilian to their courtiers and creditors, some of whom were not even Hospitallers. With papal support Frederick III tried to transfer Mailberg to his newly-founded military-religious order of St. George at Millstatt in Carinthia. But when the Habsburg rulers became kings of Bohemia and Hungary in 1526, they ceased to be interested in splitting up the Hospitaller priory of Bohemia. In the early modern period this proved to be more important for the future of the priory than "proto-national" identities.

Keywords: Hospitallers; Bohemia; Austria; Mailberg; Emperor Frederick III.

RESUMO

O Priorado do Hospital na Boémia medieval, com sede em Praga, estava fragmentado por divisões étnicas e por línguas mutuamente ininteligíveis. O lugar-tenente do prior para a Áustria, Estíria, Caríntia e Carniola, que muitas vezes residia na importante comenda de Mailberg, poderia ter constituído o núcleo para a separação da Áustria relativamente à Boémia. Neste artigo edita-se e discute-se um diploma de 1392, com a resolução do capítulo do Priorado sobre a disputa entre os Hospitalários da Áustria e da Estíria, no qual os hospitalários das terras da coroa da Boémia (Boémia propriamente dita, Morávia, Silésia) evitaram cuidadosamente ofender o duque Alberto III da Áustria. Nas décadas seguintes, as tensões entre as linhas rivais dos Habsburgos na Áustria e na Estíria enfraqueceram a posição dos lugares-tenentes do Hospital, em particular durante as guerras hussitas. Após a reunificação das terras dos Habsburgos no início da década de 1460, Mailberg foi dada pelo imperador Frederico III e pelo seu filho Maximiliano a cortesãos e a credores, alguns dos quais nem sequer eram freires do Hospital. Com o apoio papal, Frederico III tentou transferir Mailberg para sua recém-fundada Ordem religiosa-militar de São Jorge, sediada em Millstatt, na Caríntia. Mas quando os Habsburgos se tornaram reis da Boémia e da Hungria em 1526, deixaram de se interessar pela divisão do Priorado do Hospital da Boémia. No início da época moderna, isso seria mais importante para o futuro do Priorado do que as identidades "protonacionais".

Palavras-chave: Hospitalários; Boémia; Áustria; Mailberg; Imperador Frederico III.



Introduction

Quarrels and tensions among members of “international” military-religious orders during the Middle Ages have often been understood and explained by modern historians as “national” or “proto-national” rivalries. But methodologically two reservations should be made. Firstly, not many documents expressly mention ethnic or linguistic problems. And secondly, nations were not a dominant concept in medieval politics¹. In the later Middle Ages, nations existed primarily “abroad”, among merchants and craftsmen from distant regions² and among students at universities far away from their homes³. Such nations were basically geographical; linguistic and ethnic homogeneity was not essential⁴. The councils of Pisa 1409, Constance 1414-1418, Siena 1423-1424 and – on a reduced scale – Basel 1431-1449 had nations such as Italia, Gallia, Germania, Anglia and Hispania, unsurprisingly as the councils included many university teachers⁵. At Constance in 1417, the 53

¹ HERNANDO SÁNCHEZ, Carlos José (ed.) – *Roma y España un crisol de la cultura europea en la Edad Moderna. Actas del Congreso Internacional celebrado en la Real Academia de España en Roma del 8 al 12 de mayo de 2007*. Madrid: Sociedad Estatal para la Acción Cultural Exterior, 2007; PETTI BALBI, Giovanna (ed.) – *Comunità forestiere e “nationes” nell’Europa dei secoli XIII-XVI*. Napoli: Liguori Ed., 2001 (Europa mediterranea. Quaderni 19); BUES, Almut; REXHEUSER, Rex (eds.) – *Mittelalterliche nationes, neuzeitliche Nationen. Probleme der Nationenbildung in Europa*. Wiesbaden: Harrassowitz, 1995 (Deutsches Historisches Institut, Warschau, Quellen und Studien 2); BEUMANN, Helmut; SCHRÖDER, Werner (eds.) – *Nationes. Historische und philologische Untersuchungen zur Entstehung der europäischen Nationen im Mittelalter*, 9 vols. Sigmaringen: Th. Verlag, 1978-1991.

² See for example PETTI BALBI, Giovanna – *Mercanti e nationes nelle Fiandre: i genovesi in età bassomedievale*. Pisa: ETS, 1996 (Piccola biblioteca Giseim 7).

³ KIBRE, Pearl – *The Nations in the Medieval Universities*. Cambridge/Mass.: Mediaeval Academy of America, 1948 (The Mediaeval Academy of America, 49); WAGNER, Wolfgang Eric – “Von der ‘natio’ zur Nation? Die ‘nationes’-Konflikte in den Kollegien der mittelalterlichen Universitäten Prag und Wien im Vergleich”. *Mitteilungen der Österreichischen Gesellschaft für Wissenschaftsgeschichte* 20 (2000), pp. 141-162; PINI, Antonio Ivan – “Le ‘nationes’ studentesche nel modello universitario bolognese del Medioevo”. in BRIZZI, Gian Paolo; ROMANO, Andrea (eds.) – *Studenti e dottori nelle università italiane (origine-XX secolo). Atti del Convegno di studi (Bologna, 25-27 novembre 1999)*. Bologna: Clueb, 2000, pp. 21-29.

⁴ At the University of Vienna for example the Hungarian nation included Czech- and German-speaking men from Bohemia, Moravia and Silesia: MÜHLBERGER, Kurt – “Relikte aus dem Mittelalter: Die ‘Akademischen Nationen’ im Rahmen der neuzeitlichen Universitätsgeschichte. Mit einem Exkurs zur Natio Hungarica Universitatis Vindobonensis”. in LENGYEL, Zsolt K. (ed.) – *Österreichisch-ungarische Beziehungen auf dem Gebiet des Hochschulwesens / Osztrák-magyar felsőoktatási kapcsolatok. Székesfehérvár - Budapest: Kodolányi János Főiskola – Eötvös Loránd Tudományegyetem Könyvtára*, 2010, pp. 11-32.

⁵ FINKE, Heinrich – “Die Nation in den spätmittelalterlichen Konzilien”. *Historisches Jahrbuch* 57 (1937), pp. 323-338, reprint in BÄUMER, Remigius (ed.) – *Die Entwicklung des Konziliarismus. Werden und Nachwirken der konziliaren Idee*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1976 (Wege der Forschung 279), pp. 347-368; BRANDMÜLLER, Walter – *Das Konzil von Pavia-Siena 1423-*

electors of Pope Martin V included 23 cardinals plus six delegates drawn from each of the five *nationes*⁶, and during the fifteenth century the cardinals were supposed to represent all nations of Christianity⁷.

From the early fourteenth century the Hospitallers had seven *langues* or tongues at their central convent on Rhodes; after 1462 they had eight⁸. Their c.20 priories in Europe were grouped according to these tongues. But neither tongues nor priories – or grand priories, as they were called in early modern times⁹ – were identical to nations or realms. Both Portugal and Castile on the one hand, and Bohemia and Austria on the other, illustrate this point. Until 1462, the two priories of Portugal and Castile-León were part of the Hispanic tongue; when it was split into two, Portugal and Castile-León together became one single new tongue, despite recurrent tensions and wars between the two realms. Bohemia, with its politically dependent regions of Moravia and Silesia, formed with Austria a single priory¹⁰. This remained so, despite recurrent tensions and wars between Austria and Bohemia, and despite the fact that many Hospitallers from Bohemia and Moravia spoke Czech, not German, as their native tongue. How far Romance languages on the Iberian Peninsula were mutually intelligible in the later Middle Ages, is a question beyond

1424. Paderborn: Ferdinand Schoningh, 2002 (*Konziliengeschichte* A 18), pp. 233-42; HELMRATH, Johannes – *Das Basler Konzil 1431-1449. Forschungsstand und Probleme*. Köln: Böhlau, 1987 (*Kölnische Historische Abhandlungen* 32), pp. 47-51. On problems concerning *nationes* see now SWANSON, Robert N. – “*Gens secundum cognationem et collectionem ab alia distincta? Thomas Polton, two Englands, and the challenge of medieval nationhood*”. in SIGNORI, Gabriela; STUDDT, Birgit (eds.) – *Das Konstanzer Konzil als europäisches Ereignis. Begegnungen, Medien und Rituale*. Ostfildern: Verlag, 2014 (*Vorträge und Forschungen* 79), pp. 57-87.

⁶ FROMME, Bernhard – “Die Wahl des Papstes Martin V”. *Römische Quartalschrift für christliche Altertumskunde und Kirchengeschichte* 10 (1896), pp. 133-162.

⁷ DENDORFER, Jürgen – “Wer wird Kardinal? Kardinalskarrieren und die Zusammensetzung des Kollegs (1417-1471)”. in DENDORFER, Jürgen; LÜTZELSCHWAB, Ralf – *Geschichte des Kardinalats im Mittelalter*. Stuttgart: Anton Hiersemann, 2011 (*Päpste und Papsttum* 39), pp. 361-372, here pp. 362-364, with further references.

⁸ SARNOWSKY, Jürgen – *Macht und Herrschaft im Johanniterorden des 15. Jahrhunderts. Verfassung und Verwaltung der Johanniter auf Rhodos (1421-1522)*. Münster/Westfalen: Verlag, 2001 (*Vita regularis* 14), pp. 147-169; VISSIÈRE, Laurent – “L’île utopique. Rhodes ou l’union des nations chrétiennes”. in *Nation et nations au Moyen Âge. Actes du 44^e congrès de la SHMESP Prague, 23 mai – 26 mai 2013*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2014 (*Histoire ancienne et médiévale* 130), pp. 311-325.

⁹ Since 1626 according to DAUBER, Robert L. – *Die Johanniter-Malteser Orden in Österreich und Mitteleuropa. 850 Jahre gemeinsamer Geschichte*, vol. 3: Neue Zeit (1618 bis 1798). Wien: [private printing], 1998, pp. 668, 777, 848.

¹⁰ An invaluable treasure trove for the Hospitallers in former Habsburg lands is DAUBER, Robert L. – *Die Johanniter-Malteser ...*, vol. 2: Spätmittelalter und frühe Neuzeit (1291 bis 1618). Dauber’s publications are very useful, but his references should always be carefully checked.

the scope of the present paper; German and Czech were definitely not. Nevertheless, Austria and Bohemia remained in one priory, as Castile and Portugal remained in one tongue.

The prior of Bohemia had a lieutenant for Austria who was called *Meister* or *Statthalter* and could have become a nucleus for Austrian independence from Bohemia. The priory had three further lieutenants, for Bohemia proper, for Moravia and for Silesia (*Polonia*)¹¹. Moravia and Silesia were ruled by the Bohemian king and his court, which was comprised of princes, nobles and knights from all these regions. Austria was politically separate from the lands of the Bohemian crown. But Austria was not united, because there were two branches of the ruling Habsburg family with their own followers and networks, one in Austria proper and another one in Styria, Carinthia and Carniola. In Austria proper the two major Hospitaller centres were the strong castle at Mailberg¹², c. 60 kilometres north of Vienna, and the commandery in the capital city of Vienna itself. In Styria the most important commandery was Fürstenfeld, c. 60 kilometres east of the capital town of Graz. Fürstenfeld had close connections with smaller houses such as Melling (c. 80 kilometres south-west of Fürstenfeld) and St. Peter in Carniola (c. 40 kilometres west of Triest). The Hospitaller lieutenant was styled as *Meister* or *Statthalter* ruling Austria, Styria, Carinthia and Carniola – Carinthia being a duchy as Austria and Styria¹³, and Carniola being a march that the Habsburgs called a duchy from 1364 onwards, although the Empire did not recognise this until 1590. The Hospitaller lieutenant for Austria, Styria, Carinthia and Carniola would usually govern key-commanderies

¹¹ Such lieutenancies, *baiulie*, bailiwicks or in German *Balleien* may have been a peculiarity of the Empire north of the Alps: BORCHARDT, Karl (ed.) – *Documents Concerning Central Europe from the Hospital's Rhodian Archives, 1314-1428*. Abingdon-New York: Routledge, 2020 (The Military Religious Orders: History, Sources and Memory), pp. xix-xxi. They included Flanders under the Priory of *Francia* and Lorraine under the Priory of Champagne.

¹² LECHNER, Karl – “Die Kommende Mailberg”. in WIENAND, Adam – *Der Johanniter-Orden*. Köln: Wienand-Verlag, 1970, pp. 413-425; FÜRNKRANZ, Rudolf (ed.) – *Mailberg. Ein Abriss der Ortsgeschichte. Festschrift anlässlich der Verleihung des Marktwappens durch die Landesregierung am 23. Oktober 1999*. Mailberg, 1999; on the history to the thirteenth century, WELTIN, Dagmar - *Studien zur Geschichte der Johanniterkommende Mailberg*. Wien: Wien University, 2007. PhD Thesis, available at http://othes.univie.ac.at/497/1/12-11-2007_0002309.pdf); on charters in Prague, HLAVÁČEK, Ivan; HLEDÍKOVÁ, Zdeňka (eds.) – *Nichtbohemikale mittelalterliche Originalurkunden in den böhmischen Ländern*. Köln – Wien: Böhlau-Verlag, 1977 (Archiv und Wissenschaft 1), pp. 87-88.

¹³ DEMEL, Bernhard – “Zur Geschichte der Johanniter und des Deutschen Ordens in Kärnten”. in NIKOLASCH, Franz (ed.) – *Studien zur Geschichte von Millstatt und Kärnten, Vorträge der Millstätter Symposien 1981 bis 1995*. Klagenfurt: Habelt, 1997 (Archiv für vaterländische Geschichte und Topographie 78), pp. 787-826.

such as Mailberg, Vienna (or at least the fortified house at Laa in the suburbs of Vienna) and Fürstenfeld. If he lacked the backing of both Habsburg lines at the same time, his influence was limited and his chances to obtain greater independence from Bohemia were not promising.

The document of 1392

In 1392 Fr. Johann Schenk¹⁴ was Lieutenant for Austria and Commander of Fürstenfeld, while Fr. Otto Lembucher was Commander of Mailberg. Their quarrel was discussed by Fr. Marcold von Wrutitz¹⁵, Prior of Bohemia from 1391 to 1397, and his provincial chapter at Eiwanzowitz in Moravia on 13 February 1392¹⁶. Because few parallel cases are known in form and contents, the text of this charter is edited below as an appendix. The document was issued by a notary public who authenticated it with his handwriting and his *signetum*. But the charter also still bears 19 seals of Hospitallers who were present during the chapter. Similar documents were usually issued by the prior himself who chaired the chapter, together with some or all of the preceptors and other Hospitallers who were present¹⁷. The 1392 document deals with a complaint of Fr. Johann Schenk and three named Hospitallers against Fr. Otto Lembucher and other, unnamed Hospitallers who had the backing of Duke Albert III of the Austrian line of the Habsburg family, whose territories included Mailberg. The notary public describes, more or less

¹⁴ Fr. Johann probably belonged to the Schenk (*pincerna*) von Osterwitz, today Hochosterwitz in Carinthia, who held the hereditary office of *Erbschenk* in Carinthia and were one of the leading families also in Styria and Carniola. See also Fr. Engelhard Schenk, Commander of St. Peter in Carniola in 1457: DAUBER, Robert L. – *Die Johanniter-Malteser ...*, vol. 2, p. 590. Neither of the two Hospitallers is mentioned by WIESSNER, Hermann – *Die Schenken von Osterwitz. Geschichte eines durch fünf Jahrhunderte führenden Kärntner Ministerialengeschlechtes*. Klagenfurt: Heyn, 1977.

¹⁵ Czech: z Vrutic.

¹⁶ JAN, Libor – “Ivanovice na Hané, Orlovice a johanitský řád (Příspěvek k poznání struktury a ekonomiky rytířských duchovních řádů do konce 15. století)”. *Časopis Matice Moravské* 111 (1992), pp. 199-226, here pp. 211-213; JAN, Libor – “Die Entwicklung des böhmischen Priorats der Johanniter”. in BORCHARDT, Karl and JAN, Libor (eds.) – *Die Geistlichen Ritterorden in Mitteleuropa: Mittelalter*. Brno: Matice moravská, 2011 (Země e kultura ve střední Evropě 20), pp. 79-98, here pp. 95-6; LUTTRELL, Anthony – “The Hospitaller Province of Alamania to 1428”, in NOWAK, Zenon Hubert (ed.) – *Ritterorden und Region – politische, soziale und wirtschaftliche Verbindungen im Mittelalter*, Toruń: Univ. Mikołaja Kopernika, 1995 (Ordines Militares. Colloquia Torunensia Historica 8), pp. 21-41, here pp. 34-5 with note 91, reprint in *The Hospitaller State on Rhodes and its western Provinces, 1306-1462*. Aldershot: Ashgate, 1999 (Variorum Collected Studies Series 655), n. XII.

¹⁷ For examples from the Priory of *Alamania* see BORCHARDT, Karl – “Hospitaller chapters in the medieval priory of *Alamania*”. in MORTON, Nicholas (ed.) – *Piety, Pugnacity and Property*. Vol. 7. *The Military Orders*. Abingdon-New York: Routledge, 2020, pp. 195-207.

verbatim, the formal complaint (*plancta*) and the decision (*esguardium*) which was found and pronounced during the chapter.

In the spring of 1391 Fr. Otto Lembucher had confiscated valuables, extorted payments and in a few cases incarcerated fellow-Hospitallers or their servants. His drastic measures against four commanders must have aroused public scandal, which contemporary chronicles¹⁸ appear to ignore. They do mention, however, a heavy tax that Albert III had imposed on ecclesiastical institutions in 1390¹⁹. Albert's purpose was to pay debts his late brother Leopold III, the founder of the Styrian line of the Habsburg family, had contracted for his wars against the Swiss over the allegiance of the town and territory of Lucerne. Against the Swiss Leopold had lost the battle and his life at Sempach in 1386. Thereafter, Albert assumed the regency for Leopold's four underage sons. In this context, the rich town of Vienna twice obtained a ducal privilege to the effect that no Viennese should be exempt from taxes, except the courtiers of the duke²⁰. Neither of these two privileges said anything about tax exemption for Viennese clergy; it may have struck many as a good idea that the church should contribute. Albert III, however, lacked papal licence to tax ecclesiastical institutions, so Pope Boniface IX in Rome excommunicated him. Fearing that Albert might change sides and recognise Pope Clement VII in Avignon, whom Leopold III had recognised, Boniface soon withdrew

¹⁸ Albert III's court was famous for literary patronage: SCHNEIDER, Christian – "Höfische Lebensform und gesellschaftliche Identität. Literarische Texte um Herzog Albrecht III. von Österreich". in DARTMANN, Christoph; MEYER, Carla – *Identität und Krise? Zur Deutung vormoderner Selbst-, Welt- und Fremderfahrungen*. Münster/Westfalen: Rhema, 2007, pp. 85-95; MEYER, Carla – "Eliten des Hofes - Eliten der Stadt. Ständische Verhaltenskonzepte und gesellschaftliche Identitätsbildung im Reflex der Literatur um Herzog Albrecht III. von Habsburg (1365-1395)". in PARAVICINI, Werner; WETTLAUFER, Jörg (eds.) – *Der Hof und die Stadt. Konfrontation, Koexistenz und Integration in Spätmittelalter und früher Neuzeit. 9. Symposium der Residenzen-Kommission, Halle an der Saale, 25.-28. September 2004*. Ostfildern: Th. Verlag, 2006, pp. 449-470.

¹⁹ This tax allegedly yielded 100,000 pounds: "Wiener Annalen von 1348-1404". in SEEMÜLLER, Joseph (ed) – *Österreichische Chronik von den 95 Herrschaften*. Hannover: Hahn 1909, pp. 231-242, here 235. On the background, STRNAD, Alfred - *Herzog Albrecht III. von Österreich (1365-1395). Ein Beitrag zur Geschichte Österreichs im späteren Mittelalter*. Wien: University of Wien, 1961. PhD Theis, p. 230; GUTKAS, Karl – *Geschichte des Landes Niederösterreichs*, 4th ed. St. Pölten – Wien: NÖ Pressehaus, 1984), pp. 103-104.

²⁰ Vienna, 1389 December 27: TOMASCHEK, Johann Adolf (ed.) – *Die Rechte und Freiheiten der Stadt Wien*. Wien: A. Höler, 1877 (Geschichts-Quellen der Stadt Wien, ed. Karl Weiß), p. 201 n. 100. Renewed Vienna, 1391 December 13: TOMASCHEK, Johann Adolf (ed.) – *Die Rechte und Freiheiten ...*, pp. 202-203, n. 101.

his excommunication²¹. Yet in the spring of 1391, Fr. Otto Lembucher obviously had the backing of Albert III when he extorted payments from recalcitrant Hospitallers.

This becomes less surprising when we remember that Albert's chancellor Berthold von Wehingen († 1410)²² was a brother of Lembucher's predecessor at Mailberg, Fr. Hugo von Wehingen. The Wehingen were knights from Swabia. Hugo the Elder had sold the family castle to Albert III's father Albert II in 1351, who had promised to look after his children in return. Thus Hugo the Younger became Commander of Hohenrain²³, c. 20 kilometres north of Lucerne, and later on Commander of Mailberg²⁴. On 22 March 1385, Albert III asked the Urbanist Hospitaller Master Fr. Riccardo Caracciolo to confirm Mailberg to Fr. Hugo for life²⁵. The Duke's petition was granted at Cicciano, 35 km north-east of Naples, on 16 May 1385 by Fr. Riccardo and high-ranking Hospitaller brethren in his entourage²⁶. At Genoa on 11 January 1386, Fr. Riccardo retained Fr. Hugo under his special jurisdiction²⁷, an act that exempted Fr. Hugo personally together with his possessions from all other officers

²¹ 1391 November 23: KURZ, Franz – *Österreich unter Herzog Albrecht III.*, 2 vols. Linz: Haslinger, 1827, here vol. 2, pp.149-52, 282-284 n. 78. See VANCSEA, Max – *Geschichte Nieder- und Oberösterreichs*, Stuttgart – Gotha: Perthes, 1927 (Allgemeine Staatengeschichte 3/6/2), p. 180.

²² LACKNER, Christian – *Hof und Herrschaft: Rat, Kanzlei und Regierung der österreichischen Herzoge (1365-1406)*. Wien-München: Oldenbourg, 2002 (Mitteilungen des Instituts für Österreichische Geschichtsforschung, Ergänzungsband 41), pp. 299-309. On the family see MITIS, Oskar von – “Die schwäbischen Herren von Wehingen in Österreich – ein Beispiel für Familienwanderung im Mittelalter”. *Jahrbuch für Landeskunde von Niederösterreich*. Ser. NF, 23 (1930), pp. 76-92, here p. 82 note 2; STIERLE, Leopold – *Die Herren von Wehingen. Ein schwäbisches Rittergeschlecht im Dienste der Grafen von Honenberg, der Babenberger, König Ottokars II. von Böhmen und der Habsburger. Seine verschiedenen Zweige in Niederösterreich und Mähren, in Tirol und in der angestammten Heimat*. Sigmaringen: Thorbecke, 1989, pp. 26-28.

²³ He was mentioned Vienna, 1371 November 5: *Regesta Habsburgica. Regesten der Grafen von Habsburg und der Herzoge von Österreich aus dem Hause Habsburg, V. Abteilung: Die Regesten der Herzoge von Österreich 1365-1395, 2. Teilband (1371-1375)*. Ed. Christian Lackner in collaboration with Claudia Feller and Stefan Seitschek. Wien-München: Böhlau, 2010, p. 68, n. 826.

²⁴ Undated letter of supplication by which Duke Albert III asked the Prior of Bohemia [Duke Ziemovit of Teschen] to appoint Fr. Hugo von Wehingen as successor of the now ill and probably soon dead commander of Mailberg: *Regesta Habsburgica ...*, p. 159 n. 1059, from a formulary Gießen, Universitätsbibliothek 632 fol. 40r-v. The date is supposed to be between 1373 and 1379. The text mentions Fr. Hugo's carnal brother Reinhard von Wehingen, *Kammermeister* and later *Hofmeister* of Duke Leopold III.

²⁵ SENCKENBERG, Heinrich Christian (ed.) – *Selecta iuris et historiarum tum anecdota tum iam edita, sed rariora*, IV/2. Frankfurt am Main, 1738, pp. 280-81, n. 80; PETERS, Henriette – *Ein Formelbuch aus der Kanzlei Albrechts V.*, unpublished paper from the Institut für Österreichische Geschichtsforschung. Wien, 1956, pp. 9-11 n. 5. – On Caracciolo, DELAVILLE LE ROULX, Joseph – *Les Hospitaliers à Rhodes jusqu'à la mort de Philibert de Naillac (1310-1421)*. Paris: Leroux, 1913, pp. 248-264; HUNYADI, Zsolt – The Western Schism and Hungary: From Louis I to Sigismund of Luxembourg. *Chronica* 13 (2017), pp. 45-53.

²⁶ BORCHARDT, Karl (ed.) – *Documents Concerning Central Europe ...*, p. 129, n. 146.

²⁷ BORCHARDT, Karl (ed.) – *Documents Concerning Central Europe ...*, p. 135, n. 153.

in the Hospital. In 1387 and 1389, Fr. Hugo was mentioned as Commander of Mailberg. Then he lost Mailberg to Fr. Otto Lembucher, contrary to his Magistral privilege of 1385. The reasons for this remain unclear. Certainly Fr. Hugo did not die, because from 1397 to 1405 he reappears, this time as Commander of Vienna and Laa²⁸.

The monies Fr. Otto Lembucher extorted from his opponents in 1391 were considerable, amounting to 1215 florins and 221 pounds, some 1615.3 florins at a ratio of 1 florin for 132.5 pennies²⁹. They may have been paid ultimately to Duke Albert III. Further context for Fr. Otto Lembucher's actions might be the tense relations between Albert III and King Wenceslaus, the ruler of the Empire and of Bohemia, because the Prior Fr. Marcold von Wrutitz was a close counsellor of Wenceslaus³⁰. In the early 1390s, Albert allied himself with two relatives, rivals and possible successors of the childless Wenceslaus, his brother King Sigismund of Hungary and his cousin Margrave Jobst of Moravia. One alliance against Wenceslaus dated from January 1392³¹, an earlier one from June 1390³². In the autumn of 1391 Wenceslaus tried to reconcile Albert³³, but failed. In 1394 Wenceslaus was taken prisoner in Prague by Jobst. This led to open warfare in Bohemia and adjacent lands. In the end Wenceslaus had to be released from the strong castle of Wildberg in Austria where he had been confined, some 13 kilometres north of Linz³⁴. Yet the

²⁸ STIERLE, Leopold – *Die Herren von Wehingen ...*, pp. 27-28 with notes 23-31; DAUBER, Robert L. – *Die Johanniter-Malteser ...*, vol. 2, pp. 583, 586-87.

²⁹ LACKNER, Christian – *Ein Rechnungsbuch Herzog Albrechts III. von Österreich. Edition und Textanalyse*. Wien: Selbstverlag des NÖ Instituts für Landeskunde, 1996 (Studien und Forschungen aus dem Niederösterreichischen Institut für Landeskunde 23), p. 22 with note 30; PRIBRAM, Albert Francis – *Materialien zur Geschichte der Preise und Löhne in Österreich* 1. Wien: Carl Ueberreuter, 1938, p. 20; SPUFFORD, Peter – *Handbook of Medieval Exchange*. London: Royal Historical Society, 1986 (Royal Historical Society, Guides and Handbooks 13), pp. 266, 271-272. One pound was 240 pennies. In the fourteenth century the florin started with 120 pennies and in sixteenth it ended up with 240 pennies. Ratios per florin 1390: 126 d, 1391: 132 d, 1391-2: 132,5 d, 1392: 138d, 1393: 144 d, 1394-1401: 150d.

³⁰ MITÁČEK, Jiří – “Die böhmische Provinz des Johanniterordens und die Luxemburger 1310-1437”. in BORCHARDT, Karl; JAN, Libor – *Die geistlichen Ritterorden in Mitteleuropa, Mittelalter*. Brno: Matices moravská, 2011 (Země e kultura ve střední Evropě 20), pp. 99-113, here p. 111.

³¹ 1392 January 13 and 14: KURZ, Franz – *Österreich unter Herzog ...*, vol. 2, pp. 152-155, 282-87 n. 79, 288 n. 80.

³² 1390 June 2: KURZ, Franz – *Österreich unter Herzog ...*, vol. 2, pp. 276-79 n. 75.

³³ 1391 September 14: LÜNIG, Johann Christian (ed.) – *Codex Germaniae diplomaticus*. Frankfurt/Main, 1732, vol. 1, col. 1403-1406 n. 330.

³⁴ KRAUS, Thomas R. – “Eine unbekannte Quelle zur ersten Gefangenschaft König Wenzels im Jahre 1394”. *Deutsches Archiv zur Erforschung des Mittelalters* 43 (1987), pp. 135-195; ŠTĚPÁN, Václav –

compromise did not last. Before Duke Albert died in 1395, he had begun working for the deposition of Wenceslaus both as king of the Romans and as king of Bohemia.

Clearly in February 1392, the situation for the Hospitaller Prior of Bohemia was difficult enough. At Eiwanowitz, Fr. Marcold carefully avoided incriminating Albert III. He went as far as to claim that as a Czech noble he had difficulty dealing in German and asked another Hospitaller to act as his *prolocutor*. Nothing was said about the lawfulness of Fr. Lembucher's actions, as this might have provoked Duke Albert. It was stated only that the Commander of Mailberg had been legitimately summoned but had not come to Eiwanowitz. So he was declared disobedient and forfeited his office with its possessions. Conscientiously the chapter busied itself with a formal point and left the main issue open. In this way, they left the door open to further negotiations, especially since no successor was appointed for Fr. Otto Lembucher in Mailberg.

Tensions between Austria and Styria

Fr. Johann Schenk of Fürstenfeld, Fr. Oswald of St. Peter in Carniola and Fr. Nicolaus Hynko of Melling were not mentioned again after 1392, in contrast to Fr. Michael Sindram of Vienna, who was again attested in 1396³⁵. Their adversary, Fr. Otto Lembucher, however, continued as commander of Mailberg until at least 1406, and his successor was a relative, Fr. Berhard Lembucher, who is attested in 1412 and 1419; in 1407, Fr. Berhard had already been commander of Vienna³⁶. As these developments show, the complaints of 1392 were counterproductive for most Hospitaller plaintiffs who afterwards disappeared. The defendant, however, survived; he must have had influential friends in Austria. Later on, in 1406, Fr. Otto Lembucher was part of an association of grand proprietors in Habsburg lands. Their alliance consisted of 22 towns, 81 nobles and 28 prelates plus two princes of the Empire, Berthold von Wehingen, Archbishop-Elect of Salzburg, who was at the same time Bishop of Freising, and Georg von Hohenlohe, Bishop of Passau. The allied proprietors mediated between the Austrian and Styrian lines of the Habsburg

Moravský markrabě Jošt (1354-1411). Brno: Matice moravská, 2002 (Kniznice Matice Moravské 10), pp. 351-375.

³⁵ DAUBER, Robert L. – *Die Johanniter-Malteser ...*, vol. 2, pp. 586-588.

³⁶ DAUBER, Robert L. – *Die Johanniter-Malteser ...*, vol. 2, p. 583 and p. 586.

dynasty, Albert III's grandson Albert V on the one side and the two surviving sons of Leopold III, that is Leopold IV and Ernst I, on the other side. As Albert V was still a minor, Leopold IV assumed the regency for him in the Austrian lands and ceded his rights to his Styrian inheritance to his brother Ernst I³⁷.

A complete list of the Hospitaller lieutenants for Austria, Styria, Carinthia and Carniola remains a desideratum. We know in 1423 Fr. Stephan Khodase, Commander of Fürstenfeld³⁸, in 1468 Fr. Johann Kheser³⁹, a former Commander of Fürstenfeld⁴⁰, in 1473 Fr. Sebald Puchil⁴¹, and in 1494 Fr. Jakob Reinher, Commander of St. Peter in Carniola⁴². Fr. Johann Kheser was a priest brother, not a knight; in 1427 he had been Commander of Fürstenfeld, where in 1433 and 1438 he was succeeded by his relative Fr. Martin Kheser, while he himself was Commander of Vienna in 1430 and 1438⁴³. The family names Khodase, Puchil and Reinher also point towards non-noble and even non-knightly descent, as was the rule for priest-brothers. This must have limited the political influence such lieutenants could exert. At any rate the important commanderies of Mailberg, Vienna and Fürstenfeld were not in one hand during these years, and the Habsburg dominions in Austria proper and in Styria were kept separate. One consequence was that the crisis of the Bohemian priory during the Hussite wars from 1419 to 1434 could not be used to secure greater independence for the Austrian lieutenant.

³⁷ Vienna 1406 December 6: SCHWIND, Ernst Freiherr; DOPSCH, Alphons (eds.) – *Ausgewählte Urkunden zur Verfassungs-Geschichte der deutsch-österreichischen Erblande im Mittelalter*. Innsbruck: Wagner, 1895, pp. 300-302 n. 159. The charter calls him *Ott maister zu Maurperg*; it is not said that he was a Hospitaller. For the background NIEDERSTÄTTER, Alois – *Die Herrschaft Österreich. Fürst und Land im Spätmittelalter*. Wien: Ueberreuter, 2001 (Österreichische Geschichte 1278-1411, ed. Herwig Wolfram), pp. 286-287.

³⁸ The reference to Fr. Hans (Johannes) in 1403 is a mistake of DAUBER, Robert L. – *Die Johanniter-Malteser ...*, vol. 2, pp. 583, 587.

³⁹ DAUBER, Robert L. – *Die Johanniter-Malteser ...*, vol. 2, p. 583.

⁴⁰ See below note 43. Priest-brother and Commander of St. Peter in Carniola 1493 and 1446: DAUBER, Robert L. – *Die Johanniter-Malteser ...*, vol. 2, p. 590. It deserves further investigation whether the documents from 1403 to 1468 really refer to one and the same person.

⁴¹ 1473 October 13: *Repertorium Germanicum X. Verzeichnis der in den Registern und Kameralakten Sixtus' IV. vorkommenden Personen, Kirchen und Orte des Deutschen Reiches, seiner Diözesen und Territorien 1471-1484*. Berlin – Boston: De Gruyter, 2018, n. 6754.

⁴² St. Peter, 1494 February 25: Prague, Národní archiv, Maltézští rytíři – české velkopřevorství n. 3097. References to the charters in Prague [Online]. [accessed at 9 June 2020]. Available at <https://www.monasterium.net/mom/CZ-NA/RM/fond>.

⁴³ Fr. Martin Kefer[!], 1433 January 11: Prague, Národní archiv, Maltézští rytíři – české velkopřevorství, n. 2093; 1438 June 7: Prague, Národní archiv, Maltézští rytíři – české velkopřevorství, n. 2097; 1438 September 14: Prague, Národní archiv, Maltézští rytíři – české velkopřevorství, n. 1653.

Meanwhile the important castle of Mailberg helped to defend Austrian independence against Styria. Duke Albert V, who ruled Austria, married the daughter of Emperor Sigismund († 1437) and succeeded his father-in-law as King of the Romans, in Bohemia and in Hungary, but died young in 1439. At this time Albert's son Ladislaus was not yet born. Nicknamed the Posthumous, Ladislaus inherited Bohemia and Hungary, but the eldest member of the Styrian line, Duke Frederick V, was elected to the Empire in the same year – at first as King, and then from 1452 as Emperor Frederick III, married to Eleanor of Portugal – and took over the regency for Ladislaus. As long as he could, Frederick kept Ladislaus as his ward at court in Graz or Wiener Neustadt, which many leading politicians and landowners in Bohemia, Hungary and Austria resented. Prominent among the Austrian opposition was the Commander of Mailberg, Fr. Wilhelm Dachsner (zu Taxen). On 14 October 1451, he permitted Ulrich von Eitzing to bring together 250 friends at Mailberg who formed a confederation that was formally signed in December 1451⁴⁴ and eventually forced Frederick III to release his ward in 1452. Ladislaus was escorted from Wiener Neustadt to Vienna where he established his court. With Ladislaus' sudden death in 1457, the male line of the Austrian branch of the Habsburg family became extinct. Bohemia and Hungary elected non-Habsburg kings. Frederick III assumed control of Austria, but he had to quarrel there against claims of his younger brother Albert VI († 1463) and against Ulrich von Eitzing († 1460), the political leader of the Austrian estates. Ulrich, his brothers and their followers, among them the Commander of Mailberg, supported Albert VI and fought against unification with Styria. In 1458, Albert VI took over the western part of Austria proper; in 1462, he besieged his brother in Vienna, and in 1463 he also conquered the eastern part of Austria with Vienna⁴⁵. Stephan von Eitzing maintained good relations with the new Commander of Mailberg, Fr. Achaz

⁴⁴ GUTKAS, Karl – “Der Mailberger Bund von 1451. Studien zum Verhältnis von Landesfürst und Ständen um die Mitte des 15. Jahrhunderts”. *Mitteilungen des Instituts für Österreichische Geschichtsforschung* 74 (1966), pp. 51-94, 347-392, here pp. 357, pp. 389-392, n. 4. Fr. Wilhelm sealed as n. 14, followed by two relatives, n. 15 Heinrich Dachsner and n. 16 Nikolaus Dachsner (zu Mörtersdorf).

⁴⁵ LANGMAIER, Konstantin Moritz A. – *Erzherzog Albrecht VI. von Österreich (1418–1463). Ein Fürst im Spannungsfeld von Dynastie, Regionen und Reich*. Köln: Böhlau, 2015 (Forschungen zur Kaiser- und Papstgeschichte des Mittelalters 38), pp. 491-647; CSENDES, Peter; OPLL, Ferdinand (eds.) – *Wien. Geschichte einer Stadt*. Vol. 1: *Von den Anfängen bis zur ersten Wiener Türkenbelagerung (1529)*. Wien: Böhlau, 2001, pp. 157-164.

Bohunko⁴⁶; this person had been Frederick's candidate for Mailberg but supported him only when King George of Bohemia intervened on his behalf⁴⁷. When Albert VI died on 2 December 1463 the Emperor's hold on Austria proper was no longer challenged by other members of the Habsburg family and he could turn his attention to Fr. Achaz Bohunko.

The Emperor's Debts and St. George of Millstatt

At this junction, the fate of Mailberg and the Hospitaller lieutenancy in Austria, Styria, Carinthia and Carniola was bedevilled by two new factors: commanders who had loaned monies to the ruler of Austria, and Frederick III's plan to found his own military-religious order at Millstatt in Carinthia. Achaz Bohunko was the first but by no means the last commander at Mailberg who had made loans to Habsburg rulers. Still a layman, Bohunko served the Teutonic Order with mercenaries in Prussia when in 1454 war broke out there between the Highmaster on one side, the Prussian estates and Poland on the other side. The bankrupt Highmaster Fr. Ludwig von Ellrichshausen rewarded Achaz Bokunko with the Teutonic Order Commandery of Groß-Sonntag⁴⁸ in Styria. As founders of Groß-Sonntag, both Emperor Frederick III and Count Ulrich of Schaunberg protested in 1455 that the commandery had been given to someone who was not a member of the Teutonic Order⁴⁹. In 1457 Bohunko negotiated with the Emperor in Laibach⁵⁰ on behalf of the Teutonic Order. In 1458 he claimed 1,657 florins of Hungary from Groß-Sonntag, and the Teutonic Order Bailiff of Austria Fr. Johann von Pommersheim was licenced to pay this sum in three

⁴⁶ See his charters for Stephan von Eitzing, 1463 February 25: *Archiv für österreichische Geschichte* 1 (1848), pp. 34-35 ns. 166, 1463 February 26: *Archiv für österreichische Geschichte* 1 (1848), p. 35 n. 168; MOCHTY-WELTIN, Christina – "Inventarium der Eitzingerischen brieff in der grossen truhen liegendt". *NÖLA Mitteilungen aus dem Niederösterreichischen Landesarchiv* 15 (2012), pp. 212-263, 17 (2016), pp. 178-369. – Fr. Achaz Bohunko was also mentioned on 26 March 1466: *Geschichte des Benedictiner-Stiftes Melk in Niederösterreich, seiner Besitzungen und Umgebungen* 2/2. Wien: Beck, 1869, p. 666. He acquired possessions from the brothers Oswald and Stephen von Eitzing, Wiener Neustadt, 1472 September 23: Prague, Národní archiv, Maltézští rytíři – české velkopřevorství n. 1465; Regesta Imperii XIII, 26, n. 663. Similarly he acquired tithes from a certain Stephan Bierbaumer, Graz, 1478 July 23: Regesta Imperii XIII, 26 n. 716. References to the Regesta Imperii [Online]. [accessed at 25 November 2020]. Available at <http://www.regesta-imperii.de/regesten/suche.html>.

⁴⁷ HEINIG, Paul-Joachim – *Kaiser Friedrich III. (1440–1493). Hof, Regierung, Politik*. 3 vols., Köln - Weimar - Wien: Böhlau, 1997 (Forschungen zur Kaiser- und Papstgeschichte des Mittelalters 17), vol. 1, p. 45 with note 39.

⁴⁸ Today Velika-Nedelja, east of Pettau, Slovene: Ptuj, in Slovenia.

⁴⁹ Wiener Neustadt, 1455 May 2: Regesta Imperii XIII, 24 n. 201; Count Ulrich, 1455 May 10.

⁵⁰ Slovene: Ljubljana.

instalments⁵¹. In 1459 Bohunko gave Frederick III a loan of 2,000 florins of Hungary⁵². Later in that year, Bohunko supported Catholic Bohemian nobles – among them the Hospitaller Prior of Bohemia – and the Emperor against George of Podiebrad, the Utraquist or former Hussite who had been elected king of Bohemia in 1458⁵³.

The Bohemian prior accepted Bohunko as Commander of Mailberg on condition that he became a Hospitaller. Frederick III intervened on behalf of his creditor, as soon as the previous Commander, Fr. Wilhelm Dachsner, had died. As patron of Mailberg and Laa, and on behalf of all other dukes of Austria, Frederick III asked the prior to grant the two purportedly ever united houses to Bohunko. Afterwards the Prior Fr. Jodok von Rosenberg⁵⁴ appointed Bohunko to both Mailberg and Laa with estimated annual revenues of 25 marks of silver. On 10 January 1460, Pope Pius II agreed to this unusual appointment, but the papal charter was not issued until 1 April 1468 by Pope Paul II⁵⁵. The long delay between approving the supplication and issuing the charter was not normal practice at the Roman curia. This point would merit closer inspection; at present it is advisable not to speculate about possible reasons.

At the same two dates, 10 January 1460 and 1 April 1468, the Emperor secured a papal decision that Mailberg and Laa should cease to be dependent upon the prior of Bohemia. Here again there is the problem of a long delay between supplication and charter. At any rate, in future the Commander of Mailberg, Fr. Achaz Bohunko,

⁵¹ Wiener Neustadt, 1458 September 16: *Regesta Imperii XIII*, 24 ns. 206-207, mentioning Bohunko's letter to the Highmaster, Laibach, 1457 June 3.

⁵² 1459 September 23: *Regesta chronologico-diplomatica Friderici III Romanorum Imperatoris (Regis IV)*. Ed. Joseph Chmel. Wien, 1840, p. 374, n. 3750.

⁵³ BACHMANN, Adolf – *Deutsche Reichsgeschichte im Zeitalter Friedrichs III. und Max I.* Vol. 1, Leipzig, 1884, p. 478; FILIP, Václav; BORCHARDT, Karl – *Schlesien, Georg von Podiebrad und die römische Kurie*. Würzburg: Verein für Geschichte Schlesiens, 2005 (*Wissenschaftliche Schriften des Vereins für Geschichte Schlesiens* 6), pp. 81-106.

⁵⁴ Czech: Jošt z Rožmberka. He had been Prior of Bohemia at Strakonitz since 1452. In 1456 he became Bishop of Breslau. In this context he had to resign the office of Provost of the cathedral in Prague: FILIP, Václav; BORCHARDT, Karl – *Schlesien, Georg von Podiebrad ...*, pp. 65-66. Jodok died on 11 November 1467. For the Priory of Bohemia an *administrator* was appointed, Fr. Heinrich von Platz an der Naser, Stráž nad Nežárkou: DAUBER, Robert L. – *Die Johanniter-Malteser ...*, vol. 2, p. 580.

⁵⁵ 1468 April 1 from 1460 January 10: V 528 fol. 233r-234r. *Repertorium Germanicum IX: Verzeichnis der in den Registern und Kameralakten Pauls II. vorkommenden Personen, Kirchen und Orte des Deutschen Reiches, seiner Diözesen und Territorien, 1464-1471*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2000, n. 4539; *Materialien zur österreichischen Geschichte. Aus Archiven und Bibliotheken*. Ed. Joseph Chmel, vol. 2. Wien, 1840, pp. 297-98, n. 234.

and his successors were to be dependent solely upon the Master on Rhodes. The document claimed that Mailberg and Laa had always been united and that both had been founded by previous dukes of Austria, who held the right to nominate or present the lieutenant:

“... quod preceptoria domorum castri Meurperg et in Laach invicem canonicè unitarum et in ducatu Austrie consistentium Hospitalis sancti Iohannis Ierosolimitani Patauensis diocesis per milites ex dicto ducatu oriundos et ipsi imperatori eiusque progenitoribus Austrie ducibus, qui pro tempore extiterunt et in quorum dominio domus ipse site sunt, fideles et gratos ad presentationem seu nominationem imperatoris et progenitorum predictorum generali locumtenenti magistri eiusdem Hospitalis in illis partibus pro tempore deputato factam per ipsum locumtenentem pro tempore institutos gubernari consueverant ...”.

The text carefully avoided any hint that Mailberg used to have a lieutenant of the Prior of Bohemia (now resident at Strakonitz, a fortified castle to which the priors had moved from Prague during the times of the Hussite wars⁵⁶), not of the Master of the Hospital (on Rhodes). Furthermore, it was questionable whether the duke really held a *ius nominationis* or *presentationis* and whether only the duke's subjects could be appointed as lieutenants. By papal decision, Mailberg was now freed from any subjection to Strakonitz. Moreover, Mailberg's commander was to be the superior of all Hospitallers in the dominions of the house of Austria:

“... ab omni superioritate et iurisdictione eiusdem preceptoris de Strakonitz tunc et pro tempore existentis auctoritate apostolica prorsus exemit et totaliter ac perpetuo liberavit nec non reliquias domos et preceptorias predictas in eiusdem ducatu, principatibus et dominiis hereditariis existentibus dicte preceptorie in Meurperg et in Laach ac eius pro tempore preceptoris immediate subiecit illamque eis in caput constituit, iure tamen superioritatis et domini, que magister dicti Hospitalis Rhodi super omnes preceptorias predictas habebat, in omnibus semper salvo⁵⁷.”

Then the Emperor argued that the master at Strakonitz, that is the prior of Bohemia, supported heresy. So on 22 July 1468 Paul II consented to the Emperor's supplication that Mailberg should be immediately subject to the Roman church, but the pope added a clause that reserved the rights of Master and Convent on Rhodes⁵⁸. This was not what the Emperor wanted, and so far there is no trace that this papal

⁵⁶ MITÁČEK, Jiří. – “Strakonice ve struktuře České provincie řadu johanitů za vlády Lucemburků”. *Jihočeský Sborník Historický* 75 (2006), pp. 40–61.

⁵⁷ 1468 April 1 from 1460 January 10: V 528 177r-178r; *Repertorium Germanicum IX ...*, n. 4539; *Materialien zur österreichischen ...*, pp. 296-297, n. 233.

⁵⁸ 1468 July 22: S 628 fol. 1v-2r; *Repertorium Germanicum IX ...*, n. 4539.

charter was ever actually issued. In 1470 Fr. Achaz Bohunko acknowledged that Frederick III had given him Mailberg and Laa only until further notice⁵⁹. The clause meant that after being repaid his monies, Fr. Bohunko would resign Mailberg and Laa, and the Emperor could then transfer them to St. George at Millstatt. This never happened, neither with Fr. Bohunko nor with his successors. One reason could be that Frederick III and his heirs never had enough money; thus Mailberg remained a Hospitaller castle.

Another reason was certainly that St. George at Millstatt turned out to be a failure. It has been argued that founding a new military-religious order was anachronistic in the fifteenth century, but this argument may be an oversimplification⁶⁰. When Frederick travelled to Rome for a second time in the autumn of 1468, the foundation made progress. The new order's centre was established in the extinct Benedictine monastery of St. George at Millstatt in Carinthia. Its first *magister generalis* became Hanns Siebenhirter († 1508)⁶¹, who had been Frederick's *Küchenmeister*, responsible for the management and the monies of the imperial court. Any future master and other senior officers were to be appointed by Frederick III as the founder, and after him by any senior of the house of Austria. It has often been said that the ostensible purpose of the foundation was defence against Turkish raids from Bosnia through Croatia and Slavonia that threatened Carniola, Carinthia, Styria and Istria from the 1460s onwards. Yet no sources prove this⁶². The foundation

⁵⁹ Graz, 1470 November 14: *Regesta chronologico-diplomatica ...*, p. 595 n. 6134.

⁶⁰ WEISFLECKER-FRIEDHUBER, Inge – “Maximilian I. und der St. Georgs-Ritterorden”. *Symposium zur Geschichte von Millstatt und Kärnten* (1989), pp. 87-106, here p. 87: ... entsprach offenbar nicht mehr der Zeit“. St. George of Millstatt was supposed to have fully professed members with the three solemn vows of chastity, poverty and obedience, contrary to the new monarchical orders of chivalry that began to found in the later Middle Ages. But see BOULTON, D'Arcy Jonathan Dacre – *The Knights of the Crown. The Monarchical Orders of Knighthood in Later Medieval Europe 1325-1520*. Woodbridge: Boydell, 1987, p. 399 with note 7, p. 483.

⁶¹ STUBENVOLL, Franz – “Aus dem Leben von Hanns Siebenhirter, erster Hochmeister des St. Georgs-Ritterordens (1420-1508)”. in NIKOLASCH, Franz (ed.) – *Studien zur Geschichte von Millstatt und Kärnten, Vorträge der Millstätter Symposien 1981 bis 1995*. Klagenfurt: Habelt, 1997, pp. 495-510.

⁶² TOMASCHEK, Johann – “Kaiser Friedrich III. und der St. Georgs-Ritterorden – Fakten und Fiktionen”. *Symposium zur Geschichte von Millstatt und Kärnten*, ed. Franz Nikolasch (2011), pp. 1-22, here pp. 9-14. And TOMASCHEK, Johann – “Kaiser Friedrich III (...)” ..., pp. 4-9 against the myth that Frederick III vowed the foundation while he was besieged in Vienna in 1462.

charter issued by Pope Paul II on 1 January 1469 mentioned only the commemoration of Frederick III and his family⁶³.

Frederick III surely also had political and socio-economic motives. His relations with nobles and knights in his dominions were complex and ambiguous; Achaz Bohunko was no exception here. Such nobles and knights wanted to serve their lord, but expected to be paid. Whenever Frederick was unable to pay, conflicts arose. One such conflict broke out in 1469, the year when St. George at Millstatt was established. Andreas Baumkircher, from a knightly family in the county of Görz⁶⁴, had hired mercenaries and served both Ladislaus Posthumous and Frederick III in the 1450s and early 1460s. Because Frederick did not pay, he elected to help himself; in the Emperor's eyes, he "rose in rebellion." On 21 July 1469, Baumkircher won a resounding victory at Fürstenfeld, and protracted negotiations began after an armistice was declared. Finally, Baumkircher met the Emperor in Graz, but was treacherously taken prisoner and beheaded as a rebel on 23 April 1471⁶⁵. The idea that the church should pay for the needs of the monarch or prince was not new, as we have seen in 1391/92. A military-religious order such as St. George of Millstatt endowed and dominated by the monarch was an obvious means to facilitate the ruler's access to ecclesiastical revenues.

Further motivations come to light when we look at Frederick's endowments for St. George at Millstatt more closely. The papal foundation charter mentioned

"... monasterium Milstat ac domum seu preceptoriam Morperch sancti Benedicti et sancti Iohannis Ierosolimitani ordinum Salczburgensis et Patauiensis diocesum nec non hospitale sancti Martini Wyennensis monasterium nuncupatum eiusdem Patauiensis diocesis nec non capellam beate Marie Novefundationis ac parrochiale

⁶³ "... ad laudem et gloriam omnipotentis Dei ac gloriose virginis Marie, pro exaltacione quoque catholice fidei, anime sue salute ac domus Austrie, a qua originem traxit, commemoratione et decore ...": Lateran, 1469 January 1: *Monumenta Ducatus Carinthiae*. Ed. Hermann Wiessner, vol. 11: *Die Kärntner Geschichtsquellen 1414-1500*. Klagenfurt: Kartner Druckere, 1972, pp. 160-164, n. 406.

⁶⁴ Italian: Gorizia, Slovene: Gorica.

⁶⁵ KROPF, Rudolf; POLSTER, Gert (eds.) – *Andreas Baumkircher und das ausgehende Mittelalter. Tagungsband der 32. Schlaininger Gespräche 16. bis 20. September 2012*. Eisenstadt: Landesmuseum 2015; KROPF, Rudolf (ed.) – *Andreas Baumkircher. Leben und Sterben im 15. Jahrhundert*. Eisenstadt: Burgenländischen Landesregierung, 2013 (Wissenschaftliche Arbeiten aus dem Burgenland 144); *Andreas Baumkircher und seine Zeit*. Eisenstadt: Burgenländisches Landesmuseum, 1983 (Wissenschaftliche Arbeiten aus dem Burgenland 67).

ecclesiam sancte Marie in Montestraden Salceburgensis diocesis, que de iure patronatus ipsius imperatoris existunt ...”⁶⁶.

The two major endowments were unsafe or disputed possessions for the house of Austria. By donating them to a religious institution controlled by himself and his heirs, Frederick safeguarded Habsburg’s rights and claims. Moreover, he might even be said to have put them under ecclesiastical protection. Millstatt had been a Benedictine monastery under the lordship of the counts of Cilli⁶⁷. This family became extinct when Count Ulrich II was murdered at Belgrade in 1456, and Frederick III did not secure its possession until 1460. Mailberg was a similar case, for Frederick’s claim to appoint the commander *iure patronatus* remained dubious, to say the least.

In 1479 the bishopric of Wiener Neustadt, one of Frederick III’s favourite residences, founded in 1469 by Pope Paul II at the request of the Emperor, was also incorporated into the Order of St. George by Pope Sixtus IV. In future the bishop of Wiener Neustadt, appointed by Frederick III and after him by the senior of the house of Austria, was to be the highest-ranking officer of the Order. The plan behind this may have been to advance St. George of Millstatt to a higher rank and to increase the heretofore insufficient revenues of the new bishopric. But Siebenhirter, *magister generalis* of St. George, protested and in 1480 Sixtus IV declared that the master should have the first rank, and the bishop the second⁶⁸. For the time being, however, none of this could be realised, because the incumbent Bishop of Wiener Neustadt, Peter Engelbrecht, whom the Emperor had appointed in 1469, refused to resign and lived until 1491. In that year, the bishopric was united with a collegiate church at Wiener Neustadt. While St. George at Millstatt did not have enough revenues to support the bishopric, it did not renounce its claims until 1534⁶⁹.

⁶⁶ Millstatt, Mailberg, the hospital of St. Martin in the suburbs of Vienna, the chapel of St. Mary at Neustift (near Obernburg, Gornji Grad, in Styria), the parish church St. Mary at Straden (near Mureck, Cmurek, in Styria): *Monumenta Ducatus Carinthiae ...*, pp. 160-164 n. 406.

⁶⁷ Slovene: Celje. On the archives of Millstatt, LATZKE, Wilhelm – “Die Klosterarchive”. in BITTNER, Ludwig (ed.) – *Gesamtinventar des Wiener Haus-, Hof- und Staatsarchivs, Teil 3*, ed. Wien, 1938, pp. 583-616.

⁶⁸ 1479 June 24 and 1480 August 5: *Repertorium Germanicum X ...*, n. 7968.

⁶⁹ BUTTLAR-GERHARTL, Gertrud – “Der St. Georgs-Ritterorden und Wiener Neustadt”. in NIKOLASCH, Franz (ed.) – *Studien zur Geschichte von Millstatt und Kärnten, Vorträge der Millstätter Symposien 1981 bis 1995*. Klagenfurt: Habelt, 1997, pp. 511-527.

At Mailberg, the Commander Fr. Achaz Bohunko was in a better situation than the bishop in Wiener Neustadt, because he held financial claims against the Emperor. Additionally, and similarly to the Bishop of Wiener Neustadt, he could not be forced to resign. Meanwhile political circumstances, especially growing tensions and finally open warfare between Frederick III and King Matthias Corvinus of Hungary from 1477 to 1490, caused the situation to deteriorate. Following a treaty of 1463⁷⁰, Frederick claimed that after Matthias' death he or his son Maximilian should accede to the throne of Hungary. When Matthias began to plan otherwise, Frederick allied himself with Matthias's enemy, King Vladislav of Bohemia, in 1477. Thereafter, in 1478, Matthias and Vladislav made peace with each other and partitioned the lands of the Bohemian crown; Bohemia proper stayed with Vladislav, while Moravia and Silesia went to Matthias. In consequence, Matthias was free to intensify his war against Frederick.

Mailberg was an important place for both parties, and Pope Sixtus IV tried not to estrange himself from either Frederick or Matthias, as he wanted both to fight against the Turks. Finding a successor for the aging Fr. Achaz Bohunko at Mailberg became a delicate problem in this context. In 1481 Bohunko appointed an imperial chamberlain Konrad Auer, who was not a Hospitaller, to administrate the commandery⁷¹. Auer was a creditor of the Emperor, as Bohunko had been in 1460. When paid, Auer was supposed to resign and Mailberg was to be effectively incorporated into St. George at Millstatt. On 1 October 1481, Frederick III instructed an envoy to negotiate this with Sixtus IV⁷².

⁷⁰ NEHRING, Karl – *Matthias Corvinus, Kaiser Friedrich III. und das Reich. Zum hunyadisch-habsburgischen Gegensatz im Donauraum*. München: R. Oldenbourg, 1975 (Südosteuropäische Arbeiten 72), pp. 20-23, pp. 202-217, with an edition of the documents from 1463/64.

⁷¹ 1481: DAUBER, Robert L. – *Die Johanniter-Malteser ...*, vol. 2, p. 583. Auer is mentioned by HEINIG, Paul-Joachim – *Kaiser Friedrich III ...*, vol. 3, p. 1391 as being in office as chamberlain from 1474/79-93. The Auer were knights, former *ministeriales* of the bishops of Gurk: WIESSNER, Hermann – *Die Schenken von Osterwitz ...*, pp. 110-11 ns. 407, 411.

⁷² 1481 October 1 to Peter Knauer, Provost of Laibach: PETERSOHN, Jürgen – “... *quod sanctitas sua in auxilium brachii secularis maiestati sue firmiter adhereat*. Politische Zielvorstellungen Kaiser Friedrichs III. für ein Hilfsbündnis mit Papst Sixtus IV”. in FUCHS, Franz; HEINIG, Paul-Joachim; SCHWARZ, Jörg – *König, Fürsten und Reich im 15. Jahrhundert*. Köln: Böhlau, 2009 (Forschungen zur Kaiser- und Papstgeschichte des Mittelalters, Beihefte zu J. F. Böhmer, Regesta Imperii 29), pp. 123-141, here pp. 138, 141 note 20.

Soon afterwards, Fr. Achaz Bohunko died. Subject to King Vladislav of Bohemia, an ally of Frederick's enemy Matthias, the Prior of Bohemia Fr. Johann von Schwanberg⁷³ (r. 1472-1516) now appointed Fr. Georg Florstett as Bohunko's successor in Mailberg; Georg was to pay 100 florins of Hungary as annual responsions to the Order. Sixtus IV appointed three *conservatores* – the abbot of the Scots in Vienna, the provost of Klosterneuburg (in Austria, north of Vienna) and the provost of Maria Saal (in Carinthia) – for Georg on 11 December 1481 and issued a confirmation of the appointment on 31 January 1482⁷⁴.

In 1483 Sixtus IV made two decisions, one for Frederick and for Matthias. Because in 1469 Pope Paul II had incorporated Mailberg into the Order of St. George, Sixtus ordered Konrad Auer to return Mailberg to the Emperor⁷⁵. A few months later, Sixtus ordered Auer to return Mailberg to Fr. Johann von Schwanberg, Prior of Bohemia and Austria, as he was styled here, and to Fr. Georg Florstett; Cardinal Juan d'Aragonia, papal legate in Hungary, was to look into the case, Auer having appealed against a summons to court by Abbot Christoph of the Scots in Vienna⁷⁶. In 1484 Innocent VIII decided in favour of Fr. Georg Florstett and renewed the subjugation of Mailberg to the priory of Bohemia⁷⁷. From now on there were two rival commanders for Mailberg, one backed by the Habsburg court and one backed by the prior of Bohemia and the two allied, later united kingdoms of Bohemia and Hungary.

Back to Normality?

This state of affairs lasted well into the sixteenth century. At first King Matthias Corvinus of Hungary conquered more and more of Austria, Styria and eastern Carinthia. Frederick III had to leave his favourite residences at Graz, Wiener Neustadt and Vienna⁷⁸. Many Hospitallers resented the imperial appointment of a

⁷³ Czech: Jan ze Švamberka.

⁷⁴ *Repertorium Germanicum X* ..., n. 2500.

⁷⁵ 1483 April 14: *Repertorium Germanicum X* ..., n. 1259.

⁷⁶ 1483 November 28 and December 5: *Repertorium Germanicum X* ..., ns. 1259, 2626, *Plestet* erroneously for *Flestet*.

⁷⁷ Rome at St. Peter's, 1484 October 30 and November 4: Prague, Národní archiv, Maltézští rytíři – české velkopřevorství n. 1479, an authenticated copy from Buda, 1486 April 13.

⁷⁸ RÁZSÓ, Gyula – *Die Feldzüge des Königs Matthias Corvinus in Niederösterreich 1477-1490*. 3rd ed. Wien: Österreichischer Bundesverlag, 1982 (Militärhistorische Schriftenreihe 24); WOLF, Susanne – *Die Doppelregierung Kaiser Friedrichs III. und König Maximilians (1486-1493)*. Köln-Weimar-Wien:

non-Hospitaller. Even Auer's procurator at Mailberg, Fr. Kaspar Haugwitz, together with certain unnamed commanders, wanted to elect a new master. Auer, still not a Hospitaller, obtained an imperial mandate that no such election was permitted. He insisted that he was the lawful successor of Fr. Achaz Bohunko as Master of Mailberg and as Lieutenant of the Bohemian prior for Austria, Styria, Carinthia and Carniola. But he promised not to alienate Mailberg from the Hospital. As soon as Frederick III ordered it, he would follow the papal mandate⁷⁹; this meant that as soon as he had got back his monies he would resign Mailberg and the commandery would be effectively incorporated into St. George at Millstatt. Mailberg, however, remained under the de facto control of Matthias until 1490. In 1486 Florstett acted as Master of Mailberg, Commander of Vienna and Brünn, and a certain Johann Landsberg was his procurator⁸⁰.

Contrary to what one might expect, the extraordinary situation at Mailberg outlived Hungarian rule in Austria by decades. Matthias died in Vienna on 6 April 1490, without leaving a legitimate heir. On 15 July 1490, the Hungarians elected King Vladislav of Bohemia to be their next ruler. The Emperor himself had been a candidate. But he had to be content with the reconquest of those parts of Austria, Styria and Carinthia that Matthias had occupied. Frederick's son Maximilian led the operations. On 7 November 1491, Frederick and Vladislav concluded a peace treaty⁸¹. After the reconquest, Maximilian installed a procurator (*Pfleger*) at Mailberg, in 1494 Friedrich von Weissing⁸², in 1495 Niclas Pflug⁸³. The commandery as such he pawned away to the heirs of Ulrich I von Grafenegg († 1487), another entrepreneur in mercenaries, not unlike Achaz Bohunko, who had held claims

Böhlau, 2005 (Forschungen zur Kaiser- und Papstgeschichte des Mittelalters 25), pp. 148-182; HOENSCH, Jörg K. – *Matthias Corvinus. Diplomat, Feldherr und Mäzen*. Graz-Wien-Köln: Styria, 1998, pp. 183-198, pp. 206-215, pp. 217-218; CSENDES, Peter; OPLL, Ferdinand (eds.) – *Wien. Geschichte einer Stadt ...*, pp. 168-177.

⁷⁹ 1486 December 18, a declaration by Auer that mentioned Fr. Kaspar Haugwitz as procurator of Mailberg, commanders and other Hospitallers in the Bailiwick of Austria, Styria, Carinthia and Carniola: *Regesten Kaiser Friedrichs III. (1440-1493): nach Archiven und Bibliotheken geordnet H. 30*. Ed. Peter Gretzel. Wien-Köln-Weimar: Böhlau, 2014, pp. 166-168, ns. 247-49.

⁸⁰ DAUBER, Robert L. – *Die Johanniter-Malteser ...*, vol. 2, p. 538.

⁸¹ WOLF, Susanne – *Die Doppelregierung...*, pp. 252-272; WIESFLECKER, Hermann – *Kaiser Maximilian I. Das Reich, Österreich und Europa an der Wende zur Neuzeit*. 5 vols. München: Oldenbourg, 1971-1986, vol. 1, pp. 271-308.

⁸² DAUBER, Robert L. – *Die Johanniter-Malteser ...*, vol. 2, p. 583.

⁸³ Breda, 1495 February 9: *Regesta Imperii XIV,1 n. 1326*; HEINIG, Paul-Joachim – *Kaiser Friedrich III...*, vol. 1, p. 413.

against Frederick III († 1493). The prior of Bohemia accepted that. In 1494 the Supreme Chancellor of Bohemia, Johann von Schellenberg, agreed that Mailberg should go to the Hospitaller Fr. Andreas von Grafenegg, one of Ulrich I's sons⁸⁴. In 1496 Maximilian's governors in Vienna ordered Andreas Schortt, who may have been Maximilian's procurator at Mailberg, to hand over the castle with all documents and appurtenances to Johann von Grafenegg⁸⁵; Johann represented his carnal brother Fr. Andreas. In 1503 Fr. Andreas died in battle, at a hitherto unknown place. Meeting Maximilian at Linz, Wok von Rosenberg⁸⁶ and Fr. Johann von Schwanberg obtained a promise that Maximilian would not take away Mailberg from the Hospitallers; in return they agreed on behalf of the priory of Bohemia that Maximilian should choose the next commander at Mailberg, either Fr. Johann von Schwanberg or another Hospitaller⁸⁷.

But again Maximilian pawned away Mailberg, this time for 7,000 florins of the Rhine to Johann Maraxi von Naschkau⁸⁸. The brothers Hans and Ulrich II von Grafenegg were asked to return Mailberg to Maximilian who in turn would pay them annually 350 florins of the Rhine in Vienna⁸⁹. This arrangement was thwarted by Ulrich II von Grafenegg, who became a Hospitaller and thereby enlisted the help of the Prior of Bohemia, who was to receive 3,000 of his 7,000 florins. Johann Maraxi was promised other revenues, and Mailberg was handed over to Ulrich II⁹⁰. The Grafenegg brothers, first Andreas and then Ulrich II, became Hospitallers more or less only to safeguard their financial claims. In this way they resembled Achaz Bohunko, whereas Konrad Auer had refused to become a Hospitaller at all. Fr. Ulrich II von Grafenegg kept Mailberg until his death in 1505 or 1506. From 1509 until at least

⁸⁴ DAUBER, Robert L. - *Die Johanniter-Malteser ...*, vol. 2, p. 583.

⁸⁵ Vienna, 1496 July 20: Regesta Imperii XIV, 2, n. 7187.

⁸⁶ Czech: Jan z Rožmberka.

⁸⁷ Baden, 1503 June 19: Regesta Imperii XIV, 4, 2, n. 20525. Wok von Rosenberg added that he hoped his son would succeed the present master of Strakonitz, that is the Prior of Bohemia. In fact Fr. Johann von Rosenberg became Prior of Bohemia in 1517 and died in 1532: KOTLÁROVÁ, Simona - *Jan III. z Rožmberka: 1484 - 1532: generální převor johanitského řádu v Čechách a vladař rožmberského domu*. Vyd. 1. České Budějovice: Veduta, 2010 (Osobnosti českých a moravských dějin 9).

⁸⁸ Augsburg, 1503 November 15: Regesta Imperii XIV, 4, 1, n. 17911.

⁸⁹ Augsburg, 1503 November 22: Regesta Imperii XIV, 4, 1, ns. 17933, 17934, 17936. See also Augsburg, 1503 November 27: Regesta Imperii XIV, 4, 1, n. 17942.

⁹⁰ Augsburg, 1504 March 29: Regesta Imperii XIV, 4, 1, n. 18471. Augsburg, 1504 April 14: Regesta Imperii XIV, 4, 1 n. 18562. Innsbruck, 1504 June 12: Regesta Imperii XIV, 4, 1, n. 18861. DAUBER, Robert L. - *Die Johanniter-Malteser ...*, vol. 2, p. 583.

1512⁹¹ the next Master of Mailberg was Peter Maraxi, a cousin of Johann Maraxi⁹². The Hospitallers on Rhodes held Peter Maraxi to be an illegal intruder; in 1512 the Master Fr. Emery d'Amboise and the Convent on Rhodes gave Mailberg for ten years to Fr. Christoph Waldner, Preceptor of *Torlesen* in the Priory of Bohemia⁹³, who apparently served on Rhodes.

A comprehensive and final compromise between Habsburg and the Jagiellonian rulers was reached in 1515 between Emperor Maximilian († 1519) and the two Jagiellonian kings Vladislav of Hungary († 1516) and Bohemia and Sigismund of Poland († 1548), who was also Grand Duke of Lithuania. The Emperor promised to mediate between the Teutonic Order in Prussia and Poland and to withdraw his support for Grand Duke Vasili III of Moscow. In return Vladislav's son and heir Louis II married the Emperor's granddaughter Mary, whereas Mary's brother Ferdinand married Vladislav's daughter Anne⁹⁴. Negotiations about Mailberg followed. In 1517 Maximilian returned Mailberg to the Bohemian priory, but Maximilian's confessor, Dr Philipp Flachberger, became the prior's lieutenant for Austria, Styria, Carinthia and Carniola. The Commander of Mailberg remained the prior's candidate, Fr. Hinko Popel von Lobkowitz, son of the Supreme Chancellor of Bohemia, who died in 1520. He was succeeded by Fr. Christoph Waldner, the Rhodian candidate of 1512, who served on Rhodes and fell during the siege of 1522. Already in 1521 Mailberg was promised to Fr. Reinprecht von Ebersdorf, a knight from Austria⁹⁵.

When King Louis II of Hungary and Bohemia fell against the Ottomans at Mohacs on 29 August 1526, without leaving a child from his marriage, Archduke Ferdinand († 1564) and his wife Anne secured succession to the thrones of Hungary and

⁹¹ DAUBER, Robert L. – *Die Johanniter-Malteser ...*, vol. 2, p. 584. 1510 November 6: Prague, Národní archiv, Maltézští rytíři – české velkopřevorství n. 1496. This document called Peter *Moragsky* master and knight, but not *frater* of the Hospital.

⁹² Salzburg, 1504 December 18: Regesta Imperii XIV, 4, 1 n. 19489. Johann Maraxi, his wife, his cousin Peter and their male heirs got a house in Vienna, either the one in which so far Count Philipp of Nassau had lived or another one.

⁹³ Rhodes, 1512 September 18: Prague, Národní archiv, Maltézští rytíři – české velkopřevorství n. 1489.

⁹⁴ WIESFLECKER, Hermann – *Kaiser Maximilian ...*, vol. 4, pp. 162-221.

⁹⁵ DAUBER, Robert L. – *Die Johanniter-Malteser ...*, vol. 2, p. 584.

Bohemia. Although southern and eastern parts of Hungary were lost to the Turks and to Hungarian aristocrats such as John Zápolya, Mailberg was now surrounded by Habsburg dominions from all sides. From 1526 to 1531, its commander was Fr. Joseph Kölderer, a relative of Jörg Kölderer († 1540), who had served at Maximilian's court in Innsbruck as a painter and an architect since the late 1490s. It seems that Fr. Joseph Kölderer was the last contentious commander at Mailberg. It is not unlikely that his appointment had financial aspects similar to the previous appointments for Bohunko, Auer, Grafenegg and Maraxi. The finances of the Habsburg rulers are essential for understanding what was going on at Mailberg. Unfortunately, the state of research on this topic is not yet advanced enough to arrive at definitive conclusions⁹⁶. At any rate, from 1533 to his death in 1555 Joseph's successor was Fr. Reinprecht von Ebersdorf, who also administered the commanderies of Vienna and Laa, Striegau and Breslau, the latter two in Silesia. Contrary to his predecessors at Mailberg, he was from a very renowned knightly family that held the hereditary office of chamberlain (*Erbkämmerer*) in the duchy of Austria. Fr. Reinprecht was a military leader. In 1529 he helped to defend Vienna when the Turks besieged it, and in 1532 he distinguished himself against the Turks near Wiener Neustadt. Fr. Reinprecht died on 10 January 1554⁹⁷.

From 1526 onwards, Mailberg's subjugation to the Bohemian priory was welcomed at the Habsburg court as a means of furthering the integration of their dominions that now stretched from Silesia to the Adriatic. There were no longer political, social or economic reasons to contemplate separating Mailberg in particular or the Austrian Hospitallers in general from the priory of Bohemia. It was primarily honorific when, in 1555, the Grand Prior of Bohemia Fr. Zbinko Berka von Dauba und Leipa⁹⁸ granted to Fr. Ludwig von Bollweiler, priest-brother of knightly descent and ambassador of the Grand Master Fr. Claude de la Sengle to Emperor Ferdinand I († 1564) in Vienna, the traditional title of Lieutenant for Austria, Styria, Carinthia and Carniola; following tradition, however, Fr. Ludwig also became Commander of

⁹⁶ WIESFLECKER, Hermann – *Kaiser Maximilian ...*, vol. 4, pp. 446-453.

⁹⁷ JANKO, Wilhelm Edler von – “Ebersdorf, Reinprecht von”. *Allgemeine Deutsche Biographie* [On line] 5 (1877), pp. 578-579. [accessed at 25 November 2020]. Available at <https://www.deutsche-biographie.de/pnd13573522X.html>.

⁹⁸ Czech: Berka z Dubé a Lipa.

Mailberg, Vienna, Fürstenfeld and Melling⁹⁹. This emphasises that great weight of history in the Hospital of St. John.

Conclusions

The medieval Hospitaller priory of Bohemia was riven by ethnic divisions and mutually unintelligible languages. The prior's Lieutenant for Austria, Styria, Carinthia and Carniola could have been a nucleus for independence from Bohemia. But it would be inadequate and misleading to explain its history as being conditioned by national rivalries. Political and socio-economic forces were more influential. In 1392 the provincial chapter under the Prior Fr. Marcold von Wrutitz had good political reasons not to quarrel with Duke Albert III of Austria. Rivalry between the two Habsburg lines in Austria proper and in Styria made it almost impossible to grant to the lieutenant the two important commanderies of Mailberg and of Fürstenfeld at the same time, a fact that weakened the lieutenant's position considerably. So the Hussite wars from 1419 to 1434 were not exploited as an opportunity for separation. From c.1460 onwards, when Austria and Styria were again united, Mailberg came into the possession of knights who had been mercenary leaders and other creditors of Emperor Frederick III and his son Maximilian. With papal help, Frederick III obtained both the separation of Mailberg from Bohemia in 1468, and in 1469 its incorporation into his own, newly founded military-religious Order of St. George at Millstatt in Carinthia. But the Habsburg rulers were apparently unable to repay their creditors. This thwarted both the separation and the incorporation. For political reasons, Maximilian sometimes promised to accept appointments to Mailberg made by the Bohemian prior who had the backing of the realms of Bohemia and Hungary. In the later Middle Ages commanders of Mailberg came from up to four partially overlapping networks, from knightly families in Austria, from the Habsburg courts (Bohunko, Auer, Grafenegg, Maraxi, Kölderer), from the Bohemian priory (Popel von Lobkowitz) and from Rhodes (Waldner). The Hospitaller prosopography merits further studies, not only in Austria and

⁹⁹ DAUBER, Robert L. – *Die Johanniter-Malteser ...*, vol. 2, p. 475. French: Bollwiller near Mülhausen, Mulhouse in Alsace.

Bohemia¹⁰⁰. In 1526 Ferdinand I of Austria took over both realms. To separate Austria from the rest of the priory seemed no longer necessary; on the contrary, it might have been counter-productive, as the large priory helped to hold together the Habsburg dominions from Silesia in the north to Carniola in the south. Only in 1938, twenty years after the demise of the Habsburg monarchy, did Austria become a grand priory of its own, separate from the grand priory of Bohemia¹⁰¹.

¹⁰⁰ For the priory of Catalonia see BONNEAUD, Pierre – *Le prieuré de Catalogne, le couvent de Rhodes et la couronne d'Aragon: 1415-1447*. Millau: Conservatoire Larzac, 2004 (Milites Christi 2); BONNEAUD, Pierre – *Els hospitalers catalans a la fi de l'edat mitjana: l'orde de l'Hospital a Catalunya i a la Mediterrània, 1396-1472*. Lleida: Pagès, 2008 (Els ordes militars 11).

¹⁰¹ KAPP, Daniel – “Der Orden von 1938 bis 1945: Zwischen Anpassung auf Auflösung”. in STEEB, Christian; STRIMITZER, Birgit (eds.) – *Der Souveräne Malteser-Ritter-Orden in Österreich*. Graz: Leykam, 1999, pp. 241-249.

Appendix¹⁰²

Eiwanowitz, Moravia, 1392 February 13 - Instrument made by Wenceslas, notary public by imperial authority, during the provincial chapter held by the Prior of Bohemia Fr. Marcold von Wruticz and his brethren in the great room (magna stuba) of the Hospitaller grange (curia) at Eiwanowitz.

Prague, Národní archiv, *Maltézští rytíři – české velkopřevorství*, n. 951.

Original on Parchment, 36.5 cm x 51.3 cm plus 3.5 cm plica. Authenticated by the notary public and by 19 seals, affixed with strips of parchment; four seals are today missing. Available at <http://monasterium.net/mom/CZ-NA/RM/951/charter>.

In nomine Domini amen. Anno nativitatis eiusdem millesimo trecentesimo nonagesimo secundo, indictione quintadecima, die vero tredecima mensis Februarii, hora sexta vel quasi, pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Bonifacii digna Dei providentia pape noni anno tertio, in mei notarii publici infrascripti testiumque presentia subscriptorum ad hoc specialiter vocatorum et rogatorum

[1] constitutus personaliter honorabilis vir frater Iohannes dictus Senk¹⁰³ comendator in Firstenfeld ordinis sancti Iohannis hospitalis Ierosolimitani coram venerabili viro domino Marcoldo de Wruticz priore Boemie et cetera et aliis pluribus comendatoribus eiusdem ordinis ibidem in provinciali capitulo capitulariter congregatis petita et data sibi a dicto domino priore licencia surrexit et palio suo ad pedes dimisso et bureto deposito querimoniam seu planctam fecit de fratre Ottone dicto Lembucher comendatore in Morperga predicti ordinis Pathauiensis diocesis

dicens, quod ipse frater Otto in domo de Wyenna cistam suam, quam ibi servaverat, fregit et frangi mandavit et litteras ac privilegia ordinis recepit et deinde ipso Senkone in Wyenna propter necessitatem domus ac ordinis existente domum

¹⁰² Editorial principles: Names are rendered as in the charter. Otherwise, the usual scribal conventions permit normalisations, for example *u* and *v* according to their pronunciation, *j* always being *i*, *ff* at the beginning of a word being reduced to *f*.

¹⁰³ Senk meaning Šenk Czech orthography for Schenk

suam in Firstenfeld per potenciam intravit et sibi in vestibus, armis militaribus, in equis, in annonis et in vino sue persone et domus recepit ad valorem et summam noningentorum septuaginta quinque florenorum, in quibus est dampnificatus per eum, ut dicebat, dicens etiam, quod propter metum et timorem, qui posset in constantem virum cadere, ad dictam suam domum revenire non audebat et a vigilia purificationis sancte Marie anni proxime preteriti usque ad proximam dominicam ante diem sancti Martini de domo absens fuit. Dicebat eciam, quod pecora sunt ei per Ertolfum Kephensteiner dicti fratris Ottonis sororium et ex inductione eius recepta et famuli graviter volnerati. Subiunxit eciam, quod ipse frater Otto in Antiquo Foro fratrem ordinis ibidem ad ecclesiam confirmatum per potenciam expulit et secularem presbiterum ibidem instituit, qui presbiter petit omnia necessaria habere ab ordine.

[2] Quibus sic propositis frater Michael Sunram comendator in Wyenna similiter petita a domino priore licencia surrexit et querimoniam seu planctam fecit de fratre Ottone Lembucher supradicto

dicens, quod ipse frater Otto in die sancti Laurencii proxime preterito sibi fortalitium in Loch, quod est annexum et unitum domui sue in Wyenna, per potenciam recepit, et postea eum dominico die proximo post exaltacionem sancte Crucis preterito de domo sua Wyennensi similiter per potenciam expulit et eiecit et claves ac registra domus ei[us]dem recepit et voluit eum in Morpergam ducere captivum, si non evasisset, et fratrem Iohannem conventualem suum eciam expulit et eiecit et in Myelink dirrexit. Et dicebat, quod propter timorem et metum quinque septimanis de domo absens fuit et in rebus sue persone et domus in Loch in centum et septuaginta una libris et ex parte domus in Wyenna in quinquaginta duabus libris se dicebat dampnificatum esse. Dicens eciam, quod ipse frater Otto domum in Loch hodierna die ultra voluntatem sui prioris per potenciam possidet et detinet occupatam. Subiunxit eciam, quod ipse frater Otto de domo Wyennensi quedam privilegia tocus baiulie Austrie rapuit et evaginato gladio in famulum domus Wyenne irruiit et voluit eum interficere. Et nescitur, quo talia privilegia fecit, et ex illa receptione privilegiorum ordo posset irrecuperabilia dampna incurrere, ut dicebat.

[3] Quibus sic deductis frater Oswaldus comendator ad sanctum Petrum in Carniola eiam petita a domino priore licencia surrexit et lamentum seu planctam fecit de fratre Ottone Lembucher memorato

dicens, quod ex inductione ipsius fratris Ottonis Lembucher dominica Iudica proxime preterita per duces Austrie de domo sua predicta fuit eiectus et propter metum et timorem usque ad festum Omnium Sanctorum ad domum intrare non audebat. Et in vestibus, lectisterniis et aliis necessariis sue persone et domus dicebat se in centum et decem florenis dampnificatum esse propter eiectionem supradictam.

[4] Quibus eiam sic deductis frater Nicolaus dictus Hayko comendator in Myelink prefati ordinis de eodem fratre Ottone Lembucher plantam fecit

dicens, quod ipse frater Otto Lembucher suum notarium et suos cum sex census[!] balistis in domum Mielink misit, qui ruptis cistis pecunias et alias res sue persone et domus receperunt per potenciam. Et dicebat, quod propter metum triginta septimanis absens fuit de domo. Et dicebat se propterea dampnificatum esse in centum et triginta florenis. Dicebat eiam, quod de mandato ipsius fratris Ottonis Lembucher fuit captivatus et in tali captivitate oportebat eum promittere et litteram sibi dare, quod super eum suo superiori de captivitate huiusmodi conqueri non deberet.

Quibus planctis omnibus factis taliter et deductis prefati fratres Iohannes Senk, Michael Sūnram, Oswaldus et Nicolaus Hayko comendatores dominum Marcoldum priorem suum supradictum cum instancia debita petiverunt, quod super dictis planctis aliquibus dominis comendatoribus ad pronuncciandum sentenciam seu esgardium comittere dignaretur secundum statuta ordinis. Quiquidem dominus prior sic rogatus hoc idem fratri Hersoni comendatori in Orlowicz locumtenenti per Morauiam, fratri Oczkoni comendatori in Wratislauia, Nicolao Stengel comendatori in Briga et fratri Nicolao comendatori in Cadana comisit. Qui assumptis sibi fratribus ad partem secesserunt et habito super dictis planctis consilio revenerunt. Et dominus Herso comendator in Orlowicz supradictus eorum nomine sic respondit, quod secundum consuetudinem ordinis, ex quo pars adversa absens est, nullum possunt ferre esgardium, sed a proxime futurum capitulum, postquam pars adversa presens fuerit, distulerunt.

Quibus omnibus taliter observatis, factis eciam et deductis, quia dominus prior in lingua Theutunica non bene extitit eruditus, fratri Iohanni comendatori in Sitauia comisit, quod eius nomine lamenta proponeret infrascripta. Quiquidem frater Iohannes de mandato dicti domini prioris et eius nomine proposuit cum querela et lamento, quod frater Otto dictus Lembucher comendator in Morperga ad hoc presens capitulum citatus et legitime evocatus et habens tempus sufficiens veniendi ad capitulum et ab initio capituli tribus diebus per dictum priorem et comendatores expectatus venire contumaciter non curavit. De quaquidem citacionis exsecutione dominus prior per testes ydoneos et publicum instrumentum fecit coram toto capitulo et me notario publico infrascripto bonam fidem. Quo facto predictus frater Iohannes prolocutor domini prioris prenotati super non comparicione et inobediencia et super rebellione cum castro Morperg et fortalicio Loch fratrum esgardium sibi fieri postulavit.

Fratres autem skardii fuerunt constituti et deputati, videlicet Herso de Orlowicz, Iohannes Oczko de Wratislauia, Nicolaus Stengel de Briga, Nicolaus de Cadana et Iohannes de Tincia domorum comendatores, qui assumptis quibusdam aliis sui ordinis fratribus ad partem secesserunt et habito ac maturato consilio, inspectis et intellectis sue religionis statutis reversi ad domini prioris et tocius capituli presenciam cum reverencia et humilitate steterunt. Quorum nomine dictus frater Iohannes Oczko esgardium maturatum protulit per omnia in hec verba dicens

"Venerabilis domine, fratres steterunt ad partem de mandato Dei et vestro super planctis per fratrem Iohannem prolocutorem vestro nomine factis et sunt in concordia, quod frater Otto dictus Lembucher preceptor domus in Morperg ex eo, quod inobediens et contumax repertus est non veniendo ad capitulum, penam ammocionis ab administracione incidit et debet ab ipsius domus in Morperg regimine ammoveri. Pro eo autem, quod se vobis, priori suo, cum castro Morperg et fortalicio Loch opponit rebellando, habitu privari et carceribus mancipari debet, non obstante eo, quod ad manus domini magni magistri est retentus."

De et super quibus omnibus supradictis actis, propositis atque gestis memoratus dominus prior me Wenceslaum notarium publicum infrascriptum meum invocando officium cum instancia debita requisivit, quod sibi unum vel plura

conficerem publicum instrumentum seu publica instrumenta, quod et feci taliter requisitus.

Acta sunt hec in predicto provinciali capitulo per dominum priorem et preceptores prioratus Bohemia in Eywanowicz in curia ordinis in magna stuba celebrato anno, indictione, die, mense, hora, pontificatus et loco quibus supra, presentibus honorabilibus et religiosis fratribus Hinkone comendatore de Minori Boleslauia locumtenente prioris per Bohemiam, Nicolao de Strachonicz, Nicolao de Cadana, Mathia de Dub, Iohanne de Sitauia, Mathia de Glacz domorum preceptoribus in Bohemia, fratre Iohanne Oczkone comendatore in Wratislauia locumtenente in Polonia, Petro de Lemberk, Iohanne de Golthperg, Nicolao de Reychenbach, Iohanne de Strigouia, Iohanne de Tincia, Iohanne de Olsna, Nicolao de Briga, Henrico de Lichtnawe, Petro de Lubczicz, Nicolao de Opauia, Paulo de Kosla, Paulo de Mokaw domorum preceptoribus in Polonia, fratre Hersone de Orlowicz locumtenente prioris per Morauiam, Vilhelmo de Cremsier, Thoma de Brunna, Sdenkone de Cunicz, Philippo de Pirnicz domorum preceptoribus in Morauia, fratre Iohanne Senkone comendatore de Firstenfeld locumtenente prioris in Austria, Michaele dicto Sundram de Wyenna, Oswaldo de sancto Petro de Carniola, Nicolao de Hayko de Myelink domorum preceptoribus in Austria, Vlrico priore ecclesie in Morperga, Michaele dicto Nicol plebano in Erpurg, Iohanne Reychensteiner et fratre Petro Thaubencraff conventualibus in Morperg testibus cum prefato domino priore capitulum celebrantibus supradictum.

[signetum notarii]. Et ego Wenceslaus natus Milaczkonis de Rokyczana Pragensis diocesis, publicus auctoritate imperiali notarius, dictarum planctarum et lamentorum propositionibus et deductionibus omnibusque aliis et singulis suprascriptis una cum prenominatis testibus et domorum preceptoribus presens interfui eaque omnia et singula sic fieri vidi et audivi manuque propria conscripsi et in hanc formam publicam redegisti signoque et nomine meis solitis et consuetis una cum appensione sigillorum quorundam seniorum preceptorum predictorum hoc presens instrumentum de eorum certa sciencia consignavi requisitus et rogatus in fidem et testimonium ac maioris roboris firmitatem omnium premissorum.

Note on the back, 15th century: Instrumentum publicum super planctam contra preceptorem in Mailperg factam coram domino Marcoldo priore Boemie, in qua plerique preceptores notantur, quocumque[?]¹⁰⁴ preceptorie iamiam expirar

Contents in English

Eiwanowitz (*in der Hanna*)¹⁰⁵ 1392 February 13: Wenceslas, son of Milaczko, from Rokycany¹⁰⁶ in the diocese of Prague, notary public by imperial authority, issues an instrument during the provincial chapter held by the Prior of Bohemia Fr. Marcold von Wrutzicz and his brethren in the great room (*magna stuba*) of the Hospitaller grange (*curia*) at Eiwanowitz and relates the following events.

With licence of the prior and the chapter four brethren complained against Fr. Otto Lembucher, Commander of Mailberg in the diocese of Passau:

(1) Fr. Johann Schenk, Commander of Fürstenfeld¹⁰⁷, was robbed of a chest he had in the commandery in Vienna with letters and privileges of the Order. At Fürstenfeld he was robbed of clothing, arms, horses, corn and wine. His losses amounted to the worth of 975 florins. For fear he had to be absent from Fürstenfeld from 2 February 1391 to 5 November 1391. Fr. Otto's brother-in-law Ertolf Kephensteiner took away his sheep and wounded his servants. At Altenmarkt¹⁰⁸ Fr. Otto expelled the Hospitaller brother who held the church and replaced him by a secular priest whom the Order was forced to pay.

(2) Fr. Michael Sindram, Commander in Vienna, complained that on 10 August 1391 Fr. Otto expelled him from the fortified place at Laa¹⁰⁹ that belonged to the house in Vienna, and on 17 September 1391 Fr. Otto expelled him from the house in Vienna itself, took the keys and the registers of that house and would have taken him as a

¹⁰⁴ Abbreviation *q^o* plus *-(us)* or *-(con)*, *-(cum)*, either *quocumque* (with *-que* missing) or *quominus*.

¹⁰⁵ Ivanovice na Hané in Moravia.

¹⁰⁶ Rokitzan in Bohemia.

¹⁰⁷ In Styria.

¹⁰⁸ In Styria near Fürstenfeld.

¹⁰⁹ Unterlaa near Vienna.

prisoner to Mailberg if he had not escaped. Fr. Johann, a conventual brother at Vienna, was also expelled and directed towards Melling¹¹⁰. Out of fear, Fr. Michael had to be absent from Vienna for five weeks. Moreover, Fr. Michael lost at Laa valuables worth 171 pounds and at Vienna valuables worth 50 pounds. Fr. Otto still occupied Laa. With his drawn sword, Fr. Otto had forced a servant of the house of Vienna to hand over the privileges of the bailiwick of Austria, and this may cause great damage to the Order.

(3) Fr. Oswald, Commander of St. Peter in Carniola¹¹¹, complained that Fr. Otto and the Duke of Austria (Albert III) had expelled him from his house on 12 March 1391 and that he had not dared to return until 1 November 1391. The cloths, beds and other utensils of his person and his house he had lost were worth 110 florins.

(4) Fr. Nicolas Hayko, Commander of Melling, complained that Fr. Otto, his notary, his retainers and his six leased crossbowmen robbed chests with monies and other belongings of his person and of his house. Out of fear, he had to be absent from his house for 30 weeks. His damage amounted to 130 florins. Fr. Otto imprisoned him and forced to promise under oath not to complain about his imprisonment.

These four Hospitallers asked the prior to permit an *esgard*. For this purpose, the prior appointed the commanders Fr. Herso at Orlowitz¹¹², lieutenant for Moravia, Fr. Oczko in Breslau¹¹³, Fr. Nicolas Stengel at Brieg¹¹⁴ and Fr. Nicolas at Kaaden¹¹⁵. These four departed, held deliberations among themselves and returned. Then Fr. Herso pronounced the following *esgard*: As the opposing party was not present, the Order's *consuetudo* did not allow an *esgard*; the opposing party should be summoned to the next provincial chapter.

¹¹⁰ In Styria, Melje, near Maribor, Marburg an der Drau, today in Slovenia.

¹¹¹ Šempeter na Krasu, Šentpeter na Krasu, San Pietro del Carso, today Pivka in Slovenia.

¹¹² Orlovice, in Moravia.

¹¹³ Wrocław, in Silesia.

¹¹⁴ Brzeg, in Silesia.

¹¹⁵ Kadaň, in Bohemia.

As the prior could not speak German well, he commissioned Fr. Johann, Commander at Zittau¹¹⁶, as his prolocutor to put forward the following complaint against Fr. Otto Lembucher. As proved by the instrument of a notary public that was read to the chapter, Lembucher had been legitimately summoned to the present chapter and the chapter had waited for him for three days, but he did not come. So the prior asked for an *esgard* against Lembucher. For his disobedience and rebellion, Lembucher should be deprived of the castle of Mailberg and the fortified place at Laa.

Four brethren were commissioned to find the *esgard*, the commanders Fr. Herso at Orlowitz, Fr. Johann Oczko in Breslau, Fr. Nicolas Stengel at Brieg, Fr. Nicolas at Kaaden and Fr. Johann at Tinz¹¹⁷. They departed, held deliberations among themselves and returned. Then Fr. Johann Oczko pronounced the following *esgard*: For his disobedience and contumacy, Fr. Otto Lembucher would lose the castle of Mailberg and the fortified place of Laa and would be deprived of his habit and incarcerated, notwithstanding that the Master from Rhodes had retained him under his special jurisdiction (i.e. that he was *retentus ad manus by the magnus magister*)¹¹⁸.

The 34 witnesses were (1) the prior's lieutenant for Bohemia Fr. Hinko, Commander of Jungbunzlau¹¹⁹, and the six commanders Fr. Nicolas at Strakonitz¹²⁰, Fr. Nicolas at Kaaden, Fr. Matthias at Dub¹²¹, Fr. Johann at Zittau and Fr. Matthias at Glatz¹²², (2) the prior's lieutenant for Silesia (Polonia) Fr. Johann Oczko, Commander of Breslau, and the twelve commanders Fr. Petrus at Löwenberg¹²³, Fr. Johann at Goldberg¹²⁴, Fr. Nicolas at Reichenbach¹²⁵, Fr. Johann at Striegau¹²⁶, Fr. Johann at Tinz, Fr. Johann

¹¹⁶ Żytawa, Žitava, in Lusatia.

¹¹⁷ Groß Tinz an der Lohe, Tyniec nad Ślężą, in Silesia.

¹¹⁸ The Master of the Order from Rhodes.

¹¹⁹ Mladá Boleslav, in Bohemia.

¹²⁰ Straconice, in Bohemia.

¹²¹ Český Dub, Böhmisches Aicha, in Bohemia.

¹²² Kłodzko, Kladsko, in Bohemia, today in Silesia.

¹²³ Lwówek Śląski, in Silesia.

¹²⁴ Złotoryja, in Silesia.

¹²⁵ Today Dzierżoniów, in Silesia.

¹²⁶ Strzegom, in Silesia.

at Oels¹²⁷, Fr. Nicolas at Brieg, Fr. Henry at Lichtenau¹²⁸, Fr. Peter at Leobschütz¹²⁹, Fr. Nicolas at Troppau¹³⁰, Fr. Paul at Kosel¹³¹ and Fr. Paul at Makau¹³², (3) the prior's lieutenant for Moravia Fr. Herso at Orlowitz, and the four commanders Fr. William at Kremsier¹³³, Fr. Thomas at Brünn¹³⁴, Fr. Zdeněk at Kaunitz¹³⁵ and Fr. Philip at Pirnitz¹³⁶, (4) the prior's lieutenant for Austria Fr. Johann Schenk, Commander at Fürstenfeld, and the four commanders Fr. Michael Sindram at Vienna, Fr. Oswald at St. Peter in Carniola (Krain), Fr. Nicolas of Hayko at Melling, (5) and four Hospitallers from Mailberg, Fr. Ulrich, Prior¹³⁷ of the church at Mailberg, Fr. Michael Nicol, Parson at Erdburg¹³⁸, Fr. Johann Reichensteiner and Fr. Peter Taubencraff, two conventual brethren at Mailberg.

Bibliographical references

Manuscript sources

Prague, Národní archiv, Maltézští rytíři – české velkopřevorství, ns. 951, 1465, 1479, 1489, 1496, 1653, 2093, 2097, 3097 [charters in Prague available at <https://www.monasterium.net/mom/CZ-NA/RM/fond>].

Printed sources

Archiv für österreichische Geschichte 1 (1848).

BORCHARDT, Karl (ed.) – *Documents Concerning Central Europe from the Hospital's Rhodian Archives, 1314-1428*. Abingdon-New York: Routledge, 2020 (The Military Religious Orders: History, Sources and Memory).

¹²⁷ Oleśnica Mała, in Silesia.

¹²⁸ Zawadno, in Silesia.

¹²⁹ Głubczyce, Hlubčice, in Silesia.

¹³⁰ Opava, Opawa, in Silesia.

¹³¹ Koźle, in Silesia.

¹³² Maków, in Silesia.

¹³³ Kroměříž, in Moravia.

¹³⁴ Brno, in Moravia.

¹³⁵ Oberkaunitz, Horní Kounice, in Moravia.

¹³⁶ Brtnice, in Moravia.

¹³⁷ In this case the leading or senior priest of the house.

¹³⁸ Erdberg, Hrádek u Znojma, in Moravia.

HLAVÁČEK, Ivan; HLEDÍKOVÁ, Zdeňka (eds.) – *Nichtbohemikale mittelalterliche Originalurkunden in den böhmischen Ländern*. Köln–Wien: Böhlau-Verlag, 1977 (Archiv und Wissenschaft 1).

KRAUS, Thomas R. – “Eine unbekannte Quelle zur ersten Gefangenschaft König Wenzels im Jahre 1394”. *Deutsches Archiv zur Erforschung des Mittelalters* 43 (1987), pp. 135-195.

LACKNER, Christian – *Ein Rechnungsbuch Herzog Albrechts III. von Österreich. Edition und Textanalyse*. Wien: Selbstverlag des NÖ Instituts für Landeskunde, 1996 (Studien und Forschungen aus dem Niederösterreichischen Institut für Landeskunde 23).

LÜNIG, Johann Christian (ed.) – *Codex Germaniae diplomaticus*. Vol. 1. Frankfurt /Main: Bey Friedrich Lanckischens Erben, 1732.

Materialien zur österreichischen Geschichte. Aus Archiven und Bibliotheken. Ed. Joseph Chmel, vol. 2. Wien: Peter Rohrmann, 1840.

MOCHTY-WELTIN, Christina – “Inventarium der Eitzingerischen brieff in der grossen truhen liegendt”. *NÖLA Mitteilungen aus dem Niederösterreichischen Landesarchiv* 15 (2012), pp. 212-263; p. 17 (2016), pp. 178-369.

Monumenta Ducatus Carinthiae. Ed. Hermann Wiessner, vol. 11: *Die Kärntner Geschichtsquellen 1414-1500*. Klagenfurt, 1972.

Regesta chronologico-diplomatica Friderici III Romanorum Imperatoris (Regis IV). Ed. Joseph Chmel. Wien: Peter Rohrmann, 1840.

Regesta Habsburgica. Regesten der Grafen von Habsburg und der Herzoge von Österreich aus dem Hause Habsburg, V. Abteilung: Die Regesten der Herzoge von Österreich 1365-1395, 2. Teilband (1371-1375). Ed. Christian Lackner in collaboration with Claudia Feller and Stefan Seitschek. Wien-München: Böhlau, 2010.

Regesta Imperii XIII, 24 (ns. 206-207), 26 (ns. 663, 716); XIV, 1 (n. 1326); XIV, 2 (n. 7187); XIV, 4, 1 (ns. 17911, 17933, 17934, 17936, 17942, 18471, 18562, 18861, 19489); XIV, 4, 2 (n. 20525) [Available at <http://www.regesta-imperii.de/regesten/suche.html>].

Regesten Kaiser Friedrichs III. (1440-1493): nach Archiven und Bibliotheken geordnet H. 30. Ed. Peter Gretzel. Wien-Köln-Weimar: Böhlau, 2014.

Repertorium Germanicum IX: Verzeichnis der in den Registern und Kameralakten Pauls II. vorkommenden Personen, Kirchen und Orte des Deutschen Reiches, seiner Diözesen und Territorien, 1464–1471. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2000.

Repertorium Germanicum X: Verzeichnis der in den Registern und Kameralakten Sixtus' IV. vorkommenden Personen, Kirchen und Orte des Deutschen Reiches, seiner Diözesen und Territorien 1471–1484. Berlin-Boston: De Gruyter, 2018.

SCHWIND, Ernst Freiherr; DOPSCH, Alphons (eds.) - *Ausgewählte Urkunden zur Verfassungs-Geschichte der deutsch-österreichischen Erblände im Mittelalter*. Innsbruck: Wagner, 1895.

SENCKENBERG, Heinrich Christian (ed.) - *Selecta iuris et historiarum tum anecdota tum iam edita, sed rariora*, IV/2. Frankfurt am Main, 1738.

“Wiener Annalen von 1348-1404”. in SEEMÜLLER, Joseph (ed) - *Österreichische Chronik von den 95 Herrschaften*. Hannover: Hahn 1909, pp. 231-242.

Studies

Andreas Baumkircher und seine Zeit, ed. Burgenländisches Landesmuseum. Eisenstadt, 1983 (Wissenschaftliche Arbeiten aus dem Burgenland 67).

BACHMANN, Adolf - *Deutsche Reichsgeschichte im Zeitalter Friedrichs III. und Max I.* vol. 1, Leipzig, 1884.

BEUMANN, Helmut; SCHRÖDER, Werner (eds.) - *Nationes. Historische und philologische Untersuchungen zur Entstehung der europäischen Nationen im Mittelalter*, 9 vols. Sigmaringen: Th. Verlag, 1978-1991.

BONNEAUD, Pierre - *Le prieuré de Catalogne, le couvent de Rhodes et la couronne d'Aragon: 1415-1447*. Millau: Conservatoire Larzac, 2004 (Milites Christi 2).

BONNEAUD, Pierre - *Els hospitalers catalans a la fi de l'edat mitjana: l'orde de l'Hospital a Catalunya i a la Mediterrània, 1396-1472*. Lleida: Pagès, 2008 (Els ordes militars 11).

BORCHARDT, Karl - “Hospitaller chapters in the medieval priory of *Alamania*”. in MORTON, Nicholas (ed.) - *Piety, Pugnacity and Property*. Vol. 7. *The Military Orders*. Abingdon-New York: Routledge, 2020, pp. 195-207.

BOULTON, D'Arcy Jonathan Dacre - *The Knights of the Crown. The Monarchical Orders of Knighthood in Later Medieval Europe 1325-1520*. Woodbridge: Boydell 1987.

BRANDMÜLLER, Walter - *Das Konzil von Pavia-Siena 1423-1424*. Paderborn: Ferdinand Schöningh, 2002 (Konziliengeschichte A 18).

BUES, Almut; REXHEUSER, Rex (eds.) - *Mittelalterliche nationes, neuzeitliche Nationen. Probleme der Nationenbildung in Europa*. Wiesbaden: Harrassowitz, 1995 (Deutsches Historisches Institut, Warschau, Quellen und Studien 2)

BUTTLAR-GERHARTL, Gertrud - “Der St. Georgs-Ritterorden und Wiener Neustadt”. in NIKOLASCH, Franz (ed.) - *Studien zur Geschichte von Millstatt und Kärnten, Vorträge der Millstätter Symposien 1981 bis 1995*. Klagenfurt: Habelt, 1997 (Archiv für vaterländische Geschichte und Topographie 78), pp. 511-527.

CSENDES, Peter; OPLL, Ferdinand (eds.) - *Wien. Geschichte einer Stadt*. Vol. 1. *Von den Anfängen bis zur ersten Wiener Türkenbelagerung (1529)*. Wien: Böhlau, 2001.

DAUBER, Robert L. – *Die Johanniter-Malteser Orden in Österreich und Mitteleuropa. 850 Jahre gemeinsamer Geschichte*, vol. 2: Spätmittelalter und frühe Neuzeit (1291 bis 1618). Wien: [private printing], 1998.

DAUBER, Robert L. – *Die Johanniter-Malteser Orden in Österreich und Mitteleuropa. 850 Jahre gemeinsamer Geschichte*. Vol. 3: Neue Zeit (1618 bis 1798). Wien: [private printing], 1998.

DELAVILLE LE ROULX, Joseph – *Les Hospitaliers à Rhodes jusqu'à la mort de Philibert de Naillac (1310-1421)*. Paris: Leroux, 1913.

DEMEL, Bernhard – “Zur Geschichte der Johanniter und des Deutschen Ordens in Kärnten”. in NIKOLASCH, Franz (ed.) – *Studien zur Geschichte von Millstatt und Kärnten, Vorträge der Millstätter Symposien 1981 bis 1995*. Klagenfurt: Habelt, 1997 (Archiv für vaterländische Geschichte und Topographie 78), pp. 787-826.

DENDORFER, Jürgen – “Wer wird Kardinal? Kardinalskarrieren und die Zusammensetzung des Kollegs (1417-1471)”. in DENDORFER, Jürgen; LÜTZELSCHWAB, Ralf – *Geschichte des Kardinalats im Mittelalter*. Stuttgart: Anton Hiersemann, 2011 (Päpste und Papsttum 39), pp. 361-372.

FILIP, Václav; BORCHARDT, Karl – *Schlesien, Georg von Podiebrad und die römische Kurie*. Würzburg: Verein für Geschichte Schlesiens, 2005 (Wissenschaftliche Schriften des Vereins für Geschichte Schlesiens 6).

FINKE, Heinrich – “Die Nation in den spätmittelalterlichen Konzilien”. *Historisches Jahrbuch* 57 (1937), pp. 323-338. Reprint in BÄUMER, Remigius (ed.) – *Die Entwicklung des Konziliarismus. Werden und Nachwirken der konziliaren Idee*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1976 (Wege der Forschung 279), pp. 347-368.

FROMME, Bernhard – “Die Wahl des Papstes Martin V”. *Römische Quartalschrift für christliche Altertumskunde und Kirchengeschichte* 10 (1896), pp. 133-162.

FÜRNKRANZ, Rudolf (ed.) – *Mailberg. Ein Abriss der Ortsgeschichte. Festschrift anlässlich der Verleihung des Marktwappens durch die Landesregierung am 23. Oktober 1999*. Mailberg, 1999.

Geschichte des Benedictiner-Stiftes Melk in Niederösterreich, seiner Besitzungen und Umgebungen 2/2. Wien: Beck, 1869.

GUTKAS, Karl – “Der Mailberger Bund von 1451. Studien zum Verhältnis von Landesfürst und Ständen um die Mitte des 15. Jahrhunderts”. *Mitteilungen des Instituts für Österreichische Geschichtsforschung* 74 (1966), pp. 51-94, 347-392.

GUTKAS, Karl – *Geschichte des Landes Niederösterreichs*, 4th ed. St. Pölten-Wien: NÖ Pressehaus, 1984.

HEINIG, Paul-Joachim – *Kaiser Friedrich III. (1440–1493). Hof, Regierung, Politik*. 3 vols., Köln-Weimar-Wien: Böhlau, 1997 (Forschungen zur Kaiser- und Papstgeschichte des Mittelalters 17).

HELMRATH, Johannes – *Das Basler Konzil 1431-1449. Forschungsstand und Probleme*. Köln: Böhlau, 1987 (Kölner Historische Abhandlungen 32).

HERNANDO SÁNCHEZ, Carlos José (ed.) – *Roma y España, un crisol de la cultura europea en la Edad Moderna. Actas del Congreso Internacional celebrado en la Real Academia de España en Roma del 8 al 12 de mayo de 2007*. Madrid: Sociedad Estatal para la Acción Cultural Exterior, 2007.

HOENSCH, Jörg K. – *Matthias Corvinus. Diplomat, Feldherr und Mäzen*. Graz-Wien-Köln: Styria, 1998.

HUNYADI, Zsolt – “The Western Schism and Hungary: From Louis I to Sigismund of Luxembourg”. *Chronica* 13 (2017), pp. 45-53.

JAN, Libor – “Ivanovice na Hané, Orlovice a johanitský řád (Příspěvek k poznání struktury a ekonomiky rytířských duchovních řádů do konce 15. století)”. *Časopis Matice Moravské* 111 (1992), pp. 199-226.

JAN, Libor – “Die Entwicklung des böhmischen Priorats der Johanniter”. in BORCHARDT, Karl; JAN, Libor (eds.) – *Die Geistlichen Ritterorden in Mitteleuropa: Mittelalter*. Brno: Matice moravská, 2011 (Země e kultura ve střední Evropě 20), pp. 79-98.

JANKO, Wilhelm Edler von – “Ebersdorf, Reinprecht von”. *Allgemeine Deutsche Biographie* [Online] 5 (1877), pp. 578-579 [accessed at 25 November 2020]. Available at: <https://www.deutsche-biographie.de/pnd13573522X.html>.

KAPP, Daniel – “Der Orden von 1938 bis 1945: Zwischen Anpassung auf Auflösung”. in STEEB, Christian; STRIMITZER, Birgit (eds.) – *Der Souveräne Malteser-Ritter-Orden in Österreich*. Graz: Leykam 1999, pp. 241-249.

KIBRE, Pearl – *The Nations in the Medieval Universities*. Cambridge/Mass.: Mediaeval Academy of America, 1948 (The Mediaeval Academy of America, 49).

KOTLÁROVÁ, Simona – *Jan III. z Rožmberka: 1484 – 1532: generální převor johanitského řádu v Čechách a vladař rožmberského domu*. Vyd. 1. České Budějovice: Veduta, 2010 (Osobnosti českých a moravských dějin, 9).

KROPF, Rudolf (ed.) – *Andreas Baumkircher. Leben und Sterben im 15. Jahrhundert*. Eisenstadt: Burgenländischen Landesregierung, 2013 (Wissenschaftliche Arbeiten aus dem Burgenland 144).

KROPF, Rudolf; POLSTER, Gert (eds.) – *Andreas Baumkircher und das ausgehende Mittelalter. Tagungsband der 32. Schlaininger Gespräche 16. bis 20. September 2012*. Eisenstadt: Landesmuseum, 2015.

KURZ, Franz – *Österreich unter Herzog Albrecht III.*, 2 vols. Linz: Haslinger, 1827.

LACKNER, Christian – *Hof und Herrschaft: Rat, Kanzlei und Regierung der österreichischen Herzoge (1365-1406)*. Wien-München: Oldenbourg, 2002 (Mitteilungen des Instituts für Österreichische Geschichtsforschung, Ergänzungsband 41).

LANGMAIER, Konstantin Moritz – A. *Erzherzog Albrecht VI. von Österreich (1418–1463). Ein Fürst im Spannungsfeld von Dynastie, Regionen und Reich*. Köln: Böhlau, 2015 (Forschungen zur Kaiser- und Papstgeschichte des Mittelalters 38).

LATZKE, Wilhelm – “Die Klosterarchive”. in BITTNER, Ludwig (ed.) – *Gesamtinventar des Wiener Haus-, Hof- und Staatsarchivs, Teil 3*, ed. Wien, 1938, pp. 583-616.

LECHNER, Karl – “Die Kommende Mailberg”. in WIENAND, Adam – *Der Johanniter-Orden*. Köln: Wienand-Verlag, 1970, pp. 413-425.

LUTTRELL, Anthony – “The Hospitaller Province of Alamania to 1428”. in NOWAK, Zenon Hubert (ed.) – *Ritterorden und Region – politische, soziale und wirtschaftliche Verbindungen im Mittelalter*, Toruń: Univ. Mikołaja Kopernika, 1995 (Ordines Militares. Colloquia Torunensia Historica 8), pp. 21-41. Reprint in *The Hospitaller State on Rhodes and its western Provinces, 1306-1462*. Aldershot: Ashgate, 1999 (Variorum Collected Studies Series 655), n. XII.

MEYER, Carla – “Eliten des Hofes - Eliten der Stadt. Ständische Verhaltenskonzepte und gesellschaftliche Identitätsbildung im Reflex der Literatur um Herzog Albrecht III. von Habsburg (1365-1395)”. in PARAVICINI, Werner; WETTLAUFER, Jörg (eds.) – *Der Hof und die Stadt. Konfrontation, Koexistenz und Integration in Spätmittelalter und früher Neuzeit. 9. Symposium der Residenzen-Kommission, Halle an der Saale, 25.-28. September 2004*. Ostfildern: Th. Verlag, 2006, pp. 449-470.

MITÁČEK, Jiří – “Strakonice ve struktuře České provincie řadu johanitů za vlády Lucemburků”. *Jihočeský Sborník Historický* 75 (2006), pp. 40–61.

MITÁČEK, Jiří – “Die böhmische Provinz des Johanniterordens und die Luxemburger 1310-1437”. in BORCHARDT, Karl; JAN, Libor – *Die geistlichen Ritterorden in Mitteleuropa, Mittelalter*. Brno: Matice moravská, 2011 (Země e kultura ve střední Evropě 20), pp. 99-113.

MITIS, Oskar von – “Die schwäbischen Herren von Wehingen in Österreich – ein Beispiel für Familienwanderung im Mittelalter”. *Jahrbuch für Landeskunde von Niederösterreich*. Ser. NF, 23 (1930), pp. 76-92.

MÜHLBERGER, Kurt – “Relikte aus dem Mittelalter: Die ‘Akademischen Nationen’ im Rahmen der neuzeitlichen Universitätsgeschichte. Mit einem Exkurs zur Natio Hungarica Universitatis Vindobonensis”. in LENGYEL, Zsolt K. (ed.) – *Österreichisch-ungarische Beziehungen auf dem Gebiet des Hochschulwesens / Osztrák-magyar felsőoktatási kapcsolatok*. Székesfehérvár-Budapest: Kodolányi János Főiskola – Eötvös Loránd Tudományegyetem Könyvtára, 2010, pp. 11-32.

NEHRING, Karl – *Matthias Corvinus, Kaiser Friedrich III. und das Reich. Zum hunyadisch-habsburgischen Gegensatz im Donauraum*. München: R. Oldenbourg, 1975 (Südosteuropäische Arbeiten 72).

NIEDERSTÄTTER, Alois – *Die Herrschaft Österreich. Fürst und Land im Spätmittelalter*. Wien: Ueberreuter, 2001 (Österreichische Geschichte 1278-1411, ed. Herwig Wolfram).

PETERS, Henriette – *Ein Formelbuch aus der Kanzlei Albrechts V*, unpublished paper from the Institut für Österreichische Geschichtsforschung, Wien, 1956.

PETERSOHN, Jürgen – “... *quod sanctitas sua in auxilium brachii secularis maiestati sue firmiter adhereat*. Politische Zielvorstellungen Kaiser Friedrichs III. für ein Hilfsbündnis mit Papst Sixtus IV”. in FUCHS, Franz; HEINIG, Paul-Joachim; SCHWARZ, Jörg – *König, Fürsten und Reich im 15. Jahrhundert*. Köln: Böhlau, 2009 (Forschungen zur Kaiser- und Papstgeschichte des Mittelalters, Beihefte zu J. F. Böhmer, Regesta Imperii 29), pp. 123-141.

PETTI BALBI, Giovanna – *Mercanti e nazioni nelle Fiandre: i genovesi in età bassomedievale*. Pisa: ETS, 1996 (Piccola biblioteca Gisem 7).

PETTI BALBI, Giovanna (ed.) – *Comunità forestiere e “naciones” nell’Europa dei secoli XIII-XVI*, Napoli: Liguori Ed., 2001 (Europa mediterranea. Quaderni 19).

PINI, Antonio Ivan – “Le ‘naciones’ studentesche nel modello universitario bolognese del Medioevo”. in BRIZZI, Gian Paolo; ROMANO, Andrea (eds.) – *Studenti e dottori nelle università italiane (origine-XX secolo)*. Atti del Convegno di studi (Bologna, 25-27 novembre 1999). Bologna: Clueb, 2000, pp. 21-29.

PRIBRAM, Albert Francis – *Materialien zur Geschichte der Preise und Löhne in Österreich 1*. Wien: Carl Ueberreuter, 1938.

RÁZSÓ, Gyula – *Die Feldzüge des Königs Matthias Corvinus in Niederösterreich 1477-1490*. 3rd ed. Wien: Österreichischer Bundesverlag, 1982 (Militärhistorische Schriftenreihe 24).

SARNOWSKY, Jürgen – *Macht und Herrschaft im Johanniterorden des 15. Jahrhunderts. Verfassung und Verwaltung der Johanniter auf Rhodos (1421-1522)*. Münster/Westfalen: LIT, 2001 (Vita regularis 14).

SCHNEIDER, Christian – “Eliten des Hofes - Eliten der Stadt. Ständische Verhaltenskonzepte und gesellschaftliche Identitätsbildung im Reflex der Literatur um Herzog Albrecht III. von Habsburg (1365-1395)”. in PARAVICINI, Werner; WETTLAUFER, Jörg (eds.) - *Der Hof und die Stadt. Konfrontation, Koexistenz und Integration in Spätmittelalter und früher Neuzeit*. 9. Symposium der Residenzen-Kommission, Halle an der Saale, 25.-28. September 2004. Ostfildern: Th. Verlag, 2006, pp. 449-470.

SCHNEIDER, Christian – “Höfische Lebensform und gesellschaftliche Identität. Literarische Texte um Herzog Albrecht III. von Österreich”. in DARTMANN, Christoph; MEYER, Carla – *Identität und Krise? Zur Deutung vormoderner Selbst-, Welt- und Fremderfahrungen*. Münster/Westfalen: Rhema, 2007, pp. 85-95.

SPUFFORD, Peter – *Handbook of Medieval Exchange*. London: Royal Historical Society, 1986 (Royal Historical Society, Guides and Handbooks 13).

ŠTĚPÁN, Václav – *Moravský markrabě Jošt (1354-1411)*. Brno: Maticе moravská, 2002 (Kniznice Maticе Moravské 10).

STIERLE, Leopold – *Die Herren von Wehingen. Ein schwäbisches Rittergeschlecht im Dienste der Grafen von Honenberg, der Babenberger, König Ottokars II. von Böhmen*

und der Habsburger. Seine verschiedenen Zweige in Niederösterreich und Mähren, in Tirol und in der angestammten Heimat. Sigmaringen: Thorbecke, 1989.

STRNAD, Alfred – *Herzog Albrecht III. von Österreich (1365-1395). Ein Beitrag zur Geschichte Österreichs im späteren Mittelalter.* Wien: University of Wien, 1961. PhD Thesis.

STUBENVOLL, Franz – “Aus dem Leben von Hanns Siebenhirter, erster Hochmeister des St. Georgs-Ritterordens (1420-1508)”. *Studien zur Geschichte von Millstatt und Kärnten, Vorträge der Millstätter Symposien 1981 bis 1995.* Klagenfurt: Habelt, 1997 (Archiv für vaterländische Geschichte und Topographie 78), pp. 495-510.

SWANSON, Robert N. – “*Gens secundum cognationem et collectionem ab alia distincta?* Thomas Polton, two Englands, and the challenge of medieval nationhood”. in SIGNORI, Gabriela; STUDDT, Birgit (eds.) – *Das Konstanzer Konzil als europäisches Ereignis. Begegnungen, Medien und Rituale.* Ostfildern: Th. Verlag, 2014 (Vorträge und Forschungen 79), pp. 57-87.

TOMASCHEK, Johann – “Kaiser Friedrich III. und der St. Georgs-Ritterorden – Fakten und Fiktionen”. *Symposium zur Geschichte von Millstatt und Kärnten*, ed. Franz Nikolasch (2011), pp. 1-22.

TOMASCHEK, Johann Adolf (ed.) – *Die Rechte und Freiheiten der Stadt Wien.* Wien: A. Höler, 1877 (Geschichts-Quellen der Stadt Wien, ed. Karl Weiß).

VANCSA, Max – *Geschichte Nieder- und Oberösterreichs.* Stuttgart-Gotha: Perthes, 1927 (Allgemeine Staatengeschichte 3/6/2).

VISSIÈRE, Laurent – “L’île utopique. Rhodes ou l’union des nations chrétiennes”. in *Nation et nations au Moyen Âge. Actes du 44^e congrès de la SHMESP Prague, 23 mai – 26 mai 2013.* Paris: Publications de la Sorbonne, 2014 (Histoire ancienne et médiévale 130), pp. 311-325.

WAGNER, Wolfgang Eric – “Von der ‘natio’ zur Nation? Die ‘nationes’-Konflikte in den Kollegien der mittelalterlichen Universitäten Prag und Wien im Vergleich”, *Mitteilungen der Österreichischen Gesellschaft für Wissenschaftsgeschichte* 20 (2000), pp. 141-162.

WEISFLECKER-FRIEDHUBER, Inge – “Maximilian I. und der St. Georgs-Ritterorden”. *Symposium zur Geschichte von Millstatt und Kärnten* (1989), pp. 87-106.

WELTIN, Dagmar – *Studien zur Geschichte der Johanniterkommende Mailberg.* Wien: Wien University, 2007. MA Thesis. Available at http://othes.univie.ac.at/497/1/12-11-2007_0002309.pdf.

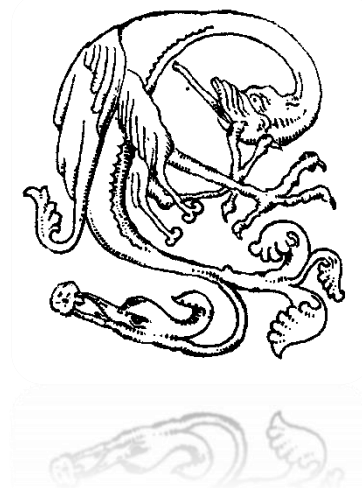
WIESFLECKER, Hermann – *Kaiser Maximilian I. Das Reich, Österreich und Europa an der Wende zur Neuzeit.* 5 vols. München: Oldenbourg, 1971-1986.

WIESSNER, Hermann – *Die Schenken von Osterwitz. Geschichte eines durch fünf Jahrhunderte führenden Kärntner Ministerialengeschlechtes.* Klagenfurt: Heyn, 1977.

WOLF, Susanne – *Die Doppelregierung Kaiser Friedrichs III. und König Maximilians (1486–1493)*. Köln-Weimar-Wien: Böhlau, 2005 (Forschungen zur Kaiser- und Papstgeschichte des Mittelalters 25).

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

BORCHARDT, Karl – “National Rivalry among Hospitallers? The Case of Bohemia and Austria, 1392-1555”. *Medievalista* 30 (Julho – Dezembro 2021), pp. 203-245. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

ARTIGOS

ARTICLES



MEDIEVALISTA

N.º 30 | Julho – Dezembro 2021

ISSN 1646-740X

Fonti e contesti dei miracoli eucaristici delle *Cantigas de Santa María* 128 e 208

Sources and context of the eucharistic miracles of the *Cantigas de Santa María* 128 and 208

Manuel Negri

Universidade de Santiago de Compostela, Facultade de Filoloxía, Departamento de
Filoloxía Galega

C.P. 15701, Santiago de Compostela, España

m.negri@usc.es

<https://orcid.org/0000-0003-3532-9810>

Data recepción do artigo / Received for publication: 3 de Julho de 2020

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 22 de Abril de 2021

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.3856>

RIASSUNTO

Le *Cantigas de Santa María* 104, 128, 147 e 208 presentano dei miracoli eucaristici dove delle ostie subiscono una trasfigurazione. Le loro fonti non sono ancora state ben definite dalla critica. Questo studio vuole offrire delle nuove ipotesi sui precedenti delle *Cantigas* 128 e 208, incentrate sul motivo dell'adorazione di un'ostia consacrata da parte di alcune api. Se per la *Cantiga* 128 si evidenzia l'influenza di una versione contenuta in una collezione miracolistica di provenienza catalana, in quanto portatrice di dettagli condivisi in esclusiva col testo galego medievale, per la *Cantiga* 208 viene ribadita la presenza, alla base, dell'opera del cistercense tedesco Cesario di Heisterbach, con alcune innovazioni da imputare forse alla stessa corte del sovrano per far fronte ad alcune esigenze dottrinali del tempo.

Parole chiave: *Cantigas de Santa María*; Alfonso X; Miracoli eucaristici; *Dialogus miraculorum*; *Rivipullensis* 193.

ABSTRACT

The *Cantigas de Santa María* 104, 128, 147, and 208 present Eucharistic miracles where the hosts undergo a transfiguration. Their sources have not yet been well defined by scholars. This study aims to offer new hypotheses on the precedents of *Cantigas* 128 and 208, centered on the motif of the adoration of a consecrated host by some bees. If for *Cantiga* 128 the influence of a version contained in a miraculous collection of Catalan origin is highlighted, as it bears details shared exclusively with the medieval Galician text, for *Cantiga* 208 the presence is reiterated, at the base, of the work of the Cistercian monk Cesario of Heisterbach, with some innovations to be attributed to the same court of the sovereign to perhaps some doctrinal needs of his time.

Keywords: *Cantigas de Santa María*; Alfonso X; Eucharistic miracles; *Dialogus miraculorum*; *Rivipullensis* 193.



Le *Cantigas de Santa María* – canzoni dedicate alla Vergine Maria nella seconda metà del XIII secolo¹ – sono il risultato della confluenza alla corte del suo patrocinatore Alfonso X di Castiglia (nonché probabile autore, per alcune di esse), di varie tradizioni miracolistiche, di natura e provenienza diversa.

Semplificando, se per alcuni testi – soprattutto quelli che formano la prima parte della collezione mariana – il modello dei miracoli pare derivare dalle grandi e note collezioni di prodigi della Vergine già ampiamente conosciuti in tutto lo spazio europeo, per altri – molto più complessi da analizzare – si ipotizza invece l’apporto di tradizioni più legate alla cultura popolare, locale (miracoli connessi a qualche santuario), o anche provenienti dalle *Vitae* di altri santi della cultura occidentale, opportunamente riadattate al nuovo contesto mariano².

Quali siano stati comunque i modelli di riferimento per Alfonso X e il suo *entourage* di collaboratori, essi non si mostrano mai univoci nella formazione di ogni CSM: per questo è sempre preferibile parlare non tanto di una sola fonte, ma di più varianti o tradizioni rispetto ad un medesimo miracolo (o parti di esso) che il laboratorio mariano del Re Sapiente ha saputo rimaneggiare all’insegna di una ricercata originalità.

Questo fatto determina dunque la difficoltà nel tentare di rintracciare la fonte (o, più propriamente, le fonti) delle CSM che formano l’intero corpus mariano; e, tra i testi

¹ D’ora in avanti, si utilizzerà l’acronimo CSM per riferirsi ad un singolo testo o all’opera in generale. Sul periodo di elaborazione delle CSM. FERREIRA, Manuel Pedro – “The Stemma of the Marian Cantigas: Philological and Musical Evidence”. *Bulletin of the Cantigueiros de Santa Maria* 6 (1994), pp. 58-98; FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Laura – “Cantigas de Santa María: fortuna de sus manuscritos”. *Alcanate: Revista de Estudios Alfonsíes* 6 (2008-2009), pp. 323-348.

² Per tutti questi aspetti: PARKINSON, Stephen – “Alfonso X, Miracle Collector”. in FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Laura; RUIZ SOUSA, Juan Carlos (coord.) – *Alfonso X El Sabio 1221-1284. Las Cantigas de Santa María, Códice Rico, Ms. T-I-1, Real Biblioteca del Monasterio de San Lorenzo de El Escorial, El Códice Rico de las Cantigas de Santa María*. Madrid: Editorial Testimonio, 2011, vol. II, pp. 79-105. Per una panoramica sulle diverse tipologie di fonti, FIDALGO FRANCISCO, Elvira – *As Cantigas de Santa María*. Vigo: Xerais, 2002. Su un esempio di riadattamento agiografico nelle CSM invece NEGRI, Manuel – “Rielaborazioni agiografiche alfonsine: il caso della Cantiga de Santa María 369”. *Carte Romanze* 8/1 (2020), pp. 75-115.

‘difficili’ da analizzare in questo senso, in virtù delle dinamiche non lineari nel processo di trasmissione di una tradizione, si trovano anche quelli oggetto di questo breve studio.

Si tratta di quelle CSM che trasmettono dei miracoli dove i sacri azzimi si trasformano in carne e sangue per ribadire la presenza reale di Cristo in quelle sostanze e, eventualmente, impedire che le ostie vengano utilizzate in rituali profani. In altri prodigi, quest’ultime si trasfigurano in una immagine della Vergine o di Gesù, sempre in risposta ad un atto di profanazione o ad una funzione religiosa celebrata con scetticismo nei confronti del sacramento dell’Eucaristia³.

In alcuni casi, questi prodigi possono anche coesistere nello stesso miracolo, ma sempre con le medesime finalità: confermare il dogma della transustanziazione ed impedire un utilizzo di quel sacramento in rituali che si potrebbero definire ‘magici’. In totale, son ben quattro i componimenti che possono essere ricondotti a queste tematiche: CSM 104, 128, 149 e 208⁴.

Come già accennato, l’obiettivo di questo studio è quello di presentare delle nuove ipotesi sui precedenti narrativi di due delle CSM appartenenti a questo gruppo, le CSM 128 e 208. La scelta di restringere il campo obbedisce a due criteri: il primo, ovviamente, è quello dello spazio offerto da questa pubblicazione; il secondo invece ha a che vedere con la natura degli stessi miracoli: si tratta infatti di testi che condividono una situazione apparentemente simile dove un’ostia consacrata, dopo

³ Sulle tipologie, MACY, Gary – “Theology of the Eucharist in the High Middle Ages”. in *A Companion to the Eucharist in the Middle Ages*. Leiden-Boston: Brill, 2011, pp. 365-398.

⁴ Si segue, come da prassi, la numerazione dei testi nel testimone più completo dell’opera, il ms. E (Biblioteca de El Escorial, I.b.2). Sulla rimanente tradizione testuale, si rimanda a: SCHAFFER, Martha – “Los códices de las ‘Cantigas de Santa María’: Su problemática”. in DOMÍNGUEZ RODRÍGUEZ, Ana; MONTOYA MARTÍNEZ, Jesús (eds.) – *El scriptorium alfonsí: de los Libros de astrología e las ‘Cantigas de Santa María’*. Madrid: Editorial Complutense, 1999, pp. 127-148. A loro volta, questi testi fanno parte di un gruppo più ampio di CSM nel quale si trovano anche prodigi in cui non avviene una trasformazione degli elementi impiegati in carne o sangue durante la celebrazione del sacramento dell’Eucaristia, ma che comunque testimoniano il potere dell’ostia per qualche guarigione o anche solo per testimoniare le verità di fede. Si tratta delle CSM 139, 222, 225, 251, 263 e 353. Sulle CSM 139 e 253, DISALVO, Santiago – “Gualterus de Cluny, las *Cantigas* y el niño que ofrece pan a Cristo: reconsideración de una antigua colección de milagros marianos”. *Hagiographica* 20 (2013), pp. 123-142.

essere stata inserita all'interno di un alveare, inizia ad essere adorata da alcune api, divenendo infine oggetto di una vistosa trasfigurazione⁵.

La CSM 128

Nella CSM 128 si racconta la storia di un apicoltore delle Fiandre che, per incrementare la produzione di miele e cera, ha bisogno di più api. Vuole però sforzarsi il minimo possibile. A tal proposito, un'anziana fattucchiera del posto gli consiglia di ricevere l'ostia durante la messa per poi conservarla tra la lingua e il palato e riporla, una volta fatto ritorno a casa, in una delle sue arnie. Arriva il giorno di raccolta del miele, ed ecco che, riaperta l'arnia, si trova davanti ad un fatto straordinario: i sacri azzimi hanno preso le sembianze della Vergine Maria con, in braccio, il piccolo Gesù (vv32-36)⁶:

“E abriu aquela logo, u a osti' enserrara,
e viu [y] Santa Maria, mui fremosa e mui crara,
con seu Fillo Jhesu-Cristo en seus braços, que criara,
que tũa abraçado e el ela abraçada.
Tan muit' é con Jesu-Cristo Santa Maria juntada ...”.

Turbato da questa rivelazione, il peccatore corre ad informare il prete del luogo. Quest'ultimo non tarda poi molto a recarsi sul posto per comprovare coi propri occhi il miracolo. Ordina allora di riunire i fedeli affinché tutti abbiano la possibilità di contemplare la sacra rappresentazione, in preghiera. Nel frattempo, già all'arrivo dei primi parrocchiani, un profumo dolcissimo – “migliore di quello dei gigli, delle viole o dell'acqua di rose” – inizia a diffondersi tutt'intorno, quasi a voler accompagnare lo straordinario evento (vv52-56):

⁵ Non si possono dunque annoverare tra i casi di *paired narratives* proposti in PARKINSON, Stephen – “The Miracles Came in Two by Two: Paired Narratives in the Cantigas de Santa Maria”. in CONDE, Juan-Carlos; GATLAND, Emma (ed.) – *Gaude Virgo Gloriosa: Marian Miracle Literature in the Iberian Peninsula and France in the Middle Ages*. London: QMUL, 2011, pp. 65-85. Nelle CSM individuate dallo studioso inglese, infatti, a numeri diversi corrispondevano CSM del tutto simili nell'impianto narrativo, ma associate a luoghi di culto differenti. Non è il caso delle CSM 128 e 208 che, pur rifacendosi ad un medesimo panorama miracolistico, fanno capo in concreto a due diversi filoni narrativi, già autonomi a monte.

⁶ Per il testo, ALFONSO X, El Sabio – *Cantigas de Santa María. Cantigas 101 a 260*. Vol. II. Ed. Walter Mettmann. Madrid: Castalia, 1988, pp. 82-84. Per un riassunto parziale della vicenda, si vedano anche: KELLER, John E. – “A Note on King Alfonso's Use of Popular Themes in his Cantigas”. *Kentucky Foreign Language Quarterly* I/1 (1954), pp. 29-30; MONTOYA MARTÍNEZ, Jesús – “El culto a la Eucaristia y sus derivaciones mágicas en el siglo XIII”. *La corónica: A Journal of Medieval Hispanic Language, Literatures, and Cultures* XXXVI/1 (2007), p. 194.

“Logo foron alá todos e viron en com’ estava
na colmãa a mui santa Virgen e com’ abraçava
a seu Fillo Jhesu-Cristo, e mui mellor odor dava
que liros nen violetas non dan, nen agua rosada.
Tan mui’ é con Jesu-Cristo Santa Maria juntada ...”

L’arnia è infine portata in processione per le strade della cittadina fino alla chiesa, tra la gente festosa e piena di devozione. Qui viene adagiata sopra l’altare maggiore per poter essere vegliata fino a tarda notte dai fedeli che erano rimasti a pregare. Ed è proprio durante la veglia che si verifica l’ultimo prodigio: i sacri azzimi ritornano pian piano ad assumere il loro aspetto originario.

Motivi e precedenti

Alcuni frammenti di questa situazione miracolistica si possono rintracciare sia nel repertorio curato da Stith Thompson che in quello di Frederick Tubach, rispettivamente nei motivi B259.4 (“Bees build church of wax to contain consecrated host”) e 2662 (“Host in bee hive. A woman hides the Host in a hollow tree. She forgets it for a year and then finds bees have built a shrine of honeycombs around it”)⁷.

È da notare però che le situazioni registrate si rifanno solamente a due delle possibili varianti di questa tipologia di miracolo eucaristico: non sempre, infatti, le api si impegnano a costruire una struttura a protezione dell’ostia, limitandosi a volte a mantenere unicamente incorrotta la sacra forma in vista di una sua eventuale trasfigurazione. Quest’ultimo è proprio il caso che offre la CSM 128, la quale – in virtù di questa soluzione narrativa – sembra rifarsi precisamente a tre dei precedenti miracolistici tra quelli censiti in occasione di questo studio. Le versioni interessate vengono evidenziate in grigio nella tabella seguente⁸:

⁷ THOMPSON, Stith – *Motif-Index of folk-literature. A classification of narrative elements in folktales, ballads, myths, fables, mediaeval romances, exempla, fabliaux, jest-books, and local legends. Revised and enlarge edition.* Bloomington: Indiana University Press, 1955-1958; TUBACH, Frederick – *Index exemplorum: a handbook of medieval religious tales.* Helsinki: Academia Scientiarum Fennica, 1981.

⁸ Per il censimento, si è partiti da: PONCELET, Albert – “Index miraculorum B.V. Mariae quae saec. VI-XV latine conscripta sunt”. *Analecta Bollandiana* XXI (1902), pp. 249, 253, 272, 317 e 343; HERBERT, John Alexander – *Catalogue of Romances in the Department of Manuscripts in the British Museum.* London: British Museum, vol. 3, 1910, p. 23; DEXTER, Elise Forsythe – *Sources of the Cantigas of Alfonso el Sabio.* Wisconsin: Madison, 1926, p. 158. Tesi di Dottorato; KITTREDGE, George Lyman –

N°	Autore	Coll./Ms.	Carte	Capitolo	Periodo
1	Pietro di Cluny	<i>De Miraculis</i>	/	I, 1	Inizi XII sec.
2	Erberto di Chiar.	<i>De Miraculis</i>	/	III, 30	1178
3	Girardo Cambrense	<i>Gemma Eccl.</i>	/	I, 11	1199
4	Anon.	Rivipullensis 193	44v-45v	15	Fine XII sec.
5	Anon.	Par. lat. 14958	161rv	/	XIII sec.
6	Cesario di Heisterbach	<i>Dial. Miraculorum</i>		IX, 8	Inizio XIII sec.
7	Jacques de Vitry	<i>Serm. Vulgares</i>	/	191	Inizio XIII sec.
8	Anon.	<i>Liber exemplorum</i>	/	16	XIII sec.
9	Stefano di Borbone	<i>Tractatus</i>	/	317	XIII sec.
10	Tommaso di Cantimpré	<i>Bonum universale</i>	/	II, 40, 1	1256-1263
11	Anon.	Royal 7 D. i.	66v	27	Fine XIII sec.

La prima versione che deve essere confrontata col testo della CSM 128 è quella trasmessa dall'opera *De Miraculis* di Pietro il Venerabile, risalente al termine del sec. XII. In apertura del primo capitolo, Pietro racconta che un *rusticus* originario dell'Alvernia possedeva alcuni alveari. Temendo che la produzione delle sue arnie potesse andare incontro a dei problemi, un giorno decise di premunirsi contro tali avversità servendosi della magia. Gli venne consigliato infatti di recarsi in chiesa, prendere la comunione e conservare intatti i sacri azzimi in bocca per poi, una volta ritornato a casa, scegliere una delle sue arnie per soffiarvi all'interno con questi ancora tra la lingua e il palato⁹:

“Erat in Arvernico territorio rusticus quidam habens alvearia, in quibus examina apum melleam favorum dulcedinem conficere solent. Quas jam dictus rusticus aut evolare, aut emori, aut aliquo casu sibi deperire pertimescens usus pravo sortilegorum consilio, qui diabolica operatione, etiam de beneficiis Dei maleficia facere consueverunt, et (quod est dictu intolerabile) ipsis quoque divinis sacramentis per artes magicas abutuntur,

Witchcraft in Old and New England. Cambridge: Harvard University Press, 1929, a p. 469; BARAUT I OBIOLS, Cebrià – “Un recull de miracles de Santa Maria, procedent de Ripoll, i les Cantigues d'Alfons el Savi”. *Scripta e Documenta* 6 (1956), p. 127; FERREIRO ALEMPARTE, Jaime – “Fuentes germanicas en las ‘Cantigas de Santa Maria’, de Alfonso X el Sabio”. *Grial* 31 (1971), pp. 52-53; PARKINSON, Stephen – *The Oxford Cantigas de Santa Maria Database* [In linea]. Oxford: Centre for the Study of the Cantigas de Santa Maria, actual. 2 luglio 2020. [Consultato il 2 luglio 2020]. Disponibile all'indirizzo <http://csm.mml.ox.ac.uk/?p=home>.

⁹ PETRUS VENERABILIS – *De Miraculis*. in MIGNE, Jean-Paul (ed.) – *Petri Venerabilis abbatis cluniacensis noni Opera Omnia*. Patrologia Latina 189. Parisiis, 1890, cols. 851-952, alle cols. 851-853.

accessit ad ecclesiam, et sumpto a sacerdote (ut mos est Christianorum) corpore Dominico, illudque ore retinens, nec glutire volens, ut jam doctus fuerat, ad unum de jam dictis alvearibus, in quo apes continebantur, accessit, atque foramini, quod in eo erat ore adaptato, sufflare coepit”.

Questo avrebbe inoltre garantito – come riferito allo stesso *rusticus* – non solo la protezione ai suoi operosi insetti, ma anche una maggiore produzione di miele e di cera. Mise dunque in atto il rituale soffiando quanto più poteva, ma proprio a causa della forza esercitata nell’atto, oltre all’aria espulse dalla bocca anche la stessa ostia, che cadde così a terra. A quel punto, in sua presenza, accadde un primo fatto straordinario: le api, come esseri dotati improvvisamente di razionalità e di pia devozione, accorsero in soccorso dei sacri azzimi e li trasportarono all’interno dell’alveare:

“Nam dictum sibi fuerat quod si corpore Domini ore retento apibus in vase constitutis insufflaret, nulla deinceps moreretur, nulla recederet, nulla deperiret; sed omnibus integre conservatis, de augmento fructus multo amplius quam ante gauderet [...] Cumque avidus lucri anhelitum protrahens vehementer sufflaret, ipso linguae et aeris impulsu jactum Dominicum corpus juxta vas illud ad terram corruit. Cum ecce omnis illa apum multitudo de intimis egressa, ad corpus Domini sui reverenter accurrit, atque in morem rationabilium creaturarum de terra sublevatum, habitaculis suis cum multa veneratione, homine illo conspiciente, induxit”.

In un primo momento, volendo forse non credere a quello che aveva visto, l’uomo decise di allontanarsi per occuparsi di altre faccende. In seguito, iniziò però a temere di aver fatto male lasciando che l’ostia rimanesse all’interno dell’arnia. Quindi tornò sui propri passi e, pur di recuperare il Corpo di Cristo, si mostrò disposto ad eliminare quelle stesse api che aveva cercato poco prima di proteggere con un incantesimo. E così fece, gettandovi sopra dell’acqua. Una volta morte, le api rivelarono nella parte più recondita dell’alveare l’ostia che era uscita dalla sua bocca, intatta, quasi come l’avessero voluta proteggere; ma, con grande sorpresa, si poté anche constatare come il pane azzimo avesse assunto le sembianze di Gesù bambino – ancora in fasce – circondato dal miele¹⁰:

“Quibus extinctis, dum intima favorum, quos sibi recondere et conservare volebat, rimaretur, ecce, (mirabile dictu!) conspicit corpus Dominicum, quod ex ejus ore lapsum

¹⁰ Il miracolo poi prosegue. Dopo aver constatato che la piccola figura non dava segni di vita, l’uomo decise di dargli degna sepoltura, ma dopo averla toccata, svanì misteriosamente nel nulla. Il solo contatto con le sue mani – evidentemente considerate indegne – causò infatti la sparizione dei sacri azzimi.

fuerat, in formam speciosissimi pueri, veluti cum recens nascitur, immutatum, inter favos et mella jacere”.

Questo *récit* – caratterizzato appunto dal miracolo della trasformazione dell’ostia in una sacra rappresentazione all’interno di un alveare – sembrerebbe poi essere confluito in due collezioni miracolistiche elaborate tra la fine del XII e gli inizi del XIII sec., suggerendo così una circolazione del prodigio anche in un periodo più prossimo all’attività poetica di Alfonso X.

Lo si ritrova infatti dapprima all’interno di una collezione di *exempla moralia* – che si estende tra i fols. 7v-156v e poi, in modo disordinato, fino al fol. 161rv – trasmessa dal miscellaneo Paris, Bibliothèque Nationale de France, Ms. Par. lat. 14958, proveniente dallo *scriptorium* di San Vittore¹¹. Il *miraculum*, rubricato “De rustico qui posuit corpus domini cum apibus ut augmentaretur”, non è altro che un rifacimento del prodigio raccontato da Pietro il Venerabile, dal quale si riprendono anche interi sintagmi opportunamente adattati ad uno stile fortemente ipotattico¹²:

[fol. 161v] “Legitur esse in avernie territorio quemdam rusticum . examen apum habundantem an alveariis . quas ipse pertimens perdere . aut mori . sive alis aliquo casu deperire . usus tamen pravo consilio scilicet sortilegum dyabolica operatione . qui de beneficiis dei maleficia facere consueverunt . qui etiam divinis sacramentis abutuntur . supradictus rusticus ad ecclesiam communicaturus accessit . et sumpto a sacerdote corpore dominico ut christianis mos est . illud in ore suo retinens . glutire noluit . set clauso ore illud ad unum de alveariis suis portavit . atque foramini quod in eo erat ore adaptato . ut edoctus fuerat . sufflare cepit . tamquam illa sufflatione (...) ¹³ deinceps esse moritura . nulla recessura . nulla peritura . nulla steriler futura sed omnis ibi semper remaneret . et fructum habundantissime facerent . Cum igitur flatum ad interiora toto conatu emitteret . avidus enim luc<ri>¹⁴ hanelitum protrahebat vehementis insufflans .

¹¹ Contiene le seguenti opere, dalla descrizione pubblicata nel sito della Bibliothèque Nationale de France, recuperabile dall’indirizzo <https://archivesetmanuscrits.bnf.fr/ark:/12148/cc75683z> [ultima consultazione: 26 maggio 2020]: a. Sermones; b. Versi di Thibaud de Marly sulla morte (2r); c. *Exempla moralia* (7v-156v); d. Sermones (114); e. Vincentii Bellovacensis expositio in orationem dominicam (122), et in Salutationem b. Marie (141v); f. [*Dictamen de nomine Jesu*] (153); g. *Sermo decani Parisiensis factus in capitulo Sancti Victoris* (169v); h. *Expositio b. Gregori super Cantico* (187); i. [*Carmina pia*] (245); l. *Versus de penitentia glosati* (288); l. *Sermo magistri W. de Monte* (289v).

¹² Il testo è inedito. Si trascrive dalla riproduzione fotografica del codice recuperabile dal database *Gallica*, all’indirizzo <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b90666494> [ultima consultazione: 26 maggio 2020]. Tra parentesi quadre si indicano le carte del codice e, con tre punti di sospensione, si segnalano i *loci* di difficile lettura. Le parentesi uncinatate contengono invece eventuali integrazioni in corrispondenza di guasti meccanici o di mutilazioni delle carte. Gli scioglimenti delle abbreviature e dei compendi vengono invece indicati in corsiva.

¹³ Nell’edizione digitale della carta non sembra esserci un guasto, ma il punto non risulta del tutto leggibile per via della piega assunta dal foglio in corrispondenza della cucitura interna. Purtroppo, alla data attuale, non è stata possibile una consultazione in loco di questa sezione del codice.

¹⁴ Si integra tenendo conto di quanto scrive Pietro il Venerabile, in molti punti sovrapponibile a questa versione. Nell’edizione digitale della carta, non sembra esserci un guasto, ma il punto risulta illeggibile sempre per via della piega del codice.

ipso lingue impulsu iactatum meante . corpus dominicum . iuxta illud vas ad terram corrui . et ecce omnes apes ille reverenter accurrunt . et tamquam creature rationales . corpus domini de terra sublevatum habitaculis suis . rustico inspectante introducuunt . quod negligens ac parvipendens . ad sua negotia se convertit . Sed cum iter ag<eret> repentino et intolerabili timore turbatus . se nequiter egisse (...) compunctus retro pedem tulit . atque in vindictam sceleris sui . apes quarum vitam opere nefario conservare voluerat . superiecta multa aque violentia enecavit . quibus extinctis . dum favorum intima rimaretur et . corpus dominicum in forma spetiosissima infantis recenter nati conspicit . sed mortui . inter favos et mella iacere . Hesitans autem quod inde faceret . tandem cogitavit eum in manibus accipere et ad ecclesiam referre . et ibi nemine sciente tamquam infantem mortuum tumulare . Quod dum ita deferret . subito ab indignis manibus ferentibus . invisibiliter elapsus disparuit“.

Una seconda attestazione del prodigio, in una veste già ‘marianizzata’ – dove cioè è espressamente la Vergine Maria ad intercedere affinché possa realizzarsi il miracolo della trasfigurazione dell’ostia –¹⁵, la si trova all’interno di una collezione anonima di *miracula virginis* trasmessa ai nostri giorni da due mss., il più antico dei quali è databile tra la fine del XII e gli inizi del XIII sec.¹⁶. Si tratta di una raccolta che solamente a partire dalla metà del secolo scorso è stata rimessa sotto i riflettori dalla critica e ricondotta – per alcuni prodigi – anche ad altri *récits* presenti nella collezione mariana del Re Sapiente. Nel manoscritto più antico che la trasmette (Barcelona, Archivo General de la Corona de Aragón, Ms. Rivipullensis 193, fols. 27v-48r)¹⁷, proveniente dal monastero catalano di Ripoll, tra i fols. 44v e 45v si può leggere infatti quanto segue¹⁸:

¹⁵ BARAUT I OBIOLS, Cebrià – *Un recull de miracles ...*, p. 127. Sul concetto (e sulla pratica) della ‘marianizzazione’: DISALVO, Santiago – “Gualterus de Cluny, las *Cantigas* y el niño que ofrece pan a Cristo: reconsideración de una antigua colección de milagros marianos”. *Hagiographica* XX (2013), pp. 123-142.

¹⁶ Quanto a datazione e storia, si veda anche NASCIMENTO, Augusto Aires – *Milagres medievais numa colectânea mariana alcobacense. Edição crítica, tradução e estudo*. Lisboa: Colibri, 2004, pp. 48-56. Il secondo testimone, risalente già al sec. XIV, è proprio quello studiato da Nascimento e la cui esistenza era già stata segnalata in MARTINS, Mario – “O Livro dos Milagres da Bem-aventurada Virgem Maria”. *Brotéria* 70 (1960), pp. 517-532.

¹⁷ La collezione che raccoglie vari miracoli mariani occupa la sesta sezione del codice pergameneo (la quarta, se si considera la descrizione dello stesso effettuata da Próspero de Bofarull, poi confluita nella *Biblioteca Patrum Latinorum Hispaniensis*). Si propone qui la descrizione più recente offerta dal Portal de Archivos Españoles (Pares) all’indirizzo <http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/2323672>: 1. [*De laude psalmodum*], 1rv; 2. *Augustinus De Penitencia Solomonis*, 2r-3r; 3. [*De Pipino a Felipe II*], 3r; 4. [*Relación de nombres*], 3v; 5. [*Advocaciones Virginis*], 4r-27v; 6. [*Miracula beatae virginis Mariae*], 27v-48r; 7. *Virgo pura stirps regalis*, 48r; 8. [*Homiliae*], 48v-67v; 9. [*De Officio Missae*], 68r-73v; 10. [*De sacramentis*], 73v-81v; 11. [*Sententiarum Liber I*], 81v-87r; 12. [*Homiliae*], 87r-169v; 13. *Hieronimus* (...), 170r; 14. *De miraculis* (...) *Montis Serrati*, 170v-173v; 15. [Orazioni e consigli morali in latino e catalano], 173v-174v (agg. XV sec.)] (...) poi ripresa nel XIV sec. dal ms. Lisboa, Biblioteca Nacional, Alcobacense 39.

¹⁸ BARAUT I OBIOLS, Cebrià – *Un recull de miracles ...*, p. 127. Si riporta il testo basandosi su quello edito dallo studioso catalano. Di seguito si procede ad una trascrizione direttamente dalle carte. In questo caso, la versione trasmessa dal ms. di Ripoll non differisce sostanzialmente da quella

“Tempore Karoli magni imperatoris, in partibus Flandrie, terricola quidam, instigante sibi | quedam [fol. 45r] phitonissa, ut apes vicinorum ad suum venirent apiarium, et mellis copiam magis pre ceteris haberet vicinis, eucaristiam paschalem, quod in ecclesia beate Marie virginis a sacerdote acceperat, in quodam vase apium misit¹⁹. Cum vero tempus colligendi mel adveniret, et ipse vas disco cooperiret, pro melle factorem mellis invenit. Quid plura? Res mira, ante et post nec audita. Divam Virginem inter ulnas sacras puerum suum pium Ihesum tenentem in vase, ubi eucharistia immiserat, reperit stantem. Quod videns miser ille valde obstupuit. Tunc exivit tanta claritas et bonus odor a vase, quod totus locus ille mirabiliter refulsit. Idcirco stultus ille amplius ibi stare²⁰ nequivit, sed ecclesie sacerdotem adiit, et rem gestam per ordinem ei narravit. Sacerdos vero²¹, ut sapiens, rem prius per nuncios probata, pulsatis prolixè tintinabulis, coadunata maxima multitudine parochianorum suorum, indutus sacerdotalibus vestimentis, cum clericis, et cruce, et turibulis ivit psalmocinando ad locum ubi²² vas erat, rustico duce. Cum autem tanta dei mirabilia intuitus esset, flexis genibus cum magnis singultibus et lacrimis, accepit vas inter brachia sua²³, ad ecclesiam tulit. Tunc cecinit diligenter matutinas paschales et horas, primam scilicet et terciam, sicuti egerat die qua tradiderat eucharistiam rustico stulto. Tunc posuit divam Virginem cum puero amicabilem | super altare, et cecinit cum illa vera hostia sola missam [fol. 45v] paschalem. Cum autem diceret oracionem que est post pacem dominicam, ubi debet hostia frangi, ecce puer oblatas, hostia illa vera, vertitur in hostia panis, illa videlicet hostia, quam rustico dederat die paschali”.

Da come si può osservare, il prodigio coincide a grandi linee con quello trasmesso da Pietro il Venerabile, poi confluito nella collezione di San Vittore: la storia riguarda sempre un *terrícola* che, per ottenere una maggiore produzione di miele e di cera, desiderava che le api dei vicini si trasferissero nel suo alveare.

Tuttavia, il *récit* va incontro ad una notevole semplificazione e – fatto rilevante – cambiano anche alcuni dettagli di cornice che lo avvicinano così alla versione alfonsina. Non solo, infatti, stavolta lo svolgimento del miracolo avviene al tempo di Carlomagno (*Tempore Karoli magni imperatoris*), ma si specifica in apertura – proprio come si può leggere nella CSM 128 – che il tutto sia accaduto nella Gallia Belgica (*in partibus Flandrie*) e non nella regione dell’Alvernia. Su questo punto – a

tramandata dal già citato codice alcobacense, latore della stessa collezione e compilato, come già precisato, alcuni anni dopo.

¹⁹ Il manoscritto presenta la forma *misit*. Si corregge pertanto l’errore di trascrizione da parte di Baraut.

²⁰ Baraut i Obiols inverte gli elementi del manoscritto. La sequenza che si legge è *ibi stare* e non *stare ibi*.

²¹ L’avverbio viene inserito nell’interlinea superiore in corrispondenza del *locum* tra *Sacerdos* e *ut* e viene giustamente trascritto da Baraut i Obiols a testo. Si tratta di una correzione incipiente dello stesso copista.

²² L’avverbio viene inserito nell’interlinea superiore tra *locum* e *vas* e viene giustamente trascritto da Baraut i Obiols a testo. Si tratta di una correzione incipiente dello stesso copista.

²³ In questo punto, Baraut i Obiols trascrive un *et*, ma non sembra esserci nessuna nota tachigrafica corrispondente alla congiunzione. Pertanto, si emenda.

causa di tali elementi di cornice del tutto condivisi tra la tradizione sopracitata e il testo alfonsino – il sospetto che il laboratorio mariano del sovrano sia venuto a contatto con una tradizione centro-europea appare più che fondato.

La versione del Rivipullense e quella della CSM 128 coincidono anche su alcuni dettagli relativi al miracolo della trasformazione dell'ostia, rispetto alla tradizione delineata in precedenza. In entrambe le versioni, infatti, i sacri azzimi vengono ritrovati trasfigurati in una sacra rappresentazione in cui partecipa, per la prima volta, anche la Vergine Maria.

Se la 'marianizzazione' appena rilevata avrebbe anche potuto darsi in maniera autonoma nel laboratorio mariano del Re Sapiente a partire da un comune precedente agiografico qualsiasi, quello che segue contribuisce a rafforzare i sospetti sulla conoscenza da parte di Alfonso della 'tradizione' rappresentata dalla versione di Ripoll. È da notare infatti come in entrambi i *récit* si insista su alcuni fenomeni che accompagnano il prodigio, come quello olfattivo, condiviso in esclusiva dal testo alfonsino e da quello di provenienza catalana: un profumo meraviglioso che si diffonde per tutto l'ambiente circostante a partire proprio dall'alveare che contiene la sacra forma mutata d'aspetto²⁴.

L'ipotesi che la chiave di volta capace di risolvere l'enigma di una delle fonti principali (non l'unica, ovviamente) consultate da Alfonso X e dal suo *entourage* per la composizione della CSM 128 possa essere la versione trasmessa dal manoscritto di provenienza catalana²⁵ – e forse comune a quella seguita dai collaboratori del Re Sapiente a partire da un condiviso antecedente di provenienza francese – potrebbe

²⁴ Che si dovesse ipotizzare l'esistenza di una fonte non ancora messa in relazione con tale tradizione per spiegare alcune apparenti innovazioni sul tema era già chiaro a Jaime Ferreiro Alemparte, sebbene lo studioso continuasse comunque ad ipotizzare, come base, il *récit* trasmesso da Cesario di Heisterbach. Le differenze presenti tra i vari *récits* avrebbero potuto trovare una spiegazione – sempre secondo lo studioso – nell'intrusione di almeno una terza fonte (o variante) nel processo di raccolta e composizione della CSM. FERREIRO ALEMPARTE, Jaime – *Fuentes germanicas ...*, pp. 52-53.

²⁵ La 'composition' è la seconda fase del processo di elaborazione delle CSM, e riguarda, nello specifico, ciascun testo che viene elaborato e che poi, nell'ultima fase, la 'compilation', passa a formar parte dell'intera collezione mariana. Ovviamente qui si è semplificato, ma non bisogna pensare che tali processi di allestimento delle CSM siano stati così lineari. Per avere una chiara panoramica sul modo di procedere, spesso ricorsivo, dello scrittoio del Re Sapiente: PARKINSON, Stephen; DEIRDRE, Jackson – "Collection, Composition and Compilation in the Cantigas de Santa Maria". *Portuguese Studies* 22 (2006), pp. 159-172.

rafforzarsi nel notare come i debiti alfonsini con questa tradizione siano stati già evidenziati in relazione almeno ad altre due CSM che occupano una posizione relativamente prossima a quella oggetto di questo studio. Tale vicinanza suggerirebbe pertanto un rilievo miracolistico effettuato *in primis* a partire dalla stessa collezione, disponibile tra le mani dei collaboratori alfonsini in una fase puntuale del lavoro. Si tratta inoltre di miracoli poco o per nulla trasmessi dalla rimanente tradizione miracolistica a noi nota.

Il primo caso riguarda la CSM 138, dove si narra un miracoloso intervento di guarigione da parte della Vergine Maria a beneficio del santo patriarca Giovanni Crisostomo il cui miracolo parrebbe costituire l'esito di un processo di 'marianizzazione' di una vicenda narrata per la prima volta nel *Dialogus de Vita S. Joannis Chrysostomi* scritto da Palladius tra il 408 e il 412 ca. Si tratta infatti di un prodigio già legato alla figura mariana proprio nella collezione di Ripoll e di cui non si hanno notizie sulla sua trasmissione al di fuori di quest'ultima (dove occupa la terza posizione).

Il secondo caso è quello della CSM 141, la quale mette in scena la ben nota storia del monaco inglese ringiovanito da Maria. Anche per questo prodigio si conosce una diffusione assai limitata nel panorama miracolistico europeo e uno dei precedenti del testo alfonsino si può ritrovare esclusivamente nella collezione trådita per la prima volta dal ms. di Ripoll (dove occupa la settima posizione)²⁶.

La CSM 208

La CSM 208 presenta un caso simile a quello precedente, ma con alcune differenze non trascurabili. Il protagonista stavolta è un eretico di Tolosa che continua a partecipare alla messa per dissimulare agli occhi della comunità dei fedeli in Cristo di cui fa parte la propria miscredenza.

A Pasqua si reca perciò in chiesa, ma dopo aver preso la comunione – nutrendo i soliti dubbi sui sacri azzimi –, decide di conservarli in bocca fino al termine della

²⁶ Per tutti questi casi, si consiglia la consultazione di NEGRI, Manuel – “Una nuova fonte per Li Miracoli de Senta Maria: il ms. Rivipullensis 193”. *Critica del testo* XX/1 (2017), pp. 65-103.

messa con già, in mente, un disegno ben preciso²⁷. Una volta tornato a casa, li mette dentro un'arnia forse per vedere se le api inizino a costruirvi (*obrar*) qualcosa attorno, o anche solo per verificarne il comportamento in presenza dell'ostia (vv30-34)²⁸:

“E en hũa ssa colmẽa o deitou e diss' assi:
 “Abellas, comed' aqesto, ca eu o vinno bevi;
 e se vos obrar sabedes, verei que faredes y”.
 E des i foi-sse mui ledo o traedor descreudo.
Aquele que ena Virgen carne por seer veudo ...”.

Arrivato il giorno della raccolta del miele e della cera, l'eretico apre l'arnia e vi trova all'interno una piccola cappella munita di altare; e sopra a quest'ultimo, una rappresentazione in miniatura della Vergine Maria che stringe fra le sue braccia il piccolo Gesù. La scoperta di questo fatto prodigioso viene inoltre accompagnata da un profumo magnifico, capace di convertirlo all'istante (vv40-44):

“Abriu mui tost' a colmẽa e hũa capela vii
 con seu altar estar dentro, e a omagen cousiu
 da Virgen cono seu Fillo sobr' ele, e ar sentiu
 un odor tan saboroso que logo foi convertudo,
Aquele que ena Virgen carne por seer veudo...”

²⁷ Per una precedente lettura della CSM, si rimanda a MONTOYA MARTÍNEZ, Jesús – *El culto a la Eucaristia ...*, p. 193. Come viene puntualizzato in FIDALGO FRANCISCO, Elvira – “Los animales de las Cantigas de Santa Maria. Una lectura en clave simbólica”. *Revista de Literatura Medieval* 29 (2017), pp. 107-127 (e poi nel più recente: FIDALGO FRANCISCO, Elvira – “‘Bestias e animalias de muchas maneras’: animales en las Cantigas de Santa María”. in PÉREZ BARCALA, Gerardo (ed.) – *Cui tali cura vel remedio subvenitur'. De animales y enfermedades en la Edad Media europea*. Avellino: Edizioni Sinestesia, 2019, pp. 99-119), la scelta di Tolosa – luogo simbolico per il catarismo – non può che suggerire per il protagonista l'appartenenza alla comunità dei miscredenti, anticipando inoltre che quello che viene criticato attraverso questa CSM è proprio la non credenza nel dogma della transustanziazione.

²⁸ MENDES, Augusto de Carvalho – “Os Animais nas Cantigas de Santa Maria (I)”. *Eikón Imago* 8/2 (2015), p. 138. Per il testo, ALFONSO X, El Sabio – *Cantigas de Santa María. Cantigas 101 a 260. II. Ed.* Walter Mettmann. Madrid: Castalia, 1988, pp. 257-259. Il verbo *obrar* (*e se vos obrar sabedes, verei que faredes i*; v. 25) – parrebbe suggerire che l'eretico fosse a conoscenza del fatto che le api, eventualmente, avrebbero iniziato a comportarsi in un certo modo al cospetto dei sacri azzimi, magari costruendovi qualcosa attorno a sua protezione (si noti l'avverbio *i*). L'inserimento dell'ostia nell'arnia si configurerebbe pertanto come un voler verificare, seppur in maniera errata, la sacralità del Corpo di Cristo da parte dell'eretico. Questa lettura può trovare una conferma nella dichiarazione fatta dal protagonista quando si appresta a comprovare lo stato dell'arnia una volta arrivato il momento della raccolta del miele: “*Verei que obra feit' han / NA hostia as abellas*”; vv. 29-30 (maiuscolo nostro). Sul verbo *obrar* nel contesto della lirica galego-portoghese, sia riferito ad un 'realizzare, costruire' in senso materiale, che ad un 'operare' in senso lato (dal lat. *ŌPĒRĀRE*). LORENZO, Ramón – *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*. Orense: Instituto de Estudios Orensanos Padre Feijóo, vol. II (Glosario), 1977, p. 923.

Dopo questo fatto, l'uomo decide di andare dal vescovo per confessarsi. Come nel miracolo precedente, anche qui il religioso organizza in seguito una grande processione per esaminare di persona i sacri azzimi e per riunire i fedeli in preghiera.

Motivi e precedenti

Come già anticipato, una delle differenze principali rispetto al *récit* della CSM 128 consiste nel fatto che, oltre alla trasfigurazione dell'ostia, si assiste qui anche alla costruzione di una struttura votiva a sua protezione.

La presenza di questo specifico motivo 'di peso' (o variante) porta ora a selezionare altre occorrenze tra quelle già presentate nella tabella precedente da mettere a confronto con la CSM 208 (vengono sempre evidenziate in grigio):

N°	Autore	Coll./Ms.	Carte	Capitolo	Periodo
1	Pietro di Cluny	<i>De Miraculis</i>	/	I, 1	Inizi XII sec.
2	Erberto di Chiar.	<i>De Miraculis</i>	/	III, 30	1178
3	Giraldo Cambrense	<i>Gemma Eccl.</i>	/	I, 11	1199
4	Anon.	Rivipullensis 193	44v-45v	15	Fine XII sec.
5	Anon.	Par. lat. 14958	161rv	/	XIII sec.
6	Cesario di Heisterbach	<i>Dial. Miraculorum</i>		IX, 8	Inizio XIII sec.
7	Jacques de Vitry	<i>Serm. Vulgares</i>	/	191	Inizio XIII sec.
8	Anon.	<i>Liber exemplorum</i>	/	16	XIII sec.
9	Stefano di Borbone	<i>Tractatus</i>	/	317	XIII sec.
10	Tommaso di Cantimpré	<i>Bonum universale</i>	/	II, 40, 1	1256-1263
11	Anon.	Royal 7 D. i.	66v	27	Fine XIII sec.

Il primo autore noto a dar conto del motivo della costruzione di un santuario di miele e di cera a protezione dell'ostia in circostanze simili a quelle della CSM 208 – in un *exemplum* pienamente eucaristico – è Giraldo Cambrense nella sua *Gemma Ecclesiastica* compilata attorno al 1199.

Tuttavia, nell'undicesimo capitolo della *Distinctio I*, l'autore racconta che l'ostia non era stata inserita all'interno di un'arnia, bensì in una cavità nel tronco di un albero da parte di un uomo che nutriva dei dubbi nei confronti della sacra forma e delle sue capacità (altra variante significativa di questa tipologia di *exempla*)²⁹. Si intende comunque che la motivazione di questo gesto ubbidiva sempre al desiderio – alimentato da certe credenze – di poter avere a disposizione una notevole produzione di miele e di cera senza particolare sforzo, sfruttando proprio il potere che si credeva insito nell'ostia consacrata (fatto, del resto, che accomuna quasi tutti i prodigi censiti fino a questo punto).

Un prodigio che, oltre ad imperniarsi su questo stesso motivo, mostra anche più affinità nelle modalità di realizzazione dello stesso, ricompare invece nel corso delle prime due decadi del secolo successivo nel *Dialogus Miraculorum* di Cesario di Heisterbach.

Qui, nell'ottavo miracolo del IX capitolo dell'opera (*De apibus quae basilicam corpori Dominico fabricaverunt*), si racconta infatti che una donna si era trovata in difficoltà per aver constatato che le sue api non fossero produttive a sufficienza. Temendo per il loro stato di salute e alla ricerca di qualche rimedio, le venne detto – come sempre – di collocare in mezzo a loro un'ostia consacrata. Si recò dunque in chiesa, prese la comunione, nascose i sacri azzimi in bocca, e, una volta ritornata a casa, li collocò all'interno di uno dei suoi alveari.

In seguito, anche stavolta, il prodigio non si fece attendere: le api cominciarono subito a costruire attorno all'ostia una piccola cappella per poi adagiarla sopra un altare minuto. Il miracolo venne infine comunicato dalla donna al sacerdote dal quale aveva ricevuto la comunione, mostrandosi pentita per quanto aveva fatto³⁰:

“Vermiculi Creatorem agnoscentes, de favis suis dulcissimis hospiti dulcissimo capellulam mirae structurae fecerunt, in qua altare eiusdem materiae erigentes, sacratissimum corpus super illud posuerunt [...] Processu temporis cum femina idem

²⁹ GIRALDUS CAMBRENSIS – *Gemma Ecclesiastica*. in BREWER, John Sherren (ed.) – *Giraldi Cambrensi. Opera*. London: Longman, Green, Longman, and Roberts, 1862, vol. II, pp. 42-43.

³⁰ Per il testo, CAESARIUS HEISTERBACENSIS – *Dialogus Miraculorum*. Vol. I. Ed. Joseph Strange. Coloniae: Bonnae et Bruxellis, Sumptibus J. M. Heberle (H. Lempertz & Comp.), 1851, pp. 172-173.

vasculum aperuisset, et iam dictum oratorium considerasset, expavit, currensque ad sacerdotem, confessa est ei omnia et quae egit et quae vidit”.

Il prete, raccolti alcuni parrocchiani, si recò quindi dove si trovava l’ostia e così poté notare le api che le volavano attorno rivolgendo lodi al Creatore. Una volta diradati gli insetti, tutti poterono infine ammirare quello che era stato costruito attorno ai sacri azzimi e di cui Cesario offre una descrizione particolareggiata: una cappella con finestre alle pareti, campanile, tetto, porta ed altare³¹:

“Tunc ille assumptis secum parochianis suis ad vasculum venerunt, apes circumvolantes et in laudem Creatoris bombizantes abegerunt, capellulae parietes, fenestras, tectum, campanile, ostium, et altare admirantes, corpus Domini cum laude et gloria ad ecclesiam retulerunt.”

Se nei *Sermones Vulgares* di Giacomo da Vitriaco e nell’anonimo *Liber Exemplorum* di ambiente francescano (entrambi coevi al periodo di compilazione del *Dialogus* di Cesario) era stato ripreso il *récit* in una veste più affine a quella trasmessa da Giraldo Cambrense – dunque con la variante dell’ostia che, invece di essere inserita all’interno di un’arnia, era stata nascosta in una cavità arborea –³², quello che racconta Stefano di Borbone attorno alla metà del XIII sec. riprende invece quanto narrato da Cesario.

Di nuovo, infatti, viene presentata la vicenda di un *rusticus* che desiderava moltiplicare le sue api e, in tal modo, ottenere più miele e cera. E, anche qui, si ripete lo stesso miracolo, con le api che avevano cominciato a costruire attorno al Corpo di

³¹ Per una breve sinossi della vicenda, FERREIRO ALEMPARTE, Jaime – *Fuentes germanicas ...*, p. 52.

³² A titolo di esempio, si riportano qui solamente i passaggi fondamentali del prodigio così come trasmesso dal *Liber exemplorum* e facenti capo al momento dell’immissione dell’ostia in un albero, del suo ritrovamento e della constatazione della presenza di una struttura votiva attorno ad essa: “Nostris quoque diebus in Alamannie partibus accidit quendam eukaristiam sibi datam vel fidei defectu vel diffidencia in arbore quadam orti sui concava reposuisse (...) invenit tanquam in medio operis congesti ecclesiam ceream, nulla tamen omnino mellis gutta perfussam, turrem habentem et tintinnabula, altare quoque et calicem desuper, cum corporalibus et patena, tantum quoque thesaurum minus ante discrete reconditum quam pro loci natura honestius poterat, non solum apicularum officio set etiam angelorum ministerio, Deo auctore, in calicem repositum (...)”. *Liber exemplorum ad usum praedicantium. Saeculo XIII compositus a quodam fratre minore anglico de provincia Hiberniae. Secundum codicem Dunelmensem editus*. Ed. Andrew George Little. Aberdoniae: Typis Academicis, 1908, p. 9.

Cristo una piccola chiesa, completa di fundamenta, colonne ed altare (anche in questo caso, la descrizione della struttura si rivela particolarmente dettagliata)³³:

“Tunc omnes apes ad alveolum ubi erat corpus Christi convenerunt, et, pro irreverencia sibi facta compacientes quasi, opere suo inceperunt construere ecclesiam parvulam, fundamenta et bases et columpnas erigere, et altare consimili opere, et corpus dominicum cum maxima reverencia super illud altare collocaverunt, et ecclesiolam illam miro opere et pulcherrimo perfecerunt infra alveolum illum”.

Poco tempo dopo, come di consueto, il miracolo venne comprovato dall'autorità ecclesiastica del luogo, dopo che il *rusticus* non era più riuscito ad avvicinarsi alle arnie a causa di un attacco subito dalle stesse api; e così anche gli occhi del sacerdote poterono verificare la presenza di una *parvulam ecclesiam* e di un altare sul quale era stato collocato il Corpo di Cristo.

Una ipotesi

Come già ipotizzato da Jaime Ferreiro Alemparte, l'ipotesi più plausibile è che, per il confezionamento di questo prodigio, Alfonso X e i suoi collaboratori avessero in mente soprattutto la versione di Cesario di Heisterbach, e questo forse per ragioni di prossimità culturale e politica; motivazioni che, del resto, lo studioso aveva già avuto modo di esporre nei suoi lavori³⁴.

Questa ipotesi sembrerebbe legittima anche da un punto di vista cronologico – escludendo Stefano di Borbone, autore troppo contemporaneo al periodo di attività poetica del Re Sapiente – e tenendo conto dell'assenza del motivo in altre collezioni immediatamente precedenti: il solo autore infatti che avrebbe potuto fornire al sovrano castigliano-leonese il motivo (o il suggerimento) della costruzione di una struttura votiva a protezione dell'ostia potrebbe essere stato solamente Cesario, già frequentato del resto per altri testi.

In questo caso, però, a differenza di quanto si poteva concludere per la CSM 128, la questione si mostra meno lineare. Non si deve infatti dimenticare che – anche ipotizzando come fonte principale il *récit* di Cesario per la tematica più importante

³³ ÉTIENNE DE BOURBON – *Tractatus de diversis materiis praedicabilibus*. Ed. Albert Lecoy de la Marche. Paris: Librairie Renouard, 1877, pp. 266-267.

³⁴ FERREIRO ALEMPARTE, Jaime – *Fuentes germánicas ...*, pp. 52-53.

della narrazione – persistono delle differenze sostanziali tra questo e la CSM 208; ma si può anche verificare come queste divergenze, in realtà, non siano poi così discriminanti, in quanto potrebbero anche essersi generate per via di un nuovo contesto sociale e dottrinale in cui si trovava immerso lo *scriptorium* alfonsino.

In questo senso, dunque, il risultato finale potrebbe anche essere la conseguenza di un aggiornamento dell'*exemplum* tradizionale in base a certi parametri, e non necessariamente il risultato della consultazione di qualche fonte a noi ignota³⁵.

Si consideri, ad esempio, il primo elemento di difformità tra la CSM 208 e il racconto del *Dialogus*: la tipologia del protagonista. Se, infatti, nel *récit* di Cesario si è in presenza di una donna che sembra allevare delle api per mestiere e che agisce nell'ottica di avere un maggiore tornaconto economico, nella CSM troviamo un eretico che, più che essere mosso dal desiderio di incrementare la produzione di miele e cera delle sue arnie, finisce col profanare l'ostia per 'metterla alla prova' e quindi per verificare che, con la sua presenza all'interno dell'arnia, anche una parte del mondo animale potesse piegarsi alla volontà divina, come guidata da una intelligenza superiore.

In una versione apparsa molto più tardi di questo prodigio, ovvero agli inizi del XIV sec., in una collezione anonima di miracoli oggi trasmessa dal London, British Library, Ms. Additional 27, 336 e riconducibile con buona probabilità ad un ambiente francescano dell'Italia settentrionale, il protagonista di questa storia è ancora un eretico che, dopo essere stato beneficiato da un miracolo simile, alla fine si pente e si converte³⁶, proprio come accade nella CSM 208.

Si potrebbe trattare di una testimonianza seriore di un *récit* magari precedente all'attività poetica del saggio re castigliano-leonese? Non necessariamente: è più

³⁵ Come è ovvio, si tratta solamente di una ipotesi suggerita anche da quello che si riporta a continuazione. Nulla vieta comunque di prendere in considerazione l'esistenza di fonti parallele o di 'cugini narrativi' che avrebbero potuto favorire questo processo di diversificazione. Le ricerche di questo tipo sulle CSM sono sempre aperte a nuove suggestioni ed ipotesi che vanno aumentando o perfezionandosi anche al crescere del volume di testi e di miracoli mariani (ma non solo) censiti dalla critica.

³⁶ HERBERT, John Alexander – *Catalogue of Romances ...*, p. 648.

probabile che, su questo punto, anche Alfonso X avesse voluto riadattare questo prodigio rispondendo così alle necessità manifestate dalla Chiesa soprattutto negli anni successivi al IV Concilio Lateranense che aveva fissato come uno dei punti cardine del programma la lotta alle eresie; e che abbia voluto fare di questo nuovo *exemplum* mariano una sorta di manifesto per ribadire non solo la necessità di mettere alla berlina gli eretici, ma anche di ricordare la sacralità del Corpo di Cristo, posta in dubbio a quel tempo da parte di molti, ma soprattutto dalla corrente catara³⁷.

La seconda differenza è che nella CSM 208 accade qualcosa di significativo che non trova riscontro in nessun'altra versione anteriore: l'ostia che viene posata sul piccolo altare costruito dalle api subisce anche una trasfigurazione in una rappresentazione mariana. Nella tradizione rimanente, al contrario, non vi è nessuna trasformazione apparente quando compare il motivo della costruzione della cappella cerea³⁸.

Di fronte a questo *unicum* nella tradizione, è economico ipotizzare che su questo punto Alfonso abbia voluto operare una fusione tra due motivi, guidato dalla necessità di fornire, soprattutto in un miracolo tradizionalmente cristologico come quello delle ostie soggette a trasfigurazione, un segnale della presenza mariana negli stessi azzimi, ribadendo così il ruolo di Maria come figura capace di intercedere anche per questa tipologia di miracoli.

A modo di conclusione

Le analisi condotte sulle due CSM che tramandano dei prodigi eucaristici in cui delle api adorano ed agiscono su un ostia consacrata hanno permesso non solo di far intravedere la complessa rete di relazioni precedenti ai testi alfonsini in merito a questa tipologia di miracolo (spesso caratterizzato da varianti minime, quasi impercettibili), ma anche come le CSM 128 e 208 – apparentemente simili – si rifacciano in realtà a dei modelli diversi, tendenti comunque ad un medesimo orizzonte culturale e miracolistico.

³⁷ MENDES, Augusto de Carvalho – “Os Animais nas Cantigas de Santa Maria (I)” ..., p. 136.

³⁸ Si rimanda sempre alle tabelle riassuntive presentate nelle pagine anteriori.

Per quanto riguarda la CSM 128, il confronto coi precedenti più affini di una lunga tradizione, ha evidenziato come il testo alfonsino – oltre ad adattarsi alla *brevitas* e ad una forma più semplificata del *récit* rispetto a quello apparso per la prima volta nel *De Miraculis* di Pietro il Venerabile – recuperi alcuni dettagli presenti esclusivamente in una collezione attualmente trasmessa da due manoscritti, di cui quello più antico ci è pervenuto da una copia fatta vergare nel monastero di Ripoll e che, con buona probabilità, ha alle spalle un precedente allestito in territorio francese.

L'eredità del modello di Cesario di Heisterbach – certamente rilevante per la produzione alfonsina nel suo complesso – è risultata in questo caso poco o per nulla determinante – diversamente da quanto sostenuto da Jaime Ferreiro Alemparte –, mostrando invece un suo peso culturale forse solo per il prodigio versificato dalla CSM 208, il cui *récit* è sensibilmente diverso rispetto alla CSM 128.

In quest'ultimo caso, però, il lavoro di versificazione e dunque di composizione del testo diretto dal Re Saggio si mostra meno conservativo, con l'introduzione di alcune innovazioni volte non solo a rispondere alle necessità dottrinali del suo tempo, ma anche a venire incontro ai gusti dell'epoca. Ne sarebbero prova, come già precisato, il cambiamento di protagonista (non solo di genere) e una vera e propria fusione di due motivi miracolistici per dare più centralità alla figura di Maria, vera ed unica protagonista del suo canzoniere.

Riferimenti bibliografici

Fonti manoscritte

Barcelona, Archivo General de la Corona de Aragón, Ms. Rivipullensis 193.

Paris, Bibliothèque Nationale de France, Ms. Par. lat. 14958.

Fonti scritte

ALFONSO X, El Sabio – *Cantigas de Santa María. Cantigas 101 a 260. II*. Ed. Walter Mettmann. Madrid: Castalia, 1988.

CAESARIUS HEISTERBACENSIS – *Dialogus Miraculorum*. Vol. I. Ed. Joseph Strange. Coloniae: Bonnae et Bruxellis, Sumptibus J. M. Heberle (H. Lempertz & Comp.), 1851.

ÉTIENNE DE BOURBON – *Tractatus de diversis materiis praedicabilibus*. Ed. Albert Lecoy de la Marche. Paris: Librairie Renouard, 1877.

GIRALDUS CAMBRENSIS – *Gemma Ecclesiastica*. Vol. II. in BREWER, John Sherren (Ed.) – *Giraldi Cambrensi. Opera*. Vol. II. London: Longman, Green, Longman, and Roberts, 1862

Liber exemplorum ad usum praedicantium. Saeculo XIII compositus a quodam fratre minore anglico de provincia Hiberniae. Secundum codicem Dunelmensem editus. Ed. Andrew George Little. Aberdoniae: Typis Academicis, 1908.

PETRUS VENERABILIS – *De Miraculis*. in MIGNE, Jean-Paul (Ed.) – *Petri Venerabilis abbatis cluniacensis noni Opera Omnia*. Patrologia Latina 189. Parisiis, 1890, cols. 851-952.

Studi

BARAUT I OBIOLS, Cebrià – “Un recull de miracles de Santa Maria, procedent de Ripoll, i les Cantigues d’Alfons el Savi”. *Scripta e Documenta* 6 (1956), pp. 127-160.

DEXTER, Elise Forsythe – *Sources of the Cantigas of Alfonso el Sabio*. A thesis submitted to the Graduate School of the University of Wisconsin in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy. Wisconsin: Madison, 1926.

DISALVO, Santiago – “Gualterus de Cluny, las *Cantigas* y el niño que ofrece pan a Cristo: reconsideración de una antigua colección de milagros marianos”. *Hagiographica* XX (2013), pp. 123-142.

FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Laura – “*Cantigas de Santa María*: fortuna de sus manuscritos”. *Alcanate: Revista de Estudios Alfonsíes* 6 (2008-2009), pp. 323-348.

FERREIRA, Manuel Pedro – “The Stemma of the Marian *Cantigas*: Philological and Musical Evidence”. *Bulletin of the Cantigueiros de Santa Maria* 6 (1994), pp. 58-98.

FERREIRO ALAMPARTE, Jaime – “Fuentes germanicas en las ‘*Cantigas de Santa Maria*’, de Alfonso X el Sabio”. *Grial* 31 (1971), pp. 31-62.

FIDALGO FRANCISCO, Elvira – *As Cantigas de Santa María*. Vigo: Xerais, 2002.

FIDALGO FRANCISCO, Elvira – “Los animales de las *Cantigas de Santa Maria*. Una lectura en clave simbólica”. *Revista de Literatura Medieval* 29 (2017), pp. 107-127.

FIDALGO FRANCISCO, Elvira – “Bestias e animalias de muchas maneras’: animales en las Cantigas de Santa María”. in PÉREZ BARCALA, Gerardo (ed.) – *‘Cui tali cura vel remedio subvenitur’. De animales y enfermedades en la Edad Media europea*. Avellino: Edizioni Sinestesia, 2019, pp. 99-119.

HERBERT, John Alexander – *Catalogue of Romances in the Department of Manuscripts in the British Museum*. London: British Museum, vol. 3, 1910.

KELLER, John E. – “A Note on King Alfonso’s Use of Popular Themes in his Cantigas”. *Kentucky Foreign Language Quarterly* 1/1 (1954), pp. 26-31.

KITTREDGE, George Lyman – *Witchcraft in Old and New England*. Cambridge: Harvard University Press, 1929.

MACY, Gary – “Theology of the Eucharist in the High Middle Ages”. in *A Companion to the Eucharist in the Middle Ages*. Leiden-Boston: Brill, 2011, pp. 365-398.

MARTINS, Mário – “O Livro dos Milagres da Bem-aventurada Virgem Maria”. *Brotéria* 70 (1960), pp. 517-532.

MENDES, Augusto de Carvalho – “Os Animais nas Cantigas de Santa Maria (I)”. *Eikón Imago* 8/2 (2015), pp. 15-166.

MONTOYA MARTÍNEZ, Jesús – “El culto a la Eucaristia y sus derivaciones mágicas en el siglo XIII”. *La corónica: A Journal of Medieval Hispanic Language, Literatures, and Cultures* XXXVI/1 (2007), pp. 189-196.

NASCIMENTO, Augusto Aires – *Milagres medievais numa colectânea mariana alcobacense. Edição crítica, tradução e estudo*. Lisboa: Colibri, 2004.

NEGRI, Manuel – “Una nuova fonte per *Li Miracoli de Senta Maria*: il ms. Rivipullensis 193”. *Critica del testo* XX/1 (2017), pp. 65-103.

NEGRI, Manuel – “Rielaborazioni agiografiche alfonsine: il caso della Cantiga de Santa María 369”. *Carte Romanze* 8/1 (2020), pp. 75-115.

PARKINSON, Stephen – “Alfonso X, Miracle Collector”. in FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Laura; RUIZ SOUSA, Juan Carlos (coord.) – *Alfonso X El Sabio 1221-1284. Las Cantigas de Santa María, Códice Rico, Ms. T-I-1, Real Biblioteca del Monasterio de San Lorenzo de El Escorial, El Códice Rico de las Cantigas de Santa María*. Vol. II. Madrid: Editorial Testimonio, 2011, pp. 79-105.

PARKINSON, Stephen – “The Miracles Came in Two by Two: Paired Narratives in the Cantigas de Santa Maria”. in CONDE, Juan-Carlos; GATLAND, Emma (ed.) – *Gaude Virgo Gloriosa: Marian Miracle Literatura in the Iberian Peninsula and France in the Middle Ages*. London: QMUL, 2011, pp. 65-85.

PARKINSON, Stephen – *The Oxford Cantigas de Santa Maria Database* [In linea]. Oxford: Centre for the Study of the Cantigas de Santa Maria, actual. 2 luglio 2020. [Consultato il 2 luglio 2020]. Disponibile all’indirizzo <http://csm.mml.ox.ac.uk/?p=home>.

PARKINSON, Stephen; DEIRDRE, Jackson – “Collection, Composition and Compilation in the Cantigas de Santa Maria”. *Portuguese Studies* 22 (2006), pp. 159-172.

PONCELET, Albert – “Index miraculorum B.V. Mariae quae saec. VI-XV latine conscripta sunt”. *Analecta Bollandiana* XXI (1902), pp. 242-360.

SCHAFFER, Martha – “Los códices de las “Cantigas de Santa María”: Su problemática”. in DOMÍNGUEZ RODRÍGUEZ, Ana; MONTOYA MARTÍNEZ, Jesús (eds.) – *El scriptorium alfonsí: de los Libros de astrología e las ‘Cantigas de Santa María’*. Madrid: Editorial Complutense, 1999, pp. 127-148.

THOMPSON, Stith – *Motif-Index of folk-literature. A classification of narrative elements in folktales, ballads, myths, fables, mediaeval romances, exempla, fabliaux, jest-books, and local legends. Revised and enlarge edition*. Bloomington: Indiana University Press, 1955-1958.

TUBACH, Frederich – *Index exemplorum: a handbook of medieval religious tales*. Helsinki: Academia Scientiarum Fennica, 1981.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

NEGRI, Manuel – “Fonti e contesti dei miracoli eucaristici delle *Cantigas de Santa María* 128 e 208”. *Medievalista* 30 (Julho – Dezembro 2021), pp. 249-273. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



**Cerâmica de tradição islâmica em contexto português.
Séculos XII-XIV**

**Islamic tradition pottery in Portuguese contexts.
12th-14th centuries**

(a) *Marco Liberato*, (b) *Isabel Inácio*, (c) *Gonçalo Lopes*, (d) *Constança dos Santos*,
(e) *Jacinta Bugalhão*, (f) *Helena Catarino*, (g) *Sandra Cavaco*, (h) *Jaquelina
Covaneiro*, (i) *Isabel Cristina Fernandes*, (j) *Ana Sofia Gomes*, (k) *Susana Gómez*,
(l) *Maria José Gonçalves*

(a)-(l) CIGA: Grupo de Investigação sobre a Cerâmica Islâmica
do Garb Al-Andalus;
Universidade de Coimbra, Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do
Património
3000- 395 Coimbra, Portugal

(e) Direção-Geral do Património Cultural
Lisboa Portugal
Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras Centro de Arqueologia
Alameda da Universidade
1600-214 Lisboa, Portugal

(f) Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Departamento de História, Estudos
Europeus, Arqueologia e Artes
Largo da Porta Férrea
3004-530 Coimbra, Portugal

(i) Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Instituto de Estudos Medievais
1099-032 Lisboa, Portugal
Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago – Município de Palmela
Largo do Município
2954-001 Palmela, Portugal

(k) Universidade de Évora
Rua do Cardeal Rei
7000-849 Évora, Portugal

Campo Arqueológico de Mértola
Rua Dr. António José de Almeida nº 1-3
7750-353 Mértola

(l) Município de Silves
Largo do Município
8300-117 Silves

(a) marcoliberato@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-7477-6210>

(b) isabelminacio@gmail.com

(c) g.simoelopes@gmail.com

(d) constancavs@gmail.com

(e) jacintabugalhao@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-8348-5178>

(f) hcatarino@fl.uc.pt

(g) scavaco@cm-tavira.pt

(h) jcovaneiro@cm-tavira.pt

(i) isacrisff.ed@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-0725-7768>

(j) agomes@dgpc.pt

(k) sgm@sapo.pt
<https://orcid.org/0000-0001-6032-1904>

(l) maria.goncalves@cm-silves.pt
<https://orcid.org/0000-0003-3073-7006>

Data recepção do artigo / Received for publication: 3 de Fevereiro de 2021

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 22 de Abril de 2021

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.4554>

RESUMO

Pretende-se¹ avançar com uma primeira análise às lógicas de continuidade entre o período islâmico e os momentos posteriores à conquista cristã, patentes na cerâmica produzida em várias cidades e áreas geográficas do território nacional. Muito embora se assuma o carácter preliminar desta abordagem, tenta-se também uma interpretação das diferenças regionais assinaladas, a partir de factores como o âmbito temporal da presença islâmica e as relações centro-periferia. Verifica-se que a leitura defensora da disrupção, oferecida por alguma história política, não encontra apoio no registo arqueológico, em especial nas latitudes mais meridionais. Aí anuncia-se não só um cenário de evidente manutenção das tradições de período islâmico, mas também a integração contínua de inovações e tendências provenientes da região peninsular onde o poder muçulmano continuava a dominar, nas cadeias operatórias locais. Esta realidade demonstra como séculos de integração cultural centrada no Mediterrâneo, e especialmente evidente nas materialidades, resistiram ao surgimento de novas fronteiras e à chegada de novos actores sociais.

Palavras-chave: Evidência arqueológica; conquista cristã; cerâmica; tradição islâmica.

ABSTRACT

The excessive tutelage of Political History over the study of medieval materials, frequently results in attempts to link directly the archeological record with an historical conjuncture, generally disruptive. One example is the tendency to assume that some characteristics of Islamic pottery were exclusive to the time frame of the Muslim domain, submitting the material culture to a political and institutional chronology which reveals as totally artificial.

In this paper we intend to start systemizing data that allows us to consider that the integration of the southern cities in the Christian territory did not cause a moment of rupture, at least in the material creations. On the contrary, by valuating the inputs of stratigraphic and contextual data, we verify that continuities do not restrain to the maintenance of technical knowledge, formal patterns or ornamental options. In some latitudes, in the century following the Christian conquest, the pottery production continued to incorporate innovations and tendencies from regions where Muslim powers proceed ruling.

This observation allows us to conclude that some material expressions of a cultural universe that was structured by centuries of Mediterranean interchange, survived the establishment of new political frontiers and the arrival of new social actors.

Keywords: Archaeological evidences; Christian conquest; pottery; Islamic traditions.

¹ O texto não tomou como referente a normativa do Acordo Ortográfico de 1990.



Introdução

A presença muçulmana no território actualmente português decorreu ao longo de quase seis séculos. Na sequência da conjuntura política vivida durante grande parte do século XX no país, as visões sobre esse passado continuam algo influenciadas por um discurso fortemente ideológico. Muitas vezes, a presença islâmica é encarada ainda como um parêntesis na vocação cristã, atlântica e europeia da nação. Afirmando-se dominante em muitos meios, inclusive nalgumas academias, um discurso marcado pelo determinismo belicista continua a fazer o seu caminho, descrevendo o avanço dos reinos cristãos para sul como uma conquista sucessiva de povoados, após a qual os sinais de islamização do território ficariam restritos aos *ghettos* dos derrotados ou desapareceriam mesmo totalmente, com excepção de alguns casos isolados em latitudes mais meridionais. Paradigmática da resiliência desse quadro teórico é a designação de *reconquista*, que se vai perpetuando, pese embora algum debate recente nos meios historiográficos peninsulares, mais escasso nos arqueológicos.

A progressiva afirmação da prática arqueológica como fonte de conhecimento histórico permite matizar o predomínio do político em muitas dessas análises históricas adstritas exclusivamente à documentação escrita. O estudo da cerâmica oferece possibilidades de uma análise complexa e rica que conduz à conclusão de que a influência cultural islâmica perdura, pelo menos nas materialidades quotidianas, muito para além das substituições de poder, e que o Mediterrâneo persistiu como um referente cultural estrutural até aos finais da Idade Média.

Em virtude das dificuldades em discernir, pelo menos em alguns âmbitos geográficos, as produções coincidentes com o domínio político muçulmano das que sinalizam momentos posteriores, foram necessários cuidados especiais na selecção das amostras em estudo. Nesse sentido, foram preferidas associações materiais que, pela segurança estratigráfica e/ou pela presença de artefactos como moedas, permitissem datações mais rigorosas e uma correspondência menos duvidosa com momentos deposicionais ocorridos após a conquista cristã de cada povoação

considerada. Esta opção determinou a evidente disparidade regional dos casos apresentados, que se relaciona directamente com a massa empírica coerente com esses critérios, disponível para cada um dos âmbitos territoriais que compõem actualmente o território nacional.

A conquista islâmica e o reencontro com o Mediterrâneo

A caracterização do impacto da penetração muçulmana no território português tem vindo a fundamentar-se através de um exercício comparativo com as cronologias anteriores. Muito embora seja um tema ainda com escassa base empírica, começa a desenhar-se na actualidade, à semelhança do verificado noutras paragens peninsulares², um panorama de acentuada atomização das comunidades humanas após a desagregação definitiva do modelo romano de exploração económica, em especial dos finais do século V em diante.

É um facto que algumas cidades e assentamentos portuários, em especial a sul do rio Tejo, resistiram ao colapso do Império em escalas diferenciadas que importa detalhar. Mas assinala-se, na generalidade do território português, entre os séculos VI e IX, um processo de “atrofiamento” tecnológico patente nas características físicas e formais das cerâmicas, que não será mais do que a evidência material da diminuição dos mercados potenciais, com a consequente quebra na especialização do trabalho e na diversidade e qualidade das produções. Tome-se, como exemplo, o caso de Santarém, onde recentemente foi identificado um contexto datado dos séculos VIII-IX, no qual são particularmente evidentes os elementos que definem genericamente as produções locais dessas cronologias: monotonia formal, condições de cozedura pouco controladas, acabamentos frustes e recurso frequente à modelação manual ou auxiliada pelo “torno lento”³. Ainda mais significativa da conjuntura, é a constatação de que as cerâmicas desta cidade, nada menos que uma antiga sede de *conventus* em período romano, parecem ser indistinguíveis das

² MARTÍN VISO, Iñaki – “Un mundo en transformación: los espacios rurales en la Hispania post-romana (siglos V – VII)”. in CABALLERO ZOREDA, Luis; MATEOS CRUZ, Pedro; CORDERO RUIZ, Tomás (coords.) – *Visigodos e Omeyas. El territorio*. Mérida: Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Junta de Extremadura-Consorcio de Mérida, 2012, p. 31.

³ LIBERATO, Marco; SANTOS, Helena – “Cerâmicas alto-medievais de Santarém, Portugal: aspectos formais e tecnológicos”. in MARTÍN VISO, Iñaki, *et al.* (coords.) – *Cerâmicas Altomedievales en Hispania y su entorno (siglos V - VIII d.C.)*. Valladolid: Arbotante Patrimonio e Innovación, 2018, p. 215.

recolhidas em sítios marcadamente rurais como a Quinta da Granja, em Alcobaça⁴, ou Ribeira do Barranco 3, em Beja⁵.

A conquista muçulmana, a partir de 711, reintegrando a Península Ibérica nas dinâmicas e osmoses culturais mediterrânicas, irá alterar estruturalmente o ambiente produtivo, implantando progressivamente um novo modelo cujas características podem ser sintetizadas a partir de três vectores: difusão tecnológica, standardização morfológica e diversidade formal. De facto, a crescente islamização do território, entendida aqui como a ocorrência de atestadas ligações aos centros nevrálgicos da presença muçulmana na Península, pode ser verificada a partir da disseminação de cerâmicas de fabrico tecnologicamente mais exigente, nomeadamente as que apresentam revestimento vidrado. Como exemplo, refira-se a identificação de produções de Pechina (Almeria)/Málaga/Córdova, que demonstram uma precoce assimilação dos novos padrões culturais, logo a partir do século IX, surgindo sem surpresa em cidades portuárias, como Silves, Mértola ou Lisboa⁶, mas também em pequenos povoados periféricos do interior, de que temos um exemplo no sítio do Porto Torrão, Ferreira do Alentejo⁷.

A aceleração deste processo, que testemunha indiscutivelmente uma organização da produção em moldes totalmente diversos, pode ser observada pela distribuição, em território português, das produções decoradas a *verde e manganés* a partir do Califado, ocorrendo num âmbito espacial bastante mais alargado do que o dos

⁴ GONZÁLEZ, Cristina – “Quinta da Granja 1 (Maiorga, Alcobaça): novos dados sobre o povoamento da Estremadura na Alta Idade Média”. in ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea; NEVES, César (coords.) – *Arqueologia em Portugal – 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013, p. 918.

⁵ BÁEZ GARZÓN, Beatriz; LARRAZÁBAL GALARZA, Javier – “Ribeira do Barranco 3: evidencias de una ocupación emiral en las proximidades de Beja”. in FRANCO MORENO, Bruno (ed.) – *IV Jornadas de Arqueología e Historia Medieval. Frontera Inferior de al-Andalus: la Lusitania tras la presencia islámica (713-756 d.C./94-138 H)*. Vol. 2. Mérida: Consorcio Ciudad Monumental Histórico-Artística y Arqueológica, 2015, pp. 140-146.

⁶ GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana, *et al.* – “El uso del vidriado en el Garb al-Andalus y su lenta difusión”. in *Tecnología del vidriado en el Mediterráneo Occidental: tradiciones islámicas y cristianas*. Valencia: Museo Nacional de Cerámica y Artes Suntuarias “González Martí” (no prelo); SALINAS, Elena; GÓMEZ, Susana; GONÇALVES, Maria José; IÑIGUEZ, Carmen – “Os primeiros vidrados no Gharb al-Andalus no século IX-X: análises arqueométricas e interpretação histórica”. in *Actas do Colóquio A Península Ibérica entre os séculos V e X: continuidade, transição e mudança*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa 21 e 22 de Março de 2019 (no prelo).

⁷ PEREIRA, Tiago André Simões – *A ocupação Alto-Medieval do povoado do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo)*. Lisboa: Universidade Nova, 2013. Tese de mestrado, p. 153.

vidrados monocromáticos mencionados. Observa-se que as linhas de força do processo de islamização no tempo longo se desenham logo nestas cronologias, com uma prevalência de ocorrências junto à costa algarvia e seu *hinterland* ou no entorno das bacias do Tejo e Sado, chegando também a Coimbra e ao povoado da Senhora do Barrocal (Satão), já na área de contacto com os reinos cristãos⁸. Por fim, entre os finais do período taifa e o período almorávida, a osmose cultural atinge o seu auge, ilustrado pela produção de cerâmicas decoradas segundo a técnica da *corda seca*, como se verifica nas cidades de Santarém e Lisboa⁹. A difusão destas cerâmicas de consumo restrito é, no registo arqueológico, o elemento mais facilmente apreensível de um processo amplo, de mutação cultural, derivado da implantação de uma nova formação social.

Na cerâmica comum é mais difícil detalhar a diacronia do processo, mas é indiscutível que algumas formas que vão surgindo neste território constituem uma marca material da islamização da sociedade. O perfil “jarra”, com o seu característico colo recto e duas asas, assume-se como uma das suas mais emblemáticas produções, uma vez que se afasta definitivamente do serviço de mesa da Antiguidade Tardia e das derivações posteriores que vão ocorrendo nos âmbitos ruralizados do Norte da Península. A sua distribuição por todo o território português até à linha do Mondego¹⁰, ainda que com frequências variadas, será o exemplo mais eloquente da ampla standardização formal, o segundo elemento que destacamos para ilustrar as profundas alterações verificadas nas cerâmicas durante o período islâmico.

⁸ GOMEZ, Susana, *et al.* – “El verde y morado en el extremo occidental de al-Andalus (siglos X al XII) / The green and brown in western al-Andalus (10th-12th)”. in *XIth Congress AIECM3 on Medieval and Modern Period Mediterranean Ceramics. Proceedings*. Vol. 1. Istanbul: Koc University Press, 2018, pp. 21-30; TENTE, Catarina, *et al.* – “Senhora do Barrocal (Sátão) na viragem do milénio: Primeira abordagem”. in TENTE, Catarina (ed.) – *Do Império ao Reino. Viseu e o território entre os séculos IV a XII*, Viseu: Câmara Municipal de Viseu, 2018, p. 278.

⁹ BELTRAME, Massimo, *et al.* – “Islamic and post Islamic ceramics from the town of Santarém (Portugal): The continuity of ceramic technology in a transforming society”. *Journal of Archaeological Science: Reports* 23 (2019), p. 918; DIAS, Maria Isabel, *et al.* – “A produção de cerâmicas no arrabalde ocidental da Lisboa islâmica. Primeiros resultados arqueométricos”. in BICHO, Nuno Ferreira (ed.) – *Actas do 4.º Congresso de Arqueologia Peninsular. Vol. XI – A ocupação islâmica da Península Ibérica*. Faro: Universidade do Algarve, 2008, pp. 163- 166; FERNANDES, Isabel Cristina, *et al.* – “O comércio da Corda Seca (Total e Parcial) no Gharb al-Ândalus”. in GONÇALVES, Maria José e GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (coords.) – *Actas do X Congresso de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*. Silves: Câmara Municipal de Silves/Campo Arqueológico de Mértola, 2016, pp. 658.

¹⁰ GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana, *et al.* – “El servicio de mesa para líquidos en el Garb al-Andalus: jarras e jarritas – jarras e bilhas”. in *Al-Kitāb – Juan Zozaya Stabel-Hansen*. Madrid: Asociación Española de Arqueología Medieval, 2019, pp. 363-371.

O terceiro elemento que relevamos como diferenciador da cultura material islâmica é a grande diversidade formal, especialmente patente nas cidades do Sul, como Silves ou Mértola¹¹, denunciando uma sociedade altamente urbanizada, um nível de especialização do trabalho e uma complexidade social não detectados no registo arqueológico desde a época romana. A par da presença de cerâmicas com revestimento, este é o elemento que mais contrasta com os conjuntos materiais típicos de paragens setentrionais, onde a presença islâmica foi mais curta e precária e a monotonia formal, herdada da Alta Idade Média, continuará amplamente dominante até ao século XIV¹². Assim, nas vésperas dos sucessivos avanços cristãos, o território português a sul do Mondego encontrava-se amplamente islamizado, no que às fórmulas de produção e opções morfológicas e ornamentais diz respeito, a avaliar pelas características da cultura material aí presente, ainda que com assimetrias relevantes, que surgem mais evidentes quando se observa a evolução ulterior à conquista.

¹¹ GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana – *Cerâmica islâmica de Mértola. Museu de Mértola*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2014; GONÇALVES, Maria José da Silva – *Silves islâmica: a muralha do arrabalde oriental e a dinâmica de ocupação do espaço adjacente*. Faro: Universidade do Algarve, 2008. Dissertação de mestrado; GOMES, Rosa Varela – *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb al-Andalus: a Alcáçova*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2003.

¹² RODRIGUES, Miguel; REBANDA, Nelson (1998) – “Cerâmicas Medievais do Povoado Desertificado de Sta. Cruz da Vilarica”. in *Actas das II Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, 1998, pp. 101-126.

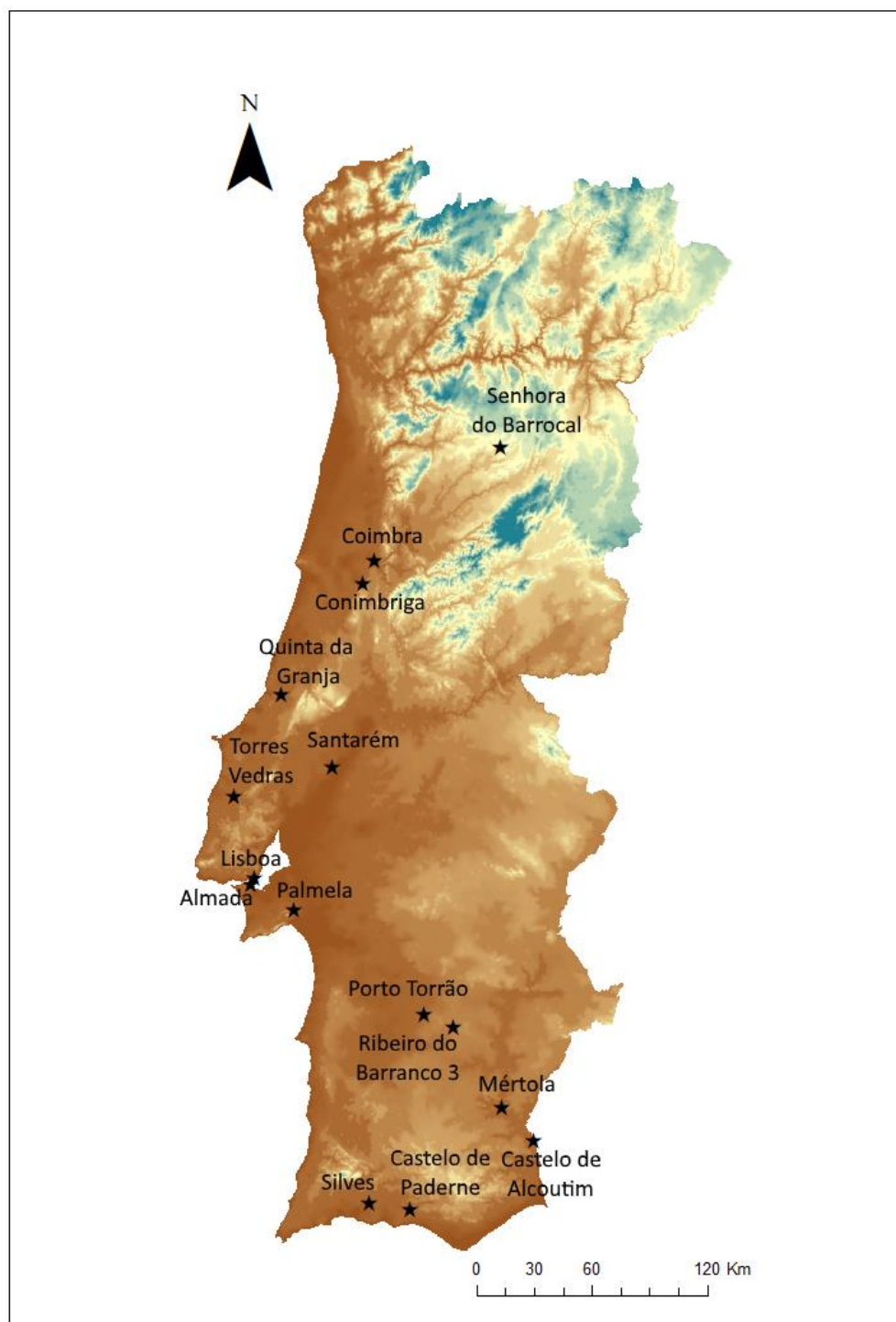


Fig. 1 – Sítios mencionados no texto.
© Mapa dos autores.

Sociedades de fronteira e hibridismo cultural: o vale do Mondego

No vale do Mondego, a presença islâmica terá sido menos consistente e determinante, quando comparada com paragens mais meridionais, desde logo porque foi menos duradoura. De facto, em torno de 878, a cidade de Coimbra foi integrada nos domínios cristãos e só voltará à esfera do poder califal com as campanhas de Almansor em 987, para ser definitivamente conquistada pelo reino leonês em 1064. No entanto, a importância estratégica desta cidade, derivada do seu posicionamento fronteiriço, terá dinamizado um processo relativamente precoce de islamização, muito embora sem intensidade suficiente para se sobrepor definitivamente às tradições autóctones, nomeadamente nas cerâmicas. O contexto do Beco das Condeixeiras, onde se identificou um candil datado dos séculos IX-X, associado a púcaros, alguns dos quais pintados a branco¹³, sublinha essa realidade. Posteriormente, a reintegração da cidade nos domínios islâmicos, nos finais do período califal, terá revitalizado os contactos com o mundo mediterrânico. Nas escavações da “Alta” da cidade surgem produções como cerâmica decorada com a técnica de *corda seca* e louça dourada, datáveis dos séculos X-XI¹⁴. Esta realidade realça um elemento importante para a análise do processo de islamização: a latitude não será o factor determinante para as diferenças observadas. Esta constatação encontra apoio na comparação das realidades conimbricenses com outra antiga *civitas* romana, Conímbriga, localizada a cerca de 20 km a sul, mas onde os indicadores meridionais estão praticamente ausentes¹⁵.

Nos contextos do século XII, imediatamente posteriores à definitiva conquista cristã, parece assistir-se a um esbatimento muito rápido e marcado da herança islâmica. Nas escavações do Museu Machado de Castro, a cerâmica pintada a branco passa a ser residual, enquanto se reforça percentualmente a presença de formas típicas dos ambientes ruralizados do Norte Peninsular, nomeadamente de uma das suas

¹³ SILVA, Ricardo Costeira da – *O Museu Nacional de Machado de Castro – um ensaio de arqueologia urbana em Coimbra: do fórum augustano ao paço episcopal de Afonso de Castelo Branco*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2015. Tese de doutoramento, p. 158.

¹⁴ CATARINO, Helena; FILIPE, Sónia; SANTOS, Constança dos – “Coimbra islâmica: uma aproximação aos materiais cerâmicos”. in GONÇALVES, Maria José (coord.) – *Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve: O Gharb no al-Andalus: síntese e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos*. Silves: Câmara Municipal de Silves, 2009, p. 335.

¹⁵ MAN, Adriaan de – *Conimbriga. Do Baixo Império à Idade Média*. Lisboa: Edições Silabo, 2006, p. 156.

expressões mais características, os alguidares de fundo em disco¹⁶. Não obstante, a sobrevivência de características meridionais é detectável, por exemplo, no perfil mais comum da forma cântaro ou na manutenção, ainda que tímida, da pintura a branco em contextos de transição entre os séculos XII e XIII, como nos demonstra o conjunto escavado na Rua Corpo de Deus¹⁷.

Às portas do Sul: os vales do Tejo e do Sado

Observa-se uma situação completamente diferente no vale do Tejo. A conquista cristã das cidades de Lisboa e de Santarém só ocorreu cerca de um século mais tarde, em 1147, mas esta diferença cronológica não explica por si só a alteridade face a regiões mais setentrionais. Embora periféricas no contexto do Al-Andalus, aquelas cidades obedeciam a lógicas geográficas, económicas e políticas totalmente diversas das vivenciadas no vale do Mondego. Ali começam as extensas planícies cerealíferas, cuja produtividade é estimulada pelo grande rio do ocidente peninsular – como nos lembram sucessivamente os tratados islâmicos de geografia – ¹⁸, que se constitui ainda como veículo de contactos, que se percebem constantes, com a área do Guadalquivir, onde se encontram os paralelos mais aproximados para algumas produções locais¹⁹.

Ao longo da diacronia, Santarém parece ganhar preponderância regional em conjunturas que coincidem com a activação das suas valências militares, decorrendo da sua posição fronteiriça²⁰. Seria essa a realidade nas vésperas da conquista portuguesa, quando a administração almorávida levou a cabo um amplo reforço das

¹⁶ SILVA, Ricardo – *O Museu Nacional de Machado de Castro – um ensaio de arqueologia urbana em Coimbra ...*, p. 167.

¹⁷ ALMEIDA, Sara; TEMUDO, Susana – “Cerâmica do século XIII, no contexto do bairro judaico de Coimbra (Portugal)”. in GONÇALVES, Maria José; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (coords.) – *Actas do X Congresso de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*. Silves: Câmara Municipal de Silves/Campo Arqueológico de Mértola, 2016, p. 293.

¹⁸ CONDE, Manuel Sílvio Alves – “Madīnat Shantarīn. Uma aproximação à paisagem da Santarém Medieval (séculos X-XII)”. in *Actas do Colóquio Santarém na Idade Média*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém, 2007, pp. 347-382.

¹⁹ LIBERATO, Marco; SANTOS, Helena – “Aspetos formais, técnicos e culturais do universo cerâmico da Santarém medieval. Uma análise preliminar”. in *Arqueologia em Portugal – 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013, pp. 947-954.

²⁰ SANTOS, Helena; LIBERATO, Marco – “A reafirmação da centralidade regional: séculos X – XII”. in *Santarém: Carta Arqueológica Municipal*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém, 2018, p. 145.

suas fortificações²¹. Esta presença constante e interventiva dos poderes terá dinamizado uma integração ainda mais intensa no ambiente cultural e tecnológico mediterrânico, patente na completa islamização das formas identificadas nos contextos do século XII, sem que possam ser rastreadas quaisquer influências de tradições cerâmicas anteriores. Este traço determina, aliás, uma certa invisibilidade da incorporação da cidade no reino de Portugal, que passa praticamente despercebida no registo arqueológico. Os conjuntos artefactuais da segunda metade do século XII e da centúria seguinte, provenientes de contextos de enchimento de silos, bem datados pela presença de moedas, apontam sempre para lógicas de efectiva continuidade²².

Muito embora se observem diferenças de pormenor nos perfis ao longo do século XIII, os referentes correspondem indubitavelmente a protótipos islâmicos. A forma “jarra”, que já apresentámos como um dos mais característicos recipientes meridionais, não apresenta praticamente discrepâncias morfológicas com o período anterior, pelo menos na parte superior das peças. Na variante mais vulgarizada, assinala-se apenas um elemento de ligeira divergência, que consiste no lábio introvertido, que se traduz num perfil dos colos em S pouco pronunciado (**Fig. 2**, n.º 6)²³, não sendo possível determinar se já ocorre o típico fundo em bolacha, que caracterizará as produções trecentistas (**Fig. 2**, n.º 9)²⁴, uma vez que não se recuperaram peças completas.

Nas panelas, mantém-se uma grande diversidade formal, com quase todas as variantes assinaladas a corresponderem a uma clara “herança” anterior, que se detecta em pelo menos três perfis diferentes. No primeiro caso, assinalam-se recipientes com corpo globular e marcado estrangulamento no colo, apresentando

²¹ LIBERATO, Marco – “Novos dados sobre a paisagem urbana da Santarém medieval (séculos V-XII): a necrópole visigoda e islâmica de Alporão”. *Medievalista online* [Em linha] 11 (Janeiro – Junho 2012). (Consultado a 31 Janeiro 2021). Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt/index.php/1/article/view/293>.

²² LIBERATO, Marco – *A cerâmica pintada a branco na Santarém Medieval, uma abordagem diacrónica: séculos XI a XVI*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2012. Dissertação de mestrado.

²³ LIBERATO, Marco – *A cerâmica pintada a branco na Santarém Medieval ...*, p. 82.

²⁴ CASIMIRO, Tânia Manuel; BOAVIDA, Carlos; SILVA, Telmo; NEVES, Dário – “Ceramics and cultural change in medieval (14th-15th century) Portugal. The case of post-Reconquista Santarém”. *Medieval Ceramics* 37 (2018), p. 30.

bordos triangulares, ligeiramente extrovertidos (**Fig. 2**, n.º 4). Já o segundo tipo corresponde a bordos com lábio de perfil semicircular ou boleado, também extrovertido. Menos comum é a ocorrência de uma variante com bordos ligeiramente extrovertidos, muito moldurados e o lábio afilado. Estas três morfologias estavam já presentes nos conjuntos almorávidas da cidade²⁵.

Aquela que parece ser a grande inovação deste período é um tipo de panela bastante difundido, que apresenta bordo em aba, em geral com estrangulamento do colo (**Fig. 2**, n.º 8), tendo semelhanças flagrantes com soluções especialmente divulgadas a partir de meados do século XII no Sul da Península. A sua presença em cidades que estavam já sob administração cristã aquando da conquista almóada poderá ser explicada por contactos comerciais com o Sul islâmico, a partir da importação de produções mais cuidadas, como os exemplares vidrados de Mértola²⁶. Sintomaticamente são identificados também em povoações onde a presença das tropas magrebins foi muito curta, como em Calatrava La Vieja²⁷. Assim, parece ficar demonstrado que a integração na esfera de influência política cristã, para além de não obliterar a tradição islâmica local, também não interrompeu as relações culturais estabelecidas com as regiões meridionais.

Este processo poderá ser também observado no caso das tigelas, destacando-se a peça que apresenta carena alta, pé anelar e rebordo para receber tampa, rodeado por seis pequenas asas (**Fig. 2**, n.º 7). As semelhanças com peças da Beja almóada são evidentes, nomeadamente no perfil carenado e na distribuição das asas (embora os exemplares pacenses apresentem 8 apêndices), surgindo nesta cidade com uma cronologia centrada em meados do século XII. Os bordos adaptados à colocação de tampa, bem como os pés anelares, são também conhecidos naquela cidade, muito

²⁵ VIEGAS, Catarina; ARRUDA, Ana – “Cerâmicas islâmicas da Alcáçova de Santarém”. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 2/2 (1999), pp. 152-154.

²⁶ TORRES, Cláudio, *et al.* – “Técnicas e utensílios de conservação dos alimentos na Mértola islâmica”. *Arqueologia Medieval* 4 (1996), p. 205.

²⁷ ZOZAYA, Juan (ed.) – *Alarcos. El fiel de la balanza*. Toledo: Servicio de Publicaciones de la Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha, 1999, p. 226.

embora não estejam publicados exemplares que apresentem o pleno destes quatro caracteres²⁸.

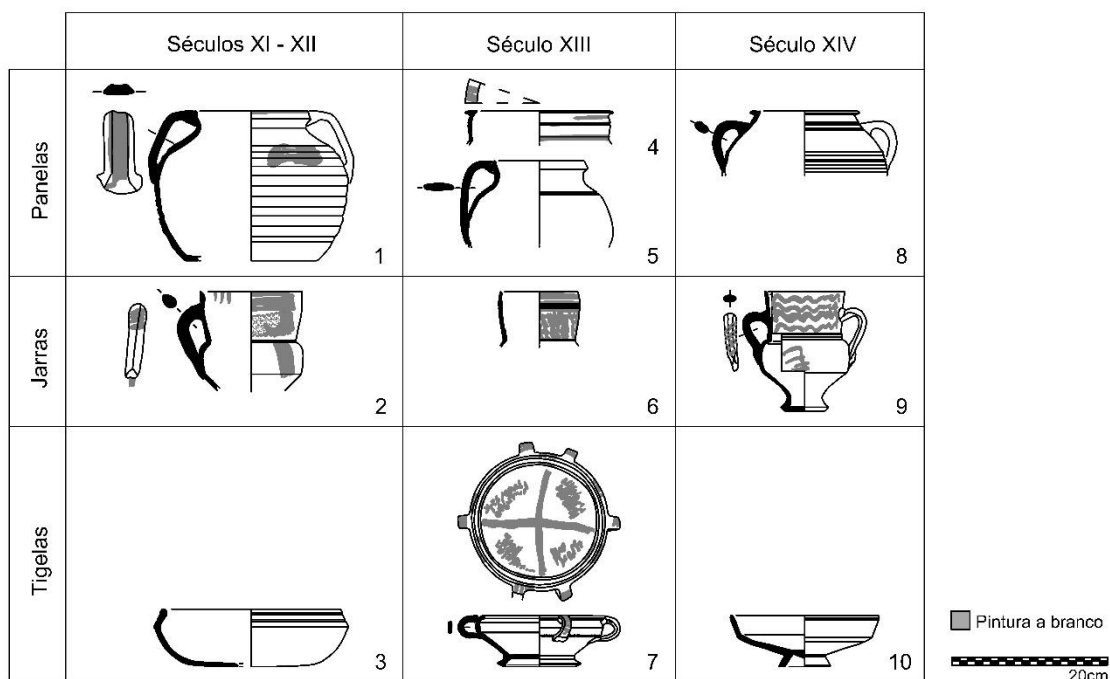


Fig. 2 – Evolução de algumas formas cerâmicas detectadas em Santarém.
 © H. Santos.

Outro elemento de continuidade imediatamente apreensível é a manutenção da pintura a branco como opção ornamental dominante nas produções locais. Muito embora se identifiquem diferenças ao nível da difusão, diminuindo a sua percentagem ao longo do tempo, assinala-se sistematicamente em contextos do século XIII, sendo exemplos as amostras provenientes de escavações na Avenida 5 de Outubro²⁹ e na Rua Capelo Ivens/Travessa do Froes³⁰. São observáveis mais mutações da técnica nestes ambientes tardios, verificando-se a sua concentração nalguns perfis, em especial naqueles relacionados com o consumo de líquidos. A

²⁸ CORREIA, Fernando Branco – “Um conjunto cerâmico árabe-medieval de Beja”. in *A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental, Actas do IV Congresso Internacional, Lisboa, 16-22 Novembro 1987*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 1991, p. 377.

²⁹ LIBERATO, Marco – “Cerâmica pintada a branco na Santarém Medieval. Séculos XI-XVI”. in GONÇALVES, Maria José; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (coords.) – *Actas do X Congresso de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*. Silves: Câmara Municipal de Silves/Campo Arqueológico de Mértola, 2016, p. 780.

³⁰ LIBERATO, Marco; SANTOS, Helena – “Evolução da estrutura urbana de Santarém entre os séculos VIII e XIII: uma análise macroscópica a partir da localização das necrópoles islâmicas”. in ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea; NEVES, César (coords.) – *Arqueologia em Portugal. 2017 – O estado da questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2017, p. 1396.

desarticulação progressiva dos programas decorativos do período islâmico é também evidente à medida que vão surgindo novas soluções na sua aplicação, nomeadamente a pintura a ponteados, que parece ser um indicador cronológico³¹, na medida em que não foi identificada em contextos anteriores à conquista cristã. Muito embora se reduzam os contextos onde está presente, comparativamente a épocas anteriores, essa opção decorativa sobreviverá até ao século XIV. Porém, os eventuais significados simbólicos primevos da ornamentação estavam, então, totalmente desarticulados, a julgar pela simplificação das composições, reduzidas a conjuntos de linhas rectas e onduladas³².



**Fig. 3 – Escavação de um contexto trecentista, com abundante pintura a branco. Santarém, Avenida 5 de Outubro, n.ºs 2-8.
© H. Santos.**

De momento, no que diz respeito às cerâmicas, a conjuntura da conquista de Santarém só pode ser assinalada, de forma relativamente exuberante, a partir da diminuição acentuada e abrupta da circulação de produções com revestimento vítreo, que desaparecem de muitos dos contextos do século XIII. Só com a chegada de produções tradicionalmente atribuídas ao território actualmente francês e ao Levante espanhol, a partir da centúria seguinte, se voltarão, progressivamente, a

³¹ LIBERATO, Marco – “Cerâmica pintada a branco na Santarém Medieval. Séculos XI-XVI (...)” ..., p. 784.

³² LIBERATO, Marco – “Cerâmica pintada a branco na Santarém Medieval. Séculos XI-XVI (...)” ..., p. 790.

identificar cerâmicas vidradas ou esmaltadas em praticamente todos os contextos com componente artefactual abundante³³.

A escala desta cidade facilita a articulação de informação heurísticamente diversa, suficientemente abundante para escorar algumas conclusões, ainda assim manejável no momento de obter uma imagem genérica, mas amplamente documentada, do seu conspecto físico. A par da relativamente profusa bibliografia sobre as suas materialidades, a existência de duas monografias sobre a evolução urbana em época medieval, e que se encontram adiante citadas, assentes em sistemáticas leituras de documentação escrita, constituem-se como elementos estruturantes no momento de tentar uma abordagem explicativa ao fenómeno das evidentes continuidades após a conquista cristã.

Assim, saliente-se em primeiro lugar que se registam em Santarém, ainda que episodicamente, fragmentos de asas puncionadas ou de alguidares de fundo em disco, em contextos dos séculos XI-XIII. Soluções tipicamente setentrionais que representam seguramente o registo material da chegada de contingentes populacionais alógenos³⁴. Abordagens arqueométricas a alguns desses elementos não demonstraram uma diferenciação geoquímica face às fontes de matéria-prima da região³⁵, permitindo defender a sua produção na cidade. Sinalizariam, portanto, um momento em que novos habitantes teriam insistido na reprodução dos referentes morfológicos e técnicos dos seus locais de origem. Mas, contrariamente ao que seria expectável numa interpretação que atribuísse especial relevância à origem étnico-religiosa dos oleiros da cidade, as tradições setentrionais nunca se tornaram dominantes, sendo, pelo contrário, sempre residuais.

Em sentido oposto, todos os dados apontam para que, em termos demográficos, a tendência tenha sido exactamente a inversa e o carácter minoritário da comunidade

³³ LIBERATO, Marco; SANTOS, Helena – “Aspetos formais, técnicos e culturais do universo cerâmico da Santarém medieval. Uma análise preliminar” ..., pp. 947-954.

³⁴ LIBERATO, Marco; SANTOS, Helena – “Circulação de materiais setentrionais na Santarém undecentista”. in GONÇALVES, Maria José e GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (coords.) – *Actas do X Congresso de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*. Silves: Câmara Municipal de Silves/Campo Arqueológico de Mértola, 2016, p. 465.

³⁵ BELTRAME, Massimo, *et al.* – “Islamic and post Islamic ceramics from the town of Santarém (Portugal): The continuity of ceramic technology in a transforming society” ..., p. 926.

muçulmana se tenha acentuado fortemente logo nas primeiras décadas após 1147. Convoca-se como primeiro elemento comprovativo desta leitura o fulgurante crescimento da cidade nessa conjuntura. A leitura de que a “valorização de Marvila parece posterior à Reconquista”, alicerçada na referência documental a vários espaços não construídos no perímetro dessa paróquia ao longo do século XIII³⁶, recebeu contributos adicionais da Arqueologia durante este século: amplas áreas da mesma constituíam-se como necrópole durante o período islâmico³⁷.

Por outro lado, a construção da muralha em redor deste arrabalde só se concretizou durante o reinado de D. Sancho I, densificando-se progressivamente a ocupação no seu interior, como nos informa a sucessão de novas sedes paroquiais ao longo da primeira metade de Duzentos³⁸. Para além da comprovação de que a cidade crescia com a chegada de gente cristianizada, o recenseamento da antroponímia na Santarém pós-1147, onde surgem amiúde os referentes galego ou castelhano³⁹, volta a sugerir uma fortíssima componente setentrional.

Sendo inegável que a participação de alguns membros da minoria muçulmana na atividade oleira⁴⁰ potenciaria as lógicas de continuidade atestadas, esse dificilmente se poderá considerar o factor determinante, na medida em que a progressiva diluição demográfica dessa minoria, num mercado em clara expansão, não se refletiu na evolução das materialidades. Assim, a referência aos antecedentes islâmicos das cerâmicas dos séculos XII-XIV deve ser interpretada a partir de uma hipótese mais sustentável, que se relacionará directamente com uma diferença estrutural entre as áreas onde a formação social islâmica se implantou sem interrupções desde 711 e o restante território actualmente português. No que diz

³⁶ BEIRANTE, Maria Ângela Rocha – *Santarém Medieval*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1980, p. 73.

³⁷ LIBERATO, Marco; SANTOS, Helena – “Evolução da estrutura urbana de Santarém entre os séculos VIII e XIII: uma análise macroscópica a partir da localização das necrópoles islâmicas” ..., pp. 1393–1403.

³⁸ VIANA, Mário – *Espaço e povoamento numa vila portuguesa. (Santarém 1147 – 1350)*. Casal de Cambra/Lisboa: Caleidoscópio/Centro de História da Universidade de Lisboa, 2007, p. 76.

³⁹ BEIRANTE, Maria Ângela – “Onomástica galega em duas cidades do sul de Portugal: Santarém e Évora”. *Revista da FCSH* 6 (1992-1993), pp. 103-110; VIANA, Mário - *Espaço e povoamento numa vila portuguesa. (Santarém 1147 – 1350) ...*, p. 169.

⁴⁰ Essa participação assinala-se até ao século XV. BARROS, Maria Filomena Lopes de – “Os mouros de Santarém. A comuna e os espaços”. in *Santarém e o Magreb: encontro secular (970-1578): catálogo da exposição / Museu Municipal de Santarém*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém, 2004, p. 65.

respeito ao tema em apreço, a principal alteridade corresponde à superior complementaridade e consequente osmose cultural entre os núcleos de povoamento, desde a mais relevante cidade ao assentamento rural com escassa identidade estrutural⁴¹. Esta afirmação decorre, e simultaneamente pode ser comprovada, da absoluta coerência morfológica e ornamental que se verifica em espaços geográficos alargados, só explicáveis por uma escala e um volume de distribuição, especialização e organização da produção que não tinha paralelo nas regiões setentrionais, onde a circulação das manufacturas raramente ultrapassaria um nível local.

Terá sido a existência de uma economia orientada para o mercado, dinamizada e fornecida de artefactos a partir de centros urbanos que, aliada a um saber fazer acumulado durante séculos, permitiu a sobrevivência de caracteres meridionais muito para além da conquista. O contacto das novas populações com essa estrutura produtiva, bastante mais eficiente e com tradições morfológicas e ornamentais muito enraizadas, traduziu-se na subalternização das produções típicas do norte ruralizado, mesmo quando os colonos e os seus descendentes passaram a ser amplamente maioritários. Num primeiro momento o consumo terá passado a ser orientado para as cerâmicas produzidas localmente, seguindo-se, com elevada certeza, a mimetização do enquadramento técnico e organizacional com que contactaram. Buscaram assim a participação em lógicas de mercado já presentes, mas que saíam dinamizadas pelo aumento populacional do núcleo urbano.

Lisboa, a outra grande cidade na bacia do Tejo, também revela uma cultura material cerâmica totalmente integrada na matriz mediterrânica islâmica, sem que se vislumbre qualquer resquício de influência setentrional. Destaca-se, no âmbito nacional, pela identificação e sistematização de vários contextos relacionados com a produção oleira em período tardo-islâmico, nomeadamente fornos e fossas detriticas, reforçando o que fica dito sobre a evolução pós-conquista e a sua relação directa com a “capacidade instalada” durante o período anterior, com especial

⁴¹ GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana *et. al.* – “A cidade e o seu território no Gharb al-Andalus através da cerâmica”. in *X Congresso Internacional A cerâmica medieval no Mediterrâneo*. Vol. 1, Silves: Câmara Municipal de Silves/Campo Arqueológico de Mértola, 2015, pp. 19-50.

ênfase para a organização e especialização da produção e os recursos técnicos disponíveis. No Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros atesta-se um amplo conjunto cerâmico, que permitiu definir as características formais, ornamentais e técnicas da cerâmica num momento anterior à conquista cristã, enquanto no “Mandarim Chinês” se destacam as evidências de manufactura de cerâmica vidrada e vidrada estampilhada, bem como a sucessão de fornos diferentes, que se sobrepõem estratigráfica e cronologicamente⁴².


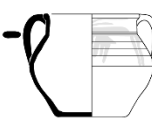
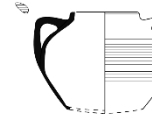
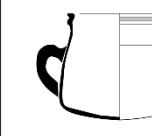

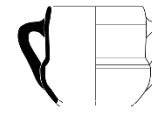
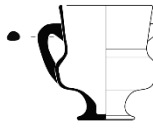

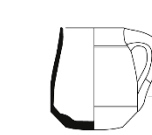
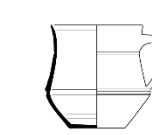

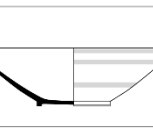
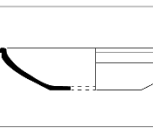
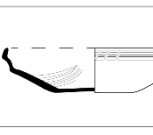
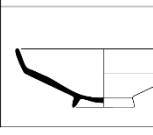
	Século XI	Século XII	Século XIII	Século XIV
Panela	 1	 2	 3	 4
Jarra	 5	 6	 7	
Copo/Jarro	 8	 9	 10	 11
Tigela	 12	 13	 14	 15

Fig. 4 – Evolução de algumas formas cerâmicas registadas em Lisboa (8: Praça Nova, Castelo de São Jorge, Lisboa⁴³; 10: São Vicente de Fora, Lisboa⁴⁴; 14: Rua Rodrigues de Freitas, Almada⁴⁵; restantes: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa⁴⁶).

⁴² BUGALHÃO, Jacinta; GOMES, Ana Sofia; SOUSA, Maria João – “Vestígios de produção oleira islâmica no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa”. *Arqueologia Medieval* 8 (2003), pp. 129-191.

⁴³ GOMES, Ana – “Cerâmica pintada a branco de Lisboa”. in *Actes du VIIe Congrès International sur la Céramique Médiévale en Méditerranée. Tesselónica. 1999*. Atenas : Ministère de la Culture/Caisse des Recettes Archéologiques, 2003, pp. 659-668.

⁴⁴ FERREIRA, Fernando – “Os silos medievais de São Vicente de Fora”. *Arqueologia e História* 53 (2001), pp. 49-66.

⁴⁵ SABROSA, Armando; ESPÍRITO SANTO, Paulo – “Almada Medieval/Moderna: Um projecto de investigação”. *Al-madan* 1 (1992), pp. 5-12.

⁴⁶ GASPAR, Alexandra; AMARO, Clementino – “Cerâmicas dos séculos XIII-XV da cidade de Lisboa”. in *La céramique médiévale en Méditerranée. Actes du Vème Congrès l’AIECM2*. Aix-en-Provence: Narration Éditions, 1997, pp. 337-345; BUGALHÃO, Jacinta; GOMES, Sofia; SOUSA, Maria João; FOLGADO, Deolinda; GONZÁLEZ-TINTURÉ, Antónia; MORENO-GARCÍA, Marta; DIAS, Maria Isabel e PRUDÊNCIO, Maria Isabel – “Produção e consumo de cerâmica islâmica em Lisboa: conclusões de um projecto de investigação”. *Arqueologia Medieval* 10 (2008), pp. 113-134.

Embora sejam praticamente desconhecidos, por ora, os conjuntos cerâmicos de época imediatamente posterior à conquista cristã, aparentemente as produções da última fase de ocupação islâmica continuariam a ser os referentes dos momentos subsequentes, ou seja, à semelhança do já observado para Santarém, também em Lisboa a chegada do poder cristão não terá desestruturado a matriz meridional da produção oleira. A primeira publicação que se dedicou a analisar o período de transição em Lisboa, apoiada na presença de moedas de Sancho I, em contextos fechados, permitiu definir que as panelas de bordo triangular ou em aba e asas no colo, as jarras de duas asas e os grandes cântaros, frequentemente pintados a branco, tinham continuado a ser especialmente comuns no século subsequente à integração da cidade no reino de Portugal.

No que diz respeito às formas abertas, constituem, sem dúvida, evoluções derivadas das suas congéneres do século XII⁴⁷. Assinala-se ainda que, pelo menos macroscopicamente, não se detectam alterações ao nível da selecção da matéria-prima (o que é natural), da modelagem ou das condições de cozedura⁴⁸.

De resto, ainda entre a segunda metade do século XIII e o século XIV, embora se assista a uma certa monotonia formal devido à concentração da produção nalguns perfis, estes são derivações evidentes das soluções islâmicas, sendo exemplos as jarras já referidas, agora com o típico fundo em bolacha (**Fig. 4**, n.º 7), ou as escudelas e tigelas carenadas, quase sempre com pé anelar (**Fig. 4**, n.º 15)⁴⁹. As produções de Lisboa e Santarém são neste período absolutamente coincidentes, com excepção da ornamentação, uma vez que a pintura a branco não se registou tão frequentemente na capital do reino, não sendo possível determinar se esta diferença se deve a uma maior resiliência da base cultural islâmica, derivada dos equilíbrios sociais locais, ou a um simples traço de conservadorismo, patente na cidade menos dinâmica.

⁴⁷ GOMES, Ana, *et al.* – “Cerâmicas medievais de Lisboa – continuidades e rupturas”. in BARROCA, Mário Jorge e FERNANDES, Isabel Cristina (coords.) – *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela/Universidade do Porto, 2005, pp. 221-236.

⁴⁸ GOMES, Ana, *et al.* – “Cerâmicas medievais de Lisboa – continuidades e rupturas” ..., p. 226.

⁴⁹ GASPAR, Alexandra; AMARO, Clementino – “Cerâmicas dos séculos XIII-XV da cidade de Lisboa” ..., pp. 337-345.

Se no momento da redacção de uma primeira reflexão sobre as lógicas de continuidade, os autores alertavam que se poderia tratar de uma realidade espacial muito específica, uma vez que os contextos eram quase exclusivamente provenientes do interior da alcáçova⁵⁰, começam agora a perceber que as sistematizações de outros sítios arqueológicos revelam evidências cronotológicas muito semelhantes. Um exemplo são os materiais provenientes da última utilização de quatro silos de S. Vicente de Fora. Ainda que datados num primeiro momento de período califal/taifa, a presença de numismas dos séculos XII-XIII, no enchimento de alguns deles, é coerente com a maioria dos perfis ilustrados, bem como com a pintura pontuada de algumas das peças⁵¹. Outra escavação mais recente, na Rua das Cruzes da Sé, parece ter identificado um momento de urbanização posterior à conquista cristã, anulado por um grande aterro aparentemente relacionado com a construção do claustro dionisino (1279-1325), tratando-se de um ambiente cronológico consonante com os materiais identificados. Numa abordagem preliminar, dado que os materiais ainda não estão sistematicamente estudados, tanto as formas de panelas, tigelas e testos, como o tipo de pintura branca e os vidrados que foram recuperados remetem para um momento de transição centrado nos séculos XII-XIII⁵². No caso referido, assinalam-se melados muito escuros - uma aparente variação de tom que parece ser comum à decoração com traços de manganés -, que parecem mesmo coexistir com importações já provenientes de território francês. O estudo sistemático dos materiais desta intervenção poderá ser crucial para clarificar a problemática da manutenção de produções vidradas autóctones.

Uma quebra da distribuição de vidrados é indiscutível na segunda metade do século XII - inícios do XIII, uma vez que marcou de forma evidente o registo arqueológico, pela sua rarefacção nos contextos pós-conquista⁵³, quando, ainda assim, continuaram também a ser importados de centros produtores meridionais (**Fig. 5**). De resto, a substituição de fornos de barras para produção de vidrados por um forno

⁵⁰ GOMES, Ana, *et al.* - "Cerâmicas medievais de Lisboa - continuidades e rupturas" ..., p. 232.

⁵¹ FERREIRA, Fernando - "Os silos medievais de São Vicente de Fora" ..., p. 58-60.

⁵² SENDAS, José - *2º relatório preliminar. Poço Arqueológico - Escavação e Contenção Periférica. Plano de Acessibilidade Suave e Assistida à Colina do Castelo. Percurso da Sé. Lisboa*. Matosinhos: Arqueologia e Património, Ricardo Teixeira & Vítor Fonseca, Arqueologia Lda., 2017. Documento policopiado.

⁵³ GOMES, Ana, *et al.* - "Cerâmicas medievais de Lisboa - continuidades e rupturas" ..., p. 226.

de dupla câmara para produção de cerâmica comum e pintada, na olaria identificada no Mandarim Chinês, poderá estar relacionada com uma progressiva diminuição da produção de peças vidradas⁵⁴, ainda em período islâmico. Começam, no entanto, a ser tipificadas características que parecem corresponder a produções locais e que, sobrevivendo à conquista, continuariam a abastecer a cidade, pelo menos até ao incremento definitivo da importação de peças vidradas francesas, que ocorre a partir de finais do século XIII. Nessas séries mais tardias, as estampilhas são diferentes e apresentam motivos diversificados. Assinala-se a mesma mutação nas cores do vidrado, com vários tons de melado ou amarelo e, com frequência, do tom verde, alargando-se assim a paleta cromática, em comparação com a época islâmica. A forma das tigelas também parece ser algo diferente, com maior altura e de perfil mais sinuoso, por oposição aos modelos anteriores, tendencialmente carenados. Por fim, em relação a esta forma, deve referir-se a principal distinção dos conjuntos cerâmicos meridionais coevos: a ausência da caçõila de “costillas” almóada.



Fig. 5 – Tigela vidrada estampilhada (Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros, n.º de inventário MNA 2018.16.203⁵⁵), uma produção almóada na Lisboa do século XIII.

⁵⁴ BUGALHÃO, Jacinta; SOUSA, Maria João; GOMES, Ana Sofia – “Vestígios de produção oleira no Mandarim Chinês, Lisboa”. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 7/1 (2004), p. 583.

⁵⁵ <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=1113371>.

Um outro exemplo da manutenção dos contactos técnicos, estéticos e comerciais, entre as cidades já sob domínio cristão e o território ainda islâmico a sul, é a produção e o consumo de talhas estampilhadas não vidradas, que ocorrem nos contextos tardo-medievais de Lisboa, como se observa em alguns fragmentos expostos no núcleo museológico do Castelo de São Jorge⁵⁶, aspecto que merecerá atenção em estudos futuros. Assinale-se ainda a evolução morfológica da forma “panela”, que assume progressivamente um corpo globular de colo/bordo curto, recto e estrangulado, enquanto noutra variante se afirma um perfil em forma de saco e corpo de tendência quase quadrangular, também muito frequente, surgindo ambas as formas com ou sem pintura branca e com ou sem revestimento vidrado no interior (**Fig. 4**, n.ºs 3 e 4). Saliente-se que estas tendências são semelhantes às verificadas na mesma época no Sul ainda islâmico, sugerindo a existência de fortes contactos e influências, que embora eventualmente recíprocos, favoreciam a preponderância do ambiente técnico mais avançado, o islâmico. Relativamente à forma “jarra”, embora mantendo um perfil tendencialmente semelhante ao nível do colo alto e recto, perde progressivamente a carena no corpo, que se torna mais curvo ou mesmo globular, mas principalmente ganha um pé destacado e em bolacha, em substituição do anterior fundo plano ou ligeiramente convexo (**Fig. 4**, n.º 7). Por fim, refira-se a forma “copo”, que evolui para o jarro tardo-medieval, mantendo os principais traços de perfil carenado de uma asa, mas ganhando um alongamento da parte inferior do corpo e uma maior dimensão (**Fig. 4**, n.º 11).

Muito embora seja necessário avançar na sistematização de contextos deste período para firmar certezas, a progressiva dispersão espacial assinalada para estas produções “epi-islâmicas”⁵⁷, quer de cerâmica comum, quer de vidrada, parecem anunciar que a corrente cultural dominante no primeiro século da Lisboa portuguesa tinha óbvias soluções de continuidade com os séculos anteriores. É imprescindível associarmos aos indicadores materiais os comprovativos das fontes escritas que, neste âmbito, nos são trazidos pela investigação de Filomena Barros.

⁵⁶ EGEAC.EM – *Castelo de São Jorge. Núcleo Museológico*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/EGEAC.EM, 2009.

⁵⁷ RETUERCE, Manuel; ZOZAYA, Juan – “Variantes y constantes en la cerámica andalusí”. in *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*. Lisboa, 1987. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 1991, pp. 315-322.

Refira-se, a título de exemplo, que a autora reporta, para os arrabaldes da Mouraria de Lisboa, ainda no último quartel do século XIV, tendas de muçulmanos que vendiam “olas”⁵⁸.

A norte de Lisboa, em Torres Vedras, a eventual ocupação islâmica ainda se encontra deficientemente definida, na medida em que não existem contextos absolutamente seguros dessas cronologias. Os materiais publicados como correspondentes a esse período têm na pintura a branco o principal argumento para esse enquadramento cronológico⁵⁹, o que, como o nosso estudo torna manifesto, é uma evidência muito frágil, dada a sobrevivência temporal desta opção ornamental. De facto, uma análise contextual a algumas cerâmicas que se encontram publicadas como muçulmanas nega essa classificação, como o denominado silo n.º 1 do sítio dos Paços do Concelho. A apresentação de um jarro/cântaro pintado a branco, sem bordo, poderia sugerir essa cronologia, mas o perfil completo de outro recipiente semelhante, com a mesma proveniência estratigráfica⁶⁰, é altamente coincidente com as peças em circulação nos séculos XIII-XIV em Lisboa⁶¹. Adicionalmente verifica-se que, no enchimento da mesma estrutura negativa, foram recuperados dois bordos de escudelas vidradas, indiscutivelmente baixo-medievais, confirmando uma datação em torno de trezentos para este conjunto, podendo mesmo alcançar a centúria seguinte.

É inegável, no entanto, a ocorrência de características meridionais em Torres Vedras, desde logo a partir da presença de dezenas de fragmentos que apresentam pintura a branco – e, muito raramente, a vermelho –, embora se denote uma

⁵⁸ BARROS, Maria Filomena Lopes de – “Oleiros muçulmanos depois da conquista de Lisboa”. in *Terra, Pedras e Cacos do Garb al-Andalus* (Jornadas Internacionais, Palmela, Janeiro de 2020), no prelo.

⁵⁹ FILIPE, Vanessa; AMARO, Clementino – “Castle of Torres Vedras. Archaeological perspectives on a medieval context”. in GONÇALVES, Maria José e GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (coords.) – *Actas do X Congresso de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*. Silves: Câmara Municipal de Silves/Campo Arqueológico de Mértola, 2016, p. 276.

⁶⁰ LUNA, Isabel; CARDOSO, Guilherme – “A urbe de Torres Vedras e a sua cerca medieval”. in FERNANDES, Isabel Cristina F. (coords.) – *Fortificações e território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*. Vol. 1. Lisboa: Edições Colibri/Campo Arqueológico de Mértola, 2013, figura 13, n.ºs 1 e 2.

⁶¹ GASPAR, Alexandra; AMARO, Clementino – “Cerâmicas dos séculos XIII-XV da cidade de Lisboa” ... p. 339.

simplificação dos motivos, tipificada para cronologias avançadas⁶², não ocorrendo sequer linhas onduladas. Esta continuidade reflecte-se também nos aspectos morfológicos dos recipientes, como nalgumas panelas que derivam das soluções de lábio aplanado (**Fig. 6**, n.º 2), que convivem com cântaros de lábio “amendoadado” introvertido (**Fig. 6**, n.º 3), um perfil abundantemente reconhecido nos momentos finais da presença islâmica por todo o vale do Tejo⁶³. A completar este quadro genérico, e caso se confirme a sua associação contextual com a restante amostra⁶⁴, anote-se o declínio tardio da típica jarra de beber (**Fig. 6**, n.º 4). Em sentido contrário, assinala-se o jarro de perfil bitroncocónico, profusamente estriado (**Fig. 6**, n.º 1). Este pormenor estilístico, essencialmente quando registado no bordo, parece ser mais comum em ambientes arcaizantes, onde a presença islâmica nunca foi suficientemente intensa para anular as tradições locais, sendo frequente, por exemplo, no Alto Mondego a partir do século X ou em Conímbriga, entre os séculos X-XII⁶⁵.

Muito embora seja prematuro firmar certezas, parece concebível que o índice de continuidade com as soluções islâmicas tenha um valor retrospectivo. No caso de Torres Vedras, aquando da sua integração no domínio cristão, poderíamos estar perante um assentamento com menor complexidade social e económica, algo periférico face aos lugares centrais do vale do Tejo, tornando a sua estrutura produtiva mais permeável a influxos dos conquistadores setentrionais. Mas os evidentes sinais de continuidade também não decorrem da especial vitalidade da comunidade muçulmana local após a conquista, uma vez que não se detecta a existência de uma comuna na abundante documentação disponível para os séculos

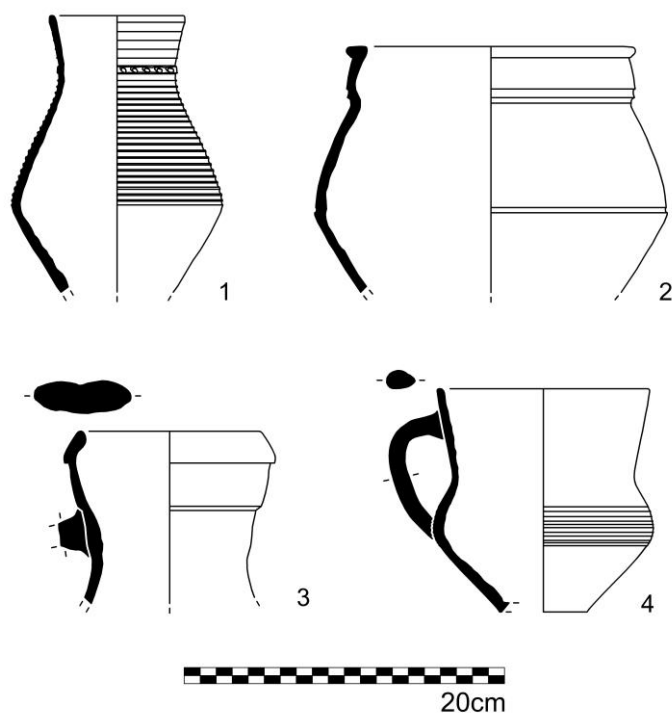
⁶² LIBERATO, Marco – *A cerâmica pintada a branco na Santarém Medieval, uma abordagem diacrónica: séculos XI a XVI...*

⁶³ VIEGAS, Catarina; ARRUDA, Ana – “Cerâmicas islâmicas da Alcáçova de Santarém” ..., p. 162.

⁶⁴ A interrogação resulta do facto de se encontrar inventariada com uma única referência – PCS 18-09-01 – não comparecendo na mesma o registo *S1*, que acompanha os materiais indubitavelmente provenientes dessa estrutura negativa. No entanto, peças semelhantes, embora bastante mais fragmentadas, têm indubitavelmente essa origem estratigráfica: LUNA, Isabel; CARDOSO, Guilherme – “A urbe de Torres Vedras e a sua cerca medieval” ..., figura 12, n.º 7.

⁶⁵ TENTE, Catarina – *Arqueologia Medieval Cristã no Alto Mondego. Ocupação e exploração do território nos séculos V a XI*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2010, p. 216. Tese de doutoramento; MAN, Adriaan de – *Conimbriga. Do Baixo Império à Idade Média...*, p. 171.

finais da Idade Média⁶⁶. Sendo assim, um caso que tende a reforçar a perspectiva de que o seu factor determinante se relacione antes com a prévia participação em escalas de integração e complementaridade económica directamente associáveis à preponderância da formação social islâmica.



**Fig. 6 - Amostra morfológica de cerâmicas do silo 1 dos Paços do Concelho de Torres Vedras. Séculos XIII-XIV.
© H. Santos.**

Os estudos que se vão realizando sobre as materialidades em torno dos estuários do Tejo e do Sado assinalam uma forte unidade cultural entre estas duas áreas geográficas, que também não será alterada pela conquista portuguesa. Muito embora os dados sejam ainda bastante precários, a mesma tendência para a preponderância de lógicas de continuidade pode ser observada em pelo menos um contexto escavado em Almada, cidade na margem esquerda do Tejo, fronteira a Lisboa.

⁶⁶ RODRIGUES, Ana Maria Seabra – *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995. BARROS, Maria Filomena Lopes de - *Tempos e espaços de mouros: a minoria muçulmana no reino português (séculos XII a XV)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

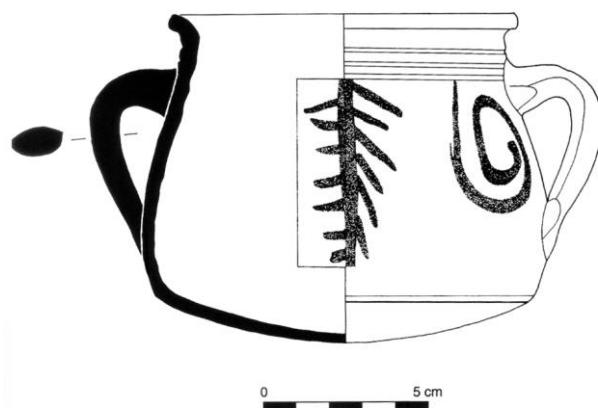


Fig. 7 – Panela pintada a branco. Almada, séculos XII-XIII ⁶⁷.

Conquistada em 1147, foi temporariamente integrada nos domínios almóadas durante apenas 3 anos, entre 1191 e 1194. Os materiais identificados nos níveis de aterro de um silo ofereceram materiais absolutamente idênticos aos que circulavam em Lisboa durante o século XIII, nomeadamente as panelas de lábio aplanado com asas no colo, associadas neste caso a moedas de D. Sancho I⁶⁸, portanto posteriores a 1185. Uma delas, pintada a branco (**Fig. 7**), sublima essa imagem de ligação com as soluções islâmicas, mau grado se identifiquem também algumas diferenças assinaláveis: as formas abertas parecem já não receber sistematicamente esse pigmento, de resto uma tendência já observada em Santarém.

A cultura material de Palmela, cidade localizada mais a sul na Península de Setúbal, apresenta um grau de sistematização que permite uma análise mais detalhada da evolução por formas. Assinala-se, como nas cidades do Vale do Tejo, a persistência da pintura a branco, ainda que pareça ter aqui menos vigor, sendo suplantada pela estriagem das peças como opção ornamental dominante⁶⁹. No que diz respeito às panelas, assinala-se uma evolução formal também directamente derivada de protótipos almóadas⁷⁰. Esta tendência é aqui menos surpreendente, uma vez que,

⁶⁷ SABROSA, Armando; ESPÍRITO SANTO, Paulo – “Almada Medieval/Moderna: Um projecto de investigação” ..., p. 12.

⁶⁸ SABROSA, Armando; ESPÍRITO SANTO, Paulo – “Almada Medieval/Moderna: Um projecto de investigação” ..., p. 10.

⁶⁹ FERNANDES, Isabel Cristina F. – *O castelo de Palmela. Do islâmico ao cristão*. Lisboa: Edições Colibri, 2004, p. 170.

⁷⁰ FERNANDES, Isabel Cristina F. – *O castelo de Palmela. Do islâmico ao cristão...*, p. 168.

apesar do curto momento em que se encontrou sob administração da dinastia africana (partilhando a diacronia com Almada), constituiu a fronteira com os seus domínios até à conquista de Alcácer do Sal em 1217, o que facilitou certamente a permeabilidade com os influxos culturais meridionais.

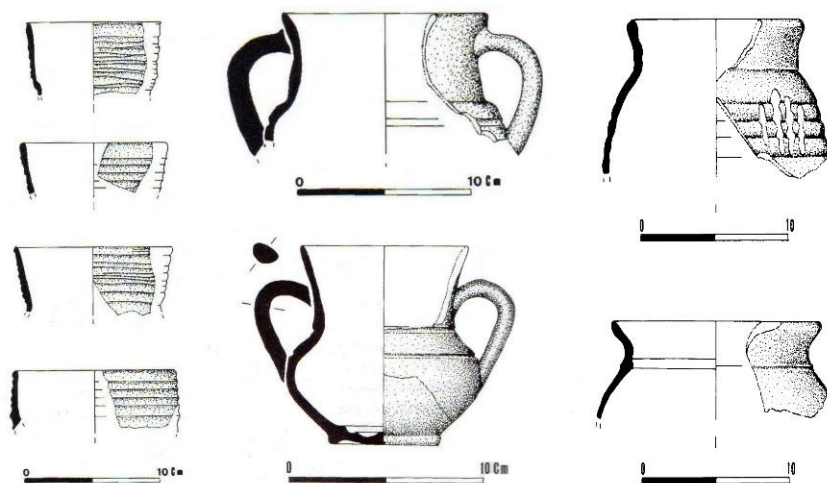


Fig. 8 - Um espaço, duas tradições: jarros de colo estriado *versus* jarras de dupla asa e panelas pintadas a branco. Palmela, finais do século XII/século XIII.

© I. C. Fernandes; desenhos A. R. Carvalho.

Há ainda que salientar o facto de, tanto em Almada como em Palmela, ter permanecido uma comunidade muçulmana, que constituiria um substrato populacional significativo na primeira fase da instalação portuguesa, após a conquista de 1165. A atribuição, em 1170, de carta régia a essa comunidade - o chamado “Foral dos Mouros Forros” -, 15 anos antes de a população cristã de Palmela ter sido contemplada, testemunha a importância do grupo e a garantia da permanência dos seus saberes e influências culturais⁷¹. As respectivas marcas materiais são naturalmente mais expressivas em sítios do núcleo urbano, como a Rua de Nenhures⁷².

⁷¹ FERNANDES, Isabel Cristina F. - “Do ribãt à comenda: marcas ideológicas e doutrinais na organização territorial e dos espaços fortificados”. in AYALA MARTINEZ, Carlos de; FERNANDES, Isabel Cristina F. (coords.) - *Cristãos contra Muçulmanos na Idade Média Peninsular: bases ideológicas e doutrinais de um confronto (Sécs. X-XIV)*. Lisboa - Madrid: Edições Colibri / Universidad Autónoma de Madrid, 2015, pp. 85-91.

⁷² FERNANDES, Isabel Cristina F. - “Palmela no período da *reconquista*”. in BARROCA, Mário Jorge; FERNANDES, Isabel Cristina (coords.) - *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*. Palmela: GEsOS - Câmara Municipal de Palmela / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 316-318.

Outras formas de Palmela que durante o século XIII apresentam diferenças de pormenor com os seus referentes islâmicos são os cântaros ou os alguidares, muito embora seja mais rara a pintura a branco nestes recipientes, face a períodos anteriores. Novamente, são as jarras que apresentam semelhanças irrepreensíveis com as suas congéneres anteriores. Nesta localidade, surgem ainda em período islâmico formas carenadas para consumo de líquidos, geralmente designadas por púcaros ou copos, que circulam a par do perfil mais comum, de jarra com duas asas (**Fig. 8**). Serão estes dois modelos e seus derivados a dominar os conjuntos artefactuais até ao século XIV⁷³. Assinale-se, no entanto, que se verifica uma diminuição evidente do reportório formal após a conquista cristã, rareando por exemplo as formas abertas. Esta constatação derivará da proveniência da maioria dos materiais analisados, a alcáçova do castelo da cidade. Tendo sido ocupada por elementos alógenos, membros da Ordem de Santiago, nomeadamente quando instalaram neste castelo a sua casa-mãe (c. 1194-1217), é natural que outros hábitos alimentares se tenham traduzido na escolha das formas mais utilizadas. De acordo com esta constatação, verifica-se que o tratamento de superfície mais disseminado passa a ser a estriagem, substituindo a pintura a branco, sendo de admitir que as particulares condições políticas e demográficas do *hisn* Balmalla, um pequeno assentamento militar quando comparado com Lisboa ou Santarém, tenha permitido um maior contributo cultural dos contingentes setentrionais na evolução da produção cerâmica, à imagem do que já se propôs para Torres Vedras. No caso de Palmela esse processo correu em paralelo com a presença de uma comunidade muçulmana organizada em comuna, menorizando, uma vez mais, uma correspondência unívoca entre a expressão populacional dessa minoria e a vitalidade comparativa de caracteres meridionais.

O reino do Algarve e a ligação estrutural ao Mediterrâneo

Já nas povoações costeiras do Algarve, no estado actual da investigação, não é detectável qualquer ruptura assinalável entre os séculos XIII-XIV. Para tal terá contribuído o âmbito temporal da presença islâmica neste território, que só seria totalmente conquistado nos finais da primeira metade do século XIII. Mas o factor

⁷³ FERNANDES, Isabel – *O castelo de Palmela. Do islâmico ao cristão...*, pp. 172-173; “Palmela no período da *reconquista*” ..., pp. 318-324.

determinante será a permanente e constante integração cultural e comercial com o vale do Guadalquivir, nomeadamente com Sevilha. Sendo este um dos mais dinâmicos centros difusores da cultura mediterrânica e onde, sem surpresa, o elemento mudéjar perdurou com maior intensidade nas produções oleiras, tornando-o axial na perpetuação da influência islâmica nas regiões confinantes.

Tomemos como exemplo o castelo de Alcoutim, fundado após a conquista cristã da região, pelo que não é expectável que acolhesse contingentes populacionais com um vínculo declarado ao universo cultural islâmico. Na sua primeira fase de ocupação, com cronologia centrada no século XIV, as cerâmicas recolhidas nos pisos dos espaços domésticos apresentam características que remetem para a tradição almóada, cujos modelos circulariam ainda na segunda metade e finais do século XIII. Trata-se de cerâmica comum não vidrada, de pastas granuladas, com superfícies alisadas, algumas brunidas e outras com engobe. Entre as formas mais representadas, estão púcaros de bordo adelgaçante e colo cilíndrico, painéis de bordo triangular com sulco interno e tigelas/caçoilas de paredes curvo-convexas⁷⁴. No nível sobrejacente (5.b), igualmente trecentista, continua a verificar-se a subsistência de modelos tardo-almóadas na cerâmica comum, a que se juntam cerâmicas vidradas sevilhanas das séries branco e verde e melado e negro, em pratos e tigelas de pé anelar desenvolvido. Para as cerâmicas não vidradas que mantêm tradição almóada, dão-se como exemplo painéis de bordo boleado, sulco na ligação com o colo, ligeiramente convexo, corpo globular, fundo plano e duas asas a partir do bordo, ou as tigelas/caçoilas de perfil curvo-convexo com caneluras abaixo do bordo. A mesma tradição observa-se nas tigelas carenadas com superfícies vidradas, de tom melado e acastanhado, que continuam a aparecer associadas às primeiras produções sevilhanas das séries acima referidas⁷⁵.

Esta forte permanência das mesmas formas, a par do abastecimento de cerâmicas vidradas e esmaltadas na região, que parece ter decorrido sem interrupção

⁷⁴ CATARINO, Helena – “Cerâmicas da Baixa Idade Média e de inícios do período moderno registadas no castelo da vila de Alcoutim”. in *Cerâmica medieval e pós-medieval. Métodos e resultados para o seu estudo. Actas das III Jornadas de Tondela*. Porto: Câmara Municipal de Tondela/Edições Afrontamento, 2004, pp. 163-167.

⁷⁵ CATARINO, Helena – “Cerâmicas da Baixa Idade Média e de inícios do período moderno registadas no castelo da vila de Alcoutim”... .

assinalável, na medida em que se encontra plenamente reactivado no século XIV, dificulta a rigorosa integração cronológica de muitos contextos, que têm de receber uma datação lata, entre o século XIII e a centúria seguinte.



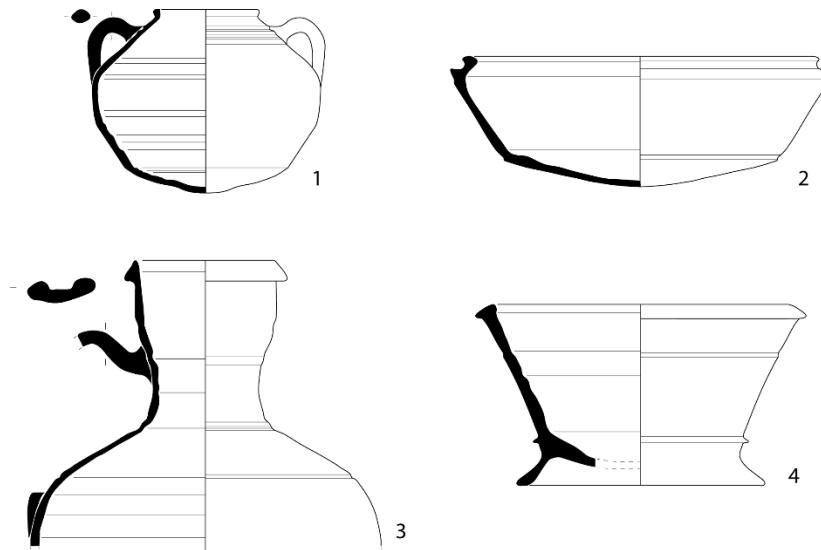
Fig. 9 - Fragmento de talha estampilhada.
Silves - Arrabalde Oriental, Séc. XIII.
© M. J. Gonçalves.

É esta a realidade que começa a ser detalhada para a capital do reino do Algarve, Silves, onde elementos como as grandes talhas estampilhadas (**Fig. 9**) (agora sem revestimento e com decoração distribuída aleatoriamente pela peça) e as produções vidradas (igualmente estampilhadas ou decoradas a traços de manganés) estão presentes ininterruptamente no registo arqueológico dos séculos XIII-XIV, não sendo imediatamente diferenciáveis as produções anteriores à conquista, daquelas que circulavam na cidade cristã⁷⁶.

De igual modo, no castelo de Paderne assinalam-se, por exemplo, painéis com asas adjacentes ao colo (**Fig. 10**, n.º 1) ou caçoilas com depressão para receber tampa (**Fig. 10**, n.º 2), que são formas frequentes durante o século XIII, mas que se prolongam ao longo da centúria seguinte. Outras formas tipicamente islâmicas, como o alguidar trípode (**Fig. 10**, n.º 4) ou os grandes cântaros (**Fig. 10**, n.º 3),

⁷⁶ SANTOS, Constança dos *et al.* - "Acerca de las cerámicas de almacenamiento: las tinajas (al-hawābī) en el Garb al-Andalus". in *Actes du 1er Congrès International Thématique de l'AIECM3. Jarres et grands contenants entre Moyen Âge et Époque Moderne*. Montpellier: AIECM3, 2016, pp. 185-198; LIBERATO, Marco *et al.* - "Em torno das Cerâmicas de Armazenamento: as talhas (*al-hawabī*) no Gharb al-Andalus". *Almadan* 20 (2016), pp. 41-52.

continuam a ser comuns durante o século XIV, mantendo os perfis dos seus antecessores almóadas.



**Fig. 10 - Perfis de tradição almóada.
Castelo de Paderne, séculos XIII-XIV.
©H. Catarino e I. Inácio.**

Considerações finais

Verifica-se, assim, que a conquista cristã não influenciou estruturalmente a evolução das materialidades no território actualmente português, no que à cerâmica diz respeito. O salto qualitativo, em termos tecnológicos e de especialização do trabalho, que representou a integração de grande parte desta área geográfica no âmbito civilizacional islâmico, herdeiro das tradições de osmose cultural centradas no Mediterrâneo, impediu que algumas expressões materiais dos conquistadores portugueses, em especial as produções cerâmicas, se firmassem em muitos dos seus novos territórios, particularmente a sul do Mondego.

Representando a expansão de uma formação social predominantemente ruralizada e com tratos comerciais de menor escala, a integração nos seus domínios de áreas onde o poder islâmico se havia instalado de facto e dinamizado com maior intensidade a difusão das soluções meridionais, as suas produções tenderam a diluir-se nas tradições locais, não deixando vestígios marcantes no registo arqueológico.

Esta linha de interpretação ganha particular apoio na evolução diferenciada que se verifica nos territórios de fronteira, explicando, por exemplo, a sobrevivência, ainda que tímida, de algumas características meridionais na Coimbra pós-conquista, periférica no contexto peninsular islâmico. No entanto, esta cidade tinha uma importância estratégica relativa, na medida em que era a primeira linha de defesa do Garb-al-Andalus. Ao contrário, em Conímbriga, localizada a escassos quilómetros, esses sinais são praticamente inexistentes, mesmo em cronologias em que a história política determina um domínio, pelo menos nominal, dos poderes muçulmanos.

Estas escalas de integração com o universo meridional terão também determinado a forte componente “mudéjar” das cerâmicas da Lisboa e, de forma ainda mais marcada, a sobrevivência temporalmente mais dilatada da pintura a branco na Santarém dos séculos XIII e XIV. Tendo esta última cidade assumido a capitalidade da bacia do Tejo, no contexto da sua defesa pelo poder almorávida, a conquista cristã não parece ter influenciado a evolução da cerâmica comum. O seu impacto restringiu-se ao aparente desaparecimento temporário de produções vidradas, eventualmente pela desarticulação de oficinas que tinham como principal mercado alguns grupos sociais privilegiados e que, no contexto da integração no reino português, podem ter abandonado a região.

A mesma lógica, relacionando o nível de sobrevivência da matriz mediterrânica com a anterior proximidade aos poderes islâmicos, pode ser aplicada ao reino do Algarve. A sua relação estrutural com a bacia do Guadalquivir, sede natural do poder durante a presença muçulmana e base de todas as tentativas de unificação dos domínios peninsulares, terá determinado, nos séculos posteriores à conquista portuguesa, uma cultura material absolutamente derivada dos estandardizados perfis almóadas, dificultando mesmo, como já avançámos, a distinção entre contextos pré e pós integração nos domínios do monarca português.

É evidente que o âmbito temporal da presença islâmica, a latitude ou a permanência de comunidades de mouros forros, tiveram o seu peso no processo aqui analisado, mas parece seguro que o factor determinante reside nas lógicas de centro/periferia. Verifica-se, portanto, que nas cidades e regiões consideradas pelo poder islâmico

como fundamentais para o controlo do território, a sua instalação dinamizou um amplo processo de aculturação e o progressivo desaparecimento das tradições localistas, surgidas na conjuntura tendencialmente autárcica da Alta Idade Média, substituídas por produções claramente derivadas de uma matriz cultural mediterrânica. Nas periferias esse processo nunca se completou, permitindo a disseminação de produções cerâmicas com características setentrionais após a conquista cristã. A análise de conjuntos materiais provenientes de meios rurais e de assentamentos menos relevantes na malha do povoamento islâmico permitirão, futuramente, voltar a testar esta hipótese e detalhar novas *nuances* geográficas, a escalas diversas.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Sara; TEMUDO, Susana – “Cerâmica do século XIII, no contexto do bairro judaico de Coimbra (Portugal)”. in GONÇALVES, Maria José; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (coords.) – *Actas do X Congresso de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*. Silves: Câmara Municipal de Silves/Campo Arqueológico de Mértola, 2016, pp. 291-297.

BÁEZ GARZÓN, Beatriz; LARRAZÁBAL GALARZA, Javier – “Ribeira do Barranco 3: evidencias de una ocupación emiral en las proximidades de Beja”. in FRANCO MORENO, Bruno (ed.) – *IV Jornadas de Arqueología e Historia Medieval. Frontera Inferior de al-Andalus: la Lusitania tras la presencia islámica (713-756 d.C./94-138 H)*. Vol. 2. Mérida: Consorcio Ciudad Monumental Histórico - Artística y Arqueológica, 2015, pp. 123-146.

BARROS, Maria Filomena Lopes de – “Os mouros de Santarém. A comuna e os espaços”. in *Santarém e o Magreb: encontro secular (970-1578): catálogo da exposição/Museu Municipal de Santarém*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém, 2004, pp. 61-67.

BARROS, Maria Filomena Lopes de – *Tempos e espaços de mouros: a minoria muçulmana no reino português (séculos XII a XV)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

BARROS, Maria Filomena Lopes de – “Oleiros muçulmanos depois da conquista de Lisboa”. in *Terra, Pedras e Cacos do Garb al-Andalus* (Jornadas Internacionais, Palmela, Janeiro de 2020), no prelo.

BEIRANTE, Maria Ângela Rocha - *Santarém Medieval*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1980.

BEIRANTE, Maria Ângela – “Onomástica galega em duas cidades do sul de Portugal: Santarém e Évora”. *Revista da FCSH* 6 (1992-1993), pp. 103-110.

BELTRAME, Massimo, *et al.* – “Islamic and post Islamic ceramics from the town of Santarém (Portugal): The continuity of ceramic technology in a transforming society”. *Journal of Archaeological Science: Reports* 23 (2019), pp. 910-928.

BUGALHÃO, Jacinta; GOMES, Ana Sofia; SOUSA, Maria João – “Vestígios de produção oleira islâmica no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa”. *Arqueologia Medieval* 8 (2003), pp. 129-191.

BUGALHÃO, Jacinta; SOUSA, Maria João; GOMES, Ana Sofia – “Vestígios de produção oleira no Mandarin Chinês, Lisboa”. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 7:1 (2004), pp. 575-643.

BUGALHÃO, Jacinta, *et al.* – “Produção e consumo de cerâmica islâmica em Lisboa: conclusões de um projecto de investigação”. *Arqueologia Medieval* 10 (2008), pp. 113-134.

CASIMIRO, Tânia Manuel, *et al.* – “Ceramics and cultural change in medieval (14th-15th century) Portugal The case of post-Reconquista Santarém”. *Medieval Ceramics* 37 (2018), pp. 21-35.

CATARINO, Helena – “Cerâmicas da Baixa Idade Média e de inícios do período moderno registadas no castelo da vila de Alcoutim”. in *Cerâmica medieval e pós-medieval. Métodos e resultados para o seu estudo. Actas das III Jornadas de Tondela*. Porto: Câmara Municipal de Tondela/Edições Afrontamento, 2004, pp. 161-177.

CATARINO, Helena; FILIPE, Sónia; SANTOS, Constança dos – “Coimbra islâmica: uma aproximação aos materiais cerâmicos”. in GONÇALVES, Maria José (coord.) – *Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve: O Gharb no al-Andalus: síntese e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos*. Silves: Câmara Municipal de Silves, 2009, pp. 333-376.

CONDE, Manuel Sílvio Alves – “*Madīnat Shantarīn*. Uma aproximação à paisagem da Santarém Medieval (séculos X-XII)”. in *Actas do Colóquio Santarém na Idade Média*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém, 2007, pp. 347-382.

CORREIA, Fernando Branco – “Um conjunto cerâmico árabe-medieval de Beja”. in *A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental, Actas do IV Congresso Internacional, Lisboa*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 1991, pp. 373 - 385.

DIAS, Maria Isabel, *et al.* – “A produção de cerâmicas no arrabalde ocidental da Lisboa islâmica. Primeiros resultados arqueométricos”. in BICHO, Nuno Ferreira (ed.) – *Actas do 4.º Congresso de Arqueologia Peninsular. Vol. XI – A ocupação islâmica da Península Ibérica*. Faro: Universidade do Algarve, 2008, pp. 157-167.

EGEAC.EM - *Castelo de São Jorge. Núcleo Museológico*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/EGEAC.EM., 2009.

FERNANDES, Isabel Cristina F. – *O castelo de Palmela. Do islâmico ao cristão*. Lisboa: Edições Colibri, 2004.

FERNANDES, Isabel Cristina F. – “Palmela no período da *reconquista*”. in BARROCA, Mário Jorge; FERNANDES, Isabel Cristina (coords.) – *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*. Palmela: GEsOS – Câmara Municipal de Palmela / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 311-325.

FERNANDES, Isabel Cristina F. – “Do *ribât* à comenda: marcas ideológicas e doutrinais na organização territorial e dos espaços fortificados”. in AYALA MARTINEZ, Carlos de; FERNANDES, Isabel Cristina F. (coords.) – *Cristãos contra Muçulmanos na Idade Média Peninsular: bases ideológicas e doutrinais de um confronto (Sécs. X-XIV)*. Lisboa: Edições Colibri / Universidad Autónoma de Madrid, 2015, pp. 75-92.

FERNANDES, Isabel Cristina, *et al.* – “O comércio da Corda Seca (Total e Parcial) no Gharb al-Andalus”. in GONÇALVES, Maria José; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (coords.) – *Actas do X Congresso de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*. Silves: Câmara Municipal de Silves/Campo Arqueológico de Mértola, 2016, pp. 649-666.

FERREIRA, Fernando – “Os silos medievais de São Vicente de Fora”. *Arqueologia e História* 53 (2001), pp. 49-66.

FILIFE, Vanessa; AMARO, Clementino – “Castle of Torres Vedras. Archaeological perspectives on a medieval context”. in GONÇALVES, Maria José; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (coords.) – *Actas do X Congresso de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*. Silves: Câmara Municipal de Silves/Campo Arqueológico de Mértola, 2016, pp. 275-278.

GASPAR, Alexandra; AMARO, Clementino – “Cerâmicas dos séculos XIII-XV da cidade de Lisboa”. in *La céramique médiévale en Méditerranée. Actes du V^{ème} Congrès l’AIECM2*. Aix-en-Provence: Narration Éditions, 1997, pp. 337-345.

GOMES, Ana – “Cerâmica pintada a branco de Lisboa”. in *Actes du VII^e Congrès International sur la Céramique Médiévale en Méditerranée. Tessalónica. 1999*. Atenas: Ministère de la Culture/Caisse des Recettes Archéologiques, 2003, pp. 659-668.

GOMES, Ana, *et al.* – “Cerâmicas medievais de Lisboa – continuidades e rupturas”. in BARROCA, Mário Jorge; FERNANDES, Isabel Cristina (coords.) – *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*. *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela/Universidade do Porto, 2005, pp. 221-236.

GOMES, Rosa Varela – *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb al-Andalus: a Alcáçova*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2003.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana – *Cerâmica islâmica de Mértola. Museu de Mértola*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2014.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana, *et al.* – “A cidade e o seu território no Gharb al-Andalus através da cerâmica”. in *X Congresso Internacional A cerâmica medieval no Mediterrâneo*. Vol. 1, Silves: Câmara Municipal de Silves/Campo Arqueológico de Mértola, 2015, pp. 19-50.

GÓMEZ, Susana, *et al.* – “El verde y morado en el extremo occidental de al-Andalus (siglos X al XII) / The green and brown in western al-Andalus (10th-12th)”. in *XIth Congress AIECM3 on Medieval and Modern Period Mediterranean Ceramics*. Proceedings. Vol. 1. Istanbul: Koc University Press, 2018, pp. 21-30.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana, *et al.* – “El servicio de mesa para líquidos en el Garb al-Andalus: jarras e jarritas – jarras e bilhas”. in *Al-Kitāb - Juan Zozaya Stabel-Hansen*, Madrid: Asociación Española de Arqueología Medieval, 2019, pp. 363-371.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana, *et al.* – “El uso del vidriado en el Garb al-Andalus y su lenta difusión”. in *Tecnología del vidriado en el Mediterráneo Occidental: tradiciones islámicas y cristianas*. Valencia: Museo Nacional de Cerámica y Artes Suntuarias “González Martí” (no prelo).

GONÇALVES, Maria José da Silva – *Silves islâmica: a muralha do arrabalde oriental e a dinâmica de ocupação do espaço adjacente*. Faro: Universidade do Algarve, 2008. Dissertação de mestrado.

GONZÁLEZ, Cristina – “Quinta da Granja 1 (Maiorga, Alcobaça): novos dados sobre o povoamento da Estremadura na Alta Idade Média”. in ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea; NEVES, César (coords.) – *Arqueologia em Portugal – 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013, pp. 913-921.

LIBERATO, Marco – *A cerâmica pintada a branco na Santarém Medieval, uma abordagem diacrónica: séculos XI a XVI*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2012. Dissertação de mestrado.

LIBERATO, Marco – “Cerâmica pintada a branco na Santarém Medieval. Séculos XI-XVI”. in GONÇALVES, Maria José; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (coords.) – *Actas do X Congresso de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*. Silves: Câmara Municipal de Silves/Campo Arqueológico de Mértola, 2016, pp. 777-791.

LIBERATO, Marco – “Novos dados sobre a paisagem urbana da Santarém medieval (séculos V-XII): a necrópole visigoda e islâmica de Alporão”. *Medievalista online* [Em linha] 11 (Janeiro – Junho 2012). (Consultado a 31 Janeiro 2021). Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt/index.php/medievalista/article/view/293>.

LIBERATO, Marco, *et al.* – “Em torno das Cerâmicas de Armazenamento: as talhas (*al-hawabî*) no Gharb al-Andalus”. *Almadan* 20 (2016), pp. 41-52.

LIBERATO, Marco; SANTOS, Helena – “Aspetos formais, técnicos e culturais do universo cerâmico da Santarém medieval. Uma análise preliminar.” in *Arqueologia em Portugal – 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013, pp. 947-954.

LIBERATO, Marco; SANTOS, Helena – “Circulação de materiais setentrionais na Santarém undecentista”. in GONÇALVES, Maria José; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (coords.) – *Actas do X Congresso de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*. Silves: Câmara Municipal de Silves/Campo Arqueológico de Mértola, 2016, pp. 461-465.

LIBERATO, Marco; SANTOS, Helena – “Evolução da estrutura urbana de Santarém entre os séculos VIII e XIII: uma análise macroscópica a partir da localização das necrópoles islâmicas”. in ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea; NEVES, César (coords.) – *Arqueologia em Portugal. 2017 – O estado da questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2017, pp. 1393-1623.

LIBERATO, Marco; SANTOS, Helena – “Cerâmicas alto-medievais de Santarém, Portugal: aspectos formais e tecnológicos”. in MARTÍN VISO, Ináki, *et al.* (coords.) – *Cerámicas Altomedievales en Hispania y su entorno (siglos V - VIII d.C)*. Valladolid: Arbotante Patrimonio e Innovación, 2018, pp. 213-219.

LUNA, Isabel; CARDOSO, Guilherme – “A urbe de Torres Vedras e a sua cerca medieval”. in FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.) – *Fortificações e território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*. Vol. 1. Lisboa: Edições Colibri/Campo Arqueológico de Mértola, 2013, pp. 457-472.

MAN, Adriaan de – *Conimbriga. Do Baixo Império à Idade Média*. Lisboa: Edições Silabo, 2006.

MARTÍN VISO, Ináki – “Un mundo en transformación: los espacios rurales en la Hispania post-romana (siglos V – VII)”. in CABALLERO ZOREDA, Luis; MATEOS CRUZ, Pedro; CORDERO RUIZ, Tomás (coords.) – *Visigodos e Omeyas. El territorio*. Mérida: Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Junta de Extremadura-Consortio de Mérida, 2012, pp. 31-63.

PEREIRA, Tiago André Simões – *A ocupação Alto-Medieval do povoado do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo)*. Lisboa: Universidade Nova, 2013. Dissertação de mestrado.

RETUERCE, Manuel; ZOZAYA, Juan – “Variantes y constantes en la cerámica andalusí”. in *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*. Lisboa, 1987. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 1991, pp. 315-322.

RODRIGUES, Ana Maria Seabra – *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.

RODRIGUES, Miguel, REBANDA, Nelson – “Cerâmicas Medievais do Povoado Desertificado de Sta. Cruz da Vilarica”. in *Actas das II Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, 1998, pp. 101-126.

SABROSA, Armando; ESPÍRITO SANTO, Paulo – “Almada Medieval/Moderna: Um projecto de investigação”. *Al-madan* 1 (1992), pp. 5-12.

SALINAS, Elena; GÓMEZ, Susana; GONÇALVES, Maria José; IÑIGUEZ, Carmen – “Os primeiros vidrados no Gharb al-Andalus no século IX-X: análises arqueométricas e interpretação histórica”. in *Actas do Colóquio A Península Ibérica entre os séculos V e X: continuidade, transição e mudança. Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa 21 e 22 de Março de 2019* (no prelo).

SANTOS, Constança dos, *et al.* – “Acerca de las cerámicas de almacenamiento: las tinajas (al-hawābī) en el Garb al-Andalus”. in *Actes du Ier Congrès International Thématique de l’AIECM3. Jarres et grands contenants entre Moyen Âge et Époque Moderne*. Montpellier: AIECM3, 2016, pp. 185-198.

SANTOS, Helena; LIBERATO, Marco – “A reafirmação da centralidade regional: séculos X–XII”. in *Santarém: Carta Arqueológica Municipal*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém, 2018, pp. 140-147.

SENDAS, José – *2º relatório preliminar. Poço Arqueológico - Escavação e Contenção Periférica. Plano de Acessibilidade Suave e Assistida à Colina do Castelo. Percurso da Sé. Lisboa*. Matosinhos: Arqueologia e Património, Ricardo Teixeira & Vítor Fonseca, Arqueologia Lda., 2017. Documento policopiado.

SILVA, Ricardo Costeira da – *O Museu Nacional de Machado de Castro – um ensaio de arqueologia urbana em Coimbra: do fórum augustano ao paço episcopal de Afonso de Castelo Branco*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2015. Tese de doutoramento.

TENTE, Catarina – *Arqueologia Medieval Cristã no Alto Mondego. Ocupação e exploração do território nos séculos V a XI*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2010. Tese de doutoramento.

TENTE, Catarina, *et al.* – “Senhora do Barrocal (Sátão) na viragem do milénio: Primeira abordagem”. in TENTE, Catarina (ed.) – *Do Império ao Reino. Viseu e o território entre os séculos IV a XII*, Viseu: Câmara Municipal de Viseu, 2018, pp. 263-296.

TORRES, Cláudio, *et al.* – “Técnicas e utensílios de conservação dos alimentos na Mértola islâmica”. *Arqueologia Medieval* 4 (1996), pp. 203-218.

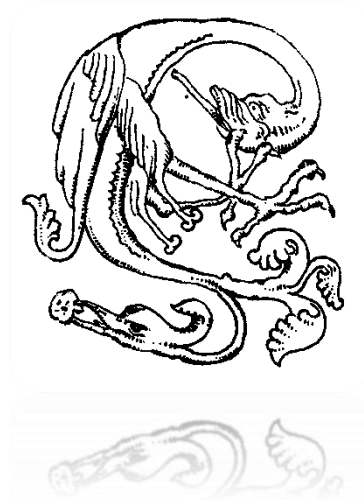
VIANA, Mário – *Espaço e povoamento numa vila portuguesa. (Santarém 1147 – 1350)*. Casal de Cambra/Lisboa: Caleidoscópio/Centro de História da Universidade de Lisboa, 2007.

VIEGAS, Catarina; ARRUDA, Ana – “Cerâmicas islâmicas da Alcáçova de Santarém”. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 2/2 (1999), pp. 105-186.

ZOZAYA, Juan (ed.) – *Alarcos. El fiel de la balanza*. Toledo: Servicio de Publicaciones de la Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha, 1999.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

LIBERATO, Marco *et al.* – “Cerâmica de tradição islâmica em contexto português. Séculos XII-XIV.” *Medievalista* 30 (Julho – Dezembro 2021), pp. 275-314. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

RECENSÕES

BOOK REVIEWS



Recensão / Review:

**AYALA MARTÍNEZ, Carlos de; FERNANDES, Isabel Cristina
Ferreira; PALACIOS ONTALVA, Santiago (coords.) – *La
Reconquista. Ideología y justificación de la Guerra Santa
Peninsular*. Madrid: La Ergastula, 2019 (534 pp.)**

Cláudio Neto

Cardiff University, Cardiff School of History, Archaeology and Religion
CF 10 3EU Cardiff, Reino Unido

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Instituto de Estudos Medievais
1070-312 Lisboa, Portugal

claudioacneto@gmail.com

Data recepção do artigo / Received for publication: 8 de Fevereiro de 2021



Na última década, quem tenha seguido com atenção a renovação dos estudos sobre ideologia e materialidades do conflito que opôs Cristãos e Muçulmanos na Península Ibérica entre os séculos VIII e XV não se surpreenderá com a edição de um novo conjunto de textos, a finais de 2019, dedicado à edição das actas do Colóquio levado a cabo em Palmela sensivelmente um ano antes, cujos trabalhos se subordinaram ao tema que nomeia o presente volume: *La Reconquista. Ideología y justificación de la Guerra Santa peninsular*. A edição apresenta-se no esteio de um conjunto de publicações tematicamente relacionadas e resulta da vitalidade de uma iniciativa de investigação dedicada ao tema que conta já com dois projectos I+D financiados pelas autoridades espanholas¹, que tem tido o mérito de reunir um vasto elenco de especialistas de diversas nacionalidades. Sucessivos encontros científicos realizados sob a égide desta iniciativa e dedicados à amplitude do tema têm constituído um importante veio de abordagem e problematização das questões em torno do confronto que opôs os poderes Cristãos peninsulares ao Al-Andalus. A pertinente e atempada publicação das actas das discussões resultantes tem propiciado à comunidade científica um renovado *dossier* de estudos e questões relacionados com a Guerra Santa, a *Jihad* e a Cruzada no palco ibérico medieval².

¹ Os sucessivos projectos de investigação I+D «Génesis y desarrollo de la guerra santa cristiana en la Edad Media de Occidente peninsular (siglos X-XIV)» [HAR2012-32790] e «*Confrontatio*. Violencia religiosa en la Edad Media peninsular: guerra, discurso apologético e relato historiográfico (ss. X-XV)» [HAR2016-74968-P] ambos financiados pela Secretaría de Estado de Investigación, Desarrollo e Innovación do Ministerio de Economía, Industria y Competitividad Espanhol, tendo agregado à Universidad Autónoma de Madrid instituições como a École Pratique de Hautes Études de Paris, o Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago de Palmela e a Casa de Velázquez de Madrid, entre outras, que levaram a cabo iniciativas académicas que têm congregado investigadores de múltiplas nacionalidades afectos a estas e a outras instituições;

² Refiram-se, para além do volume em apreciação, os seguintes: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de; FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (coords.) – *Cristãos contra Muçulmanos na Idade Média Peninsular. Bases ideológicas e doutrinais de um confronto (séculos X-XIV) / Cristianos contra Musulmanes en la Edad Media Peninsular. Bases ideológicas y doctrinales de una confrontación (siglos X-XIV)*. Lisboa: Colibri/Universidad Autónoma de Madrid, 2015; AYALA MARTÍNEZ, Carlos de; HENRIET, Patrick; PALACIOS ONTALVA, J. Santiago (eds.) – *Orígenes y desarrollo de la Guerra Santa en la Península Ibérica. Palabras y Imágenes para una legitimación (siglos X-XIV)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2016; AYALA MARTÍNEZ, Carlos de; PALACIOS ONTALVA, J. Santiago; RÍOS SALOMA, Martín (eds.) – *Guerra Santa y Cruzada en el Estrecho. El Occidente Peninsular en la primera mitad del siglo XIV*. Madrid: Silex, 2016; AYALA MARTÍNEZ, Carlos de; PALACIOS ONTALVA, J. Santiago (eds.) – *Hombres de religión y guerra. Cruzada y guerra santa en la Edad Media peninsular (siglos X-XV)*. Madrid: Silex, 2018.

A obra, coordenada por Carlos de Ayala Martínez, Isabel Cristina F. Fernandes e J. Santiago Palacios Ontalva, marca a etapa do percurso de reflexão e debate acima aludido em que a equipa responsável tomou como objectivo a discussão sobre o conceito de *Reconquista*, procurando não só retomar as considerações em torno da carga historiográfica e utilização do termo, como também projectá-lo nas suas dimensões medievais, quer ao nível das textualidades, quer ao nível da cultura material. Exige-se actualmente que os medievalistas estejam cientes da carga ideológica deste conceito. O seu emprego – ou recusa em fazê-lo – tem marcado opções de abordagem teórica e metodológica nos trabalhos da recente historiografia que se debruça sobre os vários aspectos do confronto entre Cristandade e Islão peninsulares durante a Idade Média. Surgido nos finais de Setecentos e consolidado o seu uso a meados da centúria seguinte, conforme é referido a várias passagens da obra em apreciação, o termo foi finalmente alçado a chave interpretativa da nacionalidade espanhola e legitimação da sua unidade pela pena de Sánchez Albornoz. Desde os anos de 1970 do século XX³, o conceito tem dividido historiadores e pensadores da medievalidade e dos fenómenos nacionais ibéricos quanto à sua carga simbólica e legitimidade do seu emprego. Trata-se, no fundo, da discussão em torno de um mito fundacional: Pelágio, membro da aristocracia guerreira visigoda, recusando a dominação muçulmana, refugia-se nas Astúrias. A sua revolta é consagrada pelo triunfo militar perante a superioridade numérica do invasor. Neste homem e na sua acção encarnam o que poderíamos apelidar de código genético da ideia de uma Espanha *restaurada* – a ligação com a monarquia de Toledo, a resistência contra o invasor, a inabalável fé Cristã perante um *outro* professante um credo alienígena.

Conforme veremos adiante através de um dos contributos deste volume, o mito não teve o mesmo eco em Portugal, embora não tenha sido frontalmente recusado de imediato. Alexandre Herculano, hoje já longe do lugar merecido nos programas de ensino oficiais, aproveitava-o no seu inesquecível *Eurico*, e os historiadores do século XX foram fazendo a releitura dos *antecedentes da nacionalidade* à luz de uma linhagem de conjunturas derivadas de Covadonga. Foi a renovação do medievalismo

³ Recorde-se, enquanto marco desta problematização, a obra de BARBERO, A; VIGIL, M. – *Los orígenes del feudalismo en la Península Ibérica*. Barcelona: Crítica, 1978.

português já em regime democrático que, como em muitos outros aspectos, foi trazendo tomadas de posição relativamente ao problema. Os anos de 1992 e 1993 viam surgir duas iniciativas editoriais onde a crítica ao termo *Reconquista* era publicada: José Mattoso tratava brevemente a questão no primeiro volume da sua *História de Portugal*, defendendo que a ideia de continuidade entre a monarquia visigoda e o reino asturiano-leonês assentava em bases pouco credíveis perante a crítica moderna das evidências disponíveis; descrevia o termo *Reconquista* como *um equívoco historiográfico*⁴. Já Maria Ângela Beirante, não recusando o termo, intitulava o seu capítulo sobre os poderes Cristãos nortenhos entre os séculos VIII e XI na *Nova História de Portugal de A «Reconquista» Cristã*, a palavra aspada denunciando já a proximidade com o criticismo do termo, exposto na introdução ao capítulo⁵.

Não foram suficientes, no entanto, estes e outros contributos para selar o tema e inculcar na historiografia ibérica um consenso acerca da utilização do conceito. O debate perdura nos dois países com ramificações que, compreendendo a Academia nas suas múltiplas manifestações, abarcam também a esfera política e os usos mais comuns da História. E se os académicos portugueses têm renovado os pontos de vista e insistido no esclarecimento do conceito e da sua herança historiográfica⁶, não é menos verdade que o assunto *Reconquista* tem tido ecos na esfera pública portuguesa: como não pensar que o recente debate relativo à conservação dos achados na Sé de Lisboa não encerra em si mesmo concepções patrimoniais relacionadas com uma visão sobre as tensões e confrontos entre o poder Muçulmano e o poder Cristão na cidade⁷? Ou ainda, como não prestar atenção à mais recente

⁴ MATTOSO, José – “Portugal no Reino Asturiano-Leonês”. in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Vol. 1. *Antes de Portugal*. Coord. José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992, pp. 441-444.

⁵ BEIRANTE, Maria Ângela – “A «Reconquista» Cristã”. in SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dirs.) – *Nova História de Portugal*. Vol. II. *Portugal das Invasões Germânicas à “Reconquista”*. Coord. A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Presença, 1993, pp. 253-255.

⁶ Veja-se o contributo recente de PICOITO, Pedro – “Reconquista e Guerra Santa na Historiografia Portuguesa do Último Meio Século. Exílio e Regresso”. in FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord) – *Entre Deus e o Rei. O Mundo das Ordens Militares*. Vol. I. Palmela: Câmara Municipal / GEsOS, 2018, pp. 189-208.

⁷ A este título refira-se o artigo de opinião assinado por Hermenegildo Fernandes no *Público* [Em linha] (2 de Outubro de 2020). [Consultado a 7 fevereiro 2021]. Disponível em <https://www.publico.pt/2020/10/02/opiniaio/noticia/mesquita-1933512>.

exposição temporária do Museu Nacional de Arte Antiga⁸, cujo nome *Guerreiros e Mártires. A Cristandade e o Islão na Formação de Portugal* estabelece, à partida, uma dualidade de confluências na formação da nacionalidade, ao invés de um triunfalismo de Cristãos sobre *Mouros*⁹.

Assumindo uma legítima pertinência, o volume inicia-se com um apartado dedicado à exploração do tema nas suas origens historiográficas mais remotas e à discussão relativa ao emprego do mesmo na actualidade. C. de Ayala Martínez (pp. 17-52) apresenta uma estratigrafia textual do mito de Pelágio e sua plasmação entre os ecos dos testemunhos árabes do século VIII e a sua consagração tardo-medieval. Recuperando a possível historicidade do protagonista e a sua transformação em figura central do *discurso reconquistador*, C. de Ayala convida a percorrer os momentos-chave da construção do mito, desde as formulações das crónicas Rotense e Ovetense, passando por um período de algum *silêncio*, à recuperação e integração do mesmo no âmbito das lógicas culturais de reforço e engrandecimento da Sé de Oviedo levadas a cabo pelo Bispo Pelayo (1101-1153). Por seu turno, Alexander P. Bronisch (pp. 53-77) detém-se na análise das crónicas Rotense e Ovetense, apresentando uma leitura de ambas que busca os aspectos prováveis das mesmas, ou, pelo menos, as potencialidades de uma veracidade contida nestes textos. Talvez a maior virtude da sua análise seja compreender que as formulações do neogoticismo atribuído aos *scriptoria* coevos de Afonso III das Astúrias não são unívocas, estando nelas já sediadas duas posturas diferentes relativas à natureza da realeza de Pelágio, e, conseqüentemente, da realeza Asturiana: de acordo com o autor, o paralelo que Pelágio assume face a Wamba na sua representação no texto Rotense está muito associado a uma institucionalização da monarquia asturiana,

⁸ Exposição aberta ao público de 20 de Novembro de 2020 a 25 de Abril de 2021. Disponível em <http://museudearteantiga.pt/exposicoes/gerreiros-e-martires> [Consultado a 7 Fevereiro 2021].

⁹ Ou, nas palavras dos seus coordenadores: “Os dois lados em contenda estão aqui presentes, através da palavra e da escrita, de peças arqueológicas, de relicários, de livros e objectos mágicos. Identificação de um País foi o título-homenagem que quisemos encerrar «Guerreiros e Mártires». A construção de uma nova nação e os ecos, cada vez mais difusos, do passado fazem-se sentir através da afirmação de uma nova realidade, com raízes mais a norte, que não exclui as formas de expressão artística ligadas à tradição islâmica. As importações das oficinas levantinas, que se prolongam para lá de 1250, e a continuação do uso da língua árabe nas mourarias são a expressão derradeira de uma memória que só a arqueologia conseguiu, nos últimos 40 anos, resgatar de forma efectiva”.: CAETANO, Joaquim Oliveira; MACIAS, Santiago (coords.) – *Guerreiros & Mártires. A Cristandade e o Islão na formação de Portugal. Catálogo da exposição*. Lisboa: IN/MNAA, 2020, p. 11.

notando-se um rompimento com o reino e a Igreja visigodas; por outro lado, o texto Ovetense pretende insistir na continuidade Toledo-Astúrias, modificando o texto Rotense e construindo um argumento genealógico na pessoa de Pelágio de forma a personificar esta continuidade.

A segunda metade da primeira parte da obra é composta por dois artigos cujo objectivo é a discussão da possibilidade e legitimidade de um uso inócuo do conceito de *Reconquista* na actualidade. Concretizando uma vincada oposição argumentativa, Francisco García Fitz (pp. 79-98) e Alejandro García Sanjuán (pp. 99-119) expõem dois raciocínios que poderiam sintetizar as duas correntes que desde o criticismo do final dos anos 1970 vigoram no debate historiográfico, acrescentando-lhes, contudo, considerações que as actualizam. Poder-se-á caracterizar a posição de García Fitz como *pragmatista*, uma vez que este historiador coloca como argumento a consagração já atingida pelo conceito não só em contexto peninsular, mas também em contexto internacional, consagração essa que lhe empresta um carácter prático, por um lado, e útil, por outro, no sentido em que define inequivocamente um campo de estudos cujas balizas cronológicas e geográficas se apresentam bem definidas, assim como o seu campo temático, conceptual e teórico. A esta posição opõe-se a crítica de García Sanjuán, evidenciada à partida pelo título empregue, que define o termo *Reconquista* como uma *bomba historiográfica* a desarmadilhar. A posição assumida neste texto convida a reflectir que o emprego continuado deste conceito equivale ao perpetuar de um programa ideológico que tem nas suas bases os argumentos sustentadores da unidade e do imperialismo espanhóis, hoje transformados pela acção do franquismo e do *nacional-catolicismo* e que alimentam não só uma parte da historiografia académica, mas também da História produzida fora do meio universitário, assim como, por outro lado, a comunicação e propaganda da extrema-direita espanhola.

Não se pense, mesmo assim, que o argumento pragmático do Professor García Fitz radica apenas na comodidade do conceito. No seu artigo, García Fitz faz uma recuperação dos argumentos que sustentam que, embora extemporâneo, o conceito de *Reconquista* possa ser perfeitamente aplicável para a descrição das mentalidades que presidiram ao fenómeno da expansão Cristã em detrimento dos poderes

islâmicos do sul da Península. Ainda sobre o pragmatismo desta posição, reconheça-se que a tentativa de fintar a palavra exigirá um esforço conceptual considerável para gerar um termo que de forma tão ampla abarque as realidades compreendidas por este complexo historiográfico e o defina, simultaneamente, conferindo-lhe especificidade dentro do panorama dos estudos medievais à escala internacional.

Não obstante, é necessário reter que este conceito apresenta um conjunto de fragilidades, a começar pela sua base ideológica vincada que, no plano da constituição do campo de estudos, subordina necessariamente as realidades islâmicas ao triunfalismo cristão. Assiste-se, na melhor das hipóteses, a uma condenação da civilização andaluza a um simples papel de *cenário* colorido dos feitos dos cavaleiros do norte, ou, na pior, ignorando completamente o campo muçulmano e os seus contributos para a explicação do devir histórico, constituindo o *mouro* como o adversário que foi necessário expulsar para a concretização final dos impérios ibéricos profeticamente anunciados. É uma subordinação teórica que tem também como efeito a subalternização do trabalho dos arqueólogos dedicados aos contextos islâmicos, arabistas, e restantes medievalistas que se dedicam ao estudo da civilização do al-Andalus. Contributo que, no fundo, aponta para uma cisão excessivamente artificial tanto da análise como da síntese, ao invés de as promover no sentido da confluência dos dados para um maior escopo de compreensão do que foi a Península Ibérica nos séculos de convívio, mais ou menos pacífico, entre Cristãos e Muçulmanos.

E se uma das fragilidades do emprego do termo assenta nesta distorção dos resultados da análise, outra resulta da persistência de concepções erróneas, relativas não só à ideia de uma relação directa entre a monarquia de Toledo e os reis asturianos, mas também à noção de uma continuidade entre o que se pretende plasmar como *mentalidade da reconquista* na ideologia dos homens dos séculos XI-XV e o mundo contemporâneo. Conforme G. Sanjuán coloca: “resulta necessário poner de manifiesto que entre el proyecto medieval de destrucción de al-Andalus y la moderna noción de *Reconquista* existe una discontinuidad absoluta que impide considerarla como una noción auténtica” (p. 101). Ora, a questão ganha mais fôlego quando, segundo o texto do autor, se testemunha uma tentativa de reanimação do

conceito de *Reconquista* no presente, à revelia dos debates académicos em torno do mesmo. Aliás, conforme G. Sanjuán nos conduz na sua exposição, talvez não seja de ignorar a relação que a emergência dos populismos e da extrema-direita no hemisfério ocidental tem com a reactivação deste e de outros conceitos. No final dos anos 1990 do século passado era possível, para os autores de *Portugal. O sabor da Terra* considerar os ideais do Estado Novo algo de ultrapassado¹⁰, aos quais o progresso do país e do Ocidente se encarregaria de colocar a devida lápide funerária. Volvidos pouco mais de duas décadas assiste-se, na Europa e na América, com as devidas modelações culturais e territoriais, à ressurgência de valores autoritários, despóticos e discriminadores dos seres humanos e das suas opções. Os usos da medievalidade têm tido um papel neste fenómeno. G. Sanjuán ilustra-o bem relativamente ao caso espanhol e à sua relação com o conceito de *Reconquista*. À escala global, recorde-se o exemplo da *alt-right* de origem Norte-americana, e das campanhas em torno de Trump¹¹, que por meio da cultura *meme* canalizada nas redes sociais, tem vindo a munir-se de uma imagética grosseiramente apropriada a partir de representações da medievalidade, sobretudo da Cruzada e das Ordens Militares. Imagens tornadas expressões glorificadas de uma cultura de intolerância e de um apelo ao choque violento contra as expressões humanas, sejam elas de credo, raça ou opção de género e/ou sexual, que não caibam dentro do modelo de sociedade conservadora que estes movimentos políticos pretendem defender.

Na sua expressão provinciana, a extrema-direita portuguesa não tem resistido ao apelo de canalizar as mesmas estratégias discursivas, embora a sua falta de abstracto intelectual não a tenha permitido fazer mais que uma simples cópia e colagem dos modelos postos já em prática pelos movimentos análogos nas esferas atlântica anglo-saxónica e continental europeia, necessariamente adaptando as

¹⁰ “Já não estamos obcecados pela necessidade propagandística de afirmar que «Portugal não é um país pequeno», ou para proclamarmos as suas glórias passadas, à falta de confiança nas presentes. Já não sabemos o que quer dizer «o altar sagrado da Pátria». O ideal «Deus, Pátria, Família» acarreta implicações tão suspeitas que ninguém se atreve já a proclamá-lo, por mais respeito e veneração que tenha por cada um dos seus componentes”: MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne; BELO, Duarte – *Portugal. O sabor da Terra. Um retrato histórico e geográfico por regiões*. Lisboa: Temas e Debates / Círculo de Leitores, 2017, pp. 11-12 (1.ª ed. 1998).

¹¹ Veja-se, a respeito da evolução dos usos da medievalidade na esfera pública e política do século XXI, ELLIOT, Andrew – *Medievalism, Politics and Mass Media. Appropriating the Middle Ages in the Twenty-First Century*. Woodbridge: Boydell & Brewer, 2017.

efígies celebradas ao contexto histórico português¹². Contudo, se o ressurgimento deste espectro político em Portugal tem aproveitado o imaginário da *Reconquista*, não é este universo que deu expressão, maioritariamente, às apropriações da história levadas a cabo pelo programa cultural do *Estado Novo* e pelos movimentos intelectuais nacionalistas que o antecederam.

É com esta questão que se inicia a segunda parte da obra, dedicada a perspectivas territoriais sobre o tema. O artigo de Luís Filipe Oliveira (pp. 123-140) centra a questão em Portugal, permitindo compreender o devido peso que a ideia de *Reconquista* teve para os sectores nacionalistas, católicos e conservadores portugueses entre os séculos XIX e XX. Assumindo um lugar menor relativamente às narrativas dos feitos ultramarinos, as realizações da construção do território continental português, figuradas quer em *Reconquista*, quer em *Cruzada*, não deixaram de figurar no aparato cultural e ideológico destes sectores. Todavia, o edifício ideológico e historiográfico arquitectado segundo o modelo de apogeu e declínio que explicava a nação, punha a tónica nas glórias de além-mar, reduzindo a *Reconquista* e os seus heróis, de acordo com a expressão de L. Oliveira, a “um prólogo indispensável” (p. 127). O autor sublinha que, nas memórias do reino, este distanciamento face à centralidade da ideia de *Reconquista* enquanto elemento explicativo tinha precedentes: para a historiografia medieval do reino, o distanciamento face à ideologia neogótica e de *Reconquista* constituía uma estratégia discursiva que procurava nivelar o estatuto das realezas cristãs da Hispânia, e assim reforçar a autonomia do reino conquistada face à hegemonia da coroa Leonesa. Por outro lado, se as crónicas medievais do reino prestavam menos atenção à continuidade entre a monarquia de Toledo e a monarquia das Astúrias, por sua vez abriam mais espaço a outros discursos legitimadores da construção dos

¹² “Como Ventura usou o imaginário nacionalista do Estado Novo e imitou Donald Trump”. *Expresso* [Em linha] (22 de Janeiro de 2021). [Consultado a 7 Fevereiro 2021]. Disponível em <https://expresso.pt/presidenciais2021/2021-01-22-Como-Ventura-usou-o-imaginario-nacionalista-do-Estado-Novo-e-imitou-Donald-Trump?fbclid=IwAR3HDFqZnbvaV6naot-LXUn8rZk4EPcOeRYD7AQU4XQRxNcLjZNwY5Wx6I8> E MARTINS, Pedro; MIGUÉLEZ, Alicia – “Opinião: Os usos da Idade Média no discurso político atual”. *Público* [Em linha] (2 de Fevereiro de 2021). [Consultado a 7 Fevereiro 2021]. Disponível em <https://www.publico.pt/2021/02/04/opiniao/opiniao/usos-idade-media-discurso-politico-atual-1948960>.

poderes e do território, extrâneos ao pensamento peninsular, como o sendo o da ideologia de Cruzada.

O artigo de Luísa Trindade (pp. 141-161), focando-se em aspectos materiais da transição de poder entre Muçulmanos e Cristãos, aporta a perspectiva das mutações urbanísticas ocorridas com a rendição das urbes islâmicas aos poderes nortenhos. Através da sua exposição, reconhece-se que as diferentes leituras na lógica urbana dos dois paradigmas vão provocar, a ritmos diferentes, alterações no espaço urbano que vão da alteração do sistema viário à transformação da casa-pátio mediterrânica, atendendo às lógicas sócio-económicas e religiosas dos novos dominadores dos espaços. De acordo com a autora, não terá sido um fenómeno homogéneo: os ritmos de ocupação, o maior ou menor interesse dos conquistadores e as garantias conferidas aos autóctones, bem como as estratégias de convívio construídas com os vencidos em muito determinaram a transição entre modelos. Para a discussão que dirige o volume, talvez se possa considerar que a ideia de *Reconquista* tenha que ser, mais uma vez, revista em face destes dados, uma vez que a acção dos poderes cristãos vem romper com as lógicas urbanísticas do Sul, que sendo tipicamente islâmicas, se estendem no tempo da cidade tardo-antiga “que o período de mais de dois séculos de domínio visigodo não parece ter alterado nos fundamentos” (p. 155). Dentro das perspectivas territoriais, os artigos de Stefano M. Cingolani (pp. 164-186) e Martín Alvira (pp. 187-229) lançam olhares sobre o tema da ideologia Cristã da guerra no contexto dos condados catalães e da Coroa de Aragão. S. Cingolani traça um panorama balizado entre os séculos IX e XII nos territórios da Marca de Espanha que se pode sintetizar na ausência de uma verificação de um discurso sobre a guerra que partilhe a matriz neogótica ou *reconquistadora* dos discursos leoneses nestes territórios, havendo uma lenta penetração dos discursos sobre a guerra santa Cristã e a Cruzada a partir do século XI, tendo como factores maiores desta difusão a influência papal, as Ordens de Cluny e do Templo, e, finalmente, as estratégias mediterrânicas dos condes de Barcelona. O autor não deixa, ainda assim, de terminar o artigo colocando reservas quanto à verdadeira extensão da penetração destas lógicas discursivas na mentalidade dos guerreiros do norte levantino. Já Martín Alvira apresenta uma profunda análise das narrativas e da documentação da Coroa aragonesa, entre os reinados de Afonso, o Trovador e de Jaime I, o

Conquistador. Apresentando um sentido de sequência relativamente ao artigo anterior, M. Alvira traça o panorama do desenvolvimento da ideologia de guerra santa nas fontes da monarquia aragonesa, podendo detectar-se a construção de um discurso que evita a legitimação da guerra a partir das formulações neogoticistas, mas que reclama as ideias de recuperação e restauração de um território anteriormente cristão, que se vai procurar articular, nem sempre de forma coerente, com a difusão das ideias cruzadísticas.

A terceira parte deste livro foi consignada à reunião das perspectivas islâmicas sobre a ideologia da guerra. Procurando resgatar o devir ideológico do campo muçulmano, as três contribuições que o compõem demonstram que não foi só o campo cristão a sofrer mutações na forma de legitimar a guerra e a violência. Javier Albarrán (pp. 233-257) lança um olhar sobre fontes cronísticas que se prolonga entre a *fitna* e o século XII, que ilustra o paralelo andaluz dos discursos de reconquista e de recuperação do território. Embora com matizes resultantes quer do material heurístico, quer da natureza cultural e religiosa do mundo islâmico, J. Albarrán conclui que a partir dos centros de poder andaluz e marroquino registaram-se discursos cuja intencionalidade foi representar o território peninsular como projecto de uma *Jihad* de sentido recuperador e renovador. Abigail Balbale (pp. 259- 279), no seu estudo sobre o tratamento historiográfico da figura de Ibn Mardaniš, centrado sobretudo numa fonte do século XVII, demonstra que, mesmo para lá da conquista de Granada em 1492, os historiadores muçulmanos foram recuperando as memórias do al-Andalus, transformando-as e dando novos moldes aos seus protagonistas, procurando a atribuição de sentidos ao destino sofrido pelos domínios muçulmanos da Hispânia. Finalmente, Bárbara Boloix Gallardo (pp. 281-302) traça um percurso através dos discursos produzidos em contexto Nazári, que, através de um jogo linguístico tiveram a virtude de associar ao nome da dinastia uma imagem triunfalista com efeitos propagandísticos e edificantes, permitindo a manutenção de uma representação vitoriosa dos emires de Granada, apesar dos contextos militares desfavoráveis que a família foi sabendo navegar até ao ocaso do seu reino.

Com o texto de Maria Alegria Fernandes Marques (pp. 305-324) inaugura-se a quarta parte da obra, dedicada a abordagens metodológicas e reflexões gerais. A autora procura fornecer a perspectiva papal relativa às ideias de *Reconquista* e Cruzada na Península Ibérica, traçando o percurso da promoção da luta contra o Islão peninsular encetada pelo papado. Apresentando, em primeiro lugar, as questões da progressiva transformação da guerra contra o Islão numa guerra santa a partir do século XI, a autora passa a desenvolver as consequências, em solo hispânico, da formulação da ideia de Cruzada a partir do Concílio de Clermont, em 1095. A narrativa da autora apresenta os caminhos da penetração desta ideologia na Península e os seus protagonistas, recuperando a ideia de que a Cruzada Peninsular, na óptica da cúria papal, teria sido um fôlego de pouco mais de um século, desenvolvido ao longo de Undecentos e abandonada logo após o sucesso das Navas. A autora afirma que em 1213 “morria a cruzada de Espanha para a Santa Sé” (p. 315), apesar de, noutras passagens, referir ainda a permanência de indulgências e benefícios posteriormente cedidos pelo trono de S. Pedro para a prossecução do combate ao Islão. Na sua narrativa, o Salado parece já uma empresa extemporânea, realização de uma época em que a promoção da ideia de Cruzada estava já ultrapassada, tendo sido quase que mecanicamente substituída pela ideia de missionação, conforme a autora propõe no seu último parágrafo. Um ponto de vista que coloca problemas ao conjunto de dados arrolados relativos à Cruzada Peninsular entre os séculos XIII e XV, que sob esta perspectiva ficam numa situação de difícil interpretação.

Fermín Miranda García (pp. 325-341) detém-se no conceito de *dilatatio christianitatis* para contribuir com a sua formulação tardo-antiga e carolíngia, bebida dos textos vetero-testamentários e vertido, finalmente, no aparato diplomático e cronístico do Império e das monarquias cristãs da Península. Numa vertente de análise historiográfica, Martín F. Rios Saloma (pp. 343-363) elabora uma discussão de aspectos da obra de Sánchez Albornoz que procura compreender as formulações do historiador espanhol à luz do seu percurso e da influência das diferentes conjunturas e paragens em que foi elaborando a sua obra.

A quinta secção, composta por apenas dois artigos, inicia-se com o contributo de David Porrinas González (pp. 367-400) que procura desconstruir a associação entre Rodrigo Díaz, o Cid, e a *Reconquista*, par consagrado pela historiografia, tentando compreender os limites do discurso legitimador da guerra presente na acção do *Campeador* e integrá-lo nas lógicas de construção de um domínio a partir de Valência. Munindo-se de um leque diversificado de fontes, Porrinas González percorre várias representações de Rodrigo Díaz, procurando reintegrá-lo na mentalidade do seu tempo e compreender a modelação das narrativas consoante a maior ou menor proximidade ao projecto político deste protagonista. O outro artigo deste capítulo, pela mão de Carlos Barquero Goñi (pp. 401-417) trata de outros actores não-régios do confronto entre Cristandade e Islão peninsulares – os freires das Ordens Militares – listando referências à ideia de *Reconquista* nas suas fontes narrativas e detendo-se de forma mais dilatada para os casos de Calatrava e de Santiago.

Por último, a sexta parte do volume dedica-se à discussão do tema nas suas bases materiais e projecções visuais. J. Santiago Palacios Ontalva (pp. 421-460) procura lançar, a partir do plano da Arqueologia, o debate em torno do emprego do termo *Reconquista* e avaliar a sua validade teórica e metodológica no quadro do estudo da cultura material. Este trabalho não só apresenta o mérito de contrariar a hegemonia que a História enquanto compartimento disciplinar tem exercido sobre a discussão do conceito, como também olha para os diferentes campos conceptuais que os arqueólogos têm constituído em torno das realidades de confronto e de transição entre os dois universos religiosos peninsulares. Concentrando-se nas realidades materiais almóadas, Isabel Cristina Ferreira Fernandes (pp. 461-482) retrata a cultura material do sul de Portugal a partir dos levantamentos que, nas últimas décadas, têm frutificado num aprofundamento do conhecimento do período Califal de finais do século XII e primeira metade da centúria seguinte. A autora demonstra o reflexo do projecto de unificação e reforma religiosa em níveis bastante distintos, que alcançam a arquitectura mas também os objectos do quotidiano, o que permite ultrapassar a leitura dos textos e compreender a amplitude da relação entre ideologia e quotidiano, muitas vezes difícil de atingir nas esferas das evidências puramente textuais. Encerrando o volume, Francisco J. Moreno Martín (pp.484-518)

reconstitui-nos os quadros visuais da propaganda franquista, construída em torno de uma apropriação da ideia de Cruzada, vertida depois para uma construção contemporânea da missão do *caudillo*.

Reconquista: um conceito escatológico e hierarquizador. Pragmaticamente consagrado pela historiografia e decididamente persistente. Perante os trabalhos reunidos neste volume apura-se uma cronologia vincadamente fértil nas manifestações da ideologia da guerra tecidas de parte a parte, entre Cristãos e Muçulmanos. O termo não escapa à crítica de formular a explicação do devir histórico da Península Ibérica na base de uma narrativa arquetipal de queda e redenção protagonizada pelos poderes Cristãos do norte. Que, ao nível dos poderes, o mundo Cristão se foi impondo paulatinamente ao mundo Muçulmano, é certo. Que a cultura intelectual dos homens do norte foi justificando esse processo com um discurso progressivamente mais universal e totalizante, antevendo as representações do Império, resulta também evidente – os estudos reunidos neste livro testemunham-no. Contudo os cavaleiros do Norte não foram sempre os triunfais vencedores, e as latitudes meridionais não foram o mero palco do destino anunciado dos guerreiros Cristãos. Eram espaço disputado, povoado e produtor de riqueza material e cultural, organizado por uma rede de poderes islâmicos que se estruturavam da urbe à *kūra*, projectando-se à taifa ou, mesmo, ao califado, em Córdova ou do outro lado do Estreito. Não se olvide que a aceitação acrítica do conceito de *Reconquista* é, simultaneamente, enviesar a observação das realidades do sul Muçulmano, tomando-as como anomalia histórica enxertada no espaço Ibérico a partir do ano de 711, bem como fazer a sua leitura histórica de forma teleológica, com os olhos postos no ano de 1492.

Pelo contrário, nos alicerces desta oposição jazem as populações que humanizavam os territórios progressivamente dominados pelos reinos do norte, com o seu credo, a sua língua e cultura, as suas realidades materiais, que correspondiam muitas vezes a estruturas remotas, componentes desse grande complexo histórico-geográfico que é a bacia do Mediterrâneo. Eram todos *mouros*? Quando os Cristãos vieram deixaram de o ser imediatamente? Que herança deles persiste? Retome-se a reflexão recente de Cláudio Torres: “D. Afonso Henriques não conquistou Lisboa aos mouros, foi aos

cristãos”¹³. Que sirva para se compreender a necessidade de aprofundarmos o conhecimento sobre a Idade Média Peninsular, mormente no que toca às suas realidades materiais e à grande permanência que é a componente humana da *Reconquista*. Nesse sentido, os investigadores do campo muçulmano têm fornecido pistas e conjuntos de dados que nos orientam o olhar para as comunidades que transitaram entre o domínio Cristão e o domínio Muçulmano. É de assinalar que a grande maioria dos contributos para este volume dedicados ao campo Cristão incidam, maioritariamente, sobre textualidades. Porém, se o objectivo for a crítica e compreensão do termo *Reconquista*, a integração das realidades do sul da Península na esfera de poderes nortenhos carece de uma maior compreensão do que aconteceu depois da tomada destes espaços, conferindo à ideia que se tem deste processo de transformação as devidas matizes, seus limites e características locais – só possíveis de atingir complementando os dados presentes nas memórias textuais deste processo com os dados arrolados pelo estudo da cultura material, dos espaços e da componente humana¹⁴.

Rematando, saúda-se a publicação do resultado dos trabalhos ocorridos em Palmela em 2018. Pela diversidade de aspectos, pontos de vista e ângulos de aproximação, o volume resulta num valioso contributo para o enriquecimento do debate em torno do conceito de *Reconquista*. Como acima se disse, o termo continua a inspirar divisões no seu emprego e na sua abordagem, evitando tornar-se um artefacto teórico datado. Talvez assim permaneça, já que a sua natureza original radica numa expressão de oposição e conflito.

¹³ TORRES, Cláudio – “D. Afonso Henriques não conquistou Lisboa aos mouros, foi aos cristãos”. *Sábado* [Em linha] (23 de Fevereiro de 2018). [Consultado a 7 de Fevereiro]. Disponível em <https://www.sabado.pt/vida/detalhe/claudio-torres-d-afonso-henriques-nao-conquistou-lisboa-aos-mouros-foi-aos-cristaos>.

¹⁴ Evoque-se, no âmbito das potencialidades deste tipo de abordagem, sobretudo a utilização de um conhecimento aprofundado do espaço em questão como chave para a interpretação dos dados do texto, MAGALHÃES, Joaquim Romero de – “Uma interpretação da Crónica da Conquista do Algarve”. in *Actas das II Jornadas Luso-espanholas de História Medieval*. Vol. I. Porto: INIC, 1987, pp. 123-133.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

NETO, Cláudio – “AYALA MARTÍNEZ, Carlos de; FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira; PALACIOS ONTALVA, Santiago (coords.) – *La Reconquista. Ideología y justificación de la Guerra Santa Peninsular*. Madrid: La Ergastula, 2019 (534 pp.)”. *Medievalista* 30 (Julho – Dezembro 2021), pp. 317-332. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



Recensão / Review:

DIAS, João Carvalho (ed.) – *Manuscritos Iluminados Europeus na Coleção Calouste Gulbenkian*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2020 (342 pp.)

(a) *Delmira Espada Custódio*, (b) *Maria Adelaide Miranda*

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Instituto de Estudos Medievais
1099-032 Lisboa, Portugal

(a) adelaide@fcsb.unl.pt
<http://orcid.org/0000-0002-7581-3888>

(b) delmiraespada@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6393-6445>

Data recepção do artigo / Received for publication: 14 de Março de 2021

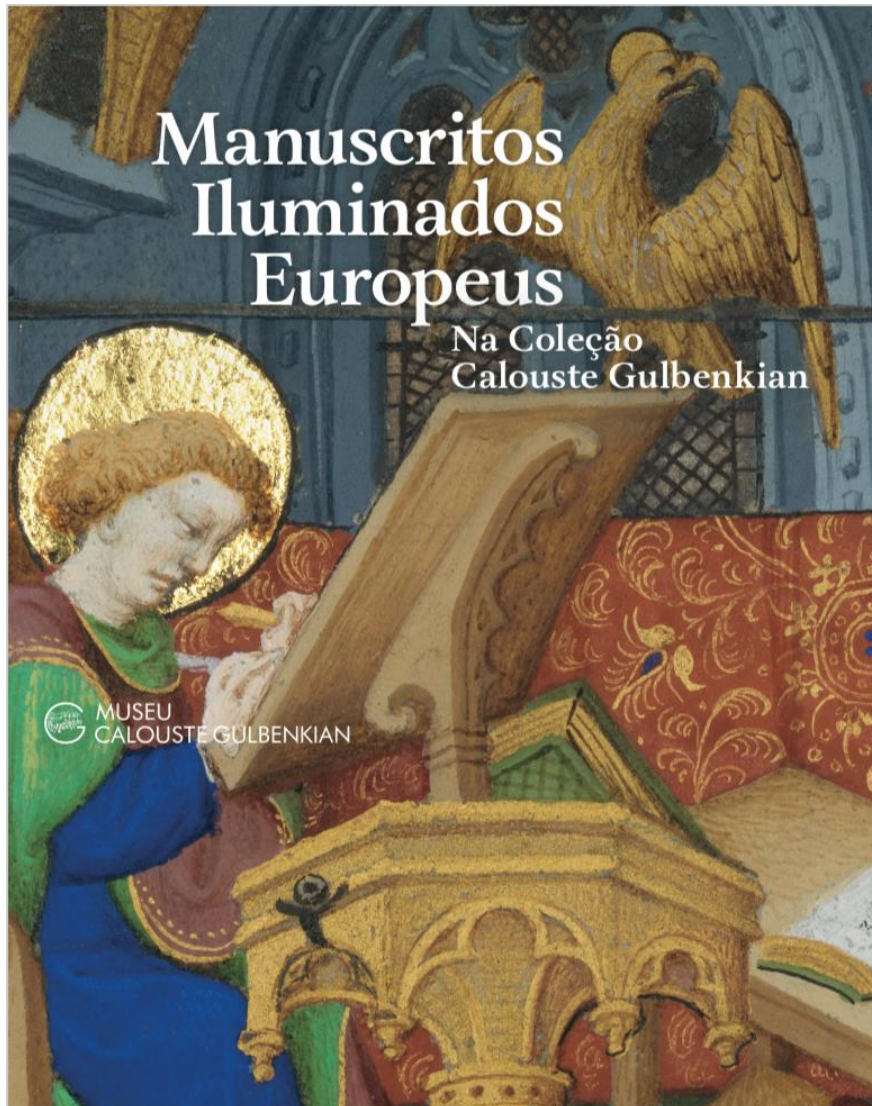


Fig. 1 - Capa do catálogo.

Em boa hora foi publicado, em Agosto de 2020, o catálogo de Manuscritos Iluminados Europeus na Coleção Calouste Gulbenkian, editado em português e inglês, por João Carvalho Dias, actual director adjunto e conservador responsável pelas colecções de livros e documentos gráficos do Museu. O livro, que se encontrava há longos anos em preparação, dá a conhecer a melhor colecção privada de manuscritos iluminados em Portugal, criteriosamente reunida por Calouste Gulbenkian, entre 1919 e 1937. Contempla 24 códices manuscritos ricamente iluminados, um incunábulo também iluminado e quinze fólios soltos provenientes

de 10 obras diferentes, produzidos nos principais centros europeus entre os séculos XII e XVI. A estes acresce um fólio independente, executado no século XIX, por um imitador de Jean Bourdichon. Globalmente, trata-se de um conjunto bastante diversificado, unido pela notável qualidade das obras escolhidas, integrando textos de natureza religiosa - bíblicos, litúrgicos e devocionais -, jurídica e, também, literatura profana.



Fig. 2 - Residência do Coleccionador, 51 Avenue d'Iéna, Paris. (Fonte: DIAS, João Carvalho (ed.) - *Manuscritos Iluminados Europeus na Coleção Calouste Gulbenkian*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2020, p.4).

A constituição da colecção, orientada pelo seu próprio gosto e por critérios de qualidade muitíssimo exigentes - a excelência artística da iluminura e das encadernações, perfeito estado de conservação, autenticidade e proveniência -, foi apoiada por especialistas ligados ao mercado livreiro e ao colecionismo, tais como

o comerciante florentino Tammaro De Marinis e Alfred Chester Beatty, bibliófilo e conselheiro de sua confiança. Para além dos manuscritos europeus que aqui se apresentam, Gulbenkian adquiriu um belíssimo conjunto de manuscritos orientais (persas e arménios) que não fazem parte do presente catálogo.

Por infortúnio, no final da década de 1960, quando ainda se encontravam no Palácio dos Marquês de Pombal em Oeiras, um elevado número de códices foi fortemente afectado pelas grandes inundações de 1967. O metucioso trabalho de limpeza, executado pela Oficina de Restauro do Museu, permitiu a exposição e o estudo desses exemplares em condições excepcionais. Porém, a morosidade que a complexidade e a delicadeza da tarefa exigiram, implicando o desmembramento e posterior reencadernação dos códices, fez com que os trabalhos só ficassem concluídos em 2017, um processo longo que se encontra detalhadamente documentado.

O Catálogo contou com a coordenação científica de François Avril, conservador Geral do Departamento de Manuscritos da Biblioteca Nacional de França entre 1967 e 2003, e com a participação de uma equipa alargada de especialistas internacionais: Angela Dillon Bussi, Federica Toniolo, François Avril, Giordana Mariani Canova, James Marrow, Jonathan Alexander, Lieve de Kessel e Nigel J. Morgan, o que assegura a qualidade científica da obra. Ao Prefácio de Penélope Curtis, à data directora do Museu, seguem-se dois textos introdutórios, relativos à colecção: *A Biblioteca Manuscrita de Calouste Gulbenkian*, de Manuela Fidalgo, que durante largos anos foi responsável pela colecção, e *Calouste Gulbenkian colecionador de manuscritos iluminados*, de François Avril, um dos melhores historiadores da arte na área da iluminura.

A coordenação geral deve-se a Angela Dillon Bussi, especialista em história medieval, ex-diretora assistente da Biblioteca Marciana de Veneza e da Biblioteca Medicea-Laurenziana de Florença, e conta, nos aspectos codicológicos, com a colaboração de Davide Baldi Bellini. A organização interna do catálogo divide-se em cinco grandes secções, estruturadas de acordo com a tipologia dos manuscritos - Bíblias e Comentários Bíblicos, Liturgia, Livros de Horas, Manuscritos Jurídicos e

textos de Literatura Profana - e, dentro destas, de forma cronológica. Na nota de abertura, a autora explicita os critérios que presidiram à elaboração das entradas de catálogo, divididas em duas partes que se completam: o estudo codicológico, com um conjunto de campos pré-definidos – descrição, cadernos, escrita, encadernação, conteúdo, ornamentação e proveniência –, na ordem e conteúdo, transversais a todos os espécimes descritos, e a análise histórico-artística - *Comentário* -, que propõe uma leitura mais interpretativa e livre, de acordo com as características e especificidade de cada códice.

Mais do que uma ficha de catálogo, a informação fornecida sobre cada uma destas obras constitui, pela profundidade das investigações, uma pequena monografia. O estudo do texto, dividido entre conteúdo e comentário, oferece não apenas a descrição, como também as suas particularidades, complementadas pela reprodução de ótimas fotografias, que incluem pormenores e fólhos plenos. De igual modo, também a descrição e análise da ornamentação, compreende um primeiro momento de análise uniformizada seguido por um comentário livre, desdobrado em duas categorias: iconografia e estilo. A utilização deste último vocábulo - estilo - não nos parece a escolha mais adequada, em especial se atendermos às críticas que, desde há muito, a utilização deste conceito tem sofrido. Estudo histórico-artístico sugere-nos ser mais adequado, já que permite um tratamento mais livre, de acordo com a especificidade de cada artista, sobretudo quando se reporta a obras de excepção.

Também a apresentação da colação devia, quanto a nós, permitir uma mais clara visualização da relação dos cadernos com as divisões do texto, aspecto da maior relevância para a avaliação da integridade dos códices e compreensão da sequencialização do seu conteúdo, em especial por estarmos perante manuscritos que foram sujeitos a processos de reencadernação.

A primeira secção – Bíblia e Comentários Bíblicos – encerra quatro entradas: duas folhas destacadas de um *Moralia in Job*; duas outras pertencentes a uma Bíblia de formato monumental; um Apocalipse, iluminado em Inglaterra na segunda metade do século XIII; e uma Bíblia francesa, num único volume, das primeiras décadas da

centúria seguinte. O primeiro (M79 A e B), por se tratar de um fragmento do século XII, não corresponde na íntegra aos critérios de Gulbenkian mas constitui um testemunho importante do que foi a excelência do desenho em articulação com um dos textos mais lidos na Idade Média, os *Moralia in Job*, de Gregório Magno; o segundo (M80 A e B), em latim, pertence a uma bíblia francesa, das primeiras décadas do século XIII. Segue-se um excepcional comentário ao Apocalipse de Berengaud de Ferrière (LA139). Este manuscrito, amplamente estudado e presente em numerosas exposições, mereceu uma descrição detalhada do seu texto e um rico comentário artístico de Nigel J. Morgan, amplamente documentado, onde o autor afirma que “... é talvez o mais sofisticado manuscrito iluminado inglês da sua época”. Por último, um raro exemplo de uma bíblia do século XIV (LA211), de grande formato, ricamente iluminada, condensando num único volume os Livros do Antigo e Novo Testamentos, com programas iconográficos próprios das bíblias dos séculos XIII e XIV.

Segue-se a secção da Liturgia constituída por 5 códices de grande aparato e cinco fragmentos destacados de 4 obras, numa selecção muito caloustaniana, com programas iconográficos extensos encomendados aos melhores artistas da sua época, com utilização das tintas mais preciosas e grande profusão de ouro. Começa por um luxuoso gradual e sacramentário (LA222), manuscrito comprado por Gulbenkian à abadia beneditina de Admont quando esta passava por grandes dificuldades económicas que, para além da importância artística, inclui a representação de Gebhard de Salzburgo, o arcebispo que em 1074 fundou o mosteiro. Foi iluminado cerca de 1270 por Giovanni da Gaibana, eclesiástico, e um dos grandes iluminadores italianos deste período, em colaboração com outros membros da sua oficina.

Digno de nota é também o Breviário franciscano do século XIV iluminado em grisalha com nuances a púrpura e amarelo por discípulos de Jean Pucelle (LA133). Profusamente ilustrado com 241 temas iconográficos que, segundo Nigel Morgan, apresentam uma diversificada e alternativa iconografia em relação aos modelos pucellianos, é provável que este breviário se destinasse a um casal de comitentes da alta aristocracia que surgem representados em zonas diferentes do códice. Apesar

da existência de outras obras provenientes deste ateliê, o manuscrito da Gulbenkian é o que apresenta iluminura mais rica, no que respeita à utilização do ouro nas numerosas iniciais que acompanham as miniaturas ou abrem parágrafos.

A secção dedicada aos Livros de Horas integra treze exemplares manuscritos, iluminados por artistas franceses, flamengos, holandeses e italianos; um incunábulo, iluminado em França; e três fólhos soltos: dois, provenientes das Horas de Charles de Martigny, iluminadas por Jean Bourdichon cerca de 1490; e o terceiro, uma cópia tardia feita no século XIX, por um imitador deste artista. Entre os oito códices produzidos em França, destacamos as Horas iluminadas por Noël Bellemare em 1520 (LA217), pelo seu formato miniatural – 40 x 27 mm – e pela riqueza da encadernação do século XVII que segundo François Avril permite ligar a sua propriedade aos duques de Lorena. De entre os flamengos, escolhemos o de data mais recuada (LA144), iluminado por três Mestres diferentes, cerca de 1475. Despertou a nossa atenção o facto da autora, Lieve de Kessel, nada ter registado relativamente à análise dos textos, nem à sua organização, uma vez que é bastante irregular o códice inserir, imediatamente após o calendário, as variações textuais das Horas da Virgem para o período do Advento que, por regra, se posicionam no final deste ofício, assim como a localização das Horas da Virgem na parte final do códice; situação que parece evidenciar uma adulteração da sua estrutura primitiva.

Entre os dois códices holandeses, amplamente estudados por James Marrow, a nossa escolha recaiu sobre o menos conhecido (LA137), iluminado em grisalha e ouro, cerca de 1443, pelos Mestres das grisalhas de Delft. As iluminuras de página plena, executadas em fólhos independentes, correspondem a uma produção seriada, muito particular e versátil, circunscrita àquela cidade. A volumetria escultórica presente nas figuras dos dezanove temas iconográficos do códice em análise, onde se incluem três composições inéditas que não se repetem noutros manuscritos do grupo, denota, segundo Marta Renger, a influência da obra pictórica de Jan van Eyck e confirma, uma vez mais, a superior qualidade das escolhas de Gulbenkian.

Ao terminar uma obra do Renascimento italiano, o Livro de Horas de Afonso I d'Este (LA149), iluminada na primeira década do século XVI pelo italiano Matteo da

Milano, códice bastante bem preservado que Gulbenkian, sem saber, comprou já mutilado. As suas 14 iluminuras de página plena, actualmente conservadas na Galeria Strossmayer em Zagreb, foram destacadas do códice e separadas das cercaduras; felizmente conserva-se uma descrição do livro, quando este ainda se encontrava intacto, que permite reconstituir a sua estrutura primitiva. O códice inclui um retrato do duque de perfil, em oração no interior de uma inicial, que a generalidade dos autores considera ter sido tirado pelo natural.

Na sessão de manuscritos jurídicos, que compreende três fólhos destacados e um códice, todos do século XIV, destacam-se os dois fragmentos pertencentes à cópia do Decreto de Graciano com comentário de Bartolomeu de Bréscia (M36 A e B). A aquisição destes dois fragmentos, que segundo François Avril pertenciam a um manuscrito de aparato produzido em Toulouse, justifica-se pela qualidade da iluminura. Com base em vinte e dois outros fragmentos existentes noutras colecções, o autor reconstituiu parte do manuscrito desmembrado.

O Digesto de Justiniano (LA212) foi iluminado em Avinhão pelo Mestre do Pontifical de Pierre de Saint-Martial, o mesmo artista a quem se atribui a autoria de uma Indulgência concedida à Igreja de Santa Maria de Alcáçova de Santarém, actualmente à guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Como sublinha o autor na nota final do seu comentário, embora se lamente a degradação sofrida com as inundações de 1967, o incidente fez deste códice “... um testemunho excepcional da técnica de desenho utilizada pelo artista ...”.

A encerrar o catálogo, a secção dedicada à Literatura profana, constituída por três códices completos, com textos de autores italianos – Giovanni Boccaccio, Severinus Boethius e Francesco Petrarca –, ricamente iluminados por artistas franceses e italianos, durante os três primeiros quartéis do século XV. Destacamos a tradução francesa da obra de Boccaccio, *Des clères et nobles femmes* (LA143). Trata-se de um códice de aparato, com iluminuras de grande formato que ocupam toda a largura da coluna de texto, executadas por diversos iluminadores: o Mestre de Boucicaut, um artista do círculo próximo do Mestre de Bedford, o Mestre da *Cité des Dames*, o Mestre do Aníbal de Havard e um artista não identificado, responsável apenas por

um tema iconográfico. O códice encontra-se amplamente mutilado, conservando apenas 48 das 105 composições que originalmente ilustravam o texto.

Com a publicação deste catálogo, que deu a conhecer a um público mais vasto a verdadeira dimensão da colecção, estão reunidas as condições necessárias para a Fundação Calouste Gulbenkian organizar uma exposição onde se possa, com um olhar agora mais informado, apreciar o património iluminado que Calouste Gulbenkian nos legou.

COMO CITAR ESTE ARTIGO / HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

CUSTÓDIO, Delmira Espada; MIRANDA, Maria Adelaide – “DIAS, João Carvalho (ed.) – *Manuscritos Iluminados Europeus na Colecção Calouste Gulbenkian*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2020 (342 pp.)”. *Medievalista* 30 (Julho – Dezembro 2021), pp. 333-341. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



Recensão/Review:

RUIZ PILARES, Enrique José – *La sociedad política en Jerez de la Frontera a finales de la Edad Media*. Cádiz: Editorial UCA, 2020 (274 pp.).

Filipa Roldão

Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras,
Centro de História da Universidade de Lisboa
1600-214 Lisboa

roldao.filipa@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-8760-6133>

Data recepção do artigo / Received for publication: 2 de Abril de 2021



A obra *La sociedad política en Jerez de la Frontera a finales de la Edad Media* é fruto do trabalho de investigação doutoral do seu autor, Enrique José Ruiz Pilares, maturado pelos anos de reflexão que medeiam entre a defesa da tese, 2017, e a data da presente publicação, pela editora da Universidade de Cádiz, em 2020. Com prólogo de Emilio Martín Gutiérrez, a obra procura responder a uma pergunta central: como se caracterizava a sociedade política de Jerez de la Frontera na Baixa Idade Média, no que concerne à sua composição e ao seu funcionamento? Como o próprio autor afirma, o conceito de sociedade política é, aqui, central, não só porque posiciona a investigação sobre poderes urbanos numa vertente marcadamente social (por oposição a uma produção historiográfica mais atenta à caracterização institucional dos cargos de poder), como também porque explora a inteligibilidade de um conceito que, não sendo original, se revela, nesta obra, muito mais amplo e plural do que habitualmente é tratado. A capacidade do autor em potenciar o conceito de sociedade política relaciona-se directamente com a utilização cumulativa e cruzada de duas formas de percepção da participação política dos indivíduos, cuja génese se encontra em trabalhos de José María Monsalvo Antón e de José Antonio Jara Fuente: os processos de tomada de decisão, e o acesso aos recursos do poder, respectivamente. A partir destas duas abordagens, o autor propõe uma hierarquização da sociedade política de Jerez de la Frontera ao tempo dos Reis Católicos (1474-1504), demonstrando, com originalidade para o caso Andaluz, por um lado, que os poderes urbanos não se exercem apenas nos espaços do concelho, mas complementarmente também nas paróquias e no mercado, e, por outro, que esta sociedade política, cujos membros ocupam cargos ou lugares de decisão, se compõe de pelo menos quatro segmentos sócio-políticos: a elite concelhia, a elite paroquial, a elite dos comuns, e a comunidade ou povo. A partir da análise dos discursos e tomadas de decisão deixados por escrito e do método prosopográfico de análise relacional dos indivíduos e famílias – assente na colação e estudo de fontes tão diversas, como actas de reuniões concelhias e registos paroquiais –, o autor conseguiu identificar dinâmicas de elitização e de oligarquização no interior desta sociedade, proporcionando ao leitor não só um

enfoque à escala familiar e individual, como também uma nítida imagem de conjunto de uma sociedade política compósita.

A estrutura central do livro é clara e esclarecedora quanto aos objectivos da investigação: após uma introdução geral à obra, a primeira parte dedica-se à identificação e estudo dos ofícios e dos espaços de poder, designadamente, o concelho e as paróquias, e a segunda parte procura reconstruir e compreender a sociedade política que lhe dá vida. O autor inclui uma introdução a cada uma destas partes da obra, onde apresenta as principais questões a desenvolver, as metodologias usadas e os objectivos a alcançar. Vejamos com algum pormenor os diferentes capítulos que compõem estes dois grandes apartados em que a obra se divide. A primeira parte é composta por três capítulos: o primeiro é dedicado à natureza e composição social das reuniões concelhias, à época já restritas, onde se exercia o poder municipal por excelência, com enfoque para a presença de oficiais régios; o segundo visa compreender a participação concelhia de jurados e de deputados, representantes das paróquias da cidade; o terceiro é dedicado à caracterização de oficiais de gestão e justiça, onde se destacam os ofícios oriundos das paróquias, os ofícios do cabido, e os ofícios menores vitalícios.

A segunda parte é composta por quatro capítulos: o primeiro dedica-se à clarificação de algumas categorias sócio-políticas, de significado pouco definido na historiografia contemporânea; o segundo caracteriza as elites com representação no poder (elite concelhia e elite paroquial, e formação de linhagens); o terceiro aborda a composição social e profissional dos restantes vizinhos sem ligação às elites cavaleirescas, e ao poder, mas com peso sócio-económico – os homens comuns; o último capítulo é dedicado aos poderes externos com presença e influência na cidade e na vida pública, designadamente, a monarquia e a nobreza senhorial.

A reflexão do autor termina com as conclusões gerais da investigação, apontando os principais aspectos inovadores da obra no quadro historiográfico andaluz e até mesmo peninsular, e alguns dos caminhos futuros que o autor parece querer ainda percorrer no interior da medieva Jerez de la Frontera. Em seguida, é apresentado um extenso apartado de anexos – são trinta e três –, que serve de fundamentação

heurística a todo o corpo da investigação, e que é mobilizado ao longo da obra, nos seus diferentes capítulos. Neste apartado, o autor colige os principais dados quantitativos e estatísticos sobre os quais assenta a sua reflexão (como, por exemplo, o número de ofícios desempenhados por família, o valor das rendas obtidas pela fazenda concelhia e o montante dos salários atribuídos), inclui informações de natureza descritiva (como excertos de discursos saídos das actas capitulares) e, de forma detalhada, mas de simples apreensão, expõe os resultados da metodologia prosopográfica, fornecendo os nomes dos indivíduos e/ou famílias que ocuparam lugares de poder assim como o modo de acesso aos mesmos, as datas de exercícios de ofícios, e o grupo sócio-político ou linhagem a que pertenciam. Outras compilações de dados e de análises relacionais são ainda fornecidas ao longo da obra – designadamente nove quadros, três mapas geo-topográficos e três árvores genealógicas –, procurando estabelecer uma maior proximidade com o leitor. No entanto, uma futura inclusão destes objectos e ainda do Anexo final num índice descritivo de quadros e anexos ajudaria a localizar a informação de forma mais simples e a valorizar todas estas informações.

A obra termina com o elenco de arquivos e respectivos fundos consultados (ainda que sem referência às peças específicas consultadas) e com um extenso apartado com as referências bibliográficas da tese (onde o autor inclui também as fontes impressas utilizadas). No elenco bibliográfico, predominam, como seria de esperar, a referência exaustiva dos mais relevantes trabalhos peninsulares sobre poderes urbanos medievais, e onde o autor evidencia o diálogo com outras historiografias, nomeadamente, italiana, francesa e inglesa. A obra está disponível em edição em papel, e ainda em edição electrónica, que pode ser adquirida através do endereço electrónico das publicações da Universidade de Cádiz.

Enrique José Ruiz Pilares alcançou plenamente os objectivos a que se propôs nas páginas iniciais da obra, traçando um quadro compreensivo de uma sociedade política tardo-medieval andaluza a partir de abordagens diversificadas mas complementares, assente numa sólida pesquisa documental, e com aporções muito relevantes nos campos da definição terminológica de ofícios, no enfoque dado aos homens comuns e da comunidade na ocupação de posições de decisão

representativa de partes substantivas da sociedade, no esclarecimento de mecanismos de acesso ao poder, na proposta concreta de hierarquização social. Jerez de la Frontera contém, a partir de agora, um estudo maturado sobre a sua sociedade política, incentivando o autor a continuar a reflectir, no futuro, sobre a sua composição e singularidade, e apresentando a possibilidade de comparação com outras cidades, ou, melhor, com outras sociedade políticas do Ocidente medieval.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

ROLDÃO, Filipa – “RUIZ PILARES, Enrique José – *La sociedad política en Jerez de la Frontera a finales de la Edad Media*. Cádiz: Editorial UCA, 2020 (274 pp.)”. *Medievalista* 30 (Julho – Dezembro 2021), pp. 343-347. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

APRESENTAÇÃO DE TESES

DISSEMINATION OF ACADEMIC THESIS



MEDIEVALISTA

N.º 30 | Julho – Dezembro 2021

ISSN 1646-740X

A guardiã dos mortos: um estudo do simbolismo religioso da serpente em monumentos da Era Viking (sécs. VIII-XI).
Tese de Doutoramento em Ciências das Religiões,
apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões (PPGCR), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em Junho de 2020. Orientação do Prof. Dr. Johnni Langer

Leandro Vilar Oliveira

Centro de Educação – Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões,
Universidade Federal da Paraíba
58031-220 João Pessoa, Brasil

vilarleandro@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-8905-9727>

Data recepção do artigo / Received for publication: 21 de Julho de 2020



O tema dessa tese é algo curioso como suscita o próprio título. Um estudo sobre duas coisas que normalmente causam espanto, ou pelo menos um certo receio ou desaprovação entre alguns. Falar sobre a morte e cobras não é algo para qualquer pessoa. E abordar ambos num estudo acadêmico é no mínimo peculiar. O tema dessa tese de forma objetiva, foi estudar como os “vikings” dos séculos X e XI compreendiam o simbolismo da serpente associado a monumentos erguidos para fins memorialistas de honrar os vivos, mas também os mortos. Ou seja, um estudo sobre a crença na morte e como a cultura nórdica daquele tempo concebia o papel da serpente para isso.

Todavia, alguns podem suscitar o questionamento que o simbolismo da serpente não deveria gerar essa indagação, afinal as serpentes “seriam naturalmente” algo ruim, perigoso, profano e maléfico. Entretanto, a serpente está entre os animais simbolicamente mais emblemáticos devido a sua diversidade de simbolismos, o que a torna por excelência um bom exemplo para se explicar a polivalência e ambiguidade de significados que um símbolo pode possuir.

De fato, ainda hoje o senso comum tende a associar a imagem da serpente com essa visão negativa, mas isso não é uma unanimidade. O historiador Jean Delumeau, em seu trabalho sobre a história do medo, observou que o medo não consistia apenas numa reação natural/biológica ao perigo, mas também era uma construção sociocultural, relacionada a valores, concepções de bravura e covardia, ideias, comportamentos, ideologias, crenças religiosas etc¹. Por tal sentido, observamos que o medo de cobras não é apenas motivado por um fator biológico, mas também está carregado de um arcabouço simbólico de porquê devemos temer estes animais.

Embora, exista esse receio, desprezo e medo quanto à imagem das serpentes, entre algumas culturas estes animais eram vistos de forma positiva e até mesmo sagrada

¹ Conferir a introdução de DELUMEAU, Jean – *A história do medo no Ocidente: 1300-1800*. Tradução de Maria Lúcia Machado e Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

e divina. O biólogo Balaji D. Mundkur publicou *The Cult of Serpent: An Interdisciplinary Survey of Its Manifestations and Origins*, obra que se tornou uma referência nos estudos simbólicos acerca da serpente em diferentes culturas. Nesse livro, Mundkur procurou analisar o medo, o espanto, o fascínio e a veneração às serpentes através de distintos métodos como salienta o subtítulo de sua obra. Ele expressa que embora esses animais sejam criaturas estranhas, ainda assim, diferentes culturas apresentam incontáveis referências míticas, lendárias, folclóricas, literárias, artísticas, simbólicas e religiosas atribuídas a elas².

E partindo dessa percepção que o simbolismo da serpente é diverso e necessariamente não represente sempre algo negativo, propusemos esse estudo com o intuito de estudar a “religião dos vikings” a partir de seu simbolismo religioso contido na figura animal das serpentes presentes em monumentos da Era Viking. Nesse intuito, nossa pesquisa procurou analisar uma religião a partir de sua cultura material, visual e simbólica. Dessa forma, sublinhamos que estudar uma religião vai além da leitura de textos religiosos ou livros sagrados, do relato de ritos e crenças, da descrição de templos e locais de culto, do debate de dogmas e doutrinas³. Esse estudo também pode ser realizado através de aspectos da cultura material, imaterial, visual, das mentalidades, do imaginário, de comportamentos, da Estética, da Mitologia, da Psicologia, da Simbologia e de outras formas⁴.

Por tal condição, realizamos essa pesquisa na área das Ciências das Religiões ou Ciência da Religião, a qual consiste numa ciência social surgida na Europa do século XIX, sendo o termo cunhado pelo linguista, orientalista e mitólogo Max Müller (1823-1900). Na época, a partir de seus estudos e traduções de textos sagrados de religiões asiáticas, Müller desenvolveu um estudo comparado entre religiões e mitologia, vindo a originar a Ciência da Religião (*Religionswissenschaft*). A qual a partir do método comparado foi assimilando metodologias da Antropologia, História e Sociologia ainda no XIX, e no XX passou a englobar teorias e métodos de

² MUNDKUR, Balaji D. – *The Cult of Serpent: An Interdisciplinary Survey of Its Manifestations and Origins*. Albany: University New York Press, 1983.

³ BRELICH, Angelo – *Introduzione alla storia delle religioni*. Roma: Edizioni dell'Ateneo, 1966.

⁴ WACH, Joachim – *Introduction to history of religions*. New York: Macmillan Publishing Company, 1988.

outras ciências. Seu objetivo central é estudar as mais diversas religiões e espiritualidades por um viés laico e científico, tratando a religião como um fenômeno não apenas tido como sagrado, mas como manifestação de aspectos socioculturais e históricos, determinados no tempo e espaço⁵.

Por tal conceito, nossa pesquisa inseriu-se nessa área através dos subcampos da História das Religiões, da Arqueologia das Religiões e da Simbologia Religiosa. Onde cada uma contribuiu teoricamente para o desenvolvimento desse estudo. E no caso do campo arqueológico, sublinhamos que trabalhamos com a subárea da chamada arqueologia da morte. Esta visa estudar os túmulos, tumbas, cemitérios, sepulturas, covas, objetos funerários, ritos fúnebres, mitos, lendas, costumes e tradições, os quais não apenas revelavam informações sobre a religião na qual tais práticas e crenças estão inseridas, mas também aspectos da sua sociedade e cultura, pois, entre distintos povos havia maneiras diferentes de sepulturar ricos, pobres, governantes, criminosos, crianças, idosos, escravos etc. isso era reflexo de como aspectos socioculturais também estavam associados com as crenças religiosas⁶.

Mas, seria possível estudar uma religião pelo seu simbolismo animal? A partir da década de 1970, surgiu o chamado Estudos dos Animais (*Animals Studies*) e a Antrozologia, uma subárea da Antropologia, especializada em estudar a relação entre a humanidade e o mundo animal⁷. Nessa perspectiva, o estudo dos animais procura identificar a importância das mais diferentes espécies, sejam elas domésticas ou silvestres, que desempenharam papel significativo no desenvolvimento social, civilizatório, político, econômico e cultural da humanidade ao longo da História⁸.

Pelo viés do estudos dos animais, optamos estudar o simbolismo religioso associado as serpentes para compreender as crenças referentes a chamada Religião Nórdica Antiga (*Old Norse Religion*) ou Religião escandinava pré-cristã (*Pre-Christian*

⁵ USARSKI, Frank – “História da Ciência da Religião”. in PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank – *Compêndio da Ciência da Religião*. São Paulo: Paulus/Paulinas, 2013, pp. 51-61.

⁶ PEARSON, Mike Parker – *Archaeology of death and burial*. Texas: Texas University Press, 1999.

⁷ KALOFF, Linda – *Looking at Animals in Human History*. London: Reaktion Books, 2007.

⁸ DEMELLO, Margo – *Animals and Society: an introduction to Human-Animal Studies*. New York: Columbia University Press, 2012.

Scandinavian Religion), os quais são conceitos acadêmicos para se referir ao conjunto de crenças nativas da Escandinávia que existiram durante a Antiguidade e o Medievo, antes de serem assimiladas e proibidas pelo Cristianismo, algo que teve início no século XI.

Nesse sentido, a Religião Nórdica Antiga tratava-se de uma religião de caráter politeísta, cotidiano, rural, fatalista, com aspectos xamânicos e mágicos, baseados principalmente em diferentes formas de cultos e ritos, o que envolvia sacrifícios de animais e até de humanos, para agradar ou pedir algo aos deuses. Não era uma religião institucionalizada, tampouco possuía dogma ou doutrinas reveladas por algum deus. Não existiam livros ou escritos com preceitos, ensinamentos ou normas. Foi uma religião que apresentava mudanças regionais, o que afetava a importância atribuída às divindades, e a forma como os cultos e ritos eram realizados⁹.

Por se tratar de uma religião sem textos sagrados e religiosos, mas por possuir uma rica iconografia, optamos em utilizar essas fontes iconográficas, algo que Sérgio da Mata assinalou que no estudo histórico das religiões, o historiador deva procurar estudar fontes que expressem as noções de sagrado, divino, profano, religioso, etc. como exemplo, os templos, os espaços de rito, culto, sacralidade e a própria iconografia. Tal condição é importante, pois o uso de imagens teve como função ser objeto de devoção, meio de persuasão ou de transmitir informação¹⁰.

Diante dessas prerrogativas, nós decidimos estudar a Religião Nórdica Antiga a partir de seu simbolismo animal, o qual é vasto, sendo encontrado na literatura, na linguagem, na iconografia, costumes e crenças¹¹. E, por que seria relevante estudar o simbolismo da serpente para compreender essa religião? Sabemos que nos mitos esses animais possuem uma presença recorrente em determinadas narrativas contidas nas *Eddas*, mas o que se conhece do simbolismo ofídico fora dos mitos?

⁹ LANGER, Johni – “Vikings”. in FUNARI, Pedro Paulo (org.) – *As religiões que o mundo esqueceu*. São Paulo: Contexto, 2009, pp. 130-143.

¹⁰ MATA, Sérgio da – *História & Religião*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

¹¹ JENNBERT, Kristina – *Animals and humans: recurrent symbiosis in archaeology and Old Norse religion*. Lund: Nordic Academy Press, 2011 (Vägar Till Midgård, 14).

Na cultura material e visual na Escandinávia da Idade do Bronze Nórdica (1500-500 a.C.) até a Era Viking (sécs. VIII-XI), a presença de serpentes foi recorrente em pinturas, entalhes, gravações em objetos, e dentro dessa diversidade de fontes materiais, escolhemos trabalhar com dois tipos de monumentos. Os *hogbacks* e as pedras rúnicas.

Os *hogbacks*¹² consistem em blocos de pedra com gravuras de animais, pessoas, signos, símbolos e ornamentação, construídos ao longo do século X e começo do XI, na Inglaterra e sul da Escócia, possuindo diferentes tipos de estilos (**Fig. 1**). Consistindo em monumentos que homenajariam os vivos e os mortos, sendo fruto do período hiberno nórdico ou anglo-escandinavo, resultado da ocupação escandinava principalmente de origem dinamarquesa e norueguesa, em grande parte do atual território inglês, no que ficou conhecido como Danelaw¹³.

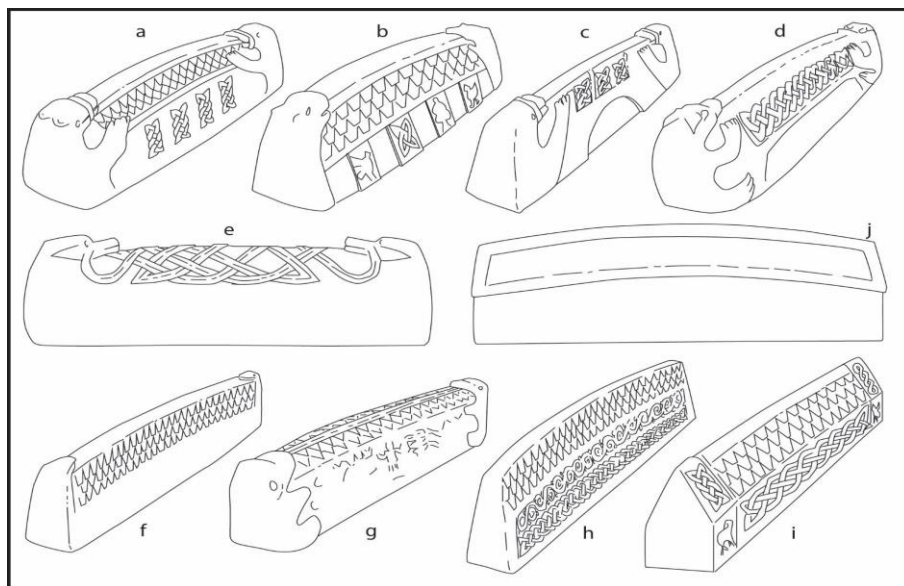


Fig. 1 - Os estilos de *hogback*, segundo James T. Lang.

Fonte: WILLIAMS, Howard - “Hogbacks: the materiality of solid spaces” ..., p. 242.

¹² Sobre os hogbacks, conferir os estudos de: LANG, James T - “Hogback monuments in Scotland”. in *Proceedings of the Society of Antiquaries of Scotland*, n. 105, 1972, pp. 206-235. WILLIAMS, Howard - “Hogbacks: the materiality of solid spaces”. in WILLIAMS, Howard; KIRTON, J; GONDEK, M (eds.) - *Early Medieval Stone Monuments: materiality, biography, landscape*. Woodbridge: Boydell and Brewer, 2015, pp. 241-268.

¹³ O Danelaw (lei dos daneses) foi um termo de origem inglesa, surgido no século XI, para denominar os territórios anglo-saxões da Nórumbria, Mércia e Anglia Oriental, ocupados por reis e chefes nórdicos, principalmente de origem dinamarquesa e norueguesa. O Danelaw foi uma região de fronteiras móveis e governado por vários governantes, sendo ocupado entre 867 e 954, quando entrou em declínio. No entanto, décadas depois, o rei Sueno I da Dinamarca, nos anos 1000, voltou a conquistar terras na Inglaterra, recuperando o controle nórdico.

Quanto as pedras rúnicas (*runestones*), essas consistem em monumentos oriundos de influência germano-romana, surgidos na Suécia do século V, e foram erguidos até o século XII. São pedras que inicialmente continham essencialmente apenas palavras escritas em runas do antigo *futhark*, posteriormente no século X, passou-se a usar o novo *futhark* e imagens de animais, pessoas, signos, símbolos e motivos ornamentais. Tais monumentos foram erigidos para fins memorialistas, principalmente para se honrar a memória dos mortos, algo bastante evidenciado ao longo do século XI, período no qual esse tipo de monumento proliferou na Escandinávia, principalmente na Suécia¹⁴.

Apesar de os *hogbacks* e as pedras rúnicas possuírem imagens de pessoas, animais, embarcações, escudos, armas, seres mitológicos, símbolos e signos, ainda assim, nesses dois tipos de monumentos foram detectados a presença de serpentes, e isso nos chamou a atenção, principalmente no caso das pedras rúnicas suecas, onde existem centenas de imagens destes animais, reflexo inclusive da arte nórdica, a qual fazia bastante uso de figuras animais para fins de decoração.

Lotte Hedeager¹⁵ e Bo Jensen¹⁶ salientam que a imagem de serpentes consista em um dos animais mais comuns presentes na arte escandinava da Antiguidade ao Medievo, suscitando várias interpretações do porquê essa criatura ser tão marcante entre os motivos artísticos. Apesar dessas várias indagações quanto aos significados que este animal apresentaria, ainda assim, não se tem certeza quanto aos seus sentidos.

David Wilson e Ole Klindt-Jensen sugeriram que as serpentes que formavam círculos em pedras rúnicas pudessem ser referências à serpente Jormungand, que nos mitos mordida a própria cauda, formando um ouroboros, símbolo cheio de significados,

¹⁴ JANSSON, Sven B. F – *Runes in Sweden*. Translation by Peter Foote. 2. ed. Värnamo: Gidlunds/Royal Academy of Letters, History and Antiquities, 1987.

¹⁵ HEDEAGER, Lotte – *Iron Age Myth and Materiality: an archaeology of Scandinavia AD 400-1000*. London: Routledge, 2011.

¹⁶ JENSEN, Bo – “Chronospecificities: period-specific ideas about animals in Viking Age Scandinavian Culture”. *Society & Animals* 21 (2013), pp. 208-221.

incluindo sentidos religiosos¹⁷. Signe Fuglesang cogitava que a serpente teria surgido como uma ornamentação, mas com o tempo ganhou valores simbólicos possivelmente associados com motivos religiosos e políticos. E nesse caso, a autora sugere possível influências cristãs para isso¹⁸.

Já Gro Mandt¹⁹ assinalava que as serpentes possuiriam um valor simbólico de nível social, econômico e religioso na cultura nórdica, apresentando inclusive ligação com a morte e a proteção, dois elementos que abordamos nesta tese. Brunning acredita que serpentes teriam um papel apotropaico, por isso aparecer em monumentos, armas, joias e outros tipos de objetos, partindo da analogia de que aquele animal perigoso, espantaria ameaças²⁰.

Alain Marez apontou que deveria haver algum simbolismo para a presença daqueles animais nas pedras rúnicas. Embora o autor sugira que a serpente possa ser uma evolução das linhas de runas contidas em pedras mais antigas, ainda assim, ele não desconsidera a possibilidade de haver outros fins para além do motivo ornamental²¹. Victoria Thompson em seu estudo sobre hogbacks, destacou que a presença de serpentes em alguns desses monumentos poderia ter uma concepção religiosa, talvez de caráter fúnebre²². Robert Bailey e Rosemary Cramp assinalaram que serpentes eram representadas comumente na arte anglo-saxã para concepções distintas, incluindo valores religiosos²³. Charlotte Ball comenta que na cultura

¹⁷ WILSON, David M; KLINDT-JENSEN, Ole – *Viking Art*. New York: Cornell University Press, 1966. Apesar de ser um livro referência no estudo artístico sobre a arte viking, o livro já apresenta algumas interpretações desatualizadas, sobretudo referente a alguns tipos de símbolos.

¹⁸ FUGLESANG, Signe Horn – “Swedish Runestones of the Eleventh Century: Ornament and Dating”. in NOWAK, Sean; DÜWEL, Klaus (eds.) – *Runeninschriften als Quellen interdisziplinärer Forschung Unauthenticated*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 1998, pp. 197-218.

¹⁹ MANDT, Gro – “Fragments of Ancient Beliefs: The Snake as a Multivocal Symbol in Nordic Symbolism”. *ReVision* 23/1 (2000), pp. 17-23.

²⁰ BRUNNING, Sue – “(Swinger of) the Serpente of Wounds’: swords and snakes in the Viking Mind”. in BINTLEY, Michael D. J; WILLIAMS, Thomas J. T (eds.) – *Representing beasts in early Medieval England and Scandinavia*. Anglo-Saxon Studies 29. Woodbridge: The Boydell Press, 2015, pp. 53-70.

²¹ MAREZ, Alain – *Anthologie Runique*. Paris: Les Belles Lettres, 2007 (Classiques du Nord). Apesar de o autor realizar um amplo estudo sobre as pedras rúnicas, ele pouco abordou o simbolismo presente nelas, por isso dizer que talvez não tivessem apenas um sentido ornamental.

²² THOMPSON, Victoria – *Dying and Death in Later Anglo-saxon glanden*. Woodbridge: The Boydell Press, 2004.

²³ BAILEY, Robert; CRAMP, Rosemary (orgs.) – *The Corpus of Anglo Saxon Stone Sculpture*. Volume II. *Cumberland, Westmorland and Lancashire-North-of-the-Sands*. Oxford: Oxford University Press, 1988. O trabalho dos dois é referência ainda hoje nos estudos sobre *hogbacks* e outros monumentos de

anglo-saxã, dentro dos campos da Literatura, pintura e escultura, serpentes são bastante comuns e possuem significados distintos, o que inclui sentidos religiosos²⁴.

Para conceder embasamento a essa indagação tornou-se necessário recorrer a outras fontes de estudo, oriundas da literatura, como relatos mitológicos e folclóricos, os quais apresentam elementos mágicos e religiosos aos quais as serpentes estavam associadas. Nesse sentido, nossos objetivos secundários requisitaram a necessidade de conhecer alguns dos principais simbolismos atribuídos as serpentes em âmbito geral e especificamente no contexto escandinavo; pensar a serpente como um animal associado a ideias apotropaicas e como tais características poderiam ter se expressado em outros contextos. Assim como objetivamos também realizar uma catalogação, análise e quantificação das serpentes presentes em pedras rúnicas da Suécia. Com isso essa tese foi estruturada da seguinte forma:

No primeiro capítulo intitulado “O Simbolismo da Serpente”, apresentamos os conceitos sobre símbolo, imagem e alguns teóricos para se estudar a cultura visual, dentre os quais Michel Pastoureau, Clifford Geertz e Umberto Eco²⁵. Em seguida esboçou-se alguns dos principais simbolismos associados às serpentes no âmbito europeu, destacando a associação desse réptil com a vida e morte, cura e doença, proteção e ameaça, fecundidade e fertilidade, características essas que também estavam presentes na cultura nórdica da Era Viking. E com base nessas características, citamos varios exemplos contidos na *Edda Poética* (séc. XIII), *Edda*

pedra anglo-saxão. Entretanto, algumas interpretações simbólicas já estão defasadas ou são postas em contestação.

²⁴ BALL, Charlotte Elizabeth – ‘A creeping thing’: the motif of the Serpent in Anglo-Saxon England. Leicester: University of Leicester, 2017. Tese de Doutorado. Dentre algumas conclusões apresentadas pela autora estão de que as serpentes nesse contexto significariam: perigo, medo, provação, morte, doença, cura, pecado, tentação, etc. A autora observou influências pagãs e cristãs nos simbolismos dados a serpente.

²⁵ Sobre o conceito de símbolo, utilizamos os seguintes autores: PASTOUREAU, Michel – “Símbolo”. in LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (orgs.) – *Dicionário temático do Ocidente medieval*. São Paulo: EDUSC, 2002, pp. 485–510. GEERTZ, Clifford – *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008. ECO, Umberto – *Arte e Beleza na estética medieval*. Tradução de Mário Sabino. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010.

em *Prosa* (séc. XIII), em algumas sagas, além de relatos presentes em crônicas como o *Gesta Danorum* (séc. XII) e outros manuscritos²⁶.

Mas além do uso de fontes escritas, também recorreremos a cultura visual, apresentando fotografias de petróglifos, pedras gravadas de Gotland, broches, amuletos, monumentos etc. os quais contêm imagens ofídicas. E para encerrar este capítulo abordamos o mito da serpente do lar (*tomt orm*), crença que existiu entre vários povos do mundo, mas que se difundiu em partes da Suécia, e que poderia ter tido alguma relação com a grande presença de serpentes em pedras rúnicas, pois nessa crença, tais animais agiriam para fins de proteção, boa sorte, fertilidade e fecundidade²⁷.

No segundo capítulo, intitulado “O Simbolismo ofídico nos *Hogbacks*”, analisamos nossa primeira fonte de estudo advinda da cultura material, contextualizando historicamente a época em que esses monumentos foram erguidos, além de embasar teórica-metodologicamente com estudiosos da História cultural, da Cultura visual e da Arqueologia. Nesse sentido, utilizamos o método de Panofsky²⁸ para realizar a análise das imagens, mas recorrendo também a comentários de outros estudiosos como Burke, Mitchell, Joly e Schmitt²⁹. E complementando o método panofskyano recorreremos ao método arqueológico de Renfrew³⁰, pela condição de que analisamos

²⁶ A *Edda Poética* e a *Edda em Prosa* são as principais fontes sobre a mitologia nórdica, tendo sido escritas no século XIII, na Islândia. Em língua portuguesa não há traduções integrais e diretas da língua original. Com isso, utilizamos edições em língua espanhola, especialmente as de Luís Lerate, e em língua inglesa utilizamos a edição da *Poetic Edda* de Carolyne Larrington e a *Uppsala Edda* de Anthony Faulkes. Já as sagas há algumas traduzidas para o português e publicadas no Brasil. Quanto ao *Gesta Danorum*, também não existe uma tradução para o português, então recorreremos a tradução inglesa de Peter Fisher.

²⁷ LECOUTEUX, Claude – *The tradition of household spirits: ancestral lore and practices*. Translated by Jon E. Graham. Vermont: Inner Traditions, 2013.

²⁸ Usamos dois livros do autor: PANOFSKY, Erwin – *El significado en las artes visuais*. Madrid: Alianza Editorial, S. A., 1979. E PANOFSKY, Erwin – *Studies in Iconology: humanistic themes in the art of Renaissance*. Colorado: Westview Press, 1972. Embora o método panofskyano seja ainda bastante atualizado, ele já foi criticado por distintos autores, quanto a alguns problemas de aplicação. Por isso utilizamos outros autores para poder solucionar esses problemas metodológicos.

²⁹ Outros autores que estudam imagem, arte, iconografia, os quais recorreremos nesta tese, foram: BURKE, Peter – *Testemunha ocular: história e imagem*. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru: EDUSC, 2004 (Coleção História), JOLY, Martine – *Introdução à análise da imagem*. Lisboa: Edições 70, 2007, MITCHELL, William J. T – *What do pictures want? The lives and the loves images*. Chicago: Chicago University Press, 2005. SCHMITT, Jean-Claude – *O corpo das imagens: ensaios sobre a cultura visual na Idade Média*. Tradução de José Rivair Macedo. Bauru: EDUSC, 2007.

³⁰ RENFREW, Colin; BAHN, Paul – *Archaeology, theories, methods, and practices*. 6. ed. London: Thames e Hudson, 2012.

não apenas imagens, mas os monumentos nas quais elas se encontram presentes (Fig. 2).



Fig. 2 – Detalhe do *hogback* Gosforth 05, apresentando duas pessoas abraçadas a serpentes. Igreja de Santa Maria em Gosforth, Inglaterra, séc. X. Esse foi um dos *hogbacks* analisados na tese. Fonte: <http://www.ascorpus.ac.uk/catindex.php>.

No terceiro capítulo, intitulado “Pedras Rúnicas Suecas”, realizamos uma breve introdução sobre esse tipo de monumento. Em seguida através de um procedimento quantitativo, identificamos em cada província sueca a quantidade de pedras rúnicas contendo imagens de serpentes. Nessa seção apresentamos comentários gerais sobre 14 províncias durante a Era Viking, contextualizando o período histórico de surgimento destes monumentos, complementando tais dados com 16 gráficos por nós elaborados, os quais quantificaram mais de 1.500 pedras rúnicas analisadas. Salientando que na Suécia a estimativa é que se conheçam 2.500 exemplares desses monumentos, o que significa que mais da metade possui serpentes. Dado que corrobora como este animal foi um tema comum e importante naquela cultura. Neste capítulo realizamos um dos objetivos secundários que foi quantificar as pedras rúnicas com serpentes.

Por fim, no último capítulo da tese, intitulado “O simbolismo ofídico em pedras rúnicas”, realizamos a segunda parte do nosso objetivo geral, dessa vez elencando algumas pedras rúnicas pelas quais analisamos o simbolismo da serpente (Fig. 3).

Neste caso, essa análise foi dividida em dois momentos: num primeiro que abarca o início do capítulo, objetivamos analisar as formas geométricas das serpentes rúnicas a fim de identificar modelos e estilos, e a possibilidade de que tais formas poderiam conter sentidos simbólicos também. Aqui recorremos a conceito de *schemata* de Gombrich para interpretar esses dados³¹.



**Fig. 3 – A pedra rúnica U 279, classificada no estilo Pr4 (1070-1100). Uppland, Suécia. Esse monumento foi um dos exemplares analisado na tese.
Fonte: <https://www.schleugerhard.com/>.**

Já na segunda parte do capítulo realizamos análises específicas do simbolismo da serpente em alguns estudos de caso, trabalhando com exemplos de cada um dos estilos de serpente rúnica existentes de acordo com a classificação de Gräslund, a qual definiu que tal elemento iconográfico passou por seis estilos (B-e-v, Pr1, Pr2, Pr3, Pr4 e Pr5) entre os anos 1000 e 1150. Nesse ponto, optamos em analisar cada um destes estilos por eles conterem elementos simbólicos particulares como a

³¹ GOMBRICH, Ernst H – *Arte e Ilusão*. Tradução de Raul de Sá Barbosa. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

presença de círculos, nós, anéis, espirais, além de retratar em alguns casos, serpentes com chifres, orelhas, patas e asas³².

Ao longo de 272 páginas, 51 imagens, 16 gráficos e 2 tabelas, realizamos as análises dos *hogbacks* e das pedras rúnicas, e a pesquisa alcançou resultados positivos, interessantes e alguns até inicialmente não considerados nas primeiras hipóteses, ainda nos idos da investigação. Dessa forma, podemos confirmar a existência de significados religiosos presentes no simbolismo da serpente na Era Viking, algo inclusive adotado por nórdicos cristianizados, condição bem visível no contexto das pedras rúnicas, onde nestes monumentos encontram-se a presença de símbolos cristãos como a cruz e a árvore da vida, além de menções ao nome de Deus, Maria, Jesus, e de alguns santos e anjos, os quais aparecem em epitáfios, sendo solicitado que estes protegessem a alma do falecido. Por tal aspecto, observa-se que a serpente necessariamente não seria associada nesse contexto com a figura do Diabo.

Nesse ponto, além de confirmar um simbolismo religioso associado a serpente, se fez necessário determinar quais aspectos religiosos seriam esses. Dentre as conclusões alcançadas, estão que a serpente estaria associada a vida, a morte, a ressurreição (no caso dos cristãos) e a proteção. E como sublinhado anteriormente, a crença na serpente do lar já atribuíra essa função para esse animal, além de que o uso de cobras para proteger lugares da vida ou da morte, é encontrada entre outros povos. E no caso dos nórdicos da Era Viking, tal condição também foi observada por nós.

Nesse sentido, as serpentes surgiram nestes monumentos, principalmente nas pedras rúnicas, atuando como símbolos apotropaicos, partindo do pensamento analógico medieval³³, no qual se usaria símbolos para se espantar ameaças, com

³² GRÄSLUND, Anne-Sofie – “Dating the Swedish Viking-Age rune stones on stylistic grounds”. in STOKLUND, Marie; *et. al.* (eds.) – *Runes and their Secret. Studys in Runology*. Copenhagen: Museum Tusculanum Press, 2006, pp. 117-139.

³³ Sobre o pensamento analógico medieval, recomendamos a leitura destes dois artigos: FRANCO JÚNIOR, Hilário – “Modelo e Imagem. O pensamento analógico medieval”. *Bulletin du Centre d’Études Médiévales d’Auxerre | BUCEMA 2* (2008), pp. 1-29. FRANCO JÚNIOR, Hilário – “*Similibus simile cognoscitur*. O pensamento analógico medieval”. *Medievalista on-line* [Em linha] 14 (jul/dez 2013) [Consultado a 10 julho 2020]. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt/index.php/medievalista/article/view/248/237>.

isso, uma serpente que evoca a ideia de ameaça, seria usada para se espantar outras ameaças. Por tal condição elas agiriam como “guardiãs dos mortos”, agindo de alguma forma para manter afastado perigos que pudessem causar algum problema a alma do falecido, interrompendo sua viagem aos mundos dos mortos, ou deixando-o aprisionado no mundo dos vivos. Sobre isso, constatou-se também que as pedras rúnicas segundo alguns estudiosos, teriam uma função de auxiliar as almas a encontrar seu destino, agindo como “pontes” ou “caminhos”, e as serpentes seriam as responsáveis por vigiar tais estradas.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

OLIVEIRA, Leandro Vilar – “*A guardiã dos mortos: um estudo do simbolismo religioso da serpente em monumentos da Era Viking (sécs. VIII-XI)*”. Tese de Doutorado em Ciências das Religiões, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões (PPGCR), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em junho de 2020. Orientação do Prof. Dr. Johnni Langer”. *Medievalista* 30 (Julho – Dezembro 2021), pp. 351-364. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



***The door of the caliph in the Umayyad al-Andalus:
from the conceptualization to the articulation of
ceremonial (10th-11th centuries). Doctoral thesis in
History presented at the University of Lisbon in 15th July,
2020. Supervised by Professor Hermenegildo Fernandes
and Professor Hugh Kennedy****

Elsa Fernandes Cardoso

Universität Hamburg
RomanIslam – Center for Comparative Empire and Transcultural Studies
20146 Hamburg, Germany

elsa.fc@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-3319-3745>

Data recepção do artigo / Received for publication: 28 de Fevereiro de 2020

* This thesis was funded by the Portuguese public agency for science Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), with a Ph.D. grant (ref.: PD/BD/113904/2015), under the doctoral program PIUDHist - Programa Inter-universitário de Doutoramento em História.

I would like to thank Prof. Dr. Sabine Panzram, director of the RomanIslam – Center for Comparative Empire and Transcultural Studies (Universität Hamburg), whose support made possible the completion and defense of my Ph.D.



The main purpose of the dissertation is the conceptualization of the *court*, palace and ruler of the Umayyad Caliphate of al-Andalus (929-1031). The Western terminology still plays a normative role in the representation of *foreign courts*, determining concepts that fit poorly into chronologies and traditions with their own dynamics, hierarchies and specificities, which is the case of the Muslim *courts*. Far from being the paradigm of court society, the Western court model consists of a case amongst many. Not complying with the Western model and terminology does not mean we are not before a real *court* society, as in fact the medieval Muslim *court* model testifies. Such model is discussed in the light of a *courtly* common language to the Mediterranean and Eastern societies of the tenth and eleventh centuries.

The strong conceptualization of the Umayyad *court* of Cordoba was further highlighted through the articulation of the ceremonial, as the *mise-en-scène* of such conceptualization and legitimacy, expressed by gestures, caliphal insignia and hierarchies, which was understood by the Mediterranean and Eastern paradigm of *court* and ceremonial. Thus, both the conceptualization and the articulation of the ceremonial of Cordoba are discussed, through the comprehensive survey of primary Andalusi sources. The dissertation further considers a preliminary comparative approach, developed on examples contained in selected primary sources, but mainly through the resort to secondary literature on the Umayyad Caliphate of Damascus, the 'Abbasid and Fatimid Caliphates, and the Byzantine Empire.

Sources elaborate a specific terminology for the medieval Muslim *court* societies and, in the specific case of the Umayyad Caliphate of al-Andalus, the research carried out for the dissertation established that the *court* is usually enunciated as *Bāb Suddat al-Khalīfa* ("The door of the *Sudda* of the caliph") – a reference to the symbology associated to the main city gate of Cordoba – or simply as *Bāb*. *Bāb Suddat al-Khalīfa* appears to be the most emblematic concept to name the Umayyad palace, its society, the access and submission towards the caliph, which is additionally interpreted in the thesis in the framework of the performance of ceremonial, the language and terminology used in such ceremonies, as well as

within the Byzantine and Persian traditions, that overrun the concepts idealized for Western court societies.

Thus, the study of the Umayyad caliphal *court* of al-Andalus, the analysis of its concepts and symbology, as well as the articulation of its ceremonial are the subject of the dissertation. The tenth century unlocks a privileged era for the articulation of the Umayyad ceremonial and *court* ritual within the political framework of the Mediterranean. Cordoba institutionalizes a ritualized ceremonial as a result of the political strength of the dynasty, but also as a way to display a theatre of power. Such articulation cannot be explained without geographical and chronological contextualization. Chronologically, this research covers the period of the sovereignties of the first Umayyad caliph of al-Andalus, ‘Abd al-Raḥmān III (r. 912-961), and of his son and heir, al-Ḥakam II (r. 961-976). The choice of such chronology is not by chance. ‘Abd al-Raḥmān III’s rise to power marks the institutionalization of the *court* and of a standardized ceremonial which coincides with the declaration of the Umayyad Caliphate of al-Andalus in 929. As noted by Miquel Barceló, ceremonial developed around the “evanescent caliph” was not the result of a mere ideological requirement, but rather the requirement was the result of a strong political power based on the thorough collection of taxes, which gave rise to a wide state bureaucracy, allowing the caliph to become an unattainable and invisible figure, though symbolically present at all times in his palace-city complex¹. The information recorded on rituals under the rule of al-Ḥakam II allows not only the development of the research on *court* studies and ceremonial, as it also evidences a strong complexification of ceremonies and ritual, in comparison with the rule of ‘Abd al-Raḥmān III. The death of al-Ḥakam II marked the end of a stable *de facto* power of the Umayyad caliphs of al-Andalus. His son and heir Hishām II (r. 976-1009, 1010-1013) ascended to the throne when he was only eleven years old, becoming a puppet caliph under the *de facto* rule of the ‘Amirid dynasty, first under the tutelage of the *ḥājib* (chamberlain) Muḥammad b. Abī ‘Āmir al-Manṣūr (d. 1002), and then of his sons ‘Abd al-Malik al-Muẓaffar (r. 1002-1008) and ‘Abd al-Raḥmān

¹ BARCELÓ, Miquel – “El Califa Patente: el ceremonial omeya de Córdoba o la escenificación del poder”. in *El sol que salió por Occidente. Estudios sobre el Estado omeya en al-Andalus*. Valencia: Universitat de València, 2010, pp. 151-169, 153-154.

Nāṣir al-Dawla al-Ma'mūn (r. 1009-1009), better known as Sanchuelo, as his mother, 'Abda or Urraca, was the daughter of Sancho Garcés II of Pamplona (r. 970-994). After Sanchuelo made Hishām II name him his heir and successor of the caliphate in al-Andalus, such pretension of dismissing the Umayyad lineage triggered not only the assassination of the *ḥājib* in 1009, as well as gave place to a troubled period which saw the succession of several Umayyad suitors for the seat of the caliphate, thus finally culminating in the end of the Umayyad power of al-Andalus in 1031 and the beginning of the rule of the *mulūk al-ṭawā'if* (sing. *ṭā'ifa*, faction), commonly known as the *ṭā'ifa* kingdoms. Thus, taking in mind the sources available and the historical and political context, the dissertation focuses on the sovereignties of both the first and the second caliphs of Cordoba, resorting however to other examples of rituals, ceremonies and insignia of the Umayyad 'Amirate and the 'Amirid period.

Being the court the central core of the thesis, first the research aims at studying the conceptualization of the Umayyad Andalusī caliphal *court* and its caliph. How do the sources name and define the concept of *court* and ruler? How were these concepts described and understood by the Umayyad Caliphate of al-Andalus? To which situations were these concepts associated to? What was the meaning and symbology of such concepts? As stated before, for interpreting and analysing such concepts, I resorted in some cases to a preliminary comparative approach, with other *court* models: the Umayyad Caliphate of Damascus, the 'Abbasid and Fatimid Caliphates and the Byzantine Empire. While Court Studies is a well-developed field, especially for the modern period, that is not the case for the study of Muslim *medieval courts*, for which case even the concept of *court* (or *medieval*) is not applicable. Albrecht Fuess and Jan-Peter Hartung have pointed out that after the work of Norbert Elias² on Louis XIV's court, which triggered a constant academic production on European court societies, several questions still remain to be answered. As for Muslim *court* societies the problem is more serious, according to the same authors, since the

² The book published only in 1969, under the title *Die höfische Gesellschaft* ("The court society"), had been originally submitted in 1933 as Elias' habilitation thesis at Heidelberg, but was never accepted due to its author's Jewish heritage. ELIAS, Norbert – *Die höfische Gesellschaft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1969; ELIAS, Norbert – *The court society*. Trans. Edmund Jephcott. New York: Pantheon Books, 1983. See also EL CHEIKH, Nadia Maria – "Court and courtiers. A preliminary investigation of 'Abbasid terminology". in FUESS, Albrecht; HARTUNG, Jan-Peter (Ed.) – *Court Cultures in the Muslim World. Seventh to nineteenth centuries*. New York: Routledge, 2011, pp. 80-90.

existing fragmentary case studies prevail on a “basic research”, a situation they believe demands comparative perspectives “which recognize the specificity of the Muslim context”³. For Nadia Maria El Cheikh, “the court was roused from its historiographical somnolence mostly through the efforts of Norbert Elias whose “epoch-making studies restored the relevance and legitimacy of the court as a theme of research”. However, she also alerts to the “problem of definition,” related to the specificities of each case study, which for her explains partially the almost inexistence of *court* studies for some Islamic chronologies⁴. Thus, the fundamental work of Elias is partially responsible for the association of the French model to a court society prototype, producing an archetypal imaginary around the concept of “roi soleil,” which resulted furthermore from the proliferation of studies on European courts and the perception of the seventeenth century French court society as its paradigm. Although it was not the intention of Elias to demonstrate that the French court was the ultimate and the first court to be developed into an actual society, the result was that its approach – as the court was for the first time thought as a society – turned instead the French court society as unmatched in the eyes of the public. This is the starting point of the dissertation, as it is discussed in the chapter concerning the concepts. Despite the problems of definition – as pointed out by El Cheikh when addressing the ‘Abbasid *court* and *courtiers*⁵ – and for practical purposes, the word *court* is used throughout the dissertation, however in italic, as we are facing a Latin terminology, bearing thus a specific Western conceptualization.

Secondly, the dissertation aims at understanding the development and articulation of ritual and ceremonial language of the *court*. How were the ceremonies and rituals performed and understood? To whom were they addressed and what was their meaning? For this purpose, the second part of the dissertation is dedicated to the analysis of a selected set of Umayyad Andalusí ceremonies, addressed in a

³ FUESS, Albrecht and HARTUNG, Jan-Peter – “Introduction”. in FUESS, Albrecht; HARTUNG, Jan-Peter (Ed.) – *Court Cultures in the Muslim World. Seventh to nineteenth centuries*. New York: Routledge, 2011, p. 2.

⁴ EL CHEIKH, Nadia Maria – “Court and courtiers. A preliminary investigation of ‘Abbasid terminology”, ... p. 80.

⁵ EL CHEIKH, Nadia Maria – “Court and courtiers. A preliminary investigation of ‘Abbasid terminology”, ... p. 80.

comparative perspective. Keeping in mind that the subject of this research is the Umayyad Caliphate of al-Andalus, and due to the imposing time constraints of the research, the comparative approach must be understood as introductory of a research on comparative Islamic medieval Court Studies which will be developed during the postdoctoral phase⁶.

The dissertation is composed by two parts. The first part comprises the introduction to the sources used for this research and the state of the art, discussing the approach on *court*, ritual and ceremonial of the works concerning such issues, for the time and space framework elected. Regarding the typology of the sources, the codification of court and ceremonial underwent during this time is witnessed by tenth and eleventh centuries historians who wrote manuals on rules of attendance, such as the Byzantine *Book of Ceremonies* of Emperor Constantine VII (905-959), the ‘Abbasid *Rules of the House of the Caliphate* by Hilāl al-Şābī’ (969-1056) or the Fatimid *Book of Etiquette necessary for the followers of the Imam* by Qādī al-Nu’mān (d. 974)⁷. Although a similar manual is unknown for the Umayyad Caliphate, descriptions of ceremonies kept mainly on Arabic historical accounts with narrative and compilation features, in the form of *akhbār* (sing. *khbar*, news, report), are likely to be analysed for the reconstruction of such ceremonial and protocol models. That is the case of the main source for the history of the Western Umayyad Caliphate, the surviving fragments of the *Kitāb al-Muqtabis fī ta’rīkh rijāl al-Andalus*, by Ibn Ḥayyān al-Qurṭūbī (987-1076), which are compiled through pre-existent sources, especially the *Akhbār mulūk al-Andalus* by Aḥmad b. Muḥammad al-Rāzī (d. 955) and his son ‘Isā b. Aḥmad al-Rāzī (m. 980), historians of the Umayyad court⁸.

⁶ I am currently developing this line of research in a comparative postdoctoral research, titled “Contested Ceremonies in al-Andalus: Religion and Imperial Ritual between Late Antiquity and Early Islam” at the RomanIslam – Center for Comparative Empire and Transcultural Studies (Universität Hamburg), funded by the Deutsche Forschungsgemeinschaft (German Research Foundation, DFG).

⁷ CONSTANTINE VII PORPHYROGENNETOS – *De Ceremoniis. The Book of Ceremonies*. Ed. and trans. Ann Moffat and Maxeme Tall. Vols. 1 and 2. Canberra: Australian Association for Byzantine Studies, 2012; HILĀL AL-ŞĀBĪ’ – *Rusūm Dār al-Khilāfa. The Etiquette, Protocol and Diplomacy of the ‘Abbasid Caliphate in Baghdād*. Ed. Mīkhā’il ‘Awād. Baghdad: al-‘Ānī Press, 1964; HILĀL AL-ŞĀBĪ’ – *Rusūm Dār al-Khilāfa. The Rules and Regulations of the ‘Abbasid Court*. Trans. Elie A. Salem. Beirut: American University of Beirut, 1977. Will be cited as HILĀL AL-ŞĀBĪ’ – *Rusūm Dār al-Khilāfa trans.*; QĀDĪ AL-NU’MĀN – *Kitāb al-himma fī ādāb atbā’al-a’imma*. Ed. Muḥammad Kāmil Ḥusayn. Cairo: Dār al-Fikr al-‘Arabī, 1948.

⁸ IBN ḤAYYĀN – *Al-Muqtabas li-Ibn Ḥayyān al-Qurṭubī (al-juz’ al-khāmis)*. *Al-Muqtabas (V)*. Ed. Pedro Chalmeta, Federico Corriente and Maḥmūd Şubḥ. Madrid/Rabat: Instituto Hispano Árabe de Cultura,

The *quorum* of the first part concerns the conceptualization of the *court* of the Umayyads of Cordoba. An introductory part of the chapter of the concepts aims at discussing the general interpretations on the *court*, adopting an essayistic and critical approach on the contemporary Western views of the court, and especially the *oriental court*, allowing for that purpose examples on art, music and literature, relevant to discuss the change in time of the concept of court. Assuming such changes and prejudices pertaining to the court, and especially the *oriental court*, this introductory subchapter is followed by another which stances the definition of the court in historiographical studies addressing the Muslim *courts* as well as the fundamental studies which allowed the development of this research and served as a methodological approach for this dissertation.

The chapter is then divided into three main parts, which have been the result of the survey of sources concerning the Umayyad Caliphate of al-Andalus. The first, under the title “The Umayyad Caliph: a Sun-Caliph?” is the product of the conceptualization of the caliphal *court* of Cordoba centralized in the figure of the caliph, evoking astronomical metaphors to refer to the sovereign, especially in the panegyric poetry transmitted in historical compilation sources. Furthermore, being the ceremonial, together with the *court*, the main theme of the dissertation, it was always the figure of the caliph who was the centre of the performance of ceremonial, even when he was not present, displaying for that purpose insignia which remitted to the image of the ruler. As mentioned above, the development of the field of Court Studies for Western societies has contributed to the general association of the court with a European court model, especially defining Versailles as a prototype. This is not saying that Court Studies developed for Western societies created such image, but rather that the prolifically production on such court societies resulted in the general (and sometimes even academic) imagery around the French court society and its ruler. However, the imagery paved around Louis XIV as the “roi-soleil” was certainly

Faculté des Lettres, 1979. Will be cited as MQ-V; IBN ḤAYYĀN – *Crónica del Califa ‘Abdarraman III an-Nasir entre los años 912 y 942 (al-Muqtabis V)*. Trans. Maria Jesús Viguera and Federico Corriente. Zaragoza: Anubar Ediciones, Instituto Hispano-Arabe de Cultura, 1981). Will be cited as MQ-V trans.; IBN ḤAYYĀN – *Al-Muqtabis fī akhbār balad al-Andalus*. Ed. ‘Abd al-Raḥmān ‘Alī al-Ḥajjī. Beirut: Dār al-Thaqāfa, 1965. Will be cited as MQ-VII; IBN ḤAYYĀN – *Anales Palatinos del Califa de Córdoba al-Hakam II, por ‘Isa Ibn Ahmad al-Razi*. Trans. Emílio García Gómez. Madrid: Sociedad de Estudios y Publicaciones, 1967. Will be cited as MQ-VII trans.

not an original idea, which was already a reality for Ancient societies, a metaphor inherited by the Islamic Empire after the conquests. For instance, the Umayyad caliph of al-Andalus was described as a “rising sun” (*shams^{an} ṭāli‘at^{an}*)⁹, as well as “a sun of the caliphate” (*shams khilāfatⁱⁿ*) in panegyric poetry.¹⁰ According to the poem, the dynastic legitimacy was granted to the Umayyads of Cordoba in the West and in the East, as they were the inheritors of the true caliphate, through their ancestors, the Umayyad caliphs of Damascus. The poet further mentions in his verses that this “rising sun” would shine in the “two Easts” (*al-mashriqayn*), as well as Syria (*al-Shām*) would rise again to receive the long overdue caliph. As pointed out by Vallejo, the symbology of the two Easts was recalled in the architecture of the palace-city of Madīnat al-Zahrā’, where the *Majlis al-Sharqī* (Eastern Hall) and the *Majlis al-Gharbī* (Western Hall) – facing each other – retained the Umayyad claims both in the East and West, a theatricalization staged when both the caliph and the heir received simultaneously, each on his *majlis*¹¹.

From the adoption of such terminology to refer to the ruler, this subchapter further addresses the official titles and other epithets of the Umayyad caliph, such as *khalīfa* and *amīr al-mu‘minīn*, *imām*¹² or *mahdī*¹³, occurring in letters transmitted by narrative sources or in poetry contained in historical accounts. We should not forget that far from being merely an art form with little official applicability, the panegyric poetry was not only an authentic Arabic institution, as it was moreover part of a *court* ceremonial setting, reflecting thus its official *status*. While the main title to refer to the Umayyad caliph in the official correspondence, especially with the

⁹ MQ-V, 17; MQ-V trans., 23.

¹⁰ MQ-VII, 163; MQ-VII trans., 203.

¹¹ VALLEJO, Antonio – “El Heredero Designado y el Califa. El Occidente y el Oriente en Madīnat al-Zahrā’”. *Mainake* XXXVI (2016), pp. 433-464, p. 445.

¹² For example, when referring to the concealment of the third caliph, Hishām II, by the chamberlain al-Mansūr, al-Maqqarī uses the title *imām*. AL-MAQQARĪ – *Nafḥ al-ṭīb min ghuṣn al-Andalus al-raṭīb wa dhikr wazīri-hā Lisān al-Dīn b al-Khaṭīb*. Ed. R. Dozy, G. Dugat, L. Krehl and W. Wright. Vol. I. Leiden: Brill, 1855, vol 1, p. 264. Will be cited as AL-MAQQARĪ, *Nafḥ al-ṭīb*. Maribel Fierro has already pointed out the use of the title by the Umayyads of Cordoba. See FIERRRO, Maribel – “Sobre la adopción del título califal por ‘Abd al-Raḥmān III’”. *Sharq Al-Andalus: Estudios mudéjares y moriscos* 6 (1989), pp. 33-42, p. 33.

¹³ In a panegyric, the caliph al-Ḥakam II is called “*mahdī* of the Banū Marwān”. See MQ-VII, p. 56; MQ-VII trans., p. 73.

governors of al-Andalus and the North African tributaries, was *amīr al-mu'minīn*¹⁴, the appellation of *khalīfa*¹⁵ appears to be the most common to refer to the caliph when he is mentioned in the accounts, and especially in the *Muqtabis* of Ibn Ḥayyān. Keeping in mind the discussion triggered by the work of Crone and Hinds, the examples shown in the accounts for the Umayyad al-Andalus, as in the East, the title *khalīfa*¹⁶ appears to stand for *khalīfat Allāh* and not *khalīfat rasūl Allāh*. While the concept *khalīfat rasūl Allāh* appears to be inexistent in sources accounting the Umayyad al-Andalus, *khalīfat Allāh* does appear in Ibn Ḥayyān's *Muqtabis*. When one day 'Abd al-Raḥmān III decided to spend the night with his wife and cousin Fāṭima al-Qurayshīyya, Marjān, a concubine of the ruler, congratulated her for such an honour bestowed on her by the *khalīfat Allāh*, as she would be able to spend the night with the *sayyid al-barriyya* (the lord of the universe), in a reference with further eschatological meaning¹⁷.

The concept *sulṭān* is also discussed in this subchapter. Eduardo Manzano has underlined that the term *sulṭān* was not used as a title until the eleventh century, but rather as a reference to the central power, embodied by the caliph, but which surpassed him, such as *'askar al-sulṭān* (army of the *sulṭān*) or *rasūl al-sulṭān* (envoy of the *sulṭān*)¹⁸. However, in some of the references in Ibn Ḥayyān, it appears to be already used as a title and not only a reference to the central power. Perhaps the most evident case is the account of the desertion of the battlefield after the defeat of Simancas in 939, where the caliph – referred to as *al-sulṭān* – is said to have entered

¹⁴ For example, in a letter sent by two family members of the Banū Idrīs, Ibrāhīm and Abū al-'Aysh recognize the Umayyad right to the caliphate – *ma'rifat^{an} bi-l-ḥaqq amīr al-mu'minīn* – acknowledging their heritage to the imamate – *āthār imāmati-hi*. See MQ-V, p. 375; MQ-V trans., p. 281.

¹⁵ Both 'Abd al-Raḥmān III and al-Ḥakam II were commonly referred in sources as *al-khalīfa*. MQ-VII, p. 50; MQ-VII trans., p. 68; MQ.VII, p. 58; MQ-VII trans., p. 76.

¹⁶ The discussion of the meaning of the title *khalīfa* has been the focus of several studies, especially concerning its meaning and use in the aftermath of the death of the Prophet Muḥammad. The most famous of these studies is the one authored by Patricia Crone and Martin Hinds, in which is demonstrated that the title was originally *khalīfat Allāh* and not *khalīfat rasūl Allāh*, as latter tradition stances, and it was used to underline the Umayyad caliphs as both religious and political authorities. Such religious authority would then collapse and became dispersed in the hands of several *ulamā* and, at the same time, the inferring of *khalīfat rasūl Allāh* as the original caliphal title was developed under a historical framework which saw the Umayyads as corrupt and unorthodox caliphs. Please see: CRONE, Patricia and HINDS, Martin – *God's caliph: religious authority in the first centuries of Islam*. London: Cambridge University Press, 1986.

¹⁷ MQ-V, p. 10; MQ-V trans., p. 16.

¹⁸ MANZANO, Eduardo – *La corte del califa. Cuatro años en la Córdoba de los omeyas*. Barcelona: Crítica, 2019, p. 93.

the pit (*al-khandaq*) dug by the Christian army as a trap¹⁹, which might mean that as early as the tenth century, the concept was becoming a title.

The second subchapter discussing the Umayyad terminology is the central part of the conceptualization, under the title “*Bāb Suddat al-Khalīfa* or the *court* of the caliph: an Umayyad Sublime Porte?”, which the doctoral research has shown as the most iconic term to refer to the Umayyad *court* of Cordoba. For example, in March 938, ‘Abd al-Raḥmān III received Muḥammad b. Hāshim al-Tujībī, the governor of Zaragoza, at his capital²⁰. According to the account, Muḥammad al-Tujībī went to “*Bāb Suddat al-Khalīfa*”²¹. *Bāb al-Sudda* was the most important door of Cordoba, as Ibn Ḥayyān even states it himself when accounting the crucifixion and execution of Furtūn b. Muḥammad in the aftermath of the military defeat of Simancas in 939²². There is a clear perception of *Bāb* as the ultimate illustration to the entrance towards the caliphal presence, who embodies the representation of the precinct of the palace and the caliphal administration and bureaucracy, in short what the Western historiography depicts and describes as the *court*. *Bāb Suddat al-Khalīfa* referred thus to the palace, the entourage of the caliph, and the submission towards the ruler, in short, to what we nowadays unjustly understand as the *court of the caliph*.

The terminology was comprehensively surveyed in sources accounting the Umayyad caliphates of ‘Abd al-Raḥmān III and al-Ḥakam II, and the references and examples shown in the subchapter underline the understanding of such terminology which remits, once more to the figure of the caliph, as well as his power, insignia, justice and punishment. The use of the reference of the door as a metaphorical and abstract idea of the palace and the *court* was surely not unknown to Ancient societies, however the term became popularized in the West through the European accounts on the Ottoman *Bāb al-‘Ālī*, which was the representation of the *court* of the sultan, and became known in the West as the *Sublime Porte*.

¹⁹ MQ-V, p. 435; MQ-V trans., pp. 325-326.

²⁰ MQ-V, p. 406; MQ-V trans., p. 303.

²¹ MQ-V, p. 423; MQ-V trans., p. 316.

²² MQ-V, p. 445; MQ-V trans., p. 333.

Furthermore, this subchapter addresses the symbology of the gate or the door in a comparative perspective with previous traditions, also attending to the architecture of the caliphal *courts*, through the archaeological interpretations of the historiography and art history. Moreover, the door is analysed as the public representation of the caliph, as well as the stage for submission, punishing traitors and other sentenced by their faults, usually associated to the breaking of the oath of allegiance. In his thorough study on the meaning and uses of the *Sudda*, Leopoldo Torres Balbás had already noticed the punitive symbology attributed to the door, as it was the stage for the exhibition of the convicted²³. The work of Omayra Herrero on the forgiveness of the sovereign and the places of punishment in al-Andalus had also drawn the attention to the remarks made by historiography on the similarities of the symbolic designation of the *Bāb al-Sudda* of Cordoba with other Medieval and Modern gates and palatine-complexes, further linking the symbolic designation of *Bāb al-Sudda* to the palace and power with its use as the epitome of the exhibition of power, submission and punishment²⁴. Pedro Chalmeta had already pointed out that the *Bāb al-Sudda* of Cordoba was the medieval corresponding of the Ottoman *Bāb al-‘Ālī* or *Sublime Porte*, as well as a designation common to several cultures of the Antiquity and Medieval times²⁵. Lévi-Provençal, when describing the gates of the city of Cordoba, suggests that the word *Sudda* came to name, according to him in “Hispanic-Arabic”, “the ‘court’ of the sovereign”²⁶. However, despite these suggestions on the association of the *Bāb al-Sudda* with the symbolic representation of the *court*, further proof and a thorough survey on sources was much needed, as well as an analysis of the representation of the *court* as the *Bāb al-Sudda*, and the representation of the gate itself as the embodiment of such concept and depiction.

²³ TORRES BALBÁS, Leopoldo – “Bāb al-Sudda y las Zudas de la España Oriental”. *Crónica Arqueológica de la España Musulmana* XXX 2 (1952), pp. 165-175, p. 72.

²⁴ HERRERO, Omayra – *El perdón del gobernante (al-Andalus, ss. II/VIII-V/XI). Una aproximación a los valores político-religiosos de una sociedad islámica pre-moderna*. Salamanca: University of Salamanca, 2012. Ph.D. thesis, pp. 542-555. HERRERO, Omayra – *El perdón del gobernante (al-Andalus, ss. II-V/VIII-XI)*. Helsinki: Academia Scientiarum Fennica, 2016.

²⁵ CHALMETA, Pedro – “La ‘sumisión de Zaragoza’ del 325-937”. *Anuario de historia del derecho español* 46 (1976), pp. 503-526, p. 517, see note 75.

²⁶ LÉVI-PROVENÇAL, Évariste – “España Musulmana, hasta la caída del califato de Córdoba (711-1031 J.C.)”. in MENÉNDEZ PIDAL, Ramón (Ed.) – *Historia de España*. Vol. IV. Madrid: Espasa-Calpe, 1982, pp. 332-333.

The *Bāb* emerges thus as an omnipresent concept in order to perceive, conceive and imagine the *court* of the Umayyad Caliphate of al-Andalus. The *Bāb Suddat al-Khalīfa* further contains in itself a triple symbology of the Umayyads of Cordoba. Being the gate of submission and punishment stressed its understanding as the maximum representation of power. Its definition as the spatiality of the *qaṣr* remits for the abstract meaning of the *court*. Moreover, being the access to the palace underlined the *Bāb* as the ultimate representation of the inaccessible figure of the caliph, the *Bāb al-Khalīfa*, the Umayyad *Sublime Porte*. The *Sudda*, while representing this inaccessible ruler, and the passage to attain it, also remitted to the main architectural spaces of the palace-city: the *Dār al-Khalīfa*, or the residence of the caliph, and the *majlis*, where the ruler received. Nevertheless, while the *Dār al-Khalīfa* or the *majlis* were inaccessible to most of the caliphal subjects, the *Bāb Suddat al-Khalīfa* could be seen and could be transposed by the common subjects of the Cordoban caliph, thus being not only the epitome, but also the most popular representation of the caliphal power. The resort to the symbology of the door and the gate in the ceremonial language of the caliphates and empires is frequently accounted in sources. Perhaps one of the most iconic accounts for the 'Abbasid Caliphate is the reception of Byzantine ambassadors, in 917, in Baghdad, by the Caliph al-Muqtadir. According to the descriptions preserved by al-Khaṭīb al-Baghdādī, Hilāl al-Ṣābī' and Miskawayh, the ambassadors first were led to an *ad aeternum* succession of passages, hallways, palaces and courts inside the 'Abbasid palace-city. Every time they entered a new palace or *court*, they were led to think that finally they would enter the presence of the Caliph al-Muqtadir, as happened twice with the Byzantine envoys, first when they entered the residence of the *ḥājib* Naṣr al-Qushūrī, and then the residence of the *wuzarā'*, according to al-Ṣābī'²⁷. Miskawayh also underlines the endless route undertaken by the envoys, who were led by the *ḥujjāb* through never-ending passageways and terraces²⁸. El Cheikh had already pointed out the labyrinthine ideal of the forbidden palace represented by this endless waiting and route, which was intended to cause anxiety, inside the

²⁷ HILĀL AL-ṢĀBĪ' – *Rusūm Dār al-Khilāfa* trans., pp. 16-18.

²⁸ MISKAWAYH – *Tajārib al-Umām. The experience of the nations*. Ed. H.F. Amedroz. Vol. I, Reigns of Muqtadir, Qahir and Radi. London: Oxford, 1920, pp. 53-56.

secret passages of the palace, for the longing of the figure of the caliph²⁹. This forwards us to nothing less than to the idea transmitted by Clifford Geertz's model of the nineteenth century *negara* state of Bali, in which the palace is described as a succession of "courts within courts," underlining the symbology of the palace as the divine cosmos³⁰.

The symbology of the gate was also present in the 'Abbasid *court* of Baghdad, as even the palace was named "the Golden Gate"³¹ or "the Green Dome" (a reference to the throne room)³², thus entangling the meaning of the door to the representation of power. Both the *Sudda* of Cordoba and the *Sudda* of Madīnat al-Zahrā' had a *majlis* on the rooftop, also a characteristic shared by Baghdad, Cairo and the Eastern Umayyad palaces. This *majlis* was not a throne room, nevertheless, as a place where the *kursī* (chair) of the *ṣāhib al-madīna* was, in both cases of Cordoba and Madīnat al-Zahrā',³³ or where the ruler left his son as his representative when leaving in military campaign, in the specific case of Cordoba³⁴, the *Sudda* represented the epitome of power, as well as projected the inaccessible figure of the caliph, sat on his throne room or *majlis*. Furthermore, in sources, *Bāb*³⁵ – a short concept resulting from the changes and shaping of the original concept of *Bāb Suddat al-Khalīfa* – turned to be an all-encompassing abstract term unravelling the medieval Christian

²⁹ EL CHEIKH, Nadia Maria – "The institutionalization of the 'Abbasid ceremonial". in HUDSON, John; RODRIGUEZ, Ana (Eds.) – *Diverging paths?: the shapes of power and institutions in medieval Christendom and Islam*. Leiden: Brill, 2014, pp. 351-370, p. 360; CARDOSO, Elsa – "The scenography of power in al-Andalus and the 'Abbasid and Byzantine ceremonials: Christian ambassadorial receptions in the court of Cordoba in a comparative perspective". *Medieval Encounters. Jewish, Christian and Muslim Culture in Confluence and Dialogue* (January 2018), pp. 1-45, pp. 17-19.

³⁰ GEERTZ, Clifford – *Negara: the theatre state in nineteenth-century Bali*. Princeton: Princeton University Press, 1980, p. 109.

³¹ AL-ṬABARĪ – *The History of al-Ṭabarī, vol. XXXI, The War between Brothers*. Trans. Michael Fishbein. Albany: Sate University of New York Press, 1992, p. 3.

³² GRABAR, Oleg – *Ceremonial and Art at the Umayyad Court*. New Jersey: Princeton University, 1955. Ph.D. thesis, p. 155.

³³ IBN ḤAYYĀN – *Al-Sifr al-Thānī min Kitāb al-Muqtabas li-Ibn Ḥayyān al-Qurṭubī*. Ed. Maḥmūd 'Alī al-Makkī. Riyad: Markaz al-Malik Fayṣal li-l- Buḥūth wa al-Dirāsāt al-Islāmiyya, 2003, p. 185; IBN ḤAYYĀN – *Crónica de los emires al-Hakam I y 'Abd ar-Rahman II entre los años 796 y 847 [al-Muqtabis II-1]*. Trans. Mahmud 'Ali Makkī, Federico Corriente. Zaragoza: Instituto de Estudios Islámicos y del Oriente Próximo, 2001, p. 91; MQ-VII, p. 103; MQ-VII trans., p. 132.

³⁴ IBN ḤAZM – *El Collar de la Paloma. Tratado sobre el Amor y los Amantes*. Trans. Emilio García Gómez. Madrid: Sociedad de Estudios y Publicaciones, p. 1967. 296-297; MQ-V, p. 334; MQ-V trans., p. 251.

³⁵ On September 9, 973, al-Ḥakam II welcomed both Muslim and Christian ambassadors, who were carrying messages to "his door" – *ilā Bābi-hi*. MQ-VII, 138; MQ-VII trans., 173.

court viewed by the Umayyad eye: even the court of a Christian “tyrant” and tributary such as Ramiro II of León is described as the *Bāb*³⁶.

The third conceptual topic of the chapter on concepts concerns the spatial understanding of the *court*: the palace of the caliphate or the *Qaṣr al-Khilāfa*. The subchapter titled “*Qaṣr al-Khilāfa*: space and society” discusses if such terminology addressed only the spatiality of the palace, or if it rather suggested a broader concept intending to designate the entourage and the administration of the Umayyad sovereign of al-Andalus, further resorting to a comparative approach, especially with the ‘Abbasid *court*. While *Bāb Suddat al-Khalīfa*, *Bāb al-Sulṭān* or *Bābi-hi* (“his door,” the caliph’s) were meant at underlining the symbology of the submission to the caliph and the abstract idea of his *court* and entourage, the *Qaṣr al-Khilāfa* was more often associated to the location and the architecture of the palace. Nevertheless, I have pointed out that *Qaṣr al-Khilāfa* had, on some occasions, clear symbolic features, especially in the panegyric poetry. This is evident when the poet mentions the “House of the Caliphate,” in relation to the account where the prince Hishām, titled as the *badr al-mulk* – “the moon of power” – is said to live at the *Qaṣr al-Khilāfa*³⁷. The reference to the *qaṣr* as an appellation to the *court* is also evident when al-Maqqarī accounts the oath of allegiance to al-Ḥakam II by the *courtiers*: *bay’a ahl al-qaṣr* (“oath of allegiance of the people of the palace,” literally)³⁸. Thus, if it is true that the Umayyads of Cordoba created a specific terminology for each concept, it is also manifest that sometimes there was an overlapping of such conceptualization, thus entangling the different layers of the perception of the *court* and the caliphal entourage.

Thus, the chapter concerning the conceptualization of the Umayyad *court* of al-Andalus aimed at demonstrating that far from conceiving the Western court model as the paradigm, or as the maximum achievement of a developed court, the caliphal *courts* were in fact complex court societies, creating their own concepts and

³⁶ MQ-V, 474; MQ-V trans., 355.

³⁷ MQ-VII, p. 186; MQ-VII trans., p. 225.

³⁸ AL-MAQQARĪ – *Nafḥ al-ṭīb*, p. 250; AL-MAQQARĪ – *The History of the Mohammedan Dynasties in Spain. Nafḥ al-ṭīb min ghoṣn al-Andalus al-Raṭīb wa Ta’rīkh Lisān al-Dīn Ibn al-Khaṭīb*. Trans. Pascual de Gayangos. Vol. II. London: Oriental Translation Fund, 1843, p. 174. Will be cited as AL-MAQQARĪ – *Nafḥ al-ṭīb trans.*

terminology, which was part of a common ceremonial, ritual and insignia language, shared by several caliphal and Muslim powers, but also inherited from previous empires and understood by other Christian and imperial powers.

The second part of the dissertation is dedicated to the articulation of ceremonial, under the title “A ceremonial common language in the Mediterranean: rituals of *court* in a comparative perspective”. The articulation of ceremonial was nothing less than the *mise-en-scène* of the conceptualization of the *court*, the caliph, the hierarchy of the *court* and the administration. As underlined before, this second part must be understood as a preliminary study concerning the performance of ceremonial, in a comparative perspective, within the Mediterranean.

The selection of ceremonial situations was made according to the most relevant information available in sources concerning the Umayyad Caliphate of al-Andalus. One of the themes addressed in this chapter is the *bay'a* ritual,³⁹ where both ceremonies of the oath of allegiance to ‘Abd al-Raḥmān III⁴⁰ and al-Ḥakam II⁴¹ are discussed in the whole context of the Umayyad *court* ritual. Furthermore, the comparative perspective also allows us to understand how important the hierarchy and the distinguishable sovereignty insignia were. The most distinguishable sovereignty insignia between Christian and Islamic courts is perhaps the wearing of the *tāj* (crown), which is why the consideration of its usage has as a starting point the analysis of the imperial ceremony of the crowning of the Byzantine emperor⁴². Nevertheless, its use is also attested for the caliphates, even though with distinct features from the Christian crowns, while at the same time remaining associated to a foreign insignia of power.

³⁹ About the *bay'a* in al-Andalus and in the Islamic West, see: PELÁEZ, Alejandro – “¿Qué es la *bay'a*? Definición y usos del juramento de lealtad en el occidente islámico (ss. viii-xv)”. *Hesperia culturas del Mediterráneo* (March 2020), pp. 233-247; PELÁEZ, Alejandro – “Reconocimiento y transmisión de la autoridad política en el Occidente islámico (ss. viii-xv): la *bay'a* en la dinámica imperial”. in DEJUGNAT, Yann (Ed.) – *Écritures du pouvoir*. Ausonius Éditions, (forthcoming).

⁴⁰ *Una crónica anónima de al-Nasir*. Trans. Évariste Lévi-Provençal and Emilio García Gómez. Madrid/Granada: Consejo Superior de Investigaciones Científicas/ Instituto Miguel Asín, 1950, p. 91.

⁴¹ AL-MAQQARĪ – *Nafh al-tīb*, p. 250; AL-MAQQARĪ – *Nafh al-tīb trans.*, p. 156.

⁴² CONSTANTINE VII PORPHYROGENNETOS – *De Ceremoniis...*, Vol. I, pp. 192-193.

Another part of the chapter is dedicated to the study of different types of ceremonies, between the palace and *public rituals*. The religious festivities, for which the caliph would hold a palace reception, at the main hall of receptions of the palace-city of Madīnat al-Zahrā', the *Majlis al-Sharqī*, or the Eastern Hall, consist of the best documented palace ceremonies. For the tenth century such descriptions are perhaps the main sources for understanding the organization and hierarchy of the caliphal *court* of Cordoba, as a great part of the accounts are dedicated to the organization of classes or order of precedence (*marātib*, *tartīb*) inside the *majlis*, aimed at insistently underlining the hierarchy within the *court*. Furthermore, this is an intrinsic characteristic of a non-processional ceremonial, as the Umayyad ceremonial is often considered. Although it is undeniable that the Umayyad ceremonial was much more of what I have referred to as an *audience ceremonial* than a processional one – such as in the Fatimid case, where the caliph was paraded through the city, one of the most important features in Cairo⁴³ –, the sovereignty of al-Ḥakam II shows us how important the ritualization of the military parades or the horse ridings of the caliph were in Cordoba. Furthermore, the public ritualization was already evident under the rulership of the first caliph of Cordoba, especially with what we may call a *liturgy of blood*, developed around the theatricalization of the death penalty, a typology which is also highlighted in the chapter concerning ceremonial. The most evident case of a carefully ritualized liturgy of blood was staged in the aftermath of the disastrous defeat of Simancas, in August 939, against a Christian joint force led by King Ramiro II of León. 'Abd al-Raḥmān III accused one of his military officials, Furtūn b. Muḥammad, of betraying the caliphal army together with ten officials, who had presumably left the battlefield after the Muslim forces were led by the Christian army to a pit (*al-khandaq*, which became known as the name of the battle), where they died of the fall or crushed. Before the arrival of the caliph to Cordoba, Furtūn had already been crucified and was killed when 'Abd al-Raḥmān III arrived at the *Bāb al-Sudda*. Not long after, ten crosses were raised at the attic located on the right-hand side of the *Bāb al-Sudda*, built especially for that purpose, and the ten traitors were crucified alive while the caliph, in an

⁴³ For the Fatimid ritual and ceremonial see the foundational work of Paula Sanders. SANDERS, Paula – *The Court ceremonial of the Fatimid Caliphate in Egypt*. New Jersey: Princeton University, 1984. Ph.D. thesis. The thesis was edited and published afterwards: SANDERS, Paula – *Ritual, politics, and the city in Fatimid Cairo*. Albany: State University of New York Press, 1994.

unprecedented act, addressed the Cordoba population who had gathered, terrified, to attend the scene⁴⁴. Furthermore, the chapter on ceremonial articulation dialogues frequently with the chapter dedicated to the concepts. For example, in the case of the punishment to the presumable traitors of Simancas, the double meaning of the *Bāb al-Sudda* (submission and punishment), becomes consolidated into the absolute power of the caliph, who was the representative of the palace, whose symbology was embodied by the *Bāb al-Sudda*.

These three types of ceremonials, which I have designated as *audience ceremonial*, *public ceremonial* and *blood ceremonial* – could not be more entangled as in the *mise-en-scène* of the death penalty of one hundred Christian prisoners, who had been captured after attempting a failed incursion into Muslim territory, in the *munya* of al-Nā'ūra, where the caliph seating on the upper *majlis*, could see and could be seen by the Cordoban population who had gathered there to witness his justice⁴⁵. On March 2, 939, preceding the military campaign of Simancas, the caliph sat on the upper *majlis* of the *munya*, which faced the river, where he presided over the ritual execution of the barbarians (*'ilj*). According to the account, the ceremony took place after the Friday prayer, in order to be witnessed by the caliphal subjects, who attended it under the watchful sight of the caliph.

On the one hand, if the *audience ceremonial* clearly develops under the rule of al-Ḥakam II, on the other, the accounts on the public appearances of the caliph, military parades and processions also reveal the complexification of the *public ceremonial*. Inasmuch as the caliph remained an inaccessible and secluded ruler – which was in itself a ceremonial feature – when he left his palace for public appearances, either at the *Sudda* or in a *rukūb* (horse riding), such appearances were carefully planned and ritualized. If the caliph did not made part directly in the *burūz* (military parade), he would preside it over the *Bāb al-Sudda* of Cordoba with his heir apparent, such as when his general Ghālib left Cordoba in military campaign. When Ghālib b. 'Abd al-Raḥmān received the Eastern title of *Dhū al-Sayfayn* (the holder of the two swords), he was granted a private audience with the Caliph al-Ḥakam II, the heir apparent,

⁴⁴ MQ-V, pp. 445-446; MQ-V trans., pp. 334-335.

⁴⁵ MQ-V, pp. 431-432; MQ-V trans., pp. 322-323.

and the *wazīr ṣāhib al-madīna* at the *qaṣr* of Cordoba⁴⁶. Two days later, on April 24, 975, on the occasion of his departure in campaign to Gormaz, he arranged that his *burūz* would pass by the *qaṣr* of Cordoba, where the caliph and the heir apparent, Hishām, showed themselves from the *saḥḥ* (rooftop) over *Bāb al-Sudda*, both raising their hands to God, asking for the assistance to the Muslim army, while the general displayed his armour and the two swords given by the caliph, which were hanging from each side⁴⁷.

But the caliphal appearances at the *Sudda* of Cordoba were not only for the occasion of military parades when the army left in campaign. He is accounted to have attended a tournament over the *Sudda*, together with the future Hishām II⁴⁸. He is said to have presided the alms distribution over the *Sudda* of Cordoba, also with his heir⁴⁹. Although the Umayyad Caliphate of Cordoba did not organize processions for the occasion of religious festivities, or at least we do not have such accounts, as in the case of the Fatimid Caliphate in Cairo, it was the moving of the caliph from the mosque to the *majlis* of the palace-city which started the motion of the caliphal reception for the 'Īd al-Aḍḥā or the 'Īd al-Fiṭr, as pointed out by the foundational study of Barceló on the receptions organized on the occasion of such religious festivities⁵⁰. The processions between Cordoba and Madīnat al-Zahrā' were mostly military processions or parades, either for the reception of ambassadors⁵¹ and

⁴⁶ MQ-VII, pp. 219-221; MQ-VII trans., pp. 259-261.

⁴⁷ MQ-VII, p. 221; MQ-VII trans., p. 261. See also: ALBARRÁN, Javier – *Ejércitos benditos. Yihad y memoria en al-Andalus (siglos X-XIII)*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2020, p. 70, p. 126; ALBARRÁN, Javier; CARDOSO, Elsa – “De puertas, banderas y súplicas a Dios: ceremonial y guerra santa en al-Andalus (s. X)”. *Intus-Legere. Historia* (forthcoming, 2021).

⁴⁸ On April 21, 975, al-Ḥakam II went to the *saḥḥ* over *Bāb al-Sudda*, together with the prince Hishām, whom he was willing to amuse with the military drills. MQ-VII, p. 223; MQ-VII trans., p. 264.

⁴⁹ On the June 15, 975, the caliph made again a public appearance over the *Sudda* of the palace of Cordoba, together with Hishām, this time not for the sake of a military ceremony, but rather for an act of Muslim piety, as they were presiding from there the caliphal distribution of alms. MQ-VII, p. 233; MQ-VII trans., pp. 275-276.

⁵⁰ BARCELÓ, Miquel – “El Califa Patente: el ceremonial omeya de Córdoba o la escenificación del poder” ..., p. 159.

⁵¹ I have discussed elsewhere the diplomatic ceremonial around the unattainable figure of the caliph. See: CARDOSO, Elsa – “The scenography of power in al-Andalus (...)”, ...; CARDOSO, Elsa – *Diplomacy and oriental influence in the court of Cordoba (9th-10th centuries)*. Lisbon: University of Lisbon, 2015. M.A. thesis. See, for example, the description of the diplomatic reception of John of Gorze, ambassador of Otto I. See JUAN, ABAD DE SAN ARNULFO – “La embajada del emperador de Alemania Otón I al califa de Córdoba Abderrahmán III. Vida de San Juan de Gortz” (Trans. Paz y Melia). *Boletín de la Academia de Ciencias, Bellas Letras y Nobles Artes de Córdoba* 33 (1931); JEAN DE SAINT-ARNOUL – *La vie de Jean, Abbé de Gorze*. Trans. Michel Parisse. Paris: Picard, 1999.

tributaries or for the occasion of the leaving of the army in military campaigns, as pointed out above.

While considered as a non-processional ceremonial, as in the Fatimid case, where the caliph was the central piece of the procession, nevertheless the Andalusí ceremonial had also an important processional stance in the ritual life of Cordoba and Madīnat al-Zahrā'. The importance of the processional ceremonial in al-Andalus, between the duo Cordoba and Madīnat al-Zahrā', is perhaps best epitomized in the aforementioned leaving of Ghālib, in 975, in a military campaign to respond to the Christian attack to the fortress of Gormaz. He left Madīnat al-Zahrā' crossing the road in military parade until reaching the city gates of Cordoba, where the caliph presided over the *Sudda* with his heir.

Furthermore, both types of ceremonial – the *audience ceremonial* and the processional or *public ceremonial* would coexist in the same occasions. That is the case of the *rukūb* of 975, in which al-Ḥakam II was part of a procession led by his young son and heir, attended in pomp and protocol by his *courtiers*. Such scene not only underlines the development of the processional ceremonial under his rule, but also the dual aspect of the Umayyad ritualization: it was a processional ceremony with a *courtly* setting, directed both to the *ahl al-qaṣr* and the common caliphal subject. It furthermore exposed to a broader audience – of high and low rank – the *courtly* setting of the *ahl al-qaṣr* in a complete submission towards the caliph, performing the prostration and kissing the feet before the ruler and his heir⁵², a gesture – the *proskynesis* – which was thought of not having taken place in the ceremonies in the Umayyad al-Andalus⁵³.

That the public appearances of the caliph or the military *burūz* were not audience scenes does not mean that they were no less ceremonial settings. Far from being more relaxed settings, the performance of the public ritual was duly prepared and organized, no less than the *majlis* scenes. Being street scenes rather meant that they

⁵² MQ-VII, pp. 212-215; MQ-VII trans., pp. 252-255.

⁵³ FIERRO, Maribel – “Pompa y Ceremonia en los Califatos de Occidente Islámico (s. II/VIII-IX/XV)” *Cuadernos del CEMyR* 17 (2009), pp. 125-152, p. 137.

were accessible to a much broader audience, of both high and low rank. This was also true for the ritualized scenes played at public executions. The public executions and crucifixions had the *Bāb al-Sudda* as setting. The ritualization of some of these executions was carefully planned and was part of the ceremonial *liturgy of blood*, as pointed out before. The execution of the traitors of Simancas is perhaps the best example of a public blood ceremony presided by the caliph, having as a ritual setting the symbolic *Bāb al-Sudda* of Cordoba, emphasizing the power of the ruler and his justice, which is carefully articulated in the caliph's speech to the population. He addressed directly his crucified officials, before they were lanced, as well as his subjects, stressing the justice and service of the caliph towards his people. Despite being true that the sources must be read according to their political and *courtly* support, they also account how the population gathered around the platform purposely raised for this occasion, right next to the *Sudda*. The caliph was surely aware of certain limitations of his address – if he would be heard by all of those gathered there – nevertheless he was even more aware of his volatile legitimacy, in a moment of a disastrous defeat for his army and dynasty. The address to the population was not a rare situation for Muslim dynasties. In fact, the *khutba* (preaching) of the Friday prayer was used for the purpose of addressing a broader population, usually in much larger spaces, such as the mosque of Cordoba. Thus, the caliph intended not only to address an elite audience – the high officials of his army – but also a broader audience, to whom he was not only justifying his actions towards a loyal population, but also an exemplary act of justice, that such treason could not be tolerated.

As pointed out before, the existence of a *liturgy of blood* as a ceremonial typology or setting is particularly well testified in the occasion of the capital punishment of one hundred Christian prisoners, whose executions were presided by the caliph sat on the upper *majlis* of his *munya*, seen by his subjects, while Ibn Ḥayyān accounts that the scene consisted of a reception, a ceremony, as it was the first *julūs* of the caliph at the *munya*.

According to Oleg Grabar, the ceremonial “was used to organize the life of an ever-growing court and the complex government of the empire”. But it was not only

functional; it was also a set of rules and attitudes for what has been called “the conduct of majesty”⁵⁴. And thus, while the *liturgy of blood* had a practical purpose of justice and administration, that of punishing the caliphal traitors, it was nevertheless conducted in the utmost set of rules and attitudes, to exalt the majesty of the caliph. “The conduct of majesty,” completed through the ceremonial as a setting of rules of government, was achieved through the performance of a ceremonial language understood by those involved in the theatricalization of power, by the resort to a widespread symbology. Such performance reveals the importance of the comparative perspective, which will be further developed in a future research, from the point of view of the concepts and the ritualization of power.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

CARDOSO, Elsa Fernandes – “*The door of the caliph in the Umayyad al-Andalus: from the conceptualization to the articulation of ceremonial (10th-11th centuries)*”. Doctoral thesis in History presented at the University of Lisbon in 15th July, 2020. Supervised by Professor Hermenegildo Fernandes and Professor Hugh Kennedy”. *Medievalista* 30 (Julho – Dezembro 2021), pp. 365-385. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

⁵⁴ GRABAR, Oleg – *Ceremonial and Art at the Umayyad Court ...*, p. 51.



MEDIEVALISTA

N.º 30 | Julho – Dezembro 2021

ISSN 1646-740X

Geografía e imaginario bíblico medieval. Estudio y edición de 'La fazienda de Ultramar'. Tese de Doutoramento em Literatura, apresentada à Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires (Argentina), em Abril de 2019. Orientação da Professora Doutora Carina Zubillaga

Melisa Laura Marti

IIBICRIT - Instituto de Investigaciones Bibliográficas y Crítica Textual (CONICET)

Marcelo T. de Alvear 1694

1060; Buenos Aires; Argentina

melisa_marti@yahoo.com

<https://orcid.org/0000-0002-8140-8918>

Data recepção do artigo / Received for publication: 16 de Outubro de 2020



La tesis doctoral aquí presentada tuvo por objetivo elaborar una edición crítica de *La fazienda de Ultramar* y estudiar el texto a partir de un enfoque filológico e histórico-cultural. En esta oportunidad, intentaré hacer un recorrido por los principales problemas e interrogantes que surgieron a la hora de estudiar la obra y de fijar el texto para su edición, y describiré cómo estos hicieron que definiera con mayor precisión el objeto de esta tarea de reconstrucción textual.

La fazienda de Ultramar es la primera obra extensa en prosa castellana no notarial, aparecida alrededor de 1230. Se trata de un texto conservado en un manuscrito único que incluye una traducción del Antiguo Testamento –y, en menor medida, del Nuevo Testamento– donde se resaltan y amplifican algunos pasajes y se omiten y reordenan otros tantos. La motivación detrás de la selección de libros canónicos fue la geografía de Tierra Santa, que orienta el recorrido por los relatos bíblicos a la manera de las guías de peregrinos o itinerarios medievales.

El manuscrito fue descubierto hace poco más de cincuenta años, cuando inició un recorrido por distintos enfoques críticos que lo describieron desde diferentes ángulos y perspectivas. El texto que inauguró su estudio¹ hablaba de una “Biblia romanceada e itinerario bíblico medieval”, pero ya desde el comienzo estas categorías se vieron problematizadas y cuestionadas sin dar lugar a una descripción acabada del texto. La escasa bibliografía específica, en consecuencia, se centró sobre todo en la lengua del manuscrito y en transmitir los pocos datos que conocemos acerca de la datación y la autoría.

En la tesis, la investigación se plasmó en un estudio preliminar cuyos capítulos se plantean como respuestas a los interrogantes que el lector podría formularse a la hora de acceder a un texto de estas características (muchas de ellas, comunes e inherentes a los textos producidos en la primera época de la literatura castellana).

¹ LAZAR, Moshé – *La fazienda de Ultra Mar: Biblia romanceada et itinéraire biblique en prose castillane du XII siècle*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1965.

Estos interrogantes y sus respuestas posibles están estrechamente ligados con el trabajo ecdótico, ya que los ejes analizados en el transcurso de la investigación han sido determinantes a la hora de tomar decisiones con respecto al perfil de edición que propongo. Por lo tanto, los apartados y anexos están orientados a servir de puerta de acceso a *La fazienda de Ultramar*: debido a que el enfoque al que sometimos el texto a lo largo de esta investigación ha sido histórico-cultural y filológico, el análisis de sus condiciones de producción y recepción es, a grandes rasgos, lo que motiva la organización de los contenidos del estudio. En consecuencia, los primeros apartados, acerca del código y su autor, apuntan a considerar la materialidad del texto para luego examinar su funcionamiento en contexto. El resto de los apartados, por su parte, tienen el objetivo de recomponer el sistema cultural en el que *La fazienda de Ultramar* circuló, por lo que el eje que los concatena es la consideración de la lengua del texto como vehículo de tradiciones culturales propias de un ámbito social determinado.

Finalmente, el trabajo incluye una serie de anexos para orientar el conocimiento de la lengua y de los espacios descriptos a lo largo de la obra, así como de su relación con su fuente principal, la Biblia; estos anexos son un glosario de los términos que pueden resultarle extraños al lector (o que aparecen aquí aludiendo a una acepción ya perdida), un cuadro con los topónimos mencionados en el texto a la par de sus nombres modernos, y un esquema de los libros bíblicos incluidos en *La fazienda*.

Por las razones que acabo de exponer, a lo largo de esta exposición intentaré sintetizar algunas de las problemáticas principales a las que me enfrenté al momento de realizar el estudio y edición de *La fazienda de Ultramar*: la datación del manuscrito y sus implicancias, las fuentes textuales y el proceso de traducción, la problemática del manuscrito único y la geografía como elemento estructurador.

1) Datación del manuscrito e implicancias

Tanto la datación del código como su autoría han sido objetos de debate desde su descubrimiento. El hecho de que el manuscrito esté encabezado por dos epístolas –que, a primera vista, facilitarían la atribución de la obra– oscurece e ilumina alternativamente nuestro conocimiento sobre el texto, ya que, aisladas de la

información que nos proporciona el manuscrito en su materialidad y de sus condiciones de producción, circulación y recepción, son engañosas; sin embargo, es posible que encierren pistas acerca del proceso de composición de la obra.

La tarea de traducción del texto bíblico habría sido encomendada a Almeric o Almerich, a quien se adjudica la autoría de *La fazienda*, por Raimundo de Sauvetat, nombrado como Remont; así lo indica el intercambio epistolar antedicho. El primero, también conocido como Almerico Malafaida, fue el tercer patriarca de Antioquía en la segunda mitad del siglo XII. Raimundo, segundo arzobispo de Toledo, fue un reconocido patrocinador de la Escuela de Traductores. Si superponemos los períodos en los que estos interlocutores ejercieron las funciones que declaran en las epístolas, el texto debería haber sido redactado entre 1142 y 1152. Esta es la hipótesis defendida por Moshé Lazar, el primer editor de la obra, quien argumenta que la lengua del manuscrito es próxima a la del *Poema de Mio Cid* (tomando como fecha de composición el año 1140), y sostiene que el tipo de letra avala este fechado del manuscrito (mediados del siglo XII).

De ser auténticas estas epístolas, sin embargo, el texto que contiene el manuscrito sería la traducción de un original seguramente en latín, posibilidad no contemplada por Lazar, quien no hace distinción entre la obra original y la copia conservada. Esta hipótesis se sustenta sobre la base de que la información lingüística e histórica que podemos obtener de él no se condice con los datos biográficos de los participantes de este intercambio epistolar: Raimundo fue un gran difusor de la tarea de traducción, pero principalmente tomando al latín como lengua de destino.

Por otra parte, dado que la obra refleja un estadio de la lengua castellana más cercano a las primeras décadas del siglo XIII y que parece improbable que Almerich haya elegido el castellano en lugar del francés, lengua que tenía en común con Raimundo, la datación propuesta originalmente pierde sustento.

A su vez, si se tienen en cuenta las fechas en que estos personajes históricos murieron, y si fuera cierto que ambos cultivaron una amistad en su "mancebía",

significaría que el arcediano Almerich tuvo una vida extraordinariamente larga. Por lo tanto, los estudios que subsiguieron consideraron las cartas como apócrifas, y tomaron como fecha aproximada de composición de la obra las primeras décadas del siglo XIII. Las epístolas, por lo tanto, podrían haber sido incluidas para dar credibilidad al itinerario o para autorizar el texto.

Otros estudiosos del texto consideraron la posible existencia de un original en latín o en un dialecto occitano, que habría sido el texto encargado por el arzobispo. Esto explicaría, por ejemplo, algunos préstamos del occitano antiguo, como *foldres* (rayos), y de otros rasgos que demostrarían el origen gascón del texto.

Con todo ello, podemos concluir que Almerich no fue el autor del texto castellano y no es posible afirmar con certeza que haya sido el autor de una versión precedente en latín o romance. Más allá de esto, lo que sí es evidente es la presencia de un gran número de rasgos dialectales y préstamos del mozárabe, aragonés y catalán, además de las lenguas galorromances.

Por otra parte, el texto nos proporciona otros datos que permiten atrasar la fecha de composición. Entre ellos, se encuentran la mención a “Bermudo”, Garmond de Picquigny (muerto en 1128). Las noticias de este patriarca de Jerusalén que aparecen en el texto alimentan la hipótesis de una fecha de redacción más reciente, ya que se refieren a la toma de Tiro y al *Pactum warmundi*, ocurridos alrededor de 1124. También encontramos una mención a una edificación que se encuentra sobre el mar de Galilea, El Gue Jacob, una fortaleza construida por la Orden del Temple en 1178. Esto no deja de ser llamativo, ya que el autor recurre a un topónimo de su época, cuando la *Vulgata* lo nombra *Vadum Jacob*. La referencia histórica más tardía es la de la Vera Cruz, desaparecida en 1187, que estuvo en el altar de la Santa Trinidad hasta la batalla de Hattin.

A su vez, encontramos una mención a un episodio conocido como *Passio imaginis Christi*, surgido en el siglo IV. Este narra la profanación de un crucifijo en Beirut por parte de un grupo de judíos que, al ver la maravilla que acontecía al brotar sangre y agua de la imagen, se convierten al cristianismo. Si bien este relato adquiere gran

importancia ya en el II Concilio de Nicea, en el siglo VIII (cuando contribuye al triunfo de la iconodulia sobre la iconoclasia), alcanzó una mayor difusión en los siglos XII y XIII y se encuentra testimoniado en varias lenguas romances.

Por lo tanto, la evidencia interna parece retrasar la fecha de redacción del texto original al menos hacia las últimas décadas del siglo XII. El testimonio que conservamos, entonces, sería una copia de una traducción original en latín o dialecto occitano (o, como cabe sospechar, una copia de una copia, debido a los abundantísimos errores mecánicos que pueden observarse).

La evidencia lingüística, por su parte, permite retrasar la fecha del texto castellano a las primeras décadas del siglo XIII. Encontramos rasgos que aparecen también en Berceo y textos del mester de clerecía. Si bien es posible identificar algunos arcaísmos, la crítica se encargó de señalar que muchos de ellos persistían en textos aparecidos a comienzos del siglo XIII.

El análisis del contexto de producción y circulación de la obra fue, por supuesto, uno de los pasos necesarios para no forzar la lengua del texto y no proponer enmiendas innecesarias como consecuencia del desconocimiento del abanico dialectal que conforma la morfología y el léxico desplegados en el texto. Sucede lo mismo con el siguiente eje, las fuentes textuales, que proporcionan indicios que podrían validar tanto la hipótesis de un original en latín, como en occitano.

2) Fuentes textuales y proceso de traducción

La estructura de la obra está fundada en el pedido de su supuesto mecenas, quien solicitó un registro de los nombres de los lugares bíblicos en latín, hebreo y romance; de la distancia que los separaba; y de las “maravillas” obradas por Dios en dichos lugares. Estos intereses cobran forma en un texto complejo, cuya hibridez refleja el modo en que los géneros se gestaban a medida que el castellano maduraba como lengua literaria.

Como ya he adelantado, las fuentes principales de *La fazienda* son dos: de un lado, la Biblia; del otro, el conjunto de itinerarios o guías de peregrinos, con los que *La fazienda* forma una genealogía compleja y difícil de abarcar.

2.1 La Biblia

El cotejo de *La fazienda* y del texto bíblico demuestra el uso mayoritario de la Biblia hebrea como fuente principal. Así lo evidencian algunas elecciones gramaticales, notablemente las lexicales, pero también es posible detectar marcas desinenciales en los verbos que la conectan con el original hebreo: vemos, por ejemplo, la elección de la 3ª persona en singular en algunos verbos, cuando en latín se transmitieron en plural (algo que se respetó en las primeras traducciones de la Biblia). Pero hay otras diferencias muy interesantes y complejas que se vinculan con la interpolación de textos apócrifos, teológicos, litúrgicos y escolásticos, lo que en ocasiones se manifiesta en pasajes que no reproducen con exactitud el texto bíblico, sino que reflejan una tradición devocional más reciente y viva. Es lo que sucede en ocasión del encuentro entre Abraham y tres hombres en el camino en Mamré (*Génesis*, 18: 1-2), episodio que fue interpretado y glosado profusamente por su relevancia dogmática, al leerse como una prefiguración de la Santísima Trinidad. El autor de *La fazienda* no era ajeno a esta tradición, por lo que incorporó la frase “Por esto diz que tres vio él, uno adoró” (fol. 1v)².

Encontramos un problema similar en la transmisión de un pasaje crítico para las discusiones doctrinales: la traducción de *Isaías*, 7: 14, donde el texto latino alude a la Virgen que concebirá al Hijo de Dios (*virgo*), mientras que el texto hebreo menciona que será una mujer joven (*almah*, עַלְמָה). Dado que *La fazienda* en dos oportunidades traduce el pasaje haciendo mención de una manceba, podemos inferir que su redactor estaba trabajando sobre la base del texto hebreo, y que las citas en latín servían para ampliarla.

El texto hebreo, además, aparece en contadas ocasiones en citas textuales. Esto se vincula con el hecho de que el siglo en que se redactó el texto vio un incremento en

² Esta y todas las citas de *La fazienda de Ultramar* pertenecen a mi transcripción.

la cantidad de hebraístas y de estudiosos que ya no dependían de las traducciones primitivas, por lo que no es de extrañar que sea posible identificar un vínculo estrecho entre *La fazienda* y el texto hebreo. En aquel momento, además, se incrementó la circulación de manuscritos en esta lengua y su presencia en bibliotecas cristianas.

La *Vulgata*, por su parte, aparece como un complemento del texto hebreo, y las citas en latín son mucho más abundantes. Sirven, sobre todo, para reafirmar la motivación de la redacción de la obra: la indagación en la toponimia veterotestamentaria, por lo que los nombres de lugares aparecen con sus distintas raíces. Estas citas, sin embargo, deben ser examinadas cuidadosamente, ya que se conectan con otra tradición textual muy presente en *La fazienda*, tal como veremos más adelante.

2.2 Itineraria

En cuanto al grupo de los itinerarios, la identificación de las fuentes no es tan sencilla: en varias oportunidades, la crítica señaló como posible fuente textual de este itinerario la descripción de Tierra Santa de Rorgo Fretellus, arcediano de Nazaret, cuyas dos redacciones aparecieron entre los años 1137 y 1148 y se transmitieron en unos sesenta manuscritos. Sin embargo, el hecho de que existan a su vez muchas diferencias entre ambos, que acercan *La fazienda* a otros itinerarios de la época con los que coincide (ya sea el de Juan de Wurzburg, también en lengua latina, o las descripciones de Tierra Santa en lenguas vernáculas), dificulta la comprobación de la hipótesis de una fuente única, y pone de relieve el trabajo de nuestro autor como compilador de materiales textuales.

En efecto, el alto grado de codificación y uniformidad que podemos encontrar en estos textos hace muy dificultosa la tarea de identificación de una fuente única, tarea que no parece pertinente una vez que se pone en perspectiva el entramado textual de *La fazienda* y la compilación y selección de fuentes. A su vez, la hipótesis de que *La fazienda* sea una traducción de un original escrito en un dialecto occitano me impulsó a profundizar en su posible conexión con textos en romance. Así, el cotejo con itinerarios franceses (tales como *Les pelerinaiges por aler en Iherusalem*, de las

primeras décadas del siglo XIII; *La Sainte cité de Iherusalem, les Saints Lieux & le pelerinage de la Terre*, de 1261; y *Les chemins et les pelerinages de la Terre Sainte*, de 1265)³ muestra que existen muchas coincidencias en los modos de describir algunos lugares, pero también errores conjuntivos que podrían implicar una filiación.

Por lo tanto, el estudio de la tradición textual de los itinerarios debilita las hipótesis que tienden a reducir la cantidad de fuentes a las que habría recurrido el autor de *La fazienda* para redactar su itinerario.

2.3 Repertorio litúrgico

La falta de certeza acerca del *stemma* de *La fazienda* y si verdaderamente existió una versión latina previa nos conduce a preguntarnos por las numerosas citas latinas que el autor optó por no traducir, y que funcionan como indicadores de la procedencia de un episodio determinado. Es por eso que se las introduce con la frase “donde dice”: “Onde diz ‘*missus de valle Ebron venit in Sichem*’” (fol. 1v).

Estas frases resultan muy llamativas, sobre todo porque muchas veces están incompletas o no están del todo relacionadas con el episodio que motiva su inclusión. Si el autor traducía una versión latina, ¿por qué mantuvo estas frases en su lengua original? ¿Fueron agregadas durante la redacción en castellano o estaban presentes en la redacción previa (latina o francesa)? ¿Qué las distingue de otras frases, incluso de las de mayor peso dogmático, que se transmitieron en romance? La razón detrás de este procedimiento se vincula con la procedencia de estas citas, que se creía que eran bíblicas. Si bien una parte de ellas lo es, muchas pertenecen, en realidad, al repertorio litúrgico, lo que explica que no hayan sido traducidas, ya que la comunidad cristiana las retenía en su memoria por vía auditiva, al oírlas en las ceremonias religiosas.

Un ejemplo lo constituye la frase “*Rubrum quem videraz*” (fol. 12r), que Moshé Lazar enmendó como “*Videbat quod rubus, arderet*”, tal como aparece en la Biblia (*Éxodo*, 3: 2). El rastreo de esta cita nos revela que la frase a la que se refiere el autor de *La*

³ MICHELANT, Henri ; RAYNAUD, Gaston – *Itinéraires a Jérusalem et Descriptions de la Terre Sainte rédigés en français aux XI^e & XIII^e siècles*. Génova: Imprimerie Jules-Guillaume Fick, 1882.

fazienda es un verso del antifonario laudatorio correspondiente al oficio de la Virgen María.

La inclusión de estos versos litúrgicos nos remite a los modos de integrar la Biblia a las ceremonias religiosas, en las que el entretendido de citas constituía una forma de exégesis. Es decir, cantar y leer palabras de la Biblia combinándolas o alternándolas con textos ajenos a ella las ubicaba en contextos nuevos, lo que les otorgaba nuevas capas de sentido. Por lo tanto, la selección y combinación de textos bíblicos en los cánticos y lecturas se vuelve un sistema de interpretación que concede múltiples sentidos al texto sagrado. El autor de *La fazienda*, entonces, estaría recurriendo al procedimiento inverso, al incorporar frases tomadas de antifonarios a los pasajes bíblicos. Sus modos de construir nuevos sentidos, por supuesto, son tan pertinentes como los ya mencionados, y desconocerlos anularía un dispositivo interpretativo que ubica a *La fazienda* en un complejo sistema de citas y un modelo de generación de sentido estrictamente medieval.

Las operaciones sobre las fuentes textuales hasta aquí descritas⁴ nos conducen a considerar la traducción a la que el autor de nuestro texto somete a la Biblia como un fenómeno histórico, delineado por las condiciones propias tanto del ámbito de la producción como de la recepción. Se trata, entonces, de un verdadero proceso de reescritura en el que el traductor se apropia de las fuentes para adaptarlas a su proyecto compositivo, y que involucra operaciones de selección y compilación de fuentes que el traductor rejerarquiza. Es decir, a los textos fuentes se le asigna una funcionalidad orientada al contexto de recepción.

3) La problemática del manuscrito único

El manuscrito conservado presenta varias características que dificultaron su estudio y edición. A las ya mencionadas, entre las que se destacan las citas en tres lenguas antiguas (latín, hebreo y arameo), se suman un gran número de errores paleográficos

⁴ Con ellas conviven otras tradiciones textuales de incidencia menor, tales como el discurso historiográfico, que se trasluce en las interpolaciones extrabíblicas que aluden a un contexto histórico más amplio; y también la literatura mitológica latina, que se manifiesta con la inclusión del mito de Píramo y Tisbe, cuya fuente exacta no he podido identificar, puesto que la versión de *La fazienda* es única en varios aspectos.

y *loci critici* (por supuesto, esperables), una multitud de aragonesismos y vocablos de origen dudoso, folios desordenados y pasajes corrompidos o atacados por la humedad.

Para encarar la edición de este *codex unicus*, procuré no intervenir el texto cuando presentara diferencias con respecto al Antiguo Testamento, a diferencia de lo que pude observar en la edición de Moshé Lazar. A modo de ejemplo, refiero el pasaje que corresponde al décimo mandamiento: “Non cobdicies cosa de to vezino ni cobdicies mugier de to próximo, ni su manceba, ni so buey, ni so asno, ni su mula, ni nulla cosa de to vezino” (fol. 18v). Lazar sustituye el primera *cosa* por *casa*, tal como se desprende del decálogo tradicional. Sin embargo, la lección del manuscrito es coherente y su interpretación es completamente válida. En este caso, y en muchos otros, no intervengo la transcripción, sino que respeto la lección manuscrita.

Como ya adelanté, los ejes analizados aquí contribuyeron a que superara algunos de los obstáculos propios de los manuscritos únicos. A modo de ejemplo, me remito a las citas latinas que el autor de *La fazienda* incluyó a lo largo del texto (que, como ya adelanté, provienen del repertorio litúrgico). El desconocimiento del entramado de fuentes diversas que constituye la obra hizo que Lazar las enmendara insistentemente para ajustarlas al texto de la *Vulgata*. Así, por ejemplo, la frase “*At illi relictis retibus et navi secuti sunt eum*” (fol. 34v), que es en realidad un verso de introito, es erróneamente identificada por Lazar como una mala copia de un versículo del *Evangelio según San Mateo* y justifica su enmienda conectando este fragmento con el pasaje correspondiente a esta escena según *Marcos*, 1: 20. Por lo tanto, el rastreo de las fuentes respaldó la decisión de no intervenir el texto en pasajes particularmente enigmáticos.

Otro de los problemas que están directamente vinculados con la inexistencia de otros testimonios de la obra es el desorden de folios que va desde el 54 hasta el 64. El modo en que Lazar intenta subsanarlo no tiene una justificación enteramente clara si se tiene en cuenta la materialidad del manuscrito, ya que en ocasiones reubica fragmentos que no evidencian un desorden en los cuadernos. Por eso opté por intervenir el texto sólo cuando la continuidad del relato estuviera severamente

comprometida; es decir, cuando se rompiera una estructura sintáctica. Como *La fazienda* se caracteriza por intercalar episodios y por la elipsis, que en varias ocasiones interrumpe la narración, no consideré apropiado reordenar perícopas cuya distribución no parecía deberse a un problema mecánico de transmisión textual.

Una vez más, vemos cómo se torna necesario conocer el contexto de circulación de la obra, así como las condiciones materiales de producción, para superar algunas de las dificultades relacionadas con su transmisión en un único manuscrito.

4) La geografía como elemento estructurador

En *La fazienda de Ultramar*, la matriz ordenadora del universo bíblico está dada por la geografía de Tierra Santa, tomando como referencia las guías de peregrinos a Jerusalén. Como indica el título de esta tesis, este aspecto fue el motor principal de mi investigación doctoral. Al respecto, cabe aclarar que el estudio de *La fazienda de Ultramar* y su puesta en correlación con otros itinerarios muestran que el recorrido geográfico es un artificio narrativo, una herramienta generadora de sentidos que no pretende servir de guía real para una excursión a Tierra Santa.

Por otra parte, el análisis de las representaciones geográficas presentes en el texto no sólo es importante por su relación con la estructura y organización narrativa de la obra, sino también por reflejar el conocimiento geográfico de la época, en la que la Biblia se tomaba como autoridad máxima para la construcción del espacio y determinaba la manera en que el hombre interactuaba con él; por lo tanto, el estudio de *La fazienda* también nos permite establecer una red de alusiones con otros textos contemporáneos que construyen espacios simbólicos a partir de la Escritura. Resulta pertinente retomar lo que Michel Foucault⁵ denominó “espacio de localización”: los espacios están jerarquizados, categorizados en sagrados y profanos, cerrados y abiertos, y, sobre todo, están fijos, ajenos a toda noción de relatividad y de perpetuo movimiento e inestabilidad que se alcanzó en una etapa posterior del conocimiento cosmológico. Considero que la forma de representar la

⁵ FOUCAULT, Michel –“Des espaces autres”. *Architecture, Mouvement, Continuité* 5 (Octubre 1984), pp. 46-49. Conferencia dictada en el Cercle des études architecturales, 14 de marzo de 1967.

geografía en textos de este tipo responde a esta forma de entender los espacios como fijos y absolutos, como eternamente marcados por los relatos que los atravesaron. A su vez, resultan pertinentes las operaciones analizadas por Michel De Certeau⁶, quien señala que el relato opera sobre los distintos lugares fundando espacios, por ejemplo, con la tumba de los héroes o con la resignificación de piedras, árboles u otros hitos por medio de las acciones de sujetos históricos.

Igualmente relevante resulta la noción de recorrido, en tanto acto de enunciación que opera como la descripción: se proporciona una camino que se visualiza como algo estático (“allí delant”, “a parte de orient”, “yuso sos” o “asuso sobre”) o móvil (“allí por la ribera del mar va omne a...”). Este análisis me parece sumamente interesante para analizar un tipo de discurso en el que las descripciones visuales no abundan: la mayoría de las descripciones presentes en la obra no son largas digresiones cargadas de imágenes sensoriales y de adjetivaciones, sino un entramado de localizadores espaciales, citas y referencias a personajes ficticios o históricos. Por eso, me inclino por clasificar los pasajes descriptivos, como De Certeau, en “mapas” y “recorridos”, vinculados cada uno con operaciones descriptivas estáticas y móviles, en las que estas últimas determinan el estilo entero de la narración. La forma del recorrido condiciona a la del mapa, por lo que el *ver* está subordinado a un *hacer*, a cumplir con un itinerario. Incluso, como explica también De Certeau, los mapas propiamente dichos que fueron diseñados en este período incluían trazos de recorridos, indicaciones performativas que determinaban la representación geográfica: en las representaciones cartográficas del período un lugar existe porque es atravesado por la experiencia humana y en función de un recorrido.

En síntesis, me parece apropiado hablar, como De Certeau, de prácticas espacializantes, un concepto superador de la dicotomía narración/descripción que proponía la crítica para analizar el discurso de *La fazienda de Ultramar* y que desconoce el entramado textual que subyace a su estructura. Atendiendo a esta

⁶ DE CERTEAU, Michel - “Espacios’ y ‘lugares” y “Recorridos y mapas”. in *La invención de lo cotidiano: 1. Artes de hacer*. México, D. F.: Universidad Iberoamericana, 2006.

cuestión podremos ver el modo en que se proyecta la historia sobre la geografía, y se examinan las distintas capas de historia que cubren cada punto geográfico.

El hecho de que el desarrollo de la acción se encuentre imbricado con la descripción del espacio y que no pueda dividirse el texto en dos partes me condujo a evaluar cuál era el verdadero sentido de esa peregrinación que, en más de una ocasión, se vuelve impracticable por las grandes distancias que separan los hitos geográficos – distancias que, a su vez, se marcan de formas imprecisas–. Este punto se esclarece a la luz de la noción de *homo viator* que, junto con el de *peregrinatio vitae*, constituyen herramientas de interpretación útiles a la hora de analizar relatos de viajes medievales. Esta idea de que hombres y mujeres somos extranjeros en este mundo y que nuestro paso por la Tierra encarna una alienación (transitoria y orientada), una peregrinación universal hacia la redención, resignifica la motivación detrás de la tradición textual de los itinerarios. Todo itinerario se convierte en una manifestación providencial de un Orden, que se refleja también en el relato, concebido simbólicamente como un recorrido. Es por eso que *La fazienda de Ultramar* también puede ser entendida como una obra que es un viaje en sí mismo. No resulta casual, por lo tanto, que los últimos renglones se refieran a la venida del Mesías y a la promesa de la redención: “de Silo troa que venga Messías, que a Él es dada la realdad e a Él serán amansadas todas las yentes” (fol. 84v). La estructura circular de la obra, en la que Hebrón es punto de llegada y de salida, entonces, cierra el recorrido geográfico y también el textual, y resignifica el viaje como obra, como frecuentemente se hacía en la literatura del período. Es, también, la representación tipológica del cumplimiento de las profecías y de las promesas divinas, a partir de la cual se establecen conexiones entre las imágenes del exilio (del Paraíso) y del éxodo (de Egipto), y la búsqueda de la gracia divina.

El lector que recurre a una obra de este tipo, por lo tanto, no lo hace para servirse de la misma como una guía práctica sobre la que basarse para llevar a cabo un viaje físico, sino que el recorrido es espiritual, y está fundado en la identificación con los hombres y mujeres que, extraviados, buscaban la gracia perdida. El paso por el desierto, los asentamientos y montes, aúna a los personajes del Antiguo y del Nuevo Testamento, pero también a los lectores contemporáneos del autor de *La fazienda*.

Conclusiones

Lo hasta aquí expuesto me conduce a reafirmar las hipótesis de las que partí: el proceso de traducción, en tanto reelaboración de un discurso preexistente, conlleva una resignificación y una recontextualización de textos precedentes. A partir de esta noción, me aproximé al conocimiento del modo de transmisión del imaginario bíblico en lengua romance y del horizonte de expectativas de la sociedad ibérica del siglo XIII.

A su vez, comprobé que la caracterización formal y temática de la obra, comprendida en el marco de una contienda de prácticas discursivas, contribuye a una comprensión más cabal del período de emergencia de las letras castellanas. El trabajo con fuentes textuales de materias variadas y la labor de traducción que incorpora tanto el texto hebreo como la *Vulgata* para dar lugar a un texto nuevo son un espejo del modo en que la creación literaria medieval privilegiaba la integración de distintas tradiciones para generar nuevos sentidos.

Finalmente, corroboré que el estudio de las referencias geográficas presentes en *La fazienda* (ya no entendidas como digresiones, sino como partes integrales del texto) refleja un modo de reproducir la realidad espacial empírica que en ocasiones está en contienda con lo que transmitía la Escritura. Esto, en consecuencia, profundizó mi conocimiento de la percepción medieval del espacio.

La fazienda de Ultramar no sólo es el primer texto en castellano que refleja la preocupación por contextualizar la narración bíblica; también es una obra en la que las posibilidades y alcances de una lengua romance tienen una notable relevancia, ya que desde los primeros párrafos su autor le da un lugar central a la indagación lingüística acerca de los nombres de los lugares citados, y lo hace a partir del trabajo sobre el texto hebreo y el latino.

Finalmente, el estudio de estos aspectos y de otros que surgieron a la luz de esta investigación son una evidencia más de la necesidad de contar con una nueva edición que respete las particularidades del manuscrito y las motivaciones e

intereses de su autor, y consiga recomponer el sistema cultural en que está inserta la obra.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

LAURA MARTI, Melisa – “*Geografía e imaginario bíblico medieval. Estudio y edición de 'La fazienda de Ultramar'*”. Tese de Doutoramento em Literatura, apresentada à Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires (Argentina), em Abril de 2019. Orientação da Professora Doutora Carina Zubillaga”. *Medievalista* 30 (Julho – Dezembro 2021), pp. 387-402. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



La imagen escultórica del Crucificado en la Galicia del siglo XIV. Tipos, usos y significados. Tese de Doutoramento em Estudos Medievais apresentada à Universidade de Santiago de Compostela, em Março 2020. Orientação das Professoras Marta Cendón Fernández e María Luz Ríos Rodríguez

Sara Carreño

Universidade de Santiago de Compostela
15782; Santiago de Compostela; España

sara.carreno@usc.es

<https://orcid.org/0000-0003-3804-5733>

Data recepção do artigo / Received for publication: 31 de Janeiro de 2020



El propósito de esta tesis doctoral es estudiar los usos y significados que tuvieron las diversas representaciones escultóricas de Cristo crucificado dentro de la cultura religiosa de la Galicia del siglo XIV¹. Para ello, este trabajo se aproximó a la realidad visual, material y cultural de los siglos bajomedievales en Galicia partiendo de una imagen que remite de forma directa al misterio central del cristianismo, sintetizando la esperanza de los fieles cristianos en la posible salvación eterna tras la muerte. Además, esta tesis busca examinar hasta qué punto el caso gallego se adapta a las dinámicas presentes en otros territorios del Occidente medieval cristiano. Esta aproximación no solo permite conocer el papel que las imágenes jugaron dentro de su sistema cultural, sino que también nos ofrece una visión panorámica de las experiencias de quienes vivieron en la Galicia de finales de la Edad Media.

La inabarcable amplitud del objeto de estudio obligó a restringir el corpus a través de una serie de delimitaciones que, aunque puedan resultar rígidas y artificiales –pues distorsionan la realidad pasada– resultan imprescindibles de cara a establecer la muestra a examinar. Así, se establecieron las siguientes acotaciones: iconográfica (la imagen de Cristo crucificado), tipológica y material (la producción escultórica en piedra y madera), territorial (Galicia) y cronológica (el siglo XIV).

La primera delimitación establecida fue la iconográfica. La elección de la imagen del Crucificado como foco de estudio se ajusta a la realidad religiosa bajomedieval, pues se produce entonces un giro en la consideración de Cristo, más centrada en su lado humano y no únicamente en su esencia divina. Por consiguiente, se produce un aumento en las devociones cristológicas y en las imágenes de Cristo en la cruz. En cualquier caso, debe partirse de la premisa de que el Crucificado es –por razones

¹ Esta investigación fue financiada por la Xunta de Galicia (Axudas de apoio á etapa predoutoral, 2016) y realizada en el marco del grupo de investigación *Medievalismo: espacio, imagen y cultura* (GI-1507) de la Universidad de Santiago de Compostela. La consulta de esta tesis doctoral puede ser solicitada a través del repositorio institucional MINERVA en el siguiente enlace: <https://minerva.usc.es/xmlui/handle/10347/23226>.

obvias– uno de los tipos iconográficos más habituales de la producción visual medieval².

En cuanto a la elección tipológica y material, al centrar el estudio en la producción escultórica en piedra y madera se dejaban fuera del corpus todas las piezas llevadas a cabo en otros materiales o técnicas, como la pintura, la orfebrería, la miniatura o la eboraria. La preferencia por la escultura se fundamenta en la diferencia cuantitativa de vestigios conservados si se compara con otros materiales –a excepción de la orfebrería–, así como en la diversidad de usos y configuraciones que presentan las imágenes en estos medios. Es decir, la escultura resulta más versátil a la hora de aproximarse al uso de las imágenes, permitiendo examinar múltiples contextos espaciales, tipos de piezas y técnicas.

Se estableció también una acotación territorial centrada en Galicia. Resulta cuando menos complejo la creación de una delimitación territorial a la hora de aproximarse al pasado, pues existe el peligro de extrapolar las concepciones contemporáneas del espacio a la realidad medieval. Esta delimitación, a pesar de su proximidad con la actual demarcación político-territorial de Galicia, responde también a la existencia de una entidad territorial con límites similares durante los siglos medievales: el reino de Galicia, enmarcado desde 1230 en la Corona de Castilla.

Finalmente, se decidió fijar el marco temporal en el siglo XIV. Somos conscientes de que la concreción de un marco cronológico que abarque de 1300 a 1400 resulta

² Son numerosos los trabajos en los que se ha abordado de alguna forma esta temática. En un primer momento se realizaron estudios formales e iconográficos que plantearon la evolución de esta imagen, entre los que cabe destacar el trabajo de Paul Thoby por constituir el primer estudio monográfico de este tipo. THOBY, Paul – *Le crucifix des origines au Concile de Trente. Étude iconographique*, 2 vols. Nantes: Bellanger, 1959. Posteriormente se desarrollaron estudios especializados centrados en cronologías, tipologías o aspectos concretos, entre los que podemos citar a modo de ejemplo las aportaciones de: RAW, Barbara C. – *Anglo-Saxon Crucifixion Iconography and the Art of the Monastic Revival*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990; CHAZELLE, Celia – *The Crucified God in the Carolingian Era. Theology and Art of Christ's Passion*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001; MULLINS, Juliet, NÍ GHRÁDAIGH, Jenifer y HAWTREE, Richard (eds.) – *Envisioning Christ on the Cross: Ireland and the Early Medieval West*. Dublín-Portland: Four Courts Press, 2013. Para el caso gallego, el único estudio que había abordado las imágenes del Crucificado de un modo conjunto es la aportación de Carmen Manso Porto en la colección *Galicia. Arte*, donde la autora establece la evolución formal de las tallas en madera del Crucificado en Galicia. MANSO PORTO, Carmen – “Relieves y retablos. Imaginería”. in RODRÍGUEZ IGLESIAS, Francisco (dir.) – *Galicia. Arte*, XI: *Arte Medieval (II)*. A Coruña: Hércules, 1993, pp. 414-455. Para un acercamiento más completo a la literatura científica sobre este tipo iconográfico remitimos a nuestra tesis doctoral.

ajeno a la realidad histórica a la que se aproxima el trabajo, pues las funciones de la imagen no varían con el paso del siglo XIV al XV. Sin embargo, esta acotación resultaba necesaria de cara a poder establecer una muestra abarcable. La elección de este marco cronológico vino determinada por una serie de razones. Más allá del hecho de tratarse de un contexto en el que tienen lugar grandes cambios sociales, políticos y religiosos– con su consiguiente impacto en la producción visual–, existen una serie de justificaciones específicas relativas al caso gallego. Así, es en esta centuria cuando las producciones visuales en Galicia asimilan, de manera definitiva, los códigos visuales asociados al sistema representativo gótico, que tienen un impacto en el modo de representar a Cristo crucificado, con unas nuevas formulaciones visuales en correspondencia con los discursos teológicos y con la realidad social del momento. Además de los cambios en las características formales y estéticas, se producen en esta centuria novedades a otros niveles. Por ejemplo, aumenta el número de piezas fabricadas, la producción se vincula a nuevos comitentes, se multiplican las tipologías escultóricas y, consecuentemente, se diversifican los usos asociados a ellas. Finalmente, cabe destacar que, como había puesto de manifiesto Serafín Moralejo, es precisamente a partir de 1300 cuando se produce una revitalización en la labor escultórica en este territorio, que había sufrido un estancamiento en las décadas anteriores³. En definitiva, la decisión de centrar este trabajo en el siglo XIV se basa en que esta centuria supone el culmen de una serie de cambios que luego se mantendrán durante los siglos posteriores, tanto a nivel iconográfico como tipológico y funcional.

En cualquier caso, aunque se hayan establecido estas delimitaciones, resulta fundamental destacar que a lo largo del trabajo esas fronteras son traspasadas en numerosas ocasiones a través de la aplicación de análisis comparativos. De este modo, son constantes las referencias tanto a otras realidades territoriales y culturales como cronológicas y materiales. Esta aproximación muestra el interés de

³ Moralejo afirma que el hecho de que durante el siglo XIII no se afiance el gótico en Galicia (que se encontraba presente ya durante las primeras décadas de esa centuria en la Catedral de Tui), “no se debe, como se ha dicho muchas veces, a la pervivencia de la tradición regional; la relación entre uno y otro hecho es en realidad la de coefectos de la inasistencia de condiciones económicas y políticas más propicias”. MORALEJO ÁLVAREZ, Serafín – “Escultura gótica en Galicia, 1200-1350”. in FRANCO MATA, Ángela (coord.) – *Patrimonio artístico de Galicia y otros estudios*, I. Santiago de Compostela: Dirección Xeral de Patrimonio, 2004, p. 77.

presentar una forma más holística de entender los sistemas culturales, las sociedades y la reconstrucción del pasado a través de sus diversos vestigios materiales.

El resultado de la búsqueda y selección de piezas nos aportó, como era de esperar, una muestra enormemente heterogénea formada por esculturas de diversas tipologías: tallas en madera, cruces de piedra exentas, sarcófagos o varios relieves pétreos. Esta diversidad del material a estudiar conllevó que, consecuentemente, fuese necesario aproximarse a ellas de distintos modos, pues la pretensión final de esta investigación no era únicamente la de plantear un estudio formalista o iconográfico, sino la de aproximarse al objeto desde la perspectiva de la Historia Cultural, tratando también aspectos relativos a las funciones y recepción de la imagen, de modo que pudiésemos construir un relato sobre la cultura religiosa de la época y el papel que estos objetos tuvieron en ella.

Esta diversidad, tanto en la muestra como en el modo de estudiar las piezas, trajo como consecuencia una de las mayores problemáticas a la hora de realizar este trabajo: el modo en el que organizar el material de una forma coherente. Finalmente, establecimos una estructura en tres bloques, divididos a su vez en diversos capítulos destinados a temáticas específicas.

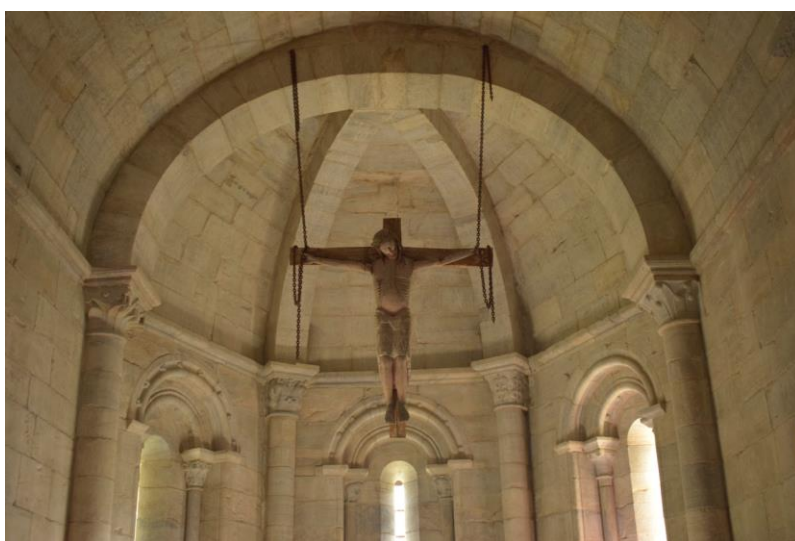


Fig. 1 – Crucificado, San Pedro Fiz de O Hospital, ca. 1300, (O Incio, Lugo)⁴.

⁴ Todas las imágenes utilizadas en este artículo son de autoría propia.

El primer bloque, compuesto de dos capítulos unificados bajo el título Marco Inicial, tiene como finalidad establecer una visión panorámica de la evolución de la imagen de Cristo crucificado, tanto a nivel europeo como centrado en el caso específico de Galicia. Así, el primer capítulo se dedica a la síntesis de la evolución de esta imagen, planteando un recorrido por el desarrollo y transformaciones que esta experimentó desde sus orígenes hasta finales de la Edad Media, conectando dichas variaciones con la realidad social y espiritual del momento. Además, decidimos incluir también un apartado en el que aludimos a las resistencias que se producen ante la introducción de modificaciones en las imágenes religiosas. Para ello nos centramos en un texto del obispo Lucas de Tui, en el que el obispo tudense asocia uno de los grandes cambios que tuvo lugar en la imagen del Crucificado –el paso de cuatro a tres clavos– con uno de los movimientos heréticos más importantes del momento: los albigenses⁵.

El segundo capítulo recoge los cambios que experimenta esta imagen en el caso específico de Galicia, aludiendo a las piezas conservadas en este territorio fundamentalmente entre los siglos XIII y XV. Este capítulo tiene dos finalidades: por un lado, hacer un recorrido a nivel formal presentando las variaciones en la plasmación de las esculturas conservadas; mientras que, por otro lado, se plantea una primera aproximación a las funciones de estas piezas, creando así una base que sirve de punto de partida para los estudios específicos que se plantean en los capítulos siguientes, donde el foco se centra en la diversificación de funciones de las imágenes del Crucificado⁶.

⁵ Lucas de Tui dedica un capítulo de su obra teológica, *De altera uita fide que controversiis adversus albigensian errors* (ca. 1235), a rechazar esta innovación en la figuración del Crucificado: *Contra illos qui dicunt, tres tantum clauos fuisse fixos in manibus et pedibus Saluatoris* (Libro II, Capítulo 11). Para la consulta en latín véase la edición: FALQUE REY, Emma (ed.) – *Lucae Tudensis. De altera uita*. Colección Corpus Christianorum. Continuatio Medievalis, 74A. Turnhout: Brepols, 2009. Traducido a castellano en: FALQUE REY, Emma – “La iconografía de la crucifixión en un tratado escrito en latín en el s. XIII por Lucas de Tuy”. *Laboratorio de arte* 23 (2011), pp. 19-32. Para el cambio en el número de clavos, véase: CAMES, Gérard – “Recherches sur les origines du crucifix à trois clous”. *Cahiers archéologiques: Fin de l’Antiquité et Moyen Age* 16 (1966), pp. 185-202.

⁶ En esta primera aproximación funcional, tras comprobar que una gran parte de las piezas conservadas son tallas en madera de gran tamaño, se alude al uso de estas esculturas en los altares, ya sea en el presbiterio o en otras capillas, un uso habitual de estas piezas, vinculado a la liturgia, el culto y la devoción – sea esta individual o colectiva. KROESEN, Justin E. A.; SCHMIDT, Victor M. (eds.) – *The Altar and its Environment, 1150-1400*. Turnhout: Brepols, 2010; SUREDA, Marc – “La imagen en el altar. Reflexiones sobre localización, propiedades y utilidades de la imagen esculpida a partir de ejemplos catalanes del medioevo”. *Codex Aquilarensis*, 28 (2012), pp. 86-94.

El segundo bloque, Imágenes más allá del altar, tiene como elemento vertebrador la presencia de imágenes más allá de estos espacios, mostrando cómo las funciones asociadas a las piezas llevaron a que estas abandonasen temporal o permanentemente sus emplazamientos estáticos habituales. Para ello se plantearon tres capítulos dedicados al estudio de tres tipos de producción diferentes y de los usos que se habrían hecho de ellos.

El primer capítulo se centra en el desplazamiento de imágenes del Crucificado como parte de ritos litúrgicos, remitiendo esencialmente a la liturgia de funerales. Para ello se estudia la presencia de imágenes en procesiones y otros puntos de la liturgia de difuntos a través del análisis de un caso específico: el sepulcro del “obispo desconocido” de la Catedral de Ourense (ca. 1320) (**Fig. 2**)⁷. El análisis de este monumento nos llevó a reflexionar sobre la representación de imágenes dentro de otras imágenes, pues en este monumento el Crucificado no es representado como referencia al episodio bíblico, sino como objeto, es decir, como simulacro. Así, presentamos los relieves de este sepulcro –en los que se figura parte de la liturgia de difuntos– como fuente visual que aporta información histórica a través de la que poder conocer el uso que se hacía de estos artefactos en la Galicia del siglo XIV, mostrándolos como un tratado litúrgico visual en el que la propia escultura reflexiona sobre los usos de la imagen⁸. Aun siendo conscientes de que la figuración de la liturgia de funerales en los sepulcros habría devenido en la producción escultórica del siglo XIV un motivo estereotipado que no necesariamente remite a una realidad específica, en este capítulo planteábamos la posibilidad de que los

⁷ MORALEJO ÁLVAREZ, Serafín – *Escultura gótica en Galicia (1200-1350)*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1975. Tesis doctoral.; SÁNCHEZ AMEIJERAS, Rocío – “Sepulcro de obispo desconocido: ¿sepulcro del obispo don Gonzalo de Novoa (†1331)?”. in GARCÍA IGLESIAS, José Manuel (ed.) – *Camiño de Paz. Mane nobiscum domine*. Santiago de Compostela: Consellería de Cultura, Comunicación Social e Turismo, 2005, pp. 163-172; CENDÓN FERNÁNDEZ, Marta – “La catedral de Ourense: receptáculo de la memoria de la sociedad medieval”. *Semata. Ciências Sociais e Humanidades* 22: El legado de las catedrales (2010), pp. 391-409.

⁸ Los estudios que trataron este tipo de figuración de imágenes dentro de imágenes, para las que se han utilizado términos como *metapaintings*, *metapictures* o *images-within-images*, se centraban fundamentalmente en época moderna. Investigaciones recientes han asociado el inicio de este tipo de figuración con los siglos medievales. Para estos conceptos véase, entre otros: STOICHITA, Victor I. – *The Self-Aware Image. An Insight into Early Modern Metapainting*. Trad. Anne-Marie Glasheen. Turnhout: Harvey Miller, 2015 [1997]; MITCHELL, William J. T. – *Teoría de la imagen. Ensayos sobre representación verbal y visual*. Trad. Yaiza Hernández Velázquez. Madrid: Akal, 2009 [1994]; BOKODY, Péter – *Images-within-Images in Italian Painting (1250-1350): Reality and Reflexivity*. Farnham-Burlington: Ashgate, 2015.

crucifijos representados en este sepulcro remitiesen al Cristo de los Desamparados (ca. 1200), la única talla en madera que habría existido en la catedral de Ourense cuando se llevó a cabo este monumento, que además comparte características formales con los crucificados de los relieves.



Fig. 2 – Sepulcro del "obispo desconocido", ca. 1320, Catedral de Ourense (capilla mayor).

El segundo capítulo trata el empleo de esculturas durante las puestas en escena teatrales y el modo en el que estas piezas se adaptaron morfológicamente a la diversificación de sus funciones, incorporando nuevos mecanismos que permitían su movimiento. En el caso de los crucificados, estos eran utilizados durante Pascua para representar la Pasión y el Descendimiento de Cristo, siendo documentado el uso de este tipo de esculturas por primera vez en el siglo XIV, en el *Ordinarium Barkingense* (Essex, ca. 1363-1367)⁹.

⁹ Los primeros estudios que se encargaron de este tipo de esculturas fueron los trabajos de Gesine Taubert y Johannes Taubert. La monografía de Kamil Kopania aumentó el *corpus* de piezas identificadas, al incluir referencias a ámbitos culturales no contemplados anteriormente, encontrando en su trabajo algunas referencias a los casos gallegos. TAUBERT, Gesine; TAUBERT, Johannes – “Mittelalterliche Kruzifixe mit Schwenkbaren Armen: Ein Beitrag zur Verwendung von Bildwerken in der Liturgie”. *Zeitschrift des Deutschen Vereins für Kunstwissenschaft* 23 (1969), pp. 79-121; KOPANIA, Kamil – *Animated Sculptures of the Crucified Christ in the Religious Culture of Latin Middle Ages*. Varsovia: Neriton, 2010.

En lo que respecta a Galicia, no se conservan fuentes textuales que confirmen la existencia de este tipo de puestas en escena del Descendimiento, sin embargo, la presencia de estas esculturas nos lleva a confirmarla. De este modo, las propias imágenes son presentadas, nuevamente, como la fuente histórica principal a través de la que reconstruir el pasado. Para ello, remitimos en esta tesis a los cinco crucificados gallegos que han sido identificados como articulados¹⁰, pero proponiendo nuestras dudas sobre uno de ellos, el crucificado de O Incio (Lugo) (**Fig. 1**), pues durante el trabajo de campo no pudimos comprobar la existencia de articulaciones en los brazos.

Las articulaciones de estas esculturas podían alcanzar diversos grados de complejidad, desde las simples articulaciones en los hombros para permitir el movimiento de los brazos hasta la incorporación de articulaciones en la cabeza, los codos, las manos, la cadera o las rodillas. De los casos gallegos, dos de ellas muestran sistemas de articulación enormemente complejos: los Santos Cristos de Ourense (**Fig. 3**) y Fisterra (ca. 1330-1340)¹¹. Debido a la excepcionalidad de estas esculturas buena parte de este capítulo se dedicó a su estudio, pues permitieron además la aproximación al empleo de nuevas técnicas y materiales en la producción escultórica: como recubrimientos, rellenos que hacen las esculturas blandas al tacto, o postizos. El empleo de estas nuevas técnicas hace que las esculturas se alejen de las simples tallas en madera policromadas, para configurar nuevos objetos que permitían la experiencia táctil de las imágenes.

¹⁰ Cuatro de ellos del siglo XIV: el Santo Cristo de la iglesia parroquial de Santa María das Areas de Fisterra, el Santo Cristo de la Catedral de Ourense, el Crucificado de la iglesia de San Pedro Fiz do Hospital de O Incio y el Crucificado el conservado en el Museo Diocesano de Tui. Únicamente una de las esculturas data del siglo XV: el crucificado de la iglesia parroquial de Vilabade, en Castroverde (Lugo), cuya cronología sería posiblemente de hacia finales de dicha centuria. González Montañés remite a seis piezas en su estudio al entender que habría existido otra más en la iglesia de San Miguel de Pexegueiro (Tui), sustituida hoy por una pieza neo-medieval. Al no conservarse la pieza original no remitimos a ella en nuestra enumeración. GONZÁLEZ MONTAÑÉS, Julio I. – *Drama e iconografía en el arte medieval peninsular (siglos XI-XV)*. Madrid: UNED, 2002. Tesis doctoral.

¹¹ Esta complejidad habría sido aludida ya en estudios previos. Por ejemplo, Ferro Couselo y Lorenzo Fernández hacían referencia a las articulaciones de los hombros, los dedos y la cadera para el caso ourensano. Pero, además, esta complejidad puede confirmarse a través de los informes resultado de las restauraciones de estas esculturas. FERRO COUSELO, Jesús; LORENZO FERNÁNDEZ, Joaquín – “La capilla y santuario del Santísimo Cristo de la Catedral de Orense”. *Boletín Auriense, Anexo 12* (1988); FERNÁNDEZ SANTIAGO, Ángeles – “Intervención de conservación y restauración”. *Camino de Santiago. Revista peregrina* 13 (2010), pp. 28-30.

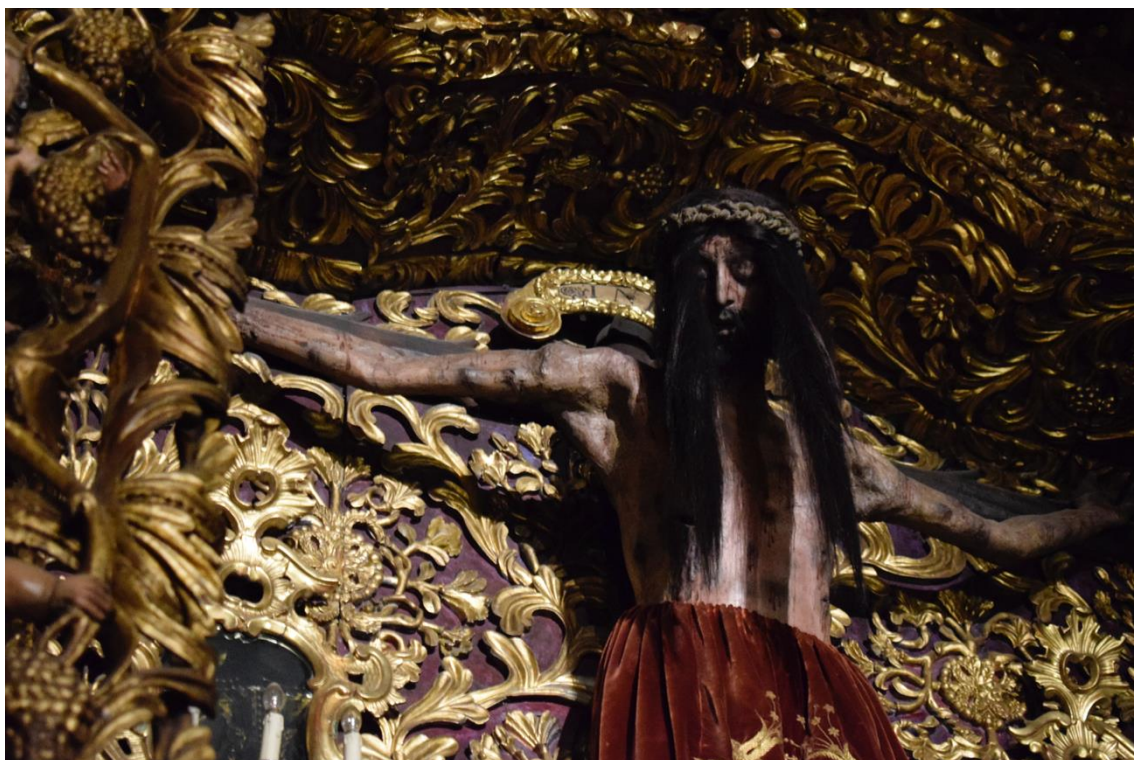


Fig. 3 – Santo Cristo de Ourense, ca. 1330-1340, Capilla del Santo Cristo (Catedral de Ourense).

El estudio de estas piezas también nos llevó a examinar otros aspectos más allá de sus características físicas, aludiendo a cuestiones como la tridimensionalidad, el naturalismo, la sensación de presencia provocada por estas esculturas o a la idea de “imágenes vivas”¹². A respecto de este último punto, fue habitual en la cultura bajomedieval que a las imágenes les fuesen asociadas capacidades de animación, es decir, que las imágenes eran asimiladas al ser humano, asociándoseles capacidades físicas similares a las nuestras, como pueden ser la habilidad de moverse, llorar o que les creciese el pelo. Este tipo de propiedades podrían ser asociadas a un objeto independientemente de su apariencia física, sin embargo, para el caso de las esculturas gallegas, consideramos que el naturalismo representativo y el uso de esos nuevos materiales jugaron un papel central en su identificación como algo similar a un ser humano¹³.

¹² FREEDBERG, David – *El poder de las imágenes. Estudios sobre la historia y la teoría de la respuesta*. Madrid: Cátedra, 1992 [1989]; BACCI, Michele – “Imágenes sagradas, injertos orgánicos y simulación de corporeidad en la Edad Media”. *Codex Aquilarensis*, 29: Imágenes en acción. Actos y actuaciones de las imágenes en la Edad Media (2013), pp. 99-116.

¹³ En este capítulo se alude a fuentes elaboradas a partir del siglo XVI en las que se han podido localizar referencias a la recepción posterior de estas esculturas medievales. Cabe destacar, por ejemplo: FLÓREZ, Enrique (ed.) – *Viage de Ambrosio de Morales por orden del Rey D. Philipe II a los*

Finalmente, el tercer capítulo de esta segunda parte se dedica al estudio de los cruceiros, cruces de piedra que a partir del siglo XIV comenzaron a disponerse en los espacios públicos –como plazas o caminos– convirtiéndose en nuevos elementos sacralizadores del paisaje medieval. Este tipo de monumento llevó a que las imágenes que habitualmente se encontraban en el interior de los templos abandonasen el entorno de las iglesias para encontrar nuevas localizaciones en los espacios cotidianos de la gente. Así, las imágenes que habitualmente se encontraban en los altares –como el Calvario, la Virgen con el Niño o las imágenes de santidad– aparecen ahora en cementerios, plazas, caminos o en las salidas de los núcleos poblacionales¹⁴.

En este capítulo, en primer lugar, aportamos nuestros argumentos para justificar por qué consideramos que estas cruces de piedra fueron originariamente una producción medieval, datando los primeros ejemplares conservados en el siglo XIV. Además, en esta tesis se propone una reconstrucción de cuáles habrían sido sus posibles funciones y localizaciones, concluyendo que se trata de construcciones multi-funcionales. Para poder llevar a cabo esta reconstrucción se partió de los propios vestigios conservados en Galicia, complementando su estudio con la aproximación a producciones foráneas, así como con el acceso a toda una serie de miniaturas y pinturas en las que se incluían representaciones de estas piezas que aportan datos fundamentales sobre la consideración medieval de las mismas.

Reynos de León, y Galicia, y Principado de Asturias (...). Madrid, 1765 [1572]; PORREÑO, Baltasar – *Nobiliario del Reyno de Galicia*. Trad. Dolores Barral Rivadulla y Óscar Ares Botana. A Coruña: Ediciones Boreal, 1997 [ca. 1570]; VILLALBA Y ESTAÑÁ, Bartolomé; GAYANGOS, Pascual de (eds.) – *El Pelegrino curioso y grandezas de España*, I. Madrid: Sociedad de Bibliófilos Españoles, 1886 [ca. 1580].

¹⁴ Para un estudio en conjunto de los “monumentos públicos” de la Europa medieval véase: TIMMERMANN, Achim – *Memory and Redemption. Public Monuments and the Making of Late Medieval Landscape*. Turnhout: Brepols, 2017. Para el caso gallego, la primera aproximación monográfica a este tipo de monumentos fue la de Castelao, de la que parten las primeras hipótesis para su estudio: CASTELAO, Alfonso – *As cruces de pedra na Galiza*. Vigo: Galaxia, 1984 [1950]. Para un estudio historiográfico sobre esta obra véase: CARREÑO, Sara – “From Religious Artefacts to Symbols of Identity. The Role of Stone Crosses in Galician National Discourse”. in HAWKES, Jane y TURNER, Philippa (eds.) – *The Rood in Medieval Britain and Ireland, c.800-c.1500*. Woodbridge: Boydell&Brewer, 2020, pp. 81-102. Para el estudio de los *cruceiros* véase también: VALLE PÉREZ, Xosé Carlos – “Cruceiros”. in OTERO PEDRAYO, Ramón – *Gran Enciclopedia Gallega*. Vol. VIII. Santiago de Compostela: 1974, pp. 49-59; BARRAL RIVADULLA, M^a Dolores; CENDÓN FERNÁNDEZ, Marta – “Devociones en piedra en la Galicia gótica rural”. *Semata. Ciências Sociais e Humanidades* 9: Espacios rurais e sociedades campestres (1998), pp. 405-423.

Finalmente, se propone un análisis de los programas visuales de cuatro casos que consideramos del siglo XIV: los cruceiros de Fervenzas (**Fig. 4**), Melide, Neda y Vimianzo. Dichos programas remiten fundamentalmente a la historia de la redención, la Segunda Venida y a aquellos que han de interceder por los difuntos en el más allá. Esta aproximación nos llevó a vincular este tipo de monumentos con la nueva consideración bajomedieval de la muerte y con el miedo ante la posibilidad de ser condenado, conectándolos especialmente con la muerte no asistida o la mala muerte, que obligaría a cumplir una condena temporal en el Purgatorio¹⁵.



Fig. 4 - Cruceiro de Fervenzas, siglo XIV, San Vicente de Fervenzas (Aranga, A Coruña).

Por último, el tercer bloque, Las imágenes y la muerte, se dedica al estudio de las piezas que pertenecen o pertenecieron a ámbitos funerarios. Para ello se establecieron tres capítulos, el primero de ellos concebido como una aproximación a los cambios que tienen lugar en la consideración de la muerte durante la Baja Edad

¹⁵ Un planteamiento en línea con las hipótesis de Elvira Mocholí Martínez para el caso valenciano. MOCHOLÍ MARTÍNEZ, Elvira - "Cruces, caminos y muerte". in GARCÍA MAHIQUES, Rafael; ZURIAGA SENENT, Vicent Francesc (coords.) - *Imagen y cultura. La interpretación de las imágenes como historia cultural*, II. Gandía: Biblioteca Valenciana, 2008, pp. 1097-1116.

Media, pues la muerte, en su condición de hecho cultural, fue entendida de modos diferentes dependiendo de las realidades sociales.

El segundo capítulo se dedica a la figuración del Crucificado en los sepulcros. Cabe destacar que la figuración de Cristo crucificado fue habitual en la producción funeraria europea, conservándose numerosos ejemplos en los que esta imagen forma parte de sus programas visuales. De este modo, al aproximarnos a la escultura funeraria gallega partíamos de la hipótesis previa de que la imagen del Crucificado sería un recurso habitual, basándonos en la centralidad de esta temática en relación con la salvación del alma tras la muerte, así como en la interrelación que se crearía entre la muerte de Cristo y la del propio individuo. Sin embargo, el estudio de las esculturas conservadas llevó a descartar esta hipótesis inicial, pues para el caso gallego sobresale la escasez de ejemplos conservados si se lo compara con otros territorios.

Se conservan en total cinco ejemplares medievales: cuatro en los que el Crucificado aparece como parte del calvario en la peana o yacija, de los cuales únicamente dos pueden ser datados con seguridad en el siglo XIV, el de Juana de Castro (ca. 1375) y el de Fernán Cao de Cordido (ca. 1377), ambos en Santiago de Compostela¹⁶. A mayores de estos dos ejemplares, contamos con un relieve que posiblemente hubiese formado parte de un arcosolio: el relieve que habría pertenecido al convento de San Francisco de Pontevedra, y que fuera datado por Dolores Fraga Sampedro en el siglo XIV (1320-1340)¹⁷.

En el capítulo destinado a los sepulcros, nos centramos fundamentalmente en el estudio de dos de ellos: el de Fernán Cao de Cordido y uno conservado en el claustro de la Catedral compostelana (**Fig. 5**). En el caso de Cao de Cordido su datación resulta sencilla, pues la indumentaria del yacente aporta un marco cronológico bastante específico que se corresponde además con la documentación asociada a

¹⁶ Además de estos dos ejemplos, se conservan otras dos yacijas en las que se figura el Calvario: la conservada en el claustro de la Catedral de Santiago de Compostela, a la que aludiremos a continuación, y la conservada en las ruinas de Santo Domingo de Pontevedra (Museo de Pontevedra, siglo XV), que habría pertenecido a algún miembro de la familia de los Soutomaioir.

¹⁷ FRAGA SAMPEDRO, M^a Dolores – “Un calvario peculiar: el franciscano orante al pie de la cruz”. *Quintana* 2 (2003), pp. 161-172.

este escudero. Sin embargo, el sepulcro del claustro despierta dudas en cuanto a su cronología, pues no contamos con elementos que ayuden a establecer un marco. De este modo, las referencias a su localización y el análisis estilístico de la pieza son las principales vías para poder aportar una datación. Así, aunque inicialmente consideramos que podría tratarse de una pieza del siglo XIV, finalmente proponemos una cronología de ca. 1400¹⁸.



Fig. 5 – Sepulcro, claustro de la Catedral de Santiago, principios siglo XV (Museo Catedralicio, Santiago de Compostela).

Tras remitir a los programas de estos monumentos y a sus significados (aludiendo a su doble función en relación con la memoria y la salvación del difunto), nos referimos también a los talleres que habrían podido trabajar en ellos, encontrando en el caso de Cao de Cordido conexiones con Betanzos; mientras que para el sepulcro catedralicio planteamos la hipótesis de que se encontrase vinculado a un taller

¹⁸ Este sepulcro aparece en las fichas de los catálogos de: REQUEJO ALONSO, Ana Belén – *El arte medieval en los museos compostelanos: el museo de la catedral de Santiago de Compostela*. Memoria de licenciatura inédita. Santiago de Compostela: 2000; YZQUIERDO PEIRÓ, Ramón – *Las colecciones de arte de la Catedral de Santiago: estudio museológico*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2015. Tesis doctoral.

portugués que trabajó en Compostela desde el segundo tercio del siglo XIV, o bien al impacto que este habría tenido sobre la producción escultórica compostelana¹⁹.

Finalmente, el último capítulo de esta tesis doctoral se aproxima a la representación de figuras orantes extemporales que son introducidas en la escena del Calvario (**Fig. 6**). Más allá de las funciones conmemorativas que podría tener este tipo de figuraciones que aludiría a los promotores, remitimos a otros posibles significados. En primer lugar, aludimos a como esta configuración visual podría ser entendida como una materialización retórica de la esperanza en la salvación futura del donante (en línea con las propuestas de Rosa Alcoy), mostrándose en estas escenas la relación entre el fiel y la divinidad²⁰. Además, planteamos también la posibilidad de que estas figuras funcionasen como elementos puente entre la realidad del fiel y la realidad representativa, incidiendo en cómo podrían haber servido de estrategias comunicativas que buscaban una respuesta activa en los espectadores, al mostrarles modelos visuales que incitarían a la imitación.

En conclusión, en esta tesis doctoral, a través del análisis de una serie de obras específicas que constituyeron nuestra muestra, estudiamos el papel que estos objetos habrían tenido en la cultura religiosa de la Galicia del siglo XIV. Nos aproximamos a la forma en la que las imágenes eran creadas, vistas, entendidas y sentidas, teniendo en cuenta aspectos como los espacios, la producción, la diversidad de usos o la recepción que podrían haber tenido ciertas piezas.

¹⁹ Este taller portugués, vinculado al Mestre Pêro de Coimbra – el centro escultórico más importante del norte de Portugal – traería consigo las soluciones y modelos presentes en el área conimbricense, difundidos por Galicia durante la segunda mitad del siglo XIV y el siglo XV. Sobre este taller véase: NÚÑEZ RODRÍGUEZ, Manuel – “La Virgen de la O del antiguo trascoro de la catedral compostelana y su filiación conimbricense”. *Seminario de Estudios de Arte y Arqueología* 47 (1981), pp. 409-415; DIAS, Pedro – “A pedra de Ançã, a escultura de Coimbra e a sua difusão en Galicia”. in VALLE PÉREZ, Xosé Carlos (coord.) – *Do tardogótico ó manierismo. Galicia e Portugal*. A Coruña-Lisboa: Fundación Pedro Barrié de la Maza - Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, pp. 9-24. Para un estudio de la imagen del Crucificado en la escultura funeraria portuguesa: MELO, Joana Râmoa – *Christus Patiens: representações do Calvário na escultura tumular medieval portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri, 2008.

²⁰ ALCOY, Rosa – *Anticipaciones del Paraíso. El donante y la migración del sentido en el arte occidental medieval*. Gasteiz-Buenos Aires: Sans Soleil Ediciones, 2017. Véase también: JONES, Lars R. – “Visio Divina? Donor Figures and Representations of Imagistic Devotion: The Copy of the ‘Virgin of Bagnolo’ in the Museo dell’Opera del Duomo, Florence”. *Studies in the History of Art* 61 (2002), pp. 31-55.



**Fig. 6 – Relieve de Nuestra Señora de Belén, ca. 1322-1323
Santa Cristina de Fecha (Santiago de Compostela).**

A través de este trabajo verificamos cómo, junto al aumento en la producción de esculturas de Cristo crucificado en Galicia en el siglo XIV, se produce también un incremento en la diversidad de tipologías, soluciones visuales, localizaciones y funciones para las que estas piezas son destinadas. Así, es en esta centuria cuando se generaliza la producción de sepulcros figurados o cuando comenzaron a ser creadas nuevas piezas, como los crucificados articulados o las cruces de piedra figuradas.

Junto al habitual acceso a las imágenes del Crucificado a través de su disposición en el presbiterio y en otras capillas, pueden ser identificados otros usos que conllevaron diferentes aproximaciones de la imagen al espectador. Esto es lo que sucede cuando esta imagen es desplazada como parte de ritos litúrgicos o de puestas en escena; cuando nuevas tipologías como los cruceiros sacan a los espacios públicos las imágenes que habitualmente se encontraban en el interior de las iglesias; o cuando esta imagen es incluida en los programas visuales de monumentos funerarios, que pueden ser encontrados en diversidad de localizaciones.

Finalmente, otro de los objetivos principales de nuestra investigación era observar hasta qué punto Galicia respondía a las realidades presentes en otros territorios del Occidente medieval, partiendo de la idea de que los reinos cristianos medievales presentan –hasta cierto punto– un carácter bastante homogéneo, pues se enmarcan en un sistema religioso común. Puede concluirse que la producción escultórica presente en Galicia responde a una homogeneidad cultural e ideológica que refleja una hegemonía cultural común que engloba todo el Occidente europeo cristiano. Así, aunque Galicia a priori podría ser considerado un territorio periférico, pudo comprobarse cómo es un área que participa de las corrientes internacionales.

Nuestro objetivo era ofrecer nuestra aportación a la reconstrucción de la cultura medieval en Galicia a través de las imágenes. De este modo, el estudio de estas esculturas ha aportado valiosas evidencias sobre las experiencias de los fieles cristianos de la Galicia de finales de la Edad Media.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

CARREÑO, Sara – “*La imagen escultórica del Crucificado en la Galicia del siglo XIV. Tipos, usos y significados*”. Tese de Doutoramento em Estudos Medievais apresentada à Universidade de Santiago de Compostela, março 2020. Orientação das Professoras Marta Cendón Fernández e María Luz Ríos Rodríguez”. *Medievalista* 30 (Julho – Dezembro 2021), pp. 403-420. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

VARIA

VARIA



MEDIEVALISTA

N.º 30 | Julho – Dezembro 2021

ISSN 1646-740X

**Using the Past. The Middle Ages in the Spotlight.
Conferência Internacional**

**Using the Past. The Middle Ages in the Spotlight.
International Conference**

Alicia Miguélez

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Instituto de Estudos Medievais
1070-312 Lisboa, Portugal

alicia.miguel@fcsh.unl.pt

<https://orcid.org/0000-0001-8034-285X>

Data recepção do artigo / Received for publication: 28 de Janeiro de 2021



A iniciativa “Using the Past. The Middle Ages in the Spotlight” resultou da colaboração institucional estabelecida entre o Mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha, várias unidades de investigação de universidades portuguesas (IEM, IHC, IELT e CHAM, da NOVA FCSH; o CH-FL da Universidade de Lisboa, o CSHC da Universidade de Coimbra), e três universidades estrangeiras (ITEM-Universidad Complutense de Madrid, EHESS de Paris e Universidade de Lincoln).

A iniciativa nasceu com dois objetivos claros: por um lado, criar um fórum de discussão para todos aqueles investigadores interessados nos usos do passado medieval e, por outro lado, desenvolver vários projetos colaborativos que permitissem avaliar até que ponto a Idade Média está presente no campo da criação artística contemporânea.

As circunstâncias provocadas pela propagação da COVID-19 levaram a comissão organizadora a passar a iniciativa para formato virtual, com o intuito não só de poder mantê-la, como também de aproveitar ao máximo tudo aquilo que a tecnologia pode oferecer em ordem a promover o debate intelectual, as sinergias de colaboração e a produção de novo conhecimento. Foi de facto um exercício de resiliência, que levou a lutar contra a adversidade e a continuar a projetar o futuro. Para atingir o primeiro dos dois objetivos acima referidos, organizou-se um congresso internacional, que decorreu entre os dias 9 e 12 de Dezembro de 2020. Marcado por uma visão post-disciplinar e de *longue durée*, este congresso reuniu um alargado número de especialistas que promoveram um intenso debate em torno de cinco grandes eixos temáticos: Metodologia (terminologia, conceitos, categorias); Medievalismo Académico; a Recepção da Idade Média; Política, Sociedade e *Mass Media*; e Turismo e Idade Média. Estes cinco tópicos nortearam as oito conferências de investigadores de referência no plano internacional, bem como as cerca de trinta sessões de comunicações e as três mesas redondas que decorreram durante os quatro dias do congresso.

Quanto aos projetos colaborativos, foram desenvolvidos em articulação direta com o Mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha, e visaram analisar a presença da Idade Média na música, nas artes visuais e na banda desenhada. Assim, o músico Ivan Vilela gravou um concerto no Mosteiro da Batalha em Setembro de 2020, que foi posteriormente editado pelo produtor musical Alê Siqueira e o técnico de multimídia Henrique Duarte. Em segundo lugar, foi realizado um projeto colaborativo com o duo de artistas visuais *Musa Paradisiaca*, que visou dar a conhecer e analisar o filme “Cena de Caça, 2017”, onde é mostrada a leitura de um fragmento de “A Tragédia do Marquês de Mântua e do Imperador Carlos Magno” e parte do guião do “Tchiloli”, da tradição teatral de São Tomé e Príncipe. Durante a conferência teve lugar uma conversa ao vivo com os artistas, com o objetivo de abordar várias questões relacionadas com a recepção de narrativas literárias medievais em contextos não europeus. Finalmente, realizou-se também uma entrevista com o jornalista e *cartoonista* Pedro Massano, autor da banda desenhada “A Batalha”, que traduz em imagens a narração do episódio da Batalha de Aljubarrota.

A entrevista com o autor da banda desenhada e uma seleção das pranchas originais da mesma; o filme “Cena de Caça” dos *Musa Paradisiaca*; e ainda o *teaser* do concerto de Ivan Vilela, foram disponibilizados num espaço virtual integrado no site que foi construído para esta iniciativa, acessível a todos os participantes inscritos. Nessa *intranet*, os participantes tiveram ainda a possibilidade de aceder a outros conteúdos. Entre eles, destacam-se uma *Book Nook*, com uma seleção de obras de referência para os académicos interessados em Medievalismo e uma outra lista de textos literários inspirados no mundo medieval. Os participantes puderam ainda encontrar neste *site* uma seleção de videojogos tematicamente inspirados na Idade Média.

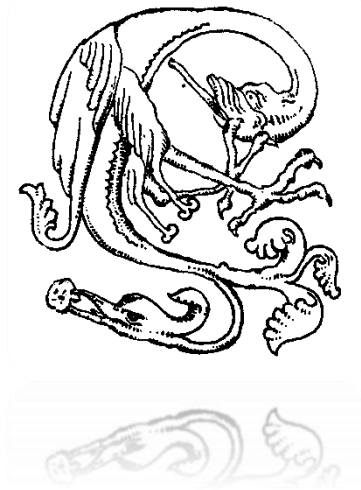
O *site* e a sua *intranet* foram ainda uma ferramenta imprescindível para o acesso dos participantes ao programa do congresso e aos links que lhes permitiam assistir às suas diversas sessões, que decorreram na plataforma ZOOM/Colibri. Ademais, através de um canal de YouTube criado para a iniciativa, foram retransmitidas as sessões do congresso e a sua atividade final, a *première* do concerto do Ivan Vilela.

As plataformas digitais e redes sociais jogaram de facto um papel importante na divulgação desta iniciativa. Assim, através de perfis criados no Facebook, Twitter e Instagram, foram disseminados, previamente à celebração do congresso, um conjunto significativo de vídeos de apresentação das diversas atividades que iriam decorrer durante os dias do congresso, e ainda conteúdos multimídia de outra natureza, como o vídeo que mostra imagens gravadas por um drone ao sobrevoar o mosteiro da Batalha, que foram generosamente doadas pelo diretor do Mosteiro, o Doutor Joaquim Ruivo. Já durante a conferência, os participantes utilizaram estas redes como ponto de encontro para a troca de impressões sobre o decorrer das sessões, palestras, mesas redondas e conversas ao vivo.

A iniciativa atingiu uma elevada adesão, com 350 participantes procedentes de, praticamente, todos os cantos do mundo. Graças à tecnologia e ao longo de quatro intensos dias, académicos, artistas, jornalistas e público em geral reuniram-se virtualmente e, num ambiente construtivo, promoveram a partilha e intercâmbio de opiniões, visões e ideias. O próximo objetivo será, sem dúvida, dar-lhe continuidade e fazer florescer novos projetos e ideias. Trabalhar-se-á no sentido de construir um futuro em que seja possível aproveitar tudo aquilo que germinou durante o tempo em que a pandemia provocada pela COVID-19 nos obrigou a repensar e desenhar alternativas para continuar nesta senda, para fazer frente à adversidade conseguindo ainda resultados positivos.

COMO CITAR ESTE ARTIGO / HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

MIGUÉLEZ, Alicia – “Using the Past. The Middle Ages in the Spotlight. Conferência Internacional.” *Medievalista* 30 (Julho – Dezembro 2021), pp. 423-427. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.



MEDIEVALISTA

N.º 30 | Julho – Dezembro 2021

ISSN 1646-740X

Nos 800 anos das Inquirições régias de 1220: o texto e os contextos em debate

On the 800th anniversary of the Royal Enquiries of 1220: text and contexts under discussion

Filipa Roldão

Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras,
Centro de História da Universidade de Lisboa
1600-214 Lisboa

roldao.filipa@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-8760-6133>

Data recepção do artigo / Received for publication: 17 de Março de 2021



No ano de 2020, assinalaram-se os 800 anos das inquirições gerais ordenadas por D. Afonso II, rei de Portugal, acontecimento que o Instituto de Estudos Medievais (NOVA FCSH), com a parceria do Centro de História da Universidade de Lisboa (CH-ULisboa), decidiu celebrar através de três iniciativas que, no seu conjunto, reafirmam a investigação que esse Instituto tem vindo desde há muito a desenvolver em torno dos inquéritos régios medievais, designadamente através das actividades desenvolvidas pelo projecto *Regnum Regis – As inquirições de 1220 e a génese da memória documental do reino medieval português*¹.

Amélia Aguiar Andrade (NOVA FCSH-IEM), José Augusto Sotomayor-Pizarro (ACL; FLUP-CEPESE), Filipa Roldão (CH-ULisboa) e João Luís Fontes (NOVA FCSH-IEM) coordenaram a organização do colóquio internacional *Inquirições e poder na Europa medieval (séc. XII-XIV). Nos 800 anos das inquirições do rei Afonso II de Portugal*, que teve lugar na Academia das Ciências de Lisboa e no Arquivo Nacional / Torre do Tombo, nos dias 19 e 20 de Outubro de 2020. Com o objectivo amplo de actualizar linhas de reflexão sobre a natureza, os agentes, os territórios e os contextos de produção dos inquéritos régios no Ocidente medieval, o colóquio aprofundou o estudo do caso português, sobretudo em torno de 1220, promovendo um debate comparativo, através de contributos internacionais diversos e geograficamente representativos.

Numa primeira parte, exclusivamente dedicada ao Ocidente europeu, David Roffe apresentou linhas de reflexão em torno do caso inglês e do *Domesday Book*, Thierry Pécout dedicou-se aos inquéritos gerais angevinos, Marie Dejoux ensaiou uma abordagem comparativa entre o caso francês e o caso português, Eloisa Ramirez Vaquero abordou o caso de Navarra e Stanislav Bárta o, para nós, pouco conhecido caso checo. Seguidamente, o colóquio centrou-se no caso português, com uma reflexão sobre as inquirições medievais portuguesas de modo cronologicamente

¹ Resultados disponíveis em <https://iem.fcsh.unl.pt/section.aspx?kind=outros&id=258>.

amplo, como o comprovam os contributos de Maria João Branco sobre o papel das inquirições nos processos judiciais envolvendo a Igreja nos séculos XII e XIII, os de José Augusto Sotomayor-Pizarro sobre o papel da Academia das Ciências de Lisboa na edição das inquirições medievais e sobre a política régia no lançamento das inquirições dionisinas, e, ainda, o de Bernardo Vasconcelos e Sousa sobre dimensões do poder régio nas inquirições de D. Afonso IV. Por fim, um conjunto de reflexões procurou reinterpretar as inquirições do ano de 1220, sob renovadas perspectivas. Hermínia Vasconcelos Vilar dedicou-se à conjuntura política antecedente, enquanto Amélia Aguiar Andrade se centrou na releitura do território abrangido pelo inquérito de 1220. Filipa Roldão e Joana Serafim propuseram uma reflexão sobre os manuscritos preservados do inquérito e a sua genealogia, Mário Jorge Barroca e Sérgio Guedes procuraram alcançar novas pistas para o conhecimento da organização militar portuguesa, e João Luís Fontes e Maria Filomena Andrade dedicaram-se à compreensão da inserção monástico-conventual no Entre Douro e Minho.

O presente colóquio viria ainda a ser o lugar escolhido para o lançamento de um selo comemorativo dos 800 anos das inquirições de 1220, numa parceria editorial entre os CTT e José Augusto Sotomayor-Pizarro.

O encerramento dos trabalhos consagrou a segunda das iniciativas comemorativas em torno das inquirições de 1220: a abertura da mostra documental subordinada ao tema *Dominus Rex. As Inquirições Medievais dos Reis de Portugal*, patente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, entre os dias 20 de Outubro de 2020 e 19 de Janeiro de 2021. Em estreita relação com a reflexão proposta no colóquio, esta mostra procurou conduzir o visitante pelos manuscritos que albergam o texto das principais inquirições régias medievais, conservados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, assim como por um conjunto de selos régios que testemunham a afirmação do poder dos monarcas portugueses. O catálogo desta mostra, em edição bilingue português/inglês e em acesso aberto, é coordenado pelos organizadores do

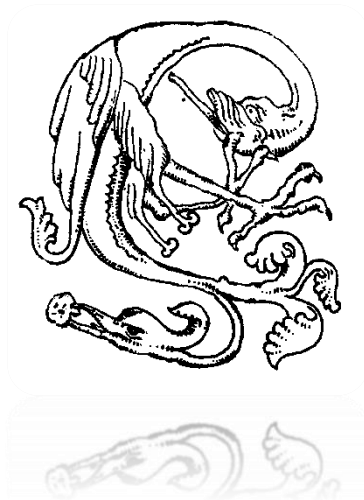
colóquio, os quais, juntamente com Miguel Metelo Seixas, assinam pequenos textos de apresentação e reinterpretação das peças expostas².

A terceira e última iniciativa consiste na reedição do texto dos manuscritos que compõem as inquirições de 1220, tomando como ponto de partida, por um lado, a edição oitocentista de Alexandre Herculano e, por outro, os contributos dados pelo projecto *Regnum Regis*. Amélia Aguiar Andrade, João Luís Fontes, Filipa Roldão e Joana Serafim serão os editores da obra que integrará um novo volume da nova série *Inquisitiones dos Portugaliae Monumenta Historica*, com a chancela da Academia das Ciências de Lisboa, e com data de publicação prevista para o presente ano de 2021. As iniciativas científicas de comemoração dos 800 anos passados sobre o inquérito de 1220 procuraram, pois, uma reavaliação do seu texto e dos seus contextos, reafirmando junto de medievalistas e do público em geral o valor histórico de um dos patrimónios documentais mais antigos do país.

² ANDADE, Amélia Aguiar; FONTES, João Luís; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (Ed.) – *Dominus Rex. As Inquirições Medievais dos Reis de Portugal. Catálogo da mostra documental / Dominus Rex. The Medieval Inquiries of the Kings of Portugal: Catalogue of the Documental Exhibition*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais/Centro de História da Universidade de Lisboa, 2020. Disponível in <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/44861>; e, <https://run.unl.pt/handle/10362/107600?mode=full>.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

ROLDÃO, Filipa – “Nos 800 anos das Inquirições régias de 1220: o texto e os contextos em debate”. *Medievalista* 30 (Junho – Dezembro 2021), pp. 429-433. Disponível em <https://medievalista.iem.fcs.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



**Jornadas – “Las monarquías peninsulares y las órdenes
jerónima y cartuja: poder y espiritualidad
en la Baja Edad Media”**

**Conference – “The peninsular monarchies and the Hieronymite
and Carthusian orders: power and spirituality
in the late middle ages”**

Juan A. Prieto Sayagués

Universidad Complutense de Madrid
Departamento de Historia de América y Medieval y Ciencias Historiográficas
28040 Madrid, España

juananpr@ucm.es

<https://orcid.org/0000-0001-9286-2182>

Data recepção do artigo / Received for publication: 8 de Janeiro de 2021



Durante los días 25 y 26 de noviembre del 2020 se celebraron en la Universidad Complutense de Madrid las Jornadas “Las Cortes peninsulares y las órdenes jerónima y cartuja. Poder y espiritualidad”, en conmemoración del 1600 aniversario del deceso de san Jerónimo. Las mismas se desarrollaron de forma virtual, debido a la situación de emergencia sanitaria y se enmarcaron en el Proyecto de Investigación “Expresiones de la cultura política peninsular en las relaciones de conflicto (Corona de Castilla, 1230-1504)”¹, dirigido por el Dr. José Manuel Nieto Soria.

En las Jornadas se dieron cita quince especialistas provenientes de once instituciones españolas, portuguesas y peruanas, entre las que se encuentran las universidades Autónoma, Complutense y Politécnica de Madrid, Barcelona, Piura (Perú), Pontificia de Comillas, Santiago de Compostela, de Educación a Distancia, Valencia, el Instituto de Estudos Medievais – Universidade Nova de Lisboa y el Consejo Superior de Investigaciones Científicas de Madrid.

El encargado de abrir las jornadas fue José Manuel Nieto Soria, quien impartió una conferencia en la que puso de manifiesto los estrechos y constantes vínculos entre las órdenes jerónima y cartuja y las diferentes monarquías peninsulares, desde el periodo bajomedieval hasta la etapa moderna. Le sucedieron César Olivera Serrano (Consejo Superior de Investigaciones Científicas) y Margarita Cantera Montenegro (Universidad Complutense de Madrid), quienes abordaron el contexto de reforma, no solo religiosa, sino también político y socioeconómico, en el que emergieron ambas órdenes en Castilla durante el último tercio del siglo XIV, coincidente con el momento de su máximo apogeo en la mayoría de reinos peninsulares.

Las siguientes conferencias centraron su atención en los diferentes vínculos mantenidos entre las diferentes cortes peninsulares con cada una de las órdenes objeto de análisis de las jornadas. El primero de los días estuvo dedicado a las

¹ Ref. HAR2016-76174-P, del Programa Estatal de Fomento de la Investigación Científica y Técnica de Excelencia.

relaciones entre la Orden de la Cartuja y sus religiosos con las cortes aragonesa y castellana, desde los puntos de vista político y devocional (Albert Ferrer, Universidad de Valencia y Juan A. Prieto Sayagués, Universidad Complutense de Madrid), los conflictos surgidos entre la cartuja de Aniago y la monarquía a raíz de la incautación de joyas y objetos preciosos por parte de la reina María de Aragón (Diana Pelaz Flores, Universidad de Santiago de Compostela), para finalizar con un análisis artístico de las cartujas incidiendo en la memoria regia (Diana Lucía Gómez-Chacón, Universidad Politécnica de Madrid).

La segunda de las jornadas estuvo dedicada al análisis de las relaciones de las cortes portuguesa (João Luís Fontes, Instituto de Estudos Medievais – Universidade Nova de Lisboa), aragonesa (Francisco José Díaz Marcilla, Instituto de Estudos Medievais – Universidade Nova de Lisboa) y castellana con la orden jerónima y su evolución durante el periodo bajomedieval y la ausencia de dichos vínculos en el reino de Navarra (Juan Antonio Hidalgo Pardos, Universidad de Educación a Distancia), en unos momentos en los que la orden gozaba de una gran fama en los reinos vecinos. Otras conferencias focalizaron su atención en aspectos de carácter particular, como la relación de los jerónimos con la reinas (María del Mar Graña Cid, Universidad Pontificia de Comillas), la arquitectura jerónima (Eduardo Carrero Santamaría, Universidad Autónoma de Barcelona), las donaciones de joyas y objetos preciosos a El Parral por parte la familia real y algunos oficiales de la Corte (Francisco de Paula Cañas Gálvez, Universidad Complutense de Madrid) y la importancia política y cultural de algunos de los principales representantes jerónimos del periodo bajomedieval como los religiosos Gonzalo de Ocaña, Juan Ortega de Maluenda y Hernando de Talavera (David Nogales Rincón, Universidad Autónoma de Barcelona y Guillermo Arquero Caballero, Universidad de Piura). Asimismo, Juan Antonio Hidalgo Pardos (Universidad de Educación a Distancia) presentó su archivo familiar, muy relacionado con la familia Pecha y, por tanto, con los estadios iniciales de la Orden de San Jerónimo.

En definitiva, las quince conferencias de las Jornadas ofrecieron una visión de conjunto de los vínculos mantenidos por los diferentes miembros de las familias reales y los oficiales de las respectivas cortes peninsulares con las órdenes jerónima

y cartuja, necesaria para una mayor comprensión del significado y repercusión que ambas tuvieron, no solo en los cambios devocionales, sino también, en la adaptación a la nueva situación política y socioeconómica del periodo bajomedieval y los albores de la modernidad.

COMO CITAR ESTE ARTIGO / HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

PRIETO SAYAGUÉS, Juan A. - «Jornadas – “Las monarquías peninsulares y las órdenes jerónima y cartuja: poder y espiritualidad en la Baja Edad Media”». *Medievalista* 30 (Julho – Dezembro 2021), pp. 435-438. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



III Congresso Internacional de Jovens Investigadores em Idade Média – Um olhar sobre o evento

III International Congress for Young Researchers in Middle Ages – an overview

(a) *André Filipe Oliveira da Silva*, (b) *André Madruga Coelho*, *Filomena Caetano*, (c)
José Simões, *Leonor Ribeiro*, (d) *Silvana R. Vieira de Sousa*

(a) Universidade do Porto, Faculdade de Letras
CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»
4150-564 Porto, Portugal
Universidade de Évora, CIDEHUS - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e
Sociedades, Palácio do Vimioso, Largo do Marquês de Marialva, n.º 8
7000-809 Évora - Portugal

andre.f.oliveira.silva@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-0223-8314>

(b) Universidade de Évora, CIDEHUS

andrefmcoelho@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0255-5531>

(c) Universidade de Évora, CIDEHUS

zemanuelsimoes@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-6519-0023>

(d) Universidade de Évora, CHAIA - Centro de História de Arte e Investigação Artística
Palácio do Vimioso
Largo Marquês de Marialva, 8
7000-809 Évora

silvana.r.vieira.de.sousa@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-4120-5574>



Decorreu, nos dias 12, 13 e 14 de novembro de 2020 a terceira edição do *International Congress for Young Researchers in Middle Ages (ICYRMA)*. Esta edição, subordinada ao tema da Morte na Idade Média, realizou-se excepcionalmente em formato virtual devido às limitações impostas pela atual situação pandémica. Apesar de se tratar de um ano de dificuldades excecionais, foi possível reunir um conjunto de duas dezenas e meia de participações de jovens especialistas, provenientes de dezassete universidades, sedeadas em dez países distintos (Portugal, Espanha, França, Luxemburgo, Bélgica, Itália, Chipre, Hungria, Brasil e Colômbia). Partindo de uma perspetiva multidisciplinar dos estudos medievais – com temas de literatura, arqueologia, filosofia, história da arte e história *tout court* – o congresso foi ainda enriquecido por um conjunto de investigadores portugueses experientes, que amavelmente aceitaram os nossos convites para moderação de painéis. Deixamos aqui, por isso, o nosso agradecimento público a todos quantos colaboraram connosco nessa tarefa.

É igualmente importante sublinhar a contribuição do *keynote speaker*, Fermín Miranda-García (Universidad Autónoma de Madrid), que abriu os trabalhos com uma estimulante intervenção intitulada *Muerte y memoria del príncipe en la historiografía navarra (Ss. X-XVII). The death and memory of the prince in Navarrese historiography (10th-17th centuries)*. A análise diacrónica e o diálogo interdisciplinar entre a História e a Literatura permitiram abrir frutuosamente o congresso e lançar a discussão.

O congresso contou com nove painéis: *The Cult of Death: relics and holy bodies; Picturing Death: material and visual representations; Death and Law: to kill and to be killed; Foreseeing Death: last wills, final demands and eschatology; Avoidance of Death, Profiting from Death; Remains of Death: bones, graves and graveyards*; finalmente, *Narrating Death I, II e III*. O objetivo da definição de *strands* passa pela criação de eixos onde a multidisciplinidade possa ser aplicada, mesmo quando estas se parecem basear em campos bem definidos, como o caso das narrações da morte. No primeiro painel dedicado a este tema, por exemplo, foi possível assistir a

apresentações feitas por historiadores e especialistas em literatura sobre o mesmo tipo de textos (crônicas). Também a diversidade geográfica e cronológica sobressai, mesmo quando os intervenientes provêm do mesmo campo de estudos: este foi o caso do painel dedicado à representação visual da morte, onde as apresentações de três historiadores da arte permitiram dar a conhecer estudos de caso provenientes da Catalunha, Chipre e Borgonha, multiplicando os olhares sobre um mesmo tema. O tema da morte pôde ser abordado a partir de todas as perspetivas, abrindo debates permanentes – favorecidos pela inexistência de sessões paralelas – e que, por certo, prosseguirão nos textos resultantes destas apresentações. Concluindo este brevíssimo balanço, importa acrescentar que a participação de assistentes foi permanente e surpreendentemente vasta, com inscrições de países tão diferentes como Brasil e Argélia.

Todas as propostas selecionadas foram previamente submetidas a um processo de *blind peer review* dupla, garantindo a qualidade das apresentações e salvaguardando as suas originalidade e pertinência. Cabe-nos, assim, agradecer também aos elementos da Comissão Científica, que generosamente – ao longo de várias edições, em vários casos – permitiram elevar em permanência a fasquia de qualidade do evento.

Como tem sido habitual, o ICYRMA é possível devido à colaboração de duas unidades de investigação da Universidade de Évora, o CIDEHUS e o CHAIA. Contámos, em várias edições, com o apoio da Câmara Municipal de Évora e da Fundação Eugénio de Almeida, que agradecemos, valorizamos e esperamos que se possa manter em edições futuras.

Atingida a terceira edição, vale a pena falarmos um pouco sobre o modelo adotado e as várias opções assumidas desde o primeiro momento. O ICYRMA tem um *numerus clausus* com um máximo que varia entre 40 e 45 apresentações ao longo de três dias. Esta meta é imposta para que, em momento algum, seja necessária a realização de sessões paralelas. A organização pretende que os participantes possam assistir a todas as intervenções, se esse for o seu desejo, não tendo de se dividir entre sessões paralelas. Acreditamos que essa concentração favorece a

atenção nos trabalhos, estimulando o debate e fomentando o diálogo interdisciplinar que, por vezes, uma seleção obrigatória entre painéis simultâneos pode comprometer parcialmente. Esse modelo manter-se-á na próxima edição – que se planeia como presencial, tendo em conta as previsões dos ritmos de vacinação na União Europeia – e que será subordinada ao tema *Private Life*.

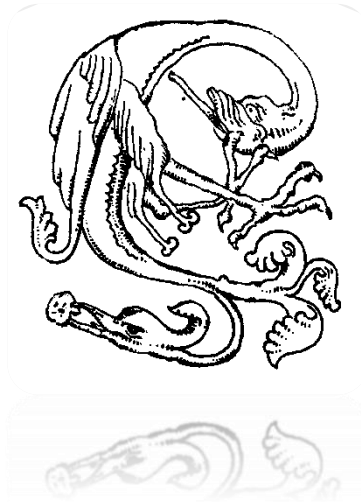
Após cada edição, os participantes são convidados a enviar um texto baseado na sua apresentação com o fim de ser publicado num volume digital, lançado sob alçada do CIDEHUS na plataforma *OpenEdition*. Todos os textos são novamente submetidos a um processo de dupla revisão anónima. O volume correspondente à primeira edição encontra-se disponível¹, estando em preparação os volumes das II e III edições, prevendo-se que o segundo saia em 2021 e o terceiro no princípio de 2022.

Desde o primeiro momento, o ICYRMA foi pensado como uma iniciativa organizada por estudantes em diversos momentos da sua formação, dirigida a colegas e que pudesse ser um espaço de diálogo multidisciplinar e internacional. Ao longo das três primeiras edições, foram recebidas mais de 180 propostas, provenientes de dezenas de universidades e países diferentes, espalhados por quase todos os continentes. Poder estabelecer um evento desta natureza em Évora foi uma motivação irresistível que, depois do primeiro triénio, pode finalmente ser assumida como acertada e com futuro. O IV ICYRMA decorrerá nos dias 11, 12 e 13 de novembro de 2021, no Colégio do Espírito Santo, na Universidade de Évora, e todos os jovens e menos jovens investigadores em estudos medievais estão convidados para participarem no debate, derradeiro objetivo e mais importante elemento de progresso no meio académico e científico.

¹ <https://books.openedition.org/cidehus/9351>.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

SILVA, André Filipe Oliveira da; *et al.* - "III Congresso Internacional de Jovens Investigadores em Idade Média – Um olhar sobre o evento". *Medievalista* 30 (Julho-Dezembro 2021), pp. 439-443. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



MEDIEVALISTA

N.º 30 | Julho – Dezembro 2021

ISSN 1646-740X

**GUERREIROS E MÁRTIRES.
A Cristandade e o Islão na formação de Portugal**

**WARRIORS AND MARTYRS.
Christianity and Islam in the Birth of Portuguese Nationhood**

(a) *Joaquim Oliveira Caetano*, (b) *Santiago Macias*

(a) Diretor do Museu Nacional de Arte Antiga

joaquimcaetano@mnaa.dgpc.pt

(b) Diretor do Panteão Nacional

santiagomacias1963@gmail.com

Data recepção do artigo / Received for publication: 6 de Março de 2021



Em 2019 passaram 800 anos da chegada a Portugal de um grupo de franciscanos italianos, que daqui partiram para o Norte de África, sendo martirizados em 16 de janeiro de 1220. Ficaram conhecidos como “Os Mártires de Marrocos”. O Museu Nacional de Arte Antiga decidiu incluir na sua programação de 2020/2021 uma exposição assinalando esta data, porque o acontecimento é bem mais importante do que a perda da vida destes cinco frades. Ele marca simbolicamente uma viragem na tipologia dos mártires cristãos, em que os martirizadores não são já os perseguidores romanos ou os bárbaros pagãos, mas a civilização islâmica, com quem o Ocidente se confrontava nas Cruzadas, nos lugares Santos do Mediterrâneo Oriental e, também, na Península Ibérica.

Ocorrendo num momento charneira da Reconquista – desde 1147, com a tomada de Santarém e de Lisboa, que o avanço cristão sobre o sul se tornava, a cada passo, mais notório – o episódio dos Mártires de Marrocos às mãos do poder almóada é, de facto, muito mais que um simples ato de vingança sobre evangelizadores vindos da Europa. Momento marcante nas relações entre a Península Ibérica e o Magrebe, é um episódio determinado pelas contradições políticas que envolvem os interesses da Coroa Portuguesa no norte de África, a ambição pessoal do infante D. Pedro (1187-1258) – filho de D. Sancho I e futuro conde de Urgel e rei de Maiorca – e as lutas internas entre várias fações marroquinas.

A canonização dos mártires cristãos de Marrocos vem a acontecer, não por acaso, na segunda metade do século XV, num contexto de guerra e expansão europeia no Norte de África e da reivindicação do estatuto de mártir para o Infante D. Fernando (o “Infante Santo”), cativo e morto nesse movimento de expansão. É neste quadro que se inscreve a promoção do culto dos Mártires de Marrocos, em representações artísticas e na devoção às suas relíquias, por parte de D. Afonso V ou D. Manuel I.

Guiada pelas manifestações artísticas que o culto dos Mártires de Marrocos motivou ao longo dos séculos, em Portugal e na Europa, esta exposição pretendeu refletir essencialmente sobre as formas de convivência e de confronto entre as duas grandes

religiões na crucial altura do estabelecimento de Portugal como nação. A exposição definiu um percurso que oscilou entre o retrato possível do quotidiano e da experiência religiosa, cristã e árabe, e a criação de elementos simbólicos essenciais para a caracterização do novo país – um dos quais, precisamente o dos Mártires de Marrocos, desencadearia a vocação franciscana de Santo António.

O espaço que a pintura de Francisco Henriques ocupou nesta exposição representa bem o que foi o martírio dos franciscanos e foi o ponto de arranque ideal para esta “Guerreiros e Mártires”. Os factos ocorreram pouco depois da conquista de Alcácer do Sal e antes dos cristãos se lançarem na derradeira etapa de conquista do sul. A primeira metade do século XIII é um tempo de confronto e de luta acesa no Alentejo e no Algarve. Depois da Batalha de Navas de Tolosa, em 1212, o poder almóada desabava, deixando à mercê dos cristãos o sudoeste peninsular.

Al-Mustansir sobreviveu menos de quatro anos ao martírio dos franciscanos. Faleceu, segundo um texto de Ibn Idhari, enquanto lidava vacas à noite, em Marrakech, em 12 de Dhu'l-Hijja de 620 do calendário islâmico (6 de janeiro de 1224 d.C.).

Quisemos, em seis núcleos, representar alguns dos aspetos mais significativos dessa época e sublinhar a importância do martírio, tanto como símbolo para a afirmação dos franciscanos, como pelo momento em que ocorre. Convidámos para participarem no catálogo historiadores e arqueólogos que a este período se têm dedicado, no sentido de fornecer uma perspetiva tão ampla quanto possível, e não necessariamente concordante, de uma época crucial para a consolidação do novo reino de Portugal.

1. Portugal na Espanha Árabe

O martírio de cinco franciscanos em Marrocos, em 16 de janeiro de 1220, ocorre em plena formação do reino de Portugal avançando para sul em território islâmico, confronto que vai definir o próprio sentido de unidade do país. A influência islâmica é visível na apropriação de objetos preciosos islâmicos para funções cristãs e na decoração de algumas peças de grande significado simbólico como a cruz de ouro de

D. Sancho. A imagem dos Mártires, estabilizada nos séculos XV e XVI, como se vê no painel de Francisco Henriques, é base de uma devoção popular, ainda bastante viva, observável na procissão de Travassô (Águeda).

2. Viver em tempos de cruzada

A conquista da cidade de Lisboa, ocorrida em 1147, marcou um momento de aceleração no progresso dos cristãos em direção a sul. No último século de domínio islâmico, e com todos os avanços e recuos, as cidades meridionais não perderam a sua dinâmica, nem o vigor económico e cultural. Os objetos que aqui podem ser vistos dão testemunho de uma realidade em que produções locais se cruzam com peças de importação. Contenção e sofisticação. O mundo representado na história de amor de Bayad e Riyad tem contraponto nas cerâmicas comuns das casas menos prósperas. Viver em tempos de guerra foi um jogo de tensões, que se prolongou na existência das mourarias.

3. Iconografia dos Mártires de Marrocos

Mesmo antes da autorização do culto dos Cinco Protomártires de Marrocos pelo papa Sisto IV em 1481, a iconografia e a devoção aos franciscanos martirizados em 1220 estava já popularmente difundida por ação dos Franciscanos, que com eles inauguravam a sua galeria de mártires. Em Portugal o culto e a iconografia (centrada no episódio do martírio) difundiram-se a partir do Mosteiro de Santa Cruz, onde se depositavam as suas relíquias, e pela associação da sua história com a vocação franciscana do principal dos Santos Portugueses, Santo António de Lisboa, dando origem a uma série de manifestações piedosas e de imagens eruditas e populares.

4. Guerrear

As muralhas, símbolo do poderio das cidades, estão ausentes nesta exposição. Temos presentes os ecos do que elas representavam. Os despojos das batalhas chegaram até nós com os virotes de besta e as pontas de lança, com os projéteis e os pendões de guerra. A Reconquista foi, a sul, decisiva para criar e sedimentar a lenda de Santiago Matamouros. O apóstolo teria viajado no tempo para uma providencial e decisiva intervenção na mítica batalha de Clavijo (844). No outro lado do sul, os tempos de guerra ficaram gravados na pedra. As obras em Évora e em Silves

testemunham uma época em que, desesperadamente, se tentava sustentar o avanço cristão.

5. Rezar

O príncipe nórdico Sigurd afirmava, no início do século XII, que Lisboa era uma cidade meio cristã, meio pagã. A coexistência, nem sempre pacífica, das três religiões do Livro era um facto. A Lisboa muçulmana tinha um bispo cristão. A igreja do Corvo, no Algarve, foi um conhecido local de peregrinação até, pelo menos, à segunda metade do século XII. À realidade das poderosas comunidades moçárabes respondiam os muçulmanos do sul, marcando presença na paisagem urbana com mesquitas como a de Lisboa, a de Mértola (aqui reconstituída em maqueta) ou pontuando a costa com espaços de oração e de vigilância, como os da Arrifana ou Sines.

6. Identificação de um país

A construção simbólica da unidade de Portugal faz-se em grande parte sobre o seu papel de reino cristão em oposição ao Islão. No século XV, após o desaparecimento do último reino islâmico da Península, com a conquista de Granada em 1492 e com a expansão territorial portuguesa para o Magrebe, a apropriação de elementos artísticos e culturais de produção islâmica tornam-se relevantes no gosto aristocrático nacional – azulejos, tetos de alfarje e cerâmicas de lustre metálico. Ao mesmo tempo, aos heróis da guerra somam-se as referências aos «santos do reino» como elementos que corporizam a identidade nacional.

Com cerca de 200 peças, de ourivesaria, cerâmica de luxo e comum, peças militares, tesouros monetários, pintura, iluminura, escultura, têxteis, marfins e artes do fogo, cedidas por museus, igrejas e coleções particulares portuguesas, espanholas, inglesas, alemãs e italianas, a exposição pretendeu ser uma reflexão profunda e atrativa sobre a diversidade cultural no território português no momento da nossa afirmação como país e abrir o conhecimento para a história comum de duas civilizações que, no Mediterrâneo Ocidental, têm tido uma convivência multiseular.



Fig. 1 – MNAA - Entrada da exposição. © S. Macias



Fig. 2 – Núcleo 1 – Portugal na Espanha Árabe.
Em primeiro plano, um óleo sobre madeira, de Francisco Henriques, *Mártires de Marrocos*, do Retábulo de S. Francisco de Évora (1508-1511). © S. Macias



Fig. 3 – Núcleo 3 – Viver em Tempos de Cruzada. Bocais de poço do período almóada (Alcalá, Madrid e Córdoba); Lápide da Sé de Lisboa (finais do século XIII-inícios do XIV), réplica em molde; Arcossólio da Sé de Lisboa (séculos XII-XIII). © S. Macias



Fig. 4 – Núcleo 4 – Guerrear. À esquerda, *Santiago Combatendo os Mouros na Batalha de Clavijo* (1520-1525), óleo sobre madeira do Mestre da Lourinhã; À direita, *Santiago Combatendo os Mouros* (primeiro terço do séc. XIV), réplica em molde (M. M. Palmela) do retábulo da Igreja Matriz de Santiago do Cacém. © S. Macias



Fig. 5 – Núcleo 6 – Identificação de um País. São Teotónio (?), Santo Franciscano (c. 1470), óleo e têmpera sobre madeira, Paço de S. Vicente de Fora, Lisboa. © S. Macias

COMO CITAR ESTE ARTIGO / HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

CAETANO, Joaquim Oliveira; MACIAS, Santiago, – “Guerreiros e Mártires – a Cristandade e o Islão na formação de Portugal”. *Medievalista* 30 (Julho – Dezembro 2021), pp. 445-453. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

